
THE OVERARCHING ISSUES ON THE EUROPEAN AREA

From Sustainable Development to Sustainability

Helena Pina
Felisbela Martins
Leandro Dias de Oliveira
(Eds.)

.....

GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

Do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade

Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

2021





THE OVERARCHING ISSUES ON THE EUROPEAN AREA

From Sustainable Development to Sustainability

Helena Pina
Felisbela Martins
Leandro Dias de Oliveira
(Eds.)

GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

Do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade

Faculdade de Letras da
Universidade do Porto



Título: THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

From Sustainable Development to Sustainability

Do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade

Organização de: Helena Pina, Felisbela Martins, Leandro Dias Oliveira

Prefácio de: Leandro Dias de Oliveira

Editor: UNIVERSIDADE DO Porto – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2021

ISBN: 978-989-9082-08-3

DOI: 10.21747/978-989-9082-08-3/over

- Todos os textos estiveram sujeitos a revisão científica por pares.

- All texts were subject to scientific peer review.

Contacto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564
Porto

Email sdi@letras.up.pt

Edição em formato eletrónico disponível em:

<https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1863&sum=sim&n0=Outras%20publica%C3%A7%C3%B5es&n1=The%20Overarching%20Issues%20of%20the%20European%20Space>

Esta publicação teve o apoio do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com a referência UIDB/04084/2020.

This publication received support from the Centre of Studies in Geography and Spatial Planning (CEGOT), funded by national funds through the Foundation for Science and Technology (FCT) under the reference UIDB/04084/2020.

CEGOT
Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território

Organização:

Prof^ª. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Felisbela Martins, CEGOT-Universidade do Porto

Prof. Doutor Leandro Dias de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Comissão Científica:

Prof^ª. Doutora Ana Isabel Boura, Universidade do Porto

Prof^ª Doutora Ana Maria Bicalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Doutor André Samora-Arvela, Universidade do Porto

Prof. Doutor André Santos da Rocha, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor Andrews José de Lucena, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor António Barros Cardoso, Universidade do Porto

Prof. Doutor Atanas Dermendzhiev, University of Verliko Tarnovo

Prof^ª. Doutora Borna Fuerst-Bjeliš, University of Zagreb

Prof^ª. Doutora Célia Taborda, Universidade Lusófona do Porto

Prof^ª. Doutora Conceição Ramos, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Fantina Tedim, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Felisbela Martins, CEGOT-Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Glória Teixeira, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto

Prof^ª. Doutora Hélène Roth, Université Clermont- Auvergne

Prof^ª. Doutora Ileana Constantinescu, Université de Bucarest

Prof. Doutor Lúcio Carramillo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Doutor João Luís Fernandes, Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Jorge Queiroz, Universidade do Porto

Prof. Doutor José António Aldrey Vázquez, Universidade de Santiago de Compostela

Prof. Doutor José António Oliveira, Instituto Politécnico do Porto

Prof^ª. Doutora Laura Sakaja, University of Zagreb

Prof. Doutor Leandro Dias de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof^ª. Doutora Lucette Laurens, Université de Montpellier III

Prof^ª. Doutora Mary Cawley, National University of Ireland Galway

Prof. Doutor Miguel Pazos Otón, Universidade de Santiago de Compostela

Prof. Doutor Milen Penerliev, University of Shumen

Prof^ª. Doutora Natália Ramos, Universidade Aberta

Prof. Doutor Norberto Santos, Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Olívio Patrício, I.S.A., Universidade de Lisboa

Prof^a. Doutora Paula Remoaldo, Universidade do Minho

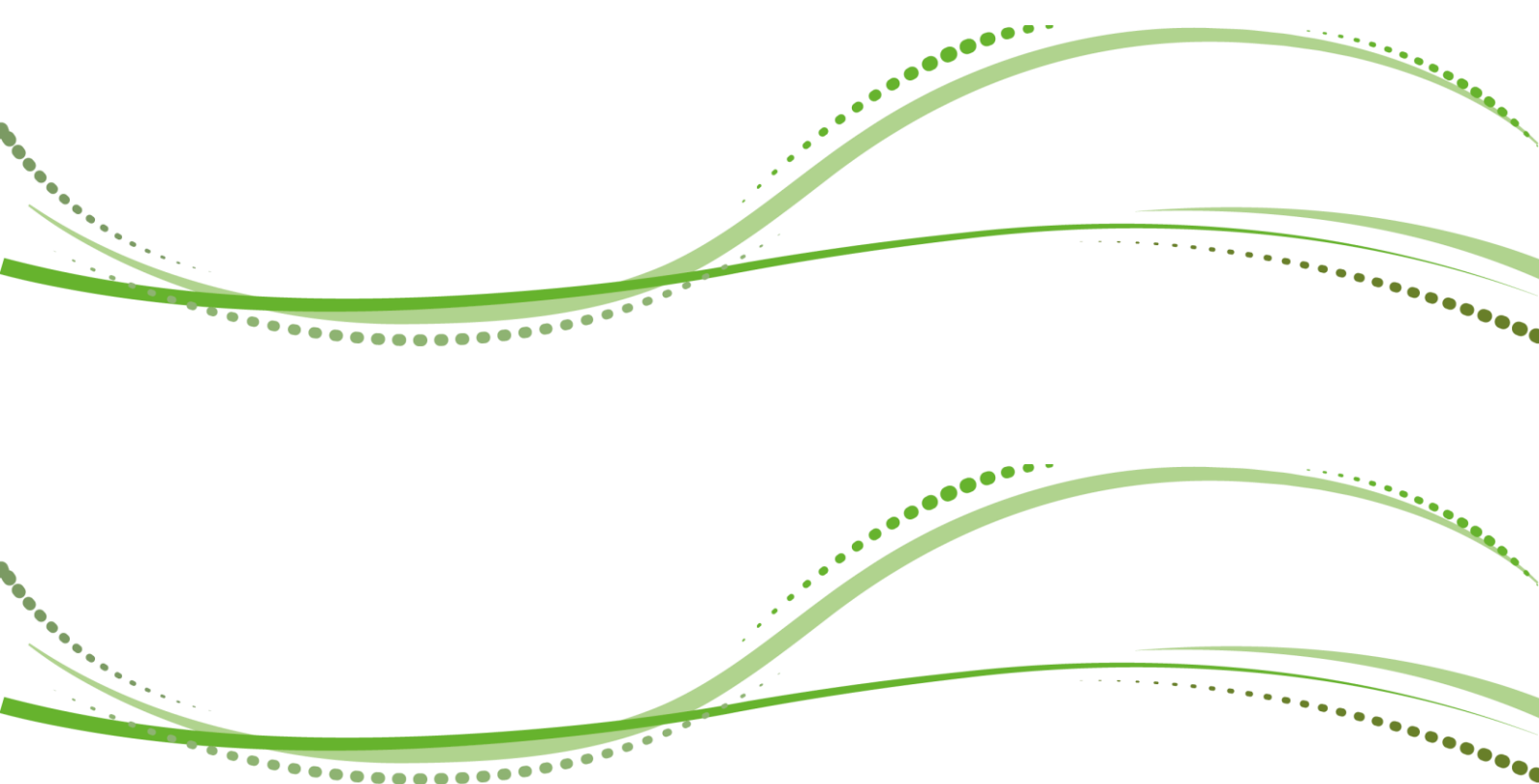
Prof. Doutor Paulo Jorge Santos, Universidade do Porto

Prof. Doutor Scott Willian Hoefle, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Doutor Slavi Dimitrov, University of Verliko Tarnovo

Prof^a. Doutora Stella Dermendzhieva, University of Verliko Tarnovo

Prof. Doutor Veselin Petkov, University of Shumen



Índice

<i>Preface</i>	Leandro Dias de Oliveira	13 – 19
----------------	--------------------------	---------

<i>Prefácio</i>	Leandro Dias de Oliveira	20 – 26
-----------------	--------------------------	---------

Parte I – Economia e Desenvolvimento Territorial / Economy and Territorial Development

<i>El cultivo de olivar en la Europa Mediterránea: dinámicas y desafíos territoriales en el contexto de la globalización</i>	José Domingo SÁNCHEZ MARTÍNEZ	29 – 45
--	-------------------------------	---------

<i>Digitalização, sustentabilidade e inovação inclusiva na Europa rural: oportunidades e desafios para o setor agroalimentar</i>	Iván G. Peyré TARTARUGA Fernanda Q. SPEROTTO	46 – 58
--	---	---------

<i>Opportunities for mobility in the context of european employment policy</i>	Tatyana DIMITROVA	59 – 70
--	-------------------	---------

<i>Longroiva, um exemplo das conexões cidade-campo</i>	Helena PINA Felisbela MARTINS Lúcio CARRAMILLO	71 – 84
--	--	---------

<i>Águas subterrâneas. Águas de nascente e águas minerais naturais. O caso de Pedras Salgadas.</i>	Felisbela MARTINS Helena PINA Lúcio CARRAMILLO	85 - 104
--	--	----------

Parte II – Património Cultural e Desenvolvimento / Cultural Heritage and Development

<i>Development of Ruse Region as a destination for apitourism</i>	Lyubomir LYUBENOV Slavi DIMITROV	107 – 117
<i>O Porto retratado por estrangeiros em livros e guias de viagem nas épocas moderna e contemporânea – plano de investigação</i>	José Luís BRAGA	118 – 130
<i>Vinho e tabernas da Região do Vinho Verde (século XVIII)</i>	António Barros CARDOSO	131 – 139
<i>Rota turística e cervejeira do Rio de Janeiro (Brasil): leitura geoeconômica de um fenômeno produtivo-espacial</i>	Leandro Dias de OLIVEIRA	140 - 151
<i>O Jardim das Amoreiras e o resgate da memória de Seropédica/RJ no fio da seda: um projeto de extensão no Jardim Botânico da UFRRJ</i>	Regina Cohen BARROS, Gabrielle Evangelista da SILVA, Karine Bueno VARGAS, Andrea Carmo SAMPAIO, Maria Cristina LORENZON, Maria Veronica Leite Pereira MOURA	152 – 162

Parte III – Políticas Territoriais e Desenvolvimento Sustentável / Territorial Policies and Sustainable Development

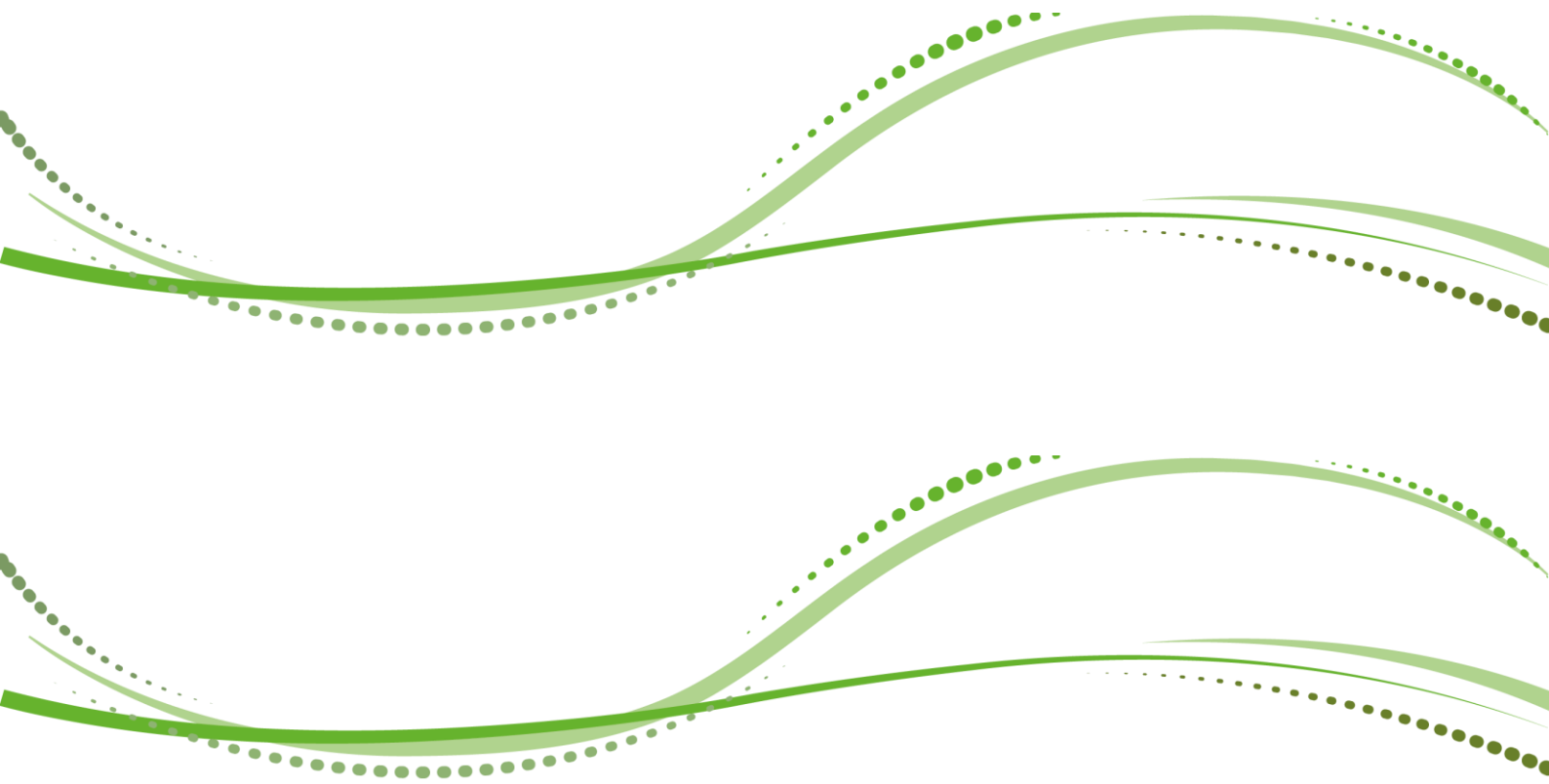
<i>The New Eurasian Land Bridge: elements to think geopolitics and China - Europe cooperation</i>	Jonathan Christian Dias dos SANTOS, André Santos da ROCHA, Pablo IBANEZ	165 – 177
<i>The globalization of political processes. The geographical view</i>	Atanas DERMENDZHIEV Martin DOYKOV	178 – 195
<i>A política alemã de cooperação internacional no setor energético</i>	Ana Isabel Gouveia BOURA	196 – 209
<i>A despesa em Portugal: escolhas e conflitos</i>	Glória TEIXEIRA (coord.), António Graça MOURA, Leonor CASTRO, Lucas OLIVEIRA, Matilde ANDRADE, Afonso CORREIA, Valéria AZEVEDO	210 – 219
<i>Políticas públicas de saneamento básico, redes e o território na Baixada Fluminense, RJ Brasil)</i>	André Santos da ROCHA Cleber Marques de CASTRO	220 – 233
<i>Injustiças espaciais da água privatizada: o caso da PROLAGOS-RJ</i>	Damaris Alencar de FARIAS	234 – 246
<i>A importância da competência intercultural em agências europeias do domínio da justiça e dos assuntos internos</i>	Natália RAMOS João José Silva CABAÇO	247 – 262

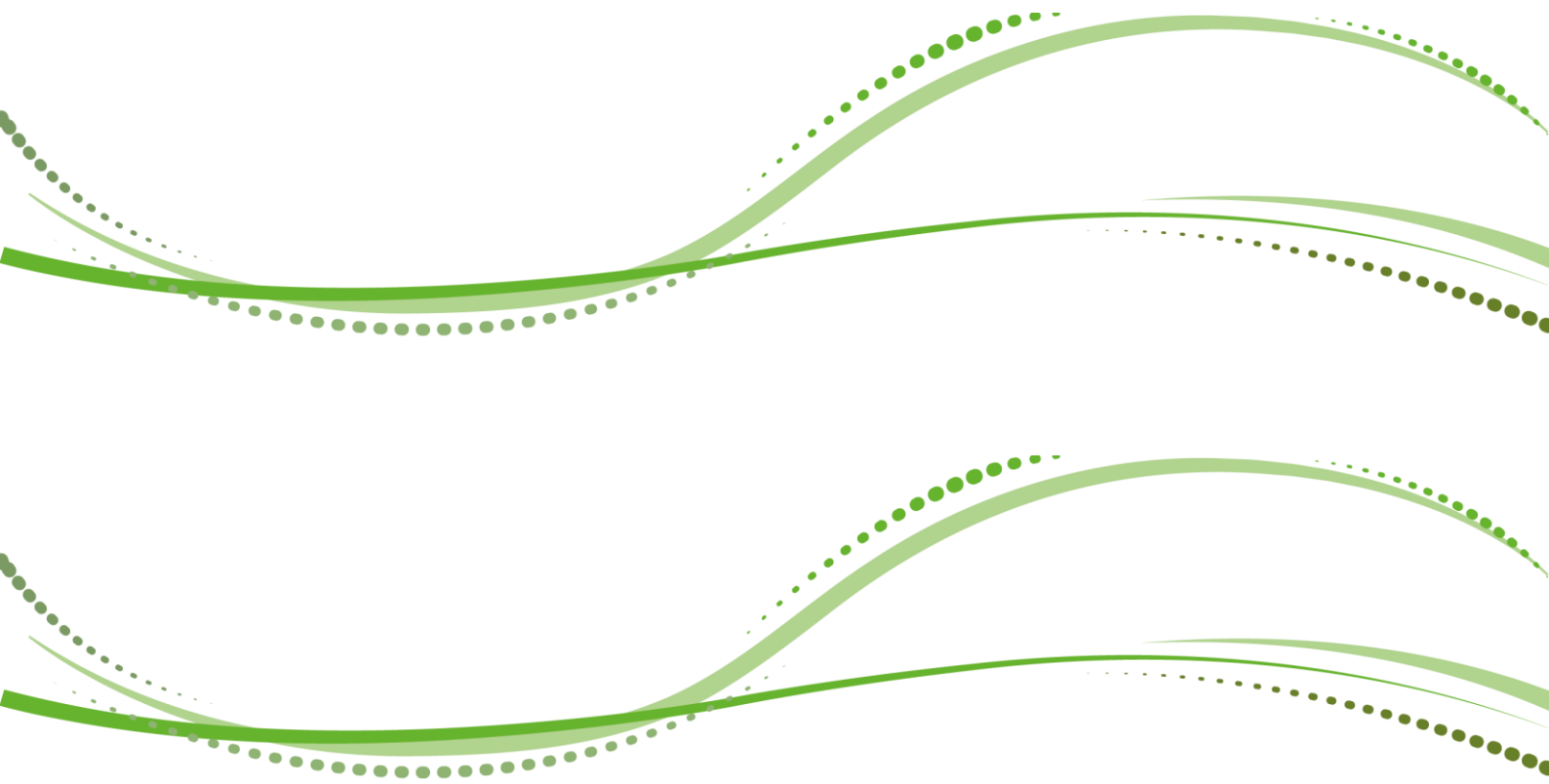
Parte IV – Sociedade, Educação e Cultura / Society, Education and Culture

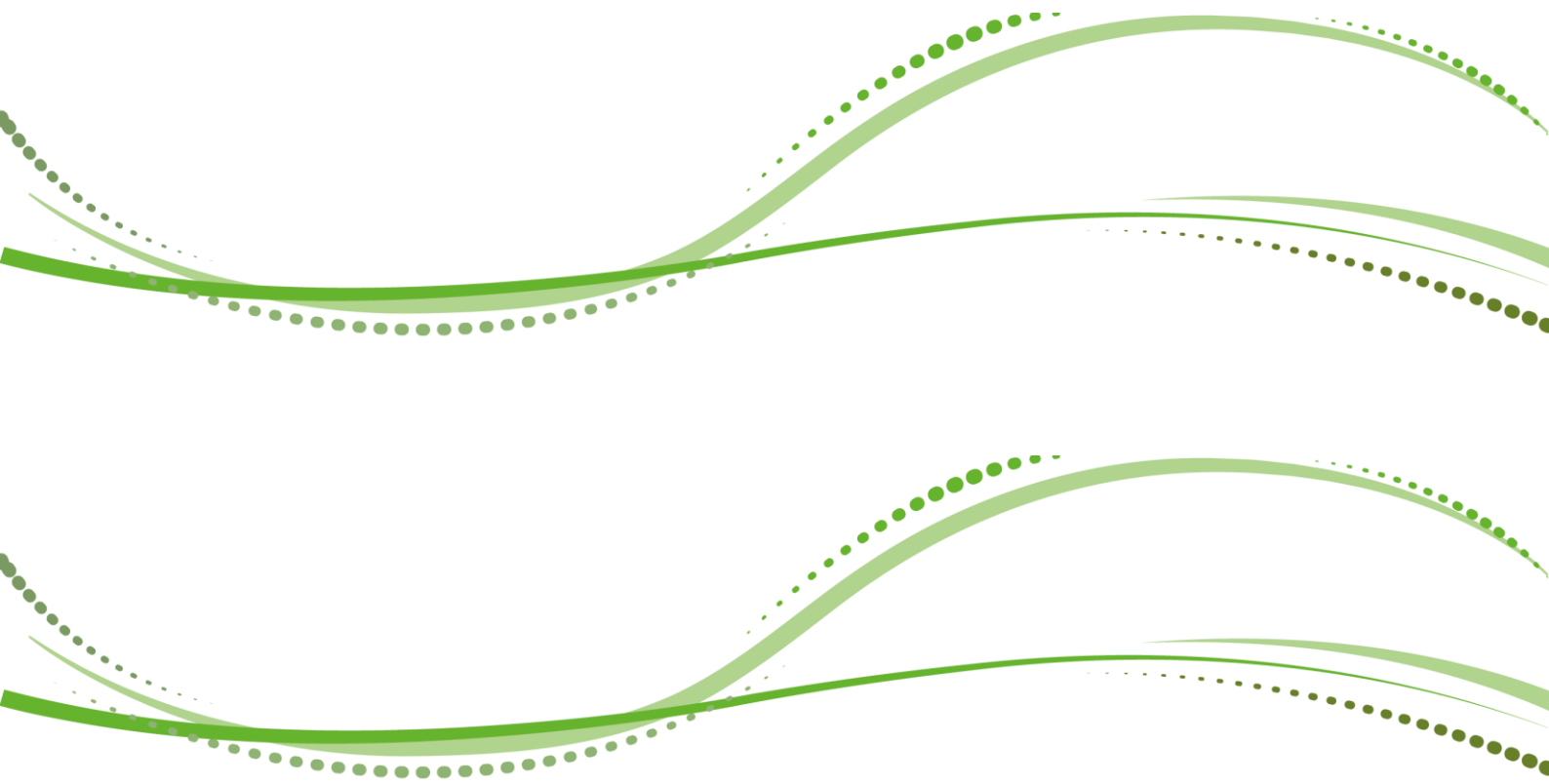
<i>Mobilidades e territórios de espera. Aerportos – algumas notas geográficas</i>	João Luís J. FERNANDES	265 – 277
<i>Le partage judiciaire suite à un procès de pénalités pour la non-exécution d'une décision civile</i>	Ileana CONSTANTINESCU Adriana MOȚATU	278 – 285
<i>Tecnologias digitais na comunicação e na integração educacional e intercultural: desafios globais contemporâneos</i>	Maria Natália RAMOS Ana Cristina LOPES	286 – 297
<i>Didactic application of the educational technology geographical maze in geography and economy training</i>	Stella DERMENDZHIEVA Tamara DRAGANOVA	298 – 311
<i>As perspetivas sobre os caminhos do (in)sucesso escolar</i>	Silvia Alexandra OLIVEIRA, Diogo Miguel da Silva PINTO, Helena PINA	312 – 328
<i>A avaliação de desempenho e a motivação dos colaboradores nas IPSS do concelho da Trofa</i>	Sérgio MONTEIRO José António OLIVEIRA Maria João POLIDORO	329 – 343
<i>O contexto filosófico do pensamento de Barney Glaser</i>	José Luís BRAGA	344 – 354
<i>A geografia de Milton Santos: notas sobre a atualidade de seu pensamento em tempos pandêmicos</i>	Ariane Melchior Nunes da HORTA Guilherme CHALO	355 – 366

Parte V – Ambiente e Sustentabilidade / Environment and Sustainability

<i>Is the land half empty or half full of forest? Biocentric conservation versus socio-ecological land use in the Brazilian Atlantic Forest</i>	Scott William HOEFLE	369 – 389
<i>Spatial evolution and archaeological contextualization through Holocene Edapho- sedimentary deposits: Areoso Island (NW Spain)</i>	Daniel CAJADE-PASCUAL Manuela COSTA-CASAS Ramón BLANCO-CHAO	390 – 399
<i>Risco e percepção: o caso de Bom Jardim e o “Mega desastre da Região serrana do Rio de Janeiro” em 2011</i>	Andréa Carmo SAMPAIO Gabrielle dos Santos COSTA	400 – 414
<i>Perfil geoecológico: interrelações físico geográficas presentes na Floresta Nacional Mário Xavier – Seropédica (RJ)</i>	Luanna de Oliveira MOREIRA Karine Bueno VARGAS Claudio Lucas CAPECHE Enio Fraga da SILVA José Ronaldo de MACEDO Regina Cohen BARROS	415 – 431
<i>Risco à Leishmaniose Tegumentar Americana NA Baixada Verde: a vulnerabilidade ambiental do Município de Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil</i>	Fernanda Karla Bezerra da SILVA Heitor Soares de FARIAS	432 – 447
<i>Causses du Quercy: construcción de una identidad ligada a la Protección de la Natureza</i>	Daniel del RÍO FRANQUEIRA Jose Antonio ALDREY VÁZQUEZ	448 – 464







Preface

There is no doubt that the past decade was very difficult in terms of contemporary environmental issues. It began in the aftermath of a profound economic crisis, the 2007-2008 Financial Crisis caused by the collapse of the subprime mortgage market in the United States, which shook to varying degrees the economy of many countries around the world. To make matters worse, the decade closed under the weight of the COVID-19 pandemic, the largest in history and which continues to threaten us with new waves of contagion. As a major report from 2021¹ explains, pandemics are social and economic; the temporal and spatial dimensions of our response play a significant role in countering the effects of disease; relationships, lives, livelihoods and their interconnections are critical to overcoming them. Thus, the COVID-19 pandemic revealed not only how the spread of the coronavirus was the result of an environmentally violent and inconsequential model of living, but also the fragility of the economic, social, political, environmental, and public health structures on which our civilisation is founded.

Nevertheless, over the past decade, we also witnessed important actions regarding the environment. The city of Rio de Janeiro once again hosted a major environmental conference, twenty years after Eco-92: the United Nations Conference on Sustainable Development, known as Rio+20, which took place between 13th and 22nd June 2012. Aiming to discuss the legacy of Eco-92, mainly regarding the implementation of the proposals set forth in the Rio Declaration², in Agenda 21³, the Framework Convention on Climate Change⁴ and the Convention on Biological Diversity⁵, Rio+20 left as its legacy the *Rio Charter*, called *The Future We Want*⁶. If this conference reinforced the importance of sustainable development, it also presented a more economic bias with the use of the term *Green Economy*, which directly refers to the understanding of natural resources as merchandise and a more epidermic adjustment of the current predominant development model.

Just three years after Rio+20, the United Nations Summit on Sustainable Development took place between 25th and 27th September 2015 in New York, where a new agenda called *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*⁷ was officially approved, including the 17 Sustainable Development Goals (17 SDGs). If the 17 Sustainable Development Goals are presented as potential drivers of beneficial socio-environmental actions,

¹ *The British Academy. Shaping the COVID Decade: Addressing the long-term societal impacts of COVID-19, 2021. <https://www.thebritishacademy.ac.uk/documents/3239/Shaping-COVID-decade-addressing-long-term-societal-impacts-COVID-19.pdf>.*

² Declaração do Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 153-159, agosto de 1992.

³ *Agenda 21*. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

⁴ *United Nations Framework Convention on Climate Change*, Rio de Janeiro, United Nations, 5th June 1992.

⁵ *Convention on Biological Diversity*, Rio de Janeiro, United Nations, 5 June 1992.

⁶ *The Future We Want*. Rio+20 (United Nations Conference on Sustainable Development), Rio de Janeiro, Brazil, 20th-22nd June 2012.

⁷ *Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, United Nations General Assembly (A/RES/70/1), 25th September 2015.

envisaging that they are a set of universal policies for all UN member states is, to say the least, exceedingly utopian.

Thus, some important reflections have to be made:

- It is urgent to create political, economic, social, legal and cultural models, structures, and mechanisms to contain development in all its unlimited and devastating forms, through the inextricable association between the current production model, contemporary lifestyles and the resulting profound ecological impacts, on their multiple scales;
- Sustainable development (and also green economy) is a terminology instituted in important international studies and world conferences on the environment, whose role is precisely to mitigate the model of unbridled, environmentally destructive economic development with an ecological adjustment, based on environmental conservation and preservation formulas;
- With so many political, economic, social, cultural, and environmental disparities among the countries of the world, terms such as sustainable development have become too elastic, permissive and malleable. The term sustainable development, once aimed at the present and future satisfaction of needs⁸, is increasingly confused with corporate sustainability, linked to business interests and to the primacy of understanding the environment as an important and profitable business;
- For this reason, it becomes imperative to think about sustainability(ies), as well as environmental (or socio-environmental) justice and the political ecology of development. It is not about a mere terminological replacement or adjustment of the conceptual lexicon of environmental policies. It is rather a requirement for improvement with a focus on positive experiences of nature protection, collective and democratic possibilities of qualitative changes in the environment and in the connections among different realities throughout the world, with a view to building a more environmentally just society.

Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade (Overarching Issues of the European Space: From Sustainable Development to Sustainability) has this goal. It brings together the efforts of researchers from Europe and other parts of the world. With diverse themes, but with special attention to geographical science, *Overarching Issues of the European Space* is divided into five parts, named thus: Part I – Economy and Spatial Development; Part II – Cultural Heritage and Development; Part III – Spatial Policies and Sustainable Development; Part IV – Society, Education and Culture; and Part V – Environment and Sustainability.

Part I – Economy and Spatial Development, begins with the chapter *El cultivo de olivar en la Europa Mediterránea: dinámicas y desafíos territoriales en el contexto de la globalización (Olive cultivation in Mediterranean Europe: spatial dynamics and challenges in the context of globalisation)*, by José Domingo Sánchez Martínez. This is a study dedicated to the analysis of

⁸ BRUNDTLAND, Gro Harlem. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1988. *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland) [*Our Common Future* (Brundtland Report)]. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

the challenges and competitive strategies of the olive sector in the different Mediterranean regions of Western Europe. According to the author, the cultural values of producers must become a source of inspiration to face the challenges of globalisation and sustainability.

Digitalização, sustentabilidade e inovação inclusiva na Europa rural: oportunidades e desafios para o setor agroalimentar (Digitalisation, sustainability and inclusive innovation in rural Europe: opportunities and challenges for the agri-food sector), by Iván G. Peyré Tartaruga and Fernanda Q. Sperotto, examines the deployment of new digital technologies in rural areas of the European Union, highlighting the important role of recent EU sustainable policies, based on a spatial analysis of economic and environmental data. In turn, *Opportunities for mobility in the context of European employment policy*, by Tatyana Dimitrova, deals with the challenges posed to the free movement of workers in the European Union, which are not always simple and straightforward; in times of the transnationalisation of production and global impacts of the COVID-19 pandemic, new challenges emerge for political leaderships.

Helena Pina, Felisbela Martins and Lúcio Carramillo author two joint chapters. The first, *Longroiva, um exemplo das conexões cidade-campo (Longroiva, an example of city-countryside connections)*, analyses the economic expansion of thermal activities – from a specifically medicinal activity to a space for leisure and well-being – in the parish of Longroiva, located in the municipality of Mêda. The second chapter, *Águas subterrâneas. Águas de nascente e águas minerais naturais. O caso de Pedras Salgadas (Groundwater. Spring waters and natural mineral waters. The case of Pedras Salgadas)*, reflects on the importance and impacts of industrial action in the present, albeit based on an important historical substrate, with the consequent revitalisation of the local heritage and the tourist development of this Portuguese village.

Part II – Cultural Heritage and Development, opens with *Development of the Ruse Region as a destination for apitourism*, by Lyubomir Lyubenov and Slavi Dimitrov. It is a study dedicated to beekeeping tourism (or apitourism), which has developed strongly in countries such as Poland, Germany, the Czech Republic, Lithuania, Ukraine, and Slovenia, and which is capable of fostering not only economic development related to the activity of beekeeping, but also to rural, wellness, cultural and gastronomic tourism.

The article *O Porto retratado por estrangeiros em livros e guias de viagem nas épocas moderna e contemporânea – plano de Investigação (Porto portrayed by foreigners in books and travel guides in the modern and contemporary eras – research plan)*, by José Luís Braga, aims to understand the historical evolution of the tourist image of Porto in the 19th and 20th centuries, recognising traveller typologies and the evolution of tourism advertising. Next, *Vinho e tabernas da Região do Vinho Verde (século XVIII) (Wine and taverns of the Vinho Verde Region (18th century))*, by António Barros Cardoso, presents the spaces of sociability and consumption of *vinho verde* (literally, ‘green’ wine) in municipalities such as Monção, Melgaço, Viana do Castelo, Ponte de Lima, and Penafiel. The aim is to take us a historical journey through the consumption, wine prices and practices that still persist in these cities and towns. In the same perspective, *Rota turística e cervejeira do Rio de Janeiro (Brasil): leitura geo-económica de um fenómeno produtivo-espacial (Tourist and brewery route in Rio de Janeiro (Brazil): geo-economic reading of a*

productive-spatial phenomenon), by Leandro Dias de Oliveira, is an analytical effort to understand the remarkable growth of craft beer producers in the Serrana Region of Rio de Janeiro. The corresponding repercussions have not only increased the production sector, but have also expanded the cultural-gastronomic tourism of the cities involved.

Authored by Regina Cohen Barros, Gabrielle Evangelista da Silva, Karine Bueno Vargas, Andrea Carmo Sampaio, Maria Cristina Lorenzon and Maria Veronica Leite Pereira Moura, *O Jardim das Amoreiras e o resgate da memória de Seropédica/RJ no fio da seda: um projeto de extensão no Jardim Botânico da UFRRJ (Jardim das Amoreiras and the recovery of the silk thread memory of Seropédica/RJ: an outreach project in the Botanical Garden of UFRRJ)*, presents the results of a project to recover the memory of the city of Seropédica (Rio de Janeiro, Brazil), whose origins go back to sericulture, an economic activity of silk production that combines silkworm breeding and the cultivation of mulberry trees for their sustenance.

The New Eurasian Land Bridge: elements to think geopolitics and China-Europe cooperation, by Jonathan Christian Dias dos Santos, André Santos da Rocha and Pablo Ibanez, begins Part III – Spatial Policies and Sustainable Development. In this paper, important elements and territorialisation actions by the Chinese on the European continent are investigated, with emphasis on the New Eurasian Land Bridge, a railway corridor from China that reaches the ports of Rotterdam, in the Netherlands, and Antwerp, in Belgium.

The globalization of political processes. The geographical view, by Atanas Dermendzhiev and Martin Doykov, is a study dedicated to the geographical understanding of globalisation. They analyse a scenario in which distances are shortened, there is greater political, economic, and cultural integration and the absolute sovereignty of the nation state is affected, with the development and consolidation of the UN, NATO, the IMF, and the World Bank as major international actors. In *A política alemã de cooperação internacional no setor energético (The German policy of international cooperation in the energy sector)*, Ana Isabel Gouveia Boura highlights Germany's important role in increasing international environmental policies in the energy sector, proposed in documents such as Agenda 21, the Paris Agreement and the 2030 Agenda, based on actions regarding access to energy, the use of renewable energy and energy efficiency. Next, coordinated by Glória Teixeira and co-authored by António Graça Moura, Leonor Castro, Lucas Oliveira, Matilde Andrade, Afonso Correia, Valéria Azevedo, *A despesa em Portugal: escolhas e conflitos (Expenditure in Portugal: choices and conflicts)* analyses the evolution and future challenges of public and private expenditure in Portugal, especially considering the need to address an ageing population and maintain budgetary discipline.

Access to water and basic sanitation in the state of Rio de Janeiro, Brazil, is the subject of two chapters. The first, *Políticas públicas de saneamento básico, redes e o território na Baixada Fluminense, RJ (Brasil) (Public policies on basic sanitation, networks and territory in Baixada Fluminense, RJ (Brazil))*, by André Santos da Rocha and Cleber Marques de Castro, portrays the historical and spatial injustices in access to basic sanitation networks in *Baixada Fluminense*. The second chapter, *Injustiças espaciais da água privatizada: o caso da PROLAGOS-RJ (Spatial injustices of privatised water: the case of PROLAGOS-RJ)*, fruit of Damaris Alencar de Farias'

Master's dissertation, focuses on the analysis of the spatial management of a private water management company. The author points out that, behind the positive images disseminated by the company's advertising department, there remain historical injustices in access to water in the poorest areas.

In *A importância da competência intercultural em agências europeias do domínio da justiça e dos assuntos internos (The importance of intercultural competence in European agencies in the field of justice and home affairs)*, Natália Ramos and João José Silva Cabaço reinforce the importance of European agencies' intervention in many international situations, related to multiculturalism, migration, refugees, political or otherwise, and the investigation of human trafficking. The intention, ultimately, is the constant search for a multicultural Europe endowed with security, freedom and opportunity.

In Part IV – Society, Education and Culture, *Mobilidades e territórios de espera. Aeroportos – algumas notas geográficas (Mobilities and waiting territories. Airports - Some Geographical Notes)*, by João Luís J. Fernandes, is an analysis of international airports, which are fundamental objects in the world order of globalisation. As strategic infrastructures and nodes of international networks, airports have also become de facto spaces of insecurity and confinement in times of various restrictions on free movement. Following on, *Le partage judiciaire suite à un procès de pénalités pour la non-exécution d'une décision civile (Judicial sharing following a penalty trial for non-execution of a civil decision)* is an analytical effort by Ileana Constantinescu and Adriana Motatu, based on the study of a real case in Bucharest, Romania, where it was possible to avoid convictions and judicial fines based on false documentation.

In *Tecnologias digitais na comunicação e na integração educacional e intercultural: desafios globais contemporâneos (Digital technologies in communication and in educational and intercultural integration: contemporary global challenges)*, Maria Natália Ramos and Ana Cristina Lopes assess the positive outcomes of incorporating communication and information technologies in education in times of pandemic, bringing together teachers and students who were physically separated by the need for social distancing. There is no doubt that some changes will remain and will require adaptations in teacher training, in classrooms and in the teaching model itself. Also focusing on teaching tools and methods, from the perspective of the Bulgarian school educational reforms, *Didactic application of the educational technology of the geographical maze in geography and economics training*, by Stella Dermendzhieva and Tamara Draganova, aims to reflect on the methodological use of the geographical maze, an important tool for testing students' knowledge, skills and competences in geography.

The chapter called *As perspetivas sobre os caminhos do (in)sucesso escolar (Perspectives on the paths to success (failure) at school)*, by Silvia Alexandra Oliveira, Diogo Miguel da Silva Pinto and Helena Pina, is a review of the peremptorily quantitative mode of measuring student success-failure. Based on the "Projeto de Vida" ("Life Project"), a questionnaire was applied to understand the aspirations of the students in more detail. In this context, the authors reinforce how fundamental it is to consider the diversity of learning models,

socio-economic and cultural characteristics, as well as the ambitions, motivations, and desires of the students.

Also in this part, *A avaliação de desempenho e a motivação dos colaboradores nas IPSS do concelho da Trofa (Performance review and employee motivation in IPSSs (Private Institutions of Social Solidarity) in the Trofa municipality)*, by Sérgio Monteiro, José António Oliveira and Maria João Polidoro, aims to analyse the implementation and impacts of performance reviews on the employees of non-profit organisations and if in fact such practices are a motivating factor for human resources. *O contexto filosófico do pensamento de Barney Glaser (The philosophical context of Barney Glaser's thought)*, by José Luís Braga, investigates the work of the American sociologist Barney Glaser (1930-2022) – one of the founders of *Grounded Theory* – intending to reflect on the principles, beliefs, and philosophical assumptions of this methodological approach. *A geografia de Milton Santos: notas sobre a atualidade do seu pensamento em tempos pandémicos (Milton Santos' Geography: notes on the relevance of his thought in pandemic times)*, by Ariane Melchior Nunes da Horta and Guilherme Chalo, reveals that the work of the most prominent Brazilian geographer (1926-2001) is capable of offering fundamental elements for understanding the world today in times of the COVID-19 pandemic, whether based on the theory of globalisation and geographical environments, or based on urban-metropolitan rationales and the upper and lower circuits of the economy.

Part V – Environment and Sustainability, the last segment of the book, begins with the chapter *Is the land half empty or half full of forest? Biocentric conservation versus socio-ecological land use in the Brazilian Atlantic Forest*, by Scott William Hoefle. It is a critique of the full adoption of the North American conservation model in Brazil, because it discriminates, marginalises, and replaces small producers by converting their properties into conservation units, summer houses and farms for leisure and tourism. *Spatial evolution and archaeological contextualization through Holocene Edapho-sedimentary deposits: Areoso Island (NW Spain)*, by Daniel Cajade-Pascual, Manuela Costa-Casais and Ramón Blanco-Chao, analyses the geomorphological heritage of the small island located in the Ria de Arousa, with emphasis on granitic formations and edaphic-sedimentary deposits. This is an invaluable heritage currently threatened by the rising sea level, which requires environmental management strategies for its preservation.

Risco e percepção: o caso de Bom Jardim e o "Mega desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro" (Risk and perception: the case of Bom Jardim and the "Mega disaster in the Serrana Region of Rio de Janeiro"), by Andréa Carmo Sampaio and Gabrielle dos Santos Costa, focuses on the neighbourhood of Jardim Ornellas. The authors analyse the option of many inhabitants to remain in the municipality of Bom Jardim, even after the severe landslides and floods that hit seven cities in Rio de Janeiro in 2011, with major economic impacts and human losses. Next, *Perfil geoecológico: interrelações físico-geográficas presentes na Floresta Nacional Mário Xavier – Seropédica (RJ) (Geo-ecological Profile: physical-geographic interrelations present in the Mário Xavier National Forest – Seropédica (RJ))*, by Luanna de Oliveira Moreira, Karine Bueno Vargas, Claudio Lucas Capeche, Enio Fraga da Silva, José Ronaldo de Macedo and Regina Cohen Barros, is a study focused on a preservation area located in the municipality of Seropédica (Rio

de Janeiro, Brazil). The authors' main objectives are to characterise the physical-geographic aspects in the structuring of the landscape and to understand the interrelations between soil and vegetation.

Risco à Leishmaniose Tegumentar Americana na Baixada Verde: a vulnerabilidade ambiental do Município de Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil (Risk to American Tegumentary Leishmaniasis in the Baixada Verde: the environmental vulnerability of the Municipality of Seropédica, Rio de Janeiro, Brazil), by Fernanda Karla Bezerra da Silva and Heitor Soares de Farias, focuses on a disease that persistently occurs in poor areas, with precarious housing, lack of access to basic sanitation and degraded environments. Based on data from the Tourism Board of the State of Rio de Janeiro, which sees potential for tourism in the region, the authors not only warn about the risks of contamination but also reaffirm the need to improve the social conditions of the region. Closing the book, *Causses du Quercy: construcción de una identidad ligada a la Protección de la Natureza (Causses du Quercy: building an identity linked to Nature Protection)*, by Daniel del Río Franqueira and Jose Antonio Aldrey Vázquez, studies the environmental protection model that aims to include, rather than exclude or ignore, the inhabitants of green areas, through collaborative management processes, the construction of a common identity and the creation of a clear strategy for sustainable development.

It is hoped that the diverse range of reflections contained in *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade (Overarching Issues of the European Space: From Sustainable Development to Sustainability)*, with chapters by authors from several countries, such as Bulgaria, Croatia, Spain, France, Ireland, Portugal, Romania and Brazil, will stimulate debate on a fairer, more egalitarian and democratic society. Each line herein is also a unique effort, the result of much dedication, to disseminate and to raise awareness from the perspective of geography and other fields of knowledge, highlighting the problems and challenges that are mounting in a scenario that is still one of pandemic, after an unimaginable period of hardship.

Paulo Freire (1921-1997), the most important educator in Brazilian history, taught us that “change is difficult, but it is possible”⁹. According to the same master, it is important above all to “hope”!

Porto, May 2021
Leandro Dias de Oliveira

⁹ FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

Prefácio

Não há dúvidas que a última década foi bastante difícil em relação à questão ambiental contemporânea. Iniciada sob o rescaldo de uma profunda crise econômica, a Crise Financeira de 2007-2008, oriunda da Crise dos Subprimes nos Estados Unidos e que abalou em diferentes graus a economia dos mais diferentes países do mundo, para agravar a situação, a década encerrou-se sob os auspícios da pandemia da Covid-19, a maior da história e que insiste em nos ameaçar com novas ondas de contágio. Conforme é explicado num importante relatório de 2021¹⁰, as pandemias são sociais e econômicas; as dimensões temporais e espaciais da nossa resposta, têm um papel significativo no combate aos efeitos da doença; os relacionamentos, vidas, meios de subsistência e as suas interconexões, são fundamentais para a sua superação. Assim, a pandemia da Covid-19 revelou não somente como a disseminação do coronavírus foi fruto de um modelo de vida ambientalmente violento e inconsequente, mas também a fragilidade das estruturas econômicas, sociais, políticas, ambientais e de saúde pública, sobre as quais a nossa civilização está alicerçada.

Todavia, durante a última década, vivenciamos importantes ações em prol do meio ambiente. Na cidade do Rio de Janeiro sediou-se novamente uma conferência ambiental de grande envergadura, vinte anos após a realização da Eco-92: a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, que ocorreu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012. Com o objetivo de discutir o legado da Eco-92, principalmente no que se refere às implementações das propostas contidas na Declaração do Rio¹¹, na Agenda 21¹², na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima¹³ e na Convenção sobre Diversidade Biológica¹⁴, a Rio+20 deixou como legado a *Carta do Rio*, intitulada *O futuro que queremos*¹⁵. Se essa conferência reforçou a importância do desenvolvimento sustentável, também apresentou um viés mais econômico com o uso do termo *Economia Verde*, algo que remete diretamente ao entendimento das riquezas naturais como mercadorias e a um ajustamento mais epidérmico do modelo de desenvolvimento vigente.

Apenas três anos após a realização da Rio+20, ocorreu a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, realizada entre 25 e 27 de setembro em Nova Iorque, onde oficialmente foi aprovada uma nova agenda intitulada *Transformando nosso mundo: a agenda de 2030 para o*

¹⁰ *The British Academy. Shaping the Covid Decade: Addressing the long-term societal impacts of covid-19, 2021.* <https://www.thebritishacademy.ac.uk/documents/3239/Shaping-COVID-decade-addressing-long-term-societal-impacts-COVID-19.pdf>.

¹¹ Declaração do Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 153-159, agosto de 1992.

¹² *Agenda 21*. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

¹³ *United Nations Framework Convention on Climate Change*, Rio de Janeiro, United Nations, 5 June 1992.

¹⁴ *Convention on Biological Diversity*, Rio de Janeiro, United Nations, 5 June 1992.

¹⁵ *The future we want*. Rio+20 (United Nations Conference on Sustainable Development), Rio de Janeiro, Brazil, 20-22 June 2012.

*desenvolvimento sustentável*¹⁶, que incluía os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (17 ODS). Se os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se apresentam como potenciais norteadores de ações socioambientais benéficas, imaginar que se trata de um conjunto de políticas universais para todos os Estados-membros da ONU é algo, no mínimo, demasiado utópico.

Assim, algumas reflexões importantes devem ser realizadas:

- Há urgência na criação de formas, modelos, estruturas e mecanismos políticos, económicos, sociais, jurídicos e culturais para a contenção do desenvolvimento em sua forma ilimitado-avassaladora, mediante a indissociabilidade entre o modelo produtivo vigente, o estilo de vida contemporâneo e os profundos impactos ecológicos resultantes, em suas múltiplas escalas;
- Desenvolvimento sustentável (e também economia verde) é uma terminologia instituída em importantes estudos internacionais e conferências mundiais sobre meio ambiente, cujo papel é justamente equacionar o modelo de desenvolvimento económico desenfreado e ambientalmente destrutivo por meio de um ajustamento de ordem ecológica, com base em fórmulas de conservação e preservação ambiental;
- Com tantas disparidades políticas, económicas, sociais, culturais e ambientais entre os diferentes países do mundo, termos como o desenvolvimento sustentável tornaram-se demasiado elásticos, permissivos e maleáveis. O termo desenvolvimento sustentável, outrora destinado à satisfação presente e futura das necessidades¹⁷, cada vez mais se confunde com *sustentabilidade corporativa*, vinculada aos interesses empresariais e com a primazia do entendimento do meio ambiente como importante e lucrativo negócio;
- Por esse motivo, torna-se oportuno pensarmos em sustentabilidade(s), assim como em justiça ambiental (ou socioambiental) e na ecologia política do desenvolvimento. Não se trata de mera substituição terminológica ou ajustamento do léxico conceitual das políticas ambientais, mas de uma exigência de aprimoramento com foco nas experiências positivas de proteção da natureza, nas possibilidades coletivas e democráticas de mudanças qualitativas na realidade ambiental e na conexão com diferentes realidades do mundo na construção de uma sociedade ambientalmente mais justa.

Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade tem esse objetivo. Reúne esforços de pesquisadores europeus e de outras partes do mundo. Com temas diversos, mas com especial atenção à ciência geográfica, *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu* está dividido em cinco partes, assim nomeadas: Parte I – Economia e Desenvolvimento Territorial; Parte II – Património Cultural e Desenvolvimento; Parte

¹⁶ *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, General Assembly of United Nations (A/RES/70/1), 25 September 2015.

¹⁷ BRUNDTLAND, Gro Harlem. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1988. *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

III – Políticas Territoriais e Desenvolvimento Sustentável; Parte IV – Sociedade, Educação e Cultura; e Parte V – Ambiente e Sustentabilidade.

A Parte I – Economia e Desenvolvimento Territorial, tem início com o capítulo *El cultivo de olivar en la Europa Mediterránea: dinámicas y desafíos territoriales en el contextos de la globalización*, de autoria de José Domingo Sánchez Martínez. Trata-se de um estudo dedicado à análise dos desafios e das estratégias competitivas do setor oleícola nas diferentes regiões do Mediterrâneo da Europa Ocidental. Segundo o autor, os valores culturais dos produtores devem se tornar fonte de inspiração para enfrentar os desafios da globalização e da sustentabilidade.

Digitalização, sustentabilidade e inovação inclusiva na Europa rural: oportunidades e desafios para o setor agroalimentar, de autoria de Iván G. Peyré Tartaruga e Fernanda Q. Sperotto, examina a implantação de novas tecnologias digitais das áreas rurais da União Europeia destacando, por intermédio de uma análise espacial de dados económicos e ambientais, o importante papel das recentes políticas comunitárias sustentáveis. Por sua vez, *Opportunities for mobility in the context of european employment policy*, de Tatyana Dimitrova, trata do desafio colocado à livre circulação de trabalhadores na União Europeia, que nem sempre é simples; em tempos de transnacionalização da produção e impactos globais da pandemia da Covid-19, novos desafios emergem para as lideranças políticas.

Helena Pina, Felisbela Martins e Lúcio Carramillo assinam dois capítulos conjuntos: *Longroiva, um exemplo das conexões cidade-campo* analisa a ampliação económica das atividades termais – de algo especificamente medicinal para um espaço de lazer e bem-estar – na freguesia de Longroiva, situada no município de Mêda; *Águas subterrâneas. Águas de nascente e águas minerais naturais. O caso de Pedras Salgadas*, apresenta, a partir de um importante substrato histórico, a interpretação da importância e reflexos da atuação industrial no presente, com a consequente revitalização do património local e do próprio desenvolvimento turístico desta vila portuguesa.

A Parte II – Património Cultural e Desenvolvimento, é inaugurada com *Development of Ruse Region as a destination for apitourism*, escrito por Lyubomir Lyubenov e Slavi Dimitrov. É um texto dedicado ao turismo apícola (ou apiturismo), que se tem desenvolvido fortemente em países como Polónia, Alemanha, República Checa, Lituânia, Ucrânia e Eslovênia, e que é capaz de fomentar não somente o desenvolvimento económico pertinente à atividade de criação de abelhas, mas também o turismo rural, de bem-estar, cultural e gastronómico.

Já *O Porto retratado por estrangeiros em livros e guias de viagem nas épocas moderna e contemporânea – plano de investigação*, de José Luís Braga, objetiva compreender a evolução histórica da imagem turística do Porto nos séculos XIX e XX, reconhecendo tipologias dos viajantes e a própria evolução da propaganda turística. A seguir, *Vinho e tabernas da Região do Vinho Verde (século XVIII)*, de António Barros Cardoso, apresenta esses espaços de sociabilidade e consumo do Vinho Verde, em concelhos como Monção, Melgaço, Viana do Castelo, Ponte de Lima e Penafiel, com o objetivo de realizar um percurso histórico sobre o consumo, os preços dos vinhos e as práticas nas cidades e vilas que ainda persistem. Na mesma perspetiva, *Rota turística e cervejeira do Rio de Janeiro (Brasil): leitura geo-económica de um*

fenómeno produtivo-espacial, de Leandro Dias de Oliveira, é um esforço analítico para a compreensão da grande expansão de produtores de cervejas artesanais na Região Serrana Fluminense, cuja repercussão não somente incrementa o setor produtivo, mas também implica a ampliação do turismo cultural-gastronômico das cidades envolvidas.

Assinado por Regina Cohen Barros, Gabrielle Evangelista da Silva, Karine Bueno Vargas, Andrea Carmo Sampaio, Maria Cristina Lorenzon e Maria Veronica Leite Pereira Moura, *O Jardim das Amoreiras e o resgate da memória de Seropédica/RJ no fio da seda: um projeto de extensão no Jardim Botânico da UFRRJ*, tem como intento apresentar os resultados de um projeto de resgate da memória da cidade de Seropédica (Rio de Janeiro, Brasil), cujas origens remetem a sericicultura, atividade econômica da produção da seda que combina a criação do bicho-da-seda e a cultura de amoreiras para a sua alimentação.

The New Eurasian Land Bridge: elements to think geopolitics and China-Europe cooperation, de Jonathan Christian Dias dos Santos, André Santos da Rocha e Pablo Ibanez, inicia a Parte III – Políticas Territoriais e Desenvolvimento Sustentável. Neste texto, são averiguados importantes elementos e territorializações da atuação chinesa no continente europeu, com destaque para a Nova Ponte Terrestre Euroasiática, um corredor ferroviário oriundo da China que atinge os portos de Rotterdam, na Holanda, e de Antuérpia, na Bélgica

The globalization of political processes. The geographical view, de Atanas Dermendzhiev e Martin Doikov, é um estudo dedicado à compreensão geográfica da globalização. Analisam um cenário em que as distâncias são encurtadas, há maior integração política, econômica e cultural e é afetada a soberania absoluta do Estado-nação, com a emersão e consolidação da ONU, da OTAN, do FMI e do Banco Mundial como importantes atores internacionais. Em *A política alemã de cooperação internacional no setor energético*, Ana Isabel Gouveia Boura destaca o importante papel da Alemanha no incremento das políticas ambientais internacionais no setor energético, propostas em documentos como a Agenda 21, o Acordo de Paris e a Agenda 2030, com base em ações no acesso à energia, na utilização de energias renováveis e na eficiência energética. A seguir, coordenado por Glória Teixeira e coassinado por António Graça Moura, Leonor Castro, Lucas Oliveira, Matilde Andrade, Afonso Correia, Valéria Azevedo, *A despesa em Portugal: escolhas e conflitos*, analisa a evolução e os desafios futuros da despesa pública e privada em Portugal, destacadamente pela necessidade de compatibilização com o envelhecimento populacional e o rigor orçamental.

O acesso à água e ao saneamento básico no estado do Rio de Janeiro, Brasil, é tema de dois capítulos: *Políticas públicas de saneamento básico, redes e o território na Baixada Fluminense, RJ (Brasil)*, de André Santos da Rocha e Cleber Marques de Castro, retrata as injustiças históricas e espaciais no acesso às redes de saneamento básico na Baixada Fluminense; *Injustiças espaciais da água privatizada: o caso da PROLAGOS-RJ*, fruto da dissertação de mestrado de Damaris Alencar de Farias, tem como foco a análise da gestão territorial de uma empresa privada na gestão da água, apontando que, por detrás das imagens positivas divulgadas pelo setor de propaganda da companhia, permanecem as injustiças históricas no acesso à água nas áreas mais pobres.

Em *A importância da competência intercultural em agências europeias do domínio da justiça e dos assuntos internos*, Natália Ramos e João José Silva Cabaço reforçam a necessária atenção das agências europeias em muitas situações internacionais, relacionadas com o multiculturalismo, as migrações, os refugiados, políticos ou não, e a investigação sobre o tráfico de seres humanos. A intenção, no final, é a constante busca por uma Europa multicultural dotada de segurança, liberdade e oportunidade.

Já na Parte IV – Sociedade, Educação e Cultura, *Mobilidades e territórios de espera. Aeroportos – algumas notas geográficas*, de João Luís J. Fernandes, é uma análise dos aeroportos internacionais, que são objetos fundamentais na ordem mundial da globalização. Sendo infraestruturas estratégicas e nós das redes internacionais, os aeroportos também se tornaram de facto em espaços de insegurança e confinamento em tempos de restrições diversas à livre circulação. Na sequência, *Le partage judiciaire suite à un procès de pénalités pour la non-exécution d'une décision civile* é um esforço analítico de Ileana Constantinescu e Adriana Motatu com base no estudo de um caso real em Bucareste, Roménia, onde a partir de documentação falsa, foi possível evitar condenações e multas judiciais.

Em *Tecnologias digitais na comunicação e na integração educacional e intercultural: desafios globais contemporâneos*, Maria Natália Ramos e Ana Cristina Lopes avaliam o quão positiva foi a incorporação das tecnologias de comunicação e informação na educação em tempos de pandemia, aproximando professores e alunos fisicamente afastados pela necessidade de distanciamento social. Não há dúvidas que algumas mudanças permanecerão e exigirão adaptações na formação docente, nas salas de aula e no próprio modelo de ensino. Também sobre ferramentas e métodos de ensino, tendo em vista as reformas educacionais da escola búlgara, *Didactic application of the educational technology geographical maze in geography and economy training*, escrito por Stella Dermendzhieva e Tamara Draganova, tem como objetivo refletir sobre o uso metodológico do labirinto geográfico, uma importante ferramenta de teste de conhecimentos, aptidões e competências dos estudantes em geografia.

O capítulo intitulado *As perspetivas sobre os caminhos do (in)sucesso escolar*, de autoria de Sílvia Alexandra Oliveira, Diogo Miguel da Silva Pinto e Helena Pina, é uma crítica à forma peremptoriamente quantitativa de aferição do sucesso-insucesso dos estudantes. Tendo por base o “Projeto de Vida”, foi aplicado um questionário para compreender, com mais detalhe, as aspirações dos discentes. Neste contexto, os autores reforçam o quão é fundamental que se contemple a diversidade de modelos de aprendizagem, as características socioeconómicas e culturais e as ambições, motivações e desejos dos alunos.

Ainda nesta parte, *A avaliação de desempenho e a motivação dos colaboradores nas IPSS do concelho da Trofa*, de Sérgio Monteiro, José António Oliveira e Maria João Polidoro, objetiva analisar a implementação e os impactos da avaliação de desempenho nos colaboradores de organizações sem fins lucrativos e se de facto tal prática significaria, por si só, um fator motivador dos recursos humanos. *O contexto filosófico do pensamento de Barney Glaser*, redigido por José Luís Braga, investiga a obra do sociólogo americano Barney Glaser (1930-2022) – um dos fundadores da *Grounded Theory* –, intencionando refletir sobre os

princípios, crenças e pressupostos filosóficos desta abordagem metodológica. *A geografia de Milton Santos: notas sobre a atualidade do seu pensamento em tempos pandémicos*, escrito por Ariane Melchior Nunes da Horta e Guilherme Chalo, revela que a obra do mais proeminente geógrafo brasileiro (1926-2001) é capaz de oferecer elementos fundamentais para a compreensão do mundo atual em tempos de pandemia da Covid-19, seja a partir da teoria da globalização e dos meios geográficos, seja por meio das lógicas urbano-metropolitanas e dos circuitos superior e inferior da economia.

A Parte V – Ambiente e Sustentabilidade, último segmento do livro, tem início com o capítulo *Is the land half empty or half full of forest? Biocentric conservation versus socio-ecological land use in the Brazilian Atlantic Forest*, de Scott William Hoefle. Trata-se de uma crítica à adoção plena do modelo de conservação norte-americano no Brasil, porque discrimina, marginaliza e substitui os pequenos produtores convertendo as suas propriedades em unidades de conservação, casas de veraneio e fazendas direcionadas para o lazer e turismo. *Spatial evolution and archaeological contextualization through Holocene Edapho-sedimentary deposits: Areoso Island (NW Spain)*, de Daniel Cajade-Pascual, Manuela Costa-Casais e Ramón Blanco-Chao, analisa o património geomorfológico da pequena ilha localizada na Ria de Arousa, com destaque para as formações graníticas e de depósitos edafo-sedimentares. Trata-se de um verdadeiro património atualmente ameaçado pelas elevações do nível do mar, o que exige estratégias de gestão ambiental para a sua preservação.

Risco e percepção: o caso de Bom Jardim e o “Mega desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro”, de Andréa Carmo Sampaio e Gabrielle dos Santos Costa, analisa, com foco no bairro do Jardim Ornellas, no município de Bom Jardim, a opção pela permanência de muitos habitantes mesmo após os graves deslizamentos e inundações que atingiram sete cidades fluminenses no ano de 2011, com grandes impactos económicos e perdas humanas. A seguir, *Perfil geoecológico: interrelações físico-geográficas presentes na Floresta Nacional Mário Xavier – Seropédica (RJ)*, por Luanna de Oliveira Moreira, Karine Bueno Vargas, Claudio Lucas Capeche, Enio Fraga da Silva, José Ronaldo de Macedo e Regina Cohen Barros, é um estudo centrado numa área de preservação localizada no município de Seropédica (Rio de Janeiro, Brasil), cujos objetivos são caracterizar os aspectos físico-geográficos na estruturação da paisagem e compreender as interrelações entre solo e vegetação.

Risco à Leishmaniose Tegumentar Americana na Baixada Verde: a vulnerabilidade ambiental do Município de Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil, assinado por Fernanda Karla Bezerra da Silva e Heitor Soares de Farias, é um trabalho sobre uma doença que persiste em ocorrer em áreas pobres, com moradias precárias, falta de acesso ao saneamento básico e ambientes degradados. A partir de dados da Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, que vislumbra na região potencial turístico, os autores não somente alertam para os riscos de contaminação como reafirmam a necessidade de melhoria das condições sociais da região. Fechando o livro, *Causses du Quercy: construcción de una identidad ligada a la Protección de la Naturaleza*, assinado por Daniel del Río Franqueira e Jose Antonio Aldrey Vázquez, estuda o modelo de proteção ambiental que visa incluir, e não excluir ou ignorar, os habitantes das áreas

verdes, por meio de processos colaborativos de gestão, de construção de uma identidade comum e da criação de uma estratégia clara de desenvolvimento sustentável.

O que se espera é que o conjunto diversificado de reflexões contidas em *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Do Desenvolvimento Sustentável à Sustentabilidade*, com capítulos assinados por autores de diferentes países, como Bulgária, Croácia, Espanha, França, Irlanda, Portugal, Roménia e Brasil, é o estímulo ao debate sobre uma realidade mais justa, igualitária e democrática. Há também em cada linha aqui redigida um esforço singelo, mas fruto de muita dedicação, de divulgar e alertar, à luz da geografia e de outros campos do saber, os problemas e os desafios que se avolumam num cenário ainda pandémico, após um inimaginável período de agruras.

Paulo Freire (1921-1997), o mais importante educador da história brasileira, nos ensinou que “mudar é difícil, mas é possível”¹⁸. É preciso acima de tudo, segundo o mesmo mestre, “esperançar”!

Porto, maio de 2021
Leandro Dias de Oliveira

¹⁸ FREIRE, Paulo. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

PARTE I

Economia e Desenvolvimento Territorial

.....

Economy and Territorial Development

EL CULTIVO DE OLIVAR EN LA EUROPA MEDITERRÁNEA: DINÁMICAS Y DESAFÍOS TERRITORIALES EN EL CONTEXTO DE LA GLOBALIZACIÓN

--

OLIVE GROWING IN MEDITERRANEAN EUROPE: TERRITORIAL DYNAMICS AND CHALLENGES IN THE CONTEXT OF GLOBALIZATION

José Domingo SÁNCHEZ MARTÍNEZ

Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación

Universidad de Jaén, Espanha

idsanche@ujaen.es

Resumen

El cultivo del olivar está extendido en toda la cuenca mediterránea, donde se encuentran los principales países productores del mundo, pero también en otros lugares de latitudes medias en las fachadas orientales de los continentes, con condiciones climáticas similares, e incluso se está aclimatando en lugares donde no se cumplen estos requisitos. En el caso de las regiones rurales mediterráneas más especializadas en la obtención y venta de aceite de oliva se afrontan los retos de una etapa de cambios profundos, en el contexto de las tensiones que introduce la globalización. La gama de oportunidades y amenazas que de ello se derivan se concretan en función de la diversidad y el contraste de las explotaciones agrarias, pues conviven desde minifundios para la práctica de una agricultura recreativa hasta grandes explotaciones muy tecnificadas que compiten exitosamente en el mercado internacional. En este trabajo se han comparado las respuestas que se están dando a estas presiones de cambio en cuatro de las principales áreas productoras de España, Italia, Francia y Portugal: Andalucía, Apulia, Provenza y Alentejo. Buena parte de los resultados se han obtenido mediante métodos cualitativos. Así, se visitaron las cuatro regiones para realizar entrevistas en profundidad, organizar grupos de discusión con actores locales destacados y hacer trabajo de campo autónomo. Entre las aportaciones se destaca la importancia que los contextos institucionales tienen para abordar la respuesta en cada uno de los territorios analizados. Igualmente, se expone la existencia de una importante brecha entre los modernos olivares de alta densidad, con una estrategia de competencia basada en la reducción de costes, y los olivares tradicionales, donde se abre paso una estrategia de cualificación y diferenciación para alcanzar la rentabilidad en los mercados globalizados.

Palabras clave: aceite, cultivo de olivar, instituciones, desarrollo regional, neo-productivismo

Abstract

Olive growing is widespread throughout the Mediterranean basin, where the world's main producing countries are located, but also in other mid-latitude locations on the eastern fronts of the continents, with similar climatic conditions, and is even acclimatizing in places where these requirements are not met. In the case of the rural Mediterranean regions most specialized in the production and sale of olive oil, they are facing the challenges of a period of profound changes, in the context of the tensions introduced by globalization. The range of opportunities and threats arising from this situation is determined by the diversity and contrast of farms, ranging from smallholdings for recreational agriculture to large, highly technological farms that compete successfully in the international market. This paper has compared the responses to these pressures for change in four of the main producing areas of Spain, Italy, France and Portugal: Andalusia, Apulia, Provence and Alentejo. Most of the results were obtained using qualitative methods. Thus, the four regional areas were visited to conduct in-depth interviews, organize discussion groups with key local actors and carry out autonomous fieldwork. Likewise, the existence of an important gap between modern high-density olive groves, with a competitive strategy based on cost reduction, and traditional olive groves, where a strategy of qualification and differentiation to achieve profitability in globalized markets is gaining ground.

Keywords: oil, olive growing, institutions, regional development, neo-productivism.

1. Introducción

Las regiones mediterráneas más especializadas en el cultivo olivarero presentan, en términos de desarrollo, diferentes opciones, pero estas pasan por ajustarlas a un entorno mundial cada vez más competitivo. Entre las respuestas que se están produciendo en la actualidad es posible encontrar fórmulas adecuadas para hacer compatible la sostenibilidad de estos territorios con la globalización del consumo de los aceites de oliva, pero también se detectan situaciones que permiten adelantar un escenario de cambios profundos y traumáticos a pesar del valor intrínseco que se reconoce a este producto singular. Para ilustrar esta gama de opciones hemos procedido a comparar la situación existente en algunas de las principales regiones productoras del mundo, todas las cuales pueden considerarse como las más representativas de sus respectivos países: Andalucía, Alentejo, Apulia y Provenza.

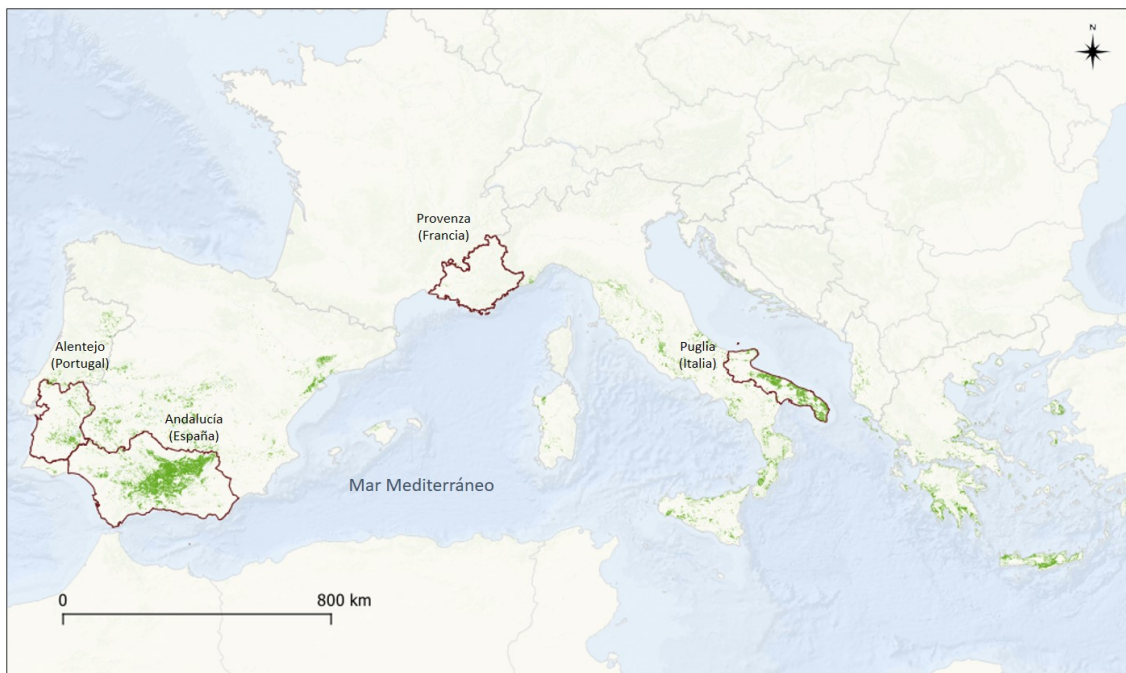


Figura 1 - Mapa de situación de las regiones estudiadas. En color verde se observa la distribución del olivar en los países mediterráneos que forman parte de la Unión Europea.

Fuente: CORINE Land Cover <https://land.copernicus.eu/pan-european/corine-land-cover>

El prestigio de los aceites de oliva como producto saludable -como componente fundamental de la dieta mediterránea-, ha provocado un aumento de su demanda global. Por otra parte, los precios de este alimento siempre son superiores comparados con las principales grasas vegetales que se comercializan en el mundo, entre las cuales la procedente de la aceituna es realmente minúscula, apenas del 2% del

total. A consecuencia de ello, la superficie destinada al olivar se ha ampliado notablemente, multiplicando por cuatro la cantidad existente a mediados del siglo pasado, cuando la FAO comenzó a llevar registros estadísticos. A día de hoy se cosecha un área superior a 11,5 millones de hectáreas y el cultivo se encuentra presente ya en más de sesenta países. Más de la mitad de esta superficie se concentra en los países europeos. El resto del olivar mundial se dispersa tanto en otros países productores mediterráneos (Marruecos, Túnez, Argelia, Egipto, Turquía, Siria ...), como en países olivareros recién llegados, en los que se ha conseguido aclimatar rápida y de manera relativamente satisfactoria el cultivo, caso de Uruguay, el sur de Brasil, China, Arabia Saudí o los estados norteamericanos de Texas, Arizona o Georgia (Sánchez y Garrido, 2018).

No todo son buenas noticias en este panorama general, pues la situación del mercado a medio y largo plazo marca una tendencia en la que la producción mundial media crece más rápidamente que el consumo, por lo que las tensiones en los precios no han hecho sino emerger de manera frecuente y cruda. Particularmente interesante es la constatación, en este contexto, de la significativa bajada del consumo en los principales países productores europeos. Se trata de cambios relacionados con nuevos hábitos de consumo, que suponen la reducción de las comidas que se realizan en el propio hogar a favor de comedores o restaurantes, donde los aceites de oliva se utilizan en menor medida; como también al hecho de que cada vez se incluyan mayores cantidades de alimentos procesados, un segmento productivo proclive a reducir costes recurriendo a grasas más baratas.

Según los datos que ofrece el Consejo Oleícola Internacional, el consumo mundial de aceites de oliva desde la campaña 1990/91 a la actualidad prácticamente se ha doblado, hasta situarse en cantidades próximas a los 3 millones de toneladas anuales. Sin embargo, en este mismo período los consumos combinados de España, Italia, Grecia y Portugal se han reducido tanto en términos absolutos desde los máximos obtenidos a comienzos del siglo XXI, como, de manera harto elocuente, en términos relativos, pues de absorber el 70% de lo producido, hoy apenas supone el 40%; demostrándose así que la dependencia de las exportaciones es más importante que en cualquier momento previo de la historia reciente. El aceite de oliva es un producto sensible y su consumo es elástico, mientras que las respuestas de los agricultores a los cambios del mercado son más lentas o limitadas, comenzando por el hecho de que se trata de un cultivo permanente y, hasta ahora al menos, con vocación de mantenerse durante un período de tiempo medido en centurias. Por otra parte, la reducción gradual de las ayudas públicas y la desaparición de la práctica totalidad de los mecanismos de protección de la actividad agrícola tradicional en la Unión Europea, están haciendo que cada vez resulte más difícil la competencia de los agricultores tradicionales en los mercados internacionales, habiendo llegado a situaciones en las que los costes de producción se han situado por encima de la remuneración por su venta.

Los precios de venta y los costes medios están sujetos, no obstante, a un importante rango y son muy cambiantes en función del tipo de olivar de que se trate. Si nos fijamos sólo en los olivares tradicionales este es también el caso cuando comparamos diferentes regiones europeas. Los precios van

desde los 2,60 €/kg de Andalucía hasta los 15 €/kg de Provenza; por su parte, los costes se mueven entre los 2,34 €/kg de Alentejo y los 11 €/kg de Provenza¹. Por estas razones, no es casual que la mayoría de las plantaciones recientes o las que se están efectuando en la actualidad adopten los modelos intensivos o súper-intensivos, en un ciclo que puede calificarse como neo-productivista, siguiendo una estrategia por tanto de competencia por reducción de costes. Así está servida la dualidad radical que contrapone, de un lado, a los olivares tradicionales estereotipados por el minifundismo, el carácter familiar de las explotaciones, las bajas producciones, una marcada variación interanual de las cosechas, el predominio del régimen de secano o la dependencia de los subsidios. Y, de otro lado, las modernas, bien dimensionadas y gestionadas bajo principios empresariales, cuyas características incluyen grandes explotaciones completamente mecanizadas, orientadas al mercado, una gestión técnica profesionalizada y una concepción financiera de la agricultura. Los contrastes son reconocibles no solo desde la perspectiva económica, sino también desde la social, cultural, ambiental y económica. Por el momento, el panorama mundial ofrece el predominio de los olivares tradicionales y el liderazgo productivo de los países europeos; pero son estos los que precisamente se enfrentan a retos más agudos por la velocidad a la que están apareciendo plantaciones intensivas y súper-intensivas.

2. Material y métodos

La investigación fue diseñada bajo la premisa de analizar diferentes regiones del Mediterráneo occidental europeo donde se presentan contrastadas situaciones y estrategias competitivas (Khan, 2014).

Después de examinar bibliografía científica, prensa especializada en el sector oleícola y diferente información estadística y cartográfica disponible para cada una de las áreas seleccionadas, se visitaron para realizar entrevistas en profundidad, organizar grupos de discusión con actores locales destacados y hacer trabajo de campo autónomo, por lo que buena parte de los resultados están fundamentalmente basados en análisis cualitativos (Burns y Grove, 2009).

3. Resultados

Las regiones analizadas son las principales productoras de sus respectivos países, que oscilan entre un tercio y cuatro quintas partes de la producción nacional, sumando entre todas el 80% de los aceites de oliva obtenidos en la Unión Europea y suponen casi la mitad del total de tierras dedicadas al

¹ Según datos extraídos del Consejo Oleícola Internacional (IOC, 2015 y IOC, 2019) y entrevistados. Los precios se refieren a la categoría de aceite de oliva virgen extra.

cultivo del olivar. Además, salvo en el caso de Apulia, afectada por una epidemia, son los olivares más productivos de sus respectivos países debido a la especialización de los agricultores, que han utilizado conocimientos para la producción de aceite acumulados durante siglos. En efecto, las cuatro regiones tienen vínculos históricos con el olivar y el aceite, hasta el punto de que la olivicultura está incrustada en la cultura de estos territorios, e impregnando nuevas actividades como el turismo o la gastronomía moderna. Por esta razón, las decisiones estratégicas de los agricultores están fuertemente conectadas con otros actores territoriales que comparten el mismo contexto institucional. En términos generales, los agricultores tradicionales se enfrentan a una decisión estratégica con tres opciones básicas: el abandono, la resignación o la reacción.

3.1. Abandono

Los agricultores que deciden abandonar el cultivo (de manera total o parcial, definitiva o temporal) se pueden encontrar en todas las regiones analizadas, pero en la actualidad son más numerosas en el caso de Apulia y, en particular, en el Salento, al sur de la región. Abandonar el cultivo y mantener al mismo tiempo la propiedad no es común en el Alentejo, Provenza o Andalucía, pero sí en el caso italiano. La situación de abandono y menor atención a los cultivos de olivos en el sur de la región podrían haber contribuido al brote de *Xylella fastidiosa*, dado que, en opinión de un cualificado técnico regional, los árboles no habrían estado en condiciones óptimas para hacer frente a la infección. Por otra parte, la irrupción de la bacteria no hizo sino mostrar de manera dramática las debilidades con las que ya contaban estos olivares, interrumpiendo la producción de aceitunas porque el árbol se va desecando en un período de cuatro años, durante los cuales la cosecha se va reduciendo progresivamente hasta su total agotamiento.

3.2. Indiferencia

La mayoría de los pequeños agricultores siguen estrategias de no reacción, pero las razones que llevan a esta situación tienen claras diferencias regionales en función de aspectos comerciales e institucionales. Podemos encontrar agricultores aficionados que obtienen aceite por puro placer o por mantener viva una tradición familiar a la que se sienten ligados cultural y emocionalmente, como muchos de los agricultores del sur de Apulia o la mayoría de los olivareros provenzales, donde representan hasta dos terceras partes del total. Así mismo, hay agricultores profesionales a tiempo parcial que emplean las ganancias derivadas de sus olivares para complementar la renta familiar, como es el caso de los pequeños agricultores de Alentejo y Andalucía, que suelen trabajar a tiempo parcial o de forma estacional en los sectores de la construcción o los servicios, pues viven en ámbitos rurales que cada vez están más diversificados. Las razones comerciales son muy importantes para entender esta actitud de indiferencia.

En el caso de la Provenza el aceite de oliva también se valora como un producto cultural, regional y específico, que permite que las pequeñas producciones locales alcancen precios muy altos en comparación con los de las otras regiones que estamos considerando. La calidad objetiva bajo parámetros internacionales y la diferenciación del producto permiten obtener, de hecho, unos ingresos del orden de 20 €/l, algo que en el resto de regiones sólo se obtiene para una fracción muy reducida de la cosecha. Esto es posible gracias a la existencia de una oferta local muy reducida en una zona que, no obstante, está muy poblada y tiene importantes flujos turísticos. Por otra parte, los costes de producción son aquí igualmente más elevados, en una horquilla que va desde los 10 a los 12 €/kg cuando se suman todos los costes; aun así, los márgenes siguen siendo elevados, como demuestra el hecho de que ni siquiera los gerentes de las cooperativas entrevistadas sepan el importe de las subvenciones que se reciben, pues este dato no es relevante para la continuidad de la actividad al representar un porcentaje mínimo de los ingresos totales. Desde la perspectiva de un agricultor andaluz, que viven en un diferencial muy estrecho en términos de renta/coste, esta situación es desde luego incomprensible. La falta de formación y dedicación por parte de los olivaderos aficionados también tiene sus inconvenientes, como el mal control de algunas de las plagas y enfermedades que sufre el árbol. Este es el caso de la mosca del olivo, cuyos efectos acaban reduciendo y empeorando la producción final, creando un riesgo para toda la actividad en la región.

3.3. Reacción

Los agricultores profesionales de las cuatro regiones estudiadas están reaccionando ante los retos de la globalización. El proceso de reacción se puede tipificar en tres categorías diferentes, que no excluyentes entre sí: neo-productivismo, mejora de la posición en la cadena de valor a través de procesos de cualificación y diferenciación, y diversificación concéntrica. Las respuestas de cada región dependen de la estrategia elegida, de la participación de pequeños o grandes agricultores, del efecto de empuje del gobierno regional y del grado de cohesión de los actores sociales. Pasamos a describir estas situaciones:

a) Neo-productivismo

El Alentejo es el ejemplo paradigmático del auge del agro-negocio olivarero. El factor desencadenante de los profundos cambios que se han experimentado en esta región ha sido la disponibilidad de agua para el regadío procedente del embalse de Alqueva, sobre el río Guadiana. Con 4.150 hm³ de capacidad, permite atender no menos de 120.000 hectáreas de nuevos regadíos, de las cuales la mitad han sido rápidamente ocupadas por modernos olivares intensivos y súper-intensivos. En un corto período de tiempo, por tanto, el impacto de esta infraestructura ha sido extraordinario, desencadenando vertiginosos cambios que han modificado profundamente los paisajes alentejanos. El

impacto de las nuevas plantaciones olivareras, en concreto, ha hecho que Portugal triplicara su producción en el período que va de 1990 a 2018, superando ahora las cien mil toneladas anuales en promedio, una cifra que va a ir desfasándose paulatinamente porque las plantaciones continúan a buen ritmo y van entrando en producción muy rápidamente. Para hacernos una idea de lo que esto ha supuesto, cabe decir que, en el conjunto de los países productores de aceite de la Unión Europea, Portugal ha pasado a producir el 5% del total, cuando antes apenas pasaba del 1,5% (Sánchez, Gallego, Garrido y Rodríguez, 2018). La expansión inicialmente se realizó por la llegada de inversores españoles, tanto procedentes del sector, especialmente andaluces, buenos conocedores de las ventajas que se le ofrecían para ampliar o relocalizar sus explotaciones; pero también de grupos de inversión ajenos al sector, fundamentalmente para invertir los excedentes de la burbuja inmobiliaria y financiera que explotó apenas unos años después del inicio de este proceso de intensificación agrícola (Sánchez y Gallego, 2012). La implantación de los olivares súper-intensivos y la existencia de explotaciones grandes, de varios centenares de hectáreas por lo general, han permitido aprovechar los beneficios que se derivan de las economías de escala. Por ejemplo, la rápida entrada en producción y el extraordinario incremento de las cosechas propició la construcción de nuevas almazaras, algunas de ellas de dimensiones gigantescas y gran eficiencia, pues se han visto obligadas a procesar enormes volúmenes en cortos períodos de tiempo (Sánchez et al., 2018).

La inversión directa extranjera ha implicado la transferencia de conocimiento y tecnología, y tenido un efecto de demostración que rápidamente propició la incorporación de los agricultores portugueses a esta dinámica neo-productivista. El uso de nuevas tecnologías, la introducción de variedades adaptadas a las demandas de los mercados globalizados aunque ajenas la región (*picual*, *arbequina*, *frantoio*, *koroneiki*), la existencia de tecnologías de fertirrigación muy eficientes, la completa mecanización de las labores, los métodos de producción integrados, esto es, que dosifican científicamente los inputs suministrados a los olivos, y el seguimiento técnico de las explotaciones por parte de empresas especializadas, hacen del Alentejo una región que está respondiendo a los retos de la globalización intensificando la producción y reduciendo costes, lo que le permite ser muy competitiva en el mercado internacional de grandes volúmenes de aceites a granel. Este modelo de negocio, sin embargo, es gestionado en muchos casos por los consejos de administración de grandes empresas no vinculadas al sector agrícola y muestran poco interés por el territorio en el que operan. Está claro que se trata de un modelo que no está pensado, entonces, desde el paradigma de la empresa familiar ni para la cobertura por fórmulas de cooperación.

Andalucía, la región mundial donde la especialización productiva es más acusada, es otro ejemplo de competencia por la vía de la reducción de costes. Desde la adhesión de España al Mercado Común Europeo en 1986, el olivar se ha consolidado y generalizado en un doble proceso de extensión superficial

e intensificación productiva. Los estímulos contemplados en la Política Agraria Común (PAC) entonces vigente favorecieron la expansión hacia extensas áreas del interior oriental (Sánchez y Paniza, 2015), a la vez que se intensificaba y mecanizaba el olivar tradicional preexistente de estas mismas zonas. La posterior y progresiva desregulación de la PAC ha condicionado la forma preferida para competir con la aparición de un sistema de mayor intensificación si esto era posible. Así, las plantaciones más recientes se ubican en las mejores tierras del valle del Guadalquivir -en el oeste de la región-, donde se encuentran más fácilmente los factores de que permiten la aparición de los nuevos modelos súper-intensivos: regadío en grandes parcelas de topografía llana y forma regular en las que los empresarios fundan sus agro-negocios. El oeste de Andalucía y Alentejo se reúnen ya la mayor superficie de olivares de alta densidad de Europa y el modelo de negocio es muy parecido en ambos casos: producción a gran escala, presencia de almazaras propias, uso intensivo de tecnología y capital de inversión, así como una gestión muy profesionalizada de todas las fases que tienen por objetivo la obtención de grandes volúmenes de aceite de buena calidad para ser vendida a granel a los operadores que actúan en cadenas de distribución globalizadas. El atractivo de la rentabilidad de estos modelos ha hecho crecer el interés por los agricultores italianos y franceses en los olivares súper-intensivos, pero su representación es mucho más reducida (tabla I).

Tabla I - Datos básicos de olivares súper-intensivos en las regiones estudiadas (2017).

Regiones	Superficie (ha)	% de la sup. total	Aceite (tn)	% del total de aceite
Alentejo	40.000	21,62	62.760	76,57
Andalucía	57.505	3,57	91.778	6,29
Provenza	250	1,23	399	10,07
Apulia	2.500	0,65	3.990	4,60

Fuente: Elaboración propia a partir de datos suministrados por los entrevistados.

La elección de esta estrategia de olivicultura tiene consecuencias medioambientales ya reconocidas con anterioridad en Andalucía y ahora presentes en el Alentejo: pérdida de biodiversidad, modificación brusca del paisaje, erosión, contaminación hídrica, elevado consumo de agua (Neves y Pires, 2018; Schneidel y Krausmann, 2011; Silveira et al., 2018). Desde el punto de vista socioeconómico, el aumento de las cosechas y la revalorización de las fincas, que se ha multiplicado por cinco en el caso del Alentejo en los últimos 20 años, son signos de sustanciales mejoras para los propietarios. En general, el número de explotaciones de más de 100 hectáreas ha aumentado significativamente, con una disminución de todas las demás categorías de tamaño que están por debajo de este umbral, especialmente en las zonas con acceso al regadío (Muñoz-Rojas y Pinto-Correia, 2018).

La intensificación de los olivares ha hecho también que el empleo crezca en el Alentejo y, en un nivel más reducido, en el caso de Andalucía, en relación con los diferentes procesos de intensificación. Por el contrario, Apulia ha reducido el empleo en esta actividad debido al brote de *Xylella fastidiosa*, que ya hemos comentado anteriormente.

b) Upgrading

La estrategia de mejora de la posición en la cadena de valor pasa necesariamente por la obtención de aceites de oliva cualificados y diferenciados, a menudo identificados con un territorio concreto (véase tabla II). Las medidas para contribuir a la mejora de la calidad ha sido uno de los principales objetivos del gobierno regional andaluz, con el fin de mantener el valor en el territorio en lugar de perderlo en la venta a granel y reducir la dependencia del oligopsonio del aceite de oliva en el nivel del mercado intra-industrial (Rodríguez y Parras, 2011). Los aceites de oliva de Apulia y Provenza tienen una importante presencia en el mercado final, alcanzando altos precios en los canales locales y nacionales gracias al reconocimiento de las Denominaciones de Origen Protegido (DOP). Al nivel de precios actuales la rentabilidad de los olivares andaluces depende de las subvenciones concedidas por la PAC. Por lo tanto, mejorar posiciones en la cadena de valor es una de las opciones que deben considerarse por parte de los agricultores. En los últimos tiempos, Andalucía ha experimentado de hecho un proceso de mejora basado en la producción de aceites de oliva extra virgen de primera calidad, logrando reconocimiento internacional basado principalmente en la mejora de las condiciones de recolección y las técnicas de molturación (Rodríguez-Cohard et al., 2017). Los actores territoriales, como el gobierno regional y otras instituciones locales, los pequeños agricultores y las cooperativas, han utilizado la calidad como una suerte de mantra, apoyando este proceso en la idea de obtener precios más elevados. Y los resultados han llegado, pero solo para una proporción reducida de aceite de oliva, que se vende embotellado a precios que oscilan entre 15 y 25 € por litro. En los últimos años se han creado también nuevas DOPs, hasta completar en la actualidad un total de 12, para garantizar la calidad físico-química y organoléptica, pero también para reconocer los valores históricos y culturales vinculados al producto específico de cada zona delimitada.

A pesar de ello, en ocasiones la venta de este aceite calificado se vende a granel en proporciones muy elevadas (llegando incluso al 90% en algunas circunstancias), lo que reduce las posibilidades de añadir más valor a estos aceites locales. Por consiguiente, la mayoría de los pequeños agricultores no consideran que la estrategia de mejora sea una opción verdaderamente interesante para ellos, pues la diferencia de precios entre el aceite de oliva virgen extra y el de menor calidad no es suficiente para compensar los sobrecostes que la obtención del primero tiene respecto a los otros. Este tipo de posición del pequeño agricultor también se ha observado en el Alentejo (Reis, 2014), que cuenta con cuatro

DOPs. Independientemente de estos hechos, la estrategia de cualificación y diferenciación cuenta con el apoyo de los gobiernos y de la sociedad de las regiones estudiadas, como demuestra el hecho de que en 2019 se han aprobado las Indicaciones Geográficas Protegidas (IGP) Aceites de Jaén y Olio di Puglia, precisamente para aprovechar la idea de la territorialización de las cadenas de valor agroalimentarias, muy valoradas por los consumidores.

Tabla II - Aceites con Denominación de Origen Protegido (DOP) e Indicaciones Geográficas Protegidas (IGP) en el ámbito de estudio.

Nombre	Código UE	País	Creación
Aceite de Jaén	IGP-ES-2322	España	2017
Antequera	DOP-ES-0327	España	2003
Baena	DOP-ES-0069	España	1996
Estepa	DOP-ES-0341	España	2004
Montes de Granada	DOP-ES-0169	España	2005
Montoro-Adamuz	DOP-ES-0658	España	2007
Oli de l'Empordà	DOP-ES-1161	España	2013
Poniente de Granada	DOP-ES-0273	España	2005
Priego de Córdoba	DOP-ES-0053	España	1998
Sierra Mágina	DOP-ES-0054	España	1998
Sierra de Cazorla	DOP-ES-0137	España	2001
Sierra de Cádiz	DOP-ES-0219	España	2004
Sierra de Segura	DOP-ES-0071	España	1996
Azeite de Moura	DOP-PT-0211	Portugal	1996
Azeite do Alentejo Interior	DOP-PT-0234	Portugal	2006
Azeites da Beira Interior	DOP-PT-0264	Portugal	1996
Azeites do Norte Alentejano	DOP-PT-0266	Portugal	1996
Huile d'olive d'Aix-en-Provence	DOP-FR-9111	Francia	2000
Huile d'olive de Haute-Provence	DOP-FR-0110	Francia	2000
Huile d'olive de Nice	DOP-FR-0322	Francia	2003
Huile d'olive de Nyons	DOP-FR-0142	Francia	1996
Huile d'olive de Nîmes	DOP-FR-0441	Francia	2004
Huile d'olive de Provence	DOP-FR-02421	Francia	2018
Huile d'olive de la Vallée des Baux-de-Provence	DOP-FR-0050	Francia	1999
Huile d'olive du Languedoc	DOP-FR-2649	Francia	2020
Olio di Puglia	IGP-IT-02381	Italia	2017
Terra d'Otranto	DOP-IT-1519	Italia	1998
Collina di Brindisi	DOP-IT-1508	Italia	1996
Dauno	DOP-IT-1517	Italia	1997
Terra di Bari	DOP-IT-1542	Italia	1997

Fuente: <https://www.tmdn.org/giview/gi/search>

Un caso particularmente llamativo es la fabricación de aceites de calidad subjetiva en Provenza, como el *goût a la ancienne*, que representa un ejemplo perfecto de la reconexión de los consumidores con sus referentes culturales más tradicionales, incluso cuando estos son contrarios a los parámetros técnicos convencionales de la calidad. Provenza, con la producción total vendida en botella a precios elevados, utiliza el terruño como concepto cultural para atraer a consumidores nacionales e internacionales. La defensa del agricultor local en esta región francesa se asegura evitando la inclusión de parcelas con una densidad superior a 400 olivos por hectárea en las DOPs, lo que significa que los agricultores profesionales que han optado por modelos más intensivos, con niveles de producción más altos y costes de producción mucho más bajos, permanecen fuera del paraguas protector que proporcionan estas instituciones. Este requisito no es considerado por las DOP de Andalucía, Apulia o Alentejo, donde las limitaciones para inscribir sus explotaciones están relacionadas con las variedades locales y/o los períodos de cosecha. Ambas prevenciones, en realidad, limitan la presencia de aceite de oliva procedente de olivares súper-intensivos, ya que suelen cultivar variedades no autóctonas o híbridas, que son la que mejor se adaptan a este sistema de recolección con máquinas cosechadoras automóbiles.

c) Diversificación concéntrica

La especialización productiva es un riesgo si un evento externo golpea a la región, como lo ha demostrado el brote de *Xylella fastidiosa* en Apulia. En el caso de Andalucía, dada su extrema especialización, ese riesgo es considerablemente más elevado, pero las opciones de diversificación están fuera de la estrategia de los principales actores rurales. Alentejo también ha optado por intensificar la especialización. Provenza es, en cambio, un territorio muy diversificado, no sólo en general sino también en relación con las actividades rurales. La diversificación concéntrica es el uso de la actividad principal para ampliar las cadenas de valor con las que está conectada con el fin de mejorar las ganancias del territorio rural (Van der Ploeg y Roep, 2003). La diversidad de olivares en términos paisajísticos, el uso de subproductos en la industria cosmética y farmacéutica, o el uso de la poda como energía renovable son posibilidades de diversificación concéntrica en el caso del olivar.

En Andalucía, el gobierno regional ha elaborado una normativa específica con el fin de estimular estos procesos. La Ley del Olivar (Junta de Andalucía, 2011) y el Plan Director del Olivar que la desarrolla (Junta de Andalucía, 2015), contemplan un amplio abanico de posibilidades de actuación vinculadas a la financiación procurada por el Plan Andaluz de Desarrollo Rural 2014-2020 (Junta de Andalucía, 2014). Especialmente relevante es la consideración en estos documentos de los valores paisajísticos, ambientales y patrimoniales del olivar andaluz como motores para tal fin. Las cooperativas andaluzas podrían ser los principales motores del desarrollo rural si esta opción se desarrolla de forma intensa. Mientras tanto, algunos agricultores innovadores de explotaciones tradicionales de mediana y gran escala han llevado a cabo iniciativas de diversificación basadas en el denominado oleoturismo.

En Provenza, los agricultores aficionados mantienen la actividad por razones culturales y de ocio más que por su rentabilidad económica. Esta opción ha contribuido decisivamente a conservar los paisajes tradicionales de la región, en los que el olivo tiene a menudo un carácter monumental y simbólico; y es un atractivo para las actividades turísticas e incluso para la revalorización de los bienes inmuebles rurales por razones escénicas (Cohen et al., 2012). Vinculada a los conceptos de biodiversidad, ecología, oleoturismo y patrimonio, la diversificación concéntrica es una opción para que los territorios olivereros tradicionales sean competitivos a medio plazo. En ese sentido, la preservación de los saberes tradicionales refuerza los mercados locales, que valoran especialmente lo que consideran como propio y genuino, pero se refuerzan también en unas demandas turísticas con alta capacidad adquisitiva, que busca no solo alimentos de calidad sino también un conjunto de referentes territoriales y culturales que nutran su conocimiento y sus sentidos. Las DOP desempeñan un papel decisivo, no solo en la garantía de la calidad del producto, sino también en la estrategia de comercialización e incluso en el mantenimiento del olivar tradicional frente a las presiones urbanísticas.

La valorización del paisaje y de la actividad turística ha sido una opción para la región de Apulia, donde abundan los ejemplares de más de 50 años (ISTAT, 2019), muchos de ellos centenarios y de tamaño monumental. El paisaje de olivares longevos de variedades locales estaba siendo argumento para dar los primeros pasos al objeto de formar la base de un desarrollo que incluía el embotellado, la comercialización y la exportación de aceite por parte de los productores; así como al desarrollo de actividades turísticas basadas en el patrimonio escénico y cultural, todo lo cual estaba favoreciendo el relevo generacional. La situación cambió drásticamente con la llegada del patógeno *Xylella*, que ha provocado la desaparición física de miles de hectáreas de olivar antiguo.

En Andalucía algunos innovadores, apoyados por la administración pública, que es un actor muy destacado en estos procesos de cambio, han puesto en marcha ya negocios orientados al oleoturismo (Millán, Amador y Arjona, 2015). Si bien es un proceso embrionario y mucho más modesto que el que caracteriza a algunas zonas vinateras europeas, se puede afirmar que el olivar andaluz ha comenzado a convertirse en un destino turístico. Y, al igual que ocurre en aquellas, este hecho tiene efectos positivos en la mejora de la calidad y diferenciación del producto (Correia y Brito, 2016; Darnay 2016). Al igual que en el caso de Andalucía, los productores tradicionales del Alentejo integrados en cooperativas podrían desarrollar acuerdos institucionales fuertes y efectivos a nivel local para impulsar la diversificación concéntrica como estrategia central (Muñoz-Rojas y Pinto-Correia, 2018), pero por el momento están fuera de las principales estrategias desarrolladas para atender a los desafíos que afrontan.

4. Discusión

Las respuestas estratégicas de los territorios olivereros tradicionales varían en función de sus modelos de negocio, el nivel de concentración de la producción regional y el ambiente institucional en el

que los actores toman decisiones (North, 1990 y 2005). El contexto competitivo depende cada vez más de la gestión de las cadenas de valor globales a las que están conectados los territorios europeos, dominados hasta ahora por operadores internacionales, pero en los que algunos de los territorios tradicionales han empezado a jugar un papel decisivo. Un hallazgo importante para este trabajo ha sido mostrar cómo los cuatro casos han reaccionado de manera diferente a los desafíos del entorno competitivo. En todas ellas, de forma más o menos intensa, han proliferado las explotaciones súper-intensivas. Sin embargo, las reacciones son más diversas, ya que la actividad tradicional de la olivicultura tiene profundas raíces culturales en cada territorio, lo que ha dado lugar al desarrollo de procesos de cambio, incipientes en algunos casos y de naturaleza muy diversa. Frente a situaciones que ejercen presión a la baja sobre los precios, las opciones de reacción incluyen la entrada en una estrategia de “carrera hacia abajo” y una “carrera hacia arriba”: aumentar la eficiencia en toda la cadena de valor, la cualificación y diferenciación del producto, las posibilidades que ofrece la diversificación concéntrica, las oportunidades derivadas de la valorización de los aspectos patrimoniales, paisajísticos y ambientales del cultivo –fundamentalmente como detonante del turismo cultural y gastronómico- y la capacidad para asumir roles de liderazgo en el contexto de la difusión global del cultivo. De hecho, la acumulación de conocimientos en estos territorios se traduce en una importante oferta de servicios relacionados con la formación, la investigación, el asesoramiento técnico o la organización de eventos relacionados con el sector, con la capacidad de exportar sus conocimientos a las regiones del mundo donde se están poniendo en marcha explotaciones olivareras.

El importante papel que la tecnología moderna está jugando en las fincas agrícolas en general, y en los olivares en particular, también aumenta las disparidades regionales entre aquellas explotaciones con mayores posibilidades de inversión y aquellas otras que mantienen sistemas de gestión muy tradicionales (Rotz et al., 2019). Sin embargo, la contribución de los agricultores y los territorios rurales al mantenimiento y gestión de bienes comunes, como el paisaje, la biodiversidad, los cursos fluviales o las aguas subterráneas, podrían valorarse en estas fincas menos propicias para la intensificación siempre y cuando adopten modelos de gestión exentos de problemas ambientales (Taguas y Gómez, 2019). La gestión de estos recursos se realiza solo parcialmente por parte de las administraciones públicas, cuando en realidad son piezas fundamentales para una mejor preservación del medio ambiente y la cultura europeas, por lo que la participación de las comunidades locales debe ser estratégica.

La PAC debería desempeñar un papel fundamental en la transición de los territorios olivareros tradicionales hacia una dinámica más competitiva con una estrategia basada en lo local (Barca et al., 2012). En ese sentido, el enfoque adoptado por estrategias de biodiversidad y “de la granja a la mesa”, pueden inspirar una mejora sustancial en el cuidado de los recursos naturales. Además, los consumidores de todo el mundo valoran la estrategia de diferenciación con un interés creciente en conocer las características de los métodos de producción y los lugares de donde se obtienen los alimentos que consumen (Ilibery et al., 2006). Esto ha hecho de la trazabilidad del producto una cuestión

clave, que ha estado ligada a la mejora de la competitividad rural a través de la certificación de calidad y la localidad de origen de los aceites de oliva, a través de etiquetas como la Denominación de Origen Protegido (DOP) o la Indicación de Origen Protegido (IGP), que también permiten construir una reputación compartida por los agentes locales. Asimismo, este interés de los consumidores ha motivado a las regiones a certificar métodos de producción ecológica o con garantía de biodiversidad.

La estrategia del neo-productivismo va más allá de las plantaciones súper-intensivas, pues implican nuevos servicios y bienes para los olivares; y requieren nuevas competencias y cualificaciones. Lo esencial del cambio es aplicar técnicas de gestión al olivar para comportarse como empresas internacionales a lo largo de la cadena de valor. Por eso es difícil de implementar en el caso de los pequeños agricultores, excepto en el caso de que las cooperativas puedan hacer el esfuerzo en ese sentido. Andalucía cuenta con un muy buen contexto institucional para llevar a cabo un proceso de intensificación utilizando las cooperativas para compartir la gestión de los cultivos, la reestructuración de las plantaciones, la producción integrada, etc. Deberían debatirse estos aspectos de inmediato para abordar el problema de los precios de los aceites en origen por debajo de los costes medios.

Hasta ahora, solo un grupo emergente de cooperativas de segundo grado en Andalucía influye en la formación de los precios en origen, que en esta región se encuentran entre los más bajos del mercado mundial. Asimismo, las actitudes adoptadas por los agricultores para buscar una mejor remuneración se basan en reclamar una nueva reorganización institucional que los proteja de los vaivenes del mercado, reflejando una mentalidad productivista, poco interesada en la diferenciación y con una débil orientación hacia el mercado final. El olivar extensivo tradicional con riego e intensificación de los medios de producción sigue siendo la opción dominante en Andalucía. Sin embargo, están surgiendo iniciativas de mejora que hacen avanzar un método agrícola que tiene en cuenta la biodiversidad, con el apoyo del programa LIFE de la Unión Europea, una forma de agricultura que es muy valorada por los consumidores de este continente. El gran desafío es cómo hacer que los monocultivos olivareros sean más sostenibles y resilientes. Par ello, es fundamental la capacidad de innovación de los agricultores, así como la superación de las limitaciones culturales que impregnan la actividad productiva en el territorio, lo que impide estimular las adaptaciones competitivas en cada región, especialmente llamativas en el caso de Apulia.

5. Conclusiones

Las regiones olivareras tradicionales tienen entre sus principales fortalezas la cultura acumulada a lo largo de los siglos y, en determinadas circunstancias, esos valores culturales pueden ser una fuente de inspiración para afrontar los retos de la globalización y la sostenibilidad. Sin embargo, también pueden actuar como un freno para el desarrollo en un entorno cada vez más competitivo. En estas regiones, los cambios de mentalidad tardan en llegar y a veces se bloquea la capacidad de reaccionar ante los

choques externos. La PAC es un apoyo crucial para el mantenimiento de la agricultura familiar. En cualquier caso, a partir de ahora estará más alineada con el objetivo de lograr una actividad agraria inteligente y resiliente, que permita una mayor protección del medio ambiente y la adaptación a las exigencias del cambio climático (EC, 2017). A nivel regional, los organismos públicos están creando normas de actuación específicas en el marco de sus competencias y en relación con el paradigma europeo.

Además, en varias de las zonas estudiadas, una parte importante de los fondos para el desarrollo rural han estado destinados a las explotaciones olivereras, todo ello con la idea de reforzar el tejido socioeconómico de las zonas rurales. En ese sentido, los recursos de los territorios rurales se especifican en la provisión y combinación de varios tipos de capital (humano, económico, social, cultural y ambiental) a partir del cual los actores locales activan otros valores y limitaciones institucionales para enfrentar los desafíos del desarrollo regional (Pérez Yruela et al., 2016). De las dinámicas territoriales resultantes se derivan éxitos o fracasos enmarcados en el proceso evolutivo institucional de la región, siempre más favorables para quienes tienen la capacidad de anticipar, preparar, responder y adaptarse a las dinámicas de transformación impulsadas por un entorno en constante transformación (Sánchez-Zamora, Gallardo-Cobos y Ceña Delgado, 2016).

Andalucía, donde la generación de redes internacionales por parte de cooperativas de segundo nivel, que actúan como mediadoras, empieza a generar oportunidades de desarrollo territorial para los productores tradicionales, podría ser un ejemplo para las regiones europeas a largo plazo. Esto también se aplica a la creación de mecanismos para la generación endógena de conocimientos relacionados con la actividad (Woods, 2013). Es difícil lograr una adaptación satisfactoria a las presiones externas, pero un cambio institucional híbrido, en el que los nuevos marcos institucionales que apoyan los avances tecnológicos en algunos ámbitos se combinen con la continuidad institucional en otros, podría ayudar a facilitar el proceso.

Bibliografía

- BARCA, F., MCCANN, P. & RODRÍGUEZ-POSE, A. (2012). The case for regional development intervention: place-based versus place-neutral approaches. *Journal of Regional Science*, 52 (1), 134-152.
- BURNS, N. & GROVE, S. K. (2009). *The practice of nursing research: Appraisal, synthesis and generation of evidence*. St. Louis, MO: Elsevier.
- CORREIA, R. Y BRITO, C. (2016). Wine tourism and regional development. En Peris-Ortiz, M., Rueda-Armengot, C. y Del Río Rama, M. C. (Eds.): *Wine and tourism. A strategic segment for sustainable economic development*. Suiza, Springer: pp. 27-39.
- DARNAY, S. (2016). Quality of landscape and sustainability benefit to wine tourism. En Peris-Ortiz, M., Rueda-Armengot, C. y Del Río Rama, M. C. (Eds.): *Wine and tourism. A strategic segment for sustainable economic development*. Suiza: pp. 15-25.

- EUROPEAN COMMISSION (EC) (2017). The Future of Food and Agriculture. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Brussels, COM (2017) 713 final.
- ILBERY, B., MORRIS, C., BULLER, H., MAYE, D., & KNEAFSEY, M. (2005). Product, process and place: An examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. *European Urban and Regional Studies*, 12(2), 116–132.
- ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA (ISTAT) (2019). Agricoltura e zootecnia. Coltivazioni legnose. Olivo. Superficie (ettari) e produzione (quintali): olivo, olive da tavola, olive da olio, olio di pressione, (ISTAT), <http://agri.istat.it>.
- International Olive Council (IOC) (2015). International olive oil production costs study, IOC, Madrid.
- INTERNATIONAL OLIVE COUNCIL (IOC) (2019): World olive oil figures, IOC, <https://www.internationaloliveoil.org/what-we-do/economic-affairs-promotion-unit/#figures>
- JUNTA DE ANDALUCÍA (2011). Ley del Olivar de Andalucía. Boletín Oficial de la Junta de Andalucía, 6 de octubre.
- JUNTA DE ANDALUCÍA (2014). Programa de desarrollo rural de Andalucía 2014-2020. Subprograma temático del sector del olivar. <http://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/Subprograma%20Tematico%20del%20sector%20del%20olivar%20Junio%202015.pdf>
- JUNTA DE ANDALUCÍA (2015). Plan Director del Olivar Andaluz. Consejería de Agricultura, Pesca y Desarrollo Sostenible. <https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/Plan%20Director%20del%20Olivar.pdf>
- MILLÁN, G., AMADOR, L. Y ARJONA, J. (2015). El oleoturismo: una alternativa para preservar los paisajes del olivar y promover el desarrollo rural y regional de Andalucía (España). *Revista de Geografía Norte Grande*, 60, 195-214.
- MUÑOZ-ROJAS, J. & PINTO-CORREIA, T. (2018). Portugal: National Report SUFISA, https://www.sufisa.eu/wp-content/uploads/2018/09/D_2.2-Portugal-National-Report.pdf
- NEVES, B. & PIRES, I. M. (2018). The Mediterranean diet and the increasing demand of the olive oil sector; shift and environmental consequences. *Region*, 5(1), 101-112.
- NORTH, D. (1990). Institutions, Institutional Change and Economic Performance. New York: Cambridge University Press.
- NORTH, D. C. (2005). Understanding the Process of Institutional Change. Princeton (NJ): Princeton University Press.
- REIS, P. (2014). O olival em Portugal. Dinâmicas, tecnologias e relação com o desenvolvimento rural. Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária.
- RODRÍGUEZ COHARD, J. C. & PARRAS ROSA, M. (2011). The olive growing agri-industrial district of Jaén and the international olive oils cluster. *Open Geography Journal*, 4, 55-72.
- RODRÍGUEZ-COHARD, J., SÁNCHEZ-MARTÍNEZ, J. & GALLEGOSIMÓN, V. (2017). The upgrading strategy of olive oil producers in southern Spain: origin, development and constraints. *Rural Society*, 26(1), 30-47.
- RODRÍGUEZ COHARD, J., SÁNCHEZ MARTÍNEZ, J. & GALLEGOSIMÓN, V. (2018). Olive crops and rural development: Capital, knowledge and tradition. *Regional Science Policy & Practice*, 1-15. DOI: 10.1111/rsp3.1211.

- ROMERO-GÁMEZ, M., CASTRO-RODRÍGUEZ, J. & SUÁREZ-REY, E. (2017). Optimization of olive growing practices in Spain from a life cycle assessment perspective. *Journal of Cleaner Production*, 149, 25-37.
- ROTZ, S., DUNCAN, E., SMALL, M., BOTSCHNER, J., DARA, R., MOSBY, I., REED, M. & FRASER D. (2019). The Politics of Digital Agricultural Technologies: A Preliminary Review. *Sociologia Ruralis*, <https://doi.org/10.1111/soru.12233>.
- SÁNCHEZ MARTÍNEZ, J. & GALLEGO SIMÓN, V. (2012). Olivares de alta densidad alentejanos y olivares tradicionales andaluces: un análisis comparado. In D. Royé, J. A. Aldrey Vázquez, M. Pazos Otón, M. J. Piñeira Mantiñán & Marcos Valcárcel Díaz (Eds.), *Respuestas de la Geografía Ibérica a la crisis actual*. Santiago de Compostela: Meubook, pp.1509-1518.
- SÁNCHEZ-MARTÍNEZ, J. & GARRIDO-ALMONACID, A. (2018). Olive cultivation in the era of globalization. *Science and Technology Development Journal: Social Sciences & Humanities*, 1 (1), 60-71.
- SÁNCHEZ MARTÍNEZ, J. D. & PANIZA CABRERA, A. (2015). The Olive Monoculture in the South of Spain. *European Journal of Geography*, 6(3), 16-29.
- SÁNCHEZ MARTÍNEZ, J., GALLEGO SIMÓN, V., GARRIDO ALMONACID, A. & RODRÍGUEZ COHARD, J. (2018). Avances y perspectivas del olivar en el área regada del embalse de Alqueva. In J. A. Río Fernandes, J. Olcina, M. L. Fonseca, E. Marques da Costa, R. Garcia & C. Freitas (Coords.), *Península Ibérica no Mundo: problemas e desafios para uma intervenção ativa da Geografia* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficas da Universidade de Lisboa, pp. 1466-1474.
- SÁNCHEZ-ZAMORA, P., GALLARDO-COBO, R., & CEÑA DELGADO, F. (2016). La noción de resiliencia en el análisis de las dinámicas territoriales rurales: una aproximación al concepto mediante un enfoque territorial. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 13, 93-116.
- SCHEIDEL, A. & KRAUSMANN, F. (2011). Diet, trade and land use: a socio-ecological analysis of the transformation of the olive oil system. *Land Use Policy*, 28, 47-36.
- SILVEIRA, A., FERRÃO, J., MUÑOZ-ROJAS, J., PINTO-CORREIA, T., GUIMARÃES, M. H. & SCHMIDT, L. (2018). The sustainability of agricultural intensification in the early 21st century: insights from the olive oil production in Alentejo (Southern Portugal). In Delicado, A., Domingos, N. and de Sousa, L. (eds.), *Changing Societies: Legacies and Challenges. Vol. iii. The Diverse Worlds of Sustainability*, Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 247-275.
- TAGUAS, E. & GÓMEZ, J. (2015). Vulnerability of olive orchards under the current CAP (Common Agricultural Policy) regulation on soil erosion: a study case in Southern Spain. *Land Use Policy*, 42, 683-694.
- WOODS, M. (2013). Regions Engaging Globalization: A typology of Regional Responses in Rural Europe. *Journal of Rural and Community Development*, 8 (3), 113-126.

DIGITALIZAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO INCLUSIVA NA EUROPA RURAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O SETOR AGROALIMENTAR

DIGITALIZATION, SUSTAINABILITY AND INCLUSIVE INNOVATION IN RURAL EUROPE: OPPORTUNITIES AND CHALLENGES FOR THE AGRIFOOD SECTOR

Iván G. Peyré TARTARUGA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

itartaruga@letras.up.pt

Fernanda Q. SPEROTTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

fsperotto@letras.up.pt

Resumo

Este texto tem o objetivo de examinar a importância da digitalização nos espaços rurais europeus, nos anos recentes, especialmente no setor agroalimentar. Paralelamente, pretende-se apontar as implicações para a sustentabilidade, como tema central no debate atual das mudanças tecnológicas. Além disso, esta investigação fornece um cenário exploratório, da Europa rural, das regiões que apresentam um maior potencial de aplicação e geração de inovações digitais na agroalimentação e daquelas que têm uma maior dificuldade para inovar. Em ambos os casos, tais regiões serão uma combinação de desafios e oportunidades para o desenvolvimento territorial. Para cumprir com essas finalidades foi realizada uma revisão da literatura sobre os contributos da digitalização para a agroalimentação e os territórios rurais da União Europeia, e realizou-se uma análise espacial de dados económicos, ambientais, de digitalização e de inclusão (plataforma Eurostat), para o ano de 2017 e no âmbito de regiões (NUTS 2) e de países. Os resultados indicam o importante papel das principais políticas comunitárias dos últimos anos relacionadas, direta ou indiretamente, com o setor agroalimentar, tanto em termos gerais – *European Green Deal* ou estratégia de Especialização Inteligente–, quanto em termos específicos – estratégias “Da Fazenda ao Prato” ou de Agricultura Sustentável. As regiões mais inovadoras e prósperas estão especialmente concentradas em *clusters* de inovação. Nas regiões menos desenvolvidas há uma variedade de trajetórias de crescimento que dependem do suporte estatal para a sua realização. Em ambas regiões, há importantes desafios relacionados com a digitalização que são a apropriação e controlo de dados, o desenvolvimento dos dados e a segurança de dados, que, no seu conjunto, estabelecem o futuro da alimentação e da agricultura na UE.

Palavras chave: inovação, digitalização, agroalimentação, sustentabilidade, Europa.

Abstract

This text aims to examine the importance of digitization in European rural spaces in recent years, especially in the agri-food sector. At the same time, it is intended to stress the implications for sustainability, as a central theme in the current debate on technological changes. Furthermore, this research provides an exploratory scenario, of rural Europe, of the regions that present a greater potential for the application and generation of digital innovations in agri-food and those that have a greater difficulty in innovating. In both cases, such regions will be a combination of challenges and opportunities for territorial development. To fulfill these purposes, a literature review was carried out on the contributions of digitization to agri-food and rural territories in the European Union, and a spatial analysis of economic, environmental, digitization and inclusion data (Eurostat platform) was executed for the year 2017 and for regions (NUTS 2) and countries. The results indicate the important role of the main community policies in recent years related, directly or indirectly, to the agri-food sector, both in general terms – *European Green Deal* or *Smart Specialization strategy* – and in specific terms – “*From Farm to Plate*” strategies or *Sustainable Agriculture*. The most

innovative and prosperous regions are spatially concentrated in clusters of innovation. In less developed regions there are a variety of growth trajectories that depend on state support for their achievement. In both regions, there are major challenges related to digitization, namely data ownership and control, data development and data security, which together shape the future of food and agriculture in the EU.

Keywords: innovation, digitalization, agri-food, sustainability, Europe.

1. Introdução

Atualmente, o mundo passa pelo que se convencionou chamar transição sociotécnica profunda, situação que configura uma das principais transformações tecnológicas dos últimos 250 anos, com importantes repercussões sociais, económicas e políticas (Schot e Kanger, 2018). Nesse contexto, diversos especialistas preveem que essas mudanças sejam pautadas por um desenvolvimento geral baseado na inovação, sustentabilidade e inclusão. Além disso, essa transição está substancialmente vinculada a era da informática e das telecomunicações, que tem início na década de 1970 e que se caracteriza pela ênfase no uso da microeletrónica, no conhecimento como principal capital, nas economias de escopo e especialização e no alargamento da globalização económica (Pérez, 2004).

No setor agroalimentar, essas transformações, vinculadas à digitalização, têm igualmente um peso muito considerável (Trendov, Varas e Zeng, 2019). Nesse contexto verifica-se a utilização, cada vez maior, de tecnologias avançadas como a *internet of things*, *big data*, *machine learning*, *blockchain*, entre outras. Ao mesmo tempo, as mudanças tecnológicas em curso no setor são pautadas fortemente pela sustentabilidade ambiental, em razão das respostas da sociedade às mudanças climáticas e ambientais como observado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 da ONU) ou no Acordo de Paris. Assim, atividades como a agricultura biológica assumem uma importância fulcral como sistemas produtivos sustentáveis na agricultura.

Essas temáticas relativas à inovação, digitalização e sustentabilidade na produção de alimentos vêm fornecendo novos significados da segurança alimentar. Isso pode verificar-se, por exemplo, no seminal relatório recentemente publicado pela *EAT-Lancet Commission* (2019) que aponta a centralidade de fomentar dietas saudáveis juntamente com a produção sustentável dos alimentos.

Tal discussão leva ao problema da exclusão nos espaços rurais e, muitas vezes, considerados erroneamente como sinónimo de áreas sem potencialidades de desenvolvimento económico. Aqui dois aspetos devem ser ponderados no sentido da relevância do tópico. Em primeiro lugar, esses espaços necessitam a geração de inovações, sobretudo para a agricultura familiar, que promovam a redução da pobreza e, ao mesmo tempo, assegurem a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental (FAO, 2014). Assim, nesses processos de inovação é expectável a valorização dos conhecimentos e experiências locais dos agricultores familiares (FAO, 2017). Segundo, as regiões e países com níveis significativos de exclusão social e económica, principalmente quando confrontadas com estratos sociais

com maior sucesso económico em seu entorno próximo, acabam transformando-se em núcleos de descontentamento que podem incentivar o aparecimento ou a consolidação de movimentos populistas e extremistas (Rodríguez-Pose, 2018). O que pode acabar em processos políticos e sociais que obstaculizam as mudanças económicas e tecnológicas necessárias, nomeadamente, em termos de sustentabilidade.

Dentro desse quadro e dos campos dos estudos de inovação, da geografia económica e da sociologia económica, este texto possui dois objetivos. Primeiro, examinar a importância da digitalização nos espaços rurais europeus, nos anos recentes, especialmente no setor agroalimentar. Paralelamente, pretende-se apontar as implicações para a sustentabilidade, como tema central no debate atual das mudanças tecnológicas. Segundo, esta investigação fornece um cenário exploratório, da Europa rural, das regiões que apresentam um maior potencial de aplicação e geração de inovações digitais na agroalimentação e daquelas que têm uma maior dificuldade para inovar. Em ambos os casos, tais regiões serão uma combinação de desafios e oportunidades para o desenvolvimento territorial, onde cada lugar tem que escolher entre adotar inovações convencionais (nas regiões desenvolvidas) ou inovações inclusivas (nas menos desenvolvidas) (Tartaruga, 2021).

Para além dessa introdução, a discussão está dividida em três secções. Na segunda secção são descritos os aspetos teóricos e metodológicos que permeiam a investigação. Na seguinte apresentam-se os resultados e sua discussão. Por fim, realizam-se as considerações finais.

2. Quadro teórico-metodológico

2.1. Referencial teórico

Para perceber o desenvolvimento rural dos espaços europeus, dentro dos objetivos deste trabalho, precisou-se de um quadro teórico que aborde simultaneamente as dimensões económica (produção e mercado), social (relações sociais e cognição) e técnica (inovações). Por essa razão, utilizou-se a abordagem dos **Mundos da Alimentação** de Morgan, Marsden e Murdoch (2006).

Em verdade, tal perspetiva é uma adaptação do clássico livro de Storper (1997), um tratado sobre o desenvolvimento territorial em geral. Este último, um geógrafo económico, a partir das relações socioeconómicas entre organizações (empresas e sistemas produtivos), tecnologias (inovações e conhecimentos codificados ou não) e territórios estabelece o que ele denomina “mundos da produção”. Estes “mundos” são aqueles determinados por inúmeras relações sociais, entre organizações e tecnologias, em processos de produção rotineira e de criação de inovações nos diferentes territórios. Assim, podem-se reconhecer os mundos da inovação (onde ocorrerem os contatos entre organizações e tecnologias), os mundos regionais da produção (nos quais se estabelecem contatos entre organizações e territórios) e os mundos regionais da inovação (onde acontecem os contatos entre territórios e tecnologia). Esses mundos, além do mais, são integrados pelas interdependências não comercializáveis,

ou seja, relações económicas e convenções sociais imprescindíveis para a reprodução económica e que não são realizadas em termos monetários (compra e venda).

Morgan, Marsden e Murdoch (2006), com base na abordagem de Storper, estabeleceram os mundos da alimentação que visam mostrar as possíveis estruturas produtivas e sociais na produção e comercialização de alimentos no mundo contemporâneo. Desse modo, observam-se quatro mundos da alimentação principais. O **mundo industrial** caracterizado pela forte padronização da produção e consumo e que os principais exemplos seriam aqueles das atividades produtivas alimentícias de empresas como a Coca-Cola ou MacDonaldis. O **mundo dos recursos intelectuais** é aquele da transformação dos mundos industriais (anterior) por meio da intensificação da produção especializada e do aperfeiçoamento tecnológico, com conseqüente domínio de mercado; aqui estariam as empresas biotecnológicas, por exemplo. Por sua vez, o **mundo do mercado** diz respeito a uma produção padronizada, entretanto, voltada a nichos de mercado específicos, como a comida refrigerada ou congelada. Por fim, a produção especializada de alimentos em regiões específicas (quase únicas) direcionada a consumidores com culturas alimentares particulares (alimentação saudável, ecológica, etc.) é aquela denominada de **mundo interpessoal**.

Essa tipologia foi útil para esta investigação porque serve como base para estabelecer uma **geografia da alimentação** (Morgan, Marsden e Murdoch, 2006). Portanto, podem-se identificar nas regiões e países os diferentes mundos da alimentação, por vezes sozinhos, mas também em conjunto (dois ou mais mundos atuando juntos).

Por último, o estudo apresentado neste capítulo possui duas diretrizes quanto aos casos a serem analisados. Por um lado, tem-se um especial interesse no papel das tecnologias digitais nestes mundos da alimentação, em razão de seu caráter disruptivo atual. Por outro lado, importa-se também com o grau de inclusão nos processos produtivos, principalmente, aqueles vinculados com a inovação. Por isso, usar a noção de inovação inclusiva, ou seja, aquelas inovações que visam atender a estratos de população de baixos rendimentos ou que estes estratos participem na própria produção das inovações (Tartaruga, 2021). Ademais, ressalta-se a importância da inclusão como aspeto fundamental para o desenvolvimento tecnológico e sustentável (Tartaruga e Sperotto, 2021). De destacar, igualmente, as possibilidades de geração de novos produtos ou processos produtivos, nos territórios rurais, com base nos conhecimentos específicos e diferenciados de comunidades tradicionais (indígenas, por exemplo) ou agricultores familiares (Tartaruga, 2021).

2.2. Metodologia

A investigação percorreu três caminhos metodológicos para analisar o desenvolvimento rural europeu. No primeiro, foi realizada uma revisão das principais políticas da União Europeia no que diz respeito aos setores da agricultura e alimentar, principalmente, com foco nos processos de inovação.

Assim, foram registados os objetivos e metas dessas políticas no passado recente e, sobretudo, nas perspectivas futuras. Além disso, foram realçados os aspetos da sustentabilidade e inclusividade das políticas. O segundo procedimento da investigação foi a revisão de literatura referente às últimas tendências referentes ao setor agroalimentar, principalmente, no que concerne às mudanças tecnológicas.

Por fim, a terceira, contemplou a realização de uma análise de dados e espacialização dos resultados. Para isso, foram recolhidas informações da base de dados Eurostat (2021), especificamente os seguintes, todos para o ano de 2017 (último disponível): despesa interna bruta em investigação e desenvolvimento (I&D) – euros por habitante; acesso à Internet em casa – percentual de casas; risco de exclusão social – percentual de pessoas; empregos rurais – percentual de trabalhadores; e participação da agricultura biológica – percentual de área de culturas agrícolas. Espacialmente, os indicadores estão distribuídos em NUTS 2, com exceção do último que está por países.

Estes cinco indicadores foram usados para selecionar as regiões com potencialidade de desenvolvimento rural sustentável e inclusivo através do seguinte critério de seleção: indicador de cada região igual ou maior do que a média aritmética do conjunto total. A partir desse critério de seleção, os níveis de potencial de desenvolvimento rural para cada região foram definidos conforme a seguir:

- alto potencial: todos os cinco indicadores satisfazem o critério – 5 dimensões,
- médio potencial: quatro indicadores satisfazem o critério (sendo obrigatório para os de emprego rural, de exclusão e de agricultura biológica) – quatro dimensões – e
- baixo potencial: três indicadores satisfazem o critério (os mesmos obrigatórios do anterior) – três dimensões.

A obrigatoriedade dos três indicadores acima (para médio e baixo potencial) é feita com o objetivo de garantir os aspetos fundamentais para esta análise: a ruralidade, a necessidade de processos de inclusão e a sustentabilidade no meio rural. Em relação aos outros dois indicadores em falta, dos quais para o médio potencial pelo menos um deveria ser satisfeito, garante-se um grau mínimo de capacidade tecnológica (em investigação ou na digitalização). As regiões selecionadas de baixo potencial são aquelas com pouca capacidade tecnológica, ou seja, nesse quesito dependem totalmente de apoio externo à região.

3. Desenvolvimento rural na Europa

3.1. Políticas europeias para os espaços rurais

No que respeita às políticas de desenvolvimento da União Europeia, encontram-se uma diversidade de estratégias e fundos para as mais diferentes áreas produtivas. Não sendo diferente com relação aos programas voltados aos territórios rurais e, sobretudo, ao setor agroalimentar.

O *European Green Deal*, o principal programa da União Europeia, para o período 2019 até 2050, possui como pilares o desenvolvimento económico e tecnológico por meio da promoção de processos de inovação, a centralidade da dimensão ambiental ou crescimento “verde”, e a inclusão (identificada na frase presente nos planos e divulgações do programa, “nenhuma pessoa ou lugar deixado para trás”). O programa aborda um conjunto de áreas de política como a biodiversidade, as energias limpas, a mobilidade sustentável, a indústria sustentável, a eliminação da poluição, a construção limpa, e duas áreas que interessam aqui, a agricultura sustentável e a estratégia “Da Fazenda ao Prato”.

A estratégia de Agricultura Sustentável está inserida na nova Política Agrícola Comum (PAC). A PAC tem como ações estratégicas a promoção da agricultura biológica; a manutenção das variedades de animais e vegetais, portanto, relacionada à biodiversidade; e a ação climática, substancializada no objetivo de eliminar as emissões de gases de efeito de estufa até 2050.

A estratégia “Da Fazenda ao Prato” tem um foco claro na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis. Com base nesse objetivo geral, a estratégia visa cumprir as seguintes metas até o ano de 2030: redução de pesticidas na agricultura (em 50%), diminuição de perdas de nutrientes do solo (50%), alcançar 25% de terras agrícolas em regime de agricultura biológica, fortalecimento da rotulagem dos alimentos para os consumidores, diminuição dos desperdícios de alimentos e investimentos em investigação e inovação no setor. Nesta última meta, destaca-se a participação do programa Horizonte Europa, para o período 2021-2027, com o importante foco na transferência de conhecimentos para todo o setor, principalmente para os agricultores familiares.

Além disso, há ainda a plataforma de Especialização Inteligente, também da União Europeia, que visa fomentar os sistemas regionais de inovação. Desde 2011, esta plataforma vem apoiando projetos em três áreas temáticas: energia, modernização industrial e agroalimentar. No setor agroalimentar, as ações visam promover o envolvimento do consumidor (dentro da perspectiva da inovação aberta), a agricultura de alta tecnologia, a rastreabilidade ligada às tecnologias de *big data*, a melhoria dos ingredientes nutricionais e o uso de sensores inteligentes (tecnologias de informação e comunicação e *Internet of Things – IoT*).

De uma forma geral, as políticas comunitárias europeias apresentadas antes estão voltadas, principalmente, a dois mundos da alimentação: dos recursos intelectuais e o interpessoal. O primeiro mundo tem a componente da inovação bem caracterizada com possibilidades de desenvolvimento nas tecnologias digitais. Por outro lado, as regiões da Europa podem se beneficiar das possibilidades abertas por estas políticas para o mundo interpessoal, isto é, verdadeiras janelas de oportunidades em nichos específicos e localizados de inovações. Porém, tais experimentações dependem de parcerias com atores de fora do setor agroalimentar produtivo, como as universidades, governos regionais e outras instituições, principalmente, se forem voltadas à inclusão social e económica de populações rurais.

3.2. Novos espaços de inovação digital

Atualmente, as principais tendências mundiais para o setor agroalimentar envolvem as mais diferentes problemáticas, como rendimentos e demografia, novos padrões de consumo, mudanças climáticas, desperdício de alimentos, competição pelos recursos naturais e transformações tecnológicas (Kirova *et al.* 2019). Em relação a última, nos últimos anos é evidente a primazia das tecnologias digitais tanto na agricultura como nas atividades de alimentação em geral.

Deste modo, podem-se observar diversas dessas tecnologias com importantes funções em toda a cadeia produtiva agroalimentar (Trendov, Varas e Zeng, 2019; Massruhá *et al.* 2020), como exemplificado a seguir. O tratamento e armazenamento de informações das cadeias através do *big data*, *cloud* (nuvem) e *cyber-segurança*. A agricultura de precisão e o geotecnologias por meio da *Internet of Things* (IoT) e das imagens de satélite, otimizando a distribuição e deslocamento das atividades e ações nas fazendas. A integração e coordenação das cadeias com o uso do *blockchain*, e dos sistemas de seguros e financiamento da produção e comercialização. Os sistemas de inteligência como Deep Learning e Machine Learning, o que se somam à Inteligência Artificial e robótica e aos sistemas autónomos. Aplicativos móveis e mídias sociais muito utilizados, nomeadamente, para a comercialização da produção. Finalmente, os campos que unem a biologia à digitalização como visto nas aplicações da bioinformática e da biotecnologia na agricultura.

Neste quadro, observa-se uma participação importante de famosas multinacionais do setor digital nas cadeias agroalimentares, desde a produção até a consumo (Wilkinson, 2019). Uma participação inesperada. Assim, pode-se encontrar exemplos emblemáticos. A atuação de grandes empresas líderes tecnológicas como IBM, Google e Microsoft em serviços de *big data* na agricultura. Ou Amazon e Alibaba no comércio a retalho de produtos agrícolas. Ainda na parte do comércio de alimentos, estão os desenvolvimentos de estratégias de *marketing* do Facebook e Google em parceria com a indústria alimentar. Neste sentido, e em resposta a isso, empresas historicamente pertencentes ao setor como as de sementes e insumos químicos, como a Bayer-Monsanto, ou de máquinas agrícolas, como a John Deere, estão promovendo novas tecnologias como as de *big data*.

Porém, uma das mudanças mais impactantes nos próximos anos para o setor agroalimentar é a que defende Sexton (2020) sobre os possíveis deslocamentos da produção e das inovações. Esta autora fala dos últimos avanços no campo das proteínas alternativas, ou seja, produtos alimentícios ricos em proteína criados em laboratórios a partir de células ou de plantas. Deste modo, essa produção é realizada em lugares inusitados como o icónico Vale do Silício (EUA), onde pequenas empresas emergentes (*star-ups*) estão desenvolvendo esses produtos com forte utilização de tecnologias digitais. Tais desenvolvimentos trazem preocupações no sentido de uma nova reconcentração dos processos de inovação no setor, com impactos significativos em toda a cadeia produtiva e para a segurança alimentar

em termos globais. No caso da Europa, esta mesma autora identifica um polo importante nesses desenvolvimentos em Maastricht (Países Baixos).

Com base no referencial teórico discutido anteriormente, daqui resulta uma caracterização importante dos novos rumos que o mundo dos recursos intelectuais pode seguir e como isso pode afetar os outros mundos, em especial, o mundo industrial. O que pode, ao mesmo tempo, transformar radicalmente a estrutura territorial da produção alimentar no mundo, e de forma concentrada em poucos centros de alta tecnologia vinculados às tecnologias digitais.

3.3. Análise de desenvolvimento rural inovador, sustentável e inclusivo

Nesta subsecção mostra-se, de modo exploratório, a estrutura espacial de possibilidades de desenvolvimento rural, em regiões específicas, voltada a inovação, a sustentabilidade ambiental e a necessidade de inclusão. Ademais, a análise se limitou a um único período, e também ao mais recente, ano de 2017. O objetivo aqui é identificar regiões caracterizadas como mundos interpessoais com potencialidade para a inovação e a inclusão. Com esse alvo, as capacidades de I&D se identificam por meio da despesa interna bruta em I&D, assim, pode-se observar o potencial para a geração de processos de inovação nas regiões, geralmente, vinculadas ao apoio aos agricultores das universidades e institutos de investigação. Outro componente é o acesso em geral à internet em casa, uma aproximação das potencialidades do uso de tecnologias digitais através da conectividade que pode proporcionar a troca de informações e conhecimentos, e, sobretudo, das mídias sociais para a comercialização de produtos especializados e específicos das respectivas regiões, o que pode agregar valor a produção desses agricultores. As regiões com problemas de exclusão económica e, portanto, com necessidade de processos e políticas de inclusão são reconhecidas pela parcela de pessoas em risco de exclusão social em cada região. O emprego rural (percentual) é utilizado para verificar o grau de ruralidade das regiões e, conseqüentemente, a oportunidade de aplicação de ações direcionadas ao desenvolvimento rural. E a percentagem de área onde é aplicada a agricultura biológica, o que fornece o cariz de sustentabilidade nas áreas rurais em análise.

Em resumo, percebe-se assim o desenvolvimento rural por regiões em cinco dimensões (tecnológica, digital, da inclusão, rural e sustentável) com um foco especial no mundo interpessoal da alimentação. Com essas informações espacializadas no território europeu, podem-se estabelecer as regiões com um perfil para desenvolver seus territórios rurais mediante o uso de tecnologias digitais na criação de inovação, com apoio de instituições de investigação, de forma sustentável e inclusiva. Além disso, esses perfis estão dentro do escopo do mundo interpessoal.

Na Figura 1 pode-se ver os resultados para cada uma das dimensões analisadas. No geral, os indicadores que demarcam o progresso social e económico (despesa em I&D, acesso à internet e risco de exclusão) estão positivamente localizados nas regiões e países do centro e norte da Europa, algo que era expectável. Por outro lado, a ruralidade (empregos rurais) está mais concentrada no sul e leste do

continente. Enquanto a produção biológica no meio rural apresenta-se mais dispersa em todo o território europeu.

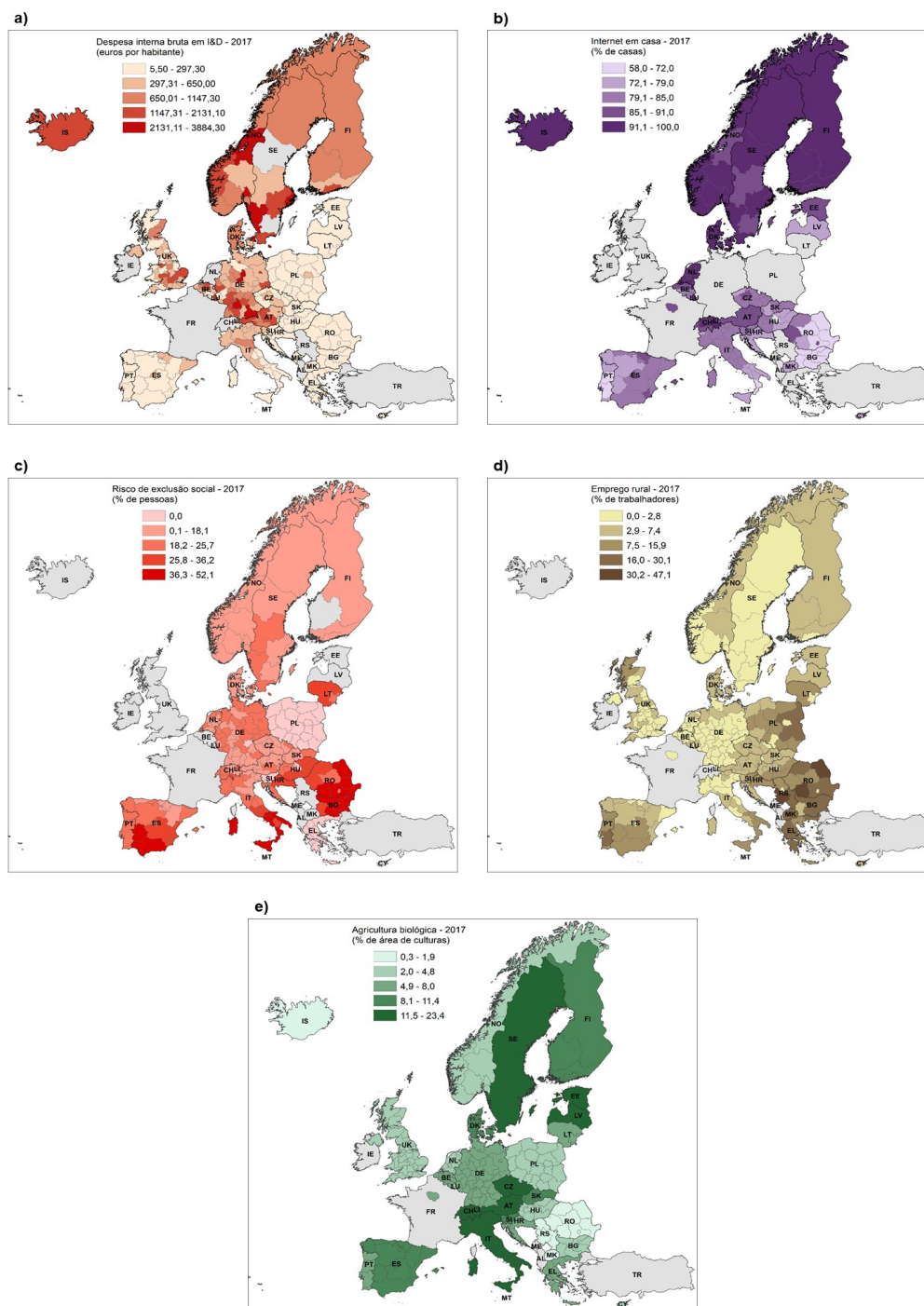


Figura 1 – Desenvolvimento rural na Europa, 2017. Dimensões: a) tecnológica, b) digital, c) da exclusão, d) da ruralidade, e) da sustentabilidade rural.

podendo não possuir, realmente, todas as condições necessárias para esse fim. Por outro lado, pode haver outras regiões, não reconhecidas neste trabalho, com potencial de progresso, em razão justamente da ausência destas outras dimensões na análise. De qualquer forma, a experimentação mostrada aqui fornece elementos que auxiliam na discussão do desenvolvimento rural no continente, algo condizente com os novos desafios que se apresentam em termos globais no setor agroalimentar.

4. Conclusão

As grandes transformações em que o mundo vem passando, atualmente, tanto em termos tecnológicos, denominada Transição Profunda (Schot e Kanger, 2018), como ambientais, representadas nas mudanças climáticas, têm atingido fortemente as economias regionais e nacionais. Nas escalas nacionais e de blocos regionais-continentais não surpreende que estes priorizem nos seus últimos grandes planos e políticas económicos às mudanças tecnológicas (inovações) voltadas à sustentabilidade ambiental da produção e do consumo, juntamente, com a disseminação das tecnologias digitais. No campo das agroalimentação não é diferente, pois esse setor vem modificando-se de modo acelerado.

No debate específico da segurança alimentar, esta vem assumindo, em razão das transformações descritas aqui, funções mais profundas com forte impacte social e económico. Assim, as dietas saudáveis apresentam-se cada vez mais fortes por meio da pressão de parcelas dos consumidores. Além disso, essas dietas são pautadas pela imposição social e de legislações pelos imperativos ambientais.

Com base nesses elementos, esta investigação buscou analisar o setor agroalimentar europeu em três campos – políticas, novos espaços de inovação e desenvolvimento rural – a partir de um quadro teórico que identifica diferentes grupos sociais e económicos em função de suas atuações produtivas neste setor. O que se traduz nos mundos da alimentação que são o industrial, do mercado, dos recursos intelectuais e interpessoal. Neste trabalho debruçou-se, especialmente, nos dois últimos.

Voltando as vertentes do estudo, o primeiro, das políticas, mostrou que União Europeia construiu, nos últimos anos e para o futuro próximo, um arcabouço de apoios e incentivos ao desenvolvimento dos espaços rurais direcionados a inovação, a sustentabilidade e a inclusão. Abrindo um grande leque de oportunidades de progresso consistente nos mundos dos recursos intelectuais e interpessoal. No mundo interpessoal há uma aposta importante na produção agro-biológica relacionada, nomeadamente, as possibilidades regionais de cooperação para inovar (agricultores, universidades, governos, etc.).

A vertente dos novos espaços inovadores ressalta uma provável reconcentração do conhecimento e da produção das inovações em poucos centros já consolidados na revolução digital. Além da concentração geográfica, com seus problemas inerentes relativos ao domínio tecnológico de poucas empresas privadas (Wilkinson, 2019), há subjacente às tecnologias digitais no sistema agroalimentar as problemáticas do controle e propriedade de dados, o desenvolvimento de dados e segurança dos dados

(Rotz *et al.* 2019). A pergunta que fica é como a digitalização do campo pode auxiliar os agricultores familiares e provedores de alimentos mais vulneráveis.

Assim, chega-se a terceira vertente de investigação, a análise de desenvolvimento rural na Europa, onde se demonstrou algumas das regiões com potencialidades interessantes na direção da inovação, sustentabilidade e inclusão no meio rural. Entretanto, tais desenvolvimentos dependem muito do apoio externo, sobretudo, para a geração de inovações (inclusivas). Aqui fica evidente o papel fulcral do estado (Mazzucato, 2014) para lograr os melhores resultados em termos de inovação e impacto na sociedade.

Finalmente, este trabalho não esgota toda a problemática dos sistemas agroalimentares auxiliados e, ao mesmo tempo, ameaçados pelas enormes transformações em curso, principalmente, no campo da digitalização. Nesse sentido, a inclusão de novas variáveis e procedimentos estatísticos-espaciais mais complexos abrem o caminho para novas investigações. Por exemplo, análises que destaquem os conhecimentos locais dos agricultores e as redes de cooperação (existentes ou potenciais) para inovar no desenvolvimento dos territórios rurais europeus são de suma relevância.

Bibliografia

- EAT-LANCET COMMISSION. (2019) Summary Report of the EAT-Lancet Commission. Oslo: EAT. Disponível em: <https://eatforum.org/eat-lancet-commission/eat-lancet-commission-summary-report/>. [Acedido em 4 de dezembro de 2019]
- EUROSTAT (2021). Database. European Commission. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat>. [Acedido em 8 de julho de 2021]
- [FAO] Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2014). The State of Food and Agriculture, 2014: Innovation in family farming. Rome: FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4040e.pdf>. [Acedido em 16 de outubro de 2014]
- [FAO] Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. (2017). Sistemas de innovación para el desarrollo rural sostenible. Santiago de Chile: FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7769s.pdf>. [Acedido em 5 de julho de 2018]
- KIROVA, M. et al. (2019). Research for AGRI Committee – Megatrends in the agri-food sector: global overview and possible policy response from an EU perspective. Brussels: European Parliament.
- MASSRUHÁ, S., LEITE, M., OLIVEIRA, S., MEIRA, C., LUCHIARI JUNIOR, A., & BOLFE, E. (Eds.). (2020). Agricultura digital: Pesquisa, desenvolvimento e inovação nas cadeias produtivas. Brasília: Embrapa.
- MAZZUCATO, M. (2014). O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin.
- MORGAN, K., MARSDEN, T., & MURDOCH, J. (2006). Worlds of Food: Place, Power, and Provenance in the Food Chain. Oxford, UK: Oxford University Press.
- PÉREZ, C. (2004). Revoluciones tecnológicas y capital financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza. México (DF): Siglo XXI Editores.
- RODRÍGUEZ-POSE, A. (2018). The revenge of the places that don't matter (and what to do about it). *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* [Online] 11(1), 189–209. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjres/rsx024>. [Acedido em 2 de maio de 2019]

- ROTZ, S., DUNCAN, E., SMALL, M., BOTSCHNER, J., DARA, R., MOSBY, I., REED, M., & FRASER, E.D. (2019). The Politics of Digital Agricultural Technologies: A Preliminary Review. *Sociologia Ruralis* [Online] 59(2), 203–229. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/soru.12233>. [Acedido em 30 de janeiro de 2021]
- SEXTON, A. (2020). Food as Software: Place, Protein, and Feeding the World Silicon Valley–Style. *Economic Geography* [Online] 96(5) 449–469. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00130095.2020.1834382>. [Acedido em 8 de janeiro de 2021]
- SCHOT, J., & KANGER, L. (2018). Deep transitions: Emergence, acceleration, stabilization and directionality. *Research Policy* [Online] 47(6), 1045–1059. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.respol.2018.03.009>. [Acedido em 6 de dezembro de 2018]
- STORPER, M. (1997). *The regional world: territorial development in a global economy*. New York: The Guilford Press.
- TARTARUGA, I. (2021). Tradition, Inclusive Innovation, and Development in Rural Territories: Exploring the Case of Amiais Village (Portugal). In L. Oliveira, A. Amaro, & A. Melro (Eds.), *Handbook of Research on Cultural Heritage and Its Impact on Territory Innovation and Development*. Hershey: IGI Global, pp. 62-74. Disponível em: <https://doi.org/10.4018/978-1-7998-6701-2.ch004>. [Acedido em 4 de novembro de 2020]
- TARTARUGA, I., & SPEROTTO, F. (2021). Rethinking clusters in the sense of innovation, inclusion and green growth. In S. R. Sedita & S. Blasi (Eds.), *Rethinking Clusters: Place-based Value Creation in Sustainability Transitions*. Cham: Springer, pp. 101–110. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-61923-7_8. [Acedido em 23 de maio de 2021]
- TRENDOV, N., VARAS, S., & ZENG, M. (2019). Digital technologies in agriculture and rural areas – Status report. Rome, Italy: FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca4985en/CA4985EN.pdf>. [Acedido em 31 de março de 2021]
- WILKINSON, J. (2019). O setor privado lidera inovação radical no sistema agroalimentar desde a produção até o consumo. In F. Goulet, J.-F. Le Coq, & O. Sotomayor (Eds.), *Sistemas y políticas de innovación para el sector agropecuario en América Latina*. Rio de Janeiro: E-papers, pp. 385–412.

OPPORTUNITIES FOR MOBILITY IN THE CONTEXT OF EUROPEAN EMPLOYMENT POLICY

OPORTUNIDADES DE MOBILIDADE NO CONTEXTO DA POLÍTICA EUROPEIA DE EMPREGO

Tatyana DIMITROVA

Faculty of Economics, University of Veliko Tarnovo "St. Cyril and Methodius", Bulgarie
t.dimitrova@ts.uni-vt.bg

Abstract

The European Union's principle of free movement of workers is considered one of the most important rights of EU citizens. This means you can move to any EU country, as well as Iceland, Liechtenstein, Norway or Switzerland, as EFTA members, to look for and start work. Indeed, sometimes exercising this right can seem like a daunting and difficult task. The analysis of social processes shows that from the middle of the 20th century to the beginning of the 21st century, the transnationalization of production became a dominant feature of globalization. The challenges of the XXI century affected not only institutions, but also interpersonal relations. In the Covid-19 situation, there is no doubt that there is a need for leaders to present their leadership qualities to the public, declaring stability and confidence.

And in Bulgaria, the employment policy in 2021 is mainly aimed at overcoming the consequences of the COVID-19 crisis; increasing the qualifications and skills of the workforce according to the needs of the economy and activating and increasing the employment of disadvantaged groups on the labor market, with priority from the least developed regions and those who have lost their jobs due to the COVID-19 crisis. The active policy of the labor market includes the implementation of employment programs, incentive measures under the Law on the Promotion of Employment (EPL) and projects under the Operational Program "Human Resources Development" (OP HRD) to preserve and increase employment, limit unemployment through subsidizing jobs, as well as increasing the quality of the workforce by conducting training for adults, acquiring professional qualifications, acquiring and improving key competencies and motivating active behavior on the labor market, career counseling and development.

Keywords: European Union, mobility, integration, employment

Resumo

O princípio da livre circulação de trabalhadores da União Europeia é considerado um dos direitos mais importantes dos cidadãos da UE. Isso significa que pode se mudar para qualquer país da UE, bem como para a Islândia, Liechtenstein, Noruega ou Suíça, como membros da EFTA, para procurar e começar a trabalhar. De fato, às vezes exercer esse direito pode parecer uma tarefa assustadora e difícil. A análise dos processos sociais mostra que, de meados do século XX ao início do século XXI, a transnacionalização da produção tornou-se uma característica dominante da globalização. Os desafios do século XXI afetaram não apenas as instituições, mas também as relações interpessoais. Na situação do Covid-19, não há dúvida de que é necessário que os líderes apresentem ao público suas qualidades de liderança, declarando estabilidade e confiança.

E na Bulgária, a política de emprego em 2021 visa principalmente superar as consequências da crise do COVID-19; aumentar as qualificações e competências da força de trabalho de acordo com as necessidades da economia e ativar e aumentar o emprego de grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, com prioridade para as regiões menos desenvolvidas e aqueles que perderam o emprego devido à crise do COVID-19. A política ativa do mercado de trabalho inclui a implementação de programas de emprego, medidas de incentivo ao abrigo da Lei de Promoção do Emprego (EPL) e projetos no âmbito do Programa Operacional "Desenvolvimento dos Recursos Humanos" (OP HRD) para preservar e aumentar o emprego, limitar o desemprego através da subsidiação de postos de trabalho, bem como do aumento da qualidade da força de trabalho através da realização de formação de adultos, aquisição de qualificação profissional, aquisição e melhoria de competências-chave e motivação de comportamentos ativos no mercado de trabalho, aconselhamento e desenvolvimento de carreira.

Palavras-chave: União Europeia, mobilidade, integração, emprego.

1. Introduction

At the turn of the 19th to the 20th century, the scale of trade relations increased extremely rapidly as a result of the growth of industrial production and international agreements to reduce protectionist barriers between countries. The economic convergence of countries in the field of production is beginning, which is helped by the fact that the industrial mode of production is based on technologies that are subject to unification, thus creating preconditions for the international division of labor.

The analysis of social processes shows that from the middle of the 20th century to the beginning of the 21st century the transnationalization of production has become a dominant feature of globalization (Marinova, 2014).

The challenges of the 21st century have affected not only institutions but also interpersonal relationships. In the Covid-19 situation, there is no doubt that there is a need for leaders, with leadership qualities that declare stability and confidence. Today, more than ever, there is a need for management decisions that directly correspond to leadership skills.

We live in unprecedented and challenging times and that is why the need for leaders is greatest now. Leadership in itself is not an easy task, especially in the 21st century, when people have more demands regarding the candidates for leadership. But what happens during a crisis? That is, when leadership comes to the rescue, because it is in emergencies that people need someone to rely on, give them security, make decisions and take responsible (Pencheva, 2020).

In the situation of Covid-19, the crisis has changed the priorities of the National Reform Programs, which are prepared by the EU's national governments. Priority has been given to vulnerable groups and the most affected sectors of the economy.

The object of this study are the European projects aimed at the mobility of citizens in the European Union (EU), as well as the European Employment Strategy and the possibilities for its implementation in Bulgaria.

The subject of the study are their specific applications in Bulgaria.

More specifically, we intend to explore the conditions and opportunities offered in the cross-border regions of the EU in terms of the labor market. The purpose of the study is to analyze the European legislation that affects mobility within the Union, including in Bulgaria. To achieve this goal, the methods of description, comparison, grouping and analysis are applied.

2. Exhibition

The European Employment Strategy (EES) is in line with the International Labour Organization's (ILO) Global Employment Strategy, which provides: making employment a central issue for any economic and social policy; recognizing the importance of increasing labour productivity and especially that of the working poor; providing resources and new investments to achieve social stability, compliance with basic labour standards; promoting job creation with good working conditions

as a factor in increasing productivity; promoting entrepreneurship and private investment; promoting adaptability and increasing employability; prevention of discrimination on the labour market; building a macroeconomic framework to increase employment (Vladimirova, 2009).

The European Employment Strategy dates back to 1997, when EU countries took action to set common objectives for employment policy. Its main goal is to create more and better jobs across the EU. It is already part of the Europe 2020 growth strategy and is implemented through the European Semester, which is an annual process to promote close policy coordination between EU countries and the EU institutions. In particular, the implementation of the European Employment Strategy, supported by the Employment Committee.

The Employment Guidelines include common priorities and objectives for employment policies. They are proposed by the Commission, approved by national governments and adopted by the Council of the EU. A joint employment report is based on:

- (a) an assessment of the employment situation in Europe;
- (b) the implementation of the employment guidelines;
- (c) evaluation of a set of employment and social indicators. It is published by the Commission and adopted by the Council of the EU.

Based on the evaluation of the National Reform Programs, the Commission publishes a series of reports analysing the economic policies of the EU countries and issues country-specific recommendations, as well as analyses of whether the programs are in line with the objectives of the Europe 2020 strategy.

The Europe 2020 strategy, adopted in June 2010 by the European Council, is a multifaceted strategy for sustainable growth and jobs for the next decade, which aims to help Europe emerge stronger from the world's worst economic crisis since The 30s of the 20th century.

The Europe 2020 strategy defines three priorities:

- Smart growth: building an economy based on knowledge and innovation;
- Sustainable growth: promoting a greener and more competitive economy with more efficient use of resources;
- Inclusive growth: stimulating an economy with high levels of employment, leading to social and territorial cohesion.

To measure progress in achieving the objectives of the strategy, five flagship targets have been set for the European Union:

- Employment for 75% of the population aged 20 - 64 years;
- Investments in research and development (R&D) in the amount of 3% of GDP;
- Achieving the 20/20/20 climate/energy targets (including reducing emissions by an additional 30% if conditions are right);
- Below 10% relative share of early school leavers and at least 40% relative share of the young generation with completed higher education;
- Reduction of the number of people at risk of poverty by 20 million people.

The national goals of Bulgaria in implementing the strategy are defined in the National Reform Program of the Republic of Bulgaria (<http://www.minfin.bg/bg/page/867>).

3. The EURES network and the mobility opportunities for European citizens

EURES helps jobseekers find jobs and employers hire staff from all over Europe (<https://eures.bg/index.php?lang=bg>). The European Union's principle of free movement of workers is considered one of the most important rights of EU citizens. This means that you can move to any EU country, as well as Iceland, Liechtenstein, Norway or Switzerland, as members of the European Free Trade Association (EFTA) to look for and start a job. Indeed, sometimes exercising this right can seem like a daunting and difficult task. The purpose of EURES is to assist jobseekers and employers in this area. This includes the provision of a wide range of services available on the EURES portal or through a wide network of more than a thousand advisers to organizations that are members or partners of the network (<https://eures.bg/index.php?lang=bg>).

EURES offers the following services for jobseekers and employers: finding matches between job vacancies and CVs on the EURES portal; information, guidance and other services to support workers and employers; access to information on living and working conditions in EU Member States, such as taxation, pensions, health and social security; specific services to support frontier workers and employers in cross-border regions; support for specific groups under the EURES Targeted Mobility Schemes; support for active recruitment initiatives through the European (online) employment days platform; information and access to post-employment support services, such as language courses and support for integration in the host country.

Established in 1994, EURES is a European cooperation network of employment services, which aims to facilitate the free movement of workers (<https://eures.bg/index.php?lang=bg>). The network has always worked hard to ensure that European citizens can enjoy equal opportunities despite language barriers, cultural differences, bureaucratic challenges, differences in labour law, and a lack of recognition of educational certificates across Europe. EURES is a cooperation network set up to support the free movement of workers in 27 EU countries, plus Switzerland, Iceland, Liechtenstein and Norway.

The network consists of: the European Coordination Office (ECO), the National Coordination Offices (NCOs), the EURES Partners and the EURES Associates. The network's partners can be: public employment services (PES), private employment services (PRES), trade unions, employers' organizations and other labour market stakeholders. The partners offer information, recruitment and employment services for employers and jobseekers, and European and national coordination offices monitor the organization of activities at European and national level, respectively. In addition, EURES has an important role to play in providing specific information and helping to find employment for the benefit of employers and frontier workers in cross-border regions in Europe. In practice, EURES provides its services through the portal and a human network of around 1000 EURES Advisers, who

are in daily contact with jobseekers and employers in Europe. The EU's internal border regions cover 40% of the EU's territory and are home to nearly 2 million cross-border workers (https://eures.ec.europa.eu/index_bg). In 2018, more than 1.5 million people in the EU lived in one country and worked in another. Cross-border workers face a number of specific obstacles on a daily basis, such as different national practices, social security systems, tax rules and legal systems. In addition, in cross-border regions, public transport is often less developed than inland transport, which further hampers cross-border labour mobility. EURES helps cross-border workers to overcome these obstacles by providing financial support for cross-border partnerships under EaSI, the EU's employment and social innovation (https://eures.ec.europa.eu/index_bg).

These partnerships involve EURES members and partners working together across borders to support the mobility of workers and employers. Organizations that are not part of the EURES network may also participate if their activities are related to the regional market for occupational mobility. Partners usually include public employment services, social partners and organizations such as universities, business associations, trade unions and chambers of commerce. In 2020 and 2021, 8 cross-border partnerships involving 14 countries will receive EaSI funding. In addition, a number of other partnerships operate without EaSI support. The cross-border partnerships supported by the European Union's Employment and Social Innovation Program (EaSI) are:

1. Belgium, Germany and the Netherlands - EURES in the border regions of Belgium, Germany, the Netherlands;
2. Spain and Portugal - Cross-border partnership of EURES Galicia - Northern Portugal;
3. Northern Ireland and Ireland - EURES Ireland-Northern Ireland Cross-Border Partnership;
4. France, Germany and Switzerland - EURES T Oberrhein - Rhin Supérieur;
5. Belgium and the Netherlands - Cross-border partnership of EURES Scheldemond;
6. The Czech Republic, Germany and Poland - EURES-TriRegio;
7. Belgium, France, Germany and Luxembourg - EURES Transfrontalier Grande Région;
8. Italy and Slovenia - EURADRIA.

The main goal of the partnerships is to share information and advice for jobseekers and employers on cross-border labour mobility, to offer job opportunities and to provide pre- and post-employment services. There are groups of experts who provide support to workers at every stage of their professional lives and answer all their questions about the practical aspects of working in another country.

Each year, the partnerships carry out numerous activities in support of both jobseekers and employers. The most significant initiatives currently include guidance for jobseekers over the age of 50, cross-border traineeship schemes and a new job-finding application targeting job vacancies on the border between Belgium and the Netherlands.

The partnerships also monitor mobility flows across their respective borders, labour market developments and identify obstacles that could impede the free movement of workers within the regional cross-border labour market.

3.1. Production and sale of goods in the EU

Most goods are subject to the so-called "principle of mutual recognition", according to which any product legally produced in one Member State may move freely and be sold in all EU countries (https://eures.ec.europa.eu/index_bg).

Certain trade restrictions remain in place for certain sensitive sectors, such as the construction and the pharmaceutical industry. In addition, Member States may restrict the free movement of goods to their internal markets in certain circumstances relating to issues such as the protection of the environment or public health.

Gradually, conditions are being formed for voluntary participation of enterprises in the system of joint environmental management and audit for the countries of the European Union. At the same time, regular measures have been taken, such as the holding of international conferences on nature protection, the creation of numerous agreements on the transboundary movement of pollutants and the transport of hazardous waste, the reduction and emission of ozone-depleting and greenhouse gases, and others. A number of international conventions in the field of environmental safety and chemical production are being adopted. However, the very nature of the international "technological" division of labour formed in recent decades should provoke public vigilance, as it has produced not only environmental but also related social and economic consequences that have destabilized the development of many national economies. In connection with this, the movement of anti-globalism is growing, taking on more and more mass and aggressive forms (Marinova, 2014).

In principle, EU citizens are free to buy goods for personal use in other Member States. In most cases, there are no restrictions on what you can buy and take with you when traveling to different EU countries. No additional taxes are paid when moving from one Member State to another, as the purchase price includes value added tax (VAT) and excise duty, which means that other countries cannot impose additional taxation.

However, there are restrictions on certain products such as alcohol and tobacco (https://eures.ec.europa.eu/index_bg).

A useful and detailed list of rules for purchasing these goods in another Member State is published on the website of the European Commission's Directorate-General for Taxation and Customs Union. Special rules also apply to the purchase of a motor vehicle from one Member State and its introduction into another country for personal use. Thanks to EU law, people are free to manage and invest their money in any Member State.

It is not only financial markets that benefit from the free movement of money by achieving greater efficiency - every European citizen can benefit as well.

With few restrictions, everyone is free to open a bank account, buy shares, invest and acquire real estate in other EU countries. Moreover, EU companies can invest in, own and manage other European companies.

With regard to the free movement of capital within the Member States, certain exceptions apply, mainly relating to taxation, financial supervision, public order considerations, money laundering, and pecuniary sanctions.

In Bulgaria, the minimum age for employment is 16 years. Exceptionally, persons aged 15 to 16 may be hired to perform work that is light and not dangerous or harmful to their health and proper physical, mental and moral development (<https://eures.bg/index.php?lang=bg>). Furthermore, the performance of this work should not be an obstacle to attending school regularly or participating in vocational guidance or training programs. For persons under 18 years of age, a medical certificate is required, which establishes their suitability to perform the relevant work and permission of the labour inspectorate for each individual case (<https://eures.bg/index.php?lang=bg>).

Employment contracts can be concluded for an indefinite period or for a definite period, full-time or part-time, or can include a probationary period of up to 6 months. An employment contract may stipulate the performance of labour obligations in connection with the manufacture of products and / or provision of services in the home of the employee outside the workplace of the employer for remuneration with their or the employer's equipment, materials and other aids. There is a possibility to sign an employment contract with a company that provides temporary work. Full time is 8 hours a day, 40 hours a week for a 5-day work week. Work can be organized into shifts, including night shifts.

Full-time employment is more common. Usually employers include in the employment contracts a probationary period / maximum 6 months. During the probationary period, the employee may be released without notice. Regardless of the type of work the person is hired for, the conclusion of an employment contract in writing is mandatory.

Since 2015, the Labour Code regulates the possibility of signing employment contracts for short-term seasonal agricultural work for a period of 1 day.

The employer is obliged to provide the employee before their employment with a copy of the concluded employment contract, signed by both parties, and a copy of the notification for concluded employment contract under Art. 62, para. 3 of the Labour Code, certified by the territorial directorate of the National Revenue Agency. The employee may enter into employment contracts with other employers to perform work outside their established working hours under the main employment relationship.

The maximum duration of working hours under an employment contract for additional work together with the working hours under the main employment relationship for daily calculation may not be more than 48 hours per week, and not more than 40 hours per week for persons under 18 years. Persons over the age of 18 may work more than 48 hours a week only if they have given their express written consent, and the consent is given to the employer with whom the employee has signed an employment contract for additional work (<https://eures.bg/index.php?lang=bg>).

An employment contract may also be signed for work on certain days of the month, as this time is recognized as length of service.

More information on labour legislation can be found on the website of the Ministry of Labour and Social Policy. Control over the labour legislation is carried out by the Executive Agency “General Labour Inspectorate”.

3.2. Definition of “seasonal worker” and “seasonal work”

The terms “seasonal worker” and “seasonal work” are defined in the Bulgarian legislation in the context of the entry and stay of third-country nationals for the purpose of employment as seasonal workers in the Labour Migration and Labour Mobility Act (<https://eures.bg/index.php?lang=bg>).

- “seasonal worker” is a third-country national who retains his / her main place of residence in a third country and resides legally and temporarily on the territory of the Republic of Bulgaria in order to perform seasonal work on the basis of one or more fixed-term employment contracts with an employer whose registered office is in the Republic of Bulgaria;

- “seasonal work” is work that depends on the change of seasons and is linked to a specific time of year through a recurring event or series of events related to seasonal conditions in which the need for labour is significantly greater than in ordinary current affairs.

These definitions are in line with Directive 2014/36 / EU of the European Parliament and of the Council of 26 February 2014 on the conditions of entry and residence of third-country nationals for the purpose of employment as seasonal workers.

3.3. Types of employment contracts

With regard to seasonal work, the general rules of the Bulgarian Labour Code apply, as well as the minimum monthly salary and the minimum hourly wage.

Seasonal workers may be employed on a fixed-term contract under Article 68 of the Labour Code, which determines the period of employment.

For short-term seasonal work in agriculture, a specific type of contract is concluded in accordance with Article 114a of the Labour Code. Their duration is one day, and they are concluded with an employee for no more than 90 days within one calendar year. Such contracts must contain information about the parties to the contract, the place of work, the type of activity, the remuneration, the date of performance of the work, the duration, the beginning and the end of the working day. The usual working day is 8 hours, but the parties can agree on half a working day. Remuneration is paid directly to the employee against a receipt at the end of the working day. Such contracts are certified by the General Labour Inspectorate.

There is a mandatory template for concluding such employment contracts, which can be found, as well as more information on the website of the General Labour Inspectorate at: <https://www.gli.government.bg/bg/node/>.

The labour relations between the employer and the employee in the Republic of Bulgaria are obligatorily settled by signing an employment contract. The employment contract is concluded in

writing before the employee starts the job and contains data on the place of work, job title and nature of the work, date of conclusion and start of its implementation, duration, amount of the basic and additional paid annual leave, remuneration and length of working day or week.

Within three days of signing the employment contract, the employer is obliged to send a notification of its conclusion to the territorial directorate of the National Revenue Agency /NRA/ and to present the employee with an original of the employment contract signed by both parties and a copy from the certified notification to the territorial division of the NRA.

Employment contracts can be concluded for an indefinite period of time or for a definite term/ fixed-term employment contract/. The fixed-term employment contract becomes a contract for an indefinite period of time, if after the expiration of the specified term the employee continues to work for 5 or more days, without a written objection from the employer and the position is vacant. In most cases, a probationary period of no more than 6 months is provided.

In case of any change in the employment relationship, the employer is obliged to provide the employee with written information about the changes made no later than one month after the entry into force of the change.

Contracts with a probationary period may be terminated without notice by the party in whose favour the term is within its limits (maximum 6 months). The employment contract is considered final if it is not terminated by the end of the probationary period. After this period, termination of the contract may be made only on general grounds.

Permanent contracts are usually terminated with one month's notice, and fixed-term contracts with 3 months' notice, but not more than the remainder of the contract. Without notice, employment contracts may be terminated by mutual consent of the parties, or upon expiration of the contract, upon return of a replaced worker, upon completion of the specified work, etc.

With one month's notice, the employer may dismiss employees who have acquired the right to a pension for length of service and age. Under the same conditions, but without notice, employees may terminate their employment with the employer. In 2015, a new type of employment contracts was introduced - for short-term seasonal agricultural work. They last one day and are certified by the General Labour Inspectorate.

More information on labour relations can be found in the Labour Code, published on the website of the Ministry of Labour and Social Policy, under the section "Documents".

Bulgaria's full integration into the EU includes bringing its domestic labour and social legislation up to EU standards and its subordination to certain common principles and rules. This is a long and complex process, as it affects virtually everyone - the country's population and organizations, i.e., employers and employees (Vladimirova, 2009).

The challenges of demographic and socio-economic factors, digitalization and new technologies place increasing demands on organizations. Some of the key factors that influence smart risk-taking decisions include talent management, training and education, staff qualifications, leadership, and the organization's ability to make risk-based decisions. Therefore, effective risk management requires smart risk management. This approach seeks to incorporate appropriate risk

management procedures in all parts of the organization. This is possible through risk assessment, overall design and implementation of a program for its management (Yordanova, 2020).

In 2021, the recovery of the labor market from the crisis due to the corona virus is slowing down. The measures introduced by the government limited the growth of unemployment, but the pre-crisis levels of the main indicators of the labor market in the field of employment and unemployment have not yet been achieved.

The economically active population aged 15-64 in 2021 was 3,155.3 thousand. The economic activity rate was 72.0% compared to 72.2% in 2020. The value of the indicator for men in 2021 was 76.2% and for women 67.7 %.

The number of employed persons aged 15-64 is 2,986.7 thousand compared to 3,024.3 thousand in 2020. The employment rate for the same age group is 68.21% and is lower compared to 2020 and 2019 by 0.43 respectively. p.p. and 21.09 p.p. The employment rate for the 20-64 age group is also lower compared to 2020 and 2019 and is 73.21%. In 2021, the employment rate for women (15-64) was 64.23%, and that of men for the same age group was 72.0%.

In the age structure of the employed, the highest share are 45-54 year olds (27.7%) and 35-44 year olds (26.5%), and the lowest are young people aged 15-24 (3.4%). Compared to 2020, in the structure of the employed by age, a decrease was observed in the shares of the employed aged 15-24 and 25-34 (by 0.3 pp), while the shares of the employed aged 45-54. and 55-64 years are increasing (respectively by 0.7 pp and 0.1 pp).

In the structure of the employed (15 years and older) by economic sector, the highest share are those employed in "Manufacturing industry" (18.6%) and "Trade, repair of cars and motorcycles" (16.7%). Compared to 2020, the largest increase was recorded in the share of those employed in construction (by 0.7 pp), which in 2021 reached 8.7%. With 0.2 p.p. the share of those employed in the economic activities "Transport, warehousing and mail" (6.8% of all employed) and "Creation and dissemination of information and creative products" is increasing; telecommunications' (3.3% of all employed).

The increase in the share of the employed in some economic sectors is accompanied by a decrease in others. The share of employed people is decreasing more significantly (by 0.7 p.p.) in one of the economic activities most affected by the coronavirus crisis, "Hotel and restaurant industry", whose share in 2021 is 4%. According to the latest NSI survey among accommodation facility managers in December 2021, 16.8% of accommodation facilities benefited from government measures to support employers. The relative share of those employed in agriculture, forestry and fishing decreased by 0.3 pp. to 6.3%. With 0.2 p.p. decrease the shares of those employed in "Trade; repair of cars and motorcycles", "Administrative and auxiliary activities" and in "Mining industry".

The recovery of employment at the local level has been uneven. Compared to 2020, the employment rate for the age group 15-64 increased in two of the six statistical regions - in the North-East region by 1.2 pp. to 67.9% and in the North-West region by 0.9 p.p. to 59.6%. In the South-West region, the value of the indicator remains almost unchanged (73.87%) compared to 2020. In the remaining three regions, the employment rate decreased - by 1.8 pp. in the North Central region (up to

66.5%), with 1.1. p.p. in the South-Central region (up to 66.1%) and by 0.9 p.p. (up to 66.2%) in the Southeast region.

The downward trend in unemployment observed since 2014 is interrupted in 2020 as a result of the measures introduced to limit the spread of COVID-19. In 2021, unemployment decreased on a quarterly basis in absolute and relative terms. The number of unemployed persons is 171.1 thousand against 168.6 thousand in 2020. The unemployment rate is 5.3% against 5.1% in 2020 and 4.2% in 2019. The value of the indicator for men is 5.5% and for women 5.0% in 2021

Of all the unemployed, those with previous employment are 143.5 thousand, and those looking for their first job are 27.6 thousand. Of the unemployed with previous employment, the largest number left work due to layoffs or dismissal (36.1%) and due to completion of temporary or seasonal work (31.6%).

Labor market strengths in 2021 result from the economic recovery that has begun with growth in GDP and employment, albeit falling short of 2019 levels, and include low unemployment with a rapid return to work of many laid off as a result of the pandemic; fiscal sustainability and secured financial resources, continuation of employment support schemes, good condition of epidemic-resistant sectors, ongoing health measures against the epidemic and accumulated experience of the competent institutions, adequate changes in the regulatory framework, support of European institutions and funds, etc.

Weaknesses in the labor market in 2021 are fewer and different than in 2020, while coming to the fore and problems “displaced” in 2020 from those that are characteristic of the pandemic. The recovery of employment after the lifting of anti-epidemic restrictions is slower and more limited, and the lack of qualifications and skills makes it difficult to find employment in activities less affected by the pandemic. The situation of some disadvantaged groups in the labor market is not improving. The shortage of qualified personnel remained for the sectors not significantly affected by the pandemic, despite the redirection of laid-off persons to the vacant jobs in them. In the case of seasonal employment, a labor force shortage emerged as a result of the anti-epidemic restrictions affecting the free movement of workers and the importation of workers from third countries, as well as due to the outflow of personnel from sectors permanently affected by the pandemic. The transition to remote work and the more widespread use of new forms of employment have increased the risks and prerequisites for undeclared employment, social isolation and new difficulties in combining family and professional obligations (National Employment Action Plan, 2022).

4. Conclusion

The tendency is for Bulgaria to gradually adapt its public institutions to the standards set by the EU, the good European practices are an example of the successful integration of the lagging member states of the Union. The introduction of new services, the improvement of the service, as well as the gradual transition to electronic services of some public sectors are only part of the good prospects that are applied in Bulgaria.

Threats to the labor market in 2022 - some of them have a long-term nature, such as demographic trends, structural mismatches in labor demand and supply, skills shortages, especially digital ones. The main threat remains the continuation of the pandemic in 2022 and a change in its impact on the economy through growing inflation, supply difficulties and shortages of goods, losses from the sudden introduction of restrictive measures in the country and in the country's trading partners, limiting hiring of new staff due to the uncertain economic environment, etc. The suspension of adult training due to the suspension of face-to-face group classes and the lack of certified operating distance learning platforms makes it difficult to increase the knowledge and skills of the unemployed and the employed at risk of layoffs. The threat is structural unemployment as a result of the closure or redirection of production in implementation of anti-epidemic measures or measures included in the "green deal".

Bibliography

- MARINOVA, N. (2014). Management through projects to achieve sustainable development. New Bulgarian University Publishing House, Sofia.
- National Employment Action Plan in 2022 (2022). Ministry of Labor and Social Policy, Sofia.
- PENCHEVA, PI. (2020). Principles of leadership in times of crisis. -In: Development of the Bulgarian and European Economy - Challenges and Opportunities Volume 4, University Publishing House "St. St. Cyril and Methodius", Veliko Tarnovo pp. 83-89.
- VLADIMIROVA, K. (2009). Strategic human resource management. New Bulgarian University Publishing House. Sofia.
- YORDANOVA, D. (2020). About the Smart Risk Management approach. -In: Development of the Bulgarian and European Economy - Challenges and Opportunities Volume 4, University Publishing House „St. St. Cyril and Methodius“, Veliko Tarnovo, pp. 79-82.
- <https://www.gli.government.bg/bg/node/> (visited on 20.09.2021).
- <http://www.minfin.bg/bg/page/867> (visited on 18.08.2021).
- <https://eures.bg/index.php?lang=bg> (visited on 15.07.2021).
- https://eures.ec.europa.eu/index_bg (visited on 22.09.2021).
- <https://eures.bg/index.php?lang=bg> (visited on 11.10.2021).

LONGROIVA, UM EXEMPLO DAS CONEXÕES CIDADE-CAMPO

LONGROIVA, AN EXAMPLE OF CITY-COUNTRY CONNECTIONS

Helena PINA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
helenapina@netcabo.pt

Felisbela MARTINS

CEGOT– Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
felisbela.martins@gmail.com

Lúcio CARRAMILLO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
carramillo@gmail.com

Resumo

As relações cidade-campo são históricas e visualizam-se através de atividades e fluxos como os associados à produção e comércio dos produtos agrícolas, mas também a outras atividades decorrentes das potencialidades endógenas e de conexões com os territórios envolventes, sobretudo com os meios urbanos, os principais consumidores.

Por outro lado, como os espaços rurais não são estáticos, as alterações sucedem-se, interferindo nestas dinâmicas as acessibilidades, os fluxos demográficos ou, mais recentemente, o mundo digital. Na realidade, e independentemente da tipologia de cenários e do respetivo potencial agronómico e patrimonial, alteram-se as relações cidade-campo, intervindo múltiplos agentes, públicos e privados, locais, regionais e nacionais, ou mesmo internacionais. É neste contexto que se analisa o meio rural e a sua modernização/preservação, mas numa perspetiva holística que abarca todas as potencialidades autóctones, incluindo as termas. Na verdade, elas também refletem as relações cidade-campo, já que esta atividade, que era classificada como medicinal, modernizou-se, anexando a vertente do lazer e do bem-estar. Tal exigiu uma mutação estrutural, mas também funcional e estética. Em simultâneo, difundiram-se os produtos agrícolas locais através dos membros da diáspora, mas também dos frequentadores do Spa, dos visitantes. As relações urbano-rurais são, de facto, polifacetadas, favorecendo a revitalização destes espaços periféricos, bem como as (re)conexões territoriais, sobretudo com o mundo urbano. É o caso das Termas e Spa de Longroiva (NE de Portugal), aqui analisado.

Palavras chave: Turismo de saúde e bem-estar; revitalização termal; Longroiva; conexões urbano-rural; desenvolvimento territorial

Abstract

The complex, historical relationships between city and countryside can be analysed based on activities associated to the production and trade of agricultural products. However, other activities may also arise related to the endogenous potential and resources of rural areas, as well as the connections with neighbouring territories, especially with urban areas, their main consumers.

Rural spaces are not static as they have experienced profound changes. They have been particularly affected by issues such as access routes, demographic flows and, more recently, the digital world. Regardless of the circumstances and the agronomic potential and heritage of these spaces, city-countryside relationships have changed, involving the intervention of multiple agents at several levels, whether public or private, local, regional, national, or even international.

This paper intends to analyse the rural environment and its modernisation/conservation, but from a holistic perspective that encompasses all its autochthonous potentialities, including its thermal resources. Indeed, thermal baths also reflect city-countryside relationships, since this activity, once classified as medicinal, has been modernised and expanded to include leisure and wellness. Such a strategy required not only structural transformations, but also functional and aesthetic changes. At the same time, local agricultural products have been disseminated by members of the Portuguese diaspora, as well as spa clients and visitors. Urban-rural relationships

are multifaceted, favouring the revitalisation of these peripheral spaces and closer territorial (re)connections, especially with the urban world. This is the case of the Longroiva Thermal Baths and Spa (NE Portugal), which will be analysed in this paper.

Keywords: Health and wellness tourism; thermal renewal; Longroiva; urban-rural connections; spatial development

1. Introdução

Desde sempre existiram relações entre o campo e a cidade. Estas relações são multifacetadas e indeléveis, emergindo das múltiplas atividades e fluxos relativos à produção e comércio dos produtos agrícolas, mas também de outras atividades que se geram no mundo rural e que possibilitam a conexão destes territórios com os restantes, sobretudo com os meios urbanos, os principais consumidores. São atividades de diferentes carizes e que, associadas à revitalização de potencialidades endógenas, geram mais-valias para os autóctones, que são adicionadas às resultantes das atividades agrícolas.

Neste contexto, no presente artigo, vamos analisar o caso das atividades termais, através do exemplo das Termas e Spa de Longroiva. As atividades termais têm vindo efetivamente a sofrer mutações ao longo dos tempos, passando das funções meramente medicinais e curativas para, nos nossos dias, adicionarem o lazer, o lúdico e o bem-estar, que é procurado sobretudo pelos habitantes urbanos, para contrariar o seu modo de vida muito cansativo.

As Termas e Spa de Longroiva situam-se na freguesia do mesmo nome, no município da Mêda, no NE de Portugal. Têm um longo historial termal e hoje, após uma profunda revitalização de infraestruturas associadas a um recurso endógeno não agrícola, têm vindo a atrair uma população que proporciona mais-valias para a população local/residente.

Para levar a cabo este nosso estudo, começamos por fazer uma breve revisitação ao discurso teórico sobre as relações cidade-campo. Depois, apresentamos a metodologia, seguida de um breve enquadramento de Longroiva e da sua história termal. Este estudo está, neste momento, ainda numa fase inicial, pelo que vamos terminar apenas com algumas considerações finais, esperando que em breve seja possível dar a conhecer resultados mais abrangentes.

2. Revisitando conceitos sobre as relações cidade-campo

As relações cidade-campo têm um longo historial. Elas são diversas, multifacetadas e variam de acordo com o cenário paisagístico e o invólucro social e cultural existente (Rienks, 2008; Rosset, 2013; Woods, 2015). São, também, indeléveis, sendo detetáveis através de uma miríade de atividades e fluxos, como os associados à produção e comércio dos produtos agrícolas (Berger, 2017; Morgan e Sannino, 2010; Westlung, 2017), mas também de outras atividades de diferentes origens, que se geram e que conectam estes territórios com os restantes. Tal concretiza-se, por exemplo, através da revitalização de atividades interdependentes das potencialidades endógenas, que geram “*incomes*” para os residentes, para além da sua sobrevivência, e, obviamente, incrementam as referidas ligações

com os territórios envolventes, sobretudo com os meios urbanos (Calway, 2012; Morgan e Sannino, 2010).

Por outro lado, se tratando de espaços estáticos, as alterações/adaptações sucedem-se ao longo dos tempos (Ilbery, 1998; Woods, 2011), interferindo nestas dinâmicas as acessibilidades, os fluxos demográficos ou o mundo digital. Na realidade, e independentemente do potencial agronómico e patrimonial destes territórios, alteram-se as relações, a conectividade, incluindo nestes processos múltiplos agentes, públicos e privados, locais, mas também regionais e nacionais, ou mesmo internacionais, (re)surgindo distintas atividades (Cawley, 2008; Shucksmith, 2010; Mathieu, 2017).

É neste contexto que se deve observar o meio rural e a sua modernização/preservação, numa perspetiva holística, responsável, que inclua as potencialidades endógenas, para além das agrícolas, como se pode exemplificar com as termas (Hall et. al, 2003; Pina, 2018). Na verdade, estas atividades também refletem as relações cidade-campo, sofrendo de igual modo mutações ao longo dos tempos, pois, de atividade medicinal, curativa, modernizou-se anexando-lhe o lazer, o lúdico e o bem-estar, cada vez mais solicitados pelos urbanos como um antídoto ao seu modo de vida stressante. Trata-se de uma mudança de paradigma. Assim, transformam-se os antigos balneários termas em termos estruturais, funcionais e estéticos, adicionando aos tradicionais tratamentos curativos, o Spa e outras infraestruturas. Estas remodeladas instalações são agora frequentadas durante todo o ano sobretudo por cidadãos, nacionais e estrangeiros, mas já numa ótica de prevenção médica e de bem-estar. Com esta mudança, (re)despertam também outras atividades. Por seu intermédio, por exemplo, difundem-se os produtos agrícolas locais, biológicos, através dos aquistas e dos membros da diáspora, ou integrados na ementa dos restaurantes instalados nas unidades hoteleiras de apoio aos visitantes/aquistas.

As relações urbano-rurais são, de facto, polifacetadas (Chaléard et. al, 1999; Berger, 2017; Krol et. al, 2012; Westlund, 2017; Woods, 2005) mas, indiscutivelmente, atividades como as termas favorecem a revitalização de espaços antes em declínio, bem como as (re)conexões quer entre os autóctones, mas, sobretudo, com o mundo urbano, o principal utilizador destas estruturas (Woods, 2011; Calway, 2012; Pahnke et. al, 2015; Cawley, 2008). As termas favorecem, na verdade, a revitalização de espaços rurais periféricos, bem como as (re)conexões territoriais, como é o caso das Termas e Spa de Longroiva (NE de Portugal), localizadas na Região Demarcada do Douro (Pina, 2017).

3. Metodologia

Centrando o nosso estudo nas Termas e Spa de Longroiva, pretendemos dar a conhecer problemáticas relacionadas com a multiplicidade de relações entre a cidade e o campo. Para isso, adotamos uma metodologia qualitativa e quantitativa, conjugando a pesquisa e análise de documentação bibliográfica, estatística e cartográfica, com a consulta de *sites* das entidades responsáveis pelo desenvolvimento regional e pelas dinâmicas agrícolas e turísticas em espaços rurais. Foi ainda realizado um amplo trabalho de campo, que implicou a concretização de entrevistas semiestruturadas aplicadas a diversos agentes com capacidade interventiva no desenvolvimento local,

mas também a aquistas e frequentadores do Spa. Assim, obtivemos o perfil sociocultural dos questionados, as suas motivações e contactos com o quadro paisagístico, económico e patrimonial que os envolve, bem como as interconexões existentes entre os diferentes atores e as suas implicações no desenvolvimento local. Salientamos que privilegiamos as questões relacionadas com as termas e Spa, mas sem esquecer a estrutura agrícola e a sua relação com o desenvolvimento local, numa ótica responsável, sustentável.

4. Longroiva e as suas Termas e Spa nas relações cidade / campo

4.1. Breves notas de enquadramento

Como já referimos, o estudo que aqui damos a conhecer incide na freguesia de Longroiva (Figura 1), com apenas 41,22 Km², que se integra no concelho da Mêda. Em Longroiva são visíveis múltiplas potencialidades, mas também são evidentes obstáculos ao seu desenvolvimento.

Parte integrante da Região Demarcada do Douro (RDD), implantada num solo xistoso, aqui se produzem vinhos de excelente qualidade, como é o caso do Vinho do Porto e outros, ou o azeite, referenciados desde a antiguidade, com características que os distinguem das outras regiões de Portugal. Em complemento, nas pequenas hortas e nos espaços não direccionados à produção vitícola, obtêm-se produtos hortícolas de grande qualidade, produzidos de acordo com o modo de produção biológica. Longroiva possui também um património paisagístico, arquitetónico, gastronómico e cultural soberbos (Pina, 2017, 2018) - Figuras 2 e 3. Na realidade, a História deixou vestígios que recuam ao período romano, como é o caso da sua ponte, mas também de outros períodos, como o demonstra a sua Igreja Matriz, que é medieval, ou o Pelourinho e o Castelo, entre outros (Rodrigues, 2002).

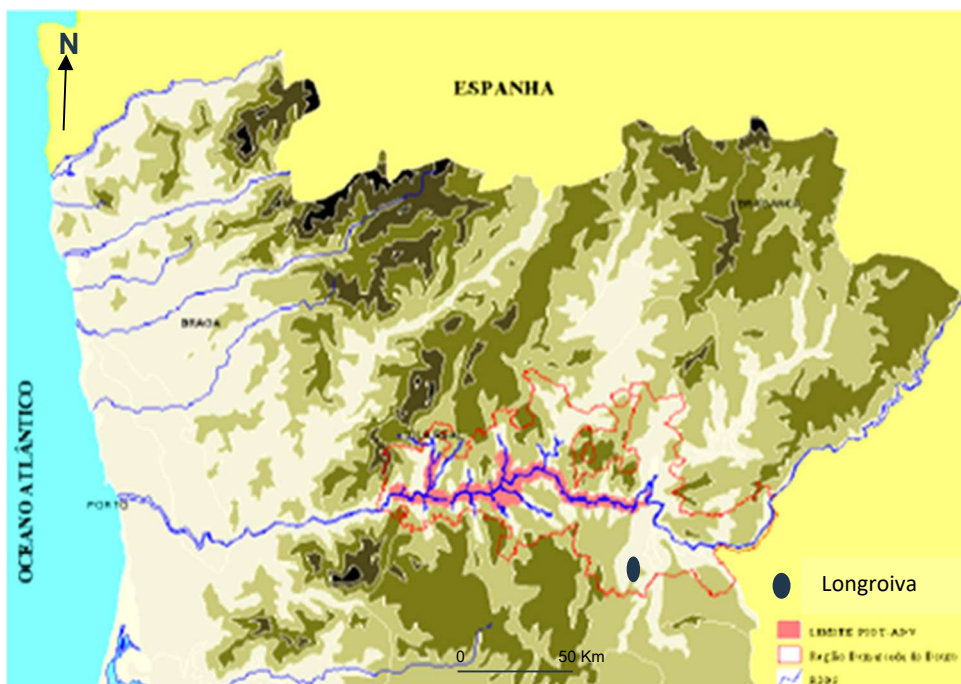


Figura 1 – Localização da Região Demarcada do Douro e das Termas de Longroiva.



Figura. 2 – Longroiva e a Igreja matriz.

Fonte: J. F. Longroiva.

Mas, apesar das múltiplas potencialidades, os obstáculos ao seu desenvolvimento persistem, ou agravam-se mesmo, nomeadamente os de índole sociocultural. Esta tendência é inegável desde a década de cinquenta do século XX, colocando em causa a preservação paisagística e patrimonial local, sobretudo se, ao declínio demográfico adicionarmos o envelhecimento estrutural dos residentes e a descapitalização dos pequenos vitivinicultores. Proprietários de explorações agrícolas de cariz familiar, são, no entanto, os dominantes na estrutura económica local. Por seu lado, a deficiente estrutura fundiária das explorações agrícolas, a escassa mecanização e a débil formação técnica dos agricultores, apesar de registarem melhorias, são de igual modo insuficientes (Pina, 2013, 2017).

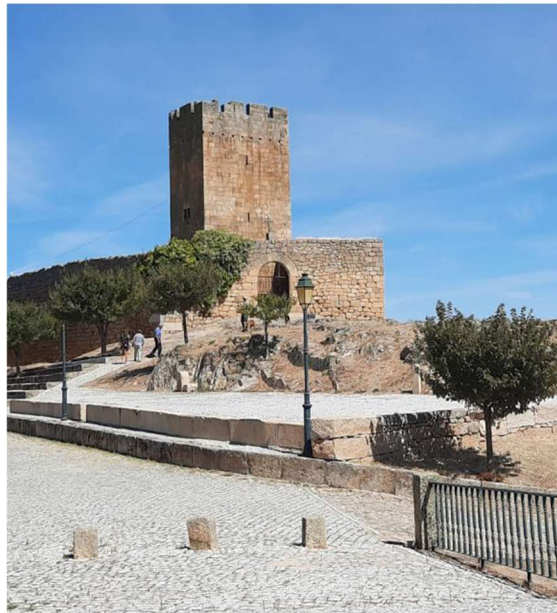


Figura. 3 – Castelo de Longroiva.

Fonte: J. F. Longroiva.

Freguesia onde é visível, de facto, um intenso declínio populacional, aqui se multiplicam também os abandonos dos espaços agrícolas não vitícolas (Pina, 2013). Para percebermos melhor o cenário local, sobretudo o social, pois é a população local que efetivamente preserva o património endógeno, apoiamo-nos nos Recenseamentos Gerais da População (INE). Segundo estes Censos, Longroiva, desde meados do século passado, tem vindo a perder população. Na verdade, se em 1900 albergava 964 habitantes, (Figura 4), na sequência da dinamização das termas e das atividades agrícolas, atingiu o seu auge em 1940, quando se recensearam 1261 habitantes.

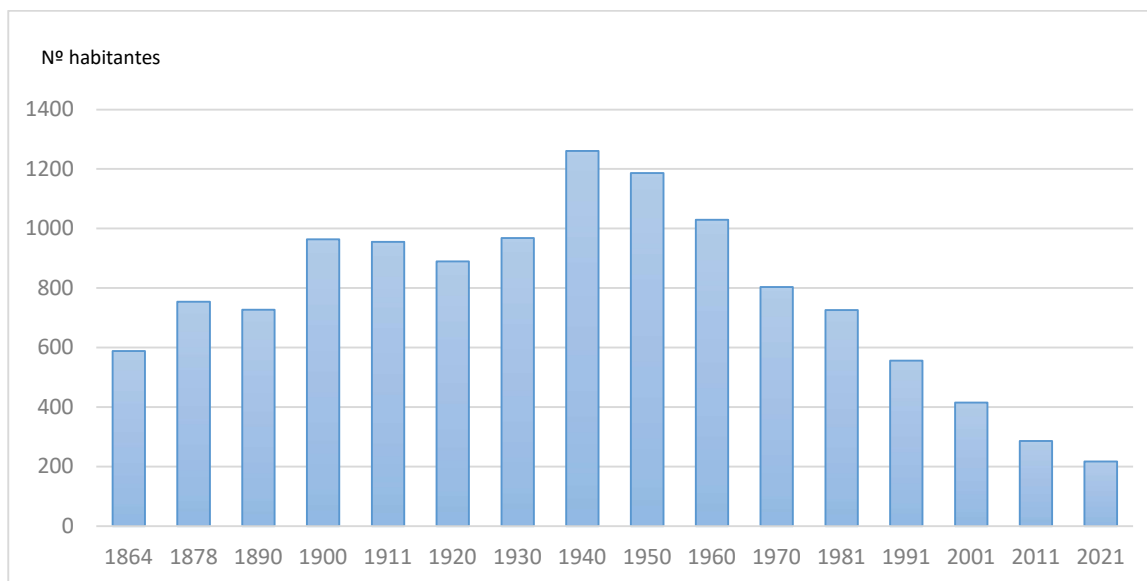


Figura 4 – Evolução da população residente em Longroiva (1864- 2021).

Fonte: Rec. Gerais da População, INE. Elaboração própria.

Desde então, iniciou-se a recessão demográfica, sendo particularmente acentuada desde a década de sessenta do século passado, na prossecução de amplos fluxos migratórios direcionados para os principais núcleos urbanos portugueses, mas também para o espaço europeu. Neste contexto, em 2001, apenas persistiam 416 residentes e na década seguinte 286. Só na última década, aqui se registou um declínio de 31,2%, um dos mais significativos desde que existem registos oficiais. Há ainda a salientar que, segundo os Censos de 2021, na freguesia de Longroiva se recensearam 218 habitantes. Não obstante, apesar de se registar um decréscimo da população, parece-nos evidente que houve um abrandamento dessa tendência.

Estamos perante um local igual a tantos outros do interior do país, com uma população envelhecida e em recessão demográfica. Apesar deste cenário, têm vindo a surgir algumas iniciativas locais, diversificadas, que abarcam a reestruturação e mecanização dos vinhedos, onde se aposta em vinhos de elevadíssima qualidade, que incluem tanto os não licorosos como os DOC regionais, com a designação do nome da quinta. São muito apreciados pelos consumidores em geral, mas sobretudo pelos colecionadores e pelos membros da diáspora. Tem-se também dinamizado a vertente turística, proporcionando o surgimento de unidades de turismo em espaço rural (Pina e Queiroz, 2017), enquanto se redescobre e se recupera o património histórico. Criaram-se ainda trilhos

temáticos e outras iniciativas no sentido de reverter, efetivamente, o declínio demográfico e revitalizar o setor vitícola (Pina e Teixeira, 2017), o sustentáculo económico de Longroiva.

4.2. As atividades termais: alguns aspetos evolutivos

Embora fulcrais, as iniciativas já referenciadas são insuficientes, razão pela qual se adicionou às estratégias existentes, outras como o termalismo, antes subalternizado. Tal implicou, para além da existência dos recursos termais, equipamento e serviços específicos, pois anteriormente as estâncias termais estavam apenas associadas aos atos médicos e terapêuticos. Na atualidade, porém, a necessidade de dinamizar estes espaços, impulsionou as atividades termais. Aliás, são vários os grupos sociais que sustentam esta nova dinâmica, embora alicerçada sobretudo na vertente lúdica. Permanece, contudo, a valência médica e terapêutica, mas em lugar sublaterno e com maior incidência entre a população local e regional. Aos grupos anteriores, fortes dinamizadores do termalismo, acrescentam-se os turistas urbanos, ou ainda os membros da diáspora e outros que privilegiam a vertente lúdica/preventiva.

É inquestionável o impacto da flexibilização dos atos médicos, facto que, adicionado ao lazer e à prevenção da doença, ou ainda, e cada vez mais, à aquisição do bem-estar físico e psíquico, induziram a uma alteração total do anterior paradigma, surgindo com isso o turismo de saúde e bem-estar como uma componente do desenvolvimento territorial, de revitalização dos espaços rurais em declínio.

Assente em quatro pilares fundamentais (médico, termal, bem-estar e sénior), o turismo de saúde e bem-estar pode corresponder, de facto, a um dos motores do desenvolvimento regional. Mas, para a sua implementação, exigem-se recursos humanos, estruturais e logísticos de qualidade, bem definidos legal e medicamente, como se descobre na legislação subjacente à sua instalação e laboração. Recordemos, a título de exemplo, o Dec-Lei nº 142/2004, de 11 de junho, o Dec-Lei nº 186/2015 complementados ainda com o Despacho nº 1443/2016, de 29 de novembro, que incluem as normativas que sustentam a sua implementação e continuidade.

Não sendo consensual a definição de Turismo de Saúde e Bem-estar, sobremaneira no que se refere ao Bem-Estar, observam-se diferentes abordagens ao longo dos tempos, se bem que adquirindo um efetivo realce em Portugal, como se constatava no PENT (Revisão e Objetivos 2013-2017). Foi considerado, então, como um produto estratégico, agregando o “Turismo de Saúde” a componente médica, o termalismo, o spa e a talassoterapia (Turismo de Portugal, 2013). Este desiderato mantém-se presente nos Objetivos Estratégicos 2030 (Turismo de Portugal, 2017). Assim se revitalizaram as águas termais de Longroiva.

Freguesia implantada no complexo xisto-grauváquico dúrico-beirão (Dias *et al.*, 2013), Longroiva insere-se num espaço geomorfológico muito complexo, onde emergem águas minerais e de nascente relacionadas com grandes acidentes tectónicos, nomeadamente a falha de Manteigas-Vilariça-Bragança, Figura 5 (Lourenço, 2017). Neste contexto, surgem as águas sulfúreas, sódicas, bicarbonatadas e fluoretadas que encontramos na região duriense e, neste caso, em Longroiva.

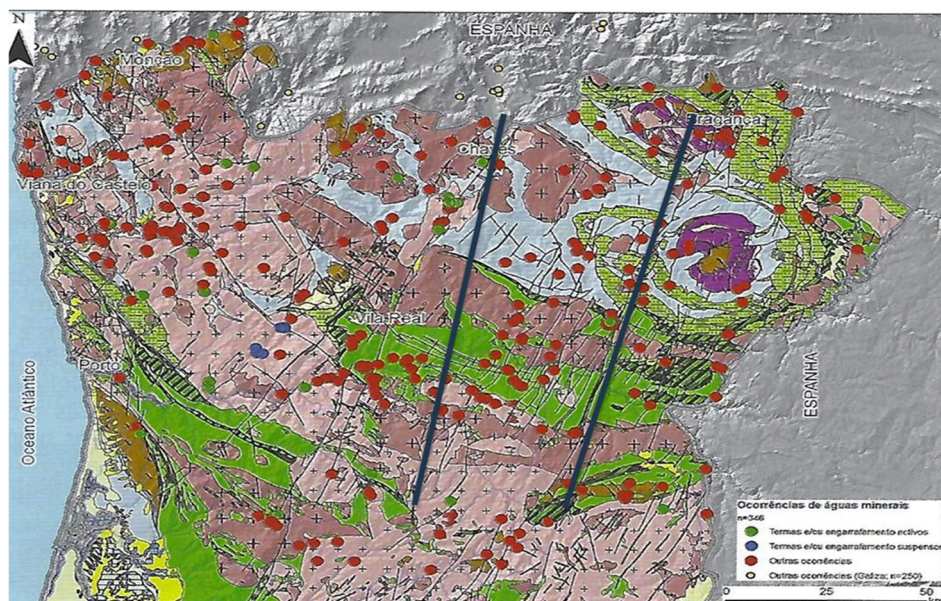


Figura 5 - Ocorrência de Águas Minerais e Termas no Norte e Centro de Portugal.

Fonte: Cortez, 2017, 130.

As águas termais de Longroiva foram desde sempre utilizadas para banhos. A título de exemplo, refira-se que terão sido usadas pelo homem pré-histórico e pelos romanos que se instalaram no castro de Longobriga (Saraiva, 1999). Já na Idade Média, as termas pertenceram primeiro à Ordem dos Templários, e após a sua extinção, à Ordem de Cristo, durante o reinado de D. Dinis¹ (Rodrigues, 2002). Supõe-se que o balneário medieval era muito simples, rudimentar mesmo, não sendo muito diferente do balneário romano. Segundo Saraiva (1999) era composto por dois tanques (um para homens e outro para mulheres), cobertos por colmo, cenário que assim continuaria até ao século XIX, quando se construiu o primeiro edifício termal digno desse nome. Entretanto, à semelhança do balneário romano, o medieval continuou a ter dois tanques em que os banhistas se sentavam no interior, em bancos de pedra. Estrutura simples, ainda assim a sua construção só foi possível com as esmolas dadas à Senhora do Torrão, adicionadas ao rendimento dos banhos, que eram pagos exclusivamente pelas pessoas de fora².

As grandes transformações estruturais surgiram, de facto, no século XIX, como se comprova com as múltiplas referências documentais, visíveis nos registos sobre as termas de Longroiva, sobre as capacidades curativas das suas águas termais. Neste contexto, a Câmara Municipal da Meda construiu um edifício termal, segundo um “projeto moderno” (1878-1881), com a ajuda da população local (Figura 6), que, desde sempre, utilizava as termas e ia a banhos sem qualquer pagamento.

Apesar deste longo historial, só recentemente estas águas e as suas termas foram reconhecidas em termos oficiais, sendo indicadas para o tratamento e prevenção de problemas músculo-esqueléticos

¹ Diz a lenda que a Rainha Santa Isabel, vinda de Aragão, a caminho de Trancoso, para o seu casamento com o rei D. Dinis, terá tomado banho nestas águas (Rodrigues, 2002).

² As festas em honra de Nossa Senhora do Torrão perpetuaram-se, prosseguindo nos dias de hoje e atraindo muitos forasteiros. Concretizam-se sempre a 8 de setembro.

reumáticos, respiratórios e dermatológicos. Nestas circunstâncias, no século XX, as antigas instalações foram transformadas num balneário sob exploração pública.

Os registos demonstram a evolução que esta estrutura termal sofreu ao longo dos tempos, sobretudo nas últimas décadas, como foi corroborado pelos relatos dos anteriores responsáveis pelo balneário. Segundo Dona Maria da Luz Lemos, a anterior responsável pela exploração do Balneário Termal, instalado num edifício de dois pisos (Figura 6), o serviço de banhos medicinais realizava-se no piso térreo, ultrapassando os 300 banhos diários, no início do terceiro milénio. Segundo a mesma fonte, nesta época, os aquistas eram residentes locais ou da região, conhecedores dos poderes curativos destas águas termais. Eram maioritariamente agricultores, acompanhados pelos seus familiares, ou, desde os anos oitenta, também pelos descendentes instalados nos grandes núcleos urbanos, que vinham usufruir dos banhos termais. Aqueles que não possuíam raízes familiares na freguesia alugavam quartos em casas particulares, ou instalavam-se no piso superior do edifício termal, compartimentado para acolher os aquistas para 10 a 15 dias de banhos medicinais. O quadro laboral, sazonal, era constituído por 3 ou 4 trabalhadores locais, a que se juntavam o médico e os responsáveis.

Na sequência da anulação dos subsídios oficiais que os aquistas recebiam, durante a crise económica de 2008, a generalidade das Termas (ou Balneários Termais) sofreu uma forte recessão, entrando em decadência. Foi o que sucedeu a Longroiva, chegando mesmo as suas termas a encerrarem.



Figura 6 – O antigo edifício das Termas de Longroiva (1999).

Fonte: http://www.aguas.ics.ul.pt/guarda_longroiva.html

Havia que alterar esta situação e tal surgiu, adicionando a juventude e empreendedorismo do presidente da Junta de Freguesia, conhecedor e entusiasta da história e património local, a investimentos privados, no Hotel Rural de Longroiva e nas Termas. Este investimento foi concessionado à “Natura Empreendimentos S.A.”, pensando na dinamização das termas. Com 44 quartos, tem um enquadramento que conjuga a ruralidade com a tradição, em perfeita sintonia com a

paisagem, já que as estruturas termais atraem muitos visitantes e turistas, para além dos membros da diáspora e dos aquistas. Assim se transformou o antigo balneário gerido pela Junta de Freguesia e aberto apenas entre maio e outubro, nas Termas de Longroiva – Spa e Hotel, um ECO HOTEL (Figuras 7 a 9) com aquecimento térmico próprio (geotérmico) e utilização de madeiras e materiais locais na construção e decoração. Emprega cerca de 50 trabalhadores, jovens e com formação, alguns dos quais locais. Encontram-se abertos durante todo o ano, embora atingindo o seu auge no período estival.

Resta acrescentar que, nesta conjuntura, desde 2016, data em que esta unidade iniciou funções, dilatou-se aceleradamente a afluência de turistas provenientes sobretudo das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mas também das capitais distritais mais próximas e do norte e centro do país. Correspondem, na maioria, a casais jovens ou adultos (25 a 50 anos), com ou sem filhos, com formação superior, da classe média ou média/alta. A este grupo juntam-se os emigrantes que, quando visitam os familiares, usufruem das infraestruturas existentes, descomprimindo do stress citadino, da poluição urbana. Estes integram-se nos grupos etários mais avançados (50 a 70 anos) e privilegiam os habituais tratamentos termais preventivos. Por último, há que referenciar os estrangeiros, maioritariamente espanhóis, com um perfil muito idêntico ao dos turistas portugueses provenientes das áreas metropolitanas.

Com o aumento de número de frequentadores, em especial no que diz respeito aos que procuram as instalações por razões de lazer e bem-estar, aumenta a procura por produtos e serviços. Assim, se revitaliza o comércio de produtos locais, com realce para os vinhos, azeite e frutas, mas também as festas da Senhora do Torrão. Acresce que os amantes da natureza, para além de desfrutarem da paisagem no conforto do hotel, têm agora acesso aos percursos pedestres temáticos, que se têm vindo a desenvolver na região.



Figura 7 – O Hotel Rural de Longroiva.

Fonte: termascentroblog.pt/a-historia-e-as-lendas-das-aguas-de-longroiva-ja-vem-do-tempo-dos-romanos/



Figuras. 8 e 9 – Equipamento e polo termal de Longroiva. Fonte: Câmara Municipal da Meda.

Assim se recupera património e se revitaliza o setor agrícola, ainda o sustentáculo económico de Longroiva, adicionando às atividades agrícolas, sobremaneira as vitícolas, o setor turístico (hotel rural, unidades de turismo em espaço rural e mais recentemente, o alojamento local) e o termal. Neste contexto, observa-se efetivamente um redespertar do quadro económico e social local.

5. Conclusão

Embora Longroiva se integre na Região Demarcada do Douro e possua águas termais, correspondendo a uma freguesia rural periférica, desde os anos sessenta do século XX, entrou em declínio, notório em termos demográficos e económicos. Degradava-se também o seu património histórico e cultural, aspetos atenuados durante o período termal (maio - outubro). Na sequência da interrupção dos subsídios oficiais atribuídos aos tratamentos médicos termais e à falta de manutenção, além da alteração dos normativos legais que obrigavam a transformações arquitetónicas e técnicas vultuosas, o edifício termal encerrou. Estávamos no início do terceiro milénio.

Havia que alterar este cenário porque se estava perante um enorme potencial para o desenvolvimento local e regional, no entanto, tinha de ser devidamente organizado e apoiado num marketing aguerrido. E tal aconteceu. Após intervenção municipal, renovaram-se e modernizaram-se as instalações termais, anexando-lhe agora um ECO-HOTEL, adjudicado à iniciativa privada. A empreitada iniciou-se em 2013, surgindo, três anos mais tarde, um polo de turismo de Saúde e Bem-Estar extremamente apelativo e moderno.

Neste contexto, fidelizou-se a diáspora portuguesa, mas também a população regional, para além da *stressada* população urbana (Berger, 2017; Kroll et. al, 2012) e, ainda, os estrangeiros, sobretudo espanhóis, dada a proximidade à fronteira e a nítida melhoria das acessibilidades. Em simultâneo, revitalizou-se o comércio dos produtos agrícolas locais e outras atividades associadas aos turistas termais, mas também aos frequentadores do Spa, em busca de algo que mitigue o stress diário, pois aproveitam para adquirir estes produtos, biológicos, saudáveis.

Por outro lado, possibilita-se a manutenção de sistemas agroalimentares tradicionais e o aumento do rendimento dos agricultores locais (Pina, 2017, 2018). Acrescem ainda iniciativas mais estruturadas e capitalizadas, como o turismo em espaço rural, entrando no circuito novos atores e inovações, como a produção de vinhos e azeites biológicos, que se vendem aos hóspedes,

frequentadores do Spa. São novas interligações entre produtores locais e consumidores urbanos. Recentemente, criaram-se também condições para a confeção de cabazes com produtos locais (vinhos, azeites, fruta, compotas, queijos, artesanato, ...) que divulgam e dinamizam o concelho e as Termas / Spa, o que corresponde a outro meio para revitalizar espaços rurais como Longroiva.

O apoio do poder político local também não se pode negligenciar (Mathieu, 2017), divulgando e potenciando o património local (trilhos temáticos, cartazes alusivos a períodos festivos, etc.), para além do termalismo e do turismo de saúde e bem-estar. Felizmente, consolida-se uma nova abordagem dos espaços rurais e a suas conexões com os núcleos urbanos, onde a saúde se conjuga com o bem-estar, enquanto se reavivam estes territórios. Nestas circunstâncias, o Termalismo e o Turismo de saúde e bem-estar correspondem ainda a mais uma componente que induz à redução da sazonalidade turística em Longroiva e, obviamente, na Região Demarcada do Douro (Grobel et al, 2019; Jollife & Farnsworth, 2003; Pina et. al, 2020).

Bibliografia

- BERGER, M., CHALÉARD, J. (2017). Villes et campagnes en relations, regards croisés Nord-Sud. L'Harmattan, 299 p.
- CAWLEY, M. e GILLMOR, D. (2008). Integrated Rural Tourism: Concepts and Practice, *Annals of Tourism Research* 35 (2), 316-337.
- CALWAY, M. (2012). Networks and Networking in Rural Tourism: Irish Evidence, in Changing Rural Spaces, *Horizons in Geography*, University of Haifa, Israel, vol. 81-82, 69-82
- CHALÉARD, J., e DUBRESSON, A. (Eds.). (1999). Villes et campagnes dans les pays du Sud: géographie des relations. KARTHALA Editions, Paris, 258 p.
- CORTEZ, J. (org.) (2017). Águas Minerais Naturais e de Nascente na Região Norte, Mare Liberum, Aveiro, 550 p.
- GROBELNA, A. e SKRZERZEWSKA, K. (2019). Seasonality: is it a problem or challenge facing future tourism employment? Implications for management, *Journal of Entrepreneurship, Management and Innovation*, vol. 15, Issue 1.
- HALL, D., ROBERTS, L., MITCHELL, M. (eds.) (2003). New Directions in Rural Tourism, Lesley Roberts, Derek, Mitchell Morag, 259 p.
- HALL, S. (ed) (2003). Representation: Cultural Representations and Signifying Practices, Sage Publications; London, Thousand Oaks, New Delhi, 78 p.
- ILBERY, B. (ed.) (1998) The Geography of Rural Change, Addison Wesley Longman Limited, Harlow, 280 p.
- JOLLIFE, L. e FARNSWORTH, R. (2003). Seasonality in tourism employment: human resource challenges, *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, vol. 15, 312- 316.
- LOURENÇO, C. (2017). Classificação das Águas Minerais Naturais e de Nascente engarrafadas na Região Norte, in Cortez (org.) *Águas Minerais Naturais e de Nascente na Região Norte*, Mare Liberum, Aveiro, 33-48.
- KROLL, F., MÜLLER, F., HAASE, D. e FOHRER, N. (2012). Rural-urban gradient analysis of ecosystem services supply and demand dynamics. *Land use policy*, 29(3), 521-535.
- MATHIEU, N. (2017). Les relations Villes Campagnes. Histoire d'une question politique et scientifique. L'Harmattan, Paris, 240 p.

- MORGAN, K. e SONNINO, R. (2010). The urban foodscape: world cities and the new food equation. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3(2), 209-224.
- PINA, H. (2013). The Rural population of the Douro region (Portugal): a problematic situation, in *Geographical Sciences and Education*, Conference Proceedings, Dermendzhieva, S. et. al (eds.), Konstantin Prelavsky University of Shumen, Shumen, 126-143
- PINA, H. (2017). A crise económica na Região Demarcada do Douro: algumas estratégias de sobrevivência e dinamização no setor turístico”, in *The Overarching Issues of the European Space - Society, Economy and Heritage in a Context of Greater Territorial Cohesion*, Pina, H. and Martins, F. (Eds), FLUP, Porto, 21-29.
- PINA, H. e TEIXEIRA, P. (2017). Le territoire, l'innovation et la tradition, triptyque essentiel pour le développement de la région du Douro”, in *Les campagnes européennes :espaces d'innovations dans un monde Urbain*, Margetic, C. et. al (dir.), Presses Universitaires du Midi, Toulouse, 67-87.
- PINA, H. e QUEIROZ, J. (2017). Rural Tourism and the development of the Douro Demarcated Region (NE Portugal): a strategy to promote”, in Proceedings *Le viticulture estreme: valori, bellezze, alleanze, fragilità / Extreme viticulture: values, beauties, alliances, vulnerabilities*, CERVIM, Conegliano, Veneto– Italia, 140-149.
- PINA, H. (2018). The Douro landscape heritage (NE Portugal): modernity and tradition in times of change, *Miscellanea Geographica Regional Studies on Development* Vol. 22 Nº. 2, 81-89.
- PINA et al. (2020). Seasonality in tourism: trends and good practices in Rio de Janeiro, Shumen and The Douro Demarcated Region, *Socio Brains*, University of Shumen, Issue 70,81-90.
- RIENKS, W. (ed.) (2008). The future of rural Europe: An anthology based on the results of the Eururalis 2.0 scenario study, Wageningen University Research and Netherlands Environmental Assessment Agency, Wageningen.
- RODRIGUES, A. (2002). Terras da Mêda – natureza, cultura e património, Câmara Municipal da Mêda, Mêda, 536 p.
- ROSSET, P. (2013). Re-thinking agrarian reform, land and territory in La Via Campesina. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 40, No. 4, 721-775.
- SARAIVA, J. (1999). O Concelho da Meda. 1838-1999. Edição da Câmara Municipal, Livraria Varadero, 371 p.
- SHUCKSMITH, M. (2010). Disintegrated Rural Development? Neo-endogenous Rural Development, Planning and Place-Shaping in Diffused Power Contexts, *Sociologia Ruralis* 50 (1), 1-14.
- TEIXEIRA, F. (2012). O termalismo na Região Norte, in *Águas Minerais Naturais e de Nascente na Região Norte*, Mare Liberum, Aveiro, 526 p.
- TEIXEIRA, F. (2017). O termalismo na Região Norte, in *Águas Minerais Naturais e de Nascente na Região Norte*, Mare Liberum, Aveiro, 155-194.
- WESTLUND, H. (2017). Urban-rural relations in the post-urban world. In *The Post-Urban World*. Routledge, 70-81.
- WOODS, M. (2005). Rural Geography: Processes, Responses and Experiences in Rural Restructuring, Sage Publications Ltd, London, 299 p.
- WOODS, M. (2011). Rural, London, Routledge, 352 p.
- WOODS, M. (eds.) (2015). Globalization and Europe's Rural Regions, Ed. John McDonagh, Birte Nienaber and Michael Woods, Ashgate, Farnham, 223 p.

Webgrafia

Novo Aquilégio - [on line] Disponível em <https://www.ics.ulisboa.pt/projeto/o-novo-aquilegio> [acedido em 12 de Março de 2020]

Termas Centro – [on line] Disponível em <https://termascentroblog.pt/a-historia-e-as-lendas-das-aguas-de-longroiva-ja-vem-do-tempo-dos-romanos/>[acedido em 22 de Setembro de 2020]

Escapadela Rural –[on line] Disponível em <https://www.escapadarural.pt/> [acedido em 27 de setembro de 2020]

All about Portugal – [on line] Disponível em <https://www.allaboutportugal.pt/meda/bem-estar/termas-de-longroiva> [acedido em 27 de setembro de 2020].

Agradecimentos

Agradecemos aos atuais e anteriores responsáveis pelas instalações termais de Longroiva, à responsável do Longroiva Hotel Rural & Termal Spa, às autoridades autárquicas e municipais de Longroiva/Meda e à população local, que muito amavelmente responderam às nossas entrevistas, enriquecendo este texto.

ÁGUAS SUBTERRÂNEAS - ÁGUAS DE NASCENTE E ÁGUAS MINERAIS NATURAIS. O CASO DE PEDRAS SALGADAS

--

UNDERGROUND WATER - SPRING WATER AND NATURAL MINERAL WATERS. THE CASE OF PEDRAS SALGADAS

Felisbela MARTINS

CEGOT– Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Felisbela.martins@gmail.com

Helena PINA

CEGOT – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
helenapina@netcabo.pt

Lúcio CARRAMILLO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
carramillo@gmail.com

Resumo

A água é um recurso natural, um bem que é preciso preservar, pois, apesar de dominar no nosso planeta, apenas uma pequena percentagem se pode consumir. É um recurso escasso, frágil e insubstituível, mas também renovável, que não se perde, nem desaparece, antes se transfere e se renova, através do ciclo hidrológico. A água doce é um recurso limitado e é explorada a partir dos rios, dos lagos e das águas subterrâneas.

Uma das grandes propriedades naturais da água é a grande capacidade de dissolver as mais diversas substâncias, sendo, por isso, importante pelos nutrientes fundamentais que transporta para a vida das plantas e do ser humano. Este cedo se apercebeu que a água pode conter propriedades benéficas para a saúde.

Portugal é muito rico em águas às quais foram atribuídas capacidades únicas na cura de algumas doenças e na preservação da saúde, o que as tornou distintas das restantes águas subterrâneas.

Neste texto, procuramos dar a conhecer a importância destas águas para a saúde, para a indústria, para o turismo e, por consequência, para o desenvolvimento local e nacional. Partimos de um estudo de caso, situado na Vila de Pedras Salgadas, desde o momento em que a água das Pedras Salgadas era uma fonte no caminho, até à atualidade, em que se tornou famosa em todo o mundo.

O quadro metodológico que seguimos está assente em pesquisa documental, em trabalho de campo e em entrevistas semiestruturadas a agentes dinamizadores locais. Pretende-se realçar o passado das águas das Pedras Salgadas, enquanto águas com benefícios para a saúde, e o seu presente, nomeadamente com a revitalização do equipamento e infraestruturas termais, pela requalificação do Parque Pedras Salgadas, através do Pedras Salgadas Spa & Nature Park, um projeto de excelência do turismo em Portugal, mas também no desenvolvimento da indústria do engarrafamento e distribuição desta água, que é única no mundo.

Palavras – Chave Águas subterrâneas, água mineral natural, água de nascente, água de Pedras Salgadas, Turismo de saúde e bem-estar

Abstract

Water is a natural resource that must be preserved, because, although it covers most of our planet, only a small percentage can be consumed. It is a scarce, fragile and irreplaceable resource, but it is also renewable one. It is neither lost nor vanishes: rather, it is transferred and renewed through the hydrological cycle. Fresh water is a limited resource that can be found in rivers, lakes and as groundwater.

One of the great natural properties of water is its great capacity to dissolve the most diverse substances, being, therefore, important for containing nutrients that are fundamental for the life of plants and human beings. These realized early on that some water properties could be beneficial to health.

Portugal is very rich in waters that are known for their unique abilities to cure some diseases and preserve health, which distinguishes them from other groundwater.

In this essay, we seek to make known the importance of these waters for health, for industry, for tourism and, consequently, for local and national development. We choose the history of Pedras Salgadas water as a case study from the time these waters were a fountain by the road, until today, when it is famous all over the world. The methodological framework we follow is based on documentary research, fieldwork and semi-structured interviews to local dynamic agents. It is intended to highlight both its past, a water with health benefits, and its present, namely with the revitalization of thermal equipment and infrastructures: the requalification of Pedras Salgadas Park, into Pedras Salgadas Spa & Nature Park, a project of high quality tourism in Portugal, and also in the development of the bottling and distribution industry of this water, which is unique in the world.

Keywords: Groundwater, natural mineral water, spring water, Pedras Salgadas water, Health and well-being tourism

1. Introdução

A água é o elemento mais abundante no planeta. Presente nos oceanos, rios, lagos, infiltra-se no subsolo, forma as águas subterrâneas, que quando emergem dão origem a água para consumo, às águas de nascente e águas minerais naturais.

Com este texto, focado nas águas minerais naturais e de nascente, nomeadamente as de Pedras Salgadas, pretendemos apresentar um estudo de caso, em como uma unidade industrial nacional tem vindo a ajudar a desenvolver um meio não muito desenvolvido do interior do país, revitalizando um património natural e edificado, através do turismo de saúde e da água mineral natural e do seu engarrafamento.

Já muito se escreveu sobre a água e as águas de Pedras Salgadas. Por isso, do ponto de vista metodológico, optámos por realizar uma pesquisa baseada na análise documental e na entrevista com perguntas semiabertas, deixando emergir a história deste local, que outrora foi tão famoso ao nível do termalismo e que hoje é procurado pela população em turismo de saúde e de bem-estar.

Iniciamos o nosso texto sobre a água no planeta, a água natural mineral e de nascente, a água na saúde e no termalismo. Dedicamo-nos depois à(s) água(s) de Pedras Salgadas, origem, seu passado e seu presente, onde se pode assumir que no futuro possa vir a ser um polo de promoção de hábitos saudáveis, de prevenção e tratamento de certas patologias, mas sobretudo de desenvolvimento social e económico no interior do país.

2. A água no planeta

A água está na origem da vida. A Terra, o planeta azul, tem cerca de 70% da sua superfície coberta por água natural. Ela é muito mais abundante nos oceanos e mares, que contêm sal. Apenas cerca de 3% da água da Terra é água doce e esta encontra-se retida, nas calotes polares, nos glaciares, nos rios, nos lagos e no subsolo, que constituem os aquíferos. A água doce, indispensável para a

sobrevivência do ser humano, é um recurso limitado e esgotável. Segundo a UNESCO (1978)¹, a água doce utilizável representa só 1,7% da água do nosso planeta e reparte-se de forma desigual por todos os continentes.

A quantidade de água que existe no planeta encontra-se em equilíbrio, graças ao ciclo da água. Este surge para preservar a vida na Terra. A energia emitida pelo Sol evapora a água dos mares, oceanos, rios e lagos, que se transforma em vapor de água e vai dar origem às nuvens na atmosfera. Sob a forma de precipitação (chuva, neve, granizo ou saraiva) regressa à superfície terrestre. Uma parte importante da água que cai da atmosfera escorre em torrentes, ribeiros e rios. Parte dela é devolvida novamente à atmosfera, por evaporação e transpiração das plantas. A restante, uma pequeníssima parte do total que cai da atmosfera, infiltra-se no subsolo, dando origem aos aquíferos, que são reservatórios naturais subterrâneos. Surgem as águas subterrâneas e, a partir destas, as águas minerais naturais e as águas de nascente.

3. A Água natural mineral e a água de nascente

A água natural é um recurso geológico considerado um recurso renovável, mas como dissemos anteriormente, a água doce é esgotável.

No mundo desenvolvido existem duas formas fundamentais de acesso à água para consumo. Uma diz respeito à água da rede pública, a outra é a água engarrafada. A água da rede pública pode ter origem à superfície ou ser subterrânea e é submetida a tratamentos que garantem a sua potabilidade. Para ser potável, isto é, para possuir qualidade para ser ingerida sem ser perigosa para a saúde humana, a água tem que ser transparente (não haver materiais ou sólidos em suspensão), ser inodora, insípida e estéril (não ter organismos que possam causar doenças).

Existem diversas entidades nacionais e internacionais que se dedicam ao controlo da qualidade da água de consumo e que estabelecem regras, qualitativas e quantitativas, desenvolvendo pesquisas científicas, a fim de aprofundarem conhecimentos sobre esta matéria.

Uma das propriedades da água é a sua grande capacidade de dissolver as mais diversas substâncias. Quando a água se infiltra no subsolo, inicia-se um processo lento e complexo de infiltração natural que vai eliminar os micro-organismos e substâncias em suspensão. Neste mundo subterrâneo, a água é enriquecida por sais minerais. Este enriquecimento da água em sais minerais depende de vários fatores: do tipo de rocha que a água atravessa, da temperatura e da profundidade do aquífero. No seu percurso pelo subsolo, a água vai dissolvendo e absorvendo os sais correspondentes à rocha por onde passa. Essa absorção depende se a água circular apenas por algumas horas, ou por dezenas de milhares de anos. Assim, quanto mais demorado for o contato entre a rocha e a água, maior vai ser o seu grau de mineralização. Ainda, quanto maior for a profundidade a que circula, mais alta é a temperatura. Daí uma maior dissolução e um maior teor de sais minerais absorvidos. Nas regiões onde se regista atividade sísmica significativa, surge frequentemente gás carbónico e minerais, que enriquecem cada vez mais a água que por aí passa.

Tudo isto conduz à existência de águas subterrâneas sempre diferentes, o que leva a que cada água mineral natural e água de nascente se identifique pela sua origem e pelo subsolo por onde circula. A diversidade litológica, o contexto litoestrutural, a interação da água com gases, a temperatura a que a mesma é sujeita no

¹ - Se se excluir as reservas de gelo das calotes polares.

sistema hidrogeológico, o tempo de residência, os fenómenos de mistura, de entre outros, implica uma diversidade de tipologias hidroquímicas das águas subterrâneas.

4. A água e o seu enquadramento legislativo em Portugal

Consignadas na legislação portuguesa, as águas minerais naturais e as águas de nascente são enquadradas pela Lei nº 54/2015 de 22 de junho e, como já dissemos, são consideradas como recursos geológicos². As águas minerais naturais e de nascente foram anteriormente reguladas pelo D.L. nº 90 de 16 de março de 1990. Com estes Decretos-Lei defendeu-se de forma moderna a figura da defesa da água em Portugal e foram introduzidos novos conceitos e estabelecidas novas regras relativas à definição de recursos geológicos e às normas de acesso à sua exploração, gestão e valorização. Enquanto as águas subterrâneas minerais naturais são recursos hidrominerais, pertencem ao domínio público (D.L. nº 85/90), as águas de nascente, são de domínio privado (D.L. nº 84/90).

O reconhecimento e exploração de uma água mineral implica a demonstração de qualidade e estabilidade dos parâmetros físico-químicos, bacteriológicos e de radioatividade, perante a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), e exige captações com características técnicas que salvaguardem e acautelem a utilização do recurso e evitem a degradação e poluição do mesmo. Também as águas de nascente, em termos técnicos, são submetidas a um processo de qualificação muito análogo às águas minerais naturais, antes de começarem a ser exploradas e comercializadas.

Segundo a Lei nº54/2015 de 22 de junho, uma água mineral natural é uma água "bacteriologicamente própria de circulação subterrânea, com particularidades físico-químicas estáveis na origem dentro da gama de flutuações naturais, das quais podem resultar eventuais propriedades terapêuticas ou efeitos favoráveis à saúde". Estas águas, e numa perspectiva geológica, distinguem-se das águas ditas "normais" e mesmo das águas de nascente de uma dada região, devido a uma dada característica físico-química, sendo de um modo geral águas de circulação profunda e/ou de ciclo hidrológico longo. Em Portugal, a estabilidade das águas é a que as distingue das outras, porque possuem uma circulação profunda, lenta, em que os fenómenos de interação rocha-água são por vezes da ordem das dezenas e milhares de anos.

Perante a mesma Lei, por seu turno, as águas de nascente são "águas naturais de circulação subterrânea, bacteriologicamente próprias, que não apresentem as características necessárias à qualificação como águas minerais naturais, desde que na sua origem se conservem próprias para beber". Ora, isto implica que estas águas podem apresentar uma certa variabilidade química temporária de acordo com os tempos de circulação no subsolo relativamente curtos.

Como dissemos anteriormente, a exploração das minerais naturais e as águas de nascente podem ser de domínio público e do domínio privado, respetivamente. Porém, para se requerer os

² - A 14 de Outubro de 2020, o atual Conselho de Ministro aprovou nota de regulamentação sobre os recursos geológicos. Regulamenta a Lei nº 54/2015 de 22 de junho, sobre a atividade de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos em território nacional. "A relevância destes recursos para o país justifica a sua gestão assente numa estratégia nacional que assegure a competitividade do setor extrativo, com o maior retorno económico possível obedecendo simultaneamente a rigorosos padrões de sustentabilidade ambiental" (Preâmbulo).

direitos de exploração, tanto os titulares de licença de exploração de águas de nascente, como os concessionários das águas minerais naturais, têm de apresentar à DGEG, análises físico-químicas resumidas e completas às águas e cumprir anualmente os programas de controlo analíticos legalmente estipulados. Estas análises às águas subterrâneas dizem respeito ao pH, ao caudal, ao nível, à temperatura da água, temperatura do ambiente, volume acumulado e a sua monitorização contempla alertas para qualquer valor que seja ultrapassado, por excesso ou por defeito. Esta é a razão pela qual é possível, em tempo real, perceber os problemas que venham a ocorrer, e desta forma atuar o mais rapidamente possível, permitindo a sua solução e gestão adequada destes recursos em função dos resultados, fazendo-se o acompanhamento técnico e económico da exploração versus comercialização do recurso. Enfim, a monitorização tem por fim valorizar um recurso natural em termos técnicos e económicos.

As águas naturais minerais e as águas de nascente são próprias para consumo humano e em Portugal surgem, geralmente, em forma engarrafada. Como se disse, estas têm origem subterrânea e não sofrem alterações, sendo obrigatória a preservação das suas propriedades naturais, e proibido qualquer tipo de tratamento ou desinfeção.

5. A água e a saúde

A humanidade depende da água e consumir água é fulcral. Os seres humanos necessitam de ingerir água. A água está presente em todas as células do corpo humano. Ela é o principal veículo de transporte de nutrientes, do oxigénio e sais minerais e outras substâncias no corpo humano, sendo um meio essencial para a produção de alimento. A água no nosso corpo protege os nossos órgãos vitais e ajuda-os a absorver melhor os nutrientes, regula a temperatura do corpo, ajuda o metabolismo e protege e hidrata as nossas células e articulações. Não consumir água, por mais de dois dias pode ter consequências graves. A carência de água no nosso corpo, pode levar à desidratação (ligeira e severa), que se pode repercutir na função cognitiva, na performance física, fadiga e até conduzir à morte.

A água que o homem bebe e usa para a preparação de alimentos e para a sua higiene deve ser potável, isto é, tem que ser segura em termos físico-químicos e microbióticos. A água é segura, quando é monitorizada em consonância com os padrões europeus e cujos resultados analíticos cumprem os limites impostos.

Os constituintes da água podem influenciar positiva ou negativamente a saúde humana. Isto depende se esses constituintes surgem naturalmente ou devido a fenómenos poluentes. A água extraída dos reservatórios subterrâneos mais próximos da superfície terrestre pode manifestar níveis mais altos da poluição, por minerais e micro-organismos, muitos deles tóxicos e patogénicos. A filtração da água pelo solo e pelos sedimentos dos aquíferos pode proporcionar proteção natural contra os ditos micro-organismos e poluentes químicos, razão porque a água de aquíferos subterrâneos é a opção mais segura para o consumo humano de água.

Como dissemos, a água circulando através das rochas extrai delas, por dissolução química, os minerais que, neste caso, são elementos químicos sob a forma iónica, tais como: sódio, potássio, cálcio,

magnésio, ferro, silício, alumínio, etc, e as propriedades referidas podem proporcionar benefícios terapêuticos ou simplesmente efeitos favoráveis à saúde humana. Porém, a dissolução química de certos minerais, em regra sulfuretos, pode levar à concentração nos aquíferos de elementos químicos tóxicos, tais como o arsénio e o chumbo, contaminando-os, com consequências graves para a saúde humana.

6. A água e o termalismo

O termalismo, segundo diretivas europeias e legislação nacional (Decreto-Lei nº142/2004 de 11 de junho), é o uso da água mineral natural e outros meios complementares para fins de prevenção, terapêutica, reabilitação ou bem-estar (Teixeira, 2017,157).

O termalismo pratica-se nas *termas*, locais onde emergem uma ou mais águas minerais naturais, adequadas à prática de termalismo (*idem*,158). Ainda, segundo o mesmo autor, o *balneário* ou estabelecimento termal é “a unidade prestadora de cuidados de saúde na qual se realiza o aproveitamento das propriedades terapêuticas de uma água mineral para fins de prevenção das doenças, terapêutica, reabilitação e manutenção da saúde, podendo ainda, praticarem-se técnicas complementares e coadjuvantes daqueles fins, bem como serviços de bem-estar termal”. Finalmente, de acordo com Teixeira (2017, 158 - 159), uma *estância termal* é a “área geográfica devidamente ordenada, na qual se verifica uma ou mais emergências de água mineral natural exploradas por um ou mais estabelecimentos termais, bem como as condições ambientais e infraestruturas necessárias à instalação de empreendimentos turísticos e à satisfação das necessidades de cultura, recreio, lazer ativo, recuperação física e química asseguradas pelos adequados serviços de animação” (*Idem*).

O termalismo é, e tem como base fundamental a *crenoterapia*. Esta é o aproveitamento do quimismo de uma determinada água, considerando-se esta como medicamento. A *crenoterapia* é a “utilização da água natural como medicamento quer se processe por utilização interna ou por aplicação externa da água” (Teixeira, 2017,158). Pressupõe a utilização terapêutica das ações da água mineral natural resultantes da sua composição físico-química, por razão direta de cada um ou alguns dos seus elementos ou pelos equilíbrios condicionantes em termos de pH, etc, isto é, pelos seus efeitos bioquímicos, a sua atividade sobre os problemas fisiológicos. Associa-se a *hidroterapia* quando “aplicada nas estâncias termais, com água mineral natural, somando as ações próprias de hidroterapia em sentido lato: a utilização terapêutica das propriedades mecânicas e propriedades térmicas da água às da *crenoterapia*” (*idem*).

Como referimos anteriormente, o trajeto e a estadia subterrânea da água, a natureza dos terrenos que atravessa ou daqueles em que estagia definem as características físicas (débito, temperatura, radioatividade) e as características químicas (mineralização, gás, etc), fundamentando

individualidades e as especificidades desta água mineral natural. Assim se classificam as águas minerais naturais quanto à temperatura³, à mineralização⁴ e à composição físico-química⁵.

Por seu turno, em função das características das águas termais naturais, as estâncias termais têm vocações diferentes. Em Portugal podemos classificá-las em águas bicarbonatadas, águas cloretadas, águas sulfatadas, águas sulfúreas e águas de fraca mineralização e muito fracamente mineralizadas (águas hipomineralizadas) mas não sulfúreas. Existem várias técnicas de tratamento e indicações terapêuticas: as de administração interna⁶ e técnicas de aplicação externa⁷. Quanto às indicações terapêuticas, salientamos as doenças reumáticas e músculo esqueléticas, doenças do aparelho digestivo, doenças do aparelho respiratório e ORL, doenças metabólico-endócrinas, doenças cardiovasculares, doenças do foro ginecológico, doenças do aparelho nefro-urinário e doenças de pele⁸.

O termalismo aproveita também a hidroterapia, a psicoterapia, a climatoterapia e a educação do doente com correção de fatores de risco (na postura, no repouso ou no exercício orientado, no regime alimentar) e com o desenvolvimento de novos hábitos de vida.

Portugal é um país muito rico, no que diz respeito, às águas subterrâneas, naturais minerais e de nascente, não só em quantidade, como em características diversificadas, que resultam das variáveis intervenientes no processo de mineralização e de fenómenos físico-químicos e microbiológicos que nele intervêm.

7. As Águas Pedras Salgadas: um estudo de caso

A pesquisa que temos vindo a encetar sobre a valorização das águas termais, águas minerais e águas de nascente do norte de Portugal tem como objetivo analisar a importância destas águas no desenvolvimento territorial local e regional, nomeadamente nas NUTs III do Alto Tâmega e Douro. O estudo que agora apresentamos dedica-se às Águas de Pedras Salgadas, na sub-região estatística Alto Tâmega. Começamos, então, por localizar e caracterizar estas águas minerais naturais.

³ - Quando se pretende classificar as águas minerais naturais quanto à temperatura, elas podem ser: *Frias*, as que emergem a temperaturas inferiores a 25°C, e *quentes* ou *caldas*, se emergem a temperaturas iguais ou superiores a 25°C. Estas, por sua vez podem ser *Hipotermas*, se emergem a temperaturas entre 25°C e 35°C, *Mesotermas*, se emergem a temperaturas superiores a 35°C e iguais ou inferiores a 50°C, e *Hipertermas*, se emergem a uma temperatura superior a 50°C. (Teixeira, 2017,159).

⁴ - Quanto à mineralização, e segundo a Escola de Coimbra, as águas naturais minerais podem-se classificar em: *água muito fracamente mineralizada*, com uma mineralização total igual ou inferior a 50 mg/litro, *águas fracamente mineralizadas*, com uma mineralização total igual ou inferior a 500 mg/litro, *águas meso ou mediominalizada*, quando a mineralização total se situa entre os 500 mg/l e os 1500 mg/l e *águas fortemente mineralizada mineralizadas*, quando a mineralização total igual ou superior a 1500 mg/l. (Teixeira, 2017,160).

⁵ - Segundo as diretivas comunitárias as águas minerais naturais quanto à sua composição química podem-se classificar em: *águas bicarbonatadas*, que são aquelas que possuem um teor de bicarbonatos superior a 600 mg/l, *águas sulfatadas*, aquelas que possuem um teor de sulfatos superior a 200 mg/l, e *águas cloretadas*, aquelas que possuem um teor de cloretos superior a 200 mg/l. Todas estas águas podem ser *sódicas*, quando o seu teor em ião sódio é superior a 200 mg/l, *cálcicas*, quando o seu teor em ião cálcio é superior a 150 mg/l, e *magnesianas*, quando o seu teor em ião magnésio é superior a 50mg/l. (Teixeira, 2017,161).

⁶ - Ingestão oral de água, injeções de água mineral natural e via colo-retal. (Teixeira, 2017, 171)

⁷ - Mecânicos e térmicos. (Teixeira, 2017,175)

⁸ - Segundo Teixeira (2017, 185-190)

7.1. Origem das Águas de Pedras Salgadas e características hidrogeológicas.

A vila de Pedras Salgadas localiza-se no norte de Portugal, na região de Trás-os-Montes, no distrito de Vila Real, no concelho de Vila Pouca de Aguiar e na freguesia de Bornes de Aguiar.

Segundo alguns especialistas, em Pedras Salgadas foram encontrados vestígios arqueológicos que demonstraram, que a origem e o conhecimento das águas das Pedras Salgadas, estará ligada à época do Império Romano. Contudo, Francisco da Fonseca Henriques (1665-1731), médico da Corte de D. João V, na sua obra *Aquilégio Medicinal*, não fez qualquer referência a estas águas, quando inventariou as “agoas de Caldas, de Fontes, Rios, Poços, Lagoas e Cifternas, do Reyno de Portugal, e dos Algarves, que ou pelas virtudes medicinaes, que tem, ou por outra alguma fingularidade, faõ dignas de partículas menioris”⁹ (*Aquilégio Medicinal*).

Estas águas terão sido descobertas pelos locais. As águas surgiram no caminho por onde passavam as pessoas, que foram descobrindo as suas particularidades e as utilizavam para minorar os seus males. Em 1810, o Dr. Francisco Tavares, médico de D. Maria I, fez referência às águas em “Das águas minerais da Província de Trás-os-Montes”, indicando que “o sabor da água deu o nome de Pedras Salgadas ao sítio onde nasce, perto de Vila Pouca de Aguiar, mais próximo de Vila Real do que Bragança” (Tavares, 1810, 61). Depois desta referência, a nascente continuou a ser aproveitada localmente por mais de 60 anos e em 1892, Teixeira de Sousa corrobora esta origem, invocando ainda a lenda que terá dado origem ao nome de Pedras Salgadas. Segundo esta, havia mulheres que ajudavam nas curas junto ao Penedo, onde brotavam as águas. Estas mulheres chamavam-se Salgadas. Quando morreram, os naturais da região, sepultaram-nas junto ao Penedo. Daí ter surgido o nome de Pedras Salgadas. (*idem*)

Do ponto de vista hidrológico, hoje sabe-se que a ocorrência de águas minerais e de nascente nesta região corresponde a uma grande área hidrogeológica portuguesa, ou seja, “na região norte do Maciço Hispérico, na região Galiza – Trás-os-Montes [onde] a ocorrência e circulação das águas é controlada por falhas profundas, envolvendo fluidos gerados em profundidade, em processos metamórficos e/ou magmáticos” (Lourenço, 2017, 37). Estão “relacionadas com grandes acidentes tectónicos, nomeadamente, a falha de Penacova – Régua – Verin” (*idem*, 39), e é ao longo desta falha, com orientação NNE-SSW, que se encontram as Águas de Pedras Salgadas (figura 1). Estão diretamente associadas com a fraturação desta falha, “desligamentos com a direção WNW – ESSE, que origina bacias do tipo ‘Pull-apart’, estando instaladas numa estrutura tectónica herdada da orogenia Hercínica, múltiplas vezes reativada, verificando-se um estreito relacionamento entre as ocorrências gasocarbónicas e os condicionamentos estruturais impostos pela tectónica” (Cortez, 2017, 468).

⁹ O rei D. João V teve um grande interesse no desenvolvimento das termas em Portugal, onde procurou melhorar da sua hemiplegia. Pensa-se ter partido dele a ideia da elaboração do primeiro inventário dos recursos portugueses no que diz respeito à hidrologia médica. Terá sido Francisco de Fonseca Henriques – o Dr. Mirandela – o maior médico português do século XVIII, a autoria do tratado sobre hidroterapia terapêutica – *Aquilégio Medicinal*. Documento pioneiro, foi a primeira obra que reuniu as numerosas Caldas portuguesas e suas potencialidades e que D. João V aproveitou para dar a conhecer ao mundo o potencial hidromineral existente à época (Costa, 1998, p. XII), quando em toda a Europa o recurso a termas era já uma moda.

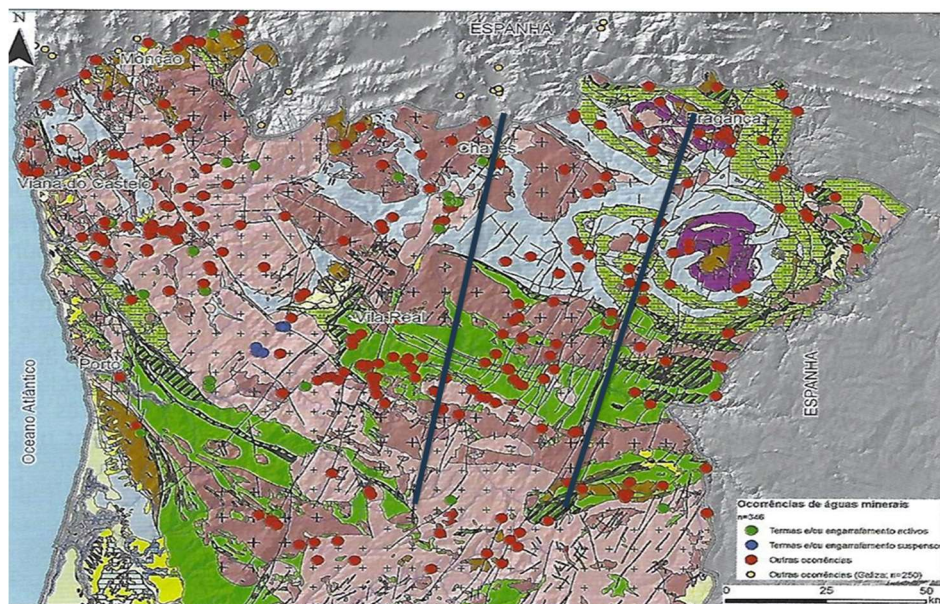


Figura 1 - Ocorrência de Águas Minerais e Termais no Norte e Centro de Portugal.

Fonte: Cortez, 2017, 130.

A água que está na origem das Águas das Pedras Salgadas vem da chuva que cai no Vale das Pedras e, num processo lento e contínuo, circula em profundidade em íntimo contato com o maciço rochoso composto por “rochas cristalinas granitoides com coberturas descontínuadas de aluviões, coaluviões e depósitos de vertente e terraços” (Cortez, 2017, 468)

O processo de formação destas águas é complexo. A água circula durante muitos anos, transformando-se, até atingir a(s) nascente(s). A sua mineralização é controlada pela própria natureza. Entre os 500 e os 1000 metros de profundidade, a água circula lentamente através das fraturas de granito. A água dissolve e incorpora o cálcio, o magnésio, o bicarbonato e outros oligoelementos que vêm da rocha, enquanto o gás carbónico ascende do interior da Terra, incorporando-se naturalmente.

É este processo natural que dá identidade às Águas da Pedras Salgadas, uma água mineral natural, gasocarbónica, hipersalina, com uma composição única e constante em que o gás é 100% natural. Esta água pertence a um grupo muito restrito de águas minerais, pois apenas 0,5% das águas minerais de todo o mundo, têm estas características.

7.2. As águas das Pedras Salgadas, um longo passado.

Segundo o Novo Aquilégio realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (2002), a primeira análise que foi feita desta água foi realizada em 1871, pelo químico José Júlio Rodrigues e professor da Escola Politécnica de Lisboa, tendo este apresentado uma “breve notícia acerca de uma água mineral em Trás-os-Montes perto de Rebordachão”. A água brotava perto da estrada de Vila Pouca de Aguiar a Chaves, a 200 metros da nascente do Penedo. A análise das águas demonstrava que esta era muito superior a muitas águas minerais famosas da Europa, conhecidas à

época. E assim se anunciou as suas qualidades únicas, em especial para quem sofria do aparelho digestivo.

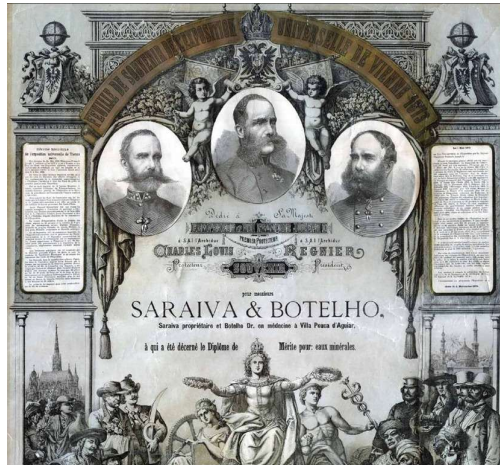


Figura 2 – Prémio de 1873.

Fonte: Restos de Coleção. Blogspot.com.

Segundo a mesma fonte, em 1870, por iniciativa do Dr. Henrique Botelho e com a colaboração da Câmara de Vila Pouca de Aguiar, iniciou-se a exploração das Águas de Pedras Salgadas e formou-se uma companhia para a Exploração das Águas. Este médico, tinha mandado analisar as águas no Laboratório da Universidade de Coimbra. Posteriormente, visto a Câmara não poder dispendir avultadas quantias em dinheiro para a sua exploração, Henrique Botelho associou-se ao comerciante Manuel Pinto Saraiva, fundando-se a primeira companhia das Águas das Pedras denominada Saraiva & Botelho. Esta construiu o primeiro balneário e a casa para o alojamento de doentes.

As características naturais das águas, rapidamente se tornaram famosas. Em 1873, são premiadas na Exposição Internacional de Viena de Áustria (figura 2). Em Paris, em 1878 e 1889, Rio de Janeiro em 1879, em Londres em 1884 e foi medalha de ouro nas Exposições de Barcelona em 1888, em Lisboa 1898 e no Porto em 1903 e 1904. Isto contribuiu para se reconhecer a sua importância para a saúde.

Simultaneamente, estávamos no início da época áurea das termas portuguesas, que se associando ao movimento europeu, passam a constituir destinos turísticos de eleição da alta aristocracia da época, que ditou a moda de “ir a banhos” ou “ir a águas”. Para tornar mais aprazíveis as termas de então, eram convertidas em centros de lazer onde se construía casas senhoriais à sua volta, abriam-se parques e alamedas, nas imediações, lugares de luxo e de diversão (Ramos, 2005), sem os quais, a existência das termas cairiam num marasmo e um local de doenças e de doentes em rituais de tratamento. Nesta altura, eram o destino turístico onde o lazer, a animação e a descontração faziam parte do processo terapêutico e Pedras Salgadas não fugiu à regra. Assim, nos finais do século XIX e inícios do século XX, o local de Pedras Salgadas e as suas águas tornam-se o destino de eleição para o turismo da aristocracia portuguesa e de todos que a acompanhavam.



Figura 3 – Fonte D. Fernando.

Fonte: Restos de Coleção. Blogspot.com

Em 1875, Ramalho Ortigão publicou no seu livro “Banhos de Caldas e Águas Minerais”, um pequeno capítulo dedicado a Pedras Salgadas. Indicava que eram “exploradas há mui poucos anos, estas águas que têm adquirido uma rápida celebridade” (2019,111). Referia ainda, que no “estabelecimento de banhos se encontrava um hotel confortável, mandado construir pela empresa exploradora das águas” (2019,114) e que, em Vila Pouca de Aguiar havia muitas casas particulares que recebiam hóspedes por preços razoáveis. Havia carruagens de Vila Pouca de Aguiar até às nascentes, assim como uma mala-posta e estação telegráfica.



Figura 4 - Fonte Alcalina.

Fonte: Restos de Coleção. Blogspot.com

Oficialmente, as termas de Pedras Salgadas abrem ao público em 1879, e novas nascentes são descobertas em 1884: Rio, Gruta, José Júlio Rodrigues, Férrea, Nova, Saraiva e Botelho, Penedo e Preciosa (figura 5). D. Fernando passou aí uma temporada, e em homenagem ao rei consorte, a nascente Rio passou a denominar-se D. Fernando. Construiu-se também um novo Balneário. (Novo Aquilégio, 2002).

O alvará de concessão da exploração das águas ocorre a 25 de outubro de 1893, com a titularidade da empresa Saraiva e Botelho. Em 1900, o Balneário foi substituído por um ainda maior e mais completo, por iniciativa do médico Henrique Maia. (*idem*)

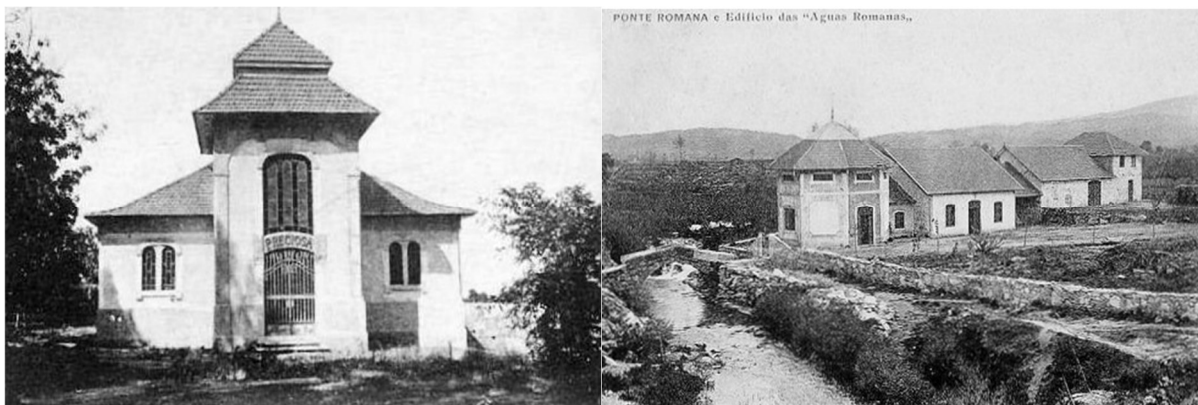


Figura 5 - Fontes Preciosa e Romana (esquerda para a direita).

Fonte: Restos de Coleção. Blogspot.com

Posteriormente, a notoriedade das águas levou à construção de três grandes hotéis dentro do Parque, já florescente: o Hotel Avelames (figura 6), o Grande Hotel e o Hotel do Norte. Só o Grande Hotel podia hospedar 100 hóspedes e estava localizado junto do estabelecimento termal e havia para além dele, outros hotéis e casas particulares, no local de Pedras Salgadas. Construiu-se uma vasta sala de ginásio, salas de leitura, de bilhar e de música, carreira de tiro, jogos ao ar livre (tenis e cricket) e o Parque proporcionava excelentes passeios.

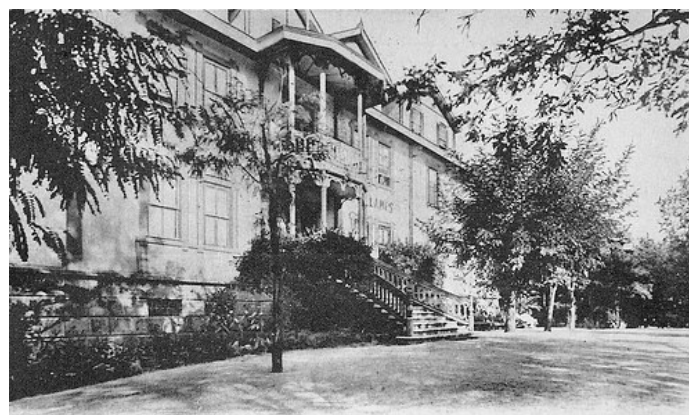


Figura 6 - Hotel Avelames.

Fonte: Restos de Coleção. Blogspot.com

Para o esplendor deste local termal contribuiu, em 1906, a presença do rei D. Carlos e da rainha D. Amélia, que aqui se instalaram para tratamento termal. Não menos importante, em 1907 chegou a linha de Caminho de Ferro do Corgo a Pedras Salgadas (figura 7), tendo dado o verdadeiro impulso para divulgação destas águas termais.



Figura 7 – A Estação de Caminho de Ferro de Pedras Salgadas e a chegada do Rei D. Carlos à estância Termal.
Fonte: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro O Occidente. 1907.

Em 1910, foi inaugurado o Salão de Festas e o Casino das Termas e, apesar do jogo ser ilegal, ele era prática comum, assim noticiava a Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, O Occidente, em 1907.

7.3. A importância do Século XX em Pedras Salgadas.

No século XX, Pedras Salgadas destacava-se no panorama português do turismo termal, sobressaía pelo seu Casino, pelos hotéis bem equipados com telegrafo, telefone e iluminação elétrica, pelas casas de chá, de um jardim maravilhoso, tudo envolto num ambiente de intimidade, que convidava ao recolhimento e permitia gozar a vida. Para além dos banhos e das águas, organizavam-se jantares, saraus, concertos, passeios, jogos, competições desportivas. Assim permaneceu este esplendor e durante décadas as termas de Pedras Salgadas foram local de visitas de milhares de pessoas.

Em relação à exploração das águas minerais engarrafadas e, segundo Silva (2018), em 1924, a concessão das águas passou para a empresa Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas - Águas e Turismo, SA (VMPS). (figura 8).



Figura 8 – Constituição da VMPS.

Fonte - Restos de Coleção. Blogspot.com.

Esta empresa exercia a sua atividade no setor das águas engarrafadas e na exploração de atividades turísticas e de lazer. Explorava todas as nascentes do chamado grupo Vidago, nas freguesias de Vidago, Oura e Arcossó, do concelho de Chaves, as nascentes do grupo Pedras Salgadas e de Sabroso, no Concelho de Vila Pouca de Aguiar e a nascente de Melgaço, no Alto Minho. Pertencia à família dos Condes de Caria.

Pese embora Portugal se tenha afastado do conflito bélico da II Guerra Mundial, as termas portuguesas acabaram por sofrer as consequências do mesmo e o tempo da época áurea desvaneceu-se. Muitas termas acabaram por fechar ou foram-se degradando. E Pedras Salgadas não foi exceção. A partir da década de 40 do século passado a frequência termal diminuiu. Esta, esteve relacionada com o avanço da medicina, em que os fármacos eram muito mais acessíveis do que ir para as termas. E beber água, era agora muito mais acessível graças aos progressos da indústria de engarrafamento. Juntou-se ainda o fenómeno da descoberta das temporadas à beira-mar, muito menos seletivas do ponto de vista social e as praias surgiram como um destino de excelência. “Ir a banhos” caiu em desuso. Estando muito mais vocacionadas para uma população envelhecida, do que uma população jovem, as termas tinham uma imagem muito mais associada ao estado degradado de muitas infraestruturas e equipamentos termais¹⁰, o que não atraía grande parte da população.

Contudo, as unidades termais que ainda resistiam, na década de 60 e sobretudo na de 70 do século XX, ficaram marcadas por um aumento significativo de termalistas, tudo isto graças às subvenções sociais adotadas pelo Regime de Segurança Social/ADSE, que vão atrair a população às

¹⁰ - Após 25 de Abril de 1974, em Pedras Salgadas, os Hotéis foram ocupados pelas populações que regressaram das ex-colónias (Silva:2018)

termas. Mas é a partir desta década que se assiste a uma acentuada diminuição que se prolongou pela década de 90, quando as subvenções terminaram.

Esta onda de crescimento e de decréscimo no mundo termal, terá talvez contribuído para a integração da VMPS nos grandes grupos económicos nacionais. Em 1982 foi adquirida pelo empresário José de Sousa Cintra, que, por sua vez, a vendeu, em 2000, à UNICER. Esta detinha a exploração destes três grupos de nascentes, manifestando claro interesse na indústria de engarrafamento de águas e no turismo de Spa, em detrimento da exploração termal. Hoje a UNICER denomina-se Super Bock Group (2017) e detém a liderança nacional no setor das águas engarrafadas. (Silva:2018)

7.4. Pedras Salgadas na atualidade

No dealbar deste século, com as noções pela preservação do ambiente, com a abertura por parte da população mais jovem às questões da ecologia e com a promoção da saúde e do bem-estar, começa a perceber-se a importância do turismo de saúde. Em Portugal, começa-se a investir novamente na oferta hoteleira termal, nos balneários e restantes equipamentos. Grande parte dos parques termais começam a oferecer excelentes instalações, equipamentos e infraestruturas de elevada qualidade, agora não voltados para o termalismo, mas sim, para o turismo de saúde e bem-estar.

Embora de forma lenta, as estâncias termais têm vindo a assumir-se como polos de promoção de hábitos saudáveis, de prevenção e tratamento de certas doenças, mas também polos de desenvolvimento social e económico do interior do país. Neste contexto, a UNICER/Super Bock Group, tem vindo a desenvolver desde 2002 vários projetos turísticos dos quais se salienta “O Pedras Salgadas Spa e Nature Park”.



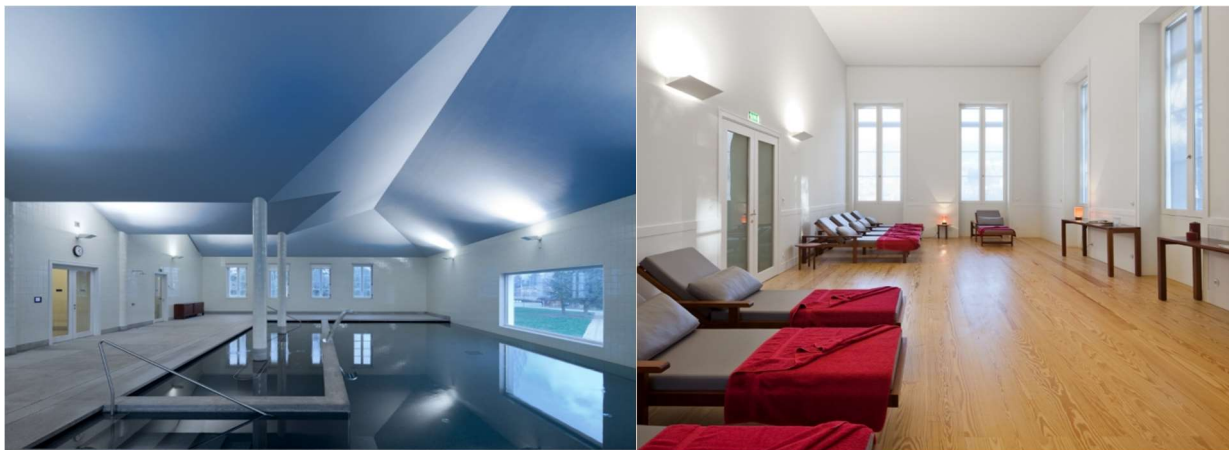


Figura 9 – O atual balneário e as áreas de bem estar.

Fonte: <https://www.pedrassalgadaspark.com>

Começamos pelo renascimento (2009) “Pedras Salgadas SPA e Nature Park”. É um projeto turístico de qualidade, ligado à água, à natureza e à saúde. Inserido no Parque Termal de Pedras Salgadas, possui um património de exceção, onde se destaca o antigo Balneário Termal construído em 1900, que hoje acolhe também um Spa termal e de saúde e bem-estar. O Balneário foi objeto de total renovação por parte do Arquiteto Siza Vieira, que o modernizou profundamente, sem alterar a sua traça original (figura 9).

Também o antigo Casino das termas, acolhe agora todo o tipo de eventos e as Fontes Termais primitivas, como a D. Fernando e D. Maria Pia, a do Penedo, a Grande Alcalina, a de Pedras Salgadas e a Preciosa, continuam a fornecer a água que aqui pode ser provada exatamente como brota da Terra, há umas centenas de anos.

Por seu turno, o Parque, dotado de uma fauna e flora características, preserva o traçado do antigo grande lago, piscinas, percursos pedestres e de bicicletas, parque infantil, introduziram-se os percursos de arborismo e no seu interior surge o complexo das Eco Houses e Tree Houses (figura 10).



Figura 10 – As Tree houses e Eco houses do Parque Termal de Pedras Salgadas.

Fonte: <https://www.pedrassalgadaspark.com>

São casas modulares modernas, ecológicas que emergem das árvores e que se adaptam ao espaço em que estão inseridas. Desenvolve-se no local, outrora ligado ao termalismo, uma oferta turística com elevado nível de qualidade, que pretende recuperar o carácter exclusivo do parque e do ambiente familiar dos tempos passados, reconquistando as gerações, em especial as mais jovens.

No que diz respeito à indústria de engarrafamento das águas minerais naturais longe vai o tempo em que este era feito manualmente. No início, as pessoas enchiam as garrafas na fonte, e estas eram colocadas em grades de madeira, que eram transportadas à mão para camiões. Só posteriormente eram levadas por comboio pela linha do Corgo. Cada fonte dava origem a água engarrafada com rótulo próprio. Havia a água do Penedo, de Pedras Salgadas, Romanas, Sabroso.

Na bacia de Pedras Salgadas existiam 3 concessões: a das Pedras Salgadas, onde existia o Parque; as Romanas, com outro parque e onde hoje se localiza o Centro Hípico; e, finalmente, Sabroso, também com um parque mais pequeno. A ideia era ter sempre um parque onde as pessoas pudessem conviver e beber as águas. Existiam, portanto, 3 empresas diferentes que deram mais tarde origem à empresa de Águas das Pedras Salgadas, à qual se foram juntando Vidago e Melgaço¹¹. O engarrafamento das águas era feito num edifício que ainda hoje existe no Parque, mas a partir de 1994, passou para as atuais instalações. Estas têm vindo a sofrer constantes alterações, visto este engarrafamento se adaptar ao crescente mercado desta água, a nível nacional e internacional. Esta estrutura engarrafa a Água das Pedras Salgadas e as Águas de Vidago. As águas de Vidago são transportadas por um *pipeline*, desde Vidago até à fábrica de Pedras Salgadas, realizando um percurso de 12 kms, e são produzidas separadamente, sem nunca se misturarem¹². Dentro da gama das Águas de Pedras Salgadas têm sido desenvolvidos outros produtos, como Águas das Pedras Sabores e a Água Levíssima.



Figura 11 – As instalações da Fábrica das Pedras Salgadas.

Fonte: <https://www.pedrassalgadaspark.com>

¹¹ - Existia ainda a empresa Meireles, que produzia água gasocarbónica, nos Açores, junto à Lagoa do Fogo.

¹² - Segundo entrevista ao Dr. Antunes da Silva, consultor em Geologia e Water Sommelier, realizada em dezembro de 2018, nas instalações da empresa de engarrafamento de Águas das Pedras Salgadas.

É uma fábrica que usa equipamento ultramoderno alemão e italiano (figura 9), mas cuja manutenção é feita por portugueses, o seu quadro laboral é local e inclui desde licenciados a pessoas sem qualquer formação académica, que exercem diversas atividades específicas. Por último, refira-se que, embora domine, entre os funcionários, uma formação de base ao nível do 2º ciclo do ensino básico, todos os assalariados têm feito uma formação permanente, dada pela entidade empregadora.

É uma indústria que tem vindo a crescer e a desenvolver-se num meio que não é muito desenvolvido e que não tem atrativos económicos.

8. Algumas Considerações Gerais

A água é fonte de vida. No capítulo das águas doces, as águas de nascente e minerais naturais, são importantes para a saúde e bem-estar de uma população, mas também para a economia de um país e para o desenvolvimento local de uma região.

De água que brotava junto a um Penedo, no caminho por onde passava a população, e com qualidades “curativas”, a Vila de Pedras Salgadas passou a ser um local de produção e distribuição de uma água mineral de renome internacional e rara no mundo. Hoje, em Portugal, pedem-se “umas águas das pedras” quando se deseja água mineral natural, com gás. E internacionalmente, hoje tem um vasto mercado em quase todo o mundo

Do pequeno balneário referido por Ramalho Ortigão, as termas de Pedras Salgadas passaram da grandeza áurea e Real, proporcionando alojamento aos portugueses residentes em Portugal, mas também aos retornados das ex-colónias. Hoje, a empresa de Águas de Pedras Salgadas é local de um turismo sustentável de saúde e bem-estar, com um projeto inovador e único aquando da sua construção. O projeto levado a cabo pela empresa Super Bock Group, forma e emprega uma população local, permitindo gerar emprego e um desenvolvimento social e económico no interior do país.

Mas muito mais há a dizer sobre este projeto. A pandemia que assolou o país e o mundo interrompeu a nossa investigação no local. Tarefa que será retomada, logo que possível. Agora, resta-nos aguçar a curiosidade ao nosso leitor, por novos desenvolvimentos. E deixamos uma última questão: se a empresa Super Bock tem sede na região da cidade do Porto, que efetivo desenvolvimento se está a realizar na Vila de Pedras Salgadas?

Bibliografia

- APIAM (2015). *Águas minerais naturais e Águas de Nascente*. Livro Branco. [on line] Disponível em <https://www.apiam.pt/> [acedido em 22 de outubro de 2019]
- CANTISTA, A. (2010). O termalismo em Portugal. *Anales de Hidrologia Médica*, 3(1), pp. 79–107.
- FONSECA, F. (1724). Aquilégio Medicinal, em que fé dá notícia das agoas de Caldas, de Fontes, Rios, Poços, Lagoas e Cisternas do Reyno de Portugal, e dos Açores, Algarves, que ou pelas virtudes medicaes, que tem, ou por outra algumas figularidades, fão dignas de partículas menioris. [on line] Disponível em <http://puri.pt/22614> [acedido em 12 de Março de 2020]

- LOURENÇO, C. (2017). Classificação das águas minerais naturais e de nascente engarrafadas na região Norte. In Cortez, J.A.S. (Coord), *Águas minerais e de nascente na Região Norte*. Mare Liberum – Editora, da FEDRAVE, Aveiro.
- LOURO, M. (1995). O Culto das Águas. Edições INAPA.
- MANGORRINHA, J. (2000). O lugar das termas. Livros Horizonte. Lisboa.
- MARIZ, S. (2015). Estâncias termais contemporâneas: o caso de Vidago e Pedras Salgadas. Dissertação de Mestrado. Coimbra. Universidade de Coimbra.
- RAMALHO, O. (2019). Banhos de Caldas e Águas minerais. Uma viagem nostálgica pelas termas de Portugal. Lisboa. Quetzal/ Terra incógnita.
- RAMOS, A. (2005). O termalismo em Portugal: dos fatores de obstrução à revitalização pela dimensão turística. Dissertação de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- SOUSA, A. (1892). Breve estudo fisiológico, therapeutico e estatístico das águas de Pedras Salgadas. Lisboa. Imprensa Nacional.
- TEIXEIRA, F. (2017). O termalismo na região norte. In Cortez, J.A.S. (Coord), *Águas minerais e de nascente na Região Norte*. Mare Liberum – Editora, da FEDRAVE, Aveiro.

Webgrafia

- Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro O OCCIDENTE, nº 1029. 30 de Julho de 1907. [on line] Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1907/N1029/N1029> [acedido em 12 de Março de 2020]
- Pedras Salgadas.SPA & Nature Park. [on line] Disponível em <https://www.pedrassalgadaspark.com/pt> [acedido em 22 de Novembro 2019]
- Decreto-Lei nº84/90. Diário da República -1ª Série, nº 63 de 16 de março de 1990. [on line] Disponível em <https://files.dre.pt> [acedido em 6 de janeiro 2019]
- Decreto-Lei nº85/90. Diário da República -1ª Série, nº 63 de 16 de março de 1990. [on line] Disponível em <https://files.dre.pt> [acedido em 6 de janeiro 2019]
- Decreto-Lei nº 90/90. Diário da República -1ª Série, nº 63 de 16 de março de 1990. [on line] Disponível em <https://files.dre.pt> [acedido em 6 de janeiro 2019]
- Decreto Lei nº 142/2004. - Diário da República -1ª Série, nº 136 de 11 de junho de 2004. [on line] Disponível em <https://files.dre.pt> [acedido em 6 de janeiro 2019]
- Lei nº54/2015 de 22 de junho.- Diário da República, 1ª série-nº119 de 22 de junho de 2015. [on line] Disponível em <https://files.dre.pt> [acedido em 6 de janeiro 2019]

Agradecimentos

Agradecemos ao Dr. Antunes da Silva, consultor em Geologia e Water Sommelier, a entrevista realizada em dezembro de 2018, nas instalações da empresa de engarrafamento de Águas das Pedras Salgadas, e as visitas guiadas que nos proporcionou ao Vidago Palace Hotel, ao Natural Park de Pedras Salgadas & Spa, incluindo às Eco e Tree Houses, que enriqueceram este texto.

PARTE II

Património Cultural e Desenvolvimento

Cultural Heritage and Development

DEVELOPMENT OF RUSE REGION AS A DESTINATION FOR APITOURISM

DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE RUSE COMO DESTINO PARA O APITURISMO

Lyubomir LYUBENOV

Faculty of Economics, University of Veliko Tarnovo „St. St. Cyril and Methodius“, Bulgarie
llyubenov@ts.uni-vt.bg

Slavi DIMITROV

Faculty of Economics, University of Veliko Tarnovo „St. St. Cyril and Methodius“, Bulgarie
s.dimitrov@ts.uin-vt.bg

Abstract

In addition to the development of traditional types of tourism on a global scale, we are constantly observing the increasingly rapid development of alternative (modern) types of tourism, including bee tourism. In recent years, a dynamic development of bee tourism has been observed in several countries, such as Poland, Germany, the Czech Republic, Lithuania, Ukraine, but Slovenia is the leader in this type of tourism. Bulgaria also has good opportunities for the development of this type of tourism, despite the difficulties and problems that accompany it. The country has unique features that must be exploited. From this point of view, it is necessary to use good practices and their application in Bulgaria. Of course, this should not be done mechanically, but should be developed mainly in the areas where there are data for this. One of these regions in Bulgaria is the Ruse region. Beekeeping in the Ruse region provides very good opportunities for the development of apitourism (or bee tourism), as well as related rural, wellness, cultural, culinary and other types of tourism. They offer opportunities for the direct sale of bee products, accompanied by additional beekeeping services that increase the complexity and added value of its products. Beekeeping tourism is a source for the creation of local markets, green economies, sustainable development, employment and an important tool in the fight against unemployment at the sectoral and regional level. There is an opportunity to ensure better competitiveness and profitability of the Ruse region, positioning it as a tourist destination for apitourism and related rural, wine, wellness, cultural, culinary and other types of tourism. The development of apitourism is important, including for overcoming the seasonality of tourism both in Bulgaria and in the Ruse region.

Keywords: honey and bee products, apitourism, bees, environment, traditions and culture.

Resumo

Além do desenvolvimento de tipos tradicionais de turismo em escala global, estamos constantemente observando o desenvolvimento cada vez mais rápido de tipos alternativos (modernos) de turismo, incluindo o turismo de abelhas.

Nos últimos anos, observou-se um desenvolvimento dinâmico do turismo apícola em vários países, como a Polónia, Alemanha, República Checa, Lituânia, Ucrânia, mas a Eslovénia é líder neste tipo de turismo.

A Bulgária também apresenta boas oportunidades para o desenvolvimento deste tipo de turismo, apesar das dificuldades e problemas que o acompanham. O país tem características únicas que devem ser exploradas. Deste ponto de vista, é necessário usar boas práticas e sua aplicação na Bulgária. Claro que isso não deve ser feito mecanicamente, mas deve ser desenvolvido principalmente nas áreas onde existem dados para isso. Uma dessas regiões na Bulgária é a região de Ruse.

A apicultura na região de Ruse oferece oportunidades muito boas para o desenvolvimento do apiturismo (ou turismo apícola), bem como de turismo rural, de bem-estar, cultural, culinário e outros. Oferecem oportunidades de venda direta de produtos apícolas, acompanhadas de serviços adicionais de apicultura que aumentam a complexidade e o valor agregado de seus produtos. O turismo apícola é uma fonte de criação de mercados locais, economias verdes, desenvolvimento sustentável, emprego e uma ferramenta importante na luta contra o desemprego a nível setorial e regional. Existe a oportunidade de garantir uma melhor competitividade e rentabilidade da região de Ruse, posicionando-a como um destino turístico de apiturismo e turismo rural, enoturístico, bem-estar, cultural, gastronómico e outros relacionados.

O desenvolvimento do apiturismo é importante, inclusive para superar a sazonalidade do turismo na Bulgária e na região de Ruse.

Palavras-chave: mel e produtos apícolas, apiturismo, abelhas, meio ambiente, tradições e cultura.

1. Introduction

The 21st century is characterized by intensive economic development and increasing degradation of the natural environment. This leads to the decline of biodiversity and the malfunction of a number of ecosystems. The process of globalization threatens the behaviour, traditions and culture of local communities and, from an ecological point of view, it is necessary to counteract the negative processes.

Tourism is a sector of the economy that needs to preserve natural and anthropogenic tourism resources. There is a tendency to increase interest in alternative types of tourism and in particular to increase eco-tourism, rural tourism, cultural tourism, among others. Tourists seek new experiences and acquaintance with the natural and cultural assets of a region.

An interesting form of such travel is bee tourism, also known as apitourism (derived from the Latin name for "bee" – "apis"). It includes beekeeping, bee products and tourist services focused on environmental, nutritional and medical aspects.

Activities within the scope of bee tourism include visits to open-air bee families and bee museums, where the tourist has the opportunity to observe the work of the beekeeper, the method of honey production, to learn about its properties and specifics (including tasting of different types of honey), as well as find out about other bee products (pollen, wax, bee bread - perga, royal jelly, etc.), observe how the bee family lives, and get acquainted with the ecological correlation between man and bees. Bee tourism can be developed on the basis of already existing bee families (apiaries, bee farms). The development of bee tourism is an opportunity to activate rural areas, create new jobs, as well as an opportunity to renew the traditions and culture of the regions.

In recent years, there has been a dynamic development of bee tourism in the several countries like Poland, Germany, Czech Republic, Lithuania, Romania, Ukraine, but the leader in this type of tourism is Slovenia (Vladimirov, 2020).

Slovenia is a pioneer in the field of apitourism, which began to develop actively in 2003, when the country hosted the World Congress of Beekeeping "Apimondia" (International Federation of Beekeepers' Associations). Apitourism is promoted by the local association of beekeepers and a travel agency, which certifies the providers of apitourism services (www.infotourism.net, 27.05.2018). Slovenia is considered the cradle of apitherapy, which uses bee products, aromas and air from the hive for the prevention and treatment of diseases. It offers apitherapy as part of apitourism, which also includes "honey paths", tasting of bee products and culinary products, making candles from beeswax, attending seminars and beekeeping courses, among other activities.

While in Bulgaria apitourism is still mainly a theory (Grigorova, 2015; Yonkova, Grigorova et al., 2016) and an insignificantly developed practice (Lyubenov, 2018), Slovenia uses it in the most authentic way as a destination with exceptional natural advantages, in accordance with the adopted strategy for the development of sustainable tourism under the slogan "Green, active, healthy". Apitourism promotes respect for nature and raises awareness of environmental issues. It is in line with the concept of a green economy, which is a priority for the EU as they plan to finance more public action plans, such as

pollination carried out mainly by bees. Apitourism has the potential to generate additional business activity and growth in many green industries and services.

Beekeeping in the Ruse region provides very good opportunities for the development of apitourism, as well as related rural, wellness, cultural, culinary and others types of tourism. They offer opportunities for the direct realization of bee products, accompanied by additional services from beekeeping, which increase the complexity and added value of its products. Apitourism is a source for creating local markets, green economies, sustainable development, employment and an important tool in the fight against unemployment at the sectoral and regional level. It has the opportunity to ensure better competitiveness and profitability of the Ruse region, positioning it as a tourist destination for apitourism and related rural, wine, wellness, cultural, culinary, and other types of tourism.

The object of this study is beekeeping in the Ruse Province, as a basis for the development of apitourism. The aim is to study the Ruse Province as a destination for apitourism. To achieve these goals, the methods of description, comparison, grouping and analysis are applied.

2. Exhibition

The development of beekeeping in Bulgarian lands dates back to ancient times - Thracians, Slavs and Bulgarians have mastered to perfection the art of beekeeping. For centuries, Bulgaria is famous for its large production of honey and high quality wax. After the Liberation in 1878, beekeeping began to be modernized. Primitive, twig-woven hives, also called "grass" hives, are gradually being replaced by modern "greenhouse hives", but the traditions in beekeeping and the production of honey and bee products are preserved to this day.

2.1. Relevance of the problem

Despite the traditions and natural resources, in the 21st century, beekeeping in Bulgaria remains a hobby for most beekeepers. There are few who have turned beekeeping into a profession, despite the Agriculture Fund's programs aimed at increasing bee colonies. The natural resources of the country and especially the diversity of its honey vegetation yields pure high-quality honey, royal jelly, pollen, propolis, beeswax, bee venom, and other bee products. A trend in recent years is an increase in honey production and an increase in the number of bee colonies, despite the reduction in the number of farms registered in the sector. Due to these facts, it should be noted that beekeeping can and should be used as a resource for the development of apitourism (Vladimirov, 2020).

The urgency of the need to establish the Ruse region as a destination for apitourism stems from: 1. provision of eco-system services; 2. formation of local markets and short supply chains; 3. symbiosis with other sectors and creation of green economies; 4. diversification and improvement of competitiveness and profitability. These arguments are solid and concern the preservation of biodiversity, so as to ensure sustainable agricultural practices, access to new market segments, symbiosis and collaboration with other industries and services, as well as achieve trans-regional

competitiveness. Apitourism will diversify the beekeeping of the Ruse region and improve the integration and creation of products with high added value, increasing consequently the competitiveness of the region.

Beekeeping in the Ruse region plays an important role in the region's food security, given the pollination activity of bees. Due to the disappearing bees in the world, annual production worth between 235 and 557 billion dollars is endangered. The economic effect of bee pollination in the EU is estimated at over 14 billion euros per year, in Bulgaria at over 1 billion BGN / year, and in the Ruse regions at over 0.1 billion BGN / year. The cost of bee extinction could amount to 150 billion euros worldwide, which is 10% of the market value of agricultural products intended for human consumption (Lyubenov and Stoilov, 2020). Apitourism will stimulate the development of beekeeping in the Ruse region, especially the public goods from the eco-system pollination service.

The Bulgarian HoReCa sector (hotel, restaurant, catering / cafe), which is associated with all types of tourism, offers opportunities for marketing of agricultural raw materials in the order of billions of leva. Agricultural raw materials make up about 1/4 of its annual turnover and food and beverages about 1/3 (Lyubenov, 2017). The HoReCa sector provides an opportunity for beekeeping farms to sell directly and without intermediaries, as well as to build their own retail market through apitourism. In general, tourism forms local markets and short supply chains that avoid intermediaries. Apitourism allows the placement of bees and other high value-added products that diversify bee farms and increase their competitiveness and profitability.

Apitourism in the Ruse Province forms new green industries, services and employment in the region, as well as new green markets. Consumers of apitourism and products related to it, create local markets and short supply chains for beekeeping products. Apitourism forms new green markets for bee and other products that expand regional markets. These green markets reduce not only costs and delivery time, but also environmental pollution. Apitourism forms green markets, which generate and stimulate the development of regional beekeeping and other green economies (organic farming, food, trade) at the local level. They create an image that will serve to better position the Ruse region as a destination for apitourism.

The trend towards sustainable entry of beekeeping in urban areas worldwide provides alternatives for the development of apitourism, aimed at a new generation of tourists looking for real, meaningful and active experiences, including interaction with the natural way of life of bees and detachment from traditional package breaks. These consumers are committed to socially responsible causes regarding the biological role of bees in providing biodiversity, diverse and local food, a cleaner table and environment. As advocates for the conservation of animal and plant species, the reduction of the carbon footprint and the fight against desertification and the maintenance of biodiversity, they are potential consumers of apitourism.

Apitourism is a new direction in tourism with significant and undeveloped potential, as well as very good opportunities for support and collaboration with other types of tourism. The Ruse region is a famous and established tourist destination - cultural, culinary, wine, and other types of tourism related to its history, traditions and business practices. There is a solid base and significant tourist potential for development and establishment of the area as a destination for apitourism, which will diversify its offer

and provide it with more stable, higher incomes. Apitourism can significantly accelerate the development of certain branches of tourism, beekeeping, fruit growing, trade, etc., providing a basis for the more efficient use of its resources with higher profitability.

2.2. Resource potential - administrative-territorial and geographical zoning

The Ruse Province is one of the 28 Provinces of Bulgaria, located in the northeastern part of the country, including the municipalities of Borovo, Byala, Vetovo, Dve Mogili, Ivanovo, Ruse, Slivo Pole, Tsenovo. All municipalities except Byala, Dve Mogili and Vetovo have access to the Danube River.

The availability of good accessibility to the area through various transport corridors is an important element for the development of tourism. Only easy-to-reach destinations are successful destinations.

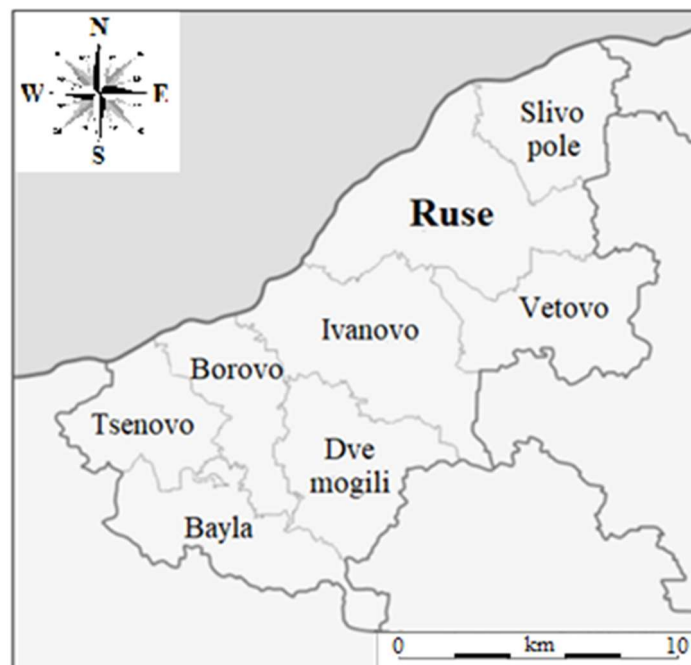


Figure 1 - Administrative division of Ruse Province.

Source: www.nsi.bg, 16.11.2020.

The Ruse Province is one of the middle regions in terms of territory and population in Bulgaria - its area is about 3%, and the population and GDP about 2.2% of the national indicators (www.nsi.bg, 16.11.2020.). But the latter are steadily declining in the last decade. It has a significantly higher than the national average share of agricultural areas (76% vs. 56%), settlements and urban areas - 6.5% vs. 3.7%, as well as a significantly lower share of forest areas - 14 % vs. 34%.

The Ruse Province produces over 1,000 tons of honey, which is over 10% of the national production, and a similar part of the realized economic effect of pollination - over 0.1 billion BGN / year. It is in the top 5 of the provinces (Burgas, Dobrich, Silistra, Pleven) with the largest number of bee families - 43,000 (Lyubenov, 2018). Although beekeeping is mainly in rural areas, it has the highest territorial concentration around the administrative centre - Ruse. Urbanized areas have a greater appeal

in the territorial location of beekeeping farms because they provide better access to resources, information, services and sales, as well as better conditions for training, qualification, financing and more.

The Ruse Province reveals very good prerequisites for the development of apitourism in urban conditions and specifically in its administrative centre. This is an alternative for development that has many positive aspects. Honey produced in urban areas is cleaner than in rural areas due to the lack of plant protection products. Established as tourist destinations, cities bolster the realization of the “made in” effect in different types of tourism, as a basis for branding with a famous name. Other advantages are the reduction of transport and other costs and the offer of more quantity and quality of various tourist services. Apitourism provides new opportunities and stimulates the branding of regional beehives and other products.

The Ruse region is part of the natural area of the Danube Plain, which is divided by the Yantra River into two parts - West and East. Along the southern bank of the Danube, the Ruse Region is located between the delta of the Yantra River and the Brashlyanska lowland, the so-called The coast. The southwestern part of the Ruse region falls in the Western and the rest in the Eastern part of the Danube plain. The Rusenski Lom river basin is located in the Ruse region, which is differentiated as a physiographic sub-region. The coast is the largest Bulgarian Danube lowland. It stretches along the right bank of the Danube, from Ruse to Tutrakan for a length of 60.7 km and its width varies from 10 to 15 km (Lyubenov et al, 2020). The basins of the Danube, Rusenski Lom and others form solid prerequisites for tourism in the Ruse region.

The Danube River has been a famous and established international tourist destination for centuries. It provides transport, historical, cultural and other opportunities for tourism development, including apitourism, in the countries of the so-called Danube area. In 1970, the basin of Rusenski Lom was declared a natural park as a natural complex with ecological, historical and cultural value (Lyubenov et al, 2020). Over the past 50 years, it has established itself as a tourist destination for many foreign tourists. The presence of established international tourist destinations in the Ruse region, as well as the leading positions of beekeeping, natural, historical, cultural and other resources, form solid opportunities for its development and establishment as a destination for apitourism.

The Ruse region is rich in natural tourist resources. There are four sites with the necessary qualities and opportunities for development in the Ruse (Fig. 2). These are:

1) Batin Island - located north of the village of Batin. It is managed and operated by the state hunting farm “Danube”. The Batin hunting lodge can accommodate 13 visitors in one apartment and five double rooms at the same time. The island is reached by boats, which are available to guests of the home;

2) Rusenski Lom Nature Park - located about 20 km. south of Ruse. The park is a monument of exceptional world importance in the UNESCO World Heritage List. Rusenski Lom Nature Park provides a living environment for 197 species of birds, 90% of which are endangered in Europe. The number of plants present in the Red Book of Bulgaria is significant. Specially designed routes allow tourists to get acquainted with the diversity of the park;

3) Orlova Chuka Cave - located on the territory of Dve Mogili municipality. Remains of prehistoric peoples and bears have been found here. The cave is electrified and accessible for visits. Next to the Orlova Chuka cave there is a hut, which provides shelter to 27 people;

4) "Eco-museum with an aquarium" - located in the Natural History Museum in Ruse. On the ground floor of the museum is a small aquarium, which is the only one in Bulgaria representing the diversity of Danube fish - sturgeon, carp, grass carp, silver carp, pike, catfish and others. (Province strategy, 2019).

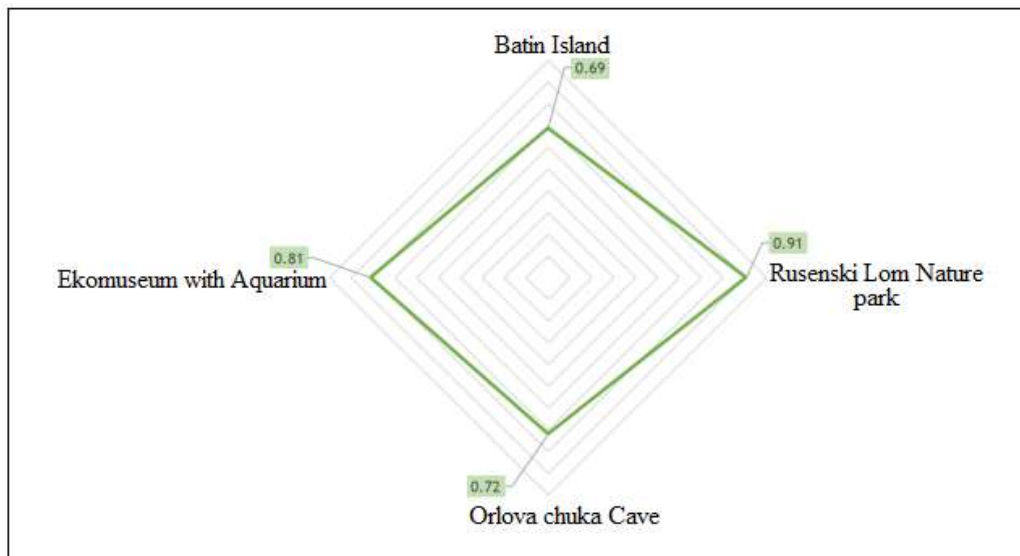


Figure 2 - General assessment of the natural and operational value of natural resources in the Ruse Province.~

Source: Regional Strategy for Tourism Development in Ruse Province, 2019.

The Ruse Province has several hunting and fishing farms, which provide excellent conditions for hunting and fishing tourism. There are centuries-old traditions in fishing, fish farming, fish cuisine and production of fish products. The exoticism of the environment and life in the so-called "Fishing villages", combined with the opportunities for development of water sports, represent a significant resource for enriching the offered tourist product.

Bulgaria is divided into 5 wine-growing regions, such as Ruse and its surroundings included in the Danube Plain Region. there are many wine producers in the Ruse Province who are renowned in Europe and world-wide such as, Winery "Nisovo" (village of Nisovo), Winery "Dve Mogili" (town of Dve Mogili), Wine house "Leventa" (town of Ruse), Winery "Ruse" (Ruse), Winery "Seven Generations" (Stulpishte), Enoteka - Ruse, etc., which adds a touch of wine tourism. The development of viticulture, wine production and fruit growing provides opportunities for tasting local wines, participation in grape harvests and other attractive forums for agricultural work.

The natural resources of Ruse Province, beekeeping and its products, beekeeping practices, crafts and traditions, form a solid resource base for the development of apitourism, and the establishment of the Province as such a destination. This untapped tourist potential is sustainable and guarantees good environmental and cumulative consequences of its development. There are tourist

resources that can bolster the innovative and overall potential of the area for sustainable nature management and development as a destination for apitourism. Therefore, apitourism can be included as an integral and promising element in the development strategies of Ruse Province, to achieve higher profitability and competitiveness of the region.

2.3. Cultural and historical heritage of the Ruse region

Cultural heritage encompasses tangible, intangible, movable and immovable heritage as a set of cultural assets that are carriers of historical memory, national identity and have scientific or cultural value. The Thracian, Roman, Byzantine, Revival and modern presences layered culture and assets. The high cultural-historical and cognitive value of unique monuments from ancient and medieval Bulgaria represent architectural-archaeological immovable cultural assets in the Ruse region with the potential for tourism development.

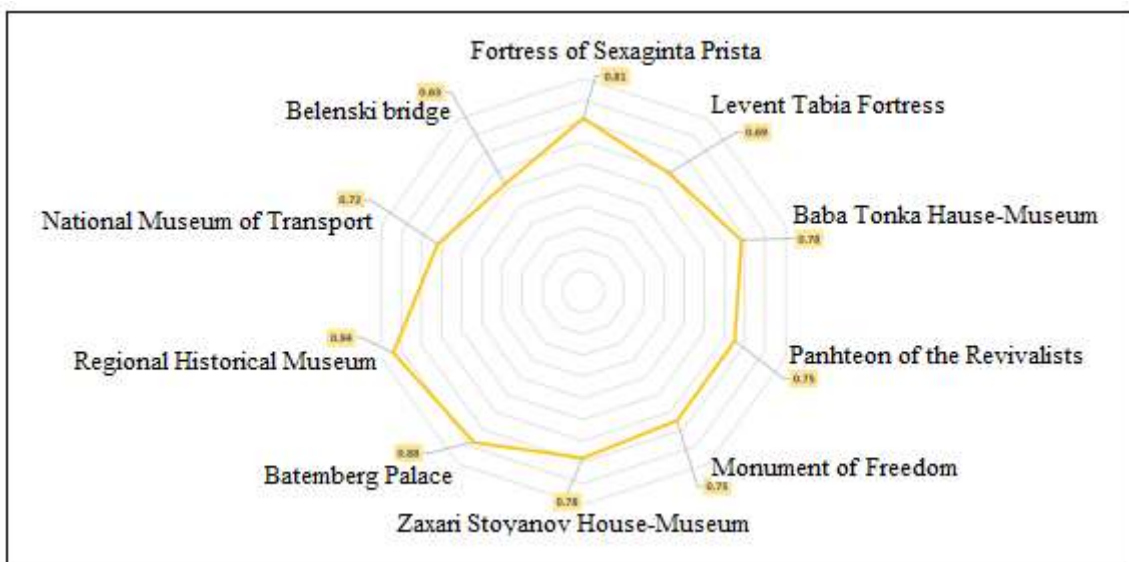


Figure 3 - Total cultural and operational value of the historical resources and heritage in the Ruse region. Source: Regional Strategy for Tourism Development in Ruse Province, 2019.

According to the National Institute for Immovable Cultural Heritage (NIICH), the declared immovable cultural assets in the Province number 242. However, the most significant immovable cultural assets and artefacts discovered are over 3000. The “Ivanovo Rock Churches” archaeological reserve listed as UNESCO world heritage, the Basarbovo Rock Monastery Archaeological Reserve, the medieval town of Cherven, among others. Among the anthropogenic tourist resources, the following sites stand out (Figure 3): Sexaginta Prista Roman fortress; Levent Tabia Fortress; Baba Tonka House-Museum; The House-Museum of Zahari Stoyanov; The Pantheon of the Revivalists; National Museum of Transport; Regional Historical Museum; Monument of Freedom; Battenberg Palace; National Museum of Transport; Belenski Bridge.

The Ruse Province also has a relatively good accommodation base. In the Province, 106 sites (hotels, guesthouses, bungalows, hostels, etc.) with a total capacity of 2,715 places are officially registered (Table I). 65% of all accommodation is concentrated in Ruse. Over the last nine years, the number of accommodation places with a capacity of more than 10 places in Ruse Province has decreased by 58% - from 116 (2010) to 49 in 2019, but the bed capacity has increased by 6% for the same period. This development is due to two main factors:

- increase in the number and capacity of four-star hotels - by 150% and 198% respectively for the last nine years;
- increase of the bed capacity of the accommodation places of first and second category by 30%.

Table I - Capacity, share and average income per night according to the category of accommodation, 2019.

Category	Number of accommodation places	Bed capacity	Share in realized nights	Growth in overnight stays in the period 2019/2010	Average income per night, BGN*
One and two stars	91	1846	43%	111%	35.87
Three stars	10	298	15%	-57%	57.45
Four stars	5	571	42%	327%	58.61
Total	109	2715	100%	53 %	48.56

Source: National Statistical Institute, 2020. * One euro is equal to 1.96 leva.

A total of 711 restaurants are registered in the region, with a capacity of over 54 thousand seats. There is a wide variety of restaurants, fast food restaurants, cafes, day and night bars, pastry shops and more. Visitors can enjoy authentic food experiences, classic and modern cuisine, according to their own tastes. The best sites are the tourist sites located in the city of Ruse - nearly 77% of all restaurants and 83% of their capacity.

All this contributes to forming the tourist profile of the province, as a destination for alternative forms of tourism - ecotourism, cultural, religious, rural, and adventure tourism in all seasons. There are suitable paths for walking, cycling and horseback riding. People can practice water sports or see various natural and cultural-historical landmarks. There are suitable places for hunting and fishing. With its diverse cultural and natural attractions, the Ruse region allows its tourists to immerse themselves in the local community and get closer to nature. Even so, the province should focus on additional tourism services, in the form of bad weather infrastructure or so-called soft activities, and special market support programs, among others (Province strategy).

These activities contribute to the vision for development of the Ruse Province “ALWAYS NEW EXPERIENCES AND FEELINGS. DISCOVER THEM!”.

The Ruse is a cross-border region where many international transport corridors and tourist destinations pass through. The Rusenski Lom river valley is an established international tourist destination due to its unique nature, registered UNESCO World Heritage sites and developed tourist

routes. The area has a rich history and centuries-old traditions, crafts, holidays, culture and more. related to beekeeping. This historical, natural, human and other potential contribute to the area's successful positioning as a tourist destination for apitourism. The Ruse Province apitourism can significantly increase the demand not only for goods and services from beekeeping, but also for many foods, beverages and other products of the local economy.

Despite the COVID-19 pandemic and the subsequent problems for the development of tourism in 2020-2021, apitourism has a future both in Bulgaria and in the Ruse region. This is also enshrined in the Ruse Province Strategic Documents and the eight municipalities included in it.

3. Conclusion

As a result of this study, the following conclusions can be put forward:

- While in Bulgaria apitourism is still mainly a theory and an insignificantly developed practice, there are countries that use it as an attraction with exceptional natural advantages, in accordance with the adopted by the EU green strategy for the development of sustainable tourism. A typical such example is Slovenia;

- The urgency of establishing the Ruse region as a destination for apitourism stems from the provision of eco-system services, formation of local markets and short supply chains, symbiosis with other sectors and the creation of green economies, diversification and supra-regional competitiveness;

- The Ruse Province has an excellent resource base for the development of bee tourism, this untapped tourist potential is sustainable and provides good environmental and cumulative effects, if developed;

- In bee tourism, tourists have the opportunity to taste ready-made honey and buy ready-made products, which are offered in several variants - pure honey, with nuts, with tahini, even with pieces of honeycomb, homemade honey wine (mead), brandy, among other products and services;

- There is a need for adequate and territorially differentiated marketing policy in bee tourism, which can be achieved through the development of new strategic documents concerning this type of tourism. In this context, all future actions in the field of regional tourism should involve representatives of local communities;

- The development of apitourism will contribute to overcoming the seasonality of tourism both in Bulgaria and in the Ruse region. It can be combined with the development of other types of tourism.

Bibliography

GRIGOROVA, Z. (2015). Apitourism. Yearbook, Volume III, ISSN 1314-9113. District strategy for tourism development in Rousse district, 2019.

LYUBENOV, L. (2017). HoReCa as a market for agricultural products, *Collection of articles on the occasion of 65 years of Prof. Dr. Ivan Markov*, Veliko Tarnovo, pp. 155 - 161.

- LYUBENOV, L. (2018). Api-tourism in Ruse region - myths and truths. International scientific conference *Truths and lies about facts, news and events*. Lyuben Karavelov Regional Library Ruse, pp. 9 - 14.
- LYUBENOV, L. STOILOV, G. (2020). Development of the Bulgarian markets of bee products, *Scientific Journal Society and Health*, issue. 1, Lyuben Karavelov Regional Library - Ruse, UMHAT "Kanev" AD - Ruse, pp. 92-100, ISSN 2683-0892.
- LYUBENOV, L. (2018). SWOT analysis of beekeeping in the Ruse region, *Journal of Mountain Agriculture on the Balkans*, 21 (6), 10-27, Research Institute of Mountain Stockbreeding and Agriculture, Troyan, ISSN 1311-0489 (Print), ISSN 2367-8364 (Online)
- LYUBENOV, L., ATANASOV, A., HRISTAKOV, I. (2020). Economic-geographical analysis of beekeeping in Ruse region, *Ecologica*, Belgrade, ISSN 0354-3285 (accepted for printing).
- YONKOVA, G., GRIGOROVA, I. SHOPOVA, S. TIMAREVA, A. GANCHEVA. (2016). The beekeeping-tourism relation. *New Knowledge Science Journal* 5-2. ISSN 2367-4598.
- VLADIMIROV, K. (2020). Opportunities for Development of Bee Tourism in the Northeastern Region of Bulgaria. -In: *Proceedings of the Jubilee Scientific Conference Tourism and Connectivity*, October 30-31, 2020, Varna. Science and Economics Publishing House, University of Economics, Varna, pp. 648-654.
- www.nsi.bg, National Statistical Institute, 16.11.2020.
- www.infotourism.net/index.php?t=12616&m=2, 27.05.2018
- www.apimondia.com, International Federation of Beekeepers' Associations, 16.11.2020.

O PORTO RETRATADO POR ESTRANGEIROS EM LIVROS E GUIAS DE VIAGEM NAS ÉPOCAS MODERNA E CONTEMPORÂNEA – PLANO DE INVESTIGAÇÃO

--

PORTO PORTRAYED BY FOREIGNERS IN BOOKS AND TRAVEL GUIDES DURING THE EARLY AND LATE MODERN PERIODS – RESEARCH PLAN

José Luís BRAGA

IEES - Instituto Europeu de Estudos Superiores, Portugal
josebraga@iesfafe.pt

Resumo

A presente comunicação pretende dar a conhecer um plano de investigação relativo aos livros e guias de viagem que retrataram, durante a época moderna e contemporânea, a cidade do Porto sob o ponto de vista dos estrangeiros. O problema de investigação surge da carência por nós detetada no que diz respeito a estudos sobre a História do Turismo, tanto em Portugal como, mais especificamente, no Porto. Quanto aos objetivos gerais da investigação, mais ampla, que estamos a empreender, estes são os seguintes: (a) determinar a evolução da imagem turística formulada pelos estrangeiros nos guias e livros de viagem da época moderna e contemporânea; (b) conhecer a evolução do sistema turístico (transportes, alojamento, restaurantes e casas de pasto, animação) português na época contemporânea; (c) procurar reconhecer a evolução da organização turística do destino "Porto" na sua concatenação com a evolução da organização turística do destino "Portugal" na época contemporânea; (d) reconhecer tipologias de viajante que possam ressumar dos guias; (e) reconhecer a evolução da propaganda e a sua conversão em marketing do destino "Porto". As narrativas de viagens podem ser da autoria de turistas, cientistas, artistas, etc. Como refere o historiador José Amado Mendes, a qualidade destes manuais é proporcional à aptidão dos viajantes que os elaboram, mas também está dependente da perspectiva através da qual estes perscrutam a realidade. No que diz respeito à utilização de fontes primárias, para além dos guias, prevê-se que sejam analisados periódicos e documentos emanados pelas autoridades de organização turística.

Palavras chave: Guias Turísticos, Imagem Turística, Porto, História Moderna e Contemporânea

Abstract

This paper aims to present a research plan concerning the books and travel guides that portrayed, during the modern and contemporary era, the city of Porto from the outsiders' point of view. The research problem arises from the lack of studies on the History of Tourism, both in Portugal and, more specifically, in Porto. As far as the general objectives of the broader research we are undertaking are concerned, they are the following: (a) to determine the evolution of the tourist image formulated by foreigners in travel guides and books of the early and late modern eras; (b) to know the evolution of the tourism system (transportation, accommodation, restaurants and eating houses, entertainment) in Porto in the modern era; (c) try to recognize the evolution of the tourist organization of the destination "Porto" in its concatenation with the evolution of the tourist organization of the destination "Portugal" in the contemporary era; (d) recognize typologies of traveller that can emanate from the guidebooks; (e) recognize the evolution of propaganda and its conversion into marketing of the destination "Porto". Travel narratives can be written by tourists, scientists, artists, etc. An historian, José Amado Mendes, states that the quality of these manuals is proportional to the aptitude of the travellers who write them, but it also depends on the perspective through which they scrutinize reality. Regarding the use of primary sources, in addition to the guides, it is expected that periodicals and documents issued by the tourism organization authorities will be analysed.

Keywords: Tourist Guides, Tourist Image, Porto, Early Modern History, Late Modern History

1. Introdução

Até ao momento não existe um estudo aprofundado que se debruce sobre os livros e guias de viagem que retrataram, durante a época moderna e contemporânea, a cidade do Porto, sob o ponto de vista dos forasteiros. Ainda que exista uma dissertação de mestrado (Castro, 2012) que analisa, num intervalo cronológico semelhante ao do nosso plano de investigação, os guias turísticos da cidade do Porto, este trabalho utiliza escassas fontes primárias para o século XIX e para o século XX. Acresce que as fontes utilizadas se referem somente a guias elaborados por portugueses.

O plano de investigação que suporta este artigo pretende dar sequência à pesquisa subjacente a uma exposição que ocorreu na Biblioteca Almeida Garrett, no Porto, em 2018. Esta exposição produziu um catálogo intitulado “*Porto Sentido de Fora – Livros e guias de viagem sobre o Porto entre a Monarquia Constitucional e Estado Novo (1820-1974)*” (Ribeiro, Cerveira & Costa, 2018).

Entre as centenas de volumes inventariados nesta obra encontram-se livros e guias escritos por nacionais como o “Porto por fora e por dentro” de Alberto Pimentel (1878); “De fora para dentro” de Fernando Ribeiro de Mello (1973); ou “Os livros de viagem em Portugal no século XVII e a sua projeção europeia” (1977) de Castelo Branco Chaves. Existe ainda uma compilação exaustiva dos textos publicados no estrangeiro sobre Portugal até ao século XIX, de Manuel Bernardes Branco (1879), intitulado “Portugal e os Estrangeiros”.

No tocante a bibliógrafos estrangeiros, destacamos de Arturo Farinelli (1920) “Viajes por España y Portugal desde le edad media hasta el siglo XX”; de Aubrey Bell (1922) “Portuguese bibliography”; de J. Garcia Mercadal (1999) “Viajes de extranjeros por España y Portugal”; de um autor francês, R. Foulché-Delbosc (1991), temos “Bibliographie des voyages en Espagne et en Portugal”.

Mais recentemente Gonçalves (2015) defendeu uma tese doutoral intitulada “A Lisboa dos guias turísticos ingleses e franceses do século XX”. Existem também alguns artigos científicos que constituem fontes secundárias sobre temática afim desta, designadamente de Fernandes, Vieira & Rodrigues (2016) “Os guias de viagem como fonte de investigação geográfica: a figuração do Alto Douro vinhateiro: Pensamento e Imaginação Geográfica”; de Matos & Santos (2004) o artigo científico intitulado “Os guias de turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às Primeiras Décadas do século XX)”; de Fernandes (2014), destaque ainda para a tese doutoral intitulada “A representação do Alto-Douro Vinhateiro nos guias de viagem estrangeiros (1845-1974)”. Finalmente, a Biblioteca Nacional de Portugal, disponibiliza ainda a coleção intitulada “Portugal e os estrangeiros” que compreende sete obras de autores estrangeiros que descrevem viagens a Portugal.

No que diz respeito aos objetivos gerais da presente investigação estes serão os seguintes:

- a) Determinar a evolução da imagem turística formulada pelos estrangeiros nos guias e livros de viagem nos séculos XIX e XX;
- b) Conhecer a evolução do sistema turístico (Vallejo, & Larrinaga, 2018) (transportes, alojamento, restaurantes e casas de pasto, animação) portuense desde finais do século XIX até 1974;
- c) Procurar reconhecer a evolução da organização turística do destino “Porto” na sua concatenação com a evolução da organização turística do destino “Portugal”;
- d) Reconhecer tipologias de viajante que possam ressumar dos guias;
- e) Reconhecer a evolução da propaganda turística e a sua conversão em marketing do destino “Porto”.

O presente texto inicia-se com uma revisão da literatura relativa à evolução da prática turística em Portugal e na Europa desde o *Grand Tour* até às primeiras modalidades de turismo de massa. A metodologia de estudo das fontes históricas, no que diz respeito à sua tipologia, seleção e utilização serão examinados na seção seguinte. Por último, serão apresentados alguns dos resultados que pretendemos alcançar com o labor investigativo aqui se projeta.

2. Proto-história da prática turística

Para que possamos entender o turismo contemporâneo em toda a sua complexidade urge recuar até ao início desta atividade. Ao fazê-lo, confrontar-nos-emos com o nexos etimológico da palavra *turismo*, neologismo da palavra inglesa (*The Tour*). Faremos, portanto, uma retrospectiva do turismo, desde a época romântica até à consolidação do turismo de massas, não descurando o caso especial de Portugal.

Importa ter presente que as alterações verificadas no turismo foram também determinadas pelo desenvolvimento tecnológico e industrial que permitiu o surgimento e generalização dos meios de transporte (Matos & Santos, 2006). O desenvolvimento tecnológico decorrente da Revolução Industrial teve várias consequências (1) o aumento abissal da produção; (2) a redução dos custos de produção; (3) uma maior procura de matérias-primas (que se encontravam nos países em vias de desenvolvimento) e uma permanente procura de mercados para colocar produtos manufacturados.

Todavia, para que o comércio de bens se pudesse realizar sem obstáculos teve de eclodir uma revolução nos meios de transporte e nas vias de comunicação. Houve ainda necessidade de se edificar e melhorar uma extensa rede de estradas, vias-férreas, caminhos fluviais e marítimos (Braga, 2007). Estes progressos abriram caminho à emergência de uma sociedade opulenta, uma sociedade de consumo (Fernández Fuster, 1991).

2.1. Do *Grand Tour* à emergência do turismo de massas

É no final do século XVII e inícios do século XVIII que se vulgariza, entre a aristocracia inglesa, o *The Grand Tour*. Este fenómeno designava a viagem – com a duração de seis meses a dois anos – feita pelos jovens nobres britânicos à Europa Continental e que normalmente tinha a Europa Ocidental como destino. Era comum que esta viagem fosse tutelada por um preceptor e por obras de referência. O que se pretendia com a viagem era formar a juventude, abrir o espírito e afastar os preconceitos (Boyer, 2003).

Estas viagens radicavam na necessidade da aristocracia terratenente, que havia sido apeada do poder por uma burguesia cada vez mais influente, se afirmar. Esta afirmação consubstanciava-se na exaltação dos valores de gratuidade: (a) a riqueza ociosa; (b) uma cultura greco-romana; (c) jogos e desportos com regras intrincadas (o que dissuadia a imitação); (d) viagens sem obrigatoriedade e para os jovens instruídos nos mais distintos colégios, a educação era aperfeiçoada com o *The Tour*.

Marc Boyer (2003), historiador francês, para quem o turismo foi uma invenção, refere que foram os britânicos que criaram uma prática, modas e lugares. Os guias turísticos desta época confirmam a primazia de destinos como Paris e Roma, esta última cidade conotada com a herança da Antiguidade. Entretanto, outras cidades vão ser incluídas neste itinerário (Amesterdão, Munique, Viena ou Praga), sendo que os seus frequentadores deixam de ser somente os nobres britânicos, para compreenderem também a classe média-alta de outras nações do Norte da Europa e dos Estados Unidos da América (Barros, 2016). Com a época romântica assomaram outros destinos: Suíça, Grécia, Espanha e Egipto.

No dealbar do século XVIII, desenvolve-se o termalismo. Esta corrida dos aristocratas latifundiários (e até de membros de famílias reais) às *villes d'eau*, resultou num incremento no número destas estações no século XIX. Esta época é marcada pelo regresso de epidemias como a cólera. O que se pretendia com a estadia nas termas era uma *mudança de ares* tida como benigna para a cura da tuberculose, um flagelo da época. Já nos finais do século XIX o termalismo declina, antes de sucumbir, porém, associa-se ao *casinismo* (Fernández Fuster, 1991).

Paralelamente, no século XVIII, época de grande esforço industrial, assiste-se, no Verão, à debandada das cidades – cada vez mais infectas – rumo ao campo. O campo passa a ser encarado como um lugar de Virtude, de Liberdade de realização do Corpo (Fernández Fuster, 1991). O paisagismo, que tinha a Suíça, como seu destino de eleição, a partir de 1860, transmuta-se em período alpino (Braga, 2007). Surgem, então, inúmeros locais de alta montanha sustentados por uma hotelaria nascente que é estimulada por uma procura sedenta de romantismo, aventura e adrenalina. Os britânicos nesta época inventam um desporto elitista: o esqui alpino (1890/1900).

O sol e praia atuais têm origens remotas na temporada de curta duração das *praias frias* (*Biarritz, Ostende, Scarborough, entre outras*). Este turismo ainda ignora os apelos dos banhos de mar, é ainda um “turismo vestido” (Fernández Fuster, 1991). Não obstante, no final do século XIX, a tendência das *praias frias* cede lugar à das *praias quentes* (Madeira, Canárias, Riviera Italiana).

O interesse pelos rios e pelo mar leva ao estabelecimento de uma dialética de ócio marítimo nos espaços costeiros e de aproveitamento dos portos marítimos que se reveste de especial relevância a partir de meados do século XIX. Este processo será determinante para o desenvolvimento de projetos urbanísticos de várias cidades portuárias (Matos & Santos, 2006). Também, neste período, o desenvolvimento do turismo residencial redundava na restauração de velhas moradias rurais e pequenas fazendas.

Outras tendências do turismo primevo foram a peregrinação e as colónias de férias. A primeira teve como pontos de romagem os santuários de Santiago de Compostela e, sobretudo, Lourdes que beneficiava de um sistema de comboios fretados especiais (com capacidade para transportar enfermos). A segunda cumpria um desígnio social: permitir que crianças pobres, que habitavam as cidades poluídas do século XIX, pudessem respirar o ar puro pelo menos durante as férias escolares. O suíço Walter Bion viu nestas colónias uma oportunidade de educação para os jovens cujos pais não tinham acesso às férias.

Não podemos, todavia, deixar de referir o pioneirismo de Thomas Cook. O britânico, em 1841, através das suas excursões mostrou o mar aos olhos virgens dos trabalhadores ingleses consumidos pelo vício do álcool. Esta excursão constituiu um “predecessor do pacote turístico” (Barros, 2016, 13). Mas a filantropia do missionário batista não tardou a estiar. Em 1856 começou a realizar viagens organizadas, nas quais dava a conhecer o Continente a britânicos endinheirados, que acorriam principalmente ao Egito num afã de educação. Acresce à sua já larga herança a criação de *coupons* que facilitaram a viagem das massas (Graburn, 1989).

2.2. A evolução das condições de viagem

Um conjunto de inovações tornaram possível que uma população cada vez mais numerosa pudesse aderir ao turismo. O turismo de massa coevo é tributário das inovações técnicas nos transportes marítimos, fluviais e terrestres (Boyer, 2003). Antes dos progressos nos caminhos-de-ferro e nas rodovias o único transporte confortável e seguro era o barco de passageiros que, em meados do século XIX, cedeu lugar aos *steamers* que sulcavam os grandes rios (Mississipi, Reno e Loire).

Em Inglaterra e França, um progresso importante foi a construção das estradas reais, cuja rede era extensa. Estas vias eram bem mantidas e estavam equipadas com postos de troca, o que concorria para a segurança das diligências.

Por outro lado, em 1771, estabeleciam-se em Paris estalajadeiros que vendiam somente *restaurants* (bebidas reconfortantes) e eram designados de *restaurateurs* (Boyer, 2003). Nestes novos restaurantes não havia imposição de horário, havia mesas à escolha e os menus acusavam significativa melhoria de qualidade. O *chef* Auguste Escoffier teve um papel pioneiro na transformação dos antigos refeitórios em sofisticados restaurantes (Barros, 2016).

O hotel nascia no século XVIII de outra decisiva iniciativa britânica. Um dos primeiros surgiu em Exeter, em 1768 (Barros, 2016). O hotel, à promiscuidade e incomodidade dos albergues contrapunha o quarto individual com um jarro de água e um balde *higiênico*. Localiza-se este edifício, prioritariamente, no centro da cidade, contrariamente ao albergue que se situava o mais das vezes à entrada da mesma.

No século XVIII, desenvolve-se a publicação dos guias de viagens, que ofereciam indicações práticas acerca dos espaços a visitar. Se os guias da era moderna estavam destinados a uma elite ilustrada que perspetivava as viagens como um modo de complementar a sua educação, os guias turísticos do século XIX passaram a orientar-se para um público mais amplo, e visavam, ainda, ir ao encontro das necessidades de quem viajava (Matos & Santos, 2006). Em 1836 nasce o guia de viagem *Murray* e logo depois o francês *Joanne* e o alemão *Baedeker*. O pendor utilitário dos guias turísticos ditou que o texto que lhes estava adstrito se fosse tornando progressivamente mais impessoal, sistemático e completo (Matos & Santos, 2006; Barros, 2016). Estes objetos aliavam à descrição dos lugares um conjunto de informações de ordem prática, como por exemplo, indicações sobre: (1) as unidades hoteleiras existentes e a sua qualidade; (2) o valor da moeda; (3) a distância em relação a postos de correio; (3) principais vias de ligação a outras localidades; (4) meios de transporte disponíveis.

O caminho-de-ferro surge em 1830, com a locomotiva *Stephenson*, ligado ao transporte de mercadorias. Na Europa, começam-se a erigir redes nacionais, que, todavia, permanecem independentes para dissuadir veleidades militaristas. Já na América a amplidão continental do país torna prementes uma série de serviços: vagões-cama, vagões-restaurantes, vagões-salão, etc., que são desenvolvidos pela *Pullman* (Fernández Fuster, 1991). A introdução destas inovações na Europa, aliada a uma menor desconfiança entre estados, estará na origem da união dos ramais fronteiriços. Isto abre caminho para aparição dos grandes expressos europeus sob a égide da *Wagons-lits*. Será Paris que, na Europa, se tornará a placa giratória do trânsito ferroviário.

O século de ouro dos caminhos-de-ferro coincide com a *Belle Époque* (1880-1914), mas ambos findam com a Primeira Guerra Mundial. A partir dessa data os caminhos-de-ferro mais não fazem do que perder a preponderância e *glamour*. A partir da década de 50, o velho comboio vai cedendo terreno aos meios modernos de transporte: o automóvel e o avião. A ascensão da aviação regular, que une as capitais europeias sem a inevitável escala em Paris, marca o fim dos grandes expressos europeus.

No final do século XIX, ganham notoriedade em Inglaterra a bicicleta e o automóvel, meios de transporte ostentados pela elite num afã de prestígio. Vão-se criando, entretanto, clubes de ciclistas e automobilistas, que agrupam aristocratas entusiastas destas modalidades – são os *Touring Clubs*.

O automóvel, contudo, só perdeu o cariz lúdico e elitista aquando da sua massificação, imposta pela invenção de Henry Ford: o modelo T. Em grande parte deve-se à indústria automobilística – beneficiada pela produção em cadeia e a redução dos preços – a massificação do turismo. Por outro lado, o apelo à evasão e à descoberta do bucólico que encerrava a estrada, abriu um novo tempo para as casas de campo e para as residências secundárias (Boyer, 2003).

O automóvel e o avião tiveram um efeito propulsor para o turismo. Quanto à aviação, ela vai sair vencedora da batalha com os transportes ferroviários e marítimos (que entram em crise) (Fernández Fuster, 1991). Alertadas para as virtudes deste novo meio de transporte, cedo as agências de viagens organizam os seus programas (muitas vezes *inclusive tours*) com os aviões fretados – os *charters*.

2.3. Os primórdios do turismo em Portugal

A revolução industrial em Portugal foi assaz tardia e incipiente, daí decorre o facto de as infraestruturas de transporte serem rudimentares, o que coartava a mobilidade da população. Em Portugal, foi com as carreiras regulares da Mala-Posta, no início do século XIX, que novas formas de alojamento foram criadas nas estações de muda. O primeiro hotel convencional português, o Lawrence, foi inaugurado em 1764, na vila de Sintra. Todavia, já bem entrados no século XX, os hotéis ainda eram deploráveis, e todos surgiam no “index” do *Baedeker* como indesejáveis (Domingues, 2000).

Em Portugal, certas praias de veraneio começam a atrair pessoas de diferentes estratos sociais. Nos anos 20 e 30, o ponto de encontro por excelência dos banhistas é a Figueira da Foz, mais a Norte as praias de Espinho, da Foz do Douro e da Póvoa de Varzim são bastante requisitadas (Lopes & Gamboa, 2001; Barros, 2016).

Em 1906 nasce, sob a égide de Leonildo Mendonça e Costa, a Sociedade de Propaganda de Portugal (Barros, 2016). Este organismo, com desvelo, fez a promoção de Portugal através da publicação de cartazes, guias, folhetos e projeção de películas de propaganda turística. Concedeu também esta sociedade contínuo ênfase ao desenvolvimento da atividade hoteleira, como aliás outros setores industriais ligados ao turismo (Matos & Santos, 2006). Deve-se a esta organização a abertura do primeiro *Bureau de Renseignement* português, sito em Paris.

Em 1911, a jovem república portuguesa, na porfia de legitimação internacional organiza o IV Congresso Internacional de Turismo, que será amplamente divulgado no exterior pela imprensa.

Em 1911 é criado o primeiro organismo oficial de turismo de Portugal – o Conselho de Turismo – e o terceiro do mundo (Barros, 2016). Este organismo estava adstrito ao Ministério do Fomento e a par da Sociedade de Propaganda de Portugal, era presidido por Sebastião de Magalhães Lima. Data de 1914, a Lei dos Hotéis, a qual visava incentivar a construção de unidades hoteleiras, pela concessão de isenções, vantagens e pela outorga de prémios às empresas hoteleiras (Domingues, 2000).

A Primeira Guerra Mundial e os anos 20 são uma época conturbada política e socialmente. Em Portugal, a atividade turística debate-se com dificuldades. Um país em permanente agitação e possuidor de infraestruturas de alojamento e transportes rudimentares, não pode ter uma imagem atrativa. O golpe militar de 1926 marcará a passagem da Repartição do Turismo para o Ministério do Interior, numa tentativa de limitar as interferências – tidas como nefastas – que esta atividade poderia ter no país.

2.4. O turismo em Portugal durante a ditadura

Em 1935, o Governo de Salazar cria a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), instituição que visava organizar colónias de férias, passeios, excursões e outras atividades de âmbito recreativo para os trabalhadores nacionais (Lopes & Gamboa, 2001). Lisboa, com o desenvolvimento da aeronáutica, fica nesta época ligada às principais capitais europeias, aos Estados Unidos e a Marrocos.

Em 1940, realiza-se em Lisboa, no contexto das comemorações da Fundação e Restauração de Portugal, a Exposição do Mundo Português. Este evento, ainda que realizado num período de retração da atividade turística a nível mundial, salda-se por um sucesso. Portugal, durante os anos em que eclode a Segunda Guerra Mundial, não recebe somente turistas, mas também refugiados em trânsito para a América.

Para melhorar as condições de alojamento do país, António Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (que, em 1944 dá lugar ao Serviço Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo) dá início, em 1943, à rede nacional de Pousadas. Em 1945, é criada a TAP e um ano depois é atribuída à CP a concessão dos caminhos-de-ferro (Lopes & Gamboa, 2001; Barros, 2016).

Em Portugal, na década de 50, são criadas as Regiões de Turismo, o Grémio Nacional de Agências de Viagens e de Turismo, a Escola Profissional da Indústria Hoteleira de Lisboa. Em 1956, é criado o Fundo de Turismo que se destina a garantir o fomento do turismo no país e, em especial, a apoiar e a incentivar o desenvolvimento da indústria hoteleira e de outras atividades que mais intimamente se relacionem com o turismo (Domingues, 2000).

A década de 60 é a chamada *década de Ouro* do turismo português. O número de visitantes estrangeiros registou entre 1960 e 1970, um aumento de cerca de 950% (Domingues, 2000). A estabilidade interna fez deste país um porto de abrigo desejado pelos turistas. O governo – devido ao esforço de guerra e à crise económica daí advinda – vê no turismo um meio de gerar receitas: o turismo virá a ser perspetivado como setor estratégico do crescimento económico.

Em 1965, com o objetivo de colmatar a lacuna em formação de Recursos Humanos, é criado o Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira (Barros, 2016). O executivo passa, então, a adotar uma política menos renitente em relação ao Turismo, mais voltada para a supressão dos entraves que minam a atividade. No contexto desta nova política, a Repartição de Turismo é elevada ao nível de Direção de Serviços e, pouco depois, transforma-se em Comissariado do Turismo (em 1965) e em Direção-Geral três anos mais tarde. Surgem, neste período, novos hotéis e os primeiros aldeamentos turísticos, contudo, a falta de regulamentação apropriada conduz a um acentuar da especulação imobiliária em regiões como o Algarve e a Madeira. Em Portugal, a década de 70 é conturbada devido à crise do petróleo – que levou à retração da atividade turística – e em virtude da conversão dos regimes ditatoriais peninsulares em democracias.

3. Métodos para alcançar os objetivos propostos

No que diz respeito à cronologia adotada para a investigação (1820-1974), esta mimetiza o intervalo temporal escolhido pelos comissários da supramencionada exposição (Ribeiro, Cerveira & Costa, 2018) e contempla três regimes políticos da contemporaneidade (Monarquia Constitucional, 1ª República e Estado Novo). Sendo certo que em Portugal a época contemporânea se inicia somente em 1807, com a 1ª invasão napoleónica, 1820, é o ano da Revolução Liberal, que dá início à afirmação dos ideais liberais. No que diz respeito ao outro extremo da cronologia (1974), esta data marca o final do período ditatorial de António de Oliveira Salazar (morto em 1970) e de Marcelo Caetano. A partir desta data institui-se a democracia liberal entre nós. Ainda que Portugal tenha aderido à União Europeia em 1986, esta mutação não será contemplada no nosso estudo, uma vez que nesta época houve lugar a uma cada vez maior massificação propagandística do destino Portugal.

As fontes primárias a pesquisar serão os guias e livros de viagem sobre Portugal presentes em bibliotecas. É de esperar que estas obras sejam cruzadas com fontes provenientes dos arquivos distrital (algumas escassas fontes para o século XX) e municipal do Porto (fundo de cartazes turísticos) e arquivo geral do município (a partir da década de 1960). O arquivo geral da Torre do Tombo (Lisboa) e o Centro de Documentação do Turismo de Portugal (para o acervo de documentação oficial e de cartazes, respetivamente) também deverão ser consultados. As fontes a consultar serão sobretudo escritas, mas também não escritas (e.g. imagens, filmes). Os fundos de

livros e guias de viagem da Biblioteca Pública Municipal do Porto, da Biblioteca Nacional de Portugal e possivelmente a Biblioteca Nacional de Espanha serão também objeto de consulta.

As narrativas de viagens podem ser da autoria de turistas, cientistas, artistas, etc. Como refere José Amado Mendes (1993, p. 135):

“O seu valor depende muito da competência do respetivo autor, mas também da ótica através da qual ele observa a realidade. Trata-se, em muitos casos, de estrangeiros que, se nem sempre manifestam um conhecimento aprofundado da realidade portuguesa, a distanciação – por serem estrangeiros – e a tendência para compararem Portugal com os seus próprios países tornam muitos dos seus testemunhos deveras interessantes. Trata-se de uma das fontes a ser usada como complemento de outras.”

Este aspeto justificará a crítica interna de fontes (que pode ser de interpretação, de competência, de veracidade, de rigor, de verificação dos testemunhos). A crítica externa ou de autenticidade afigura-se-nos menos pertinente (de proveniência e de reconstituição).

No que diz respeito à localização, o estudo circunscrever-se-á ao distrito do Porto, ou seja, à tradicional província do “Douro Litoral” (i.e. municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canavezes, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia).

A delimitação temporal, como já foi referido acima é o intervalo de tempo que medeia 1820 e 1974. Utilizando a dimensão temporal Braudeliana (Goff, et al., 1990) será sobretudo “tempo longo ou longa duração”, ainda que não se enjeite a o “tempo médio” (social, da geração) e o “tempo individual”, eventos. Trata-se de um estudo que utiliza eminentemente o método diacrónico. Por outro lado, pretendemos examinar a estrutura quando objetivamos analisar o sistema turístico do destino Porto, a evolução da organização turística e da imagem do destino. Todavia a conjuntura dos acontecimentos de natureza económica, cultural, política, social e militar (presente em alguns objetivos específicos) também será objeto de análise.

Portanto, no que diz respeito às fontes primárias, para além dos guias, poderão ser analisados periódicos e documentos emanados pelas autoridades de organização turística (documentos escritos, cartazes, vídeos, etc).

Finalmente o método comparativo deverá ser utilizado, procurando-se explicar as semelhanças e diferenças entre os guias de forasteiros que retratam a realidade espanhola da realidade portuguesa. O que se repete? O que é único? Podemos generalizar?

4. Notas finais

O físico, filósofo e historiador da ciência norte-americano Thomas Kuhn publicou, em 1963, um livro intitulado *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Esta obra é inquestionavelmente a mais influente da segunda metade do século XX no âmbito da filosofia da ciência. O mesmo pensador, perspetiva a ciência como um processo cíclico que intercala períodos de ciência normal, nos quais o paradigma em vigor é cumprido por via da resolução de quebra-cabeças (*puzzle-solving*), e períodos de crise, que podem terminar com a emergência de descobertas científicas e a rutura do paradigma, o que constitui uma revolução científica. Outro conceito relevante na obra é o de anomalia. A anomalia tem uma ação disruptiva na ciência normal: as suas regras são reapreciadas e há um afã em tentar acomodar a anomalia (Braga, 2016).

Kuhn, embora referindo-se às ciências sustenta o seguinte: “A descoberta começa com a consciência de uma anomalia, isto é, a impressão de que a natureza, de uma maneira ou de outra, contradiz os resultados esperados no quadro do paradigma que regula a ciência normal. Há depois uma exploração, mais ou menos prolongada no domínio da anomalia” (Kuhn *apud* Mendes, 1993, 184). Para Mendes (1993), se substituirmos anomalia, por problema e ciência normal por quadro normal a passagem citada é passível de se adequar à ciência histórica.

O nosso problema de investigação surge da carência por nós detetada no que diz respeito a estudos sobre a História do Turismo, tanto em Portugal como no Porto. De facto, neste domínio, a monografia de Paulo Pina (1988) intitulada “Portugal: o turismo no século XX” ainda constitui referência. Entretanto, depois de termos empreendido uma exploração dos fundos dos arquivos distrital e municipal do Porto, chegámos à conclusão que as fontes primárias escasseavam e não seriam suscetíveis de alicerçar um estudo profundo sobre a “História do Turismo na Cidade do Porto”. Uma pesquisa exaustiva de periódicos, seria desaconselhável uma vez que estes ainda não foram objeto de digitalização, o que tornaria a pesquisa muito morosa, fastidiosa e com resultados incertos. Nesta conformidade, decidimos que existia um *corpus* de guias e livros de viagem desvendado pelo catálogo intitulado “*Porto Sentido de Fora – Livros e guias de viagem sobre o Porto entre a Monarquia Constitucional e Estado Novo (1820-1974)*” (Ribeiro, Cerveira & Costa, 2018) que clamava por um estudo aprofundado.

Os resultados da investigação que pretendemos desenvolver deverão ter utilidade para os gestores de marketing do destino Porto. Na realidade, ao dar a conhecer a evolução da imagem turística do Porto, a publicitação destes resultados, sob a forma de um livro ou artigo científico poderá concorrer para que estes responsáveis façam a gestão e divulgação deste destino turístico de uma forma mais autêntica diferenciando-o dos demais. Numa época de grande concorrência entre destinos de *city breaks*, este aspeto pode ser relevante. Por outro lado, ao dar a conhecer as opiniões de estrangeiros que ao longo do tempo descreveram aquilo que sentiam na sua estadia

no Porto, esta informação poderá ser aproveitada pelos operadores turísticos para conhecerem melhor o seu mercado emissor, uma vez que algum dele comunga da nacionalidade destes viajantes que descreveram a cidade invicta nos séculos XIX e XX.

Bibliografia

- BARROS, V. G. (2016). *Turismo em Portugal* (E-book). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- BELL, A. (1922). *Portuguese bibliography*. Oxford, UK: Oxford University/Humphrey Milford.
- BOYER, M. (2003). *História do turismo de massa*. Bauru, São Paulo: EDUSC.
- BRAGA, J. L. (2007). *O lugar do turismo na civilização da imagem. O caso de estudo dos cartazes turísticos na Costa Verde e Galiza de 1980 até ao presente*. (Dissertação de Mestrado Polícopiada). Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais, Braga. https://www.researchgate.net/publication/305690800_O_lugar_do_turismo_na_civilizacao_d_a_imagem_o_caso_de_estudo_dos_cartazes_turisticos_da_Costa_Verde_e_Galiza_de_1980_ate_ao_presente
- BRAGA, J.L. (2016). *Refuncionalizando a casa solarenga: uma grounded theory*. (Dissertação de Doutoramento). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- BRANCO, M. (1879). *Portugal e os Estrangeiros*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira – Editor.
- CASTRO, D. (2012). *Imagens do Porto: os guias turísticos de 1864 a 2011*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Aveiro, Aveiro. <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10681/1/disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- CHAVES, C. (1977). *Os Livros de Viagens Em Portugal no Século XVIII e a Sua Projecção Europeia*. Lisboa: Instituto da Cultura Portuguesa.
- DOMINGUES, C. (2000). *4 décadas de turismo: contributo de uma instituição*. Lisboa: Instituto de Apoio e Financiamento ao Turismo.
- FARINELLI, A. (1920). *Viajes por España y Portugal desde la edad media hasta el siglo XX*. Madrid: Centro de Estudios Historicos.
- FERNANDES, A. (Coord.) (1973). *De fora para dentro*. Lisboa: Afrodite.
- FERNANDES, D. (2014). *A representação do Alto-Douro Vinhateiro nos guias de viagem estrangeiros (1845-1974)*. (Tese de Doutoramento em Ciências da Cultura). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- FERNANDES, D., VIEIRA, I., & RODRIGUES, A. (2016). *A imagem turística do Alto Douro Vinhateiro – os guias de viagem na 1.ª metade do século XIX. Desafios, Estratégias e Tendências em Turismo e Hotelaria – TMS Conference Series, ed. Universidade do Algarve – Escola Superior de Gestão Hoteleira e Turismo, 217-238*.
- FERNÁNDEZ FUSTER, L. (1991). *Historia general del turismo de masas*. Madrid: Alianza Editorial.
- FOULCHÉ-DELBOSC, R. (1991). *Bibliographie des voyages en Espagne et en Portugal*. Madrid: Julio Ollero Editor
- GARCIA MERCADAL, J. (1999). *Viajes de extranjeros por España y Portugal: desde los tiempos más remotos hasta comienzos del siglo XX*. Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura.

- GOFF, J., et al. (Coord.) (1990). *A Nova História*. Coimbra: Almedina.
- GONÇALVES, M. (2015). *A Lisboa dos guias turísticos ingleses e franceses no século XX*. (Tese de doutoramento em História). Universidade de Lisboa, Lisboa.
<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/20212>
- GRABURN, N. (1989). *Tourism: The Sacred Journey*. In SMITH, V. (ed.), *Hosts and guests: the Anthropology of Tourism* (17-32). Oxford, UK: Basil Blackwell.
- LOPES, F., & GAMBOA, T. (Coord.). *90 Anos de turismo em Portugal: conhecer o passado, investir no futuro* (Catálogo da Exposição). Lisboa: Conselho Sectorial do Turismo / Ministério da Economia.
- MATOS, A., & SANTOS, M. (2004). *Os Guias de Turismo e a emergência do turismo contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)*. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 8, 157-180.
<https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/799>
- MENDES, J.M. A. (1993). *A História como Ciência: Fontes, Metodologia e Teorização*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.
- PIMENTEL, A. (1878). *O Porto por fôra e por dentro*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chadron.
- PINA, P. ([1988]). *Portugal, o Turismo no Século XX*. Lisboa: Lucidus.
- RIBEIRO, V., CERVEIRA, E., & COSTA, E.D. (2018). *Porto Sentido de Fora – Livros e guias de viagem sobre o Porto entre a Monarquia Constitucional e Estado Novo (1820-1974)*. (Catálogo da Exposição). Porto: Câmara Municipal do Porto.
- VALLEJO, R., & LARRINAGA, C. (Eds.). (2018). *Los orígenes del turismo moderno en España: El nacimiento de un país turístico 1900-1939*. Madrid: Sílex.

VINHO E TABERNAS DA REGIÃO DO VINHO VERDE (SÉCULO XVIII)

--

WINE AND TABERNS OF THE VINHO VERDE REGION (18th CENTURY)

António Barros CARDOSO

APHVIN / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

abarroscardoso@sapo.pt

Resumo

As tabernas são hoje vistas como espaços que outrora serviram de lugares de sociabilidade, dos quais as cidades e vilas não prescindiram. No espaço da atual Região Demarcada dos Vinhos Verdes, influenciado pelos modelos organizacionais da cidade do Porto, já objeto de estudo sob este ponto de vista, afinal estamos em presença de uma das cidades mundiais capitais de grandes vinhedos (Douro e Verde), procuramos neste texto fazer um ponto da situação da pesquisa e investigação histórica sobre o tema, própria e alheia. Em 1755, sabemo-lo comercializavam-se no Porto vinhos cujas posturas emanadas do executivo municipal fixaram em 20 réis o preço de venda do vinho maduro fino, 15 réis o vinho maduro inferior e 10 réis o vinho verde. Nessa altura fixou-se igualmente um número total de 95 tabernas, das quais 80 vendiam vinhos de "vintém" (vinte réis) e 15 tabernas, os chamados vinhos de "quinze" (15 réis o quartilho), isto é, apenas vinhos verdes ou maduros inferiores. Esta divisão visou ultrapassar a tentação de fazer misturas de uns com outros e de as vender pelo preço mais elevado: 20 réis o *coartilho*. Recorremos ao método comparativo para, olhando a mesma qualidade tipológica de fontes, saber o que a este propósito se passou noutros centros urbanos que, muito embora não atinjam a dimensão espacial do Porto, foram igualmente marcados pelo vinho verde, nomeadamente Monção, Melgaço, Viana do Castelo, Ponte de Lima e Penafiel. Trata-se de parte de uma investigação em curso, que procuraremos continuar recorrendo a fontes dispersas pelos arquivos da região, centrando-nos cronologicamente no século XVIII. Seguiremos documentação de arquivos de âmbito familiar, cujo conteúdo documental permite complementar a documentação de carácter institucional a que, nesta fase, temos dado preferência.

Palavras-chave: vinho; tabernas; vinho verde

Abstract

Taverns are now seen as spaces that once served as places of sociability, which cities and towns did not do without. In the space of the current Demarcated Region of Vinhos Verdes, influenced by the organizational models of the city of Porto, already object of study from this point of view, after all we are in the presence of one of the world capital cities of great vineyards (Douro and Verde), we seek in this the text makes a point of the situation of the research and historical investigation on the subject, own and others. In 1755, as we know, wines were marketed in Porto whose positions issued by the municipal executive set the selling price of fine mature wine at 20 réis, 15 réis for less mature wine and 10 réis for green wine. At that time, a total number of 95 taverns was also established, of which 80 sold "vintém" wines (twenty réis) and 15 taverns, the so-called "quinze" wines (15 réis a "coartilho"), that is, only green wines or lower mature. This division aimed to overcome the temptation to make mixtures of one with the other and sell them for the highest price: 20 réis a "coartilho". We resorted to the comparative method, looking at the same typological quality of sources, to know what happened in this regard in other urban centers that, although they do not reach the spatial dimension of Porto, were equally marked by vinho verde, namely Monção, Melgaço, Viana do Castelo, Ponte de Lima, and Penafiel. This is part of an ongoing investigation, which we will seek to continue using sources scattered throughout the region's archives, focusing chronologically on the 18th century. We will follow documentation from archives of a family scope, whose documental content allows to complement the documentation of an institutional nature to which, at this stage, we have given preference.

Keywords: wine; taverns; green wine

1. As tabernas do Porto

Havia no Porto uma preocupação com a racional distribuição das tabernas no tecido urbano. Evitou-se sempre a concentração deste tipo de estabelecimentos no centro da cidade já que eram locais propensos à zaragata e à briga, quando o álcool turbava a razão dos seus frequentadores.

Na realidade, para lá das tabernas da Rua Chã, Ponte Nova, Rua da Biquinha, Largo de São João Baptista, Rua de São João Novo e Rua de Santa Ana, que tinham uma localização mais central, todas as outras ficavam estrategicamente localizadas junto das portas e postigos da muralha.

O traçado seco da muralha foi contemplado com dez tabernas. Salientamos que, apesar de ser menor a extensão do troço molhado da muralha, era aí mais intensa a concentração destes estabelecimentos. Tal localização indica a grande importância dos cais ribeirinhos, aí aportavam a maioria dos barcos oriundos dos portos nacionais e estrangeiros e quase todos os que desciam o Douro e era igualmente zona de descarga de boa parte das mercadorias que o Porto consumia ou reexportava, para o interior do país, para as colónias, Lisboa e portos europeus.

O grande número de marinheiros, mercadores, vendeiros, regatões e regateiras de todos os géneros apregoados nas ruas mais movimentadas da urbe, eram também os frequentadores das tabernas.

A todos, mas em particular aos marinheiros, as tabernas serviam os vinhos que aqueciam espíritos e ajudavam à confissão de mágoas, saudades ou infortúnios nos braços das prostitutas. Locais de convívio, onde se podia aconchegar o estômago, discutir negócios, falar de sortes e desaires e até praticar através dos jogos de azar, lícitos ou ilícitos¹. Tudo servia para fazer encurtar distâncias.

Mas, a cidade no século XVIII, estendeu-se para fora das muralhas que D. Afonso IV mandara erigir ainda no século XIV e a localização das tabernas acompanhou esse processo de crescimento. Com efeito, do lado exterior das portas e muito próximo de algumas delas, situavam-se tabernas *de vintém* e *de quinze* que recebiam os forasteiros, como por exemplo, as tabernas situadas entre a Porta Nova e a Fonte do Touro e entre esta e as que se localizavam a Fonte da Colher, que ainda hoje é possível ver em Miragaia, quase em frente da porta elemento principal do edifício da que Alfândega oitocentista. Nos caminhos que conduziam a áreas que desde tempos muito recuados formaram o "*hinterland*" do Porto, estabeleceram-se igualmente algumas tabernas. Mais nítidos são os casos da Rua Direita, atual Rua de Santo Ildefonso e do seu prolongamento pelo Poço das Patas, área correspondente ao atual Campo 24 de Agosto, ligação do Porto a terras de Penafiel. No mesmo caso, estão as tabernas do Bonjardim, de fora

¹ As casas de sorte parece não serem muito do agrado da Vereação que obrigou, por exemplo, em 1751 João Francisco Soares e José de Figueiredo a assinarem compromisso para não continuarem com as suas casas de sortes. AHMP, L. 81, *Vereações*, fls.292-292 v.

da Porta de Carros, da Fábrica e do Paraíso, que abasteciam a estrada de ligação ao norte, terras da Maia e Braga. Significativo era ainda o conjunto de tabernas que bordejavam a estrada de ligação à Póvoa de Varzim, no enfiamento da Porta do Olival a saber: Cordoaria, Ferradores (área da atual Praça Carlos Alberto), Cedofeita e Carvalhido.

1.1. Que vinho se servia nas tabernas da capital do Norte?

Em 1755, comercializavam-se no Porto vinhos cujos preços saíram da postura aprovada em reunião do executivo municipal, que fixou então em 20 réis o preço de venda do vinho maduro fino, 15 réis o vinho maduro inferior e 10 réis o vinho verde. Nessa altura fixou-se um número total de 95 tabernas, das quais 80 vendiam vinhos de "vintém" (vinte réis) e 15 vendiam vinhos de "quinze" (quinze réis o quartilho) isto é, vinhos maduros finos e inferiores e 15 tabernas que vendiam apenas vinhos verdes². Para evitar misturas de verdes com maduros e ultrapassar a tentação de as vender pelo preço dos vinhos de 15 ou mesmo de 20 réis o *coartilho*, insiste-se na clara separação entre vendas de vinhos maduros e verdes.

Mas uma coisa foi a deliberação formal em sessão de Câmara, selada com as assinaturas da nobreza e povo da cidade, outra, bem diferente, foi a capacidade de fazer cumprir no terreno o que havia sido acordado. Aqui, as coisas parece que foram bem mais difíceis³. Por isso, logo em 1757, o alvará de criação da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, voltava a insistir neste ponto, é sinal claro que, pelo menos até aí, não se conseguiu circunscrever de forma efetiva o número de tabernas na cidade.

1.2. Os preços do vinho ao consumidor

Se havia género cujo preço variava ao longo do ano era o dos vinhos. Com regularidade, pelo menos duas vezes no ano, fixavam-se as posturas. Uma pelo São Martinho, após se conhecerem os quantitativos das novidades e se terem definido os novos preços para os vinhos velhos (colheita do ano anterior) e outra entre março e maio, altura em que se conheciam os preços dos vinhos novos na produção (SILVA, Francisco Ribeiro da, 2020, 169). O alvará régio de 1605, determinou mesmo que a revisão anual dos preços do vinho se fizesse regularmente de 4 em 4 meses, o que nem sempre foi cumprido. Não eram raras as pressões de grupos organizados para que fossem alterados os preços de venda ao *coartilho* nas tabernas da urbe.

² Senão de uma forma pouco sistemática. Por exemplo, o movimento do vendeiro Jorge Pereira, morador ao postigo da Forca, relativo ao ano de 1728, aparece nesse ano dividido em duas partes. Uma, relativa a vinhos maduros, escriturada de folhas 219 a 219 v., e outra escriturada de folhas 243 a 243 v., relativa exclusivamente a vinhos verdes, manifestados em seu nome pelo capitão André da Costa Alquimiri Ferreira, indicador de que próximo do Postigo da Forca (Lada) existiria uma das 15 tabernas que na cidade comercializava vinho verde. AHMP, L. 1343, *Imposição dos Vinhos*.

³ De facto, na vereação de 10 de setembro de 1755 ergueu-se a voz dos Juiz do Povo para requerer a suspensão e nulo efeito do alvará sobre as tabernas de número, com o argumento de que o mesmo não tinha passado pela chancelaria régia. Vereadores e Juiz de Fora negaram provimento ao requerimento do Juiz do Povo que agravou para o Senado da Relação. AHMP, L. 82, *Vereações*, fls. 313 v.-314.

De um lado, posicionavam-se os consumidores que procuravam fazer valer os seus direitos, exigindo através dos Procuradores do Povo, nas sessões da vereação camarária a descida dos preços ao consumo corrente, impugnando por vezes as posturas municipais aos vinhos. Do outro, os criadores-mercadores ou apenas armazenistas intermediários que, com o natural apoio de taberneiros e vendeiros de vinhos, pressionavam para que o preço descresse o menos possível:

Tabela I - Preços de aquisição de vinhos de ramo fixados pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, fora da região demarcada em (1757).

PREÇOS DE AQUISIÇÃO DE VINHOS DE RAMO FIXADOS PELA COMPANHIA GERAL DA AGRICULTURA DAS VINHAS DO ALTO DOURO, FORA DA REGIÃO DEMARCADA		
Proveniência dos vinhos	Preço de compra	Preço de venda
Terras entre o Porto e Arnelas	4000 réis /pipa	10 réis o quartilho
Terras entre Arnelas e Baião	5000 réis /pipa	12 réis o quartilho
Vinhos de Ancede	6000 réis /pipa	12,5 réis o quartilho
Vinhos de Barqueiros, Mesão Frio e Barrô	8000 réis /pipa	15 réis o quartilho
Vinhos do Alto Douro de fora da demarcação	12000 réis /pipa	1 vintém o quartilho

Fonte: CARDOSO, António Barros, 2003, Vol. I, p. 208.

No quadro mostra-se uma clara hierarquização dos vinhos consumidos no Porto. No Porto, consumia-se vinho de *vintém*, produzido em áreas circundantes da região demarcada em 1757, vinhos de 15 réis o quartilho, produzidos nas imediações de Mesão Frio, Barqueiros e Barrô, na margem sul do Douro, vinhos de Ancede que embora produzidos já na região entre Baião e Arnelas, eram de melhor qualidade e por isso atingiam os 12,5 réis o quartilho, os vinhos de entre Arnelas e Baião, vendidos a 12 réis o quartilho, com toda a certeza maduros que aparecem designados como "*maduro inferior*" e finalmente os verdes produzidos entre Arnelas e o Porto, designados como de "Entre-os-Rios para baixo", cujo preço de venda é então fixado em 10 réis o quartilho.

Os vinhos verdes consumidos no Porto ao longo da primeira metade de setecentos tiveram origem muito diferente e o seu valor comercial esteve sempre abaixo do preço dos vinhos maduros. O preço mais baixo fixado ao vinho verde, 4 réis o quartilho, foi acordado na vereação de 23 de abril de 1701⁴ e não ultrapassou os 14 réis, embora com mais frequência se tenha situado nos 10 réis o quartilho, sobretudo a partir de 1720.

a) Em Penafiel

Nas estalagens e tabernas, em Penafiel, Ponte de Lima, Viana e Monção o panorama não foi muito diferente do Porto, quer no plano da regulamentação quer na venda de vinho atavernada, como não diferiu entre estas e outras localidades da Região dos Vinhos Verdes. Em Penafiel, por exemplo, em 1757, a Câmara fixava também o preço dos vinhos verdes e maduros

⁴AHMP, L. 65, Vereações, fls.237 v.

que se vendiam na feira de São Martinho. Os primeiros por preço de 8 réis e os segundos e 18 réis o quartilho⁵.

Nessa altura, havia em Penafiel 25 comerciantes de vinho que, obrigatoriamente pagaram o Real de Água, dos seus manifestos de vinhos verdes e maduros. O grande comerciante de vinhos era então Manuel Pereira Dias, residente em Piedade de Cima, onde hoje se encontra erigido o Santuário em honra de Nossa Senhora da mesma invocação, nas cercanias da cidade do vale do Sousa.

Sabemos que as principais tabernas eram a de Maria Josefa, situada de frente da Misericórdia e que a de Bernardo Vieira, em Cimo de Vila, que concorria com o estalajadeiro Manuel Freire, que também aí se encontrava estabelecido, bem como com a taberna de Josefa Pinheiro, situada à Nossa Senhora da Ajuda, no centro histórico de Penafiel e ainda com a taberna da rua da Quelha Larga, hoje rua da Misericórdia, igualmente no centro da cidade, e que pertencia a Caetano Gomes.

Ainda no largo do Chafariz havia outra taberna de Manuel Ribeiro e ainda uma outra, situada ao Carvalhal, explorada por uma taberneira, de nome Orélia do Vale⁶.

b) Na vila de Ponte de Lima

Pelo menos desde 1440 que se conhece um primeiro regulamento dos preços a usar nas estalagens. Encontra-se nos capítulos gerais das Cortes de Lisboa. Por ele, o estalajadeiro fornecia, sem cobrar, tudo o necessário, lenha para fazer de comer, água, pratos e outras coisas indispensáveis para servir à mesa. As candeias também eram por ele fornecidas, mas pagas pelo hóspede (BRITO, p.e e Cunha, "O Archeologo Português", Lisboa: Museu Ethnographico Português. - S. 1, Vol. 15, n.º 1-12 (Jan.-Dez. 1910), p. 12).

Se o hóspede fosse portador das carnes e do vinho, pagaria meio real ao estalajadeiro.

Sobre as tabernas em Ponte de Lima nos tempos medievais algumas notícias mostram já que a sua localização acompanhou as portas e arruamentos do burgo onde se concentravam pessoas e mercadorias (ALMEIDA, Carlos Brochado de, RODRIGUES, Sandra, 2007, p.193). Ou seja, a estratégia de localização das tabernas e estalagens nas vilas e cidades do Verde parece ser idêntica nas Épocas Medieval e Moderna.

Aqui, no século XVIII as estalajadeiras e vendeiras de vinho também localizaram os seus estabelecimentos junto das principais entradas da vila, sobretudo na Porta Nova e rua com o mesmo nome, na rua do Souto, na rua de São João de Dentro, na rua do Pinheiro e na rua de Merim, artérias com muito movimento. Fora da cerca de muralhas nos arrabaldes de São João e de Além da Ponte também se podiam encontrar tabernas. Neste último caso, a principal casa pertencia a Maria Domingues e nela se podia comer postas, pão e, claro, aí se vendia vinho ao quartilho.

⁵ Arquivo CMPNF/B/A/001-II.V.4, fls. 60.

⁶ Arquivo CMPNF/Liv. 1513.

Pelo menos entre 1721 e 1729, o número de mulheres taberneiras em Ponte de Lima foi sempre inferior ao dos homens. No século XIX, as mulheres do Minho, face a uma forte emigração masculina (sobretudo para o Brasil) trabalham mais fora do seu domicílio e desempenham papel de relevo na vida económica local. Nas “vendas” ou tabernas vendiam vinho, pescado e pão aos viajantes que passavam em Ponte de Lima, proporcionando-lhes repouso e retempero de suas forças.

A Câmara impunha as regras e as obrigações: Deviam dar postas de carne e de peixe e vinho aquartilhado aos que entrassem nos seus estabelecimentos, cama, bem como a palha e cevada para os cavalos ou mulas em que se transportassem os viajantes. Quando esses viajantes eram pessoas gradas e numerosos os hóspedes, a solidariedade entre estalajadeiras e taberneiras levava-as a emprestarem, umas às outras, lençóis, cobertores ou travesseiros enfronhados. As vendeiras de Ponte de Lima eram notadas por quem percorria estradas e caminhos e aqui encontrava, na comida, o conforto do corpo e na malga de Vinho Verde, a alegria do espírito.

Na transição do século XVII para o século XVIII, em Ponte de Lima taberneiros e tabernas seguiam a localização das estalagens e procuravam explorar as principais vias de acesso que ligavam a vila a Viana e ao Porto pelas Portas do Souto e pela Porta Nova. Do outro lado do Lima sobretudo no já referido lugar de Além da Ponte, em Arcozelo e em São João da Ribeira por onde seguia a estrada para Valença e Monção (ARAÚJO, Jorge, In “Atas do 1º Congresso Internacional Vinho Verde – História, Economia, Sociedade e Património”, APHVIN/GEHVID – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho, Confraria do Vinho Verde, Porto, 2010, p.219-236).

Também as havia na estrada para Ponte da Barca e na estrada para Braga. Vendiam sobretudo os vinhos de “seu cutelo” - vinhos isentos de impostos pelo costume antigo que reservava aos moradores da vila e arrabaldes o direito de primeiro aí venderem anualmente os vinhos de sua lavra, antes que os de fora da terra aí pudessem vir vender os seus.

Também havia quem cumulativamente com outra atividade profissional (sapateiro, escrivão, alfaiate, tecelão, surrador, barqueiro, etc.) vendesse vinho aquartilhado na respetiva tenda (ARAÚJO, Jorge Filipe, In “Vinho Verde – História e Património – History and Heritage”. Porto: APHVIN/GEHVID - Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho, 2015, p.76).

c) As tabernas de Viana

Aqui conhece-se o primeiro regimento das albergarias em 1790. Nele se estabelece que haveriam de ter do melhor vinho, podendo por isso cobrar mais dois réis por quartilho, em cima do preço corrente nas vendas ordinárias⁷.

Com o melhor Vinho Verde, sabe-se também qual era a ementa que pouco variava em todos os estabelecimentos da urbe da foz do Lima. Assim, os pães haveriam de o dar ao cliente

⁷ Arquivo Municipal de Viana do Castelo - Livro de Registo de Licenças de Tabernas Livro – 1986, fls. 1.

pelo preço comum, deveriam servir carne cozida a 15 réis acima do seu custo pelo arrátel. Se a carne fosse guisada, o preço subia para vinte réis e se levasse presunto acresceria o preço do mesmo. Já se fosse galinha assada ou guisada, o preço era de 45 réis. Por um frango grande ou pequeno, assado ou guisado, pagava-se 25 réis, ao passo que o arrátel de arroz guisado custava ao cliente 40 réis.

Uma posta de peixe ou bacalhau cozido com molho custava 25 réis e também havia serviço a pedido. Neste caso os estalajadeiros de Viana eram obrigados a fazer de comer aos hóspedes do que eles por si mandassem comprar, pagando-lhe o hóspede o gasto que se fizesse⁸.

Quanto às dormidas “se levará por uma cama de colchão enxergão e travesseiro de linho fino com renda ou franja, já com colcha de seda - 60 réis”. Dormir em cama mais ordinária, de colchão com enxergão coberto de chita, custava só 40 réis. O preço descia para 20 réis se a pernoita acontecesse numa cama guarnecida de lençóis de estopa e manta.

Já ao hóspede que quisesse quarto fechado (apartamento) guarnecido com mesa e cadeiras, o estalajadeiro poderia cobrar mais 20 réis por dia⁹.

d) A taberna em Monção

Vejamos o que, pela mesma altura se passava em Monção. Os preços do vinho a praticar nas tabernas da vila eram dados a conhecer aos taberneiros várias vezes no ano, como acontecia nos restantes centros urbanos. Aqui acontecia a revisão de preços sobretudo pelo São João e pelo São Martinho¹⁰. Apesar disso, eram muitos os que não cumpriam e eram penalizados por venderem os vinhos acima das posturas¹¹.

Em 1791, no vizinho e antigo concelho de Valadares, vendiam-se duas qualidades de vinho, a preço distinto, e aquartilhado: O “vinho bom” e o “botado” (corrompido)¹². Foi grande nestas terras a preocupação com a entrada de vinhos de fora do termo de Monção nas tabernas da vila, pela “muita abundância de vinhos que havia no termo de Monção e ser fruto da lavoura que nele existia” nos alvares do século XVIII¹³. É que, mostrava a experiência, que os vinhos de fora do termo de Monção eram misturados pelos taberneiros com os bons do termo da vila e vendidos como se todos fossem bons e pelo maior preço que estes atingiam.

⁸ *Idem, Ibidem.*

⁹ *Idem.*

¹⁰ Arquivo Municipal de Monção - Livro de Acórdãos da Câmara - 1.A.20.2.4, fls. 74 v.

¹¹ Arquivo Municipal de Monção - Livro de Acórdãos da Câmara - 1.A.20.2.7, fls. 80 v.

¹² Arquivo Municipal de Monção - Livro de Acórdãos da Câmara de Valadares 1791.

¹³ Arquivo Municipal de Monção - Livro de Acórdãos da Câmara de Valadares 1791.

Em 1713 a vigilância das entradas de vinho em Monção continuava. A importância do vinho levou a dar juramento aos quadrilheiros (polícias) para não escoltarem pessoas que pudessem transportar ilicitamente vinhos não manifestados para a vila¹⁴.

Em 1733 havia em Monção 10 vendeiros de vinho. Todos foram chamados nessa altura à Câmara. Pasmem-se! verificou-se que nenhum tinha licença nem dos almotacés nem da edilidade para o exercício da sua atividade. Acabaram por isso condenados por venderem vinho de fora do termo, acima do preço fixado¹⁵.

Estipulou-se na mesma altura que se os taberneiros e vendeiros de Monção que não encontrassem vinhos maduros do termo da vila os pudessem mandar vir de fora, observando, no entanto, o preço de venda, ao quartilho, fixado pela Câmara.

As regras impostas aos taberneiros em 1736 impedia-os de vender vinho novo antes do São Martinho. A Câmara determina que ninguém, fosse de que qualidade social fosse, poderia nisso praticar sob pena de 6000 réis de multa e 30 dias de cadeia e pelo documento percebe-se que havia quem, mesmo assim, prevaricasse.

O cuidado em Monção para que os taberneiros não misturassem nas suas tabernas vinhos de qualidades e preços diferentes, vendendo aos frequentadores misturas de vinho, por preço do vinho melhor, levou a que em 1749 se proibissem os taberneiros de terem abertas simultaneamente pipas de vinho de duas qualidades¹⁶.

2. Reflexões finais

Como se pode ver, as práticas nas cidade e vilas da Região dos Vinhos Verdes, no que toca à regulamentação da atividade comercial dos vinhos atavernados, reproduzia-se. Tais normas comerciais acabaram por persistir no tempo. Um sinal ainda hoje visível dessa persistência encontra-se no adorno das portas das tabernas com um ramo de loureiro, ao qual também se associa por vezes um garrafão de vinho, elementos identitários da taberna, com origens na atividade de fiscalização do Almotacé. Era através destes elementos que reconhecia os lugares onde se vendia vinho, a fim de exercer as suas obrigações de vigilância. Isto, no tempo em que a taberna autonomizada, ainda se confundia com outros lugares de venda. Nessa altura, estava ainda longe a especialização comercial que hoje conhecemos.

Bibliografia

AHMP-Arquivo Histórico Municipal do Porto, L. 81, *Vereações*.

AHMP-Arquivo Histórico Municipal do Porto, L. 1343, *Imposição dos Vinhos*.

AHMP-Arquivo Histórico Municipal do Porto, L. 82, *Vereações*.

¹⁴ Arquivo Municipal de Monção - Livro de Acórdãos da Câmara - 1.A.20.2.4, fls. 105 v.

¹⁵ Arquivo Municipal de Monção - Livro de Acórdãos da Câmara - 1.A.20.2.7, fls. 112 v.

¹⁶ Arquivo Municipal de Monção - Livro de Acórdãos da Câmara - 1.A.20.2.10.

AHMP-Arquivo Histórico Municipal do Porto, L. 65, *Vereações*.

Arquivo Câmara Municipal de Penafiel - CMPNF/B/A/001-IV.4.

ALMEIDA, C. B., RODRIGUES, S. (2007). *Ponte de Lima. Uma Vila Histórica do Minho*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima.

ARAÚJO, J. F. (2010). *O Comércio de Vinhos em Ponte de Lima (1680-1720)*. In "Atas do 1º Congresso Internacional Vinho Verde – História, Economia, Sociedade e Património": APHVIN/GEHVID – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho, Confraria do Vinho Verde, p.219-236.

ARAÚJO, J. F. (2015). *Vendeiras e Estalajadeiras: as mulheres do vinho em Ponte de Lima no início do século XVIII*. In "Vinho Verde – História e Património – History and Heritage". Porto: APHVIN/GEHVID - Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho.

Arquivo Câmara Municipal de Penafiel - CMPNF/Liv. 1513.

Arquivo Municipal de Viana do Castelo - Livro de Registo de Licenças de Tabernas Livro – 1986.

Arquivo Municipal de Monção - Livro de Acórdãos da Câmara - 1.A.20.2.4.

Arquivo Municipal de Monção - Livro de Acórdãos da Câmara - 1.A.20.2.7.

Arquivo Municipal de Monção - Livro de Acórdãos da Câmara de Valadares 1791.

Arquivo Municipal de Monção - Livro de Acórdãos da Câmara - 1.A.20.2.10

BRITO, P.C. (2010). *Os pergaminhos da Câmara de Ponte de Lima*. In: "O Archeologo Português", Lisboa: Museu Ethnographico Português. - S. 1, Vol. 15, n.º 1-12 (Jan.-Dez. 1910).

CARDOSO, A. B. (2003). *Baco & Hermes – O Porto e o Comércio Interno e Externo de Vinhos do Douro (1700-1756)*. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2 Vol.

SILVA, F. R. (1982). *O Porto e o seu Termo – Os Homens, as Instituições e o Poder (1580-1640)* Porto: Câmara Municipal do Porto, 2 vols.

ROTA TURÍSTICA E CERVEJEIRA DO RIO DE JANEIRO (BRASIL): LEITURA GEOECONÔMICA DE UM FENÔMENO PRODUTIVO-ESPACIAL

--

TOURISTIC AND BEER ROUTE OF RIO DE JANEIRO (BRAZIL): GEOECONOMIC READING OF A PRODUCTIVE-SPATIAL PHENOMENON

Leandro Dias de OLIVEIRA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil

ldiasufrj@gmail.com

Resumo

O Brasil é de fato uma potência no fabrico de cervejas, produzindo cerca de 15 bilhões de litros anuais, número só superado pela China e pelos Estados Unidos. Além das gigantes do setor, estão registradas mais de seis centenas de cervejarias no Brasil – somente em 2017 foram concedidos 91 novos registros de estabelecimentos produtores de cerveja. No que se refere à economia fluminense, o fenômeno é semelhante, com um crescimento de 900% na quantidade de produtores cervejeiros no estado do Rio de Janeiro. Assim, assistimos, nos últimos anos, a algumas mudanças significativas na produção e consumo de cerveja nos territórios brasileiro e fluminense. Se por um lado, a criação da AmBev criou uma potência produtiva internacional, por outro houve a explosão de pequenas fábricas artesanais dedicadas ao fabrico de uma cerveja mais sofisticada para um público específico. Neste cenário, é constituída a Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro, situada na Região Serrana Fluminense e que reúne grandes e pequenos produtores da bebida, mais de 60 estilos de cerveja e oferece pacotes que incluem atrações como “*beer experiences*” nas grandes e microcervejarias, visitas aos atrativos turísticos das cidades, degustações harmonizadas em restaurantes locais. O objetivo central deste capítulo é compreender as mudanças produtivas, urbanas e turísticas desta emergente estruturação econômica-espacial a partir da análise da Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro, à luz da Geografia Econômica e com o escopo analisar os conteúdos centrais deste novo fenômeno econômico-turístico.

Palavras-chave: Rota Turística, Região Serrana Fluminense, Reestruturação Territorial-Produtiva, Desenvolvimento Regional.

Abstract

Brazil is in fact a powerhouse in the manufacture of beers, producing around 15 billion liters per year, a number only surpassed by China and the United States. In addition to the giants in the sector, more than six hundred breweries are registered in Brazil. In 2017 alone, 91 new brewing establishment registrations were granted. With regard to the Rio de Janeiro economy, the phenomenon is similar, with a 900% growth in the number of brewers in the state of Rio de Janeiro. Thus, in recent years, we have seen significant changes in beer production and consumption in the Brazilian and Rio de Janeiro realities. The creation of AmBev has created a giant international company, as well as the significant growth of small artisanal breweries dedicated to the manufacture of a more sophisticated beer for a specific public. In this scenario, the Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro (Touristic and Beer Route of Rio de Janeiro) is formed, located in the Serrana Fluminense region and which brings together large and small producers of the drink, more than 60 styles of beer and offers packages that include attractions such as “*beer experiences*” in the large and microbreweries, visits to tourist attractions in the cities, harmonized tastings in local restaurants. The central objective of this chapter is to understand the productive, urban and touristic changes of this emerging economic-spatial structure from the analysis of the Touristic and Beer Route of Rio de Janeiro, from the Economic Geography and with the scope to analyze the central contents of this new phenomenon economic-tourism.

Keywords: Touristic Route, Região Serrana Fluminense, Territorial-Productive Restructuring, Regional Development.

1. Introdução

O universo experiencial das cervejas artesanais exige a mudança de hábitos do consumo de cerveja no país. Afinal, à revelia do consumo em um único bar de um mesmo tipo da bebida, impõe-se uma experimentação mais “degustativa”, com combinações alimentícias adequadas, ritmação do consumo de forma menos ágil e adoção da alternância de estilos, tipos e sabores de cervejas. No mundo do turismo, isto tem uma grande implicação estrutural.

A partir do ano 2000, houve uma grande mudança na indústria da cerveja brasileira: a criação da AmBev, por meio da fusão das empresas Companhia Antarctica Paulista, de São Paulo, e da Companhia Cervejaria Brahma, do Rio de Janeiro, que permitiu a criação uma potência produtiva internacional do ramo de fabricantes de bebidas alcoólicas. Este verdadeiro oligopólio que emergiu desde então fez com que, atualmente, as três maiores fabricantes da bebida no país – AmBev, Grupo Petrópolis e Heineken Brasil – passassem a responder por cerca de 96% do mercado brasileiro de cervejas. Mesmo a recente explosão do número de cervejas artesanais nacionais – outra grande mudança em curso – não alterou o quadro de concentração do mercado cervejeiro nacional.

O Brasil é de fato uma potência no fabrico de cervejas, produzindo cerca de 15 bilhões de litros anuais, número só superado pela China e pelos Estados Unidos. Atualmente estão registradas mais de seis centenas de cervejarias no Brasil – somente em 2017 foram concedidos 91 novos registros de estabelecimentos produtores de cerveja –, de maneira que o número de estabelecimentos registrados tenha apresentado ampliação notável na última década, crescendo numa razão de seis vezes desde 2007 (Marcusso, Muller, 2017). De acordo com a Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (Abracerva), em 10 anos o Brasil foi de 70 para quase 900 cervejarias oficiais, além das que não têm registro (Cilo, 2019). Em junho de 2019, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) registrou a instalação da milésima cervejaria no Brasil (BRASIL, 2019, e Oliveira, Rosa, Tomazin, 2019).

No que se refere à economia fluminense, o fenômeno é semelhante. Na última década, segundo informações do Portal G1, de acordo com empresários do ramo houve um crescimento de 900% na quantidade de produtores cervejeiros no estado do Rio de Janeiro. Das 20 existentes no ano de 2007, o número de pessoas que passaram a produzir cervejas saltou para quase 200, segundo especialistas do setor (Satriano, 2017). São números consistentes, que requerem explicações mais detalhadas e qualificadas. Segundo os mesmos especialistas, a produção continuará a crescer.

À luz da Geografia Econômica e da Geografia do Turismo e a partir de um recorte empírico – a Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro, situada na Região Serrana Fluminense – o objetivo é refletir sobre a expansão das cervejarias, com ênfase nos estabelecimentos de pequeno e médio porte, e suas correlações com o turismo local-regional. Neste sentido, torna-se escopo analisar, teórica e empiricamente, os conteúdos centrais deste novo fenômeno econômico-turístico, que envolve as dinâmicas da “Geografia da Cerveja” (Patterson, Hoalst-Pullen, 2013), mas também o próprio desenvolvimento regional, bem como as mudanças no modo de produção e nas relações entre produção e consumo.

Para atingirmos tais fins, primeiramente apresentaremos a Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro e a seguir faremos uma breve discussão sobre a geoeconomia do turismo cervejeiro. Nas considerações finais, discutiremos como as rotas turísticas e os caminhos cervejeiros se revelam como potenciais propostas de desenvolvimento turístico local-regional.

2. A Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro

Foi nesse cenário de crescimento produtivo relatado que, em 2011, na Região Serrana Fluminense, foi criada a Associação Turística das Cervejarias e Cervejeiros do Estado do Rio de Janeiro (ACCERJ/TUR). Assim, cervejarias de Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis se uniram e criaram a “Rota Cervejeira do Rio de Janeiro”, lançada oficialmente em 2014 na ALERJ, que hoje conta também com os municípios de Guapimirim, Santa Maria Madalena e Cachoeiras do Macacu, conforme a Figura 1.



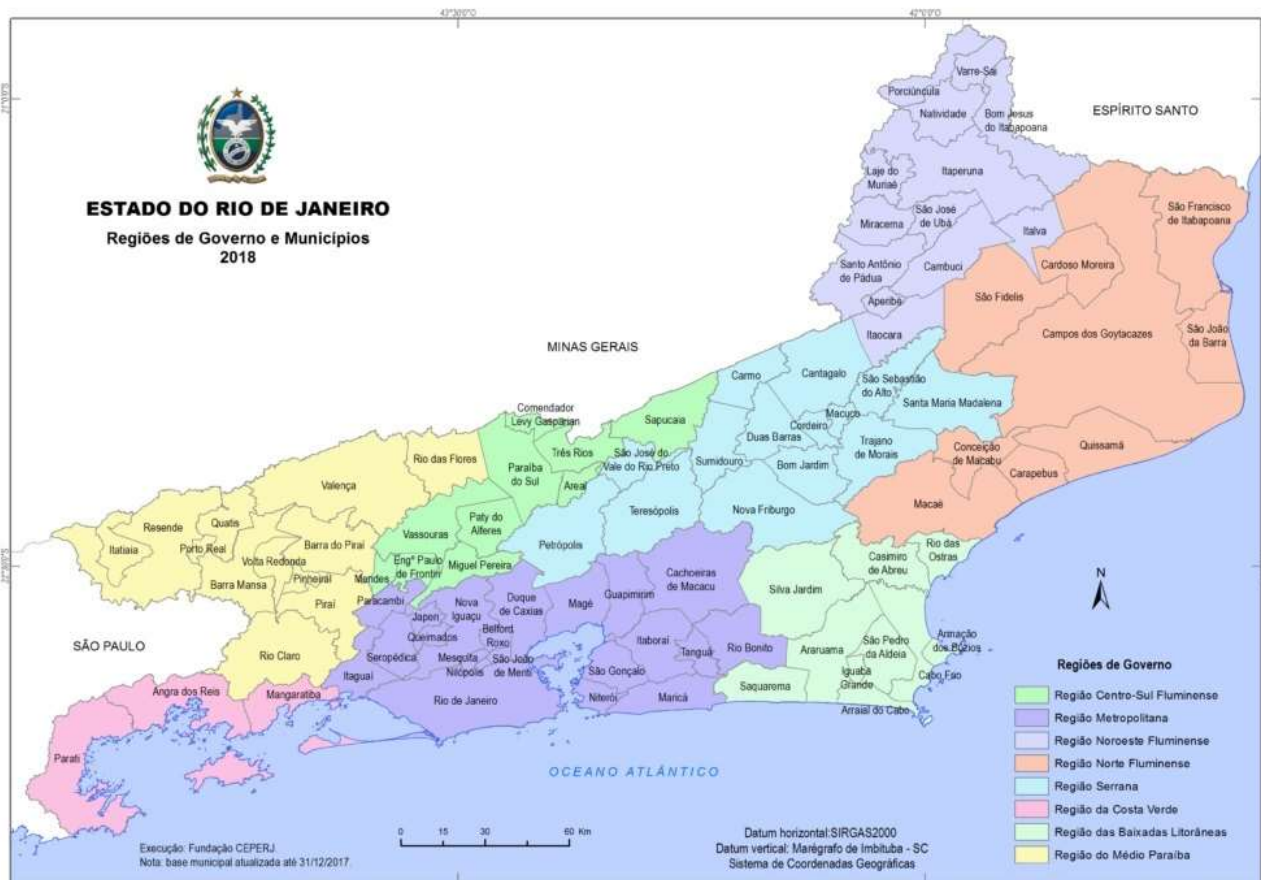
Figura 1 - Mapa Ilustrado da Rota Cervejeira do Rio de Janeiro.

Fonte: <https://turismo.teresopolis.rj.gov.br/a-cidade/mapas-e-roteiros/>.

A Rota Cervejeira do Rio de Janeiro, renomeada Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro, une 23 grandes e pequenos produtores da bebida, mais de 60 estilos de cerveja e oferece pacotes que

incluem atrações como “*beer experiences*” nas grandes e microcervejarias, visitas aos atrativos turísticos das cidades, degustações harmonizadas em restaurantes locais, além da promessa de contato com a natureza, ainda muito presente nas quatro cidades (Consultar, por exemplo: Brum, 2018).

A Região Serrana – marcada atualmente mais pelas características turísticas, ainda que esteja vinculada a sua geomorfologia e às próprias raízes históricas de ocupação –, conforme podemos observar no mapa presente na Figura 2, é formada destacadamente por cidades conhecidas pela urbanização dos tempos imperiais, com construções urbanas de grande atratividade para visitantes. Trata-se de uma região com atrações turísticas, tanto naturais quanto arquitetônicas



Mapa das Regiões de Governo dos Municípios do estado do Rio de Janeiro

No recorte ao lado, em destaque, os seis municípios que compõem a Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro



Figura 2 - Mapa das Regiões de Governo e dos Municípios do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: <https://escolaeducacao.com.br/wp-content/uploads/2019/12/mapa-rio-de-janeiro-regioes-1024x724.png>.

Aliás, no município de Petrópolis, destaca-se a Bauernfest – Festa do Colono Alemão, um festival que homenageia os imigrantes alemães e que ocorre anualmente, no mês de junho, desde 1989 (Oliveira, Rosa, Tomazin, 2019), mesclando história, turismo e cerveja. Ao contrário das áreas litorâneas que têm no verão a estação mais atrativa, o inverno concentra os festivais, atrações musicais e promoções de hotéis da Região Serrana Fluminense. No inverno se concentram os festivais, embora no verão essas cidades sejam muito procuradas devido à temperatura mais amenas do que as registradas na Região Metropolitana e áreas de praia do restante do estado do Rio de Janeiro (Pina et. al., 2020).

Entre as cervejarias participantes da Rota Cervejeira, temos a Bohemia, o Grupo Petrópolis, Cidade Imperial, Therezópolis, Buda Beer, Brewpoint, ODIN, Cerveza Guapa, Vila de Secretario, Dr Duranz, Cazzera, Imperatriz Bier, Ranz Bier, Barão Bier, Born 2 Brew, Cabeça de Dragão, Broers, Soul Terê, Rota imperial. Além destas, quatro cervejarias estão no processo de entrada e duas convidadas de Nova Friburgo estão cotadas para entrar. Caso seja concretizada a entrada das duas, a Rota contará com 25 cervejarias. Segundo o próprio sítio eletrônico (<https://www.rotacervejeirarj.com.br/>), a Associação das Cervejarias e Cervejeiros do Estado do Rio de Janeiro (ACCERJ-TUR) tem parceria com agências de viagens para efetivação de circuitos nacionais à Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro, que pode ser visitada em viagens de dois a três dias. Numa região turística com vários atrativos, aproxima-se o consumo da cerveja com o usufruto do convívio com belezas naturais e com o patrimônio histórico da região.

A visitação inclui visitas: à Cervejaria Bohemia, em Petrópolis, o maior centro de experiência cervejeira do país, situado nas antigas instalações da primeira cervejaria do Brasil; ao Grupo Petrópolis, cujo *beer tour* na fábrica em Itaipava é oferecido, assim como na unidade de Teresópolis; à Cervejaria Brewpoint (Petrópolis), com seis marcas: Duzé, Da Corte, Imperatriz, Rústika Serra Velha e Saideira, e que possui fábrica e bar abertos à visitação; à Cervejaria Odin (Petrópolis), que possui seus próprios pequenos *beer tours*; à Ranz Bier (Nova Friburgo), localizada em Lumiar, com cervejas produzidas com métodos artesanais e que podem ser degustadas no restaurante ao ar livre; à Cervejaria Barão Bier (Nova Friburgo), cuja vista às instalações da cervejaria são mescladas com a oportunidade de conhecer a história de Nova Friburgo; à Cervejaria Alpendorf (Nova Friburgo), complexo que mantém queijaria, chocolateria, museu e artesanato; à Cervejaria Soul Terê (Teresópolis) e seu *beer tour*; à Cervejaria Pontal (Nova Friburgo), cuja intenção é o atendimento aos cervejeiros ciganos – aqueles que alugam o espaço de uma fábrica de cerveja para produzirem sua própria marca para comercialização, atendendo, portanto, às exigências técnicas para registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – e que promove mensalmente o "GrowlerDay"; à Cervejaria Macacu (Cachoeiras de Macacu), que também promove *beer tours* e tem como diferencial a Toca do Urso, simulando as cavernas que são hábitat desses animais.

Vale ressaltar: apesar de certa carência de um conceito unificado de rota, com muitas definições parcialmente divergentes e complexidades metodológicas (Gonçalves, Ribeiro, 2015), rota turística pode ser “entendida como o caminho ou o percurso composto de um conjunto de atrativos, quer sejam eles naturais, esportivos, históricos e culturais, capazes de motivar interesses de visitação” (Carvalho,

Rejowski, 2020). Segundo o Ministério do Turismo brasileiro (Brasil, 2007, p. 29), a rota “é um itinerário com contexto na história, ou seja, o turismo se utiliza da história como atrativo para fins de promoção e comercialização turística”; outrossim, “na rota existe uma sequência na ordem dos destinos a serem visitados e há sempre um ponto inicial e um ponto final”, que permite “contemplar vários roteiros e perpassar várias regiões turísticas”.

Rotas turísticas estimulam cooperação e parcerias, criam oportunidades empresariais, permitem o desenvolvimento de mecanismos e relacionamentos de planejamento cooperativo, com suas concorrências e colaborações atinentes e constituem pacotes turísticos por meio de temas e histórias, como o caso do folclore, de rotas gastronômicas e de bebidas, das rotas religiosas, entre outras (Araújo, 2017). Diversas pesquisas exploram rotas existentes e possibilidades de criação de rotas turísticas, desde aquelas articuladas em torno de caminhos gastronômicos e de bebidas – rotas cervejeiras no estado de Santa Catarina, Brasil (Vale da Cerveja e o Caminho Cervejeiro) (Dalmoro, 2019), rotas cervejeiras no Paraná (Munhoz, 2022), rotas vinícolas e vitivinícolas em Portugal (Simões, 2008), como a Rota do Vinho do Porto (Pina, 2017), ou ainda a Malt Whisky Trail escocesa (Martin, Haugj, 1999) – seja em questões mais diversas da cultura, como a rota das vivências culturais dos povos do Alto Barroso (Portugal) (Pedrosa, Pereira, 2012), as rotas museológicas na Região de Aveiro (Maia, Baptista, 2011) ou a rota colonial Baumschneis - Dois Irmãos, Rio Grande do Sul, Brasil (Scherer, 2014).

É possível apontar, de antemão, a partir da experiência da Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro, algumas hipóteses e trilhas analíticas que temos percorrido em nossa investigação:

- (i) Após um longo período onde havia a exclusividade das cervejas industriais das grandes empresas brasileiras do ramo, houve o aperfeiçoamento técnico do fabrico de cerveja como trunfo, valendo-se de expressões do conhecimento técnico e intuitivo e da inovação. Ao contrário de uma cerveja industrial e produzida de forma maquinária e “sem cervejeiros” das grandes corporações do ramo (Sant’Anna, 2019), as produções de pequeno e médio porte utilizam ingredientes diferentes e buscam envolver experiências diversas de fabricação;
- (ii) O fenômeno cervejeiro tem relação com a recente ampliação no Brasil do empreendedorismo em suas diversas formas, que possui vínculos estreitos tanto com o amálgama formado pelo desemprego e subemprego quanto ao estímulo econômico à consolidação de investimentos negociais, mesmo por pequenos investidores que ainda conciliam a função com outras ocupações;
- (iii) A explosão da classe média, fomentada pelo investimento maciço em políticas sociais e ampliação da esfera do consumo (Chauí, 2013) dos recentes governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil – presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma

Rousseff (2011-2016)¹,– permitiu a constituição de um novo público-alvo cervejeiro – ou seja, com a ampliação da renda da classe trabalhadora foi possível adquirir hábitos mais sofisticados e se permitir experiências de maior qualidade, como a gastronomia e a apreciação de cervejas de maior qualidade;

- (iv) O reforço da importância das características locais da produção cervejeira, explorando ao máximo a identificação e a identidade (Luft, 2020) e a dimensão simbólica do lugar e assim promovendo a turistificação e a ressignificação da natureza nas práticas de consumo. No caso da Região Serrana do Rio de Janeiro, recorre-se às características climato-botânicas e geomorfológicas de uma região de maiores altitudes e ao histórico e arquitetura que remetem ao período imperial brasileiro (1822-1889). Importante recordar que o então imperador brasileiro Dom Pedro II, que governou o país entre 1841 e 1889 (ano de Proclamação da República), transferia sua corte do Rio de Janeiro para Petrópolis durante os meses mais quentes do ano. O próprio nome Petrópolis (“Cidade de Pedro”) é oriundo da junção da palavra em latim *Petrus* (Pedro) com *Pólis* (cidade, em grego).

3. A geoeconomia do turismo cervejeiro

Mas, afinal, o que significa, especialmente, falarmos em uma rota turística com base na produção cervejeira? Como tratarmos, à luz da geografia econômica, de um fenômeno turístico desta natureza? Nesta combinação entre o “velho” e o “novo”, entre a “aventura de empreender” e o “*trabalho in omni tempore*”, é necessário compreender a ascensão da “nova classe média”, a “gourmetização dos interesses gastronômicos” e a mudança no próprio mundo da fábrica. A produção industrial da cerveja, algo milenar (Gimpel, 1977), apresenta elementos importantes para a análise teórica e empírica do mundo da fábrica e do universo do consumo no presente.

A Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro, como dito, envolve cervejarias de diferentes portes e que produzem cervejas de tipos e ascendências variadas, além de promoverem um calendário de atrações dedicadas à produção e comercialização de cerveja. Conforme é perceptível, este roteiro se tornou bastante importante para se compreender a geografia econômica do Rio de Janeiro; afinal, estudar a realidade fluminense e a economia regional em uma área contígua ao espaço metropolitano. A Região Serrana é um exercício analítico fundamental para pensar uma política de desenvolvimento mais integrado e harmônico do Rio de Janeiro e por que não, de outros casos semelhantes no Brasil, com a superação da crônica hipertrofia econômica do núcleo metropolitano. Pensa-se assim nas potencialidades do desenvolvimento local, com melhor distribuição dos recursos e divisão mais igualitária dos dividendos que dê contributos para uma vida melhor para todos. A Rota Turística e

¹ A administração do Partido dos Trabalhadores foi interrompida pelo golpe jurídico-parlamentar de 2016, que depôs Dilma Rousseff e iniciou uma virada liberal-conservadora, com os governos de Michel Temer (2017-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Cervejeira do Rio de Janeiro é, para esta reflexão, um importante pressuposto empírico-analítico para debate entre potenciais interessados.

Outrossim, estudar o fenômeno do turismo sob o olhar da geografia econômica, por si só, já é a uma justificativa deveras pertinente para esta reflexão. Afinal, pensa-se aqui em comparações entre os cenários de urbanização turística (Mascarenhas, 2004), dos lazeres contemporâneos (Santos, 2010) e da própria transformação da cultura em *commodity* (Harvey, 2005).

O turismo, segundo Gilmar Mascarenhas (2010, p. 08),

“... é, primeiramente, uma atividade humana, praticada por milhões de indivíduos em todo o planeta. Todos os dias, e durante o ano inteiro, muitas pessoas estão saindo de suas casas, com malas arrumadas, o local de destino definido e a expectativa de que gozarão momentos de alegria e repouso. São os turistas. Para a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo é uma modalidade de deslocamento, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelo simples prazer voluntário, ou por motivos compulsórios, como negócios, para cuidar da saúde, estudos (como congressos, por exemplo).”

Assim, segundo o mesmo autor, em trabalho conjunto com Marcello de Barros Tomé Machado (Mascarenhas, Machado, 2010, p. 29), quando existem elementos presentes no espaço geográfico que atraíam turistas – praias, montanhas, edificações históricas, entre outros –, temos o **Patrimônio Turístico**; tais elementos são os **Recursos Turísticos**; a viabilização de atração de turistas para estes lugares subentende um **Atrativo Turístico**; a vinculação do atrativo turístico a elementos relevantes para a atividade turística, com alojamentos, restaurantes, hotéis, centro de informações, entre outros aportes, o atrativo passa a integrar a **Oferta Turística**; por fim, quando esse atrativo se encontra inserido no mercado turístico, propiciando aos turistas facilidades para consumir o atrativo turístico e a oferta a este vinculada, temos um **Produto Turístico**. Além destes, trazendo como referência a obra de Boullón (2002) – também utilizada por Gilmar Mascarenhas, existe ainda o **Espaço Potencial**, que no caso do Turismo, como fruto do trabalho de planejadores, poderá instituir o lugar como polo atrativo.

Utilizando o léxico conceitual proposto pelos autores, entendemos que a noção de Rota Turística ganha importante dimensão em nossa análise. Afinal, combina-se uma série de pequenas e médias cervejarias, ainda emergentes no cenário regional, com as antigas e grandes cervejarias (Bohemia, do grupo AMBEV, e o Grupo Petrópolis); utiliza-se da história, da cultura e da arquitetura dos tempos imperiais para não somente combinar o estilo das cervejas e os serviços correlatos oferecidos nos *pubs* e *breweries*, mas também para fomentar a visitação conjugada das atrações turísticas e a apreciação da cerveja; aproveita-se a geomorfologia e o clima regional, numa região de serra com temperaturas bastante amenas em relação às áreas litorâneas – a temperatura média anual em Petrópolis é de 19.7° C, enquanto no Rio de Janeiro é de 23.6°C, conforme: <https://pt.climate-data.org/> – para se convidar visitantes para um turismo alternativo ao “sol e mar” fluminense; explora-se outros tipos de cerveja, para além da *pilsen* comercial vendida em garrafas de 600 ml, e passa-se a investir numa degustação mais lenta, de variedades de estilos e de menor quantidade da mesma cerveja, com sabores criativos,

diferentes e especiais; e, por fim, empreende-se a criação de uma rota turística, com pontos de visitação, por meio da compra de pacotes diferenciados e contratação de empresas turísticas especializadas, ajuda. Junto a isso, há a criação e ampliação de eventos gastronômicos e estratégias de propaganda da rota em sites especializados e redes sociais.

4. Considerações Finais: Rotas Turísticas e o Potencial dos Caminhos Cervejeiros

A diversificação da atividade turística tem diversificado a sua oferta, explorando ações locais-regionais e territorialidades culturais. A rota turística, como o caso da Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro, se apresenta como um novo “produto”, uma vez que pretende conquistar mercado em meio à miríade de ofertas turísticas, oferecendo ao turista não somente atrações específicas e facilitando o acesso a outras localidades de interesse. Segundo Sara Vidal Maia e Maria Manuel Baptista (2011), as rotas turísticas procuram oferecer a acessibilidade de deslocamento e gestão de recursos, otimização do tempo de estada, para que os visitantes possam desfrutar dos momentos de lazer, conjugada com descrição de um caminho, especificação de lugares e proposição de atividades e aquisição de produtos e serviços.

Na elaboração de uma rota turística, Paula e Bastos (2002 *apud* Maia, Baptista, 2011), também utilizadas pelas autoras supracitadas, afirmam que esta deve ser composta por quatro etapas: definir qual a rota a implementar, apresentar quais os pontos turísticos que irão compor a rota, realizar o levantamento geográfico e de acesso que ligam os pontos turísticos e aplicar um programa que irá traçar a rota. Segundo alertam Maia e Batista (2011), estes aspectos se referem especialmente às fases de preparação e desenvolvimento da rota. No caso da Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro, as empresas turísticas parceiras criam roteiros diversificados atendendo a visita às cervejarias participantes.

Assim, neste universo turístico, o turista não quer só beber a cerveja, mas visitar a fábrica, conhecer o processo de produção, aprender a fazer, ainda que de forma rudimentar, uma cerveja artesanal, conhecer aqueles que desafiam o modelo tradicional de produção e que empreendem a difícil arte de fazer cerveja, entender quais os melhores insumos, tempos de preparo, ferramental e instrumental específicos, comprar lembranças das experiências (copos, canecas, camisas, casacos, cadernos, canetas) e conhecer um pouco do lugar, da trajetória regional e dos *links* entre a cerveja produzida e a história territorial. Foi-se o tempo que visitar uma fábrica se tratava unicamente de compreender a conjugação da mecânica produtiva de transformação de matéria-prima em mercadoria combinada com a observação do trabalho humano! (Oliveira, 2013).

Assim, quando se pode observar que existe potencialidade e existe interesse, inclusive por parte do poder público, tem-se a certeza de que um roteiro turístico integrando lugares (ou municípios) seria não apenas bem-vindo, mas que genuinamente possuiria grandes chances de prosperar (Ver, por exemplo, Schons, 2014). O turismo cervejeiro é uma realidade e a construção de rotas é uma nova forma de territorialização, num mundo de grande velocidade, de interesses complexos e consumo em moto-contínuo.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Sara Filipa da Silva (2017). Rotas Turísticas e Sistemas de Recomendação no Norte de Portugal: uma análise do perfil do visitante. Dissertação de Mestrado, Gestão do Turismo, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto, Outubro de 2017. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/10935/1/sara_ara%c3%bajo_MGT_2017.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- BRASIL (2007). Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo, Brasília. Disponível em: https://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/introducao_turismo.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- BRASIL (2019). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A cada dois dias uma cervejaria abre as portas no Brasil – *Anuário da Cerveja*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/a-cada-dois-dias-uma-nova-cervejaria-abre-asportas-no-brasil>. Acesso em: 19 de outubro de 2021.
- BOULLÓN, R. (2002). **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: Edusc.
- BRUM, J. (2018). Rota Cervejeira RJ: quatro municípios e mais de 20 cervejarias na região serrana. *Diário do Turismo*, 13/05/2018. Disponível em: <https://diariodoturismo.com.br/rota-cervejeira-rj-na-regiao-serrana/>. Acesso em: 16 de outubro de 2021.
- CARVALHO, L. L.; REJOWSKI, M. (2020). Rotas turísticas: uma revisão da produção científica dos periódicos de turismo internacionais. Anais do XVII Seminário ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 02 a 04 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/17/1695.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- CHAUI, M. (2013). Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil.
- CILO, N. (2019). Sucesso das cervejas artesanais pressiona marcas grandes. **Correio Brasiliense**, 08/02/2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/02/08/internas_economia,736195/sucesso-das-cervejas-artesanais-pressiona-marcas-grandes.shtml; Acesso em: 21 de abril de 2020.
- DALMORO, M. (2019). Marketing territorial e desenvolvimento local: estudo de rotas cervejeiras no estado de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7666/1/Marcos%20Dalmoro.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- GIMPEL, J. (1977). *A Revolução Industrial da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GONÇALVES, L. M.; RIBEIRO, R. M (2015). Rota e roteiro: desafios para uma nova conceituação. Anais do IX Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil, 17 a 19 de junho de 2015. Disponível em: <http://festivaldascataratas.com/wp-content/uploads/2015/12/5.-Rota-e-Roteiro-Desafios-para-uma-Nova-Conceitua%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- HARVEY, David (1989). *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- LUFT, M. (2020). O marketing de experiência no mercado cervejeiro artesanal. Trabalho de conclusão (Monografia), Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, Universidade de Santa Cruz do Sul.
- MAIA, S., BAPTISTA, M. (2011). As rotas como estratégia turística: Percepção de benefícios e obstáculos na constituição de rotas museológicas na região de Aveiro. *Localización: Tourism &*

- Management Studies*, Nº. Extra 1 (Proceedings Int. Conference Tourism & Management Studies 2011: Full Papers), págs. 672-682. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3887/388743867061.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- MARCUSSO, E., MULLER, C. (2017). A cerveja no Brasil: O ministério da agricultura informando e esclarecendo. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/pasta-publicacoes-DIPOV/a-cerveja-no-brasil-28-08.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2020.
- MARTIN, A.; HAUGH, H. M (1999). The Malt Whisky Trail: The tourism and marketing potential of the whisky distillery visitor centre. *International Journal of Wine Marketing*. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/eb008695/full/pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- MASCARENHAS, G. (2004). Cenários contemporâneos da urbanização turística. *Caderno Virtual de Turismo*, Vol. 4, Nº 4, 2004. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/65>. Acesso em: 21/04/2019.
- MASCARENHAS, G. (2010). A natureza geográfica do turismo. In: MASCARENHAS, Gilmar; MACHADO, Marcello de Barros Tomé. *Fundamentos Geográficos do Turismo*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ.
- MASCARENHAS, G., MACHADO, M. (2010). O turismo na produção do espaço geográfico. In: MASCARENHAS, Gilmar; MACHADO, Marcello de Barros Tomé. *Fundamentos Geográficos do Turismo*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ.
- MUNHOZ, J. P., et al (2022). "Rotas de bebidas e turismo cervejeiro: atratividade e caracterização das microcervejarias artesanais do Paraná-Brasil." *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/HLqDcR95cHrMhX58sC8Rxmb/?lang=pt>. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- OLIVEIRA, L. (2013). Sabores, Saberes, Trabalho, Lazer: Relato sobre o "Tour Choclover" na Fábrica de Chocolates Nestlé (Caçapava / SP). *Geografia (Londrina)*, v.22, n.2. p. 103 -115, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/13971/15161>. Acesso em: 19 de outubro de 2021.
- OLIVEIRA, S., ROSA, L., TOMAZIN, R. (2019). Produção e consumo de cerveja artesanal como alternativa para hotéis fazenda. *Turismo e Sociedade*. Curitiba, v. 12, n. 2, p. 110-129, maio-agosto de 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/download/68275/40268>. Acesso em: 19 de outubro de 2021.
- PATTERSON, M., HOALST-PULLEN, N. (Editors) (2013). *The Geography of Beer: Regions, Environment, and Societies*. New York, NY: Springer.
- PAULA, J., BASTOS, L. (2002). Fotointerpretação aplicada na otimização de rotas turísticas. In: *XII Simpósio Latinoamericano de Percepcion Remota*. Cochabamba-Bolivia. Vol. XII, número 6, 2002.
- PEDROSA, A. de S.; PEREIRA, A. (2012). A paisagem cultural como linha de concepção de uma rota turística: o exemplo do Alto Barroso–Norte de Portugal. *Revista Geonorte*, v. 3, n. 5, p. 46-59. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/2057/1936>. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- PINA, Helena (2017). Será a inovação a chave para o desenvolvimento da Região Demarcada do Douro?. In: *As dimensões e a responsabilidade social da Geografia: XI Congresso da Geografia Portuguesa: livro de atas*. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/111460/2/235502.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- PINA, H., PENERLIEV, M., OLIVEIRA, L., PETKOV, V. (2020). Seasonality in tourism: trends and good practices in Rio de Janeiro, Shumen and the Douro Demarcated Region. *SocioBrains*, v. 1, p. 81-90, 2020. Disponível em: http://sociobrains.com/MANUAL_DIR/SocioBrains/Issue%2070,%20June%202020/10_%20Helena%20Pina,%20Milen%20Penerliev,%20Leandro%20Dias%20de%20Oliveira,%20Veselin%20Petkov.pdf. Acesso em: 19 de outubro de 2021.

- SATRIANO, N. (2017). RJ tem aumento no número de cervejeiros artesanais nesta década. *G1 Rio*, 04/08/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/rj-tem-aumento-no-numero-de-cervejeiros-artesanais-nesta-decada.ghtml>; Acesso em: 19 de outubro de 2021.
- SANT'ANNA, B. (2019). *Acumulação Flexível em questão: uma análise a partir da Ambev Cervejaria Rio de Janeiro, Campo Grande (Rio de Janeiro - RJ)*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- SANTOS, M. (2002 [1996]). *A Natureza do Espaço*. São Paulo: EDUSP.
- SCHONS, J. (2014). Turismo e Roteirização: Possibilidades e limitações para um Roteiro Cervejeiro no Vale do Caí, RS. *V Encontro SEMINTUR Jr*. UCS, Mestrado em Turismo, Caxias do Sul, RS., 14 de novembro de 2014. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/turismo_e_roteirizacao.pdf. Acesso em: 19 de outubro de 2021.
- SCHERER, Lisiane (2014). *Roteirização turística no espaço rural: estudo longitudinal da Rota Colonial Baumschneis - Dois Irmãos, Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Turismo), Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/930/Dissertacao%20Lisiane%20Scherer.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 de abril de 2021.
- SIMÕES, Orlando (2008). Enoturismo em Portugal: as rotas de vinho. *Pasos. Revista de turismo y patrimonio cultural*, v. 6, n. 2, p. 269-279. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/881/88160209.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

Agradecimentos

Este capítulo é fruto do projeto “*Geografia Econômica e Rota Turística e Cervejeira do Rio de Janeiro: Um estudo sobre reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento regional*”, que recebe o apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), modalidade APQ1. Agradecemos, portanto, à FAPERJ, pelo imprescindível apoio financeiro à pesquisa e pela bolsa de iniciação científica, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) e pelas bolsas de iniciação científica (PIBIC) que possibilitam o desenvolvimento da investigação.

Estas proposições estão vinculadas ao Grupo de Pesquisa “Reestruturação Econômico-Espacial Contemporânea” (Departamento de Geografia, CNPq, UFRRJ), sob nossa liderança, junto ao Laboratório de Geografia Econômica, Política e Planejamento (LAGEP-UFRRJ). Agradecemos às pesquisas realizadas pelos discentes Beatriz do Nascimento Sant'Anna, atual Mestranda em Geografia, e pelos bolsistas de iniciação científica Bruna Soloina Monteiro Machado, Igor Ulisses Leite Gomes, Vanessa Guedes Passeri, Barbara dos Santos Miranda, Marcos de Albuquerque Coutinho e Erick Ribeiro Magalhães Portes.

Este estudo também é integrante do projeto de cooperação internacional, no campo da geografia, entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Universidade do Porto, intitulado “*Reestruturação Espacial e Desenvolvimento Regional: Um Estudo Comparativo entre a Região Norte de Portugal e o Estado do Rio de Janeiro*”, do qual o autor é coordenador juntamente com a Prof.^a Dr.^a Maria Helena Mesquita Pina, da Universidade do Porto, a quem agradecemos pelo importantíssimo diálogo no cumprimento das agendas de pesquisa.

O JARDIM DAS AMOREIRAS E O RESGATE DA MEMÓRIA DE SEROPÉDICA/RJ NO FIO DA SEDA: UM PROJETO DE EXTENSÃO NO JARDIM BOTANICO DA UFRRJ

--

JARDIM DAS AMOREIRAS AND THE RESCUE OF THE SEROPEDICA/RJ MEMORY AT FIO DA SEDA: AN EXTENSION PROJECT AT THE UFRRJ BOTANICAL JARDIM

Regina Cohen BARROS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
reginacohenctur@gmail.com

Gabrielle Evangelista da SILVA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
gabrielleevangelistadasilva@hotmail.com

Karine Bueno VARGAS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
karinevargas@ufrj.br

Andrea Carmo SAMPAIO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
andrea.c.sampaio@gmail.com

Maria Cristina LORENZON

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
lorenzon_ufrj@yahoo.com.br

Maria Veronica Leite Pereira MOURA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
veronic@ufrj.br

Resumo

A importância do resgate da memória dos lugares e seus legados, contribuindo para a (res)significação da identidade da sociedade e sua valorização. O “Jardim das Amoreiras” é um projeto de extensão desenvolvido com o objetivo de resgatar um pouco da história do município de Seropédica, cujo nome deriva da sericicultura (o cultivo do bicho da seda), atividade ali desenvolvida em meados do século XIX. As amoreiras, plantadas no Jardim Botânico localizado no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), tem o propósito de ser um espaço onde se busca, através de uma série de objetos e ações, resgatar a história local e explicar o que é a sericicultura, fazendo parte de uma trilha educativa aberta para a comunidade de Seropédica. O projeto desenvolve-se em parceria entre os Departamentos de Geografia, de Produção Animal, de Botânica e do Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR). A escolha do Jardim Botânico correu por ali ser uma unidade que desempenha atividades de pesquisa, ensino, extensão, conservação e valorização de espécies botânicas; com perspectivas de caráter multi e interdisciplinar, colaborando para o resgate da memória do município ao abrir espaço para o plantio das amoreiras (*Morus alba* L., Moraceae), uma espécie exótica cujas folhas são o alimento do bicho-da-seda (*Bombyx mori* L., 1758; Lepidoptera: Bombycidae). O Jardim das Amoreiras ocupa uma área de 70m², sendo constituído por três aleias de amoreiras delimitadas por um gramado cujos limites reproduzem, em escala, a territorialidade do município. Além da implantação do Jardim, o projeto visa o desenvolvimento de materiais didáticos e promoção de atividades com as escolas, a comunidade local e a comunidade universitária. Através da visitação, observação e experimentação dos materiais, é feito o resgate de uma parte da história do município, mergulhando em seu passado (em tempos geológicos, biológicos e históricos) até os dias atuais. Por outra via, também resgata e divulga

a criação do bicho da seda e a produção do fio da seda como atividades sustentáveis que podem se desdobrar em outros empreendimentos.

Palavras-chave: Amoreira; Jardim Botânico; Bicho-da-seda; Seropédica; Biogeografia Cultural.

Abstract

The importance of recovering the memory of places and their legacies is contributing to the (re)signification of society's identity and its valuation. The "Mulberry Garden" is an extension project developed with the objective of recovering a little part of the history of the Seropédica municipality, whose name derives from sericulture (the cultivation of the silkworm), an activity developed there in the middle of the 19th century. The arboretum, planted in the Botanical Garden located on the campus of the Federal Rural University of Rio de Janeiro, intends to be a space to rescue a bit of local history and explain what sericulture is, through a series of objects and actions, as an educational guided trail, open to the community. The project is developed in partnership between the Departments of Geography, Animal Production and Botany and UFRRJ Technical School. The UFRRJ's Botanical Garden was chosen because it is a unit that performs research, teaching, extension, conservation, and enhancement activities for botanical species; with multi and interdisciplinary perspectives, helping to rescue the memory of the municipality through planting mulberry trees (*Morus alba* L., Moraceae), an exotic species whose leaves are the food of the silkworm (*Bombyx mori* L., 1758; Lepidoptera: Bombycidae). The "Mulberries Garden" occupies an area of 70m², consisting of three alleys of mulberry trees delimited by a lawn whose boundaries reproduce, in scale, the territoriality of Seropédica. In addition, the Project aims to develop teaching materials and promote activities with schools, the local community, and the university community. Through visitation, observation and experimentation of materials, a bit of the city's history is recovered, delving into its past (in geological, biological, and historical times) until the present day. In another way, the creation of the "silkworm" and the production of silk thread are also rescued and publicized, as sustainable activities that can unfold into other ventures.

Keywords: Mulberry; Botanical Garden; Silkworm; Seropedica; Cultural Biogeography.

1. Introdução

A importância do resgate da memória dos lugares e seus legados vem assumindo um papel de grande relevância na (re)construção e (res)significação das identidades e da sociedade contribuindo para a valorização do lugar e seus moradores, através do reconhecimento de suas tradições, seus elos afetivos e raízes culturais. Segundo Halbwachs (1990) "A memória é não apenas autobiográfica e pessoal, mas também influenciada pelo meio social, sendo conseguinte, uma construção social, um fenômeno coletivo".

O nome do município de Seropédica está associado à produção do fio da seda: a sericultura. Assim, este trabalho apresenta os primeiros resultados de um projeto de extensão e pesquisa: "O Jardim das Amoreiras", que visa resgatar a memória do município e a atividade serícola ali desenvolvida no passado, e da qual herdou o nome. Além disso, visa pontuar a importância da amoreira, uma árvore frutífera exótica no Brasil, cujas folhas são essenciais para a alimentação do bicho-da-seda, de cujo casulo se extrai o fio da seda. Seropédica é um neologismo formado por duas palavras de origens

diferentes, *sericeo* ou *serico*, de origem latina, que significa seda, e *pais* ou *paidós*, de origem grega, que significa tratar ou consertar. Um local, portanto, onde se cuida ou se fabrica seda (Mors, 2015).

A produção desta fibra iniciou-se provavelmente na China há mais de 5 mil anos, e a amoreira é uma espécie arbórea de origem asiática que está intimamente ligada à produção do tecido, pois suas folhas são o único alimento do bicho-da-seda. As amoreiras foram introduzidas na Europa no século XVII, também para a sericicultura (Corradelo, 1987).

O nome científico do bicho-da-seda, *Bombyx mori* L., tem relação com o fato deste ter coevoluído com a amoreira branca (*Morus alba* L.). O epíteto específico *mori* herda seu nome do gênero *Morus*. Segundo Corradelo (1987), a amoreira branca produz substâncias que impedem seu consumo pela grande maioria dos herbívoros, mas o bicho-da-seda evoluiu de forma a conseguir se alimentar desta (e somente desta) planta. A essa bela relação coevolutiva, soma-se, ainda, um elemento cultural: interessado na seda, o homem participou ativamente da seleção e da difusão do bicho-da-seda e da amoreira por todo o mundo, transformando essa dupla em um grande negócio.

No Brasil a seda foi introduzida no reinado de D. João VI (início do século XIX), como uma espécie exótica para compor o acervo de um jardim para aclimação de espécies vegetais originárias de outras partes do mundo, que viria a se tornar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Dentre as diversas espécies vegetais trazidas de Portugal pela família imperial para o Brasil estavam algumas amoreiras (Froes, 2004). Entretanto, foi na segunda década deste mesmo século, durante o reinado de D. Pedro I, que foi instalada, no Rio de Janeiro, a primeira indústria de fio da seda nacional, a Companhia Seropédica Fluminense, também conhecida como “Estabelecimento Seropédico de Itaguaí” (Mors, 2015).

O local selecionado para a implantação da fazenda de seda foi a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal de Itaguaí, a cerca de 70 quilômetros do Rio de Janeiro, hoje município de Seropédica. Em 1854, o proprietário do estabelecimento, sofrendo com falta de recursos, resolve recorrer à ajuda do imperador D. Pedro II, que, após estudos realizados por uma comissão especialmente constituída para avaliar o empreendimento, investe dinheiro na atividade, estruturando a “Imperial Companhia Seropédica Fluminense”, sendo o imperador seu principal acionista. A Companhia ainda sobreviveria por mais 40 anos, até falir definitivamente.

Desse contexto, surgiu o Projeto “O Jardim das Amoreiras” que visa resgatar as características geográficas, históricas, econômicas, biológicas, biogeográficas e culturais do município de Seropédica (Rio de Janeiro, Brasil), através da criação de um espaço temático no Jardim Botânico, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Escolheu-se o Jardim Botânico, pois de uma maneira geral, é um local que oferece situações que aguçam a curiosidade do estudante e estimulam o aprendizado, além de colocá-lo, em contato direto com a natureza e de oferecer uma gama de recursos naturais a serem explorados (Queiroz *et al.*, 2011).

O Projeto tem grande significância, sobretudo educativa, ao criar um jardim temático que resgata um pouco da história do município, evidenciando a introdução no Brasil de uma atividade econômica baseada em duas espécies exóticas: a amoreira e o bicho-da-seda.

O principal objetivo do projeto é o de trazer novas perspectivas de caráter multi e interdisciplinar no resgate da memória do município de Seropédica, através da construção de um espaço educativo: um jardim dedicado ao cultivo da amoreira branca, localizado no arboreto do Jardim Botânico da UFRRJ, associado ao desenvolvimento de pesquisas de resgate histórico e produção de materiais didáticos contribuindo para a promoção e difusão de conhecimentos, experiências e vivências.

2. O Município de Seropédica

O nome dado ao município de Seropédica surgiu de sua história. Em meados do século XIX, ali se instalou a sericultura e, também, o Estabelecimento Seropédico de Itaguaí, de propriedade de José Pereira Tavares, que depois se reestruturaria na Imperial Companhia Seropédica Fluminense (Frões, 2004). O empreendimento localizava-se na Fazenda "Seropédica do Bananal", onde eram produzidos diariamente cerca de 50.000 casulos de *Bombyx mori*, o bicho-da-seda. A fazenda e a fábrica estavam em terras do que fora a Fazenda Seropédica do Bananal de Itaguaí, que deu origem ao município de Itaguaí, do qual Seropédica era apenas um distrito até sua emancipação em 1995.

O município, atualmente, ocupa uma área que de 283,8 km², na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro (Figura 1). Dista 75 quilômetros da capital do estado e faz limites com os municípios do Rio de Janeiro, de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Itaguaí e Paracambi (Figura 1). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a população projetada, para o ano de 2020, seria de 92.563 habitantes, sendo, então, o 31º mais populoso do Estado (IBGE,2017).

Segundo Góes *et al.* (2017) a geologia do local é marcada pela sua inserção no Terreno Oriental da Faixa de Dobramentos Ribeira, onde destacam-se os migmatitos do embasamento pré-cambriano pertencentes ao Complexo Rio Negro, pertencente ao que remonta a amalgamação do supercontinente Gondwana, no Neoproterozóico. O pacote sedimentar é representado superficialmente pelos depósitos areno-argilosos de cobertura com lentes de argila orgânica em subsuperfície, inclui também depósitos argilosos de cobertura e arenosos. Estes são frutos da reativação Wealdiana e da respectiva abertura do Oceano Atlântico Sul e a instalação do Sistema de *Riftes* Continentais do Sudeste Brasileiro, desde o final do Período Cretáceo e ao longo de toda a Era Cenozóica, marcado pelas diversas mudanças e fases na sedimentação dos rios na região. Os principais constituintes geomorfológicos são as planícies coluvio-aluvionares, assim como as colinas aplainadas. Juntas, essas classes representam, respectivamente, grábens/hemi-grábens e *horsts*, do embasamento retrabalhados e com preenchimentos sedimentares, no contexto do sistema rifteano.

Os solos predominantes no município de Seropédica são os Planossolos, classe marcada por mudança textural do horizonte A para o B, estando associados a antigas áreas de floresta tropical subcaducifólia e ao relevo plano ou suavemente ondulado das Planícies Litorâneas e Colinas Costeiras da Baixada Fluminense, bastante antropizado (Costa *et al.* (2013)

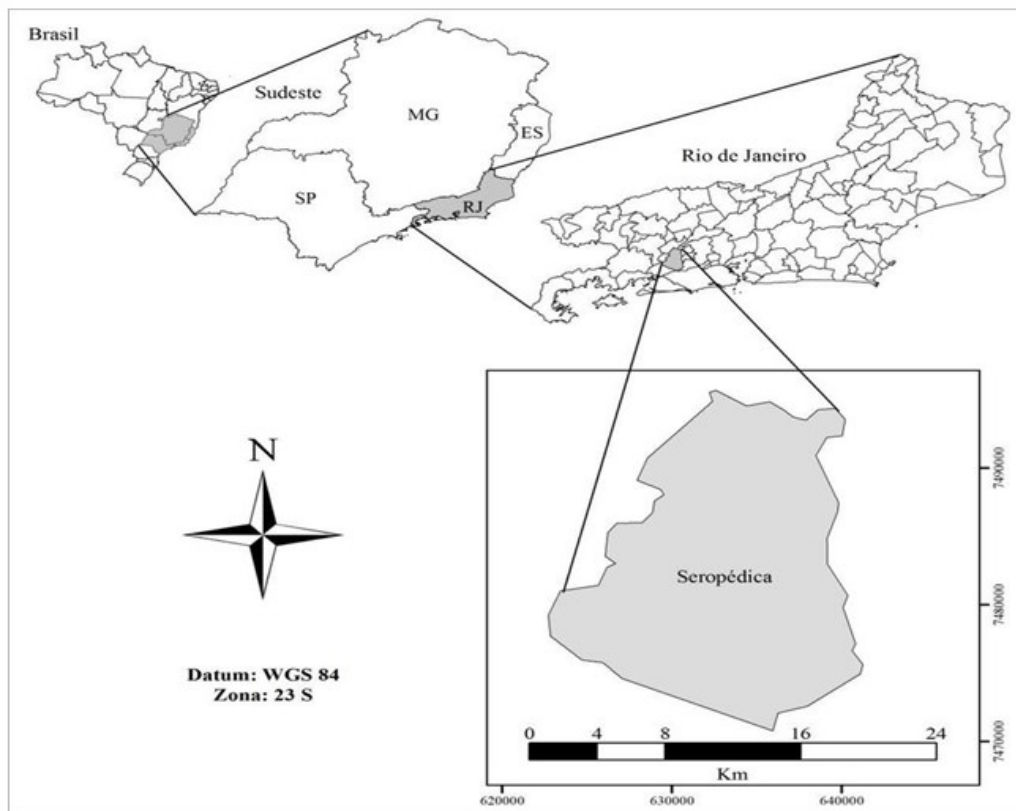


Figura 1- Localização do município de Seropédica – Rio de Janeiro – Brasil.

No mosaico de usos da terra do município (Costa, 2013), as pastagens ocupam a maior área (43,4%), seguido de áreas urbanizadas (26,1%), de vegetação nativa (10,4 %), reflorestamento (8,8 %), extração mineral (6,3%) e corpos hídricos (1,9%), havendo um percentual de 3,1% anotados como sem dados no estudo consultado. Na área da UFRRJ, também as terras dedicadas às pastagens ocupam a maior parte de sua área.

O clima predominante na região é o Aw, segundo a classificação de Köppen, com chuvas concentradas no período de novembro a março, precipitação média anual de 1.213 mm e temperatura média anual de 24,5 °C. (Costa et al., 2013), de padrão mesotérmico com calor bem distribuído o ano todo.

2.1. A Sericicultura: resgatando a memória de Seropédica

A sericicultura é a atividade que consiste na criação do *Bombix mori* L. (bicho-da-seda) para obtenção de casulos destinados à produção do fio da seda. Esta atividade inclui o cultivo da espécie *Morus alba* L. (amoreira branca) para obtenção do alimento para o inseto, a produção dos ovos do bicho-da-seda, a criação das lagartas, a produção dos casulos e o seu beneficiamento para produção do fio da seda, que depois pode ser aproveitado pela atividade têxtil para a produção do tecido natural, de alto valor agregado.

A seda é uma das mais antigas fibras conhecidas. Acredita-se que a China tenha sido a primeira civilização a utilizar a seda. Os primeiros dados encontram-se nas escritas de Confúcio, que falam sobre a criação doméstica do bicho-da-seda nos palácios da imperatriz Siling-Chi no século XVIII a.C. (Saez, 2012).

A Rota da Seda não era propriamente uma estrada, mas um emaranhado de caminhos e trilhas que, por mil anos ou mais, foram surgindo um por um, e abriram caminho entre a China e a Europa, espalhando-se rapidamente para todo o mundo (LAWS, 2013).

3. Etapas do desenvolvimento do projeto

O Projeto, iniciado em 2019, foi planejado para ser desenvolvido nas etapas pontuadas abaixo, observando-se que, em consequência da pandemia de COVID-19, algumas etapas não foram ainda concluídas, prevendo-se a sua continuidade na medida em que for possível e seguro.

- Revisão bibliográfica sobre a história da sericicultura no mundo, no Brasil e no município de Seropédica;
- Revisão bibliográfica e pesquisa sobre o cultivo da amoreira e a associação entre a amoreira e o bicho-da-seda;
- Levantamento de aspectos geográficos que propiciaram o desenvolvimento do cultivo das amoreiras no município de Seropédica e a produção serícola;
- Trabalho de campo e estudo paisagístico no Jardim Botânico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para a escolha do espaço físico para implantação do “Jardim das Amoreiras”;
- Delimitação do espaço físico e espacialização e projeção em escala do mapa e os limites do município de Seropédica, com posterior tratamento do solo e plantio da cobertura da grama;
- Plantio de 15 mudas de mudas amoreiras brancas dentro do espaço delimitado pela grama;
- Confeção e colocação de bancos em formato de casulo (feito com materiais recicláveis) no entorno do “Jardim das Amoreiras”;

- Produção de vídeos, com duração de aproximada entre 03 a 05 minutos, sobre a memória do município de Seropédica e a atividade serícola, para divulgação nas escolas e para os visitantes do Jardim Botânico;
- Produção de painéis informativos impressos para serem apresentados durante as visitas do público e oficinas nas escolas, tendo como conteúdos: aspectos históricos, culturais e físicos do município de Seropédica; as amoreiras e o bicho-da-seda; a produção do fio da seda.
- Divulgação do projeto pelas mídias do Jardim Botânico da UFRRJ;
- Organização de uma exposição anual com réplicas do bicho-da-seda, suas fases biológicas, as folhas da amoreira como alimento do bicho-da-seda, casulos reais de bicho-da-seda, oficinas sobre o processo de extração do fio da seda, a produção têxtil da seda e a seda como tecido.
- Inserção do Jardim das Amoreiras nos roteiros virtuais imersivos organizados no Jardim Botânico durante a pandemia.

4. Desenvolvimento

4.1. “Jardim das Amoreiras”

O “Jardim das Amoreiras” foi criado dentro do arboreto do Jardim Botânico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que está localizado no campus Univesitário, no município Seropédica, na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (Figura 2).

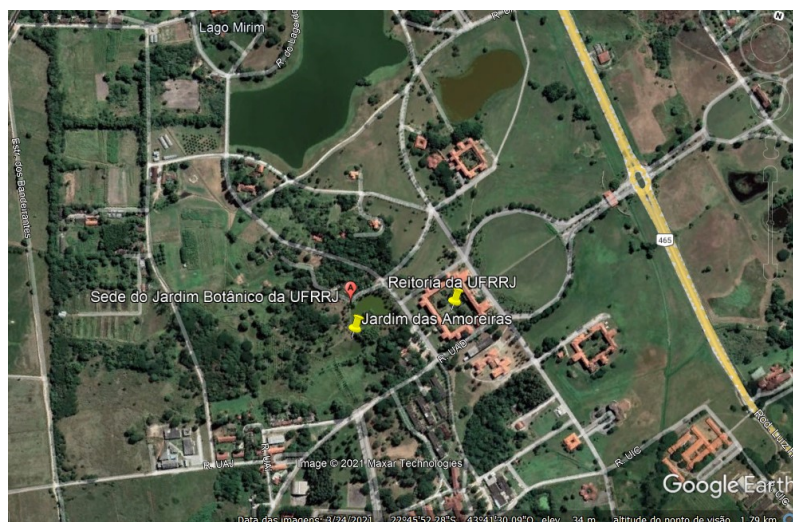


Figura 2 - Localização do Jardim das Amoreiras, no Jardim Botânico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Fonte: Adaptado Google Earth(23/03/2021)

O Jardim Botânico da UFRRJ tem uma área de 16,5ha, em uma altitude média de 27 m. A maioria do terreno é ocupado por espécies arbóreas, além de um pequeno fragmento florestal passando por regeneração natural, áreas de diferentes culturas de plantas, estufas, instalações administrativas e um lago artificial (Cysneiros *et al.*, 2011). É um espaço científico, que possui funções de ensino, pesquisa, extensão, conservação e valorização de espécies botânicas, com uma perspectiva paisagística, visando proporcionar também uma experiência prazerosa de contato com a natureza.



Figura 3 - A. Construção do desenho do mapa de Seropédica; B. Preparo do terreno e plantio das mudas das Amoreiras; C. Delimitação do mapa no solo; D. Alguns exemplares das amoreiras; E. Detalhe dos ramos da Amoreira; F. Bicho da seda fase adulta G. Bicho da seda na fase larval, se alimentando das folhas das Amoreiras; H. Casulos do Bicho da seda.

O “Jardim das Amoreiras” foi estruturado com o plantio de três aleias contendo 15 exemplares de amoreiras (*Morus alba* L., Moraceae), delimitado por uma área revestida por grama-esmeralda que reproduz, em escala projetada, a territorialidade ampliada do município de Seropédica, totalizando uma área de cerca de 70 m² (Figura 3). As amoreiras, atualmente, apresentam 1,5 a 4m de comprimento. As suas folhas de consistência membranácea a cartácea, com disposição alterna, apresenta formato variável, de ovadas a cordiformes, inteiras, serradas ou lobadas. As flores diminutas se apresentam em conjuntos pêndulos.

4.2. Painéis Didáticos

Foram confeccionados cinco painéis (*banners*) em papel craft com 90 x100 cm, para serem utilizados durante a realização das exposições e no momento das visitas.

1º Painel: apresentação detalhada do Projeto “Jardim das Amoreiras”;

2º Painel: descrição da história e a origem do nome do município de Seropédica;

3º Painel: descrições do clima, da demografia, da economia e características do município e um mapa de localização;

4º Painel: informações sobre o cultivo da amoreira, usos medicinais e na alimentação;

5º Painel: as fases de desenvolvimento do bicho-da-seda, desde a fase de ovo até à fase adulta, a alimentação e a fabricação do fio.

4.3. Outros materiais didáticos

Desde o início do projeto (2019), materiais didático-científicos vêm sendo confeccionados para serem utilizados nas visitas técnicas e/ou guiadas e durante a realização de eventos, tais como: folhetos

Explicativos, cartilhas, mostuários, vídeos desenvolvidas pelo Laboratório Integrado de Geografia Física Aplicada- Liga, como visitas virtuais imersivas

([https://uploads.knightlab.com/storymapjs/a0642926feb164104f0673707320cdd7/jardim-](https://uploads.knightlab.com/storymapjs/a0642926feb164104f0673707320cdd7/jardim-botanico/index.html)

[botanico/index.html](https://uploads.knightlab.com/storymapjs/a0642926feb164104f0673707320cdd7/jardim-botanico/index.html)), as quais incluíram o Jardim das Amoreiras como ponto de interesse ambiental devido a sua grande importância para o Jardim Botânico e o município de Seropédica- RJ, maquetes e podcast sobre as fases de desenvolvimento do bicho-da-seda, sobre a morfologia externa da amoreira (raiz, caule, folha, flores e frutos) e sobre a fabricação da seda. A expectativa é a partir de 2022 as visitas possam ser retomadas ao Jardim Botânico e que a comunidade possa usufruir de todo este material organizado.

5. Considerações finais

O Jardim das Amoreiras é um espaço diferenciado: um jardim temático, dentro do aboretto do Jardim Botânico da UFRRJ especialmente dedicado à interação e à memória, que, através de materiais didáticos, promove um processo de troca (ensino-aprendizagem), partindo das origens do atual município de Seropédica e mergulhando em seu passado, resgatando diversos aspectos de sua história, sua territorialização e sua paisagem.

Além desses aspectos, numa abordagem geográfica, também procura explicar algumas características da dinâmica e da evolução da paisagem natural e antropizada, explicando um pouco de sua estrutura geológica, evolução geomorfológica, aspectos biogeográficos e botânicos, as diversas transformações impostas pelas atividades humanas, indo de seu passado pré-colonial até os dias atuais, com a presença da Universidade que se constitui numa centralidade municipal, que tem, como uma de suas grandes missões, promover a pesquisa e a difusão desses conhecimentos, trazendo a comunidade para participar e colaborar nesse processo de (res)significação do seu lugar.

No Jardim Botânico da UFRRJ, temos a oportunidade de criar um espaço de memória da história de Seropédica, já que foi a atividade serícola que concedeu o nome ao município. Dessa forma, conseguiremos valorizar e resgatar o passado local, além de trazer conhecimentos biogeográficos e botânicos acerca da amoreira, do desenvolvimento do ciclo biológico do bicho-da-seda e da produção do fio da seda, bem como de seus recursos, como o tecido, que ainda nos dias de hoje é considerado um produto de grande nobreza. Este espaço será de grande interesse para as escolas e visitantes de outros lugares, já que não há nenhum espaço de memória do município voltado a Educação Ambiental.

Vale destacar que devido a pandemia da Covid 19 que atingiu o mundo e o Brasil com intensidade a partir de abril de 2020, o Jardim das Amoreiras, assim como o Jardim Botânico da UFRRJ tiveram suas visitas suspensas, a fim de conter a disseminação viral e assegurar a saúde de todos. No entanto, a manutenção do Jardim Botânico permaneceu ativa, seguindo os protocolos de segurança, fase está que foi fundamental para o desenvolvimento das Amoreiras. Nesse período, atividades remotas foram desenvolvidas pelo Laboratório Integrado de Geografia Aplicada – Liga, como visitas imersivas, as quais incluíram o Jardim das Amoreiras como ponto de interesse ambiental devido a sua grande importância para o Jardim Botânico e o município de Seropédica - RJ

A busca pela história do município é de suma importância, devendo haver um esforço conjunto entre pesquisadores para estabelecer os marcos temporais do município, sendo verificado nas bibliografias grande divergência de datas relacionado ao período imperial e as fazendas da Seda de Seropédica. A memória resgatada torna-se uma ferramenta para promover a educação ambiental, e assim valorizar o passado na tentativa de fortalecer pertencimento socioambiental.

Bibliografia

- CORRADELO, E. (1987). Bicho-da-seda e Amoreira – da folha ao fio, a trama de um segredo milenar. São Paulo, SP: Cone.
- COSTA, O., SILVA, C., SOUZA, A. (2013). Uso do solo e fragmentação da paisagem no município de Seropédica – RJ. *Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR*, INPE: Foz do Iguaçu, 2013. Disponível em: <http://marte2.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/marte2/2013/05.29.00.28.15/doc/p1136.pdf> Acesso em 10/10/21.
- CYSNEIROS, C., MOURA, M., PAULA, E., BRAZ, D. (2011). Arboreal Eudicotyledons, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Botanical Garden, state of Rio de Janeiro, Brazil. *Check List*, 7 (1), 01-06, 2011.
- FRÓES, J. (2004). O Brasil na rota da seda: uma contribuição para recuperação, enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica, Itaguaí e do estado do Rio de Janeiro. Seropédica:UFRRJ, 2 Edição, 2004.
- GÓES, M., PEDRO, G., MARINO, T., XAVIER, J. (2017). Modelo cronoinformativo da geodiversidade geológica do campus da UFRRJ Seropédica: uma análise por geoprocessamento. *Anais do 48º Congresso Brasileiro de Geologia*, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://cbg2017anais.siteoficial.ws/st03/7025.pdf> Acesso em 20/10/21.
- HALBWACHS, M. (1990). A memória Coletiva. São Paulo: Vértice.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2017). Base de dados por municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Brasil . Consultado em 10 de agosto de 2021.
- LAWS, B. (2013). 50 Plantas que mudaram o rumo da História. Rio de Janeiro: Sextante.
- MORS, L. (2015). Coevoluções genéticas e culturais: a amoreira e o bicho-da-seda ou a interação entre uma planta e um animal que deu nome a uma cidade no interior Fluminense. Disponível em: <https://oetnobotanico.wordpress.com/2015/10/27/coevolucoes-geneticas-e-culturais-a-amoreira-e-o-bicho-da-seda-ou-como-a-interacao-entre-uma-planta-e-um-animal-deu-nome-a-uma-cidade-no-interior-fluminense/> Acesso em 20/10/21.
- QUEIROZ, R., TEIXEIRA, H., VELOSO, A., TERÁN, A., QUEIROZ, A. (2011). Caracterização dos espaços não formais de educação científica para o ensino de ciências. *Revista Areté*, Manaus, 4 , p.12-23, 2011.
- ROCHA, A., OLIVEIRA, L., BARROS, R. (Orgs). (2015). A geografia de Seropédica: reflexões teóricas e práticas educativas no PIBID. Nova Iguaçu, RJ: Entorno.
- SAEZ, C. (2012). Detecção de contaminação e a investigação da transmissão vertical do BmNPV (Bombyx mori nucleopolyhedrovirus) em raças do banco de germoplasma de bicho-da-seda da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.2012

Agradecimentos

A Coordenação do Jardim Botânico da UFRRJ, a equipe de funcionários pela dedicação na manutenção do Jardim das Amoreiras; a PROEXT/UFRRJ pela concessão de bolsa para a graduanda Gabrielle Evangelista da Silva do Curso de Graduação em Geografia e ao Professor Hélio Ricardo da Silva pela elaboração da prancha com as ilustrações.

PARTE III

Políticas Territoriais e Desenvolvimento Sustentável

Territorial Policies and Sustainable Development

THE NEW EURASIAN LAND BRIDGE: ELEMENTS TO THINK GEOPOLITICS AND CHINA – EUROPE COOPERATION

--

A NOVA PONTE TERRESTRE EURASIANA: ELEMENTOS PARA PENSAR A GEOPOLÍTICA E A COOPERAÇÃO CHINA - EUROPA

Jonathan Christian Dias dos SANTOS
Federal Rural University of Rio de Janeiro, Brasil
jonathan_christian95@hotmail.com

Andre Santos da ROCHA
Federal Rural University of Rio de Janeiro, Brasil
asrgeo@ufrj.br

Pablo IBANEZ
Federal Rural University of Rio de Janeiro, Brasil
ibanez.pablo@gmail.com

Resumo

O Mundo assistiu nas últimas décadas a diversas transformações em múltiplos campos: social, científico e também político-económico. Acompanhando este movimento de mudança, as geopolíticas dos Estados também evoluíram conforme países, barreiras, cercas e fronteiras iam deixando de existir ou se adaptando aos eventos cada vez mais acelerados. Ao passo que a configuração espacial se alterava, atendendo as exigências impostas pelo curso da história, a disputa pelo poder, intrínseca nas relações territoriais, ganhavam novos atores e contornos que atualmente criaram um panorama geopolítico cada vez mais acirrado, porém, com uma operação modernizada, sem desvalorizar suas características históricas. Essa atividade geopolítica contemporânea consegue assumir diversas facetas, se adaptando facilmente em busca do seu objetivo, sendo flexível, agressiva, dura e parceira quando necessária. É justamente dotada de uma ação geopolítica sofisticada que os chineses nos últimos vinte anos construíram sua influência no cenário político mundial, e cada vez mais buscam estabelecer sua posição como uma nação com papel de liderança mundial. Neste texto analisamos alguns elementos que marcam essa atuação geopolítica chinesa, especificamente no continente europeu, e como elas estão espacialmente materializadas pelos países da região, abordando estritamente a importância da Nova Ponte Terrestre Euroasiática, um dos principais corredores que estão por trás das estratégias de Pequim na relação com os seus parceiros na contemporaneidade.

Palavras chave: China, Europa, Cooperação, Geopolítica, New Eurasian Land Bridge

Abstract

The world has seen in the past decades, numerous transformations in multiple fields: social, scientific and political-economic. Following up on this movement towards change, the geo-politics of states also evolved as countries, barriers, fences and boundaries were being demolished or adapted with increasingly accelerated events. As the spatial configuration was changing, meeting the requirements imposed by the course of history, the dispute for power, embedded in territorial relations, gained new agents and contours. They have consequently created an increasingly fiercer geopolitical landscape, but with modernised operations, without underestimating their historical characteristics. This contemporary geopolitical activity can take on many guises, adapting easily in pursuit of its goal, being flexible, aggressive, tough and cooperative when it is needed. It is precisely endowed with a sophisticated

geopolitical action on which the Chinese, in the last twenty years, have built their influence on the world political stage, and are increasingly seeking to establish their position as a nation with a global leadership role. In this article, we have analysed some of the elements featuring China's geopolitical performance, more specifically on the European continent, and how they are spatially materialised by the countries in the region, strictly addressing the importance of the New Eurasian Land Bridge, one of the main corridors behind Beijing's strategies in dealing with its partners in contemporaneity.

keywords: China, Europe, Cooperation, Geopolitics, New Eurasian Land Bridge

1. Introduction: Cooperation as geopolitics – a glance at Chinese tactics

In the contemporary international order, building power strategies takes on a new shape. Such strategies include different levels of leverage: territorial, diplomatic, economic, cultural, cybernetic, among others, going beyond domination and military supremacy. Geopolitics, accordingly, ought to be repositioned beyond the classical territorial-military power relationship, in which only the ratio between land, sea and air power were discussed. If we understand that geopolitics is, amongst other things, associated with the strategies taken by certain groups in order to set up their territorial domains (Lacoste, 2009), and if we examine our current conjuncture, we will notice new layers to the seizure of power. More subtle, but no less objective, forces are at work. For instance, in the field of international relations, above all from the liberal lineage of Joshep Nye (2010) a lot is said about Soft Power, which opposes Hard Power and is closely linked to the warlike exercise of military power. In turn, the Swiss geographer Claude Raffestin (1993) addresses the need to clarify that there is not a question of classifying power, but to observe the links of its practice. In this sense, what we conceive as soft power may be, at its core, much harder than it seems, such as for trade embargoes with potentially devastating effects on certain territorial areas.

According to Agnew (2008), we are experiencing a new configuration of global power. We have seen the emergence of new strategies for the pursuit of territorial-based actions. A great example of this are the initiatives of a diplomatic nature involving cooperation strategies (Rocha, 2019) which despite proving to be contradictory (Mawdsley, 2015) have strong territorial impacts. One such case of contemporary cooperation and diplomacy with significant impacts on territorial areas includes China's actions in the context of the Belt and Road Initiative (BRI).

Today, China is an important player in the international order. Its relevance has been built on internal modernisation strategies and further development policies rooted in the 1980s with improvements led by Deng Xiaoping (Ibañez, 2020). Furthermore, the revival of world capitalism has promoted the global shift in production, through the dynamics of economic-productive restructuring, in which China participates as a fundamental part of this geopolitics of capitalism.

Likewise, it cannot be ignored that it is in the post-Cold War context that China increases its capillarity, economic strength and diplomatic influence. This context is constituted from a new international order of "Uni-multipolar" hegemony (Dupas, 2008), endorsing a political-military role centred on the United States of America and, at the same time, establishing what Haesbaert (2013) understands as a scenario of the globalisation-fragmentation process. This has resulted in an economic multi-polarity centred on several poles of power, which may be led by the European Union, the United States and Japan, the 1990s triad of international capitalism, but also by the different regional centres of power driven by relevant regional economies. In this latter case, we can include what was called the BRICS in the 2000s. However, in the context of economic globalisation, it opens up the need to think about the dynamics of global interlocution and the demand for productive exchange between nations, taking into account their internal and external actions. Thus, in the current global political-economic situation, economic strategies are in tune with territorial strategies, revealing a new geopolitical dimension of the new global order of power. Not coincidentally, Foot (2008) highlights the Chinese diplomatic strategy is manifesting itself through global multilateralism to amplify its influence and power strategy in different regions of the world. There are several internal perspectives which see China as part of the global power dynamic. It would not be the sole world power, but it would establish a shared international order. To this end, it must amplify agreements, cooperation, and diplomatic relations in areas and strategic global agents. This makes it necessary to maintain the geo-economic guarantee of the natural and energy resources that serve to underpin its production model, as well as its economic and productive internationalization centred on capital flows and China-produced goods.

As such, geopolitics and cooperation come into line as strategies for consolidating China's international potential. This is why the partnership with Europe has become fundamental. It is important to recall that the establishment of agreements within Europe is due to this region being a major consumer centre and a connection to the Western world. This can be seen in the expansion of trade between Europe and China, chiefly in the so-called 16+1 format (China's cooperation models with Central and Eastern European countries). In addition, from a geostrategic point of view, Europe is part of the expanded integration of the BRI, embodied in the New Eurasian Land Bridge (NELB). We shall present these two elements more precisely in the following topics.

2. The 16+1 Format: Central-Eastern Europe and its interlocutions with China

The history of Chinese diplomatic actions and its rapprochement with the European countries requires interpretation of its historical and geopolitical singularities, particularly, the pathways which led to the consolidation of the current economic and political framework, both in China and in Europe.

As Morin (1987) sees it, it is necessary to demolish the image of a homogeneous European bloc. Barbosa (2013) understands that the construction of an image of "a Europe" as united and cohesive is

marked by internal hegemonic disputes and its affirmation as a power bloc has to do with the creation of an internal and external vision. For example, the process leading to Brexit, in which the United Kingdom exited the European Union (EU), as well as the constant challenges of Eastern European integration, most of which were under Russian influence and socialist governments during the Cold War until the fall of the Berlin Wall (1989) and the dissolution of the USSR (1991), highlight the lack of internal unity and the challenges to be overcome.

Eastern Europe is a highly strategic part of the European continent, as it has a territorial connection to the Asian region and is the integrating route for different network systems. According to Claude Raffestin (1993), these networks are essential geopolitical elements for territorial system dominance, and besides the important circulation routes (roads and railways), they also contain the networks of natural gas coming from Caucasus to supply the European zone. According to Messias da Costa (2018), a vital geostrategic position is one of the big explanations for the Russian geopolitical advances in the region, as well as the EU's attempted expansion understood to be the civil arm of the North Atlantic Treaty Organisation (NATO). China underwent a socialist revolution under Mao Zedong in the twentieth century, and has subsequently embraced its process of economic openness with 1980s modernisation policies. However, the ballast of its historic alliances remains with the old countries who had been under the influence of Soviet socialism, hinting at a better alignment of these nations, the then so-called Eastern European, with the Chinese. Clearly, this does not mean that these countries are exclusively aligned to Beijing's interests. When they judge it convenient, they behave in a way that is antagonistic to Chinese preferences, pursuing their own interests and positioning themselves within a new geographical zone of influence. For instance, in 2020, Bulgaria, Slovakia, Macedonia and Kosovo, due to lobbying from the Trump administration, banned Chinese companies from bidding to supply 5G technology on their home telecoms networks¹.

At the current juncture, there have been a series of Chinese onslaughts seeking to spark a rapprochement with Europe. While there is disagreement on some precepts, China's diplomacy works from a pragmatic perspective and has succeeded in building trade dynamics with Europe. In turn, the European Union is pursuing policies that allow for such approximation while trying not to lose domestic geopolitical spaces, especially at a time of consolidation and expansion within the EU, more particularly towards Eastern Europe.

The European Parliament's document entitled "*China, the 16+1 format and EU*"² shows how strategic this group of sixteen Central and Eastern European countries (CEEC's) is, plus China. This format includes European countries facing divergent development prospects, as eleven of these sixteen

¹ Trump Turning More Countries in Europe Against Huawei. Foreign Policy. Available at: <https://foreignpolicy.com/2020/10/27/trump-europe-huawei-china-us-competition-geopolitics-5g-slovakia/> Accessed on 11 Sept. 2021

² Document available at: [China, the 16+1 cooperation format and the EU - Think Tank \(europa.eu\)](https://www.europa.europa.eu/press-communication/infobox/infobox_1611_en) - Accessed on 10 Sept. 2021.

countries are already members of the European Union. According to said statement, the rapprochement of this group of nations towards cooperation has been taking place since 2012 and is part of the Chinese geopolitical agenda, which is driven by two objectives: the first, to develop a "bridge" between the Sino-European markets; and the second one is geostrategic, linking this approach to the BRI's expansion corridors (Grieger, 2017, 1-2).

Against this background, the interlocutions within the 16+1 group are instituted in a fairly varied way. Even though a bloc cooperation dynamic has been mentioned, for Grieger (2017), that approach is strengthened at a multilateral-bilateral level. At times, individual agreements are made favouring specific dimensions and demands for each European country in the bloc. We must recall, as Hobsbawm (1996) points out, that the transition from socialist economies to market capitalism led to successive economic crises and structural problems at several levels in Central and Eastern Europe. Indeed, some countries have managed to better establish their economic transition more smoothly than others. This is evident, for example, in the different share of these countries in the EU as a whole.

Furthermore, one needs to remember that the balance of regional power and diplomatic proactivity inside the European space is in constant dispute. In the 16+1 format document, Grieger (2017, 4) arranges a ranking table listing the countries by level of participation in integration tiers with China.

Table I - Table of cooperation intensity level of the 16+1 format and relationship with the European Union

Cooperation intensity in the 16+1 format	Country	Position towards the EU
Active participants ('champions', 'leaders')	Czech Republic, Hungary, Poland, and Serbia	All are euro-sceptic and all are China's strategic partners
Ambitious partners	Bulgaria, Latvia, FYR Macedonia, Romania and Slovenia	Most are euro-optimists/euro-moderates (Bulgaria is euro-sceptic)
Followers	Croatia, Estonia, Lithuania and Slovakia	Euro-optimists/euro-moderates
Laggards	Albania, Bosnia-Herzegovina and Montenegro	Euro-optimists/euro-moderates

Source: I. M. Oehler-Şincai, [The 16+1 Process: Correlations between the EU Dependency/Attitude Matrix and the Cooperation Intensity with China](#), 2017.

In the document endorsed by the European Parliamentary Research Service, the level of rapprochement with China is arranged with greater emphasis for those who are considered to be more

sceptical towards the EU, and those with less participation include more Euro-optimistic countries. This level of interaction is reflected in the trade flow of goods between them as seen in figure 1.

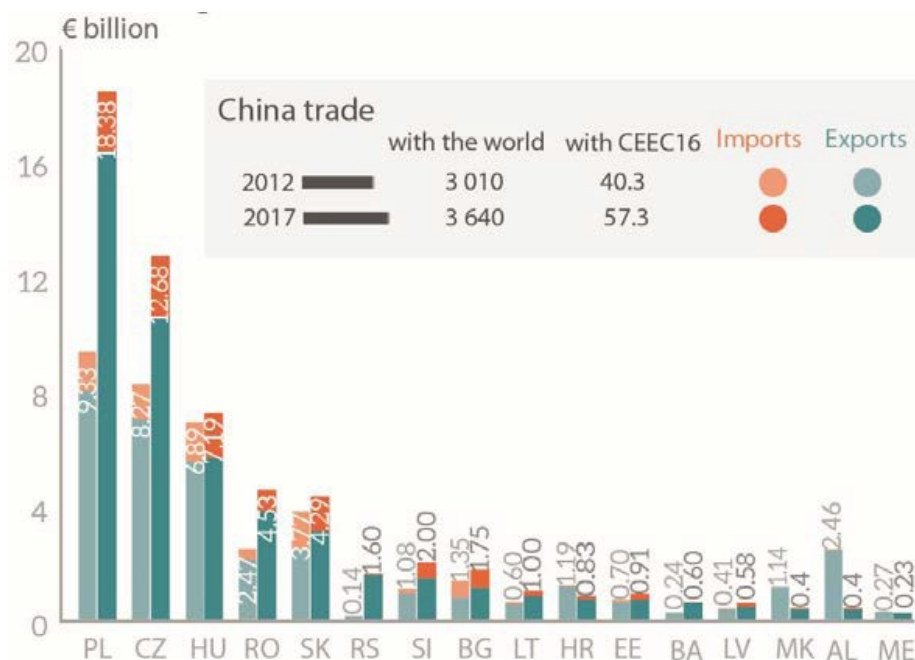


Figure 1 – China-CEEC goods trade chart between 2012 and 2017.

Source: European Commission, Eurostat; Greinger (2017, 5)

According to the data shown in figure 1, Poland, the Czech Republic and Hungary are the top three trading partners, and they are also precisely the closest traders to China and strongly EU-sceptical. These three partners are deemed as being strategic and together they represent more than half of the operations in the bloc. Through such data, we can still see that the level of rapprochement towards the EU ends up influencing the drop in trade volume and goods with the Chinese.

Finally, it is necessary to take a broad look at these ties, since the diplomatic values conceived by the European Union, which are essentially liberal democratic, bring critical tones to the economic and political practices running into the local and economic power dynamics of Central and Eastern European countries. In turn, China with its Win-Win diplomacy, which reiterates horizontality and political non-interference, gains space in this geopolitical and diplomatic chessboard. In addition to taking advantage of affiliations and socio-economic experiences linked to socialism, it has set up territorial policies to expand its actions via BRI's materialisation through NELB.

3. The New Eurasian Land Bridge

The New Eurasian Land Bridge (NELB) was officially opened in December 1992 from the railway connection, firstly, between cities located on China's coast and inland, and later connecting them to Eurasian countries, more specifically to Kazakhstan (Shu, 1997). It is currently one of six economic corridors composing the key transport network to BRI. Its length is approximately of 10,900 km, starting in Lianyungang and Rizhao on the Chinese coast and ending at Rotterdam Port in the Netherlands and the Belgian port of Antwerp, two of the busiest ports in the European bloc in 2019, respectively. Connecting the Pacific to the Atlantic, the railway network (main route) used by this corridor is also territorially materialised in five countries: Kazakhstan, Russia, Belarus, Poland (through which it effectively enters the EU sphere of influence) and continues to Germany, Holland, Belgium, where it is fed by secondary lines, reaching Spain and France.

If in the past this corridor operated below what had been expected of it (Shu, 1997), in the 21st century, this panorama has changed significantly. In 2020, approximately 12,400 trips were made through the NELB, a 50% increase from the previous year. In the first two months of 2021, it was expected nearly 55 freight trains would cross Asian and European continents using this route, China's state-run Xinhua news agency had reported³. However, appreciation for the NELB has not happened overnight or in a few years. More than a simple network of connections and transport between countries and continents, with the purpose of China's economic development, throughout time, the NELB has represented a part of China's global geopolitical strategy, and several factors have contributed to its progressive prominence.

The first factor worthy of note is the strong mercantile relationship discussed in previous pages: both China and the European Union (EU) are currently major trade partners. With China's entry into the World Trade Organisation (WTO) in 2001, both parties have become closer, solidifying and deepening their economic links over the years.

Over the past twenty years, the EU and Beijing have endeavoured to maintain a pragmatic and diplomatic relationship. By building a trade cooperation agenda, several agreements have been signed aiming at the development of a fair and transparent trade area, ensuring security for European investors in China and vice-versa. The success of this relationship would ultimately be reflected in the EU-China Comprehensive Agreement on Investment (CAI), proposed in 2013 to allow greater access to their respective markets for companies from both sides, approved by the European Commission in 2020. Nevertheless, up until August 2021, the European Parliament had not ratified it.

³ Xinhua Headlines: 28 years on, China-Europe land bridge forging stronger ties. Xinhua News Agency. Available at: http://www.xinhuanet.com/english/2021-02/08/c_139730532.htm - Accessed 31 Aug. 2021

So the question we ask is: what is going on within the NELB? Firstly, we must point out that the trade flow of goods between Europeans and Chinese, despite having a negative balance, has not stopped growing, at least since 2018. Secondly, the trade profile between these actors is diversified: Europeans mainly export machinery, automobile parts and chemical products to China, while they import industrial and consumer goods, building materials, machinery and textiles (clothing) from China.

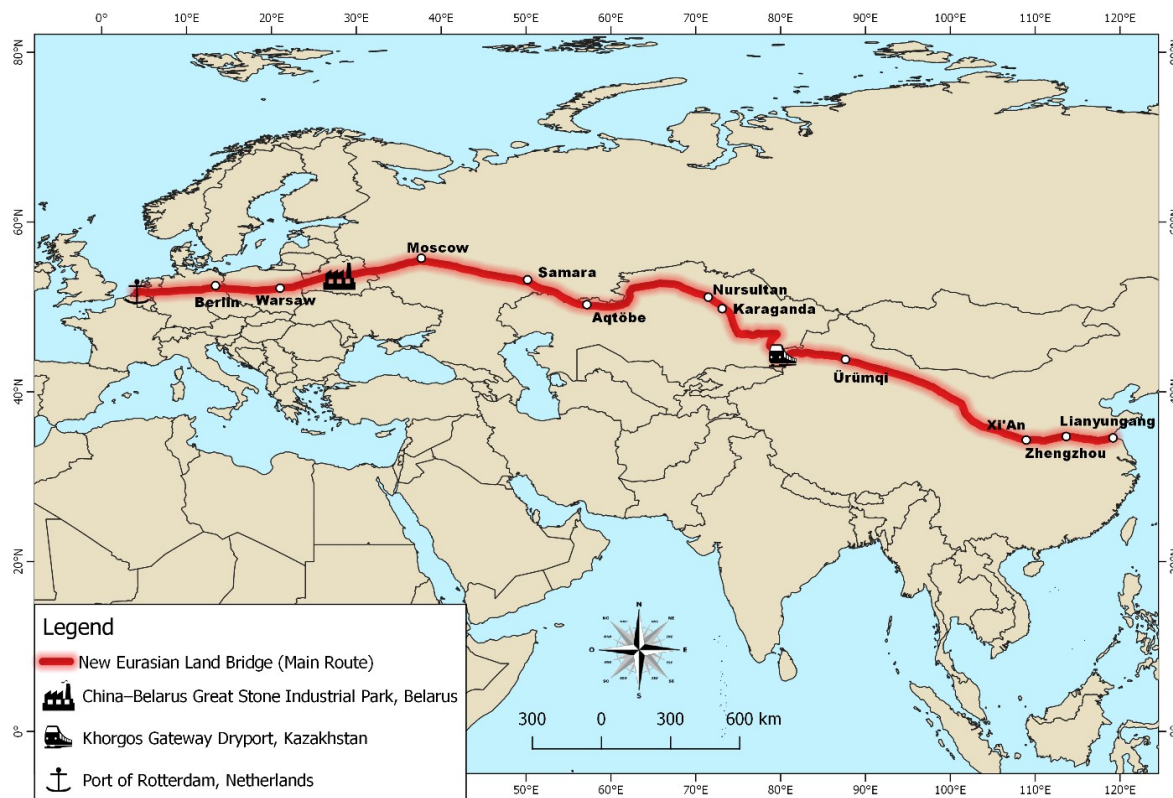


Figure 2 - The Main Route of the New Eurasian Land Bridge.

Source: Prepared by authors, based on China (2020); Jakubowski (2020)

Table II - EU-China trade flow of goods (2018-2020)

Year	EU imports	EU Exports	Scales
2018	€ 342 billion	€ 188 billion	€ -154 billion
2019	€ 363 billion	€ 198 billion	€ -164 billion
2020	€ 383 billion	€ 202 billion	€ -180 billion

Source: China. European Commission. Available on: <https://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/china/> - Accessed on 31 Aug. 2021

The second factor responsible for NELB's prominence in recent years is its cost-effectiveness. It has the skills to adequately meet the needs of network flows at the very territorial core, and it is economically viable. The means of transport used on this route, the locomotives, are constantly being modernised. In the 1990s, when the NELB project was initiated, the Chinese railway infrastructure (tracks, locomotives, tracking system) was shaky (Shu, 1997), albeit as of the 2000s, the Chinese territorial integration along with its neighbouring countries has become one of the main objectives of the Chinese Communist Party (CCP), being this topic constantly present in the latest Five-Year Plans (FYP).

The railway system is a central element for Chinese development and defence, and therefore, since the end of the 20th century, Beijing has massively invested, both internally and externally, in the development of this infrastructure model. As of today, according to the China State Railway Group, at the end of the thirteenth five-year plan (2016-2020), the Chinese railway network had a total length of just over 146,000 km, of which 37,900 km were meant for high-speed trains⁴. The group has also announced their aim to reach the 200,000 km railway line mark connecting the whole of China before the year 2035⁵. This entire system is in communication with each other, fostering not only a great connection between the Chinese, but also with the World.

In addition to the inward investments, China has assisted in the construction of dry ports and the development of infrastructure in key and strategic cities to support NELB's operations, as in the case of Khorgos dry port, in Kazakhstan, the Great Stone Industrial Park, a special economic zone, and the Kolyadichi Terminal, both near Minsk, the capital of Belarus. Still in Europe, in Poland (member of the 16+1 platform and main entrance of the NELB into the EU zone), the main Chinese investments in 2020 were aimed at logistic infrastructures, according to studies carried out by the Polish Economic Institute⁶.

In other Central-Eastern European countries not on the main route of the Eurasian land bridge, although their territories can serve as feeder and/or secondary routes, Chinese companies are also investing and operating in the transportation and logistics sector. In Serbia, for example, the Chinese have supported the ongoing development of the Belgrade-Budapest high-speed railway line (a key part for the running of The Land-Sea Express, another transport corridor designed to promote a fast connection to Piraeus Port, owned by China COSCO Shipping Corporation Limited and one of the twenty busiest EU ports, in 2019), besides investments in domestic roads (Dimitrijević, 2018). The same was true for the Western Balkan Six (Albania, Bosnia-Herzegovina, Kosovo, Montenegro, North Macedonia and Serbia),

⁴ Operating results of China State Railway Group in 2020 better than expected amid the epidemic. Global Times. Available on: <https://www.globaltimes.cn/page/202101/1211729.shtml> - Accessed on 31 Aug. 2021

⁵ China plans to expand railway network to 200,000 km before 2035. Reuters. Available on: <https://www.reuters.com/article/us-china-economy-infrastructure-railways-idUSKCN2590M4> - Accessed on 31 Aug. 2021

⁶ Poland among China's main EU investment sites. Euractiv. Available at: https://www.euractiv.com/section/politics/short_news/poland-among-chinas-main-eu-investment-sites/ - Accessed 11 Sep. 2021

which have received an estimated US\$2.4 billion in investment and a further US\$6.8 billion in loans for building logistics systems⁷.

Despite some technical difficulties such as the difference in the sizes of the track gauges through which the locomotives run from China to Holland and Belgium, the railways can still retain an economic advantage over their main competitors: the ships and the aeroplanes. Promfet (2021) says that historically sea transport has always had an advantage over rail in trade between Europe and Asia, however, this scenario is beginning to change with the freight trains chartered by European companies running factories in China.

As the movement of goods by rail between the two continents progressively became more and more widespread, new services and destinations were also offered. Moreover, Promfet further suggests that the railway modal's favouring over the others was caused by the considerable rise in the price of air freight in the years around 2010, whilst the maritime modal was slowed down, seeking to reduce pollution and fuel consumption. In other words, trains are faster than ships and cheaper than planes.

According to Nazarbayev (2019), a journey on NELB lasts in about 18-20 days, whereas the German company DHL says it takes 10-12 days; meanwhile the same journey would last approximately between 35-45 days by sea. Air travel, which would be the fastest of all (a 12-hour flight between the two continents), is more expensive and has a much more limited space than a locomotive pulling several containers. The importance of this connection channel can be seen, for example, through the recent pandemic of COVID- 19, when the railway line was used to export 9.39 million basic medical supplies to the European continent⁸.

The third and final contributing factor to the growth of the NELB is its central role in the Chinese foreign policy. This corridor, just like the others included in BRI, is essentially developed to enable the Chinese to put into practice their geopolitical strategy of cooperation. The Chinese aim to become an indispensable player on the international political scene is embodied through cooperation and its multiple bi- or multilateral agreements made over recent years with several global players (countries and international organisations), through policy banks (Bank of China, China Development Bank, Export-Import Bank of China) and Chinese companies (China Road and Bridge Corporation, China Communications Construction Company, China Railway International and China Communications Construction Company are a few).

These corridors are also responsible for the development and expansion of Chinese geopolitical zones of influence. Despite the strong commercial link and pragmatic relationship between Europeans and Chinese, their discourses and geopolitical zones of influence are quite distinct. Not surprisingly, the

⁷ China's investments in the Western Balkans. Strategic Comments. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/13567888.2020.1868206?scroll=top&needAccess=true> – Accessed 12 Aug. 2021

⁸BRI delivers growth and protection amid pandemic. Global Times. Available on: <https://www.globaltimes.cn/page/202102/1215314.shtml> - Accessed 31 Aug. 2021

Chinese have come closer and have a better relationship within a sphere built on a political discourse only slightly different from the central stakeholders of the European bloc. While the EU (the major decision-making nations in the bloc) is closer to an axis of power linked to Western bodies like NATO, for instance, the Chinese have their own outlook for action and geopolitical exploration of new areas, in this specific case, as demarked by the aforementioned China, the 16+1 format and EU.

Rather than just a simple project to link China and the European bloc, this NELB is not just a project to link China and the European bloc. It is a bold project to connect distant areas from Asia to the rest of the world, and the European continent is part of this platform. Through these intricate networks, Beijing's geopolitical influence can successively increase with investments, acquisition and/or construction of new infrastructures and partnerships between European and Chinese companies, leading to a rapprochement that creates space for the ascendancy of the Chinese geopolitical discourse, marked by action towards the other and benevolence towards other countries (Ming, 2020).

4. Conclusion

Clearly, there is a need for greater observation of China's strategies. Bear in mind that their actions must be interpreted not only in the light of a Western gaze, but rather, to understand them, we need to think of the bells and whistles of auspiciousness and their interpretation of global hegemony. Far from systemic domination of the global web, Rosemere Foot argues, China seeks governance on the basis of multilateralism, therefore in a logic linked to other global powers. There is no doubt that the United States and the European Union are important actors in the Global Order. However, the systematic incorporation of the European area into China's geopolitical and geoeconomics dynamics, by expanding the BRI (here addressed through the NELB) and through the activities of its policy banks, reveals the intention to expand its diplomatic and economic activities towards the West.

As regards the geopolitics of the European area itself, the 16+1 cooperation format has brought new institutional arrangements and challenges to consolidate and unite the European Bloc. These are mainly the ability to effectively incorporate central and eastern countries into the European Union and overcome the symbolic and diplomatic barriers hindering the political integration of these countries into the so-called "Western Europe". Likewise, the importance of international cooperation as a strategy for geopolitical expansion is closely associated with the tangible transformations of territories, materialised in networks of circulation. These networks, as far as they are concerned, can bring new economic dynamism and political relevance to Eastern European countries, still understood by some as a geographical spatial heritage of the Cold War discourse.

Bibliography

- AGNEW, J. (2008). A nova Configuração do Poder Global. *Revista Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, 207-219.
- BARBOSA, J. (2013). União Europeia: transformações, crises e desafios da integração regional. In: R. Haesbaert. (Org.). *Globalização e fragmentação no Mundo Contemporâneo*. 1ª ed. Niterói: EDUFF, 87-112.
- BELT AND ROAD INITIATIVE. Available at: <https://beltandroad.hktdc.com/en/belt-and-road-basics> - Accessed 08 September. 2021.
- BLACKWILL, R., HARRIS, J. (2016). *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. London: Harvard University Press.
- CHINA, People's Republic of (2020). China-Europe Freight Train Construction Development Plan (2016-20). Belt and Road Gateway. Available at: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/zchj/qwfb/35975.htm> - Accessed 31 Aug.2021 – Accessed 31 August. 2021.
- DIMITRIJEVIĆ, D. (2018). Chinese Investments in Serbia—A Joint Pledge for the Future of the New Silk Road. *Baltic Journal of European Studies* [Online], v.7, n. 1, 65-83.
- DUPAS, G. (2008). Fundamentos, contradições e consequências hegemônicas. In: Lafer, C; Dupas, G; Silva, E.L. (eds.). *A nova Configuração Mundial do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 211-232.
- FOOT, R. (2008). Estratégias Chinesas em uma ordem global hegemônica: acomodação e hedging. In: Lima, et all. *Os Brics e a ordem Global*. Rio de Janeiro: FGV editora, 125-151.
- GREIGER, G. (2017). China, the 16+1 format and the EU. BRIEF. European Parliamentary Research Service. Available at: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2017/599313/EPRS_ATA\(2017\)599313_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2017/599313/EPRS_ATA(2017)599313_EN.pdf) - Accessed 10 September. 2021.
- HAESBAERT, R. (eds). (2013). *Globalização e fragmentação no Mundo Contemporâneo*. 2ªed. Niterói: EDUFF, 2013, 113-136.
- HOBBSBAMM, E. (1996). *The Age of Extremes*. New York, Vintage Books Edition.
- IBAÑEZ, P. (2020). Belt and Road Initiative and China-Pakistan Economic Corridor: Geopolitical Challenges. *Journal of China and International Relations* Special Edition: Brics, Available at: <https://journals.aau.dk/index.php/jcir/article/view/4236> - Accessed 06 June. 2021.
- JAKUBOWSKI, A. et al (2020). Poland as the centre of the Silk Road Economic Belt: is the opportunity narrative supported by developments on the ground?, *Asia Europe Journal* [Online], n.18, 367-396. Available at: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s10308-020-00571-6.pdf> - Accessed 31 August. 2021.
- MAWDSLEY, E. (2015). Geography of development: Cooperation, competition and convergence between 'North' and 'South'. *Progress in Human Geography*. *Progress in Human Geography*, v.40, n.1, 1-10. Available at: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0309132515601776> - Accessed 12 August. 2021.
- MING, L. (2020). Xi Jinping's Vision of a Community with a Shared Future for Humankind a Revised International Order? *NBR Special Report* [Online] n. 85. Available at: <https://www.nbr.org/publication/xi-jinpings-vision-of-a-community-with-a-shared-future-for-humankind-a-revised-international-order/> - Accessed em 31 August. 2021.
- MORIN, E. (1987). *Penser l'Europe*. Paris: Gallimard.
- NAZARBAYEV, N. (2019). *A era da independência*. São Paulo: Nova Alexandria.

NYE, J. (2012). O Futuro do Poder. São Paulo: Benvirá.

PROMFET, R. (2021). The Eurasian Landbridge: Implications of linking East Asia and Europe by rail. *Research in Globalization*. [Online] 3, 1-6. Available at: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2590051X21000113?via%3Dihub> – Accessed 31 August. 2021.

RAFFESTIN, C. (1993). Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática.

ROCHA, A.S. (2019). Geografia da cooperação internacional para o desenvolvimento: um olhar estratégico das relações Brasil-África no início do século XXI. In: Pina, H. & Martins, F. (Org.). *The Overarching Issues of the European Space*. 1ed. UPORTO: FLUP, 2019, v. 1, 315-326. Available at: 10.21747/9789898969149/geog - Accessed 26 August. 2021.

THE GLOBALIZATION OF POLITICAL PROCESSES. THE GEOGRAPHICAL VIEW

--

A GLOBALIZAÇÃO DOS PROCESSOS POLÍTICOS. A VISÃO GEOGRÁFICA

Atanas DERMENDZHIEV

Faculty of History, "St. Cyril and St. Methodius", University of Veliko Tarnovo, Bulgaria
adermendjiev1960@abv.bg

Martin DOYKOV

Faculty of History, "St. Cyril and St. Methodius", University of Veliko Tarnovo, Bulgaria
martin_doikov@abv.bg

Abstract

At the beginning of the 21st century, when distances have become shorter because of the development of communication networks, the world has undergone political, economic and cultural integration or, in other words, globalization. These processes raise many questions about the way geography influences global policy.

Historians think of globalization as one of the stages in the development of capitalism. Political scientists put the emphasis on the diffusion of democratic organizations. Economists note the process of trans-nationalization of financial markets. Cultural scholars connect globalization with the worldwide distribution of Western culture and way of living (Westernization). There are also informational-technological approaches to explain globalization – the appearance of global means of telecommunications.

In politics, globalization leads to weakening of the nation state and contributes to decreasing its sovereignty. A transformation of the nation state can be observed, but its indispensability does not decrease (despite increasing criticism). The contemporary state delegates more and more powers to influential international organizations such as the UN, NATO, IMF and the World Bank. That is why authors like T. Friedman and R. Keohan consider globalization a radically new phenomenon, leading to the gradual loss of the significance of nation states.

Very important are the different concepts connected with global conflicts. Samuel Huntington writes about the "clash of civilizations" whose theory opposes that of Francis Fukuyama about "the end of history". The role of the Western world in this conflict is also of great significance.

From the position of globalization, regionalism is a type of localism on a large territorial scale. Often, it has been described as a struggle between history and geography. The geographical approach to the problems is connected with the understanding that regional structures, together with global corporations, nation states and international economic organizations are the most important subjects of globalization. This makes the interrelations between globalization and regionalism an interesting field for research.

Each one of these competing and opposing globalizations ideologically and scientifically reflects particular dimensions of the ongoing processes at global level, which, by default, makes them objects of research in socio-cultural geography.

The main objective of the present research is to reveal the nature of globalization and its relations with world policy and geography on the base of existing scientific literature on the topic. Different research methods have been used, among which conceptual analysis, situation analysis, spatial analysis based on the civilizational approach and others. The ideas of main existing studies on the topic have been synthesized, analyzed and discussed.

The results of the research show that there are different points of view on the problems, some of which fundamental, others not so well known, and some even peculiar ones. Another result of the research is the explanation of two opposing processes – globalization and regionalization. An attempt has been made to include all these different points of view in the revealing of the nature of global processes and their relation to geography as one of their fundamentals.

Keywords: globalization, regionalization, civilizations, religions, concepts.

Resumo

No início do século XXI, quando as distâncias se encurtam devido ao desenvolvimento de redes de comunicações, o mundo passa por uma integração política, económica e cultural, ou seja, um processo de globalização. Esses processos levantam muitas questões sobre a forma como a geografia influencia a política global.

Os historiadores pensam na globalização como uma das etapas do desenvolvimento do capitalismo. Os politólogos enfatizam a difusão das organizações democráticas. Economistas observam o processo de transnacionalização dos mercados financeiros. Os culturologistas conectam a globalização com a distribuição mundial da cultura e o modo de vida ocidentais (ocidentalização). Existem também abordagens tecnológico-informacionais para a explicação da globalização - o surgimento dos meios globais de telecomunicações.

Na política, a globalização leva ao enfraquecimento do estado-nação e contribui para a diminuição de sua soberania. Observa-se uma transformação do estado-nação, mas não a diminuição de sua indispensabilidade (embora as críticas sejam crescentes). O estado contemporâneo delega cada vez mais poderes a organizações internacionais influentes, como a ONU, a OTAN, o FMI e o Banco Mundial. É por isso que autores como T. Friedman e R. Keohan consideram a globalização como um fenómeno radicalmente novo, levando à perda gradual da importância dos Estados-Nação.

Muito importantes são os diferentes conceitos ligados aos conflitos globais. Samuel Huntington escreve sobre o “choque de civilizações” cuja teoria se opõe à de Francis Fukuyama sobre “o fim da história”. O papel do mundo ocidental neste conflito também é de grande importância.

Do ponto de vista da globalização, o regionalismo é um tipo de localismo em grande escala territorial. Foi descrito, frequentemente, como uma luta entre história e geografia. A abordagem geográfica dos problemas está ligada ao entendimento de que as estruturas regionais, juntamente com as corporações globais, os Estados-Nação e as organizações económicas internacionais são os temas mais importantes da globalização. Isso torna as inter-relações entre globalização e regionalismo um campo interessante de investigação.

Cada uma dessas globalizações concorrentes e opostas ideologicamente e cientificamente refletem dimensões particulares dos processos em curso ao nível global, o que, por defeito, as torna objetos de investigação da geografia sociocultural.

O principal objetivo da presente pesquisa é revelar a natureza da globalização e suas relações com a política mundial e a geografia com base na literatura científica existente sobre o tema. Diferentes métodos de pesquisa têm sido utilizados, entre os quais análise conceitual, análise de situação, análise espacial com base na abordagem civilizacional e outros. As ideias dos principais estudos existentes sobre o tema foram sintetizadas, analisadas e discutidas.

Os resultados da pesquisa mostram que existem diferentes pontos de vista sobre os problemas, alguns fundamentais, outros pouco conhecidos e alguns até peculiares. Outro resultado da pesquisa é a explicação de dois processos opostos – globalização e regionalização. Tentou-se incluir todos esses diferentes pontos de vista na revelação da natureza dos processos globais e sua relação com a geografia como um de seus fundamentos.

Palavras-chave: globalização, regionalização, civilizações, religiões, conceitos.

1. Introduction

Contemporary political development on global scale is characterized by processes of globalization, anti-globalism and the formation of a multipolar world.

Globalization is a process of worldwide political, economic and cultural integration and unification. Hence, we can distinguish between political, economic and cultural globalization.

The concepts about the nature of globalization are debatable. Historians consider it one of the stages of development of capitalism. Political scientists stress the spread of democratic organizations. Economists take into consideration the process of trans-nationalization of financial markets. Cultural scholars connect it to the general distribution of Western culture and way of living (Westernization). There

are also information technology approaches in the explanation of the globalization processes, connected with the emergence of global means of telecommunications.

The American sociologist C. Chase-Dunn (Chase-Dunn, 1999, p. 190) concludes that there are at least five distinguishable aspects of globalization:

1) *common ecological constraints*, part of which are “global threats, due to our fragile ecosystem and the globalization of the ecological risks”, and just in our days ecological degradation “began to operate on global scale” (p. 191);

2) *cultural globalization*, connected with two types of cultural phenomena: the spread of the individualized values of “western origin” towards all large groups of world population; adoption of individual rights and identity, as well as transnational efforts for protection of “human rights” (p. 191);

3) globalization of *communication*, connected with the new era in information technologies – “global communication facilities have the power to move things visible and invisible from one part of the globe to another whether any nation-state likes it or not” (p. 191);

4) *economic* globalization, which includes “globe-spanning economic relationships”. Its most significant manifestations are the “interrelationships of markets, finance, goods and services, and the networks, created by transnational corporations” (p. 192);

5) *political* globalization, whose nature is in “the institutionalization of international political structures” (p. 192).

The question about the birth of globalization is also debatable. Its emergence can be traced back to Antiquity, when the first empires expanded (the empire of Alexander III of Macedon, the Roman Empire, the Mongol Empire, the Ottoman Empire). They provoked the appearance of contacts among different cultures (civilizations) and civilizational regions. The differentiation of cultural-civilizational regions is connected with concrete borders, dominating cores and secondary political subjects. Their emergence is a result of the application of a civilizational approach in geographical studies.

The civilization region is a subjective and historically formed stable spatial system with specific social, cultural, economic and political characteristics. In contrast to geographic regions, dominant in their formation is the religion, as well as the way of living. Under the influence of social processes, regions are able to change their spatial configuration mostly on the structural level.

The strongest impetus was provided by the Great Geographical Discoveries, and that is why this period can be considered the real beginning of globalization. From the beginning of the 16th century until the first half of the 20th century, Western civilization was predominant, imposing its own political and economic system, as well as its cultural and scientific paradigms on the other civilizations. This situation changed in the middle of the 20th century, after the end of the Second World War, when the world became bipolar (on the basis of the confrontation between liberalism and totalitarianism), and after the end of the Cold War, when it became multipolar.

The Cold War is a term that stands for the continuous tension and struggle between the Eastern Bloc, led by the Soviet Union, and the Western Bloc, dominated by USA and NATO, which started after

the Second World War and continued until the disintegration of the Soviet Union at the end of December 1991. However, this rivalry did not lead to large-scale direct fighting between the blocs. Thus, the term “Cold War”, which was made popular by the American political adviser, Bernard Baruch (Gerber, 1982).

In the Age of Imperialism, the European nations confronted each other because of the redistribution of their colonies and the widening of their spheres of influence. In the contemporary world, the struggle for spheres of influence continues, but with new means due to technological, social and economic innovations.

Globalization is closely related also to the process of decentralization of the subjects of government (power). In politics, globalization leads to the weakening of the nation-state and contributes to decreasing of its sovereignty. A transformation of the nation-state is observed, but not its decline (despite increasing criticism). On the one hand, the contemporary state transfers more power to influential international organizations such as the UN, NATO, IMF and the World Bank. On the other hand, with the decreasing of state intervention in the economy and the reduction of taxes, the political influence of companies increases (especially of large transnational corporations). Because of the easier migration of people and the free transfer of capital abroad, the power of the state over its citizens is also decreasing.

The main objective of the present research is to reveal the nature of globalization through its emergence, manifestation and interrelations with world policy and geography on the base of existing scientific literature on the topic. This includes clarification of globalization as a term and of other significant geopolitical concepts that have been already mentioned.

In order to achieve this objective, different methods of research have been used such as conceptual analysis to distinguish the different terms used in the research, situation analysis to highlight the relations between the contemporary development of world geopolitics, economics and the factors for globalization, spatial analysis based on the civilizational approach and others. The ideas of main existing studies on the topic have been synthesized, analyzed and discussed.

The research has been structured in four parts. The introduction explains the globalization as a process, traces its development in history and comments the political processes that have led to the globalization of the contemporary world. The second part emphasizes on Huntington’s future model of world conflict, which divides the world into eight civilizations, based on religion and traditions, and discusses the role of the West in this conflict. The third part discusses other significant geopolitical conceptions of the 20th century, relating globalization to space, distance, borders, regions. Another very important focus of the research is on regionalization as a counterpoint of globalization. All the discussed concepts are by authors such as F. Fukuyama, T. Friedman, R. Keohane, K. Ohmae, A. Markusen, P. Tyanshansky, D. Kostitskiy, Z. Brzezinski, N. Dimov, P. Stoyanov, M. Grchich, N. Sluka and others, which has to show that the opinion on the topic of scientists from the different schools around the world have been taken into consideration. The final part of the research summarizes its findings.

2. Samuel Huntington and the future model of world conflict

One of the trends of the American geopolitical school is connected to the growing so-called “defensive consciousness”. According to this concept, regionalization leads to the loss of geopolitical domination of USA. A similar expression of this is the notion of “the clash of civilizations” by Samuel Huntington – an American sociologist and political scientist (Huntington, 1996), in which he questions Francis Fukuyama’s theory about “the end of history” by (Fukuyama, 1992). His monograph “The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order”, published in 1993, instantly became a futuristic bestseller. While Fukuyama suggests the total victory of liberal ideology has to be accepted as a main factor for world political development, Huntington considers this approach too optimistic. He states that at the end of the 20th century the geopolitical distribution of powers is determined by factors which are external to the framework of traditional confrontation between liberalism and authoritarianism. In particular, Huntington thinks that the main factor determining the economic and political development will be civilizations, which unite the states with similar social, cultural and religious values. Following the concepts proposed by the German philosopher and historian Oswald Spengler (“The Decline of the West”) (Spengler, 1918, 1922) and the British historian and cultural anthropologist Arnold Toynbee (“A Study of History”) (Toynbee, 1934-1961), Samuel Huntington states that “human history is a history of civilizations” (Huntington, 1996).

In his classification, Huntington determines *eight* civilizations: Western (based on Catholicism and Protestantism), Orthodox, Islamic, Hindu, Chinese (based on Buddhism), Japanese (based on Shintoism), Latin American (based on Catholicism and local Native American traditions), and African (in the process of formation based on local traditional beliefs). In most civilizations, but not all of them, there is a core-state, which has dominant and organizing role regarding the other states. Examples of this are the USA in the Western civilization or Russia in the Orthodox civilization. A key moment in Huntington’s theory is the idea that every civilization tries to keep its identity and, in many cases, to widen its sphere of influence, which during 21st century will ultimately lead to a number of conflicts in the zones of contact between the different civilizations (Huntington, 1996).

The French geographer J. Rufin (Rufin, 1992) developed further Huntington’s concept and created a new border between the North and the South (Fig. 1).

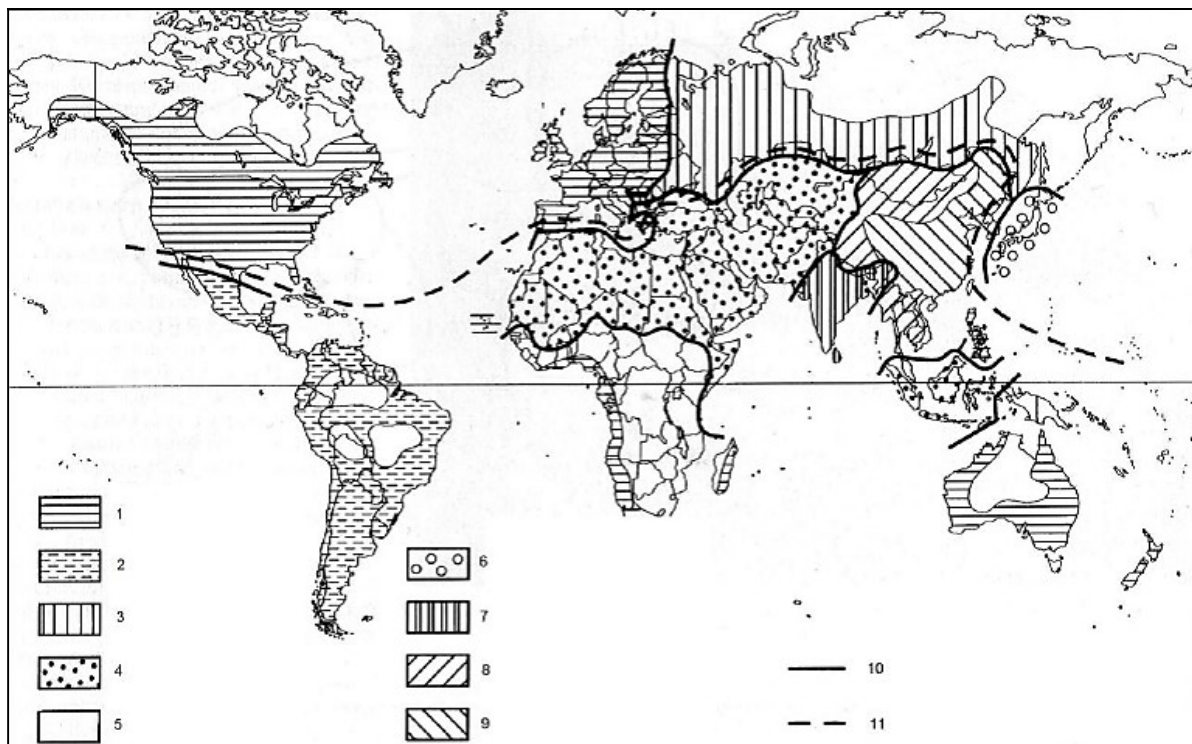


Figure 1 – Civilizations on the basis of religion according to Huntington and “the new limes” North-South according to Rufin.

1 – Western-Christian; 2 – Latin American (variants); 3 – Eastern-Orthodox; 4 – Islamic; 5 – Tribal religions; 6 – Shintoism; 7 – Hinduism; 8 – Buddhism; 9 – Confucianism + Buddhism; 10 – Fault lines between Huntington’s civilizations; 11 – “The New Limes” between the North and the South according to Rufin.

Source: Dermendzhieva et al., 2020, p. 36

The phrase “clash of civilizations” is not new and it was used during the Middle Ages as well as in the books by Basil Mathews “Young Islam on Trek: A Study in the Clash of Civilizations” (Mathews, 1926), by Albert Camus (1946) and Bernard Lewis (Lewis, 1990), among others.

Huntington starts with ratiocinations, studying the different theories about the nature of global policy in the period after the end of the Cold War. For him, the clash of civilizations is not the end (like in Fukuyama), but the development of history. The trends of the global conflict appear progressively in the civilizations (civilizational regions) he outlined. Wars like those following the disintegration of Yugoslavia, in Chechnya, as well as between India and Pakistan, are evidence of civilizational conflict.

S. Huntington considers that human rights, liberal democracy and free market economy were the only alternatives left for the nations in the world after the end of the Cold War. At the same time, according to him, Western beliefs in the universality of the values and the political system of the West are naive and the constant pursuit of democracy and “its universal norms” oppose even more to other civilizations. The West is self-confident because it has built an international system, introduced its own laws and given them substance in the form of the United Nations.

Huntington believes that there is a great shifting of economic, military and political power from the West to the other civilizations in the world. According to him, the eastern Asian Chinese civilization strengthens its positions in cultural terms and imposes its values regarding the West because of its fast economic growth. China tries to become again not only a regional but also a global leading power. The rise of China is one of the most significant problems and the most serious threats to the West. Huntington states that the liberal Western civilization is gradually losing its leading position, and at the same time, the significance of the Far East civilizations and the Islamic civilization is increasing, while the latter has the most aggressive anti-Western politics. The clashes are escalating at particular points along the “fault lines” between the civilizations, an example of which is the region of the Near and Middle East, where local military conflicts are constantly happening. The solution he proposes is for Western civilization to abandon its claim of the universality of its value system and its ambition to impose it on the other civilizations. In his monograph “Who Are We? The Challenges to America's National Identity”, Huntington states that the flow of emigrants coming from poorer countries creates enclaves or islands in Western countries, inhabited by people with absolutely different cultures. Thus, “*the clash of civilizations*” gains internal geographical dimensions within certain countries (Huntington, 2004). According to him, the largest threat to the USA are the migrants from Catholic Latin America, who do not share the basic values of the Protestant Anglo-Saxon culture, and for the European countries such threats are the migrants from the Near East.

According to Huntington (1996, p. 78), the Islamic civilization has experienced its demographic boom, which undermines the stability of the borders of Islam, as well as internally, where fundamentalist movements become more and more popular. Civilizational conflicts are mainly between Islam and non-Islam. They originate from the beginning of the Muslim invasion in Europe – in the Iberian Peninsula, the Balkans and Central Europe. Today the clash “West – Islam” is the result of the current Islamic renaissance and demographic boom, combined with the rejection of the values of western universalism, that is to say, all civilizations must accept Western values. Islam has “bloody borders”, especially with the Chinese, Orthodox, Western and African civilizations. Huntington determines Russia, Japan and India are “swaying civilizations”, which can take either position against the West.

Samuel Huntington's ideas are widely criticized. This is mainly because he does not take into account the socio-economic factors, trying to reduce everything to cultural (religious) differences, simplifying the political picture of the world, dividing it into “good” (western) and “evil” (non-western, mainly Islamic) part. The opposition within Islam itself (Iraq – Iran, Syria – Egypt and others) does not fit in his concept. One of the most important intellectuals of our time, the American Avram Noam Chomsky, criticizes Huntington that his concept is an excuse for the USA to intervene anywhere in the world (“world gendarme”) (Chomsky, 1992). A number of authors oppose the concept of “the clash of civilizations” to the one of “the dialogue of cultures”. The Indian economist Amartya Sen underlines that diversity is a feature of most cultures in the world and the western civilization is not an exception (Sen, 1999).

3. Other significant geopolitical conceptions in the 20th century

Francis Fukuyama is an American sociologist, political scientist, political economist and writer of Japanese origin. He is most famous for his book "The End of History and the Last Man" (1992), which states that on global scale the distribution of the liberal democracies and the free capitalist market to the West is a sign for the end point of the sociocultural evolution of humankind and probably final form of human government (Fukuyama, 1992). His next book "Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity" (1995), however, showed the change of his position, that culture cannot be separated from economy. Francis Fukuyama claims that after the failure of socialism after 1989, liberalism was confirmed and nothing new can be expected (Fukuyama, 1995).

Apart from these theories, other concepts have appeared, such as "the end of Geography" (O'Brien, 1992) coming with the more and more globalizing world, as well as "the global village" after the internet and satellite telecommunications surround the world and "shorten" distances (McLuhan et al., 1992).

The concept of "the end of Geography" is criticized by some contemporary Bulgarian geographers. Neno Dimov (Dimov, 2000, p. 242) predicts that geographical characteristics such as distances and borders will always influence production, trade and consumption, as well as their efficiency. According to him, the contemporary globalization of economy is connected mainly with the more pragmatic, aggressive and efficiency usage of the comparative regional advantages in the planet for particular economic activity (Dimov, 2000). Petar Stoyanov also does not accept the concept of "*the disappearance of distances*" and "*the end of Geography*" claiming that it is not possible and that we should rather speak of a new construction of the "*society-space*" relations (Stoyanov, 2017).

The globalization as a phenomenon is complicated and controversial. Its description cannot be accomplished on the base of just one understanding. We are talking about many globalizations as objective trends and as theoretical and ideological models. They exist in reality and are object of study of the geographical science. There are dynamic relations among them, which we can determine as a clash, as an allusion to the famous "clash of civilizations" by Samuel Huntington.

It is a clash but of different character – it is not territorially separated on the planet like the civilizations, along the borders of which, according to Huntington, are happening economic, political and military clashes.

Since the phenomenon of globalization itself is supra-territorial, it represents a peculiar "compression of space", and the clash is among different types of intertwining "compressions of space".

The first one we define as ultraliberal globalization. From the point of view of social geography, the characteristics of the globalization model are of interest, which most completely corresponds to the interests of the powerful transnational companies that have long stopped perceiving state borders as obstacles, and have been transformed into cosmopolitan subjects. This changes the classic geographical notions of borders.

Authors such as T. Friedman (2007), R. Keohane (2003), D. Nye (2004) and others, perceive globalization as a radically new phenomenon, leading to the gradual loss of the significance of the nation-states.

According to Kenichi Ohmae, the brightest “hyperglobalizer”, a professor in social sciences at the University of California, author of the books “The Borderless World” and “The End of the Nation State”, the most distinctive part of our time is the breaking off with the past. He states that until around 2025, the nation-state will have disappeared and there will be up to 300 city-states or city-regions, which will replace the nation-states. They will get exceptional functions because they will enter directly the global economy (Ohmae, 1996). This we believe will lead to a new socio-economic geography and to a new culture of social groups, to a new cultural-geographic stratification of society.

Contemporary socio-economic and cultural research concerning both territorialization and classification, as well as the manifestation of dynamic processes of spatial character, have taken into account of the role of American globalization. Based on the unbalanced state of society in economic, military and ideological terms, its unipolar influence is at the basis of contemporary geographical analyses and prognoses.

The conditions of emerging competitive environments can also be seen in the Asianized globalization, whose geography has spread. This is connected both with the dynamic progressiveness of its economic indicators and with the existence of a competitive demographic potential regarding its quantity as well as its quality, mobility and adaptability to new environments. The rise of the Asian-centered cultural identity is of great significance not only for Asia. Hollywood culture, which floods the rest of the world, is relatively less prevalent there. There seems to be a reverse trend, which reforms socio-cultural relations, stimulates “the export” of culture in “new lands”. This leads to new sociocultural and geographical pictures of the world.

From a contemporary geographical view, Islamized globalization seems to be homogeneous in perception from the rest of the world, but it is heterogeneous at its genesis. It is probably the strongest argument against the imperfections of Samuel Huntington theses. This is because, in a geographical sense, it manifests itself “out of the system” and torpedoes the meaning of one of the most used concepts in geography – “the border”. The infiltration of a demographic mass with a different value system and way of thinking in a genetically alien flesh, leads to the formation of new sociocultural incubators within the “Mecca” of their creation – Europe. And raises insoluble problems to social geography up to this moment.

The ultraglobalist trend and vision of globalization is realized in a world of nation-states, traditions, identities, and interests. The reaction of this world is an attempt to keep the state structure with its functions, formed in modern times. It is based on an image of the statist-conservative globalization model, which perceives globalization not as an objective process, but as a work of cosmopolitan and powerful states, which are in position to block global dangers. This imposes responsible functions on geography as it is called upon to reveal not only the genesis of the dangers, but also the resources needed to prevent

them. As the basic scientific potential is outlined, the available theoretical-methodological instruments for extrapolation and prognosis result from ongoing processes, intertwining “compressions of space”.

Counterpoint to the ultraliberal and statist-conservative globalization is regional globalization. According to its supporters, there are fast processes of regionalization in the world, of encapsulation of separate regions. All socio-economic and cultural flows are oriented to the Europe, Japan, North America triad.

Vladislav Inozemtsev provides some data showing that the trends of self-encapsulation in the developed countries in socio-economic terms are intensifying (Inozemtsev, 2005).

In the contemporary conditions of the postindustrial society, he writes, there are some preconditions for globalization rather than their realization in reality.

Inozemtsev believes that “today there is an active development of the processes of internationalization, resulting in overcoming of the political and ideological division of the world and creation of new economic barriers. For the quality of the social development we will be able to speak only after the economic separation of the world begins to be overcome and this is possible if a new post-economic system of motivation is strengthened on a planetary scale.”

Another type of “compression” of space is alter-globalization. In social geography, it has a tangential role. Perceived as more democratic and humane, connected with social values, its manifestation is in the geographical sense related to the problems of cultural diversity, social rights, and the health status of society.

Very close to this is the socially-democratized globalization. Its manifestation is predetermined by its heterogeneous social substrate. Its main characteristic is connected with analysis of the geography of the social strategies and programs of social organizations and with the socio-geographical and politico-geographical assessment of the results of their activity.

Thus, the vision of social democratic globalization as socially regulated globalization is revealed.

Each one of those competing and rival globalizations, both ideologically and scientifically, as well as in reality, reflects certain dimensions of the ongoing processes at the global level, which by default makes them objects of research in socio-cultural geography.

From the position of globalization, regionalism is a type of localism on a large territorial scale. It is often defined as a struggle between history and geography.

As Jean-Marie Domenach rightly reminds us, despite the predominance of the geographical factors in the emergence of the EU and its similarity to the state of the Carolings, the idea for a united Europe did not come from Charlemagne, but was derived from European nihilism (Domenach, 1981).

In contemporary Western thinking, the region is a part of space, which is differentiated from the rest. It is a category, a product and it is described as a limited territory.

In the mid-20th century, “the region was seen as an open spatial system, which gets energy and information from the interaction between the social behavior and the territory. This open spatial system is

a whole of physical and humane elements, interconnected and intertwined in the same process, which is open to external interactions and opposes degrading processes.”

In the next period, the region is defined as a system or world, dominated and controlled by interactive networks and global flows. “The system is seen as a community of active elements, driven by a process, while the localization is perceived as the construction on a particular place or “rooting” of a particular activity on the territory. The localization in the region surpasses the knowledge of the identity of particular place and its forthcoming supporting development (combining and maintaining of the social policy and greater attention to the natural resources). The relation between the two categories is reflected in regionalization.” (Shishmanova et. al, 2013, p.460).

Regionalization is a classification of areas or identification of classes of spaces. Regional associations aim to minimize the deformations from the objective course of globalization, using the effect of the united society. United in regional structures, the states generate a system interest, materialized in a unified regional strategy. It can play the role of a corrective if it is orientated towards (Kabakchieva, 2021, p. 16):

1. Control of the capital markets in the region through introduction of adequate scientific methods;
2. Application of the system-structural approach in the assessment of the socio-economic viability and potential of the different structural elements;
3. Establishing of a well-grounded scientific approach in the revealing of its genesis. Nature and manifestation of the phenomenon of “import of instability” in economic, geopolitical and socio-cultural terms;
4. Regulation of the redistributive and protective function in the social and cultural policy of the separate states;
5. Development of anti-crisis models and prognosis of the cyclical nature of the peaks of the crises in the socio-cultural field.

The geographical approach to the issue is connected with the understanding that regional structures, together with global corporations, national states and international economic organizations, are the most important subjects of globalization. This makes the relationships between globalization and regionalism an interesting field for scientific studies and applied conclusions, and requires the clarification of the applied field of:

- The nature and the main characteristics of regionalism in the context of globalization;
- The subjects of regional integration, the common and difference between them and the subjects of globalization;
- The civilization-formatonal determination on the two simultaneous processes;
- The role of the state and the nation, of the development of culture and ethno-cultural processes in the formation and sustainable development of regional structures;
- The influence of the historical process and the formation of socio-cultural worldviews of a person of particular social groups in a limited social territory/space.

Regionalism is a peculiar way to preserve the exclusivity and uniqueness of the way of living, manners and behavior of the people from a particular area. Regional borders protect the social exclusivity of a society from the invasion and destruction by “the other” unified norms of social life.

On the one hand, regionalization in the modern world is an attempt for escape from unification and standardization and it is intrinsic to any society, regardless of its level of development. On the other hand, regionalization is a way of reducing the existing inequalities among the separate elements of the region and mainly between the center and the respective peripheries (Kabakchieva, 2021, p. 13).

In a narrow sense, the region as a category is defined as an economic community or cultural-historical area. In a broader sense, the concept is used to define a group of closely situated countries, which represent an independent economic and geographical community, as they have similar national composition and culture, and similar socio-political governance.

The largest spatial formations on the global scale are civilizational regions, historically developed on the basis of common cultural-historical characteristics.

Among the many definitions, it is worth mentioning the one by Ann Markusen (Markusen, 1987) from Minesotta University, according to which: “A region – this is a historically evolved compact territorial community, which contains in itself the physical environment, socio-economic, political and cultural environment, as well as a spatial structure which differs from the other regions and territorial units such as city and nation.” (Markusen, 1987, p.89).

The American researcher Walter Isard proposes an interesting pragmatic approach, according to which “as a definition the region disappears and lets us plunge only into purely spatial theorizing. It comes back only as a quality of the concept, necessary for us to substantiate our doctrines. In other words “the hierarchy of regions” is determined only by scientific issues and regions are determined by those problems, the studying of which we are interested in.” (Isard, 1962).

In German geography (D. Bartels, 1970, M. Sinz, 2005, and others), the concept of “region” is perceived as a superterm, including a number of fundamental features such as a certain territory, population, common historical existence, natural resources, a range of modern problems, etc. Thus, every scientist depending on his research position studies that aspect of the region, that he is interested in – economic, social, ethno-cultural, and so on.

According to E. S. Laysarovich and S. B. Schlichter, “the region is a large space (in contrast to the area) and doesn’t coincide with the hierarchy of economic regions and administrative-territorial units” (Laysarovich and Schlichter, 1999, p. 12). In defining region, there is more freedom regarding its range and borders. A system of criteria and quantitative indicators is used to determine the areas. In this sense, zoning is considered a classification and regionalization – as a typification.

In socio-geographic terms, regional analysis is also considered a methodological activity together with cultural landscape (Kabanskiy, 1999).

Often, the cultural landscape is perceived by the sense of the concept, formulated by P. S. Tyanshansky (Tyanshansky, 1915) and L. S. Berg (Berg, 1922) – a space devoid of emptiness, structured

by natural and cultural components of the earth's surface; in it every place has significance based on the its natural base and spatial position.

Carl Sauer defines cultural landscape as a result of interrelations between man and nature. He gives evidences for the adaptation of man to the environment, for the different ways of living (Sauer, 1925).

In social and cultural contexts, the region should not be perceived only as an object for observation and influence, but also as a subject developing its regional self-determination. It is a subject of will, actions, values, and norms (Kostitskiy, 1997). Considered in this way, the region requires an awareness of its internal, landscape-cultural definition, not of its external, subjective-administrative position.

The cultural-landscape approach to regional development stresses non-traditional activities and processes, which require the study of the perceptions of the society inhabiting the territory and its self-determination. This corresponds to the new phenomenological position about space – space of things, but also space of spirit.

The basis for adequate decisions on the local level is the study of perceptions of the regional subjects. However, it should not be absolute, because the region is one of the spatial forms of human life. Non-regional forms of spatial organization can also be found in the cultural landscape. In this sense, some indifference from the social groups to regional development can be explained.

In socio-cultural studies, territorial units should not be perceived as static and their structures as stable. The phenomena and processes in the regional structures can be understood through concepts such as non-linearity, open systems, self-organization, and irreversibility of development. Those who are in acute socio-economic and cultural crises have exhausted their internal development powers and need state or supranational stimulation. They cannot achieve synergetic effect, i.e., they have limited opportunities for perceiving the new and for evolution. This presumes practical, applied socio-geographical and cultural interventions regarding both their studying and the organizing and regulating of social regional processes.

According to the Finnish political scientist Pirjo Jukarainen, “in the term “regionalism” can be hidden different processes such as the movement for collective minority rights of different ethnic groups, separatism, decentralization of the states, transnational cooperation between neighboring administrative-territorial units, integration between neighboring districts and others.” (Jukarainen, 1997, p. 16).

Regionalism can be characterized also by categories such as the social cohesion of the coexisting ethnic language groups; mutual supplementation of production units within a particular territory; political solidarity, sharing of common values, connected with religion, historical traditions and culture, and many more.

The interpretations of the processes of regionalization and the related problems are diverse. It is often considered that the idea of regionalism emerged as a counterweight to the processes of over-centralization. For some authors, this is a process of consecutive changing of the territorial division of society and its normative regulating. The division usually takes the form of deconcentration (distribution of

the powers within the frames of the state system) and decentralization (discharging of the state center and creation of new centers of government within the frames of the state territory).

In the field of social geography, the principle of division takes the direction from centralism to autonomy of social behavior.

Deconcentration and decentralization are mainly of a socio-economic character, while centralism and autonomy of a socio-cultural character.

According to Zbigniew Brzezinski (Brzezinski, 1997), regionalism and globalization are treated as policy-driven processes rather than as spontaneous tendencies. Regionalism is an expression of historical necessity (Brzezinski, 1997). We see it as a form of manifestation of globalization, but in geographically limited areas, it is also a policy and an activity of a group of states. It is an instrument of the state for achieving the more distant goals of globalization, i.e., its accomplishment through regional groups. The core, driving force of the processes is the socio-cultural and economic potential of social groups.

The statement by the British writer and poet Rudyard Kipling is highly suggestive: "Oh, East is East, and West is West, and never the twain shall meet..." (Kipling, 1889, p. 3). Despite the growth of globalization and the universalization of (European and American) values, cultural variety has not disappeared. For example, the appearance of skyscrapers in Asia and Africa following American models does not mean that these continents will turn into an American civilization. Just like wearing European clothing did not turn Japanese, Chinese and other Asians into Europeans. They significantly preserve their cultural diversity through the other elements of culture – language, writing, customs, and way of living. If the West wants to keep its leading position, it should study other cultures in order to maintain a dialogue with them.

The American political scientist and sociologist Zbigniew Brzezinski (1928-2017), national security advisor to former US President Jimmy Carter, is the author of many books, including "The Grand Chessboard". It discusses the geopolitical power of the USA and the strategies through which it can be realized in 21st century. The author pays particular attention to the geostrategy of the USA in Eurasia and its main purpose is to spread its influence in the Middle Asia and the post-Soviet space (mainly Russia) (Brzezinski, 1997).

Brzezinski is considered a follower of H. Mackinder's ideas. He examines politics from the point of view of the confrontation between *maritime civilizations* (USA, Great Britain) and the civilizations of the land (the Heartland). The criticism of this concept is that naval forces have a decreasingly significant role in the contemporary world of transcontinental rockets, space and nuclear weapons. It is indicative that military-space forces were created in Russia in 1992. Russia and the USA have space forces since 2001 and 2019, respectively.

One of the prominent theorists of globalization, Zbigniew Bauman, studies its positive and negative effects on social life. Although he devotes considerable attention to substantiate "the deterritorialization" of space, he underlines the multidirectionality of contemporary global processes. "Globalization divides as much as it unites... Together with the emergence of the global dimension of business, of financial, trade

and information flow, a “localizing”, place-fixing process has been started. What appears to be globalization for some means localization for others. Mobility rises to the rank of supreme among the desired values, and the freedom of movement – a constantly scarce and unevenly distributed commodity...” (Bauman, 2005, p. 46). This means that globalization not only creates conditions for closer dialogue and rapprochement among cultures, but also leads to social-class differentiation.

In the monograph, “The Global Cities”, the geographers Mirko Grčich and Nikolay Sluka define globalization as a process of transformation of the Earth’s geographical envelope into a whole systematic organism. Thus, the geography of transnational companies does not overlap with national borders (Grčich and Sluka, 2006).

In the context of the globalization of political processes, there is the conspiracy theory of a New World Order (NWO).

One of the purposes is a society that will be created on the principle of the so-called “golden billion” (Kuzmich, 1994), in which “the most worthy” and “developed” nations are included. The others are expected to have service functions. The philosophy of such a concept determines the leading role for about 1.5 billion people, recognized as “the useful” part of the world population.

According to this theory, the world events are managed behind-the-scenes by a small group of people, “the world elite” (freemasons, royal families, The Bilderberg Group, The Committee of 300, The Rothschild family, The Rockefeller family, among others), who aim to create a world government with totalitarian control. A common theme of the NWO conspiracies is the existence of secret world elites, who influence key world events (public, political, historical, and even natural). The aim is the establishment of a unified world government and the abolition of sovereign states. Political and financial events are thought to be controlled by hidden organizations. In this sense, many historical and current events are seen as having been influenced or even guided in this way, with the suspicion of secret political meetings and decision-making processes. Hundreds of books appear every year around the world, trying to prove or proclaim the existence of a world conspiracy.

4. Conclusions

There are a lot of theories and concepts trying to explain globalization and to relate it to political processes in the world. Very important role in this discussion has geography, which tries to explain the connection between the mentioned processes on world scale on one hand, and political entities with their compound elements on the other. Due to the development of communications and technologies, the world becomes smaller, so we might say that geography and the geographical point of view also change in order to respond to the necessities of modernity. That’s why we have to rely not only on fundamental and well known theories and concepts, but also to new ones, and to look at them critically. The results of the research show that there are different points of view on the problems, and every one of them

complements the whole image. However, some of them can be grounds for the emergence of new theories in globalization and geopolitics. Other theories, although looking a little bit more eccentric, also find their place in geopolitics, and such is the recent example of the “golden billion” theory. An attempt has been made to include all these different points of view in the explanation of global processes and their interrelations. Another result of the research is that it explains the relation between two processes in the world, that take place together, although being absolutely different in nature – globalization and regionalization.

The main limitations of the research come from the immensity of the topic, which reflects all spheres of life and is of interdisciplinary character. Fundamental studies have been taken into consideration, as well as the point of view of scholars from different parts of the world in order to make the study more complex. However, it is not possible to include all the existing concepts, which might be a disadvantage of the present research.

Future researches can be focused on the development of the different aspects of globalization, their manifestation in world geopolitics and economy, the globalization-regionalization relations, and at the lowest level their reflection to everyday life. The trends in the development of new concepts should also be traced because they will supplement the existing researches and will provide the specificity of the problems. Last but not least, some of these studies, which can be considered fundamental, reflect the future of the world.

All the above-mentioned theories are influenced by different factors. Together with the development of communications and different global organizations, the world becomes smaller but the struggle for influence intensifies. And we should not forget that on the “Grand Chessboard” there are different types of figures – some are craving for world domination, while others are just trying to survive.

Bibliography

- BARTELS, D. (1970). *Wirtschafts und Sozialgeographie*. Koln: Neue wiss. Bibliothek.
- CHASE-DUNN, C. (1998). *Global Formation: Structures of the World-Economy*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield.
- CHASE-DUNN, C. (1999). Globalization: A World-System perspective. In *Journal of World-Systems Research*, № 2.
- BAUMAN, Z., NEDYALKOVA, A., FILIPOV, D. (2005). *Globalizam, regionalizam i antiglobalizam*. Sofia: Albatros.
- BERG, L. S. (1922). *Nomogenez, ili Evolyutsia na osnove zakonomernostey*. Peterburg: Gosudarstvennoe izdatelystvo.
- BRZEZINSKI, Z. (1997). *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books.
- CHOMSKY, A. (1992). *What Uncle Sam Really Wants*. Berkeley: Odonian Press.

- DERMENDZHIEVA, S., STOYANOV, P., DERMENDZHIEV, A., SABEVA, P., POPOV, N. (2020). Geopoliticheska I obshtestvena kultura. Modul 2. Sofia: Prosveta.
- DIMOV, N. (2000). Globalizatsia i regionalnost: geografska interpretatsia. – V: *Sb. 50 godini GI na BAN*. Sofia.
- DOMENACH, J. M. (1981). *Enquete sur les idees contemporaines*. Paris: Seuil.
- FRIEDMAN, T. (2007). *The World is Flat: A Brief History of the Twenty-first Century*. New York: Picador.
- FUKUYAMA, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. New York: Free Press.
- FUKUYAMA, F. (1995). *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*. New York: Free Press.
- GERBER, L. G. (1982). The Baruch Plan and the Origins of the Cold War. *Diplomatic History*, 6(1), Oxford University Press, 69–95.
- GRCHICH, M., N. SLUKA. (2006). *Globalni gradovi*. Beograd: Geografski Fakultet Beogradskog Univ.
- HUNTINGTON, S. P. (2004). *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. New York: Simon & Schuster.
- HUNTINGTON, S. P. (1996). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster.
- INOZEMTSEV, V. (2005). Globalizatsia: illyuzia i realynosty. V *Globalizam, regionalizam i antiglobalizam*. Sofia: Albatros, str. 7-43.
- ISARD, W. (1962). *Methods of Regional Analysis: an Introduction to Regional Science*. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T. Press.
- JUKARAINEN, P. (1997). Any Space for the Postmodern Identity? In *International Conference: Border Regions in Transition, 14-18 June 1997*.
- KABAKCHIEVA, TS. (2021). The Impact of European Integration on Agricultural Commodities Trading in The Periphery of the European Union. Varna: Publishing house "Knowledge and business".
- KABANSKIY, L. V. (1999). Osnovania Regionalynogo analiza v humanitarnoy geografii. V *Izvestia RAN*, №2.
- KEOHANE, R. (2003). *Humanitarian Intervention. Ethical, Legal and Political Dilemmas*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KIPLING, R. (1889). *The Ballad of East and West. Barrack-Room Ballads, and Other Verses*. London: Methuen Publishing Ltd.
- KOSTITSKIY, D. (1997). Geograficheskaya matritsa prostranstvennosti. V *Izvestia RAN*, №5, s. 94.
- KUZMICH, A. (1994). *Zagovor mirovogo pravitelstva – Rossiya i zolotoy milliard*. Moscow.
- LAYZEROVICH, E., SCHLIHTER, S. (1999). Problemnyie regioni i problemnyie rayoni, razlichie v podhodah. V *Izvestia RAN*, №5.
- LEWIS, B. (1990). The Roots of Muslim Rage. In *The Atlantic Monthly*, September.
- MARKUZEN, A. (1987). *Regioni: ekonomika i politika territorii*. Moskva.
- MATHEWS, B. (1926). *Young Islam on Trek: A Study in the Clash of Civilizations*. NYC: Friendship Press.
- MCLUHAN, M., B. POWERS. (1992). *The Global Village: Transformations in World Life and Media in the 21st Century*. New York: Oxford University Press.
- NYE, J. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. PublicAffairs.
- O'BRIEN, R. (1992). *Global Financial Integration: The End of Geography*. London: Pinter Publishers.

- OHMAE, K. (1990). *The Borderless World: Power and Strategy in the Interlinked Economy*. New York: HarperBusiness.
- OHMAE, K. (1996). *The End of the Nation State: The Rise of Regional Economies*. New York: Free Press.
- RUFIN, J. C. (1992). *L'Empire et Les Nouveaux Barbares: Rupture Nord-Sud*. Paris.
- SAUER, C. (1925). In J. Leighly (eds.) *Land and Life: a section of the Writings of Carl Sauer*. Berkley: University of California Press.
- SEN, A. (1999). Democracy as Universal Value. In *Journal of Democracy*. Johns Hopkins University Press, Volume 10, Number 3, July 1999, pp. 3-17.
- SHISHMANOVA, M., KOVACHEV, A., KALINKOV, K., TROEVA, V., et al. (2013). *Gradat*. Sofia: Geaprint.
- SINZ, M. (2005). Region. In: *Akademie für Raumforschung und Landesplanung (Hrsg.): Handwörterbuch der Raumordnung*. Hannover, 919-923.
- SPENGLER, O. (1918). *The Decline of the West. Form and Actuality*. Vol. 1. London: George Allen and Unwin Ltd.
- SPENGLER, O. (1922). *The Decline of the West. Perspectives of World History*. Vol. 2. London: George Allen and Unwin Ltd.
- STOYANOV, P. (2017). *Regionalna geografia. Chast 1. Teoria i metodologia*. Sofia: SU „Sv. Kliment Ohridski“.
- TOYNBEE, A. (1934-1961). *A Study of History*. Vol 1 – Vol 12. London: Oxford University Press.
- TSIKUNOV, A. (1990). *The plot of World Government: Russia and the Golden Billion*.
- TYANSHANSKI, P. (1915). Chto takoe geografia? –V *Izvestia*. IRGO, vyip IX, t. 51.

A POLÍTICA ALEMÃ DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO SETOR ENERGÉTICO

--

THE GERMAN POLICY ON INTERNATIONAL COOPERATION IN THE ENERGY SECTOR

Ana Isabel Gouveia BOURA

CITCEM – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

aboura@letras.up.pt

Resumo

Desde finais do século passado, com particular incidência a partir da segunda década do século XXI, a República Federal da Alemanha tem evidenciado, sobre tudo através das suas políticas governamentais, uma firme aposta no desenvolvimento sustentável. Exemplo manifesto constitui a designada *viragem energética*, assente em três pilares: o abandono de combustíveis fósseis, a implementação de energias renováveis e o aumento da eficiência energética.

Beneficiada pela sua posição geográfica, que, situando-a na Europa Central, confina o seu território com nove países do continente europeu, mas também pela sua condição de estabilidade política e solidez económica, que lhe confere papel nuclear nas organizações internacionais mais relevantes, a Alemanha desenvolve uma política de intensa cooperação nos diversos domínios da economia e da sociedade, concedendo particular destaque ao setor da energia.

De facto, revela-se considerável o esforço germânico de intercâmbio, tanto a nível governamental, como no plano não estatal, com países dos vários continentes, não sem propósito lucrativo, porém igualmente no intuito de contribuir, pela disponibilização de recursos financeiros, tecnológicos, científicos e humanos, para o desenvolvimento sustentável de países emergentes e de estados em desenvolvimento.

O presente artigo pretende proporcionar uma visão sistemática, sumária e colhida em fontes bibliográficas alemãs, das opções estratégicas que têm marcado a política alemã de cooperação internacional no quadro da chamada *viragem energética* da República Federal da Alemanha.

Palavras chave: Alemanha, cooperação internacional, setor energético

Abstract

Since the end of the last century, especially since the second decade of the 21st century, Germany has demonstrated, through its government policies, a firm commitment to sustainable development. A clear example is the so-called energy transition: the abandonment of fossil fuels, the implementation of renewable energies and the increase of energy efficiency.

Thanks to its geographic position, to its political and economic situation, and, consequently, to its central role in the most important international organizations, Germany has been able to develop a policy of intensive cooperation in the various areas of economy and society, particularly in the energy sector.

The German effort to cooperate, at both governmental and non-state level, with countries on the various continents is notorious, not without a lucrative purpose, but also with the aim of contributing through financial, technological, and human resources to the sustainable development of emerging and developing countries.

This article intends to provide a systematic, summary view, based on German bibliographical sources, of the strategic options that have marked the German policy of international cooperation within the framework of the so-called *energy transition* in the Federal Republic of Germany.

Keywords: Germany, international cooperation, energy sector

1. Considerações preliminares

Exemplo de rigoroso planeamento a longo prazo, de eficaz coordenação interministerial, da produtiva parceria de órgãos empresariais e instituições políticas a política alemã de cooperação internacional no setor da energia tem constituído estímulo de agentes políticos, económicos e sociais em países mais e menos desenvolvidos, merecendo, igualmente a sua divulgação e discussão em fóruns científicos.

No presente artigo, procurar-se-á sistematizar, em perspetiva abrangente, embora sem intuito exaustivo, os principais quadros estratégicos da cooperação internacional da República Federal da Alemanha no setor da energia, para melhor evidenciar o êxito da política germânica. Considerar-se-á, assim, primeira e sucintamente, a crescente relevância que a cooperação internacional assume nas agendas mundiais e, sobremaneira, nos programas governamentais alemães, para melhor se atender, em seguida, aos três principais vetores de cooperação internacional da Alemanha: redução da pobreza energética; transição para as energias renováveis; e garantia da eficiência energética.

Constituíram principais fontes bibliográficas desta resenha sistematizadora, mas não acrítica, a documentação oficial presente nos acervos de diversos gabinetes ministeriais, com especial incidência nos dados informativos emitidos nas duas últimas décadas e escrutinados por avaliações regulares de órgãos competentes.

2. A cooperação internacional nas agendas internacionais

O tópico da cooperação internacional tem assumido posição preponderante nas sucessivas cimeiras de chefes de estado e de governo, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, que, em torno da política económica, social, ambiental e climática, vêm pontuando as últimas décadas da História universal.

De facto, já nos títulos que designaram os numerosos encontros de altos dignitários da política mundial desenrolados, desde 1972, sob a égide da ONU, nos diferentes continentes, avultam os termos *cooperação* e *desenvolvimento*. De Estocolmo ao Rio de Janeiro, de Joanesburgo a Bridgetown, de Nova Iorque a Paris, de Apia a Madrid, hastearam-se bandeiras de alerta para a necessidade de parcerias interestatais conducentes ao desenvolvimento sustentável da sociedade internacional. *Agenda 21*, *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*, *Acordo de Paris* e *Agenda 2030* sumulam o propósito, sucessivamente manifesto, de ação concertada da sociedade internacional, no quadro de um diálogo cooperativo entre os países mais industrializados e os estados emergentes ou em desenvolvimento.

3. A cooperação internacional na política alemã

Em agosto de 2000, a agenda da 55^a sessão anual da Assembleia Geral da ONU incluía, a pedido expresso da Missão Permanente da República Federal da Alemanha nas Nações Unidas, o item *Rumo a Parcerias Globais (Towards Global Partnerships)*, um ponto que viria a surgir igualmente na ordem de trabalhos das 56^a, 58^a, 60^a, 62^a, 64^a, 66^a, 68^a, 70^a, 73^a, 74^a e 75^a sessões e, em 2021, na 32^a sessão extraordinária desta Assembleia Geral.

Membro das principais organizações internacionais, desde logo pela sua favorável localização – no centro do continente europeu, fazendo fronteira com nove países e dispondo de dupla costa marítima (Mar do Norte e Mar Báltico) – e, sobretudo, pela sua situação, desde a sua constituição, de estabilidade política e robustez económica, a República Federal da Alemanha tem não somente advogado, nos fóruns intergovernamentais, como também realizado, no âmbito da sua política externa, intensa cooperação bilateral e multilateral, mantendo atualmente laços de cooperação com dezenas de estados.

São numerosas as áreas da cooperação alemã à escala nacional, ou regional, destacando-se os tópicos da pobreza e da fome, da migração e da integração, do ambiente e da energia, da economia justa, da educação e cultura.

Assim, no âmbito da iniciativa *Um Mundo sem Fome*, o governo alemão disponibiliza anualmente avultados montantes para projetos nos domínios da nutrição, da agricultura e do desenvolvimento rural, proporcionando, por exemplo, a reabilitação de milhares de hectares de solo agrícola, na Etiópia, e a redistribuição de milhões de hectares de solo arável, na Namíbia (BMZ, 2020: 10).

Igualmente prioritária, na política alemã de cooperação, se revela a questão dos fluxos migratórios, promovendo os sucessivos governos, quer a integração de migrantes nos países de acolhimento, quer a preparação dos países de origem para o regresso e para a reinserção dos refugiados. Refira-se, a título ilustrativo, o fornecimento de água, na Jordânia, a um milhão de refugiados, e de eletricidade a oitenta mil imigrantes; o financiamento, na Síria, de vinte e dois mil docentes; a criação, no Médio Oriente, de trezentos e vinte mil postos de trabalho (BMZ, 2020: 5).

Atenção privilegiada merecem também, na política alemã de cooperação, as alterações climáticas, com particular foco na degradação florestal e na desflorestação, sobretudo nos países emergentes e nos estados subdesenvolvidos. Note-se, entre outros, o apoio anual, em países parceiros, a projetos de proteção florestal, que possibilitaram já a salvaguarda de mais de cem milhões de hectares de floresta (BMZ, 2020: 7), assumindo aqui especial relevo os programas de cooperação com o Brasil, a Colômbia e a Zâmbia, para salvaguarda das florestas da Amazónia e do Miombo.

Paralelamente, no intuito de promover um desenvolvimento económico assente em práticas justas, o governo alemão tem apoiado a implementação de medidas que propiciem a melhoria das condições sociais e ecológicas nas cadeias de produção e distribuição. Registe-se, por exemplo, a criação da *Aliança para Têxteis Sustentáveis*, cujos membros cobrem já 60% do mercado têxtil alemão; a introdução, em 2019, do selo oficial *Botão Verde*, que certifica aos consumidores alemães a preservação de requisitos sociais e ecológicos em mais de 150 milhões de artigos de vestuário e

acessórios; a qualificação de milhares de trabalhadores africanos e asiáticos na área dos direitos e deveres cívicos (BMZ, 2020: 6).

Não menor importância adquire, na agenda governamental alemã, a promoção da cultura, da educação e da investigação científica em países parceiros. Aponte-se, no quadro do *Plano Marshall com África*, a concessão de milhares de bolsas académicas; a criação do *German African Innovation Incentive Award*; o apoio à Pan-African University; e o programa *Emprego Para o Desenvolvimento Sustentável em África* (BMZ, 2020: 3)

Relevância primordial assume, porém, na governação alemã, o setor da energia, configurando a questão energética o núcleo privilegiado da política germânica para o desenvolvimento e para a cooperação internacional. Não surpreende tal opção governamental, considerando que a energia constitui o motor do progresso económico, social e cultural da humanidade.

De facto, quase todas as atividades do ser humano, na era contemporânea, pressupõem o recurso à energia. A confeção de alimentos, a iluminação de espaços públicos ou privados, o aquecimento e a refrigeração de ambientes interiores, a ativação de aparelhos de maior ou menor porte, em recintos comerciais, palcos industriais, instituições educacionais, locais de serviços, ou agregados doméstico-familiares, o funcionamento de transportes rodoviários, ferroviários, fluviais, marítimos e aéreos, o acionamento de equipamentos de laboração agropecuária e florestal, de recolha, armazenamento e reciclagem de resíduos sólidos e líquidos, afiguram-se iam improdutivos sem a utilização sistemática e concertada de energia. Em suma: o acesso à energia satisfaz necessidades primárias, secundárias e terciárias do sujeito humano, revelando-se indispensável sempre que se almeje a otimização da produtividade e o apuramento do conforto.

Os sucessivos programas alemães de cooperação assentam maioritariamente em relações bilaterais, a nível nacional, pelo intercâmbio de dois governos, ou à escala regional, vinculando vários estados de uma mesma região planetária. Têm, assim, beneficiado da cooperação bilateral com a República Federal da Alemanha, entre outros, a Argélia, o Bangladesh, o Benim, o Brasil, o Camboja, a Colômbia, os Camarões, o Egito, o Equador, a Jordânia, o Líbano, o Malawi, Madagáscar, o Mali, a Mauritânia, Moçambique, a Namíbia, o Níger, o Paquistão, o Quênia, o Ruanda, a Serra Leoa, a Tanzânia, o Uganda, o Uzbequistão e a Zâmbia, mas também a França, a Grécia, a Hungria, a Polónia, a Sérvia, o Reino Unido e a República Checa. O diálogo bilateral não obsta, todavia, ao contributo cooperativo da Alemanha pela via de iniciativas multilaterais, que agregam vários países cooperantes e implementam projetos de desenvolvimento sustentável e justo, em cinco principais regiões-alvo: África, América Latina, Ásia Central e Meridional, Europa de Leste e Oceânia.

Em contacto bilateral, ou em rede multilateral, a Alemanha presta aos países parceiros apoio diversificado: aconselhamento político, por exemplo, relativamente à criação e / ou remodelação de serviços estatais, ao delineamento e / ou reformulação de molduras jurídicas e à conceção e / ou adaptação de medidas processuais; suporte técnico, pela partilha de conhecimento especializado, pela disponibilização de equipamento tecnológico e pela formação, ou pós-formação dos intervenientes locais; e ajuda financeira, através de subsídios e de empréstimos a fundo perdido e / ou juro bonificado.

No seio governamental germânico, cabe ao Ministério para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (BMZ) a responsabilidade de desenvolver as atividades de cooperação internacional.

Complementam as iniciativas deste Ministério os projetos cooperativos ancorados em outros gabinetes ministeriais, designadamente no Ministério Federal para o Ambiente, a Proteção da Natureza Segurança Nuclear e Proteção do Consumidor (BMUV), Ministério Federal para a Economia e Proteção Climática (BMWK), Ministério das Relações Exteriores (AA) e Ministério Federal para a Cultura e a Investigação (BMBF).¹

Sublinhe-se que esta primazia estatal não impede o envolvimento de atores privados: bem pelo contrário, o governo alemão prevê e incentiva a inclusão do setor privado e da sociedade civil, através de diversificadas parcerias público-privadas.

A fatia orçamental do BMZ cresceu, nos últimos anos, quase 50%, passando de 6,4 mil milhões de euros, em 2014, para 12,4 mil milhões de euros, em 2020, maioritariamente destinados à cooperação bilateral e multilateral (BMZ, 2020: 2).

Constituem princípios fundamentais da política alemã de cooperação, quer o respeito pela iniciativa, quer a exigência de autorresponsabilização dos países parceiros, sem que, com tal, se escamoteie o intuito lucrativo que acompanha a postura solidária da Alemanha. Sabidamente, o benefício dos países parceiros não impede, antes propicia o lucro dos estados cooperantes. Deste modo, a presença pró-ativa da Alemanha em estados emergentes ou em desenvolvimento resulta obviamente no crescimento da economia germânica, nomeadamente pelo incremento da produtividade interna e pela abertura de novos mercados de exportação.

4. A política alemã de cooperação internacional no setor da energia

A Alemanha tem vindo a desenvolver programas de cooperação no setor da energia com numerosos estados dos vários continentes. Maioritariamente concretizados pelo BMZ e complementados por outros Ministérios (BMU, BMWK, AA, BMBF), os projetos alemães de cooperação no domínio da energia visam colmatar lacunas de produção, armazenamento, distribuição e consumo energético nas diversas áreas da sociedade: agricultura, pecuária e floresta; pequena, média e grande indústria; transportes, serviços e agregados domésticos.

Gizados sob o primado da sustentabilidade económica, social, ambiental e climática, os programas alemães de cooperação energética apoiam assim, através de aconselhamento e de financiamento, soluções energéticas de desenvolvimento local, nacional e regional que, embora ancoradas em avançados modelos tecnológicos dos países mais industrializados, se moldam aos condicionalismos físicos e humanos dos estados parceiros. Daí a importância conferida pelos governos alemães não apenas à implementação de medidas inovadoras, suscetíveis de promoverem a otimização energética, mas também à aferição contínua, através de sistemática monitorização, dos resultados processuais.²

¹ Usarei, nas subseqüentes referências a estes Ministérios, as respetivas siglas oficiais alemãs.

² Refira-se, a título ilustrativo, os relatórios anuais do DEval – Deutsches Evaluierungsinstitut der Entwicklungszusammenarbeit, que, mandatado pelo BMZ, procede anualmente à análise e valoração, independente e compreensível, das medidas tomadas no âmbito «do trabalho alemão de desenvolvimento e

Em conformidade com as linhas orientadoras da política energética mundial, e, deste modo, indo ao encontro da iniciativa *Sustainable Energy for All* (SE4A), anunciada, em 2011, pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon, são três as principais áreas alemãs de cooperação internacional no setor da energia: o acesso à energia, a utilização de energias renováveis e a eficiência energética.

4.1. Contra a pobreza energética

Milhares de milhões de pessoas têm escasso ou nulo acesso a energia elétrica para realizarem atividades básicas em espaços doméstico-familiares, laborais ou institucionais. Com efeito, 1/3 da população mundial depende de recursos naturais rudimentares – lenha, estrume, carvão vegetal –, para confeccionarem as refeições e resistirem a temperaturas extremas, nos locais de aprendizagem, trabalho, tratamento médico-hospitalar, ou sociabilidade (UN, 2021: 40).

A grande maioria de pessoas sem ou com pouco acesso a energia sustentável provém de países subdesenvolvidos, sobretudo da Ásia Meridional e da África subsariana, residindo em espaços rurais de baixa densidade populacional e a longa distância dos principais centros urbanos. A insuficiência de recursos energéticos obsta ao desenvolvimento económico e ao incremento social das populações: adultos, jovens e crianças – sobretudo do sexo feminino – percorrem diariamente troços cada vez mais extensos em espaço florestal, arriscando a integridade física, perdendo oportunidades de formação escolar ou profissional, encurtando o tempo de atividade laboral, de convívio familiar, ou de entretenimento social. Quando indisponíveis na área de residência, os necessários recursos energéticos são adquiridos em áreas vizinhas, a montantes que agravam o já baixo rendimento individual e familiar. Meios de informação e de comunicação – rádio, televisão, telefone, ou computador – não fazem parte do património pessoal nestas regiões.

A insuficiência energética afeta também muitos habitantes de centros urbanos em países menos desenvolvidos. Em pequeno número, mal apetrechadas e / ou obsoletas, as centrais de produção energética não garantem fornecimento cabal e estável: acumulam-se os requerimentos de ligação à rede elétrica; sucedem-se os cortes de energia.

Com o propósito de fomentar nos países parceiros o acesso sustentável a energia elétrica e térmica, a Alemanha tem desenvolvido numerosos projetos bilaterais, promovendo a implementação de instalações geradoras de energia; a criação, ou modernização de redes elétricas; a formação de trabalhadores especializados; e a sensibilização das populações beneficiárias. Registe-se, a título exemplificativo, a intervenção alemã no Uganda e no Senegal.

Na região ugandesa de West Nile, área remota, de variados recursos agrícolas, mas com ínfima cobertura energética, por falta de ligação à rede nacional e por insuficiência da companhia elétrica local, somente 1% da população gozava, até 2012, de abastecimento energético e a diminuta fatia de consumidores acedia à eletricidade pela via de geradores a fuelóleo. O contributo tecnológico e financeiro do governo alemão permitiu a construção de duas pequenas centrais hídricas, o alargamento

cooperação» («[...] Maßnahmen der deutschen Entwicklungszusammenarbeit unabhängig und nachvollziehbar zu analysieren und zu bewerten.»), DEval, 2020: iv).

da rede distribuidora em cerca de trezentos quilómetros, a introdução de contadores elétricos de consumo pré-pago e a formação de técnicos, levando-se, deste modo, energia a cerca de sessenta mil pessoas (BMZ, 2014: 18).

Na aldeia senegalesa de Sine Moussa Abdou, a iluminação fazia-se, até 2010, através de lâmpadas de querosene e de velas. Com apoio governamental alemão, a empresa germânica INENSUS procedeu, em coordenação com a firma senegalesa MATFORCE, à instalação de sistemas eólicos e solares e à distribuição de aparelhos digitais de medição energética especificamente concebidos para o projeto, possibilitando, assim, aos cerca de novecentos habitantes da aldeia não apenas iluminação, mas também a utilização de equipamentos elétricos de uso doméstico e laboral (BMZ, 2014: 19).

Importante contributo tem o governo alemão prestado à Western African Power Pool, associação de empresas de eletricidade da África Ocidental, fundada com o objetivo de promover o abastecimento elétrico na região, quer pelo aumento das quotas de produção, quer pela criação de redes regionais de distribuição. Têm, por exemplo, participação financeira germânica os projetos transfronteiriços de construção das linhas transmissoras Gana - Costa do Marfim, Togo - Benim; Costa do Marfim - Serra Leoa - Libéria - Guiné Equatorial, Senegal - Gâmbia - Guiné Bissau - Guiné Equatorial (KfW, 2018, s.p.).

No quadro da cooperação multilateral em prol do acesso universal à energia, a Alemanha participa ativamente em projetos energéticos concebidos por organizações intergovernamentais, como a ONU e a União Europeia, e cofinanciados por instituições financeiras internacionais sediadas nos vários continentes (BMZ, 2014: 37).

Destaque-se, neste âmbito, a participação alemã, ao lado da Noruega, Países Baixos e Suíça, na parceria *Energizing Development*, que, visando promover o acesso sustentável das populações mais carenciadas a modernos recursos energéticos, apoia projetos de eletrificação em países africanos, asiáticos e latino-americanos.

4.2. Rumo às energias renováveis

A grande maioria dos seres humanos recorre à combustão fóssil – petróleo, carvão, gás –, para satisfazer as suas exigências de energia elétrica e térmica. O progressivo aumento, sobretudo nos países industriais, de equipamentos operados a eletricidade e a crescente utilização de energia nos estados emergentes e nos países em desenvolvimento, têm intensificado o recurso a fontes energéticas convencionais.

A elevada procura de combustíveis fósseis revela-se duplamente gravosa, traduzindo-se, por um lado, na inadequada emissão de gases com efeito de estufa e, por outro lado, no paulatino desgaste dos recursos fósseis. De facto, a sociedade internacional vê-se atualmente confrontada não apenas com o decréscimo das reservas energéticas fósseis, mas também com repercussões paralelas do excessivo recurso a tais combustíveis, nomeadamente, a arbitrariedade das práticas mercantis e o agravamento dos quadros ambiental e climático.

De impacto global, a oferta reduzida de combustíveis fósseis, a contaminação do ambiente e a desordem do clima afetam por de mais as populações dos estados mais pobres, implacavelmente sujeitas, quer à instabilidade dos preços ditados pelos países ricos, de fontes energéticas convencionais, quer à alteração das coordenadas climáticas e à degradação do sistema ecológico. Pequenos países insulares veem já, sob o efeito de manifestações atmosféricas extremas, perigada a sua continuidade no mapa terrestre.

E não só a saturação atmosférica por gases carbónicos ameaça a humanidade. Sob efeito da poluição doméstica, morrem anualmente cerca de 3,8 milhões de pessoas (WHO, 2018, s.p.), a maior parte das quais residentes, não em grandes aglomerados urbanos, mas em universos rurais, potencialmente salutares: sobretudo mulheres e crianças de países menos desenvolvidos sofrem, pela combustão tóxica de recursos naturais em espaços interiores exíguos e sem suficiente arejamento, de patologias respiratórias, oculares e dérmicas, que lhes precarizam ou lhes truncam a existência.

Aliás, precisamente dos povoados campesinos situados em países menos desenvolvidos vem não despidendo prejuízo ecológico, pelo intensivo consumo doméstico de madeira, insustentavelmente subtraída ao cômputo florestal.

Torna-se, nas atuais circunstâncias da sociedade internacional, mais e mais evidente que somente pelo recurso a fontes alternativas se logrará satisfazer as necessidades globais, presentes e futuras, de energia e, simultaneamente, reverter, ou, pelo menos, conter o dano ambiental e climático infligido ao planeta pelo uso crescente de combustíveis tradicionais.

Não que se afigure de fácil concretização o propósito internacional de descarbonização, considerando, desde logo, o mecanismo da subvenção de combustíveis fósseis, com que se persuade, sobretudo os estados economicamente mais frágeis, à dependência petrolífera e carbonífera. Ainda assim, são em crescente número os estados que, em resoluções internacionais, se manifestam favoráveis ao abandono dos combustíveis fósseis e ao termo das subvenções.

Embora menos poluente do que a energia com base em petróleo, carvão ou gás natural, a energia nuclear não constitui opção viável. Antes de mais, avulta o perigo da radioatividade, que tem justificado a insistente reivindicação cívica, desde os anos setenta do século passado, de não construção e / ou de encerramento de centrais a urânio e plutónio – apelo seguido, por exemplo, pelo governo alemão presidido por Angela Merkel, que se comprometeu a desativar, até 2022, todas as centrais nucleares ativas em solo germânico. Ademais, a produção de energia nuclear não está, ao contrário da opinião generalizada, isenta de emissões carbónicas, é, sim, hipocarbónica, quando comparada com a energia de extração fóssil.

Como alternativa mais satisfatória às fontes convencionais, vêm-se afirmando as energias regenerativas, por duas principais vantagens: a quase neutralidade carbónica e a cabal sustentabilidade da sua exploração. São, com efeito, comparativamente baixas as emissões de CO₂ associadas à produção de energia renovável, sendo que a emissão de gases poluentes se verifica sobretudo na construção, no transporte e na montagem, não tanto no regular funcionamento das instalações geradoras.

Não pode certamente ignorar-se também o dióxido de carbono libertado no fabrico de cimento usado em centrais hídricas e parques eólicos; o CO₂ emitido pela energia consumida na fabricação de

células solares, turbinas eólicas, centrais hídricas e instalações geotérmicas; o metano expelido pelas plantas subaquáticas em decomposição, após a criação de lagos artificiais. Não obstante, o prazo dilatado de operacionalidade e a elevada capacidade de produção que distinguem as instalações de energia renovável, compensam rápida e largamente as emissões poluentes constatadas na fase da respetiva edificação e montagem. E, se é certo que a combustão de biomassa liberta CO₂, não é menos verdade que tais emissões não redundam em oneroso aumento da poluição atmosférica, pois que aí se trata de dióxido de carbono sugado da atmosfera pelas próprias plantas, através do processo de fotossíntese.

Concomitantemente, ressalta a ampla disponibilidade, à escala planetária, de recursos solares, hídricos, eólicos, geotérmicos e de biomassa. Presentes na quase totalidade dos países, o sol, a água marinha e fluvial, os ventos em espaços marítimos e terrestres, a geotermia e a biomassa, só em ínfima parte têm sido aproveitados como fontes energéticas. E mais: são muitos os países menos desenvolvidos que patenteiam enorme potencial no domínio das energias renováveis.

No pressuposto de que o setor energético influi decisivamente no quadro ambiental e climático e de que a substituição dos combustíveis convencionais por energias regenerativas resultará na proteção do ambiente e do clima, e, deste modo, promoverá o desenvolvimento económico e o bem-estar social das gerações presentes e futuras, a Assembleia-Geral das Nações Unidas declarou unanimemente o período de 2014 a 2024 *Decade of Sustainable Energy for All*.

Indicador auspicioso, constitui, neste âmbito, o facto de numerosos países se mostrarem empenhados na modernização do seu sistema energético e na utilização sistemática de energias renováveis. Mais de metade são estados emergentes ou em desenvolvimento, que, não possuindo as estruturas políticas, as molduras jurídicas, o *know-how* tecnológico e a dotação financeira necessários à utilização otimizada de energias regenerativas, carecem de apoio externo diversificado.

Em prol de uma política energética sustentável, a Alemanha tem defendido nos diversos órgãos intergovernamentais, a substituição dos combustíveis convencionais por energias alternativas, distinguindo-se sobremaneira, tanto na declarada oposição à subvenção de combustíveis fósseis, como na implementação nacional de energias renováveis. Precursora na viragem energética, que ancorou em abrangente legislação, tecnologia de ponta, constantes iniciativas de formação profissional, numerosos programas de incentivo e sucessivas campanhas de informação pública, a Alemanha tem vindo a registar significativas melhorias nos índices de emissões carbónicas, devido à firme e consistente aposta governamental na energia fotovoltaica, solar, hídrica, eólica, geotérmica e de biomassa.

São, de facto, já modelares, pelo êxito patenteado, não apenas as instalações de geração e as redes de distribuição de energia renovável, mas também as taxas de consumo, emprego e comercialização neste setor. Com um investimento de 10,98 milhões de euros, a parcela de energias regenerativas no consumo energético final bruto atingiu, em 2020, os 19,6%, ultrapassando, no setor elétrico, os 45% e, no setor do aquecimento e da refrigeração, os 15%, e possibilitando a redução de 227 milhões de toneladas de gases carbónicos. O número de postos de trabalho na área das energias renováveis ascendeu, em 2019, a 299.700, tendo o volume de vendas chegado aos 18 mil milhões de euros (UBA, 2021, 6; BMWK, 2021)

No âmbito da sua política de cooperação para o desenvolvimento sustentável, a Alemanha ajuda também os países parceiros a concretizarem a pretendida mudança energética, promovendo, quer a criação de mecanismos institucionais, quer a construção de instalações e de infraestruturas, quer, ainda, a consolidação de competências específicas, minorando riscos e custos de investimento – por exemplo, pelo financiamento de dispendiosas prospeções geotérmicas – e selecionando os modos de geração de energia mais adequados ao respetivo contexto: pequenos sistemas descentralizados, ou instalações de maior porte vinculadas à rede nacional.

Com apoio alemão, entraram em funcionamento sistemas solares, centrais hídricas, parques eólicos e instalações geotérmicas em mais de cinquenta países. Releve-se aqui, à laia de exemplo, a participação alemã em Espanha, no Brasil, em Marrocos, no Egito e na Indonésia.

Situado no planalto andaluz de Guadix, o complexo térmico-solar Andasol constitui a primeira estação de energia solar com recurso a espelhos parabólicos da Europa, distinguindo-se pela elevada capacidade geradora e pela alta capacidade de armazenamento. O projeto, que rondou os 900 milhões de euros, contou com cofinanciamento e tecnologia germânicos, permitindo abastecer meio milhão de consumidores e propiciando a redução de 450 mil toneladas de CO₂, em comparação com centrais convencionais (PT, *s.d., s.p.*).

No Brasil, o apoio governamental alemão garantiu o fornecimento energético a diversos complexos imobiliários, pela instalação pioneira de equipamentos solares, por exemplo, nos estádios de futebol de Pituacu e de Mineirão (BMZ, 2014: 25).

Também inovadora se afigura a intervenção cooperante da Alemanha em Marrocos. Na cidade de Ouarzazate, o governo alemão cofinanciou, ao lado do Banco Europeu de Investimento e do Banco Mundial, a edificação de um dos maiores complexos de energia solar do mundo, que permite a geração de energia mesmo depois do crepúsculo, garantindo o abastecimento energético a mais de 1,3 milhões de consumidores (BMZ, 2020: 7).

No Egito, para obstar ao desgaste das reservas de petróleo e gás natural, o executivo governamental optou por alargar a parcela de energias regenerativas, deste modo aproveitando o elevado potencial eólico do país. Com supervisão e cofinanciamento alemães, procedeu-se à construção, em Golf von el Zayt, do maior parque eólico de África, que veio possibilitar o abastecimento energético a 700 mil consumidores e a concomitante redução de 400 mil toneladas de gases carbónicos (BMZ, *Ägypten, s.d., s.p.*).

Na Indonésia, mais de metade dos residentes fora dos aglomerados urbanos não dispunha, na década passada, de acesso à rede energética, gastando parte avultada do seu parco rendimento na compra de gásóleo para geradores e baterias. Embora considerável, o potencial hídrico indonésio acusava elevado desaproveitamento: somente 10% dos recursos hídricos serviam a produção de energia. Com apoio alemão procedeu-se à ativação de cerca de quatro centenas de centrais hídricas de baixa potência, levando energia ecológica a centenas de milhares de pessoas (BMZ, *Indonesien, s.d., s.p.*).

No intuito de promover o acesso universal às energias renováveis, a Alemanha não só participa em parcerias multilaterais, como sejam a *European Union Energy Initiative* e a *Africa-EU Energy Partnership*, mas também apoia a criação e a manutenção de organizações internacionais promotoras

da viragem energética mundial, tais como a *International Renewable Energy Agency* e a *Renewable Energy Policy Network for the Twentieth-First Century*.

Também o uso adequado de biomassa constitui tópico relevante na política alemã de cooperação. Aponte-se, exemplificativamente, o caso do Nepal, país com elevado consumo de lenha e de estrume bovino para a cozinha e o aquecimento, que se traduz em perda do tecido florestal, défice de fertilizante orgânico na agricultura e aumento de patologias respiratórias e oculares. Com cofinanciamento do governo alemão, foram construídas centrais a biogás, que, utilizando estrume animal e dejetos sanitários, geram energia e, simultaneamente, disponibilizam, após compostagem do material fermentado, fertilizante agrícola (BMZ, *Nepal, s.d., s.p.*).

4.3. Pela eficiência energética

A mudança energética global, exige, a par do abandono dos combustíveis fósseis e da implementação de energias renováveis, a utilização eficiente de energia. Mesmo nos sistemas energéticos dos países mais desenvolvidos, somente 1/3 da energia primária tem aproveitamento, perdendo-se os restantes 2/3 no armazenamento, transporte, distribuição e consumo da energia gerada. São, todavia, os países em desenvolvimento e os estados menos desenvolvidos que evidenciam maior potencial de poupança energética.

Para tal desaproveitamento de energia, concorrem a ineficácia das infraestruturas, o desgaste dos equipamentos, a falta de conhecimento especializado e a escassez de recursos financeiros, que atingem sobretudo os países africanos, asiáticos e latino-americanos, mas que se verificam ainda em alguns estados do leste europeu.

Urge, portanto, incrementar a eficiência energética à escala global, pois que, pela poupança de energia, se contribui para a sustentabilidade dos recursos naturais, para uma economia justa, para a paz social e para a proteção do clima. De facto, o uso eficiente de energia reduz as emissões de gases com efeito de estufa, atenua o desgaste ambiental, diminui a importação de combustíveis fósseis e nucleares, aliviando, deste modo, a dependência económica e prevenindo conflitos comerciais, e favorece, ademais, o acesso universal à energia, pela rentabilização de recursos e processos.

No domínio da política de cooperação internacional, a Alemanha apoia projetos de eficiência energética focados nas diversas fases da cadeia energética e nos distintos setores da atividade económica, social e cultural dos países parceiros, financiando, por um lado, investimentos em instalações de produção e de armazenamento, em redes de transporte e de distribuição, em equipamentos de consumo estatal e privado; e melhorando, por outro lado, a competência específica dos profissionais e a informação básica do público consumidor. Beneficiários são, assim, agregados domésticos, lares institucionais, escolas, hospitais, espaços comerciais, oficinas e fábricas. Mencione-se, a modo ilustrativo, a cooperação alemã com a Europa de Leste, a Índia e a República Popular do Congo.

Criado por iniciativa alemã, o *Fundo Regional Aberto para o Sudeste Europeu - Eficiência Energética* financia ações de modernização e incentiva ao diálogo comunitário, para aproveitamento de sinergias, tendo, assim, proporcionado a constituição da *Rede de Capitais Energeticamente*

Eficientes na Europa Sudeste, que vincula as capitais da Croácia, Bósnia-Herzegovina, Macedónia, Albânia, Sérvia, ou ainda do Montenegro e Kosovo no esforço comum de reduzirem as emissões de gases carbónicos (Giz, 2017: 1)

Na Índia, o acelerado crescimento económico tem contribuído para o agravamento da insustentabilidade energética: consumo elevado, equipamentos obsoletos e baixas tarifas energéticas, redundam em falta de eficiência, sobretudo no setor imobiliário. Em 2008, o governo alemão mediu um programa de cooperação, entre o Fraunhofer Institut e o The Energy and Resource Institute, destinado a avaliar potenciais de poupança energética na construção de edifícios. Concomitantemente, o BMZ, em conjunto com o National Housing Bank da Índia, viabilizou dois programas de crédito, orçados em mais de 150 milhões de euros, com o propósito de financiar a construção e a reabilitação de imóveis em conformidade com os modernos padrões de eficiência energética. Deste modo, se alertou para a importância, na edificação imobiliária, da orientação solar, dos materiais de construção, dos sistemas de calafetação e das instalações elétricas e térmicas.

Na planalto congolês de Minembwe, a preparação de refeições fazia-se tradicionalmente pela combustão de madeira em espaços interiores, traduzindo-se tal prática em elevado consumo de matéria-prima e vagaroso processo de confeção alimentar. A empresa alemã Oxfam e a parceira congoleza UGEAFI criaram um programa integrado de proteção dos recursos naturais. Neste âmbito, disponibilizou-se à população-alvo fogões de consumo inteligente, construídos a partir de materiais locais e, por conseguinte, de aquisição pouco dispendiosa; proporcionou-se a habitantes da região formação no domínio da construção, da manutenção e da comercialização de fogões eficientes; e incentivou-se os habitantes à reflorestação, requerendo-se que cada família contemplada por estes fogões procedesse à imediata plantação de um número previsto de árvores, saldando-se, assim, a distribuição de dois mil fogões na plantação de duzentas mil árvores (BMZ, 2014: 20). Aos benefícios ambientais juntaram-se, aqui, os lucros familiares e sociais: mulheres com maior disponibilidade temporal para atividades que não a coleta de madeira e a cozinha; adultos e crianças menos sujeitos a doenças originadas por sobrecarga, na recolha de madeira, e por fácil contacto com o fogo.

Precisamente com o intuito de proporcionar a utilização segura de energia térmica por famílias carenciadas, pequenas empresas e instituições sociais que, em países africanos, recorrem a biomassa para a confeção alimentar e para o aquecimento, o governo alemão desenvolve projetos, como o *Programme for Basic Energy and Conservation*, que visam o uso eficiente de energia térmica em países subsarianos, promovendo o fabrico e a comercialização de fogões ecológicos, a qualificação de fabricantes e comerciantes, o aconselhamento jurídico e técnico, e a informação dos consumidores sobre práticas de poupança energética.

Igualmente na convicção de que a utilização de fogões e fornos energeticamente eficientes constitui, sobretudo nos países menos desenvolvidos, não apenas relevante contributo para a sustentabilidade do sistema ecológico, mas também auxílio decisivo no combate à pobreza e à fome, a Alemanha integra, como membro fundador, a Global Alliance for Clean Cookstoves, estabelecida em 2010, sob os auspícios da ONU, com o propósito de promover o bem-estar humano e a proteção ambiental pelo fabrico, à escala global, de aparelhos de cozinha energeticamente eficientes e acessíveis a todas as famílias. Neste sentido, a parceria público-privada iniciou, em 2010, o programa

100 by 20, com o objetivo de apetrechar mais de cem milhões de agregados domésticos com fogões de tecnologia moderna e ecológica.

5. Conclusão

De acordo com o *Relatório das Metas de Desenvolvimento Sustentável* apresentado em 2021, o número de indivíduos com acesso a eletricidade subiu, entre 2010 e 2019, 90%. Tal melhoria ocorreu sobretudo nos espaços rurais e ficou, em muito, a dever-se à instalação de sistemas solares, eólicos, hídricos e geotérmicos, não raro desacoplados das redes elétricas nacionais (UN, 2021, 40). Muitos beneficiaram de apoio tecnológico e financeiro; a muitos mais foi disponibilizada, *in loco*, formação específica, ou informação básica em matéria de energias renováveis e de eficiência energética.

É certo que a implementação mundial de energias renováveis se verifica principalmente no setor elétrico, com moderada representação no setor do aquecimento e da refrigeração e fraca presença no setor dos transportes. Em 2019, apenas 66% da humanidade beneficiava, no ato de preparar as suas refeições, de tecnologias amigas do ambiente, ou seja, 2,6 mil milhões de indivíduos utilizavam fogões ineficientes, alimentados por biomassa sólida altamente tóxica e poluente. Verdade é também que a taxa de crescimento demográfico ultrapassa, em muitos países, o índice de acesso à eletricidade. Sem dúvida, ainda, que o apoio internacional se distribui muito irregularmente, recebendo os estados menos desenvolvidos bem menos do que a média mundial (UN, 2021, 40-41).

Ainda assim, os progressos verificados não teriam sido possíveis sem o comprometimento da sociedade internacional com os princípios, os valores e os objetivos enunciados na *Agenda 2030* e sem a consciencialização mundial de que, pertencendo, embora, a cada país a responsabilidade de conceber, enquadrar e executar medidas conducentes à aplicação dos objetivos acordados em 2015, cabe aos países mais industrializados e, por conseguinte, mais poluidores, auxiliarem os estados emergentes e em desenvolvimento a cumprirem as dezassete metas globais.

Geopolítica, económica, social e culturalmente bem posicionada no concerto das nações, a República Federal da Alemanha tem-se destacado, década após década, pela sua extensiva e intensiva cooperação internacional, beneficiando, sem dúvida, de cada parceria bilateral ou multilateral que assume, mas favorecendo, concomitantemente os estados-alvo, a vários níveis carenciados, com a partilha de recursos financeiros, tecnológicos, científicos e humanos. Deste modo, a política de cooperação alemã, nas várias áreas económicas, com primado do setor energético, não apenas apoia os estados mais frágeis, como paralelamente incentiva os países mais abastados à participação interativa e solidária, no percurso para a sustentabilidade do planeta. A Alemanha constitui, assim, indiscutivelmente, um caso exemplar.

Bibliografia

- BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFT UND KLIMASCHUTZ (2021). *Bruttobeschäftigung durch erneuerbare Energien 2000 bis 2019*, disponível em [Informationsportal Erneuerbare Energien - Homepage \(erneuerbare-energien.de\)](https://www.bmwi.de/Redaktion/DE/Pressemitteilungen/2021/08/21-08-2021-erneuerbare-energien.html) [acedido em 22.08.2021]
- BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFTLICHE ZUSAMMENARBEIT UND ENTWICKLUNG (2014). *Nachhaltige Energie für Entwicklung. Die deutsche Entwicklungszusammenarbeit im Energiesektor*, Berlin.
- BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFTLICHE ZUSAMMENARBEIT UND ENTWICKLUNG (2020). *Deutsche Entwicklungszusammenarbeit wirkt. Beispiele im Überblick*, Berlin.
- BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFTLICHE ZUSAMMENARBEIT UND ENTWICKLUNG. *Ägypten: 220 Windräder drehen sich am Roten Meer*, disponível em http://www.bmz.de/de/themen/energie/erneuerbare_energien/wind/windpark.html [acedido em 29.04.2019]
- BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFTLICHE ZUSAMMENARBEIT UND ENTWICKLUNG. *Indonesien: Kleine Kraftwerke mit großer Wirkung*, disponível em http://www.bmz.de/de/themen/energie/erneuerbare_energien/wasser/wasser_indonesien.html [acedido em 10.11.2018]
- BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFTLICHE ZUSAMMENARBEIT UND ENTWICKLUNG. *Nepal: Rinder liefern Bauern Energie*, disponível em http://www.bmz.de/de/themen/energie/erneuerbare_energien/biomasse/biogas_nepal.html [acedido em 10.11.2018]
- KAPLAN, MARCUS, DENNIS BUSEMANN & KRISTINA WIRTGEN (2020). *Dreieckskooperation in der deutschen Entwicklungszusammenarbeit*, Bonn, Deutsches Evaluierungsinstitut der Entwicklungszusammenarbeit (DEval).
- GiZ-DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT (2017). *Offener Regionalfonds für Südosteuropa – Energieeffizienz*, Eschborn.
- KfW-ENTWICKLUNGSBANK (2018). *Energie - Westafrika*, Frankfurt am Main.
- POWER TECHNOLOGY - *The Andasol Solar Power Station Project*, disponível em <https://www.power-technology.com/projects/andasolsolarpower/> [acedido em 02.03.2019]
- UMWELTBUNDESAMT (2021). *Erneuerbare Energien in Deutschland. Daten zur Entwicklung im Jahr 2020*, Dessau-Roßlau.
- UNITED NATIONS (2018). *The Sustainable Development Goals Report 2021*, New York.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Household air pollution and health*, 8 May 2018, disponível em <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/household-air-pollution-and-health> [acedido em 12.03.2019]

A DESPESA EM PORTUGAL: ESCOLHAS E CONFLITOS¹

--

EXPENDITURE IN PORTUGAL: CHOICES AND CONFLICTS

Glória TEIXEIRA (coord.)

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

gteixeira@direito.up.pt

António Graça MOURA

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

Leonor CASTRO

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

Lucas OLIVEIRA

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

Matilde ANDRADE

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

Afonso CORREIA

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

Valéria AZEVEDO

Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal

Resumo

É objetivo deste artigo explicar o conceito de despesa pública e privada em Portugal, apresentar a sua evolução nos últimos anos e dar nota de alguns desafios futuros que terão de ser compatibilizados com o envelhecimento populacional e os níveis de investimento público e privado.

Alerta-se para a necessidade de um maior rigor orçamental e da importância de uma correta aplicação de políticas económicas, alicerçadas numa sociedade civil mais instruída e dotada de competências tecnológicas e digitais.

Palavras chave: despesa da nação, dívida pública; endividamento privado

Abstract

This article aims to explain the concept of public and private expenditure in Portugal, to present its trends in recent years and emphasize future challenges that shall take into account the ageing population and the public and private investment levels.

It raises awareness to the need of an increased fiscal discipline and an adequate implementation of economic policies based upon a civil society with enhanced technological and digital skills.

Keywords: nation expenditure; public debt; private debt

¹ Este artigo foi apresentado no dia 29 de maio de 2021, por Glória Teixeira e Ana Sofia Carvalho, nas *XV Jornadas Internacionais sobre “Grandes Problemáticas do Espaço Europeu”*, organizadas pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A abordagem nele adotada segue uma ótica direcionada não em exclusivo para os diversos aplicadores e intérpretes do direito (*i.e.* magistrados, advogados ou juristas), tendo sido pensada e preparada também para a comunidade em geral.

Um agradecimento é devido à Dra. Ana Sofia Carvalho, Juíza no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, e à Dra. Marlene Teixeira de Carvalho, Advogada, pela colaboração prestada na revisão deste artigo.

1. Introdução

Do ano de 2011, a memória mais marcante para todos os portugueses residirá no momento em que foi anunciado ao país o pedido de ajuda económica e monetária a nível externo. Desde então que o termo “Troika” alarma todos os portugueses, principalmente por causa dos sacrifícios enfrentados para cumprir o Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, com um pacote de assistência financeira, para o período de 2011 a 2014, de um total de 78 mil milhões de euros. Ainda que este tenha terminado a 30 de junho de 2014, tendo-se seguido a fase de monitorização pós-programa, a verdade é que a situação financeira e económica do país melhorou nos últimos anos em diversos indicadores.

Recuando na história, o nosso país foi já alvo de 3 resgates internacionais. O primeiro registou-se em 1977, estávamos no rescaldo do 25 de abril e o nosso país ainda lutava para se adaptar à democracia.

O segundo resgate deu-se em 1983, durante o período do chamado “Bloco Central”, um Governo de coligação entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, sendo o executivo liderado por Mário Soares. Pode afirmar-se que este governo foi quase um governo de emergência nacional, criado com a missão de combater a grave situação económica que o país enfrentava.

O último resgate ocorreu em 2011. Face a estes factos, será que podemos afirmar que Portugal é, efetivamente, um chamado “país despesista”, em que os cidadãos, parte essencial do Estado, vivem acima das suas possibilidades? Será que o nosso país é, como descreveu o então Presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, em 2017, um país que gasta todo o dinheiro em mulheres e álcool e, depois, pede ajuda externa? Apesar de não se ter dirigido a nenhum país em particular, é algo que nenhum de nós portugueses, nem nenhum habitante de um país do Sul da Europa esquecerá num futuro próximo, ou mesmo longínquo.

Focando-nos na atualidade, o Relatório emitido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), datado de julho de 2019, afirma que há um desequilíbrio na balança comercial, apesar dos esforços realizados para o aumento das exportações. O que é que isto significa? Significa que o nosso país continua a importar mais produtos do que aqueles que exporta, o que provoca o mencionado desequilíbrio, e faz com que a economia portuguesa desacelere, o que se constatou na segunda metade de 2018. Será que isto quer dizer que continuamos a viver acima das nossas possibilidades e não aprendemos com os erros do passado? Será que os fantasmas do passado vão voltar para nos assombrar, uma vez mais?

A verdade é que, nos séculos anteriores, as despesas do Estado prendiam-se com a defesa, com o exército, com a proteção da nação face a ameaças externas. Em 2019, em pleno século XXI, a nossa despesa prendeu-se com a saúde, com a segurança social e com a educação, mas maioritariamente com as duas primeiras.

De facto, o nosso país tem vindo a assistir, nos últimos anos, a um envelhecimento populacional, que se deve ao aumento da esperança média de vida e a uma diminuição da taxa de natalidade.

Nascem cada vez menos crianças e, por isso, não há uma renovação de gerações, o que quer dizer que não há futuros trabalhadores para assegurar a sustentabilidade da segurança social.

No entanto, ainda que quanto ao défice se tenha conseguido, em 2019, o primeiro excedente orçamental da democracia portuguesa, é de salientar que a dívida pública portuguesa é bastante elevada, ultrapassando excessivamente a percentagem estipulada nos tratados europeus.

2. A despesa da nação

Portugal enfrenta três crises: a crise do crescimento económico, das finanças públicas e do endividamento externo. Temos uma economia debilitada e com vários setores pouco competitivos, sendo crucial marcar o objetivo de atingir o equilíbrio orçamental (ou excedente) e diminuir a dívida pública. Algumas más políticas ou uma visão pouco estratégica do desenvolvimento do país ajudaram ao desequilíbrio orçamental. No entanto, há outros problemas: baixa natalidade; desertificação do interior do país; regresso da emigração; baixa taxa de poupança e falta de transparência nos nossos serviços públicos. Por contrapartida, temos como consequências o aumento do desemprego ou o agravamento dos desequilíbrios das contas públicas. *“Há quatro grandes causas da crise nacional: o euro, a perda de competitividade das nossas exportações nos mercados internacionais, os erros na condução da política económica e uma baixa acentuada do crescimento da produtividade”* (Santos Pereira, 2011, 35). Assim Álvaro Santos Pereira descreve as raízes da gravíssima dívida pública que Portugal tem enfrentado com dificuldade até hoje.

O maior motivo para se incluir o euro neste elenco prende-se com o facto de, com o mesmo, deixarmos de poder desvalorizar a moeda quando precisamos de tornar as nossas exportações mais baratas e, pelo contrário, as importações mais caras (para fazer frente ao défice externo do país). Sem o controlo da política cambial, a única arma que nos resta para conseguirmos penetrar nos mercados internacionais é o crescimento da produtividade e a restrição dos custos de produção.

A par do fim da política cambial independente, o mesmo sucedeu com a política monetária, apesar do seu impacto não ser comparável ao do primeiro. Depois de 1999, a política monetária passou a ser determinada com base na evolução da economia da zona euro e não conforme as específicas necessidades da economia nacional.

Tendo perdido os referidos poderes, Portugal tem de deixar-se levar pela maré da União, obrigado a prosseguir a política definida pelo BCE para os Estados-membros.

É neste cenário que a grande “fúria despesista” se faz sentir tanto. Na azáfama da novidade e do consumo, o país endividou-se, extasiado com os juros baixos. Ao invés de realizar poupança e de prevenir tempestades, o governo aumentou as despesas públicas, sendo que nos primeiros anos do euro, a política orçamental revelou-se excessivamente expansionista, acumulando dívida pública e, conseqüentemente, desequilibrando as contas públicas. Além de tudo isto, ocorreu uma diminuição do custo do financiamento externo da economia portuguesa, isto é, com a descida das taxas de juro e a maior facilidade em obter crédito, muitas famílias, bancos, empresas e o próprio Estado endividaram-se de forma crescente. Este sim é o problema que coloca em causa todas as gerações vindouras.

É, por isso, importantíssimo aumentar a poupança, nomeadamente através de esquemas financeiros complementares ao financiamento público da segurança social.

Pode continuar a haver uma evolução positiva, se melhorarmos em inovação, qualidade dos produtos e melhoria das qualificações da população. Com efeito, para a economia se tornar mais produtiva e mais competitiva, a chave será o empreendedorismo e a iniciativa privada. Além disso, há que fomentar a aposta emblemática no turismo, mais diferenciado, fomentando também o turismo interno e, com isto, contribuir para o combate às desigualdades regionais e para o dinamismo económico das áreas do interior.

Além disso, há que sublinhar o crescente peso do Estado e o prolongamento desgastado e penoso da ideologia do fontismo. Esta remete-nos para o século XIX e caracteriza-se pela ânsia ofegante de programas de obras públicas como recurso perante qualquer situação, seja para criação de emprego e por motivos de modernização, seja pela competitividade das exportações, e a lista continua.

Tradicionalmente, somos um povo poupador mas as maiores facilidades de crédito e os juros mais baixos decorrentes da entrada na Zona Euro levaram a que os portugueses começassem a ambicionar bens de luxo a que não estavam acostumados, e entre eles a habitação própria. Isto conduziu ao aumento do endividamento privado (particulares e empresas), que tem como problema principal o facto de, quando temos de pagar as nossas dívidas passadas (tanto o empréstimo, como os juros respetivos), menos resta do rendimento para o consumo, a poupança e o investimento.

Despesismo sem disciplina, difusão tentacular da administração pública, a ânsia dos governantes em deixar obra feita e as políticas associadas a grupos de interesse. Tudo isto encaminhou o país para o aumento da dívida pública e privada, sendo particularmente grave o excessivo nível de endividamento das empresas (públicas e privadas).

Com o despesismo, o aumento do peso do estado começa a revelar-se prejudicial e isto é exatamente o contrário do ideal.

No entanto, a economia portuguesa viu melhorias positivas no mercado de trabalho, o setor bancário encontra-se em recuperação e o Estado tem obtido maior receita fiscal. Ainda assim, o nosso país continua vulnerável em face de circunstâncias externas (com os riscos externos a aumentar).

Verificam-se elevados níveis de endividamento das empresas e das famílias – muito embora a dívida das famílias tenha visto uma diminuição, ela situava-se ainda em 2020 em 69,6% do PIB². O recurso ao crédito aumentou, favorecido pelas taxas de juro reduzidas, pelo aumento de rendimentos proporcionado pelo crescimento económico e algumas políticas governamentais; o que traduz, por um lado, um aumento de confiança dos consumidores. O endividamento das empresas também continua elevado, situando-se em 2020 em 129,5% do PIB³.

² <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/detalhe/endividamento-da-economia-portuguesa-disparou-para-3688-do-pib-em-2020> [16.05.2021].

³ *Idem*.

Deste modo, famílias e empresas ficam sujeitas a flutuações eventualmente adversas nos mercados financeiros, como o aumento das taxas de juro (que levará a um encarecimento dos créditos). Para contrariar potenciais adversidades, é necessário aumentar a poupança.

A causa do endividamento das famílias seria a compra de eletrodomésticos, automóvel, viagens, um maior consumo e outras comodidades. No entanto, a principal responsável foi a compra de casa própria, que afetou também a dinâmica do mercado de trabalho, na medida em que as pessoas que têm habitação própria mais dificilmente mudam de cidade ou de região para procurar e obter emprego. Um motivo que conduziu ao endividamento por aquisição de habitação própria foi a política de taxas de juro bonificadas para as famílias de rendimentos mais baixos, além da facilidade em obter crédito, que já foi desenvolvida.

Paralelamente ao FMI, Álvaro Santos Pereira⁴ recomenda que, para tentar resolver o endividamento externo, além da lógica necessidade de exportar mais e importar menos, torna-se fulcral aumentar a taxa de poupança e o sistema de incentivos não pode, como fez e continua a fazer, priorizar o consumo face à poupança. Além disso, urge diminuir a dependência energética do país.

Por outro lado, é necessário continuar a redução de crédito malparado no sistema financeiro, que ameaça a sustentabilidade dos bancos. Devem os bancos continuar a reduzir as suas imparidades e créditos não-proveitosos, assim como continuar a encontrar formas de obter um funcionamento cada vez mais eficiente e a ser mais rentáveis. Devem os supervisores assegurar que o capital dos bancos também resiste a abrandamentos no crescimento económico.

Pelas razões acima indicadas, a diminuição da dívida pública deve ser, sem qualquer sombra de dúvida, uma das maiores preocupações de política macroeconómica em Portugal. A despesa tem de ser revista e a sua composição necessita de atenção urgente.

3. A dívida pública

Antes de mais, cumpre dizer que dívida não é sinónimo de défice. O défice é uma realidade essencialmente orçamental, na medida em que ilustra uma situação em que as despesas efetuadas durante o ano económico (que coincide com o ano civil, janeiro-dezembro) superam as receitas. Por outro lado, a dívida deve ser entendida num âmbito mais “global”, digamos, já que consiste no dinheiro que o país (esta noção abstrata engloba a Administração Pública, as empresas e os particulares) tem de pagar a terceiros.

Esperar-se-ia que a participação de Portugal no projeto europeu fosse um fator essencial na superação definitiva do seu histórico problemático com a dívida, com o défice orçamental e com o crescimento económico deficiente. Contudo, que desenvolvimento baseado em fundos comunitários (que são fundamentalmente empréstimos europeus) e na concessão desgovernada de crédito pelos bancos às empresas e às famílias é sustentável? A contração sucessiva de empréstimos, o crescimento das importações com recurso ao crédito do exterior e o foco em setores do mercado interno (imobiliário,

⁴ Santos Pereira, *Op. Cit.*

comércio retalhista, entre outros), casados com a grande crise de 2008, foram a receita perfeita para o desaire económico verificado.

Portanto, após anos de intervenção do FMI e da troika em Portugal, podemos dizer que estamos “curados” do défice e da dívida crónicos? Ora, tendo como referência os relatórios do FMI e da Comissão Europeia sobre a situação portuguesa em 2019, podemos resumir quase tudo numa frase: estamos no bom caminho, mas é preciso fazer mais.

Nos seus relatórios, tanto o FMI como a Comissão apontam um desempenho económico positivo nos últimos anos (se bem que tende a abrandar no futuro), apontando vários méritos que merecem uma atenção especial:

- 1- A criação de emprego cresceu 1,5% no ano de 2019, sendo de notar também que a percentagem de portugueses em situações de emprego temporário decresceu pela primeira vez desde a crise, bem como a redução da taxa de desemprego para 6,8%, comparada com a taxa de 7,9% registada no ano anterior⁵;
- 2- O rácio défice/PIB desceu para 0,5% em 2018, um novo recorde na história da democracia portuguesa;
- 3- Ao nível jurídico, o Código de Insolvência e Recuperação de Empresas foi revisto com o objetivo de garantir a sobrevivência de mais empresas portuguesas no mercado através de um “Mecanismo de aviso antecipado” (“early warning mechanism”) que dirige recomendações às empresas em perigo de insolvência para esse fim;
- 4- A dívida (pública e privada) e o défice têm diminuído consistentemente, com as devidas limitações que já mencionámos;
- 5- Os bancos têm reduzido o volume de concessão de empréstimos de mau desempenho;
- 6- A melhoria das condições de trabalho tem permitido a redução da percentagem de portugueses em risco de pobreza⁶ e de exclusão social;
- 7- O Estado português tem promovido vários programas de melhoria das qualificações da sua mão de obra, especialmente no que diz respeito às suas competências digitais, mas não há que descurar os esforços de incentivo ao ingresso no ensino superior, de combate ao abandono escolar e de melhoria do ensino vocacional.

No entanto, não obstante a dedicação dos nossos governos (que é de aplaudir, de facto), Portugal continua muito atrasado face aos seus parceiros europeus na maioria dos campos supramencionados. Dito isto, que resta a Portugal para que finalmente alcance (ou pelo menos tenha hipóteses de alcançar) a média europeia?

Para responder a esta pergunta, teremos em conta, mais uma vez, as recomendações feitas pelo FMI e pela Comissão Europeia nos seus respetivos relatórios.

⁵ “Statement by Mr. Fanizza and Ms. Lopes on Portugal – Executive Board Meeting”, p. 2, 2019 (este é um anexo ao relatório do FMI sobre Portugal, também de julho de 2019).

⁶ A UE define a linha do risco de pobreza como “60% do rendimento mediano por adulto equivalente” (INE) – Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), “O que é a pobreza?” (em linha), consultado em 17-11-2019, disponível em <https://www.eapn.pt/o-que-e-a-pobreza>

O FMI começa por abordar questões estruturais (que já concluímos serem o principal fator por trás da dívida pública excessiva), aconselhando incentivos ao aumento da poupança das famílias e das empresas (que está abaixo da média europeia), argumentando que a poupança abre mais oportunidades para o investimento sem que se criem desequilíbrios externos. A fim de atenuar a produtividade reduzida da mão de obra portuguesa (também uma dificuldade séria destacada por Santos Pereira⁷), o FMI recomenda a continuação da aposta na educação, nomeadamente dos programas de “instrução digital” da população adulta e das melhorias no ensino vocacional, uma vez que, segundo esta instituição, uma população mais instruída tende a poupar mais, indo de encontro ao ponto anterior. Do ponto de vista jurídico, apoia-se a flexibilização ainda maior da legislação laboral, especialmente a respeitante aos contratos de trabalho permanente, na esperança de reduzir o número de contratos de trabalho temporário e o número de trabalhadores com o salário mínimo nacional (lembra-se que, na primeira metade de 2018, 40,2% dos novos empregos criados tinham como remuneração o salário mínimo⁸), além de afetar num sentido positivo a adaptabilidade e a competitividade das empresas.

A Comissão repete essencialmente as recomendações do FMI, mencionando “O aumento do investimento público e privado na inovação, na melhoria das competências, na eficiência dos recursos, nas infraestruturas de transportes e em políticas de emprego modernas” como meio de reforço do desenvolvimento sustentável da economia. Contudo, um ponto muito relevante para a nossa exposição é a necessidade de implementação de políticas orçamentais viradas para o crescimento com a finalidade de manter a dívida pública em trajetória descendente, através de um controlo eficaz das despesas da administração pública em geral e da “tomada de medidas decisivas para fazer face aos persistentemente elevados pagamentos em atraso dos hospitais e para melhorar a sustentabilidade financeira das empresas públicas e do sistema de pensões”⁹. Finalmente, compete-nos referir a urgência da cooperação com a Espanha e com a França no sentido de desenvolver novas infraestruturas energéticas para fazer frente ao custo em crescendo da energia (note-se que a Comissão culpabiliza a excessiva tributação por parte do Estado português), bem como infraestruturas de transportes para incentivar “um maior investimento nas infraestruturas portuárias” e “uma maior integração da rede ferroviária com Espanha”.

Quanto ao aumento de impostos, esta tem sido a medida mais empregue ao longo dos tempos e que é utilizada para cobrir o despesismo público, sendo o caminho mais fácil comparando com uma reforma do Estado (que continua a ser urgente realizar) ou com a redução de despesas públicas. Além disso, a nossa carga fiscal é desproporcional face ao nosso nível de rendimento médio. Deste modo, aumentar impostos para financiar os défices orçamentais torna-se insustentável e conduz à garantia de que teríamos um país ainda menos competitivo (porque os impostos se refletem nos custos de

⁷ Santos Pereira, *Op. Cit.*

⁸ FMI, “Staff Report for the 2019 Article IV Consultation”, p. 25, 18-05-2019.

⁹ Comissão Europeia, “Relatório relativo a Portugal de 2019”, que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos”, p. 8, 27-2-2019.

produção e, conseqüentemente, no preço das exportações) e produtivo. Este aumento só serviria para aumentar cada vez mais o despesismo irresponsável dos governos e a evasão fiscal, dado que esta aumenta com o aumento das taxas de imposto (uma vez que crescem os benefícios marginais da evasão). Para além disso, a certo ponto, a resistência dos cidadãos não permite aumentar mais a carga fiscal, sobretudo em governos preocupados com o populismo eleitoralista e com a renovação do mandato.

4. O endividamento privado

Cabe-nos, por fim, sem diminuir a quota-parte da culpa do setor público para o efeito, apresentar o elemento silencioso da crise económica: o setor privado.

O setor privado poderá ser entendido como o epicentro de todo o desenvolvimento económico. Foi, em 2008, ponto de eclosão da crise económica e é, na atualidade, o motor propulsor do positivo desenvolvimento económico. Com efeito, surge em 2008 um clímax cumulativo de lesivas condições económicas que corroboraram num ponto irreversível, pelo qual a recessão económica era evidente. Crédito fácil e subseqüentemente investimento mal aplicado, foram os termos na ordem lógica do comportamento económico desta altura.

O endividamento privado leva a uma recessão do consumo, que implica uma estagnação da economia. Uma economia sem consumo, é uma economia com menos produção e com menos atividade empresarial, é uma economia em falência. Por isto se afirmou que o setor privado é o efetivo epicentro do desenvolvimento económico e faz sentido focar o endividamento privado, numa análise da evolução económica portuguesa.

5. Conclusões

Como é sabido, Portugal tem um défice externo crónico refletido nos sucessivos défices da balança comercial e da balança de pagamentos. Como agravante, a liberalização do comércio mundial e a concorrência de países como a China prejudicaram a competitividade das exportações nacionais. Os governos têm adiado o combate aos desequilíbrios estruturais e externos das finanças públicas, algo que é tão importante, sob pena de destruímos a nossa credibilidade internacional e de, por conseguinte, vermos inoportáveis os juros da dívida. A despesa tem de ser revista, em termos estruturais. A sua composição necessita de atenção. A diminuição da dívida pública deve ser, sem qualquer sombra de dúvida, uma das maiores preocupações de política macroeconómica em Portugal. A redução sustentada da dívida pública pode levar a uma estabilidade macroeconómica que abra muito mais espaço de manobra ao Estado (sem tanta dependência da flutuação dos mercados financeiros), o que permitirá, também, diminuir algum esforço fiscal existente sobre os cidadãos.

Fechamos esta breve reflexão com a lembrança vincada que urge transformar a nossa execução orçamental e inculcar em Portugal uma disciplina orçamental no lado das despesas. São necessárias

regras neste sentido, mas regras estáveis e duradouras. É insustentável vermos essas normas mudarem de ano para ano, sem preocupações com o estabelecimento de uma política de despesa definitiva, contínua e efetiva. Não estão apenas em jogo as expectativas legítimas dos cidadãos contribuintes, mas também o desenvolvimento do nosso país, a transparência e segurança do sistema, a representatividade e o interesse público. Não se poderá admitir violações constantes do princípio da neutralidade e desrespeito pela responsabilidade, a prudência, o empenho na causa pública, a disciplina, a honestidade e integridade.

Por outro lado, há que ter em conta que ciclos económicos virtuosos começam com uma gestão harmoniosa e regradada dos agregados familiares e com uma gestão consciente nas empresas.

A economia tornou-se muitas vezes enganosa – créditos sobre créditos, geram uma ideia primitiva e falaciosa, sem embargo, tentadora, de que o indivíduo pode consumir sem tetos, sem limites. Ademais, responsabilizar os privados poderá ser uma tarefa difícil, quando nem estes têm noção da sua quota-parte de culpa, de que é exemplo a contração de novos empréstimos para lidar com dívidas decorrentes de um primeiro endividamento.

O crédito não é, nem nunca poderá ser, a derradeira solução: este facto já entrou, inclusive, na lógica empresarial, cada vez mais apta a arquitetar novas formas de posicionamento no mercado e, também de investimento, que evitem a tipologia clássica que assenta no empréstimo financeiro. Resta transpor esta crença para a lógica familiar. O consumo é importantíssimo, mas mais importante é a estabilidade financeira.

Bibliografia

- BANCO DE PORTUGAL. Documentação relativa ao Programa de Assistência Económica e Financeira. [Online] Disponível em: <https://www.bportugal.pt/list/documentacao-relativa-ao-programa-de-assistencia-economica-e-financeira>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- BANCO DE PORTUGAL. O que é a dívida pública? [Online] Disponível em: <https://www.bportugal.pt/page/o-que-e-divida-publica>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- BANCO DE PORTUGAL. Produtividade e custos laborais. [Online] Disponível em: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/4-produtividade_custos_laborais.pdf. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- BPSTAT. Dívida Pública. [Online] Disponível em: <https://bpstat.bportugal.pt/dados/series?mode=graphic&svid=2055&series=12561507>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- COMISSÃO EUROPEIA (2019). Relatório relativo a Portugal de 2019, que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos. [Online] SWD(2019) 1021 final. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/file_import/2019-european-semester-country-report-portugal_pt.pdf. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- FMI. Staff Report for the 2019 Article IV Consultation. [Online] Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2019/07/11/Portugal-2019-Article-IV-Consultation-Press-Release-Staff-Report-and-Statement-by-the-47104>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- LEIRIA, I. (2017). 40% dos jovens de 20 anos estão no ensino superior. [Online] Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2017-09-09-40-dos-jovens-de-20-anos-estao-no-ensino-superior>. [Acedido em 12 de novembro de 2019]

- PEREIRA, A. (2011). Portugal na hora da verdade: como vencer a crise nacional. Lisboa: Gradiva
- PORDATA. Despesas do Estado em % do PIB: por algumas funções. [Online] Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Despesas+do+Estado+em+percentagem+do+PIB+por+algumas+fun%C3%A7%C3%B5es-2778-236919>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- PORDATA. Produtividade do trabalho por hora trabalhada (euro). [Online] Disponível em: [https://www.pordata.pt/Europa/Produtividade+do+trabalho+por+hora+trabalhada+\(Euro\)-3019](https://www.pordata.pt/Europa/Produtividade+do+trabalho+por+hora+trabalhada+(Euro)-3019). [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- PORDATA. Despesa da Segurança Social. [Online] Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Despesa+da+Seguran%C3%A7a+Social+total+e+por+tipo-100-369>. [Acedido em 27 de setembro de 2021]
- RIBEIRO, J. (1997). Lições de Finanças Públicas. Coimbra: Coimbra Editora
- ROCHA, E. (1984). Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho, *Análise Social*. [Online] XX, 621-644. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223475624P7mTE0cw8Lu53HY1.pdf>. [Acedido em 3 de novembro de 2019]
- SILVA, A. (2010). Discurso no ato comemorativo dos 25 anos da assinatura do tratado de adesão de Portugal à CEE
- TEIXEIRA, G. (2021), Manual de Direito Fiscal, 6ª edição, Almedina

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO, REDES E O TERRITÓRIO NA BAIXADA FLUMINENSE, RJ (BRASIL)

--

SANITARY SERVICES PUBLIC POLICIES, NETWORKS AND THE TERRITORY IN THE BAIXADA FLUMINENSE, RJ (BRAZIL)

André Santos da ROCHA

Federal Rural University of Rio de Janeiro, Brasil
asrgeo@ufrjr.br

Cleber Marques de CASTRO

Federal Rural University of Rio de Janeiro, Brasil
castro@ufrjr.br

Resumo

O presente capítulo estabelece um breve panorama das condições de acesso aos serviços de saneamento na Baixada Fluminense, área metropolitana do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Adotamos uma perspectiva que lida com o saneamento básico como um direito humano e não apenas como um serviço de mercado. O saneamento básico está intrinsecamente relacionado aos usos do território, à implantação e o controle das redes técnicas e com o desenvolvimento e promoção de saúde pública e garantia de justiça social. Neste sentido, objetivamos à luz de um debate teórico sobre redes técnicas, políticas públicas e o território apresentar dados analíticos da periferia metropolitana do Rio de Janeiro, evidenciando as disparidades e injustiças territoriais. A metodologia da pesquisa baseou-se na revisão bibliográfica acerca da literatura especializada, bem como na análise de indicadores de água e esgoto obtidos a partir da Série Histórica do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Apesar de inúmeras políticas públicas e programas de investimento nas últimas décadas, as disparidades no acesso ao saneamento na Baixada Fluminense são marcantes, revelando profundas desigualdades territoriais entre os seus municípios e entre a capital, Rio de Janeiro. Destaca-se negativamente o serviço de coleta de esgoto, marcado por uma insuficiente rede de coleta e baixos índices de tratamento, além das deficiências no sistema de informações (SNIS), cujos dados são fornecidos pelos próprios prestadores dos serviços.

Palavras-chave: Desigualdades, redes de água e esgoto, periferia metropolitana, Rio de Janeiro.

Abstract

This chapter provides a brief overview about the access to water and sanitary services conditions at Baixada Fluminense, metropolitan area in the state of Rio de Janeiro, Brazil. We adopt a perspective that deals with sanitary services as a human right and not just as a simple priced service. They are inherently related to the territory used, to the implementation and infrastructure networks control, and to the development and promotion of public health and social justice guarantee. In this sense, in light of a theoretical debate on infrastructure networks, public policies and territory, we aim to present analytical data from the Baixada Fluminense, highlighting territorial inequalities. We draw a methodology based on a specialized bibliographic review and a water and sewage indicators analysis obtained from a historical series of the National Sanitary Information System (SNIS) under the Ministry of Regional Development. Despite numerous public policies and investment programs in recent decades, the inequalities in access to sanitary services at the Baixada Fluminense are impressive, revealing deep territorial inequalities between its municipalities and between the capital, Rio de Janeiro. The sanitary sewage infrastructure stands out negatively, marked by a sewage

insufficient collection and low treatment rates, in addition to deficiencies in the information system (SNIS), whose data is provided by the service companies themselves.

Keywords: Inequalities, Water and sewage infrastructure; Metropolitan periphery; Rio de Janeiro.

1. Introdução

O saneamento básico compreende um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operativas que proporcionam o abastecimento de água potável, coleta de esgoto sanitário, drenagem e gestão de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos. Esse amplo escopo de itens está associado tanto à implementação de redes técnicas inerentes aos fluxos de água potáveis e residuais como de fomento de políticas que viabilizem o tratamento, coleta de resíduos e o provimento de estruturas capazes de garantir a acessibilidade às populações.

Neste trabalho, lidamos com a perspectiva do saneamento básico como um direito humano, conforme reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2010) e não como mero serviço, precificado, na perspectiva da água como mercadoria. Nestes termos a garantia do Saneamento como um direito social se revela fundamental para pensar a equidade e a justiça social para as populações.

No entanto, é notório o grave déficit para o atendimento à garantia dos direitos ao saneamento, em especial os serviços de coleta de esgoto sanitário no mundo. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da UNICEF, presente no relatório “Progress on Drinking water sanitation and hygiene” (2017), “Aproximadamente 3 a cada 10 pessoas no mundo, ou 2,1 bilhões de pessoas, não têm acesso a água segura e prontamente disponível em casa, e 6 em cada 10, ou 4,5 bilhões, não têm saneamento gerenciado com segurança”¹ Nitidamente a maior parte dos casos de insegurança e inacessibilidade às condições mínimas ao saneamento acompanham uma geografia global perversa, na medida que são nos países da periferia e semiperiferia do mundo a maior concentração de pessoas sem acesso a esses direitos. Os dados apresentados no referido relatório são um desafio as Metas de desenvolvimento do Milênio (2030)

No Brasil e no estado do Rio de Janeiro as condições também não são diferentes. Se tornando ainda mais graves em espaços da periferia metropolitana. Segundo Britto (2020)

“No Brasil dados do Ministério das Cidades indicam que cerca de 35 milhões de brasileiros não são atendidos com abastecimento de água potável, mais da metade da população não tem acesso à coleta de esgoto, e apenas 39% de todo o esgoto gerado é tratado. Aproximadamente 70% da população, que compõem o déficit de acesso ao abastecimento de água, possuem renda domiciliar mensal de até ½ salário-mínimo por

¹ <https://www.who.int/publications/i/item/9789241512893>. Acesso em 10 out.2021

morador, ou seja, possuem baixa capacidade de pagamento, o que coloca em pauta o tema do saneamento financeiramente acessível”²

Na Baixada Fluminense, região formada por diversos municípios³ que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), as condições atuais são díspares entre as municipalidades em si e com diferenciações internas, marcadas, sobretudo, pela oposição centro/periferia. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento, do Ministério do Desenvolvimento Regional, em 2018, 570 mil pessoas não eram atendidas pelo abastecimento de água e 2,16 milhões de pessoas não eram atendidas com coleta do esgoto(SNIS - Aplicativo Série Histórica 2020) de um total de 3,87 milhões de habitantes.

Não há novidade em afirmarmos que o espaço metropolitano fluminense é desigual em uma série de aspectos, decorrentes da ação dos agentes produtores do espaço e dos problemas socioespaciais típicos das grandes metrópoles e que levam, conforme palavras de Santos e Silveira (2008) a uma *involução urbana*, ou seja, levam a uma condição de precarização das condições de habitabilidade. Para Rolnik (2004), em relação às grandes cidades brasileiras, tão distintas histórica e regionalmente, há um elemento comum entre elas: a existência e permanência de contrastes entre as condições urbanas, evidenciando desigualdades econômicas, sociais e na forma do funcionamento das cidades.

É neste sentido, entendemos a necessidade de se pensar elementos que são inerentes para o debate da promoção do acesso ao saneamento, em especial no que concerne a sua dimensão geográfica. Por isso, o presente texto tem como objetivo apresentar um debate teórico sobre redes técnicas, políticas públicas e o território e apresentar alguns dados analíticos a partir da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro.

2. Elementos teóricos: políticas públicas de Saneamento, redes e o território

O tema do Saneamento e sua multiplicidade apresenta forte afiliação territorial porque se relaciona diretamente com os "usos do território" os sistemas de "redes técnicas" (Dupuy, 1982). outrossim estão relacionadas às esferas do poder de apropriação de grupos sociais (Raffestin,1993) com conexões da esfera de desenvolvimento (Heller, 1998) e aponta para multidimensionalidade do território (Saquet, 2011). Todavia a implementação do saneamento em complexidade está posta diante da construção de políticas que permitam ampliar sua acessibilidade.

Entendemos as políticas públicas como instrumentos capazes de garantir a integralidade dos direitos humanos que estão dispostos sobre o território (Rocha, 2012). Assim, concordamos com Barbosa

² <http://www.assemae.org.br/artigos/item/1762-saneamento-basico-como-direito-de-cidadania>

³ Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, e Seropédica

(2008, p.13) que a política pública é uma “referência fundamental à proteção, promoção e reparação de direitos declarados e garantidos na forma da Lei”.

Neste sentido, entende-se que esse acesso está diretamente associado aos elementos constitutivos do território onde essa população está inserida. Esse território não é apenas visto como uma base material natural onde estão dispostos os recursos hídricos e suas formas (lagos, lagoas, rio e bacias hidrográficas) e o chão onde se fixam as sociedades, mas também composto por um sistema técnico (encanamentos, sistemas de abastecimento formais e informais, minas, estações de tratamento, etc.); e um sistema político (esferas de gestão e escalas de proposição, dinâmica da vida social) que revela as contradições dos território usado (Santos & Silveira, 2001).

Segundo Santos & Silveira (2001), é relevante observar o território usado como uma categoria empirizável, que traduz as possibilidades de identificar os usos sociais, os sistemas técnicos de infraestrutura, o dinamismo da sociedade e as esferas normativas (leis, regimentos e planos de gestão) que configuram elementos sobre o espaço. Neste sentido, a leitura sobre o território necessita passar por uma abordagem multidimensional (Saquet, 2011), uma vez que há elementos políticos, econômicos, culturais e ambientais que constituem o território e se materializam as políticas públicas de saneamento. Assim a própria constituição de políticas de saneamento sobre o território está associada às disposições de redes (abastecimento e circularidades de fluxos de água potável e residual)

Segundo Claude Raffestin (1993), o território se estabelece também a partir de um sistema de redes, por intermédio do jogo, das relações entre os atores sociais envolvidos. Para o autor a rede em um quadro espaço-temporal é, por definição, móvel: “do ponto de vista da circulação, toda rede está em perpétua transformação, dependendo da escala privilegiada pelas estratégias” (Raffestin, 1993, 207). Estas estratégias são engendradas conforme dissemos acima, pelos “atores que geram e controlam os pontos da rede, ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados na rede ou nas redes” (ibidem).

De maneira geral as redes pressupõem circulação e movimento de determinado tipo de fluxo. Assim sendo, a rede técnica de água e esgoto, e ao mesmo tempo a rede hidrográfica são os sistemas de circulação de um tipo de fluxo. Para Raffestin os sistemas de circulação são instrumentos construídos e reproduzidos por atores de “forma variável, em função dos projetos políticos e econômicos que evoluem” (Ibidem, 207). Ou seja, para Raffestin mesmo a infraestrutura representa uma relação de poder. Neste sentido é muito importante reiterar que consideramos as redes técnicas não somente como um produto técnico, ou seja, uma aplicação tecnológica neutra. Dupuy (1984) menciona claramente que os diferentes tipos de redes (água, energia, gás, por exemplo) não são apenas justapostas no território. “As redes se cristalizam em um ambiente altamente interdependente dos imperativos capitalistas e do estabelecimento de novas relações sociais” (Dupuy, 1984, 22). As possibilidades de conexão que elas fornecem e o modo

pela qual são geridas e controladas são as características que permitem que Dupuy (*op. cit.*, p.23) afirme que as redes não são construções *a priori* técnicas, mas são produtos de uma lógica sócio-econômica e da gestão do sistema urbano, que se concretiza em manifestações técnicas. Posto isto, o autor define finalmente as redes como um equipamento técnico de solidariedade urbana (Ibidem, 23, tradução nossa).

A partir dos apontamentos e definições de Curien (1988) e de Dupuy (1993) percebe-se a intrínseca relação entre as redes e a produção e reprodução da vida cotidiana. As redes permeiam a vida urbana e fornecem-na sentido através das redes de transporte, de comunicações, de esgoto, de abastecimento de água, dentre outras. A ausência dessas redes, por outro lado, marca a ruptura ou intermitência no fornecimento de serviços e de direitos, bem como o aprofundamento de desigualdades espaciais.

Quando nos referimos há uma “segregação pelas redes”, queremos dizer, que há uma segregação criada pela ausência das redes técnicas. No caso do abastecimento d’água e do acesso às redes de coleta de esgoto, isto significa um fator de vulnerabilidade relacionado ao que Hewitt (1997) intitula de “fraqueza estrutural”, ou seja, pobreza, ausência do poder público, menor capacidade da população responder às situações de risco. Compreendemos assim, que a organização espacial das redes pode funcionar como um fator de vulnerabilidade estrutural.

Neste sentido, as redes técnicas cumprem uma função importante para as cidades. Concebendo-as como infraestruturas de veiculação/distribuição de água, energia, gás, informações ou que permitem o transporte de pessoas, por exemplo, fica de certo modo evidente o papel que elas têm em conectar locais de produção e de consumo; locais de moradia e de trabalho ou estudo; enfim, as redes permitem a locomoção de fluxos materiais e imateriais. Contribuem deste modo, não apenas para a transferência de fluxos, mas para a concentração de pessoas, fornecendo sentido à aglomeração e à urbanização, pelos serviços⁴] que materializam. Concordando com Pires do Rio (2008, p.222) as redes “não são apenas aparatos técnicos mais ou menos eficientes; elas constituiriam um dado importante da organização da cidade”. Nossa análise é de que a metrópole se constitui pela escala de concentração destes fluxos em uma determinada área geográfica e/ou a delimitação mais precisa das cidades que estão envolvidas nestes diferentes tipos de fluxos, bem como à população servida. É neste sentido que as redes técnicas fornecem significado e unidade à metrópole. Uma vez que essas redes estão associadas a próprios mecanismos de reprodução urbana, permitindo, portanto, diferenciar os diferentes usos dos territórios.

⁴ Segundo Siqueira (2001) é consenso na literatura que os serviços públicos sejam identificados como responsabilidade de Estado e a partir de certos princípios, sendo o da *universalidade* (definido como o direito de todo cidadão ao determinado serviço) o mais importante. Outros princípios como a *acessibilidade*, *boa cobertura territorial*, *modicidade das tarifas* e *cortesia com os usuários* são condições, segundo a autora, para que a universalidade se realize.

Por isso, a caracterização da rede de água e esgoto na metrópole é um constante desafio, que nos impulsiona a olhar a produção urbana metropolitana a partir de outra lógica. Sobretudo, quando observada a partir da realidade da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro.

3. Considerações a partir da Periferia Oeste da metrópole do Rio de Janeiro - Brasil.

No Brasil, a Lei federal 9.433/97, conhecida por *Lei das Águas*, garante a prioridade de provimento d'água para o consumo humano e para a dessedentação de animais, contudo, o que se estabelece como regra no espaço metropolitano é a luta pela água, datada desde os primórdios de sua fundação. O Rio de Janeiro possui importante particularidade no que concerne ao abastecimento de água, problema que, segundo Abreu (1992), atormenta a cidade do Rio de Janeiro desde sua fundação em 1565. Como a obra deste autor aborda, durante toda a sua história, a cidade e seu entorno sofreram com as repetidas crises de escassez de água. Tais crises foram atenuadas somente após a construção da Estação de Tratamento de Água (ETA) do Guandu, pela Companhia Estadual de Água e Esgotos (Cedae) e que está em operação desde 1955, já tendo sido considerada a maior ETA do mundo em volume de água tratada (45 m³/s), embora a existência da própria ETA somente tenha se tornado possível em decorrência da engenhosa transposição de até 160 m³ (ANA, 2007) das águas do rio Paraíba do Sul (um dos principais rios do sudeste brasileiro, cuja bacia abrange parte dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, totalizando mais de aproximadamente 55.500 km²) para o rio Guandu⁵.

Todavia a instalação da referida estação de tratamento não foi suficiente para garantir a equidade na distribuição das redes de água e na rede de coleta de esgoto no âmbito do espaço metropolitano do Rio de Janeiro, que possui uma formação territorial com usos bastantes desiguais. Essa área é considerada como uma das áreas metropolitanas mais desiguais do Brasil, portanto materializa profundas assimetrias no acesso aos direitos mais básicos às populações. As situações mais críticas são claramente postas em suas áreas periféricas, que por sua vez não são homogêneas.

No contexto desta periferia metropolitana encontra-se a porção oeste, que é conhecida popularmente como Baixada Fluminense [figura 1].

Essa porção do território é amplamente reconhecida em sua singularidade no âmbito metropolitano fluminense e é comumente caracterizado por carências econômicas, ausências de infraestruturas básicas, e por fortes estigmas de violência social (Rocha,2014; Simões,2007) apesar do desenvolvimento urbano-econômico-industrial que ocorre após as décadas de 1990, sob égide de uma reestruturação produtiva neoliberal (Oliveira & Rocha, 2014), ainda reforça profundas dificuldades de sua questão urbana, em

⁵ A transposição de águas do Paraíba do Sul para o rio Pirai e posteriormente para o rio Guandu, de fato, faz parte da construção e operação de um complexo de geração de energia elétrica (três usinas geradoras) e reservatórios d'água operados pela Light S.A. Mais informações podem ser obtidas em ANA (2007, 2007a).

especial no que concerne a universalização do saneamento básico e do acesso as redes técnicas de água e esgoto (Britto 2015; Porto, 2001). Neste contexto Britto e Quintslr (2020) destacam que o histórico de formação territorial da metrópole do Rio de Janeiro e as condições precárias dos serviços de saneamento reforçam profundos quadro e desigualdades e injustiça ambiental, que é ainda mais agudo nas periferias, o que inclui a maior parte dos municípios da Baixada Fluminense.

Essa área entrecortada por inúmeros rios, recebeu atenção de inúmeras políticas territoriais. Algumas intervenções e estudos foram realizadas no final do século XIX e início do século XX (Fadel, 2009) com a finalidade de promover o saneamento de áreas pantanosas. Segundo Brito e Quintslr (2020) outras ações foram realizadas ao longo do século XX, como “Plano Global de Saneamento Básico da Baixada Fluminense (PEBs), o Baixada Viva e o Plano de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). Também não podemos deixar de considerar as ações desempenhadas no âmbito do Século XXI, com a destinação de verbas para ações de saneamento na região no âmbito do PAC-Saneamento.

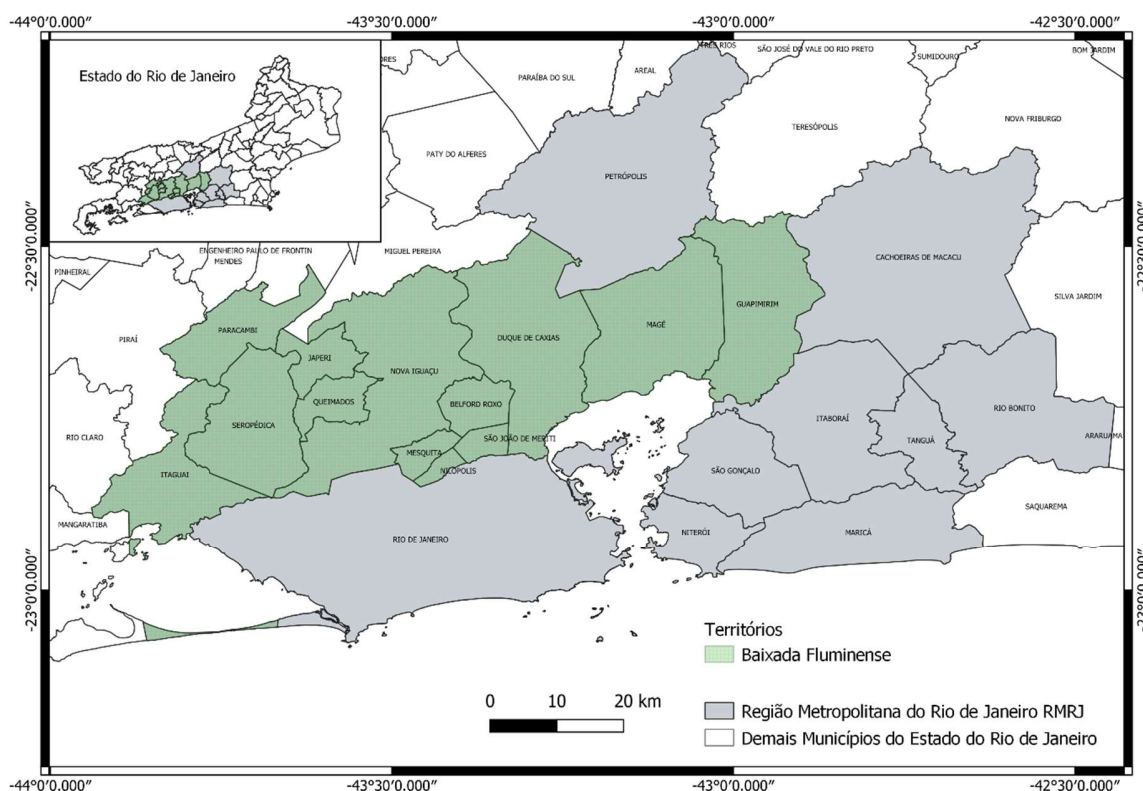


Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com destaque para os municípios da Baixada Fluminense.

É importante destacar que, como parte da periferia urbana metropolitana a Baixada Fluminense passou por um acelerado processo de urbanização. A evolução da malha urbana se desenvolve, na maior

parte dos municípios em condições precárias a partir de loteamentos (Geiger & Santos, 1954) que não tiveram adequada estruturação de redes técnicas de acesso a água e à rede de coleta de esgoto. Assim essa acessibilidade adequada a essas redes, partido dos apontamentos de Curien (1988) e de Dupuy (1993) sinalizam profundas assimetrias e desigualdades. Outrossim, a superação destas desigualdades permanece um desafio ao desenvolvimento metropolitano, conforme consta no Plano Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUI-RMRJ, 2018)⁶.

A identificação efetiva destas redes está tanto no plano empírico quanto no plano político. No empírico acontece porque se trata de redes subterrâneas, de difícil localização e contam com ausências de plantas urbanas, tendo apenas algumas menções de entroncamentos (linhas principais de abastecimento) para essa região. Como pode ser visto no mapa do Sistema Guandu-Lages-Acari, disponibilizado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) do Estado do Rio de Janeiro. [figura 2]

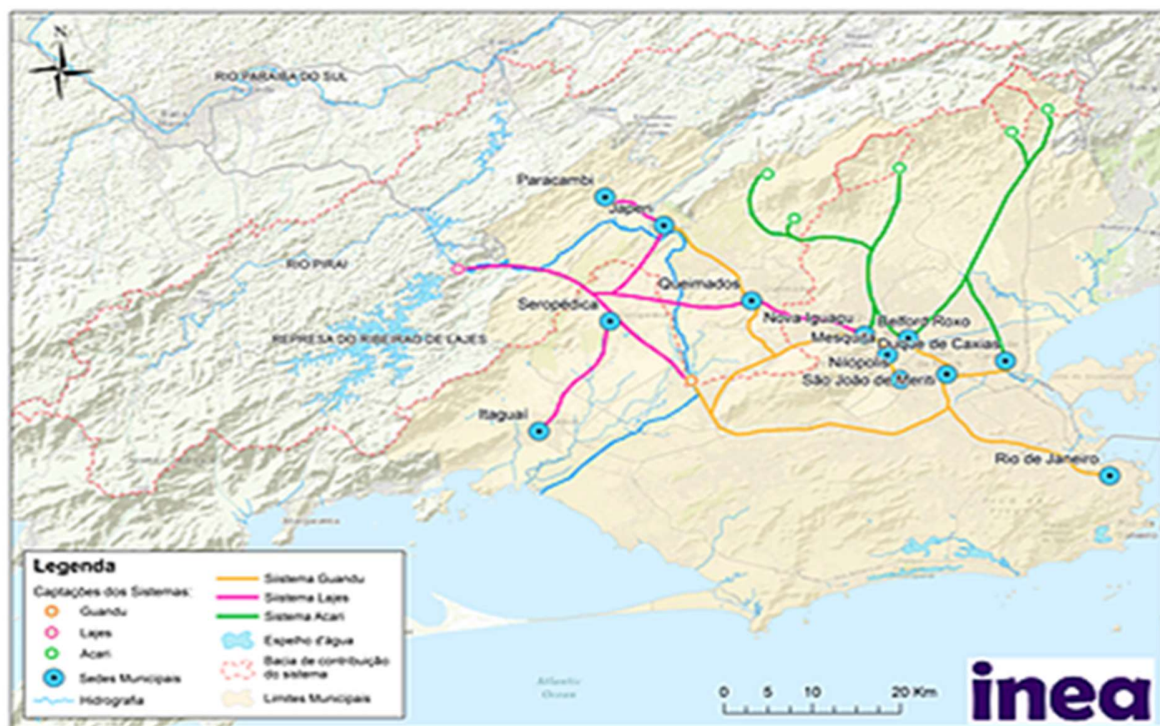


Figura 2 – Mapa do Sistema de Abastecimento de Água do Sistema Guandu-Lages-Acari.

Fonte: INEA (2020)

Segundo informações do sítio eletrônico do INEA, esse sistema é o mais importante da Região metropolitana do Rio de Janeiro, atendendo cerca de 8,6 milhões de habitantes. Porém como pode ser

⁶ <https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2018/10/PRODUTO-19-TOMO-I-FINAL-PARA-WEB.pdf>. Acesso em 20/12/2020

percebido na figura, não há visualização da capilaridade e da conectividade das redes técnicas da qual fala Dupuy (ibidem) com os logradouros, portanto inviabilizando uma avaliação sistemática efetiva do real de equidade e qualidade do grau de acesso a essas redes.

No plano político, o desafio de identificação e avaliação destas redes técnicas se materializa pela grande dificuldade de acesso a informações detalhadas por órgãos e empresas oficiais, que impedem o olhar detalhado. Ainda, destaca-se o problema da coleta de informações do território, como o CENSO, que abriga uma série de informações relevantes, entre elas o acesso das casas às redes de águas residuais sanitário e abastecimento de água. Atualmente no Brasil a coleta do Censo encontra-se fragilizada pelos constantes cortes orçamentários, permanecendo apenas pesquisas de dados oficiais do ano 2010, estando, portanto, muito defasado. Neste sentido, é relevante a consulta a outras fontes de dados como o SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) que permitem fazer a leitura das desigualdades no acesso à água e à coleta de esgoto, como podem ser evidenciados nos dados públicos oriundos das próprias prestadoras de serviço.

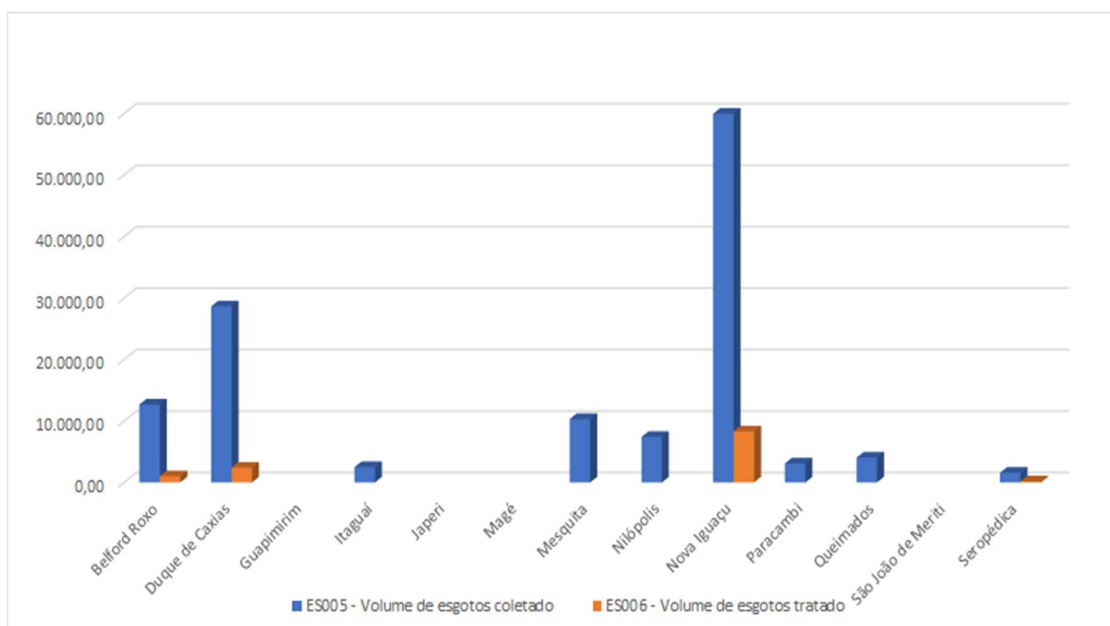


Figura 3 – Gráfico da proporção entre volume de esgoto coletado e tratado nos municípios da Baixada Fluminense em 2019.

Fonte: SNIS (2019). Organizado pelos Autores.

Levando em consideração os dados no SNIS, percebemos que há uma profunda desigualdade no acesso nesta região metropolitana, com uma forte disparidade existente entre a cidade do Rio de Janeiro,

e esses municípios da Baixada Fluminense. No que concerne aos dados referentes ao ano de 2019 para o volume do esgoto coletado e tratado, cidade do Rio de Janeiro apresentou respectivamente o volume de 427.367,57 m³ de esgoto coletado, e 346.019,45m³ de esgoto tratado, sendo infinitamente maior que o volume coletado e tratado de Nova Iguaçu, que é o município com maior volume nestes indicadores na Baixada Fluminense. Em termos proporcionais A capital apresentou 80,96% do seu esgoto tratado enquanto Nova Iguaçu, apenas 13,54%, isso implica diretamente impactos sensíveis nos corpos hídricos da região além do grande problema na qualidade da água que é coletada. A situação não é diferente nos demais municípios da Baixada Fluminense conforme pode ser observado na figura 3.

Conforme pode ser observado a maior parte dos municípios sequer possuem dados referentes ao tratamento de esgoto (Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Paracambi e Queimados).

Quando observamos os dados relativos ao quantitativo de pessoas atendidas com água e esgoto no ano de 2018 disponibilizados pelos SNIS e comparamos ao quantitativo estimado da população em 2021 (disponibilizado pelo IBGE)⁷, perceberemos que o acesso à coleta de esgoto é amplamente mais precário do que o acesso ao abastecimento de água. Nestes termos, trata-se nitidamente de uma defasagem na universalização destas redes técnicas na periferia da metrópole fluminense. Como pode ser visto no quadro I.

Quadro I - Quadro comparativo do acesso ao abastecimento de água e população atendida com esgoto sanitário (2018) em relação a população estimada em 2021.

Município	População total atendida com abastecimento de água	População total atendida com coleta de esgoto	População estimada em 2021 (IBGE)	Proporção atendida com acesso água	Proporção atendida com coleta de esgoto
Belford Roxo	389.302	197.261	515.239	75,55	38,28
Duque de Caxias	772.665	393.814	929.449	83,13	42,37
Guapimirim	42.180	0	62.225	67,78	0
Itaguaí	104.742	49.777	136.547	76,70	36,45
Japeri	75.259	0	106.296	70,80	0
Magé	177.529	91.514	247.741	71,65	36,93
Mesquita	170.358	84.904	177.016	96,23	47,96
Nilópolis	158.459	151.079	162.893	97,2	92,74
Nova Iguaçu	762.758	368.770	825.388	92,41	44,67
Paracambi	36.622	36.700	53.093	68,97	69,12

⁷ Devido a ausência de dados disponíveis na plataforma do SINIS do ano 2021 e 2020 e com dados indisponíveis de acesso de esgoto de muitos municípios em 2019, optamos por usar os dados de 2018. Ainda como o CENSO IBGE 2020 não foi realizado, utilizamos a população estimada para poder avaliação a proporção da população atendida nos serviços de água e coleta de esgoto.

Queimados	125.597	62.933	152.311	82,46	41,31
São João de Meriti	432.249	285.535	473.385	91,31	60,31
Seropédica	59.351	28.406	83.841	70,78	33,88
Rio de Janeiro	6.515.724	5.694.900	6.775.561	96,16	84,05

Org. Autores. Fonte: IBGE (2021) e SNIS (2018)

Esses territórios se caracterizam, então como territórios de ausência e de desconexão, as redes de água e esgoto, são desprivilegiadas de atenção diante das condições gerais de produção (Lencioni,2007), pelo simples fato de não estarem diretamente associadas ao vínculo da produção industrial, todavia essas redes estão intimamente imbricadas com a produção social do território. Essas redes, portanto, qualificam esses territórios periféricos, referendando-os como lugares de ausência, imputando suas populações a riscos e inseguranças ao ambiente socialmente construído.

Conforme pode ser observado nos dados do quadro há uma profunda assimetria regional no acesso aos serviços de coleta de esgoto e de abastecimento de água. Os municípios da Baixada apresentam proporção inferior à da capital. Todavia, essa assimetria é também desigual internamente nesta periferia, onde em áreas de urbanização em expansão apresentando dados de acesso tanto a água quanto ao de coleta do esgoto inferior a áreas de urbanização mais consolidada. Como é o caso dos municípios localizados no extremo oeste metropolitano (Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Japeri e Queimados) e na porção mais a leste (Magé e Guapimirim), são cidades em que apresentam entorno de 30% a 40% da população atendida com a coleta de esgoto. Entre esses, o município de Paracambi, que tem cerca de 69,12% da população atendida é o que apresenta melhor atendimento. Porém, se comparada com a capital (Rio de Janeiro), ainda apresenta a média abaixo na universalização do acesso.

Por outro lado, os municípios de urbanização mais consolidada (São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu), também não apresentam um atendimento tão efetivo à coleta e tratamento do esgoto sanitário, mantendo perfis abaixo dos 50% da população com acesso, estando acima desta marca apenas Nilópolis (92,74%) e São João de Meriti (60,31). Quanto ao abastecimento de água os dados se apresentam um pouco melhores do que a das áreas periurbanas, porém ainda com índices de atendimento abaixo do que acontece na cidade do Rio de Janeiro.

4. Apontamentos finais

O direito humano ao saneamento é uma premissa inegociável, visando a garantia de acesso a todos os cidadãos. Na região estudada, os problemas evidenciados não são aqueles que envolvem a escassez absoluta ou mesmo a qualidade da água, a despeito das ocorrências evidenciadas nos últimos dois anos, como no caso da geosmina, porém são aqueles relacionados às assimetrias e distribuição do acesso no âmbito regional da metrópole, com graves descasos em suas áreas periféricas.

As redes técnicas de água e esgoto são, portanto, não apenas sistemas técnicos, mas também parte de sistemas sociais, porque a presença ou ausência de suas conexões apontam diferenciações e ratificam os usos e qualificações sociais nesta metrópole. Por isso, emerge a necessidade de se revisitar a dimensão territorial do saneamento, e uma ampla leitura destas redes técnicas para que possamos pensar políticas públicas que possam dirimir diferenças espaciais e garantir equidade na distribuição e no acesso às populações mais marginalizadas.

Assim, é preciso olhar para o saneamento como parte do desenvolvimento para a metrópole. Mas, um desenvolvimento de pessoas e não do capital. Logo, urgente repensar o tratamento serviço-mercadoria para pensar o saneamento como direito. Essa concepção aponta para a promoção da justiça territorial, uma vez que o direito se estabelece não por quem pode pagar, mas pela garantia da existência, sociabilidade e vida das pessoas. Essa justiça territorial passa pelo compromisso com estudos sobre o tema, diagnósticos e manutenção de dados que permitam a leitura plena das presenças e ausências das redes técnicas (sociais) de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Desse modo, buscar garantir a leitura das redes técnica e de uma justiça territorial oriunda da equânime distribuição e universalização do acesso é uma forma de empoderamento das populações para nutrir bases sociais de suas lutas para construir "possíveis territórios".

Bibliografia

- ABREU, M. (1992). *A cidade, a montanha e a floresta*. In: ABREU, M. A. (Org.) *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, p.54-103.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). (2007). Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, Guarda e Guandu-Mirim. *Relatório Síntese*. Brasília, Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos, SPR/ANA,
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). (2007). Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, Guarda e Guandu-Mirim. *Relatório do Plano – Versão Final*. Brasília, Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos, SPR/ANA,
- BRITTO, A. (2015). Tarifas sociais e justiça social no acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil. In: Castro, E.J.; Heller, L.Morais, M.P (ed.'s). *O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica*. Brasília: IPEA, pp.209-226.
- BRITTO, A., QUINTSLR, S. (2020). Políticas e programas para esgotamento sanitário na metrópole do Rio de Janeiro: um olhar na perspectiva das desigualdades ambientais. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 435-456. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962020000200435&lng=en&nrm=iso .
- CURIEN, N. (1988). D'une Problématique Générale des Réseaux à l'analyse Économique du Transport des Informations. In: DUPUY, G. *Réseaux Territoriaux*. Caen: Paradigm.
- CASTRO, C. (2012). Riscos Ambientais Relacionados à Água: por uma gestão territorial da água. *Espaço Aberto (UFRJ)*, v. 2, 55-70,

- CASTRO, C. (2010). Águas do Rio de Janeiro: da metrópole com riscos à metrópole dos riscos. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Geografia. PPGG/UFRJ.
- DUPUY, G. (1984). Villes, systèmes et réseaux : le rôle historique des techniques urbaines. In: *Réseaux*, v. 2, n°4. pp. 3-23,
- FADEL, S. (2009). Meio Ambiente, saneamento e engenharia no império e na primeira república. Rio de Janeiro, Garamound.
- GEIGER, P. & SANTOS, R. (1954). "Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense". *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XVI, 03, julho- setembro, pp.291-313.
- HELLER, L. (1998). Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, 3(2):73-84, 1998. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/csc/v3n2/7152.pdf>> Acesso em 12/12/2020.
- HARVEY, D. (2009). *Social justice and city*. Georgia: University Of Georgia Press,
- HEWITT, K. (1997). *Regions of Risk. A Geographical Introduction to Disasters*. Essex. Longman.
- LENCIONI, Sandra (2007). Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. *Scripta Nova*. Vol.XI, n245
- OLIVEIRA, L., ROCHA, A. (2014). Neodesenvolvimentismo e reestruturação produtiva: O processo de reordenamento territorial no Oeste Metropolitano Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil). In: Pina, H., Remoaldo, P., Ramos, C., Marques, H. (Org.). *Grandes Problemáticas do espaço Europeu..* 1ed.Porto: Fundação universidade do Porto - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp 126-142
- OMS/UNICEF. (2017). Progress on Drinking water sanitation and hygiene. Disponível em <https://www.who.int/publications/i/item/9789241512893>. Acesso em 10 out.2021
- Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24507.htm>>. Acesso. 20 abri.2020.
- PDUI-RMRJ – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (2018) <https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2018/10/PRODUTO-19-TOMO-I-FINAL-PARA-WEB.pdf>. Acesso em 20/12/2020
- PIRES DO RIO, G. (2008). Gestão de Águas: um desafio geoinstitucional. In: Oliveira, M. P.; Coelho, M. C. N.; Corrêa, A. M. *O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas (I)*. Textos apresentados no VII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege 2007). Rio de Janeiro. Lamparina: Anpege, Faperj. pp.220-236.
- PORTO, H. R. L. (2001). Saneamento e cidadania: Trajetórias e efeitos das políticas públicas de saneamento na Baixada Fluminense. 2001. Dissertação Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001
- RAFFESTIN, C. (1993). Por uma Geografia do poder. São Paulo, Ática.
- ROCHA, A. (2014). As representações ideais de um território - Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. (Tese de Doutorado).
- ROCHA, A. (2012) Seletividade espacial das políticas públicas e o território urbano – algumas reflexões. *Geo UERJ* - Ano 14, nº. 23, v. 1, 99-113. Disponível em < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3711/2580> > Acesso em 10/12/2019.
- SAQUET, M. A.(2011) *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional viltada para cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: outras expressões,
- SANTOS, M. (2001). A natureza do Espaço. São Paulo, Hucitec,

- SANTOS, M., SILVEIRA, M. (2008). Brasil. Território e Sociedade no Século XXI. *São Paulo: Record*
- SIMÕES, M. R. (2007). A cidade Estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: Entorno
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO – SNIS. *Série Histórica*. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorical/>. Acesso em: 27/03/21.
- SWYNGEDOUW, E. (2004). Social power and the urbanization of water - Flows of power. Oxford: Oxford University Press,

Agradecimentos e as entidades financiadoras

Agradecemos a AGEVAP pelo financiamento da Pesquisa através do edital 16/2019 que possibilitou o andamento das atividades e o resultado das questões acima apresentadas. Também agradecemos à Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação e ao CNPq pelo financiamento das Bolsas de IC, concedidas no âmbito deste projeto.

INJUSTIÇAS ESPACIAIS DA ÁGUA PRIVATIZADA: O CASO DA PROLAGOS-RJ

--

SPACE INJUSTICE OF PRIVATIZED WATER: THE CASE OF PROLAGOS-RJ

Damaris Alencar de FARIAS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
dadafarias@gamil.com

Resumo

Os municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, pertencentes à chamada Região dos Lagos, região litorânea e turística do estado do Rio de Janeiro, tiveram sua água privatizada no ano de 1998. Desde então a gestão da água passou a ser feita pela Prolagos, empresa pertencente à AEGEA saneamento – holding de saneamento que engloba empresas atuantes em quarenta e nove municípios de onze estados das cinco regiões brasileiras. A política econômica brasileira volta a ser dominada exclusivamente pelo neoliberalismo e nesse contexto, a água (e o saneamento) volta a ser um dos principais alvos neoliberais no Brasil. Especificamente no caso do Rio de Janeiro que passa por uma severa crise econômica, a privatização de sua empresa de saneamento, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE, foi dada como garantia ao governo federal num empréstimo de 2,9 bilhões de reais. Passadas duas décadas de atuação da Prolagos, esse artigo busca considerar a importância da manutenção da oferta por parte do poder público dos serviços de saneamento, confrontando o discurso neoliberal com a realidade das localidades que privatizaram sua água, demonstrando através de dados oficiais que a gestão baseada na obtenção de lucros, que é o caso da Prolagos, dificulta o acesso universal à água, promovendo um novo tipo de escassez para os que não podem pagar por ela, e que favorece mais um exemplo de injustiça ambiental no estado do Rio de Janeiro.

Palavras chave: água; privatização; neoliberalismo; Prolagos

Abstract

The municipalities of Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande and São Pedro da Aldeia, belonging to the so-called Região dos Lagos, a coastal and tourist region in the state of Rio de Janeiro, had their water privatized in 1998. Since 1998, then, water management was carried out by Prolagos, a company belonging to AEGEA Sanitation – a sanitation holding that includes companies operating in forty-nine municipalities in eleven states in five Brazilian regions. Brazilian economic policy is once again dominated exclusively by neoliberalism and in this context, water (and sanitation) is once again one of the main neoliberal targets in Brazil. Specifically in the case of Rio de Janeiro, which is going through a severe economic crisis, the privatization of its sanitation company, the State Water and Sewage Company of Rio de Janeiro – CEDAE, was given as a guarantee to the federal government in a loan of 2.9 billions of reais. After two decades of Prolagos' activities, this article seeks to consider the importance of maintaining the supply of sanitation services by the public authorities, confronting the neoliberal discourse with the reality of the localities that privatized their water, demonstrating through official data that the management based on making profits, which is the case of Prolagos, makes universal access to water difficult, promoting a new type of scarcity for those who cannot pay for it, and that favors another example of environmental injustice in the state of Rio de Janeiro.

Keywords: Water; privatization; neoliberalism; Prolagos

1. Introdução

A essencialidade da água para a vida como um todo, no planeta, é um fato inegável. A estrutura celular, componente básica da vida, se formou a partir de moléculas de água. Não se restringindo apenas à bioquímica do surgimento da vida, a água também é essencial para a manutenção desta com o equilíbrio da temperatura do planeta, atuando na redistribuição da energia solar. Além de matar a sede animal, a água é fundamental também para que ocorra a fotossíntese, processo imprescindível para entrada de energia na atmosfera e que promove a manutenção da vida vegetal – algo de importância vital para alimentação de grande parte da vida animal – e também para converter o dióxido de carbono em oxigênio, molécula também fundamental à vida; para o efeito estufa, formação das massas de ar que redistribuem umidade pelos continentes e permitem a vida. Porto-Gonçalves (2004, p.418) enfatiza que “o ciclo da água não é externo a cada um de nós, passando por nossas veias materialmente e não só literalmente- nosso sangue é em 83% água”.

Mas a indispensabilidade da água transcende a ecologia. Numa sociedade que adotou a mercadoria como fundamento de sua existência, a água também possui papel preponderante em sua produção. A relação dialética entre sociedade e natureza acrescenta uma dose de controvérsia à questão hidrológica. Historicamente, a água tem sido um fator geográfico importante para a formação da própria sociedade. Verdadeiros berços civilizacionais foram formados próximos a rios, como o caso da Mesopotâmia, que abrigava a Suméria, às margens dos rios Tigres e Eufrates, e da civilização egípcia, intimamente ligada ao rio Nilo. Além de saciar a sede, a água é também fundamental para outras atividades humanas como a agricultura e pecuária, mas além disso também se tornou essencial, através do capitalismo, para a produção de mercadorias.

2. A essencialidade ecológica e econômica da água

Porto-Gonçalves (2007) salienta, de forma elucidativa, que mesmo tendo sido a água o tema da Conferência de Mar Del Plata, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1977, essa temática só passou a ser motivo de um maior grau de atenção, e se tornar o centro de profundos debates, seja no âmbito governamental ou ambiental, a partir da década de 1990, juntamente com a expansão do modelo neoliberal pelo mundo. A década de 1990 é, decerto, o corolário da questão ambiental em perspectiva geopolítica (Oliveira, 2019), e isso incorpora o debate sobre as riquezas naturais, em especial a água.

Perpassar por áreas tão distintas, da ecologia à economia, traz grande dificuldade sobre qual é o verdadeiro papel da água no mundo contemporâneo. Conforme aponta Rebouças (1999, p. 4), “a água é de longe, a substância mais abundante da terra; cobrindo cerca de 77% da sua superfície[...]”. Porto-Gonçalves (2007) também enfatiza que a água, além de fundamental para a manutenção da vida, é o único mineral insubstituível, por suas qualidades. Se antes a Terra foi chamada de planeta água, devido

à abundância desse mineral, as preocupações com sua preservação inexistiam até meados do século XX.

Como salienta Petrella, “a água – em particular a águas doce – foi vista em tempos imemoráveis como um recurso vital comum a todos os membros das comunidades humanas. Quer se trate de comunidades indígenas ou de Estados Modernos, as sociedades têm, em geral, considerado a água como bem público.” (Petrella, 2004, p. 14). No entanto mesmo com toda sua abundância, pelo viés econômico a água também sempre foi imprescindível, especialmente para o modelo capitalista que a tudo transforma em mercadoria. Foi a partir do momento que esse modelo capitalista se tornou dominante no mundo que a importância ecológica da água progressivamente deixou de ser prioritária, pois a água é também fundamental para o desenvolvimento econômico. Trata-se do elemento natural água, necessário à manutenção da vida dos seres humanos, e o recurso hídrico, apropriado pelo “homem” como um meio para se atingir um fim nas atividades que envolvem trabalho. Existe a água para o homem, mamífero vertebrado, e o recurso hídrico para a sociedade capitalista (Fracalanza, 2005).

Em um passado recente, a disponibilidade do recurso água foi fundamental e, por isso então, tido como um fator locacional sine qua non fundamental para a instalação de uma planta industrial, por exemplo. Hoje, com os avanços e amplitude espacial alcançados pelo sistema capitalista, a água vem se tornando não somente uma mercadoria presente, mas de grande importância para o futuro.

O mercado financeiro, com o amplo auxílio das políticas baseadas nas premissas neoliberais, enxergou nos recursos naturais uma nova possibilidade de ganhos, que são ainda mais vultosos e passíveis de multiplicação do que a exploração pura e simples. Na sociedade capitalista, mesmo sendo essencial, a água não é tida como um bem público, posto que seu valor econômico se sobressai diante de seu valor vital e social. Como é difícil mensurar a real importância da vida e do lucro para o capital, mesmo havendo movimentos que busquem o direito à água e conseqüentemente à vida, o interesse privado tem prevalecido, haja vista que mais de um bilhão de pessoas hoje não possuem acesso à água potável no mundo.

A ampliação do modelo e a própria concentração em cidades foi tornando o acesso à água cada vez mais dificultado, e sua demanda cada vez maior. Além de saciar a sede, permitir uma higiene mais eficiente a água também participa da produção de alimentos. Atividade que necessita de imensa quantidade de água tanto para irrigação agrícola quanto para dessedentação dos animais. Assim agricultura e pecuária são as atividades com maior consumo deste recurso, como apontado por Shiva, “comida e água são nossas necessidades mais básicas. Sem água, a produção de alimentos não é possível. É por isso que a seca e a escassez de água se traduzem em declínio da produção de alimentos e em aumento dos índices de fome.” (Shiva, 2006, p. 129)

É então a partir da Revolução Industrial, e sua conseqüente urbanização, que a questão hídrica começa a gerar algum tipo de preocupação. Afinal, o processo de industrialização passou a pressionar ainda mais a demanda pela água. Nas áreas urbanas, apesar do menor consumo percentual, a água é fundamental, e será ainda mais nesse processo de expansão urbana. Mesmo para as indústrias há

também a preocupação com as fontes de água para abastecimento, sendo um importante fator locacional para instalação de novas unidades fabris.

Hoje, a água ainda permanece como fator locacional principal para determinados empreendimentos, como é caso de siderurgias que utilizam as águas de rios para resfriamento das placas de aço (Oliveira, 2006). No entanto, atualmente, além de matéria-prima no processo industrial, a água também tem papel central na produção de energia, posto que a principal matriz energética brasileira é hidráulica, com participação de mais de 60% da energia elétrica brasileira. Neste sentido, a água tem importância central no próprio processo de transformação da natureza.

Enquanto riqueza natural para manutenção da vida, a água, em uma análise preliminar, não seria considerada uma mercadoria, pois deveria possuir apenas o valor de uso – aquele derivado de suas propriedades materiais e que tem a propriedade de satisfazer as necessidades do homem (Carcanholo, 1998). Todavia, a água também se torna mercadoria, uma vez que se fazem necessários sua captação, seu tratamento e distribuição, o que gera custos e, por consequência, cobrança pelo seu uso. Feita mercadoria, utilizada na produção de riquezas, passa a ter valor de troca – propriedade de poder ser trocada por mercadorias distintas de si própria ou de comprar outras mercadorias (Carcanholo, 1998). Essa transformação do valor de uso em valor de troca torna a água não somente uma poderosa mercadoria, mas uma verdadeira “nova raridade”, assim como o ar, a luz, o espaço (Lefebvre, 2008 [1972]). Segundo Tundisi e Matsumura-Tundisi (2011 p.57), aproximadamente 91,4% da água mundial é utilizada na produção de mercadorias, sendo que destes, 68,3% é utilizado para agricultura através da irrigação e 23,1% para uso industrial.

É possível alentar que como uma mercadoria a ser disponibilizada pelo Estado, a água propriamente dita não deveria ser cobrada financeiramente, mas apenas seus custos de captação, tratamento e distribuição seriam cobrados à população. A função social e vital da água permanece, portanto, dialética, pois enquanto grupos lutam por uma política mais democrática da água, outros grupos políticos impõem suas ambições em lucrar com ela e mesmo privatizá-la.

2.1. A água e o neoliberalismo

A visão tecnocrata da gestão da água se fundamenta na possibilidade de retorno dos grandes investimentos necessários à sua distribuição. O mercado da água traz novo fôlego à economia na medida que alavanca: a indústria em suas diversas formas – da construção civil, por exemplo – com a possibilidade de obtenção de lucro com a expansão da infraestrutura de distribuição da água; o mercado financeiro, com a possibilidade de lucros futuros oriundos da posterior cobrança por essa mesma água; e também das frações do empresariado envolvido no lobby da água, uma vez que o acesso à água, principalmente em áreas urbanas com disponibilidade hídrica, é uma ação essencialmente política.

Com a emergência da política neoliberal, especialmente a partir da década de 1970, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, acelera-se a possibilidade de retirar o saneamento básico como

função específica de Estado; no caso brasileiro, onde sempre foi propugnada a ideia de que o Estado é incapaz e é sempre acusado de gerir mal, os ataques visaram frear o provimento de recursos para sua expansão, além das acusações de que as empresas públicas se tratam de cabides de emprego. E com a gestão progressivamente passando para as mãos da iniciativa privada, a visão da água como bem comum perde o sentido, passando a ser vista como fonte abundante de lucros imediatos e a longo prazo. A publicação da Constituição de 1988 é a prova de que a cobiça pela água como uma mercadoria ainda não havia atingido o recém-nascido parlamento democraticamente eleito brasileiro.

Interessante observar que tal política neoliberal, com caráter privatizante, surge com força no Brasil de maneira congruente ao discurso ambientalista, de redução do consumo e preservação da natureza, que toma o noticiário e a mídia em geral e vai aos poucos se tornando senso comum. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, permitiu que noticiários apocalípticos sobre a questão ambiental trouxesse à vida cotidiana a culpa de que cada cidadão seria responsável pelas catástrofes ambientais por seus pequenos atos do dia-a-dia, como o desperdício de água em banhos demorados e escovação dos dentes com o registro da torneira aberta. Não por acaso, durante a Rio-92, a ONU instituiu o dia 22 de março como o Dia Mundial da Água e divulgou a Declaração Universal dos Direitos da Água: “A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem valor econômico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo”.

O discurso ambiental foi útil aos interesses neoliberais ou os interesses neoliberais foram úteis ao discurso ambiental? Se considerarmos que a ONU e o Banco Mundial consideram a água uma “necessidade humana” e não um “direito humano”, este último inalienável (Barlow e Clark, 2003), fica fácil compreender as razões por trás dessa falsa ambiguidade e não há que se criar retóricas para desviar a intencionalidade existente no discurso ambiental.

Na década de 1990, o Brasil passou a experimentar políticas neoliberais nas mais diversas áreas, incluindo-se aí a privatização da água. Diversos municípios brasileiros passam a gestão da água a empresas privadas com a premissa de que o Estado não dispunha de recursos para ampliação da rede de distribuição. Nesse contexto, os municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, que pertencem à Microrregião dos Lagos, usualmente conhecida como Região dos Lagos (ciente que microrregião é uma subdivisão que não constitui uma entidade política ou administrativa, mas agrupam municípios limítrofes com características comuns, chamaremos neste trabalho de Região dos Lagos para efeito de simplificação), tiveram sua água e saneamento básico cedidos à pressão neoliberal, e passaram por processo de concessão (Arraial do Cabo inicialmente teve apenas sua água entregue à concessão sendo o esgoto apenas no ano de 2016).

3. O caso da Prolagos

A Prolagos é a empresa responsável pela prestação de serviços de saneamento básico nos municípios de Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia desde 1998. Com sede em São Pedro da Aldeia, a Prolagos saiu vencedora do edital de licitação por concorrência pública divulgado em 27 de dezembro de 1996, quase dois anos após a promulgação da Lei de Concessões 8987/95. A Prolagos, a partir de 2010 passou a pertencer à Aegea Saneamento e Participações S.A, que é uma holding de saneamento que engloba empresas atuantes em quarenta e nove municípios de onze estados das cinco regiões brasileiras.

A concessão da água na Região dos Lagos se deu através do modelo de outorga onerosa, que é baseado na separação entre o direito de propriedade e o direito construtivo, cabendo ao poder público a propriedade sobre os direitos construtivos e sua possibilidade de venda futura, com o detalhe de que obras públicas foram realizadas anteriormente ao processo licitatório. O modelo de privatização – entendida aqui como passar a gestão para iniciativa privada, o que pode ocorrer de diferentes maneiras – adotado na Região dos Lagos não transferiu à Prolagos a posse dos bens e benfeitorias referentes à água, tais como, tubulações, bombas, estações de tratamento, maquinário etc. Havia à época a desconfiança de que esse modelo de privatização pudesse gerar um descaso com esses ativos por parte das empresas concessionárias em não ter o devido zelo com o patrimônio público próximo ao fim dos períodos de concessão.

A necessidade de água no meio urbano envolve, obviamente, o abastecimento, uma atividade estratégica para a melhoria da saúde pública e o desenvolvimento socioeconômico do país. Nesse sentido, a escassez de água sempre foi tida como o grande entrave ao pleno desenvolvimento da Região dos Lagos. Como a urbanização fluminense era premente e a atuação da CEDAE era ínfima, aliado ao problema da escassez geográfica de água, a Região dos Lagos teve alguns de seus municípios escolhidos, entre outros no estado do Rio de Janeiro, para que a gestão da água passasse para mãos privadas.

Os editais, portanto, seriam os principais direcionadores das ações regulatórias e os termos aditivos aos contratos de concessão os sistematizadores das ações das concessionárias e das pretensões municipais, sendo que o contrato da Prolagos foi ajustado através de dois termos aditivos. As metas contratuais da concessão da Prolagos não previam a cobertura total dos serviços, mesmo após passado um período de 25 anos. Outra falha apresentada pelos contratos de licitação, são a falta de uma abrangência geográfica da prestação dos serviços. Apenas números são cobrados, o que leva a desigualdades de abastecimento nas diferentes áreas de cada município. Segundo a própria Prolagos, desde 1998 a empresa já investiu mais de R\$ 1,2 bilhão em saneamento básico, triplicando o fornecimento de água potável, passando de 30% a 71,2% o atendimento da população da área urbana, e de 0 para 77,14% o índice de atendimento em esgotamento sanitário (Prolagos, 2018).

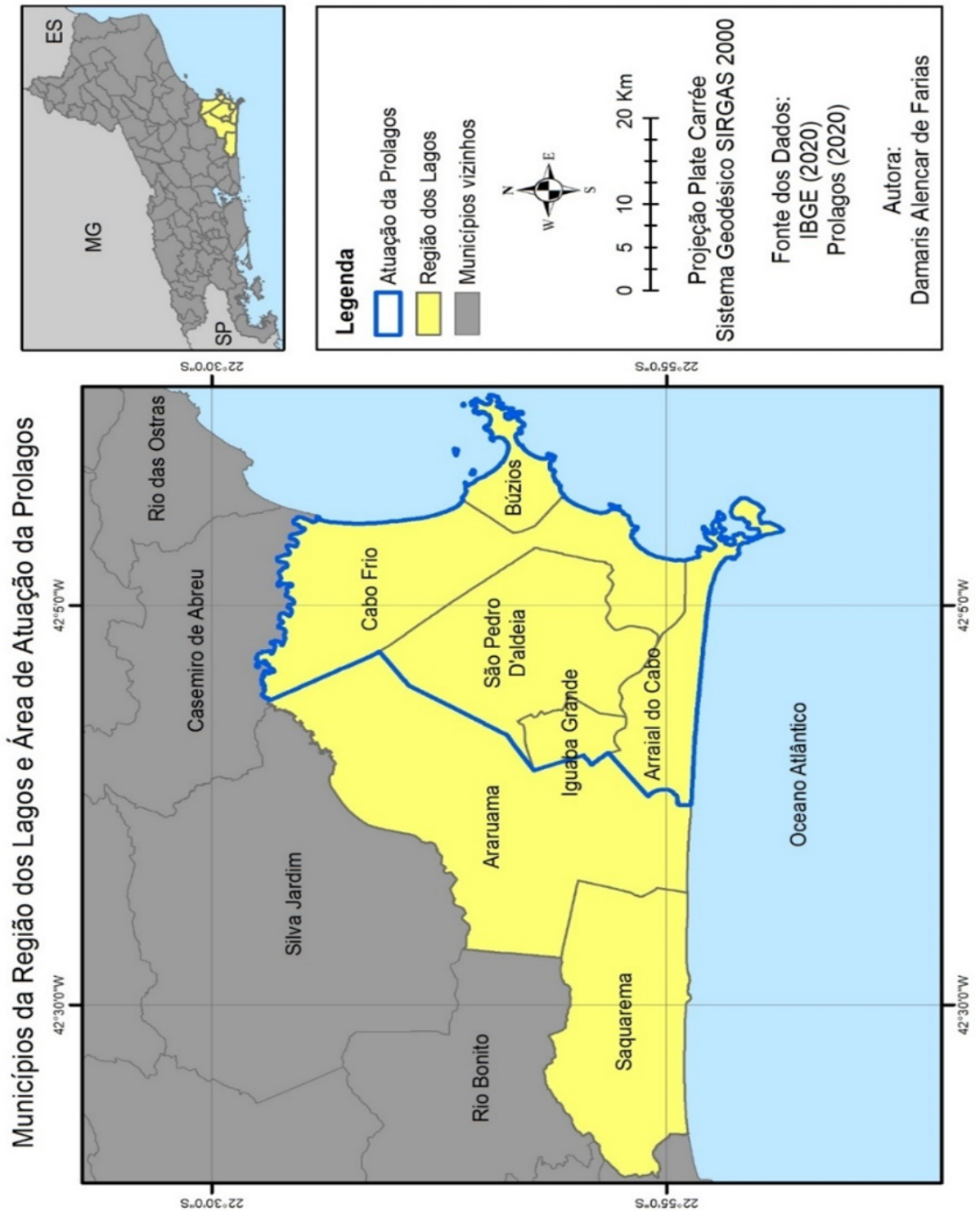


Figura 1 - Mapa dos Municípios da Região dos Lagos área de atuação da Prolagos

Segundo a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA), responsável pela fiscalização e regulação dos contratos de concessão, as principais metas contratuais que deveriam ser atendidas pela Prolagos ao longo dos 25 anos de concessão seriam as apresentadas no quadro a seguir:

Tabela I - Metas Contratuais Prolagos (Percentuais sobre a população urbana residente e flutuante).

Tempo de Concessão	Água	Esgoto
3º ano (2001)	80%	30%
8º ano (2006)	83%	40%
13º ano (2011)	85%	50%
20º ano (2018)	85%	65%
25º ano (2023)	90%	70%

Fonte: http://www.agenersa.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73:histor-concessao&catid=83:prolagos&Itemid=81.

Em 2019 a Prolagos já havia alcançado 98% de cobertura da água, com investimento aplicado de R\$1,4 bilhão, um dos maiores investimentos em saneamento e distribuição de água por habitante no Brasil. Uma atuação satisfatória (do ponto de vista empresarial) que confere não apenas à Prolagos, mas à iniciativa privada, exatamente o que a doutrina neoliberal acusa de faltar às administrações públicas: uma melhor e mais eficiente gestão sobre a água. No entanto, a escassez anteriormente considerada física – apenas a Lagoa de Juturnaíba era o ponto de captação de água para os municípios atendidos pela Prolagos – talvez tenha se convertido num outro tipo de escassez: a escassez de água para quem não pode pagar pela água. Para ilustrar, abaixo segue as regras para obtenção da tarifa social da Prolagos e em seguida da CEDAE (Companhia de abastecimento do Estado do Rio de Janeiro) que atende à capital fluminense e sua região metropolitana:

<p>Prolagos A Tarifa Social é um desconto na conta de água que será concedido aos usuários que preencherem todos os quatro requisitos, que são cumulativos:</p> <ol style="list-style-type: none">1) renda familiar de até 3 salários mínimos;2) imóvel com construção de até 50 m²;3) fazer parte de algum programa de proteção social do governo (estadual ou federal);4) ter média de consumo anual de 10 m³ de água. <p>A Deliberação da Agenesra exclui da Tarifa Social os clientes que, mesmo preenchendo todos requisitos, estejam inadimplentes junto à concessionária ou que tenham utilizado qualquer tipo de fraude nas instalações para fornecimento de água. A não renovação do cadastro e a ultrapassagem da média anual de 10 m³ de consumo também são motivos para deixar de receber o benefício. A Tarifa Social deverá contemplar 5 % dos consumidores da concessionária, conforme previsto na Deliberação AGENERSA nº 638 de 10/11/210</p>

Figura 2 - Tarifa Social Praticada pela Prolagos em 2019.

Fonte: <http://www.prolagos.com.br/tarifa-social/>

<p>CEDAE: Comunidades carentes e conjuntos habitacionais destinados a moradores de baixa renda, que apresentarem documentação em atendimento ao Decreto 25.438/99, poderão se habilitar ao benefício de uma tarifa diferenciada chamada Tarifa Social. Você pode obter todas as informações e regras nas agências de atendimento da CEDAE.</p> <p>Imóveis localizados em Favelas: Na Região Metropolitana, declaração original da FAFERJ Nas regiões da Baixada e Interior, será aceita a declaração assinada pelo Gerente Regional, conforme modelo anexo ao PC (anexo I), que será anexada ao requerimento posteriormente quando da análise do Gerente Regional Documentação que qualifique o cliente/usuário, como CPF e identidade</p> <p>Imóveis de Conjunto Habitacional construídos pelo Sistema Financeiro de Habitação, para população com renda familiar até 5 (cinco) salários mínimos, de acordo com o Decreto 7.297/84: Declaração original do órgão financiador Cópia da ata do Condomínio onde conste a eleição do atual síndico Cópia do CNPJ, se houver. Cópia do IPTU, para casas isoladas. Cópia da carteira de identidade do representante Conta de água se tiver</p> <p>Habitação popular destinada a famílias de baixa renda em terrenos cedidos por órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais: Documentos comprobatórios da cessão do terreno, emitido pelo órgão Municipal, Estadual ou Federal</p> <p>Imóveis em áreas de interesse social para residências até 50m² e comércios até 30m², situados em loteamentos irregulares, posse, periferia de favelas e áreas de risco com impossibilidade de vistoria para apuração da área construída, deverão apresentar a seguinte documentação: CPF e identidade do cliente/usuário IPTU ou documento que comprove a posse Na impossibilidade da apresentação dos documentos citados deverá o mesmo apresentar declaração de próprio punho informando a veracidade da posse do imóvel. Declaração assinada pelo Gerente Regional nos casos de não haver declaração da FAFERJ.</p>

Figura 3 - Tarifa Social Praticada pela Cedae em 2019.

Fonte: http://www.cedae.com.br/incluir_tarifa_social

A empresa estatal (CEDAE) possuía à época regras bem mais amplas e brandas para que a população mais pobre tivesse acesso à água do que a Prolagos (empresa privada). Adotar critérios tão severos para concessão da chamada tarifa social, mesmo a ONU (Organização das Nações Unidas) recomendando um consumo anual per capita em torno de 40,15 m³, seria no mínimo excludente. Quarenta litros diários, como indica o Ministério do Meio Ambiente, daria cerca de 14600 Litros de água por ano, que convertendo-se em metros cúbicos, daria 14,6, valor bem acima do estipulado pela Prolagos para concessão da tarifa social, que ao que tudo indica, é uma meta impossível de ser alcançada. Além disso o valor da tarifa social da Prolagos era o terceiro maior do Brasil (até 2014, após esse ano não há mais dados divulgados), conforme o quadro a seguir:

Tabela II - Valor médio da tarifa social praticada para as companhias que têm em suas estruturas tarifárias a cobrança de tarifa social.

Companhia	UF	Valor médio da tarifa social (R\$/mês)
CAERD	RO	30,00
DEPASA	AC	7,00
CAER	RR	-
COSANPA	PA	9,80
CAESA	AP	15,00
ATS	TO	8,70
SANEATINS	TO	8,50
CAEMA	MA	23,20

AGESPISA	PI	9,40
CAGECE	CE	0,80
CAERN	RN	5,70
CAGEPA	PB	10,60
COMPESA	PE	6,40
CASAL	AL	1,30
DESO	SE	12,50
EMBASA	BA	17,40
COPASA	MG	17,50
CESAN	ES	1,40
CEDAE	RJ	10,70
SABESP	SP	10,80
SANEPAR	PR	9,90
CASAN	SC	17,50
CORSAN	RS	32,30
SANESUL	MS	10,70
ANEAGO	GO	11,50
CAJ	RJ	23,50
SIMAE	SC	8,60
SIMAE	SC	11,00
PROLAGOS	RJ	26,40

Fonte: SNIS 2014 Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2014>

4. O Novo Marco Legal do Saneamento

Sem levar em consideração que a questão social é praticamente ignorada pelas concessionárias privadas de água, e apesar de ser notória a quantidade de cidades ao redor do mundo (312 cidades em 36 países de 2000 a 2019) que reestatizaram seus serviços de água e esgoto, como Paris, Berlim, Buenos Aires, La Paz e Itu em São Paulo, a grande maioria do legislativo brasileiro ignorou tais fatos e não se ateuve em dar continuidade em sua agenda neoliberal tendo como principal meta o Novo Marco Regulatório do Saneamento, que facilita ainda mais a privatização dos serviços de fornecimento de água, que ainda são prestados por empresas estatais, em âmbito nacional. Apesar da constituição federal de 1988 atribuir às três esferas do poder executivo (união, estados e municípios) o poder comum de gerir e levar melhorias ao saneamento básico no Brasil, são os municípios que verdadeiramente se incumbem de levar água, tratar o esgoto e destinar fim aos resíduos sólidos.

Os verões de 2020 e 2021 foram marcados pela grave contaminação de geosmina que conferiu cor, sabor e odor alterados na água distribuída pela Cedae, justamente no período de maior pressão sobre a privatização da mesma, que se deu sem o aval da Assembléia Legislativa do estado. Então em 15 de julho de 2020 com mais de 30 mil mortos pela covid-19 no país, Jair Bolsonaro sancionou com 11 vetos em trechos do documento aprovado pelo Congresso Nacional, o Novo Marco Legal do Saneamento. Dentre seus vetos, um deles tira a possibilidade de o poder público assumir os serviços de saneamento de empresas públicas ou sociedades de economia mista que passarem por alienação acionária, pelo texto aprovado no congresso isso seria possível mediante indenização; outro veto foi à

prorrogação dos contratos de programa (realizados diretamente entre os titulares dos serviços e as concessionárias), que são os atualmente utilizados pelas companhias estaduais de saneamento. Os vetos presidenciais impediram que as companhias estaduais que pudessem, permanecessem frente aos serviços de saneamento, desconsiderando as que possuem condições de continuar atuando. Na realidade, o que foi feito, à revelia do parlamento brasileiro, foi minar qualquer possibilidade de atuação do poder público, entregando a governança da água e saneamento nas mãos exclusivas do mercado.

5. Conclusão

Através de alguns poucos exemplos retirados da atuação da Prolagos, pôde-se observar, como a atuação de uma empresa privada na gestão da água, que busca fundamentalmente o lucro, não irá depender qualquer tipo de esforço para que a população menos favorecida economicamente desfrute de seus serviços. Ao contrário da atuação da CEDAE (empresa estatal) que através de suas medidas de inclusão social, e diferentes formas de continuar oferecendo o vital serviço de distribuição de água, posto que sua meta enquanto empresa estatal não seria apenas a obtenção de lucros.

O abastecimento de água à uma população requer vultosos investimentos, pois trata-se de infraestrutura e o crescimento populacional obriga investimentos constantes. Apesar de toda precariedade dos serviços de distribuição de água no Brasil, os poucos feitos até então foram custeados pelo Estado. Num primeiro momento, a gestão privada da água será beneficiada por toda infraestrutura implementada pelo estado, mas com o passar dos anos, seria uma empresa privada capaz de fazer investimentos nessa área? Dificilmente. Além de extremamente custosos, investimentos em infraestrutura não propiciam retorno financeiro à curto prazo, algo impensável para uma empresa que visa o lucro.

Sob o fortíssimo argumento da universalização da distribuição da água, a privatização se expandirá para todo o território brasileiro. Enquanto se propaga ações isoladas e inócuas de preservação ambiental, promovem a exclusão de parcela considerável da população de serviços essenciais que deveriam ser prestados pelo Estado. E a situação tende a se agravar. Com o Novo Marco Legal do Saneamento, o estado do Rio de Janeiro seguirá o caminho traçado pela Região dos Lagos há duas décadas: ter a distribuição de água à sua população sendo realizada exclusivamente por empresas privadas

Numa lógica neoliberal onde só quem pode pagar pode desfrutar dos serviços oferecidos, surge um abismo entre a realidade dos diversos municípios. Há municípios com realidades econômicas e sociais totalmente opostas. O próprio leilão dos blocos de atuação da CEDAE demonstrou como as empresas privadas são seletivas e sabem exatamente onde investir. Dos quatro blocos disponibilizados, apenas um não foi arrematado por nenhuma das concorrentes: o bloco 3 (único abaixo da cifra dos bilhões) que contempla 22 bairros da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e os municípios de Itaguaí, Paracambi, Pinheiral, Piraí, Rio Claro e Seropédica (localidades periféricas e mais carentes) acabou

ficando de fora, pois foi inicialmente arrematado pela Aegea que depois desistiu do bloco por já ter arrematado os blocos 1 (o mais valioso) e o 4, mais viáveis economicamente.

Mesmo com as incertezas trazidas pela privatização da água, houve muita comemoração por parte do governo, da mídia e do empresariado. Nessa perspectiva, as áreas onde se encontra a população mais vulnerável, mais pauperizada, serão as que menos acesso terão à água, o que contraria um das definições de justiça espacial que seria a “especialização da justiça distributiva, uma vez que diz respeito à distribuição do meio ambiente para os seres humanos” (Low & Gleeson, apud Lynch, 2001). O leilão da Cedae é emblemático nesse sentido, mostrando a intencionalidade da Aegea (“proprietária” da Prolagos) em expandir-se cada vez mais no território. Para isso ela investe nas mais variadas frentes que possam levar a cabo suas reais intenções: dominar a distribuição de água em todo o país e quiçá pelo maior número de países que for capaz.

As questões sociais relevantes pouco importam aos envolvidos na engrenagem da acumulação capitalista. Enquanto houver quem possa pagar pelos serviços privados e a população impedida deles usufruir não promover qualquer movimento contrário, o neoliberalismo continuará promovendo o enriquecimento da elite financeira às custas da classe trabalhadora. O modelo neoliberal é incontestável aos que acreditam na possibilidade de alcançar o topo da pirâmide social, pois estes creem que seja factível alcançar tal patamar frente ao massacrante discurso do sucesso pessoal e das infinitas possibilidades de investimento que prometem enriquecimento sem esforços. Concomitantemente, o desenvolvimento sustentável, sempre atrelado às premissas neoliberais, impede que a realidade seja desnudada, que os reais problemas e a verdadeira face do modelo econômico sejam sequer cogitados (Rodrigues, 2009).

Bibliografia

- BARLOW, M., CLARKE, T. (2003). *Ouro Azul*. São Paulo: M. Books.
- CARCANHOLO, M. (1998). A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. *Pesquisa & Debate*, SP, volume 9, número 2(14), p. 17-43.
- FRACALANZA, A. (2005). Água: de elemento natural à mercadoria. *Sociedade & Natureza*, v. 17, n. 33, p. 21-36.
- LEFEBVRE, H. (2002). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG [1970].
- LYNCH, B. (2001). Instituições Internacionais para a Proteção Ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: *A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*, Henri Acselrad (org.) Rio de Janeiro, De Paulo Editora, pp. 57 – 82.
- OLIVEIRA, L. (2006). *A Construção do Desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda: Um estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia, 2006*. 204p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, L. (2019). *Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992)*. Rio de Janeiro: Autografia.

- PETRELLA, R. (2002). O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, R.J., Vozes
- PORTO-GONÇALVES, C. (2007). A luta pela apropriação e reapropriação social da água na América Latina. In: Fernandes, B. In: *Campesinato e Agronegócio na América Latina: A questão agrária atual*. São Paulo: Expressão popular, p 195-221.
- PORTO-GONÇALVES, C. (2018). A Globalização da natureza e a natureza da globalização. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2004). O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record.
- REBOUÇAS, A. (1999). Água doce no Brasil. p.1-38. In: Rebouças, A., Braga, B., Tundisi, J. *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras Editora.
- RODRIGUES, A. (2009). A Abordagem Ambiental – Questões para reflexão. GeoTextos, vol. 5, n. 1, jul 2009, p. 183-201.
- RODRIGUES, A., SHIVA, V. (2006). Guerras por Água. São Paulo: Radical Livros.
- TUNDISI, J., MATSUMURA-TUNDISI, T. (2011). Recursos hídricos no Século XXI, São Paulo: Oficina de Textos.

A IMPORTÂNCIA DA COMPETÊNCIA INTERCULTURAL EM AGÊNCIAS EUROPEIAS DO DOMÍNIO DA JUSTIÇA E DOS ASSUNTOS INTERNOS

--

THE IMPORTANCE OF INTERCULTURAL COMPETENCE IN EUROPEAN AGENCIES IN THE FIELD OF JUSTICE AND HOME AFFAIRS

Natália RAMOS

CEMRI , Universidade Aberta, Portugal
Maria.Ramos@uab.pt

João José Silva CABAÇO

CEMRI, Universidade Aberta, Portugal
joao.silva.cabaco@gmail.com

Resumo

As Agências Europeias são locais de multiculturalidade no seu funcionamento quotidiano e de grande diversidade de nacionalidades e culturas. Nestas organizações transnacionais caracterizadas por grande diversidade cultural e étnica, os seus profissionais deverão ter sensibilidade e consciência cultural desenvolvendo competências interculturais para uma melhor atuação. Assim, o objetivo foca-se na análise dos diferentes domínios da competência intercultural e nas perceções e importância que estes profissionais dão à mesma em organizações onde todos têm de cooperar para um objetivo comum. As agências europeias requerem uma conduta de aprendizagem social e cultural própria devido ao seu contexto e missões, onde a aprendizagem do outro e a comunicação intercultural são cada vez mais complexas e desafiantes nestes cenários. Somos constantemente bombardeados de ideias e manifestações relativas à tolerância, à paz, aos direitos humanos, ao antirracismo, às igualdades de oportunidades, entre outras relacionadas com a diversidade cultural e com as missões prioritárias destas agências, mas também vislumbramos diariamente o outro lado da violência e conflito intercultural pelas diversas manifestações de preconceitos, estereótipos, intolerância, racismo, xenofobia, marginalização, exploração e exclusão social, e que apesar de serem “oficialmente” banidas dos diversos serviços e espaços públicos, continuam a manifestar-se de uma forma clara e por vezes sem qualquer tipo de controlo. A investigação possui um caráter exploratório em que o objeto da pesquisa não se encontra ainda descrito nem estudado diretamente nas Agências Europeias, colocando-se várias questões, das quais salientamos algumas das que iremos abordar: Qual a perceção da importância da competência intercultural e que diferenças existem entre as Agências Europeias? Poderá a missão de cada agência influenciar a resposta dos seus profissionais sobre a importância da competência intercultural?

Palavras chave: Agências Europeias; Diversidade Cultural; Competência Intercultural; Interculturalidades; Equipas Multiculturais; Relações Interculturais

Abstract

European Agencies are places of multiculturalism in their daily operation and of great diversity of nationalities and cultures. In these transnational organizations characterized by great cultural and ethnic diversity, their professionals must have cultural sensitivity and awareness, developing intercultural skills for a better performance. Thus, the

objective is focused on the analysis of the different domains of intercultural competence and on the perceptions and importance that these professionals give to it in organizations where everyone has to cooperate towards a common goal. European agencies require their own social and cultural learning behaviour due to their context and missions, where learning from others and intercultural communication are increasingly complex and challenging in these scenarios. We are constantly bombarded with ideas and manifestations related to tolerance, peace, human rights, anti-racism, equal opportunities, among others related to cultural diversity and the priority missions of these agencies, but we also daily glimpse the other side of violence and intercultural conflict due to the various manifestations of prejudice, stereotypes, intolerance, racism, xenophobia, marginalization, exploitation and social exclusion, which despite being "officially" banned from various services and public spaces, continue to manifest themselves in a clear and sometimes without any kind of control. The investigation has an exploratory character in which the object of the research is not yet described or studied directly in the European Agencies, raising several questions, of which we highlight some of the ones that we will address: What is the perception of the importance of intercultural competence and what differences are there among the European Agencies? Could the mission of each agency influence the response of its professionals on the importance of intercultural competence?

Keywords: European Agencies; Cultural diversity; Intercultural competence; Interculturalities; Multicultural teams; Intercultural Relations

1. Introdução

Não existem estudos realizados sobre a competência intercultural nas Agências Europeias do domínio da Justiça e dos Assuntos Internos. Ressaltamos a sua pertinência uma vez que se trata de um instrumento potenciador de uma melhor atuação e de uma melhor relação profissional dentro das agências, assim como em função das suas missões de colaboração e cooperação internacional em ambientes multiculturais, globais e transnacionais.

As Agências Europeias são locais de multiculturalidade no seu funcionamento quotidiano e de grande diversidade de nacionalidades e culturas. Nestas organizações caracterizadas por grande diversidade cultural e étnica, os seus profissionais deverão ter sensibilidade e consciência cultural desenvolvendo competências interculturais para uma melhor atuação. Assim, o objetivo foca-se na análise dos diferentes domínios da competência intercultural e nas perceções e importância que estes profissionais dão à mesma em organizações onde todos têm de cooperar para um objetivo comum.

"A diversidade cultural não é uma novidade na Europa. No entanto, traduzindo-se em cartografias de multiculturalidade ou em dinâmicas de interculturalidade, esta é uma realidade incontornável das sociedades contemporâneas, contribuindo para o desenvolvimento de novas formas de relações sociais, de integração de comunidades culturalmente diferentes, de partilha de saberes, não raras vezes acompanhadas pela emergência de conflitos e problemas de comunicação, conduzindo a novas formas de exclusão e discriminação" (Alcoforado, et al., 2018, p.70).

As agências europeias requerem uma conduta de aprendizagem social e cultural própria devido ao seu contexto e missões, onde a aprendizagem do outro e a comunicação intercultural são cada vez mais complexas e desafiantes nestes cenários. Somos constantemente bombardeados de ideias e de manifestações relativas à tolerância, à paz, aos direitos humanos, ao antirracismo, às igualdades de

oportunidades, entre tantas outras relacionadas com o multiculturalismo e com as missões prioritárias destas agências, mas também vislumbramos diariamente o outro lado da violência e conflito multicultural pelas diversas manifestações de preconceitos, estereótipos, intolerância, racismo, xenofobia, marginalização, exploração e exclusão social, e que apesar de serem “oficialmente” banidas dos diversos serviços e espaços públicos, continuam a manifestar-se de uma forma clara e por vezes sem qualquer tipo de controlo.

“A diversidade cultural é reconhecida pela UNESCO (2001, 2005, 2007) como uma característica inerente à humanidade, um património comum e uma fonte de um mundo mais rico e diversificado que alarga a possibilidade de escolhas e fortalece as capacidades e os valores humanos” (Ramos, 2013, p.346).

Esta é uma realidade, que requer uma ampla discussão em torno das questões da mobilidade espacial das populações, da migração forçada e refúgio, da diversidade cultural, das relações interculturais e da coexistência de comunidades com diferentes identidades, tradições, religiões, competências e saberes, e a qual também está inserida em algumas das missões das agências europeias alvo do nosso estudo.

A importância não será apenas de ordem interna, mas também nas relações externas com os organismos, grupos e pessoas com quem estas agências cooperam e desenvolvem o seu trabalho. Espera-se que o estudo contribua para o desenvolvimento da sensibilidade e consciência intercultural e a promoção da competência intercultural nestas Agências Europeias.

“A diversidade intercultural e a gestão da(s) interculturalidade(s) são objeto de preocupação de vários organismos internacionais, nomeadamente a UNESCO, a OCDE, o Conselho da Europa e a Comissão Europeia, e nacionais tais como o ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), os quais têm desenvolvido projetos e iniciativas variados, tendo em vista a promoção do diálogo intercultural, constituindo um dos campos mais importantes da contemporaneidade nos diversos domínios científicos e interventivos.” (Ramos, 2013, p.345).

Os números internacionais de pessoas que fogem de guerras, conflitos e perseguições não nos podem deixar indiferente. Só em 2018 esse valor ultrapassou os 70 milhões de deslocados, provocando 25,9 milhões de refugiados, sendo que metade desses refugiados são, perturbadoramente crianças e adolescentes. Mas não é só de guerras ou de conflitos que estas pessoas fogem. Elas fogem da fome, da pobreza, muitas vezes também provocada por desastres ambientais e pelas alterações climáticas.

Com efeito, a diversidade cultural da Europa a integração e inclusão de migrantes é uma questão central na agenda europeia. De facto, existe um reconhecimento generalizado de que as migrações são um fenómeno de grande atualidade e que a integração eficaz dos migrantes é um dos principais desafios da Europa, tendo em conta a dimensão avassaladora do fluxo migratório previsto para as próximas décadas. (Boussemart & Godet, 2018; Ramos, 2008, 2013, 2020).

A emigração não é baseada apenas na busca de melhores condições de trabalho, ou melhores condições de vida, trata-se também de pessoas que são forçadas todos os dias a abandonar as suas casas, as suas famílias, as suas vidas, o seu país, com a expectativa de encontrarem paz, segurança e também a esperança num outro lugar. Perseguições, conflitos e violações dos direitos humanos levam a que muitos arrisquem as suas vidas e enfrentem travessias de perigo e morte. Quando falamos de refugiados, falamos de homens e mulheres numa situação de extrema vulnerabilidade e risco e em que metade destes refugiados são crianças.

“O processo migratório não é simplesmente sinónimo de encontro cultural, sendo um processo complexo e contraditório, uma experiência de perda, rutura e mudança, vivenciada pelo indivíduo de forma traumatizante ou harmoniosa, segundo os seus recursos individuais e sociais, implicando uma adaptação social e psicológica à cultura de acolhimento, a um meio novo, desconhecido ou hostil.” (Ramos, 2013, p.348).

Muitos são os que todos os dias procuram a Europa e muitos outros países como lugar de refúgio e proteção, independentemente de serem categorizados de imigrantes, migrantes, deslocados ou refugiados. Contudo, a resposta a estas situações por parte dos países europeus tem vindo a endurecer cada vez mais dura, e a ser menos tolerante, sobretudo por alguns países. Os medos têm-se apoderado das populações e comunidades que veem postas em causa as suas identidades, esquecendo-se dos Direitos Humanos. Têm sido muitas as perceções negativas sobre os migrantes e os refugiados fomentadas por discursos racistas e xenófobos. Por outro lado, o medo de radicalismos e terrorismo levou a um aumento de medidas securitárias, e nos dias de hoje devido à pandemia da covid-19, podem, através de medidas sanitárias escamotear o que vinha a ser implementado com mais dureza. É certo também que tem existido um aumento da criminalidade associada às movimentações em massa entre os países, como sejam o tráfico de seres humanos, imigração ilegal, tráfico de droga, o que tem provocado o aumento das políticas securitárias, e que são implementadas pelos Estados europeus e do qual algumas agências europeias do nosso estudo são responsáveis. Estes são alguns dos muitos aspetos que nos obrigam a refletir aprofundadamente, de modo a podermos desenvolver consciências e atitudes cívicas respeitadoras da alteridade, da diferença e dos direitos humanos de todos os cidadãos e desenvolver políticas públicas adequadas.

2. O que é a competência intercultural?

De acordo com Spitzberg & Changnon (2009) a competência intercultural “é a gestão adequada e eficaz da interação entre as pessoas e que de certa forma representam orientações afetivas, cognitivas e comportamentais diferentes ou divergentes sobre o mundo. Estas orientações poderão ser mais comumente refletidas em categorias normativas como nacionalidade, raça, etnia, tribo, religião ou região. Daí que, em grande parte, a interação intercultural é equivalente à interação entre grupos”

A competência intercultural implica a capacidade de interagir de uma maneira eficaz e aceitável para e com os outros, quando se trabalha em grupo ou equipas, que possuem diferentes origens culturais, e que (podem) condicionar as atitudes e as práticas de trabalho baseadas em diferentes valores e crenças.

Existe um consenso crescente sobre o que constitui a competência intercultural, que tem sido frequentemente vista como um conjunto de habilidades e características cognitivas, afetivas e comportamentais que ajudam na interação eficaz e oportuna em diversos contextos culturais.

A competência intercultural permite que se interaja de maneira eficaz e aceitável com os outros quando se trabalha em grupo e cujos membros têm diferentes origens culturais. A competência intercultural pode revelar outros tipos de recursos, incluindo os valores e crenças com os quais se cresceu, os costumes nacionais, regionais e locais e, em particular, atitudes e práticas que afetam a maneira como cada um trabalha.

Assim, podemos encarar a competência intercultural, como um processo de desenvolvimento, onde os instrumentos de avaliação a utilizar deverão adaptar-se aos contextos, e se consiga contextualizar as experiências interculturais e migratórias pessoais e grupais dentro das organizações de acordo com as suas missões.

3. Porque queremos estudar a competência intercultural no contexto das agências europeias da Justiça e dos Assuntos internos?

A União Europeia dispõe de um conjunto de instituições para atingir os seus objetivos comunitários. Cada uma delas, de acordo com os seus propósitos e fins específicos, deverá contribuir com informação para o bem comum. De entre todas estas instituições da EU, existem as Agências Europeias descentralizadas e que foram criadas para desenvolver funções técnicas e científicas, com o objetivo de informarem e ajudarem as instituições de gestão política da União a tomar decisões.

As agências europeias ocupam-se “de questões e problemas” que afetam diariamente a vida quotidiana dos mais de 500 milhões de pessoas que vivem no seu espaço. São espaços multiculturais onde os seus colaboradores, durante as suas missões e práticas diárias podem vislumbrar e experimentar o outro lado da violência e conflito multicultural, manifestando-se de diversas formas nos espaços públicos, que deveriam ser um terreno seguro, de enriquecimento e de inclusão para todos e não de discriminação e de exclusão.

As agências europeias requerem uma conduta de aprendizagem individual, social e cultural própria devido ao seu contexto e missões, onde a aprendizagem do outro e a comunicação intercultural são cada vez mais complexas e desafiantes nestes cenários já descritos.

As agências europeias da Justiça e dos Assuntos Internos, são 9 (como se mostra na figura 1): a EUROPOL (Agência Europeia de Polícia), EASO (Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo),

FRONTEX (Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira), FRA (Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia), CEPOL (Agência da União Europeia para a Formação Policial), eu-LISA (Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça), EMCDDA (Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência), EUROJUST (Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal), EIGE (Instituto Europeu para a Igualdade de Género). São estas as agências que no espaço comunitário desempenham tarefas especializadas em diferentes domínios que vão desde a pesquisa, propostas de regulamentação e fiscalização, desde os direitos fundamentais, à migração e refúgio, à segurança e justiça, entre outros que nos afetam diariamente e que normalmente não paramos para pensar neles.



Figura 1 – Agências Europeias da Justiça e dos Assuntos internos

São sobretudo nestes espaços que se desenvolvem discussões e propostas de decisões políticas e também operacionais sobre migrações, proteção de fronteiras, direitos humanos, racismo, asilo para refugiados, terrorismo internacional e transnacional, Investigação criminal, igualdade de género, diversidade, toxicod dependência entre outras competências inerentes às suas próprias missões.

4. Metodologia

A metodologia utilizada é de carater exploratório, e o artigo desenvolve-se com base na comunicação apresentada nas “XV Jornadas Internacionais Grandes Problemáticas do Espaço Europeu 28 a 30 de maio de 2021 FLUP” tendo por base um primeiro questionário online lançado aos profissionais das Agências Europeias da Justiça e dos Assuntos Internos que incluiu 100 respondentes, os quais autoavaliaram as suas competências interculturais. Foram questionados 50 indivíduos do sexo feminino e

50 do sexo masculino. Desta forma, a análise e o tratamento dos dados efetuado permitiu chegar aos resultados anteriormente referenciados na comunicação e que iremos apresentar de seguida. Os resultados focam-se sobretudo ao nível das atitudes onde se enquadram as seguintes capacidades: o respeito, a curiosidade e a vontade de aprender sobre outras culturas; a abertura a pessoas de outras culturas; a capacidade de não fazer juízos de valor; a capacidade de tolerância à ambiguidade e a valorização da diversidade cultural.

5. Resultados e discussão

Cerca de 49% dos respondentes possuem mais de 10 anos de experiência em ambientes de trabalho multiculturais (figura 2), e mais de 30 % têm entre 5 e 10 anos nesses ambientes, o que numa primeira análise é garantia de qualidade nas respostas, quando abordamos a competência intercultural, onde se pretendeu obter a sua perceção acerca da capacidade para interagir e trabalhar em ambientes multiculturais.

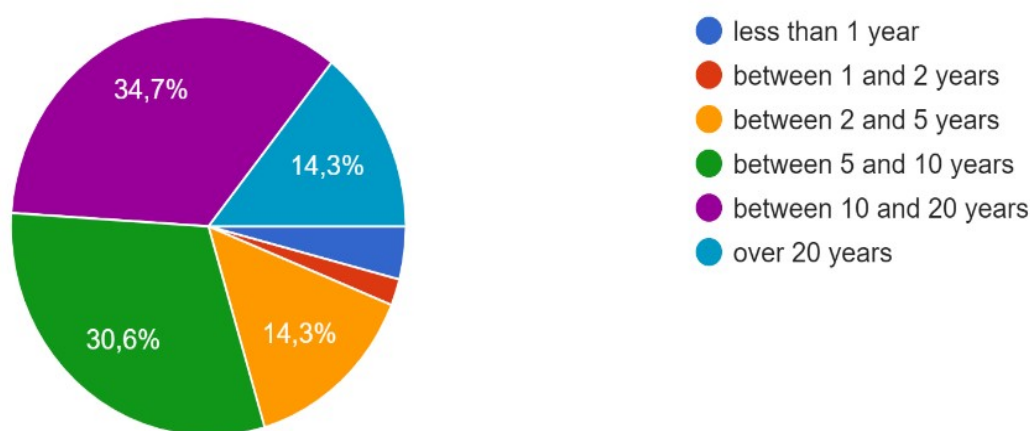


Figura 2 – Tempo de trabalho em ambientes multiculturais

Fonte: Elaboração própria.

No entanto quando foram questionados se tinham frequentado algum tipo de formação que lhes tivesse fornecido algumas competências interculturais, segundo os mesmos apenas 47% afirmou que teve algum tipo de formação nesta área, sendo que a maioria 53%, responderam nunca terem tido

formação em competências interculturais (figura 3) sendo, portanto, que para a maioria a sua “formação” foi feita através da experiência de trabalho nestes contextos.

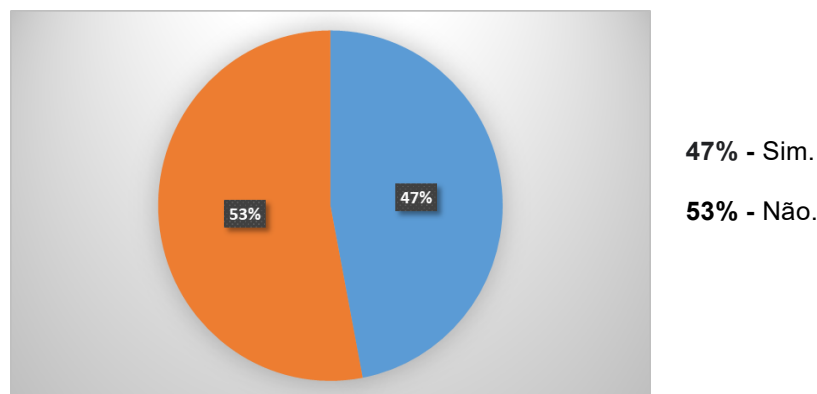


Figura 3 – Formação em competências interculturais.

Fonte: Elaboração própria.

As agências europeias são verdadeiros locais de multiculturalismo, e reunião de muitas pessoas oriundas das mais diversas regiões da Europa, contudo são em termos de objetivos de trabalho parametrizadas por objetivos organizacionais, que levam a que os climas culturais vividos sejam de certa forma bastante padronizados a uma “cultura” muitas vezes estabelecida por regras e normas de comportamento vigentes nestas organizações. Quando se tentou perceber como era a relação de trabalho entre colegas da mesma organização obtivemos um resultado que conflituava com o que se pretende ser um bom clima de trabalho em ambientes de diversidade cultural. Podemos ver na fig. 4 que é indicado como muito difícil, o trabalhar com pessoas de origens culturais diferentes das suas, para aproximadamente cerca de um terço dos indivíduos (34 %).

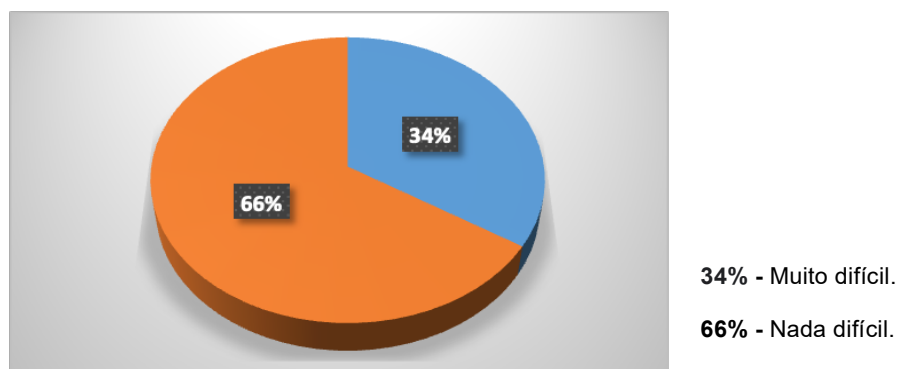


Figura 4 – Dificuldade em trabalhar com pessoas que possuem uma origem cultural diferente da nossa.

Fonte: Elaboração própria

Este valor é algo a que devemos ficar atentos, quer nas fases de recrutamento, quer nas fases de integração de novos elementos, pois pode conduzir a tomada de preferências por pessoas mais “parecidas” com as pessoas que já estão na organização. No entanto, os valores descem para cerca de 10%, quando questionadas sobre a presença de pessoas com origens culturais diferentes, no ambiente de trabalho, a qual ainda causa algum desconforto, (figura 5), como também é percecionado que pessoas de diferentes culturas podem ser um obstáculo à realização de um trabalho mais eficaz (figura 6).

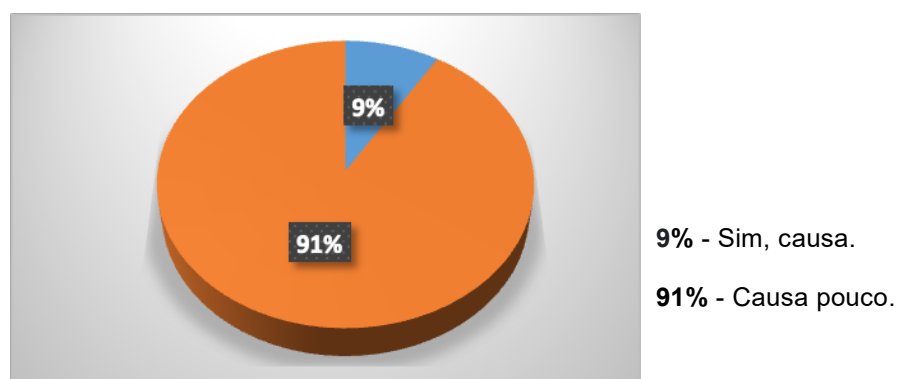


Figura 5 – Desconforto face à presença de pessoas de outras culturas

Fonte: Elaboração própria

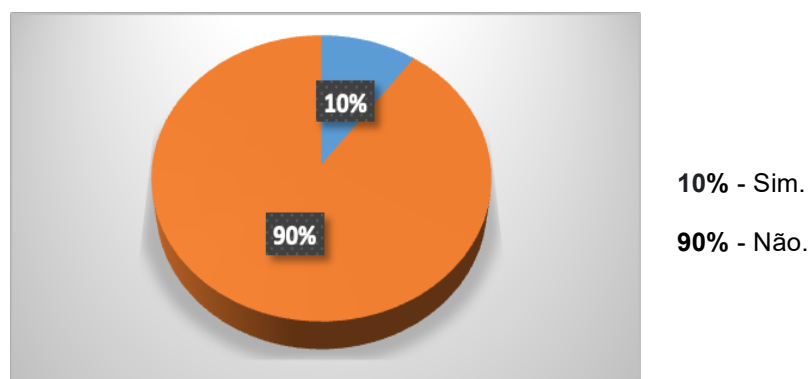


Figura 6 – Obstáculo das diferenças culturais dos membros da equipa para um trabalho eficaz

Fonte: Elaboração própria

Valores no mesmo sentido são também para a perceção que os respondentes têm em relação aos colegas, de diferentes culturas da sua, e que é sentido como um obstáculo para a coesão do grupo de trabalho (figura7).

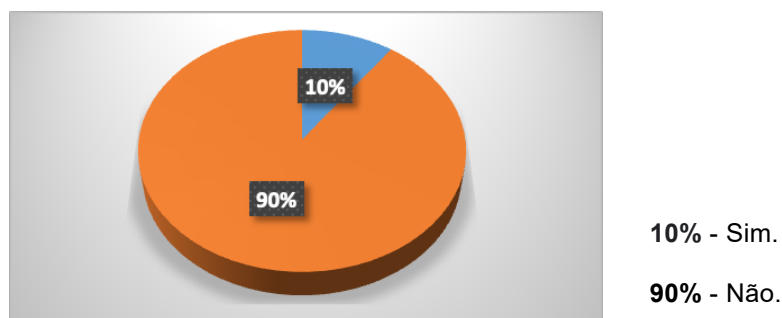


Figura 7 – Obstáculo das diferenças culturais dos membros da equipa para a coesão do grupo.

Fonte: Elaboração própria

Uma tendência diferente, onde as diferenças culturais são percebidas como mais negativas, surge quando são questionados sobre processos mais complexos, como a confiança no trabalho, a resolução de problemas e nos processos de negociação. Quando questionados se as diferenças culturais dos membros da equipa são um obstáculo para a confiança no trabalho, como dizíamos, sobe para um valor cerca de um quarto (26%) dos inquiridos onde essas diferenças se tornam um obstáculo para a atividade (figura 8). O valor é superior quando se pergunta se pessoas de culturas diferentes são um obstáculo ao trabalho eficaz, ou se são um obstáculo à coesão do grupo de trabalho. Por isso, será importante ficar atento e tentar compreender porque é que a relação de confiança é abalada com a integração de pessoas de outras culturas, e porque é que este valor sobe quando comparado com as questões anteriores, de 10% para 26%. Sabemos que a criação de confiança é um processo extremamente complexo e delicado, que exige um grande envolvimento, disponibilidade e abertura ao outro e entre os pares. Se olharmos para o processo de confiança como fundamental para a cooperação e aprendizagem sem receios, e fomentador de criatividade e inovação então, este é um item a estar atento em futuros trabalhos.

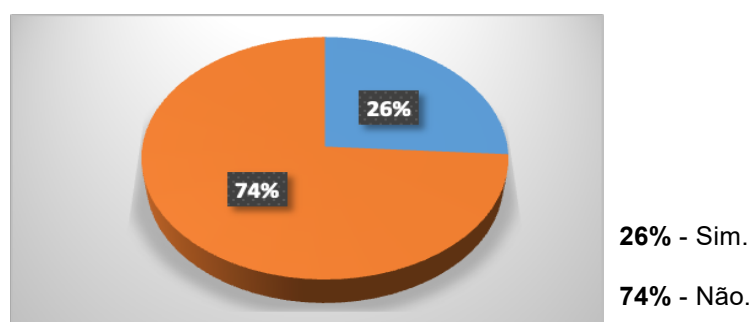


Figura 8 – Obstáculo das diferenças culturais dos membros da equipa para a confiança no trabalho

Fonte: Elaboração própria

No mesmo sentido, quando se questiona sobre a resolução de problemas, com a participação de colegas de origens culturais diferentes, o valor é também de 26% (figura 9).

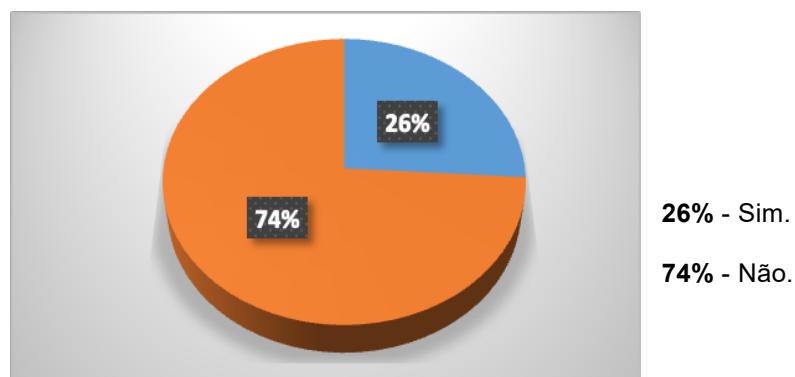


Figura 9 – Obstáculo das diferenças culturais dos membros da equipa para a resolução de problemas

Fonte: Elaboração própria

No entanto, o valor sobe para metade (50%) quando questionados sobre processo de negociação, onde a multiculturalidade, se torna num obstáculo ainda maior (figura 10).

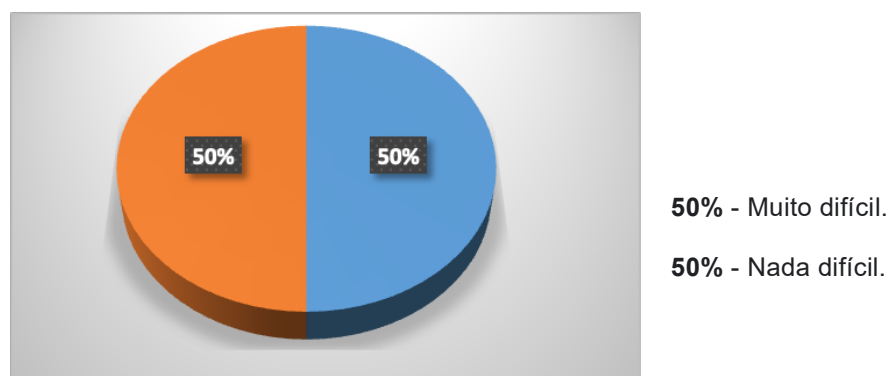


Figura 10 – Dificuldade em negociar com pessoas que possuem uma origem cultural diferente da nossa

Fonte: Elaboração própria

O processo de negociação é um processo psicossocial complexo, envolvendo uma complexa estrutura de análise, atitudes e opiniões. Quer os processos de resolução de problemas, quer os processos de negociação, requerem habilidades próprias e específicas que, quando em ambientes

multiculturais, deverão ser bem suportados por uma competência intercultural elevada, baseados em respeito e confiança mútua, o que poderá tornar estes processos mais facilitados.

Desde o ano 2000 que são proibidas, na União Europeia, todas as formas de discriminação entre indivíduos. A discriminação é um conceito amplo e dinâmico podendo ser provocada por indivíduos e/ou instituições. A discriminação pode consistir em ações ou omissões, provocando uma sensação de inferioridade ou de exclusão a uma pessoa ou a um grupo de pessoas devido à sua pertença, origem, cultura, género, geração, orientação sexual, ou a um outro fator diferente de quem provoca essa discriminação.

Neste sentido, perguntámos se alguma vez, os participantes, já se sentiram culturalmente discriminados dentro das suas organizações, ao que obtivemos um valor que consideramos alto para esta questão, pois 31 % respondeu que já se tinha sentido culturalmente discriminado (figura 11).

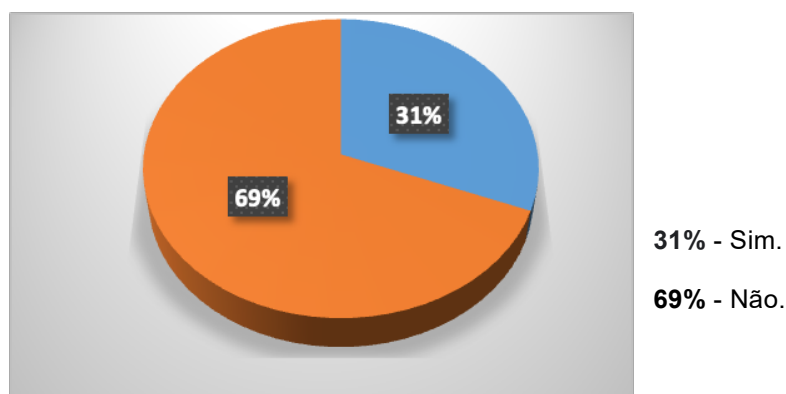


Figura 11 – Sentimento de discriminado cultural na organização

Fonte: Elaboração própria

Nestas agências europeias, onde se trabalha em ambientes multiculturais, e onde se procura responder a incidentes e problemas que, muitas vezes têm por base as diferenças culturais e atentados aos direitos humanos, como sejam fenómenos de migrações, de refugiados ou de tráficos de seres humanos, a tolerância e a discriminação devem ser bem trabalhadas em termos de cultura organizacional e de valores dentro destes espaços europeus, onde este tipo de situações, deverão ser banidas destas instituições europeias.

Apesar de todas as legislações vigentes facilitadoras nos processos de integração cultural, as relações interculturais serão sempre condicionadas pelos processos educativos vigentes nas diferentes culturas e, sobretudo na célula cultural e educativa básica, que é o seio familiar. As relações interculturais são muitas vezes perturbadas tendo por base diversos preconceitos e estereótipos desenvolvidos desde cedo e que podem levar a diferentes formas de discriminação.

Finalmente, procurámos saber mais sobre o contexto organizacional, mais comum dos últimos dois anos, em que estivemos a viver em contexto de pandemia da covid-19, e em que as relações interculturais em ambientes de trabalho virtual, foram levadas a um extremo. Na realidade esta situação, dentro destas agências não era algo de incomum, pois os ambientes virtuais já eram utilizados em muitas situações. No entanto, durante a pandemia Covid 19, foi levada ao seu expoente máximo com quase todos os funcionários, a trabalhar remotamente de suas casas, mas, desta vez, nos seus países de origem. E, mais uma vez, foi reportado que as diferenças culturais em equipas virtuais, também faziam diferença na forma de trabalhar, na execução e na obtenção de objetivos. Os resultados, mostram que a perceção dos respondentes é de que para 3%, as diferenças multiculturais provocam muitas dificuldades, e para 59%, essas diferenças provocam um aumento significativo de dificuldades num trabalho eficaz (figura 12).

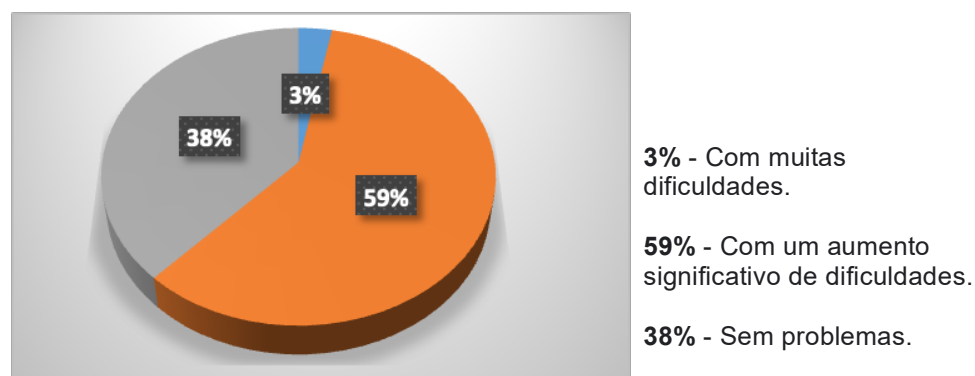


Figura 12 – Dificuldades da equipa em trabalhar em ambiente virtual com membros de diferentes origens culturais

Fonte: Elaboração própria

Assim, regista-se que uma grande maioria (62%), realça que em ambientes de trabalho virtuais, membros de diferentes origens culturais interferem de forma negativa na forma de trabalhar, e apenas 38% respondem que essas diferenças culturais não causam nenhum tipo de problema.

6. Conclusão

Este estudo permitiu fazer uma primeira abordagem da perceção à competência intercultural, que os profissionais destas agências europeias fazem e à sua importância. Sendo um estudo exploratório, de uma amostra pequena e não representativa, estes dados não podem ser generalizados. Só desenvolvendo uma investigação mais alargada, com abordagem de carácter misto, ou seja, de cariz

quantitativo e qualitativo, bem como a utilização de uma abordagem comparativa e aprofundada, o estudo poderá revelar possíveis fenómenos internos dentro das agências europeias ao nível das componentes da competência intercultural. Podemos encarar a competência intercultural, como um processo de desenvolvimento e adaptação aos contextos, onde se consiga contextualizar experiências interculturais, dentro das organizações de acordo com as suas missões. No entanto, e apesar destas limitações, permitiu-nos apresentar algumas reflexões sobre a importância e a necessidade de se investir em formação multicultural nestas agências ao nível do desenvolvimento da competência intercultural dos seus profissionais.

As agências europeias deverão estar mais atentas a estes indicadores sobre a competência intercultural, uma vez que, no caso das agências da justiça e assuntos internos, são forçadas por inerência das suas missões a estarem vigilantes e a intervir e a decidir em muitas situações internacionais, relacionadas com o multiculturalismo e diversidade, migrações, refugiados, asilo e investigação de tráfico de seres humanos.

Será também importante que estas organizações através dos seus profissionais, sejam, no seu interior, competentes interculturalmente, para que o consigam ser ainda mais, no seu exterior, durante as suas missões especiais e que sejam culturalmente sensíveis, e não discriminatórias, aos cidadãos de toda a Europa e, também a todos aqueles provenientes de outros continentes, muitas das vezes fragilizados e traumatizados e que, por diversos motivos, buscam nesta Europa multicultural um espaço de segurança, liberdade e oportunidade.

A competência intercultural permite que se interaja de maneira mais eficaz e aceitável com os outros quando se trabalha com grupos e equipas cujos membros têm diferentes origens culturais. A competência intercultural pode ainda revelar representações, valores e crenças, costumes nacionais, regionais e locais e, em particular, atitudes e práticas que afetam a maneira como cada um trabalha. O diálogo, a cooperação, a comunicação e a resolução de problemas fazem parte do dia a dia destas organizações onde a diversidade cultural é um elo comum, daí a possibilidade de contribuir para uma maior acomodação de boas práticas, para a comunicação e cooperação intercultural dentro e entre organizações, aumentando a sensibilidade, a consciência intercultural e a promoção da competência intercultural nas Agências Europeias. Contribuindo igualmente para a democratização no espaço europeu.

Bibliografia

- ALCOFORADO, L., et al. (2018). A multiculturalidade na Europa: tendências, reflexões e desafios, a propósito da população escolar de um município da área metropolitana de Lisboa. *Debater a Europa*, (19), 69-93. https://doi.org/10.14195/1647-6336_19_6
- BOUSSEMARY, J & GODET, M. (2018). Europe 2050: Demographic Suicide and Low Growth on the Old Continent. *European issues*. Fondation Robert Schuman. N° 462

- CHEN, G., & STAROSTA, W. (2000). The development and validation of the intercultural communication sensitivity scale. *Human Communication*, 3, 1-15. (Consultado em abril 2020)
https://digitalcommons.uri.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1035&context=com_facpubs
- Conselho da Europa (2007). The intercultural competences developed in compulsory foreign language education in the European Union, languages and cultures in Europe (LACE). Strasbourg: Council of Europe.
- DEARDORFF, D. (2006). Identification and Assessment of Intercultural Competence as a Student Outcome of Internationalization. *Journal of Studies in International Education*, 10, 241-266.
<https://doi.org/10.1177/1028315306287002>
- DEARDOFF, D. (2009). The SAGE Handbook of Intercultural Competence. Thousand Oaks, CA: Sage.
- DEARDOFF, D. (2014). Some thoughts on assessing intercultural competence – National Institute for learning outcomes assessment – Making learning outcomes usable & transparent, May.
- EASO (2019). Relatório EPS, novembro de 2017 - novembro de 2019
- FANTINI, A. TIRMIZI, A. (2006). "Exploring and Assessing Intercultural Competence" World Learning Publications. https://digitalcollections.sit.edu/worldlearning_publications/1
- JONES, E. (2012). Intercultural competence: An emerging focus in international higher education. In Deardorff, D., De Wit, H., Heyl, J. & Adams, T. (Eds) the SAGE Handbook of International Higher Education. Em <https://pubhtml5.com/wqza/twtr/>
- Jornal Oficial da União Europeia (2019). Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «O custo da não imigração e da não integração» (parecer de iniciativa) (2019/C 110/01)
- PEM (2015). Plano Estratégico para as Migrações 2015 – 2020, Alto Comissariado para as Migrações, https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf
- PORTALLA, T. & CHEN, G. M. (2009). The Development and Validation of the Intercultural Effectiveness Scale. Annual Conference of International Association for Intercultural Communication Studies. Kumamoto, Japan. (Consultado em abril 2020) <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED509135.pdf>
- POURAKBARI, A., CHALAK, (2015). Intercultural Sensitivity: An Empirical Study of Iranian EFL Learners. *International Journal of English Language Education*, Vol. 3, No. 2. (Consultado em abril 2020)
<http://www.macrothink.org/journal/index.php/ijele/article/view/7474/6127>
- RAMOS, N. (2008), (Org.). Saúde, Migração e Interculturalidade. Perspectivas Teóricas e Práticas. João Pessoa: EDUFPB, 348 p.
- RAMOS, N. (2009). Diversidade Cultural, Educação e Comunicação Intercultural. Políticas e Estratégias de Promoção do Diálogo Intercultural. *Revista Educação em Questão*, v. 34, n. 20: 9- 32, Natal, UFRN. <http://www.incubadora.ufrn.br/index.php/req/article/viewFile/695/601>
- RAMOS, N. (2011). Educar para a interculturalidade e cidadania: princípios e desafios. In L. Alcoforado et al. *Educação e Formação de Adultos. Políticas, Práticas e Investigação*. Coimbra: Ed. Universidade de Coimbra. p. 189-200
- RAMOS, N. (2012). Comunicação em Saúde e Interculturalidade - Perspectivas Teóricas, Metodológicas e Práticas. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, 6(4):1-11

<https://doi.org/10.3395/reciis.v6i4.672pt>

- RAMOS, N. (2013). Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. In *The Overarching Issues of the European Space*. Porto: Faculdade Letras Universidade do Porto, p. 343-360. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12349.pdf>
- RAMOS, N. (2014). Conflitos interculturais no espaço europeu. Perspetivas de prevenção e intervenção. In *The overarching issues of the european space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 225-245.
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13207.pdf>
- RAMOS, N. (2020). L'intégration des migrants et des réfugiés dans les villes : droits de l'homme, politiques publiques et santé. In Mustapha Ezzahiri (Dir.). *Dynamiques migratoires Sud-Sud et intégration des immigrées subsahariens dans les sociétés d'accueil*. Faculté des Sciences Juridiques, Economiques et Sociales, Université Chouaïb-Doukkali, El Jadida, Marrocos. El Jadida: CNRST et Edition Pariscom, p. 79-102. <http://hdl.handle.net/10400.2/10598>
- RATHJE, S. (2007). Intercultural Competence: The Status and Future of a Controversial Concept. *Language and Intercultural Communication*, vol. 7, No. 4, https://www.researchgate.net/publication/228135797_Intercultural_Competence_The_Status_and_Future_of_a_Controversial_Concept
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019 D.R I Série, (20/8/2019), 45-54
- SCHMIDMEIER, J., & TAKAHASHI, A. (2018). Competência intercultural grupal: uma proposição de conceito. *Cadernos Ebape*. 16(1), 135-151. <https://doi.org/10.1590/1679-395159430>
- SPITZBERG, B., & CHANGNON, G. (2009). *Conceptualizing Intercultural Competence* - Sage Publications Disponível em: https://www.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/30482_1.pdf

PARTE IV

Sociedade, Educação e Cultura

.....

Society, Education and Culture

MOBILIDADES E TERRITÓRIOS DE ESPERA. AEROPORTOS – ALGUMAS NOTAS GEOGRÁFICAS

--

MOBILITIES AND WAITING TERRITORIES. AIRPORTS - SOME GEOGRAPHICAL NOTES

João Luís J. FERNANDES

CEIS20, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal

jfernandes@fl.uc.pt

Resumo

Enquanto infraestruturas estratégicas, serviços vitais e nós estruturantes da globalização e para a mobilidade espacial de pessoas e mercadorias, os aeroportos internacionais desenharam novos mapas, criaram novas arquiteturas espaciais, deslocaram e multiplicaram as fronteiras, tal como criaram novos territórios de potencial insegurança. Entre as possíveis causas dessa insegurança, pode estar a paragem forçada. A interrupção em massa dos fluxos, na sequência de greves, de restrições meteorológicas ou de outros fatores que impedem a partida dos aviões, pode criar perturbações sistémicas e afetar um número elevado de passageiros. A insegurança pode também resultar da incapacidade de regulação e controlo eficaz do trânsito de passageiros e bens que entram, saem ou transitam por estas plataformas geográficas. Essa incapacidade poderá estar na origem de múltiplas formas de mobilidade ilícita ou mesmo de tráfico de pessoas, bens ou outros. Para a redução e mitigação destes potenciais riscos, sobretudo após os atentados de onze de setembro de 2001 (nos Estados Unidos da América), os aeroportos tornaram-se espaços geográficos de vigilância, muros e limites reforçados. Símbolos de uma globalização que se expandiu porque as fronteiras se tornaram mais difusas, porosas e permeáveis, os aeroportos refletem as contradições da contemporaneidade- ao mesmo tempo que promovem as conectividades globais, reduzem as distâncias relativas e são protagonistas do processo de compressão do espaço-tempo, recorrem a múltiplos dispositivos, materiais e imateriais, para se organizarem como territórios fechados, confinados e seletivos.

Palavras-chave: Aeroportos, segurança, fronteiras, muros, territórios de espera

Abstract

As strategic infrastructures, vital services and structuring nodes for the spatial mobility of people and products, international airports have shaped new maps, different geographic patterns. Because of that, airports multiplied the cartography of borders and created new territories with potential insecurity. Among the most common causes of this insecurity, there may be the forced interruption of mobilities. Disruption of flights, due to strikes or other factors such as weather crisis, can lead to serious and systemic problems that may affect a large number of passengers. The inability to regulate and effectively control the transit of passengers and goods entering, leaving or passing through these geographic platforms leads to another vulnerability. This incapacity may be the source of multiple forms of illicit mobility or even trafficking in people, goods or others. To reduce and mitigate potential risks, especially since the attacks of September 11, 2001 (in the United States of America), airports have become territories for surveillance, walls and reinforced boundaries. Symbols of a globalization that has expanded because borders have become more diffuse, porous and permeable, airports reflect the contradictions of contemporaneity. While increasing global connectivity, reducing relative distances and promoting time-space compression, airports use multiple material and immaterial devices and strategies to organize themselves as closed, confined and selective territories.

keywords: Airports, safety/security, borders, walls, waiting territories

1. Introdução

O texto que se segue levanta algumas questões a respeito de uma das mais marcantes infraestruturas da atualidade- os aeroportos, em particular aqueles por onde transitam voos internacionais. Desde logo, qual o seu papel no processo de uma globalização que parecia conduzir o mundo para uma unidade uniformizadora? Mais que uma materialidade que produz um espaço geográfico particular, aos aeroportos associam-se dinâmicas complexas de transporte e conectividade.

No entanto, estes são territórios paradoxais. Por um lado, sustentam o admirável mundo novo das deslocções internacionais. Por outro, podem revelar-se frágeis perante múltiplos riscos. Como se traduzem estas contradições na organização interna dos aeroportos? Como se articula o difícil balanço entre a abertura e a necessária regulação das pessoas e das mercadorias? Qual a dialética entre os fluxos móveis e os sistemas fixos de regulação?

2. Os aeroportos e a globalização

Como o sistema global hegemónico tem sido suportado pelo fluxo de pessoas, mercadorias, capitais e informação, os aeroportos constituem infraestruturas estratégicas para a conectividade no mundo. Estes espaços de crescente complexidade foram fundamentais para o alargamento do comércio global e dos negócios, para a expansão geográfica e o crescimento do turismo.

Os aeroportos, e as redes que estes estabelecem e organizam, fazem parte de uma infraestrutura global de circulação e difusão espacial de ideias, hábitos de consumo, normas comportamentais e marcadores culturais.

No que aos fluxos turísticos diz respeito, a expansão quantitativa destas mobilidades e a diversificação expansionista da sua geografia, não teria sido possível sem estes territórios de passagem e sem a inovação institucional das denominadas companhias *low cost*.

Neste domínio fundamental da globalização, os aeroportos permitiram o alargamento das fronteiras da atividade turística, aumentando o capital de mobilidade para uma parte restrita da população mundial. Com o encurtamento relativo das distâncias, concretizou-se o que David Harvey (2002) referiu como uma *time-space compression* que, apesar de ser seletiva e não universal, teve efeitos combinados em várias escalas geográficas. A multiplicação dos territórios turísticos em diferentes lugares do mundo é uma das expressões materiais desse encurtamento das distâncias tempo e custo.

O turismo, mas também os eventos internacionais, estão entre os dispositivos que Harvey (2011) apontou como veículos para a difusão global de diversas formas de capital. Este também se territorializa em setores transnacionais de investimentos, como o imobiliário. De forma direta e/ou indireta, os aeroportos estão na base deste mundo interconetado que vai transformando geografias e paisagens em diferentes lugares do mundo.

Os aeroportos internacionais interferem ainda com a estruturação do espaço geográfico e com o poder económico e político das cidades.

Os impactos destas infraestruturas atravessam escalas geográficas, mas mesmo no âmbito local, podem gerar fortes dinâmicas de polarização e criar as denominadas aerocidades, isto é, espaços produzidos pelo aeroporto e em torno deste.

Já no final do século XX, Olivier Dollfus (1998) nos alertava para a organização do mundo em torno de uma rede global de áreas urbanas conetadas em rede. A integração neste arquipélago metropolitano mundial depende de vários fatores materiais e imateriais, mas a presença de infraestruturas críticas e estratégicas, como os aeroportos, é uma variável fundamental para a relevância de cidades e regiões urbanas como Tóquio, Nova Iorque ou Xangai.

Numa época na qual se discutem a geopolítica e a diplomacia das cidades, os aeroportos internacionais, assim como a sua eficiência, fiabilidade e segurança, são fatores diferenciadores de poder que condicionam a posição relativa de cada território num sistema global de redes e nós.

Não por acaso, no espaço europeu, os aeroportos com maior volume de tráfego de pessoas e mercadorias, entre os quais se encontram Heathrow (em Londres), Charles de Gaulle (Paris), Frankfurt (na Alemanha) ou Schipol (em Amesterdão), localizam-se no denominado poliedro, isto é, no centro político e económico deste continente. A geografia destes nós de transporte e conetividade da Europa com o mundo, refletem as assimetrias que atravessam o espaço geográfico europeu.

A procura de uma Europa mais policentrada, menos estruturada pela denominada *hot banana* e mais próxima do modelo do “cacho de uvas” ou, nas palavras de Faludi (2015), do *european grape*, implica um conjunto de políticas territoriais, de escala urbana e regional, mas também o acautelar destas redes de conetividade, com o investimento na dimensão, qualidade e competitividade de muitos aeroportos europeus.

O caso português é especialmente relevante. A queda do muro de Berlim em 1989, a unificação alemã e a desintegração da ex-URSS, deslocaram esse poliedro europeu para o centro do continente. Esta dinâmica territorial afastou a Península Ibérica, em particular Portugal, desse centro gravitacional da Europa. O reforço de transportes rápidos como o comboio de alta velocidade e a aposta na requalificação das infraestruturas estratégicas de conetividade, como os aeroportos internacionais, devem ser equacionados neste contexto.

Noutra escala geográfica, notam-se as evidências da deslocação do poder económico e político para o Pacífico e para regiões como a China e o sudeste asiático. Esta mudança estrutural é visível pela lista dos principais aeroportos mundiais, agora sobretudo concentrados em território chinês, no Japão e nos países de proximidade.

Em 2018, antes da pandemia, dos 10 aeroportos mundiais com maior volume de passageiros, apenas dois (Heathrow e Paris-Charles de Gaulle, em 7º e 10º lugares, respetivamente), se localizavam na Europa. O mais importante era o Hartsfield-Jackson International Airport, de Atlanta (EUA), com 107,4 milhões de passageiros. Logo de seguida surge o aeroporto de Pequim, com 101 milhões. O aeroporto

internacional do Dubai, com 89,1 milhões aparecia em terceiro lugar numa lista que inclui os aeroportos de Los Angeles e Chicago, assim como os de Tóquio, Xangai e Hong Kong (Statística, 2019).

Nesta cartografia, num sistema que ainda mantém alguma centralidade dos EUA, mas que vai balançando para a região Ásia-Pacífico, a Europa vai-se tornando mais excêntrica.

Enquanto fenómeno multiterritorial, os aeroportos devem ser analisados segundo diferentes perspetivas: como infraestruturas de transporte, nó e vértice de redes transnacionais, mas também como espaços de múltiplas vivências, os aeroportos são produto de uma síntese dinâmica de escalas geográficas.

3. O aeroporto como lugar

Marc Augé (1998) chegou a atribuir aos aeroportos a condição de não-lugares. Estes tratar-se-iam de espaços neutros de passagem, sem duração suficiente para aprofundamento de interações sociais e sem a densidade geohumana que se espera de um lugar.

Esta proposição pode ser o ponto de partida para a análise dos aeroportos enquanto territórios vividos. Desde logo, é importante sublinhar a diversidade de agentes, visíveis e/ou invisíveis que, em diferentes funções e estatutos, gravitam em torno de uma realidade geográfica desta natureza. Os passageiros (e as mercadorias) constituem os atores principais e o fundamento dos aeroportos.

No entanto, a lista de participantes neste processo é uma complexa constelação de profissionais de terra e ar, com permanências mais ou menos prolongadas nos perímetros aeroportuários. Nesse sentido, um aeroporto, em particular os aeroportos internacionais, são espaços de convergência de múltiplas territorialidades.

São os passageiros que partem, aqueles que chegam e os que fazem escala e transitam. No geral, por uma questão de ordenamento e segurança, são poucos os espaços e as oportunidades de cruzamento destes diferentes fluxos.

São também os atores das companhias aéreas e das forças de segurança que facultam serviços e regulam estes passageiros. A estes profissionais juntam-se os que asseguram os espaços de consumo que preenchem as esperas.

De certo modo, os aeroportos reproduzem e representam a cidade em toda a sua complexidade, com pontos de partida e chegada, praças e caminhos, cruzamentos, comércio e espaços para pernoitar, transportes públicos internos (nalguns casos- para a deslocação entre terminais) e canais de ligação ao exterior (para partir e chegar ao aeroporto).

Enquanto território económico, os aeroportos não se limitam a ser espaços de trânsito, mas são também lugares de trocas. A paisagem aeroportuária está marcada por espaços padronizados que promovem marcas internacionais e *franchisings* de produtos no geral de elevado custo. Apesar disso,

cada aeroporto também se procura distinguir pela venda de produtos e *souvenirs* que atestam o lugar onde estão inseridos.

Nesse sentido, por um lado, os aeroportos são territórios de reforço de alguns estereótipos nacionais. Por exemplo, no caso da Suíça, abundam os chocolates, os canivetes e as paisagens estilizadas dos Alpes. Nos aeroportos portugueses, nota-se o fado, mas também o futebol e as conservas.

Por outro, os aeroportos são nós de difusão geográfica de padrões globalizados de consumo em áreas como o vestuário, a cosmética, a joalheria ou os produtos de viagem. Os fluxos que passam e irradiam em diferentes direções, terão nestes territórios de consumo uma oportunidade de aproximação e criação de uma certa comunidade de viajantes, nalguns aspetos uniformizada por símbolos distintivos, como as marcas das bagagens.

Nesta perspetiva, em função destas complexidades internas, os aeroportos constituem alegorias da contemporaneidade, também esta assente numa relação difusa entre os territórios transparentes e opacos, entre os espaços de paragem e os de circulação, entre a mobilidade e a imobilidade.

Negando a ideia do aeroporto enquanto não-lugar ou apenas como um espaço neutro de passagem, aqui existem acontecimentos, permutas e interações individuais e coletivas, que ocorrem em circunstâncias variadas, dos espaços religiosos de oração às palestras ou outras atividades de entretenimento dos passageiros (Tokarczuk, 2019).

Para tudo isto, como num qualquer outro lugar, os aeroportos são a síntese entre o visível e o invisível, o que está acessível e o que é interdito, os territórios observáveis pelos passageiros mas também os espaços opacos e escondidos da retaguarda, por onde circulam a logística e as bagagens, mas também onde se garante o funcionamento eficiente do sistema.

Para garantir a fluidez e a familiaridade de quem circula, em diferentes lugares do mundo os aeroportos assentam em regras padronizadas de funcionamento, com a omnipresença da língua inglesa e a repetição homogénea de sinaléticas e regras de funcionamento. Tal como ocorreu noutros domínios da globalização, também os aeroportos incorporaram procedimentos uniformizados que possam assegurar a conectividade intuitiva e a eficiência na circulação dos fluxos.

Numa leitura mais apressada, os aeroportos seriam a expressão de um mundo otimista, conetado e sem fronteiras, fluído e de espaços planos, sem rugosidades, obstáculos ou efeitos de atrito.

Esta é uma parte da realidade, que não se aplica nem a todos os aeroportos nem, sobretudo, as todos os fluxos que os atravessam.

Viajando pela rede global de infraestruturas aeroportuárias, notam-se as diferenças, as hierarquias e as assimetrias. Estas são evidentes através de fatores de distinção com a arquitetura e a tecnologia, muito heterogéneos quando se compara o primeiro nível desta rede global de aeroportos, em relação aos de algumas regiões do mundo, como acontece no caso de grande parte dos países africanos.

Para além disso, os territórios aeroportuários não estão acessíveis a uma parte substantiva da população global. Mesmo no caso das comunidades que, em termos euclidianos, se localizam próximo

dos aeroportos, as distâncias sociais e económicas aos mesmos podem ser grandes. Nesta perspetiva, os aeroportos continuam a reproduzir as fragmentações do mundo.

Os aeroportos são também territórios de convergência de riscos múltiplos, facto que ajuda a explicar uma outra aparente contradição. As infraestruturas aeroportuárias remetem-nos para um mundo fluído e de fronteiras supostamente fluídas. No entanto, estão também associadas a um espaço rugoso de fronteiras, limites, muros e barreiras que promovem lentidão.

4. O aeroporto como território de risco e necessária cooperação

Pela sua relevância estratégica, os aeroportos são considerados infraestruturas críticas, facto que justifica um cuidado particular em termos de planos e sistemas de proteção e segurança.

Apesar disso, em resultado da síntese de múltiplas escalas geográficas que ali se encontram e sobrepõem, é grande a exposição dos aeroportos a um conjunto de riscos endógenos e exógenos.

Desde logo, as condições meteorológicas podem limitar a entrada e a partida de voos, de modo parcial ou total. Acontecimentos extraordinários como uma erupção vulcânica que reduza a visibilidade nalguns setores do espaço aéreo podem fazer dos aeroportos um prolongado território de espera (Musset, 2015; Vidal e Musset, 2015).

Em 2010, a erupção do vulcão islandês Eyjafjallajokull foi responsável pelo maior encerramento do espaço aéreo na Europa em tempos de paz. Em cerca de um mês, cancelaram-se 108 mil voos, afetando mais de 7 milhões de passageiros, com prejuízos económicos relevantes, diretos e indiretos: “The global GDP losses, resulting from the prolonged inability to move people or goods, are estimated at approximately 4.7 billion us dollars. This figure incorporates net airline industry and destination losses, along with general productivity losses (ELLERTSDOTTIR, 2014, p.132).

Espaço curto, tempo prolongado de imobilidade, incertezas relativamente ao momento de retorno à normalidade, esta conjugação de fatores pode fazer de um aeroporto um território de tensão e potencial conflitualidade, sobretudo nos casos de uma resposta deficiente das companhias aéreas no apoio aos respetivos passageiros.

Estas paragens podem ter várias origens e ser apenas parciais, traduzindo-se numa cadeia sistémica de atrasos. Nesse ponto de vista, é possível fazer um escalonamento dos aeroportos à escala internacional, tendo em consideração os níveis de eficiência, que se contabilizam através de variáveis como a pontualidade, como se pode comprovar, por exemplo, nesta página digital: <https://www.id1.de/2021/08/19/airport-punctuality-awards-most-punctual-airports-in-july-2021/> .

Os efeitos acumulados dos atrasos ou da paragem far-se-ão sentir *in situ* mas também no espaço global de mobilidades de mercadorias e passageiros, introduzindo rugosidades num sistema que não é plano e nem sempre é fluído.

Um das imagens mais marcantes da pandemia Covid 19 foi o quase encerramento dos aeroportos e a paragem dos aviões.

Com efeito, os aeroportos foram um dos barómetros do mundo que se fechou. As imagens dos aviões parados, dos aeroportos despovoados, quase sem vida, sem receber nem enviar fluxos, foi das expressões mais fortes desta pandemia e da (i)mobilidade que, pelo menos para aqueles que se puderam confinar, esta implicou.

Os aeroportos encontram-se a montante e a jusante desta pandemia provocada pela dispersão global do Sars-Cov 2. Em primeiro lugar, porque estão entre os primeiros espaços a encerrar como estratégia para travar a expansão da doença mas, antes disso, porque foram nós relevantes para a rápida difusão geográfica do vírus.

Uma parte significativa dos riscos que devem ser considerados em muitos aeroportos, sobretudo os internacionais, resulta não apenas da potencial interrupção dos fluxos, mas sim das dificuldades da sua regulação.

Os aeroportos são plataformas de potencial passagem de passageiros indesejados, de doenças contagiosas ou de passagens ilícitas de variada natureza, do tráfico de seres humanos ou narcotráfico.

Neste sentido, na sua diversidade, do grande aeroporto internacional ao pequeno aérodromo alagares na Amazônia ou nas florestas da Colômbia, o transporte aéreo também promoveu a compressão do espaço-tempo para a criminalidade organizada.

Nesse sentido, sobretudo quando se localizam próximo dos grandes mercados consumidores, como acontece no caso da Europa, os aeroportos são territórios de conflitualidade e tensão entre os sistemas de regulação estatais e as territorialidades mais fluídas, opacas e dissimuladas das redes de criminalidade. Também neste ponto de vista, os aeroportos são o espelho das contradições da contemporaneidade, que confronta o controlo exercido a partir dos territórios-zona sobre a maior flexibilidade (e multiterritorialidade) dos atores que se movem sobretudo com territorialidades-rede (Haesbaert, 2004).

Este facto faz dos aeroportos um território de uma necessária cooperação multivariada entre diferentes instituições na área da segurança, em particular aquelas que se movem por escalas transnacionais, com destaque para a Interpol. Como se pode ler na página web da UNODC- United Nations Office on Drugs and Crime (2021), "Airports are often the transit points for drug trafficking, transnational organized crime and acts of terrorism. Such illicit flows have a direct impact on city safety. In this context, the Airport Communication Project (AIRCOP), a UNODC, World Customs Organization (WCO) and the International Police Organization (INTERPOL) initiative aims to enhance the capacity of international airports in the detection and interdiction of illicit trafficking and suspicious passengers in origin, transit and destination countries."

Numa sociedade na qual impera o medo, acredita-se que a importância simbólica, mas também o mediatismo de quaisquer perturbações nos voos e nos aeroportos, possam fazer destes um terreno de especial vulnerabilidade em termos de segurança.

Por isso, os aeroportos são territórios de vigilância e regulação dos fluxos. A vulnerabilidade dos mesmos enquanto potenciais alvos de terrorismo é uma preocupação que, sobretudo desde os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, tem redobrado os sistemas de controlo. Estes visam não apenas a proteção do aeroporto, mas também dos voos que dali partam ou ali façam escala.

A exposição mediática destas infraestruturas pode abrir uma outra potencial vulnerabilidade. Tal como nos espaços mais expostos e de maior importância geossimbólica nas áreas urbanas, os aeroportos poderão ser territórios de contestação. Essa pode partir dos próprios trabalhadores de companhias aéreas ou de empresas de apoio logístico, daqui resultando uma reivindicação laboral. Nestes casos, a greve é uma das expressões mais comuns, com efeitos diretos na retenção e anulação de voos. Noutras circunstâncias, mais raras, esses protestos têm origem no exterior.

Assim aconteceu no aeroporto internacional de Hong Kong. Em 2019, manifestantes antigovernamentais e pró-democracia barricaram-se, prejudicando os fluxos de passageiros e colocando em causa o normal funcionamento desta infraestrutura aeroportuária que é, como se viu, uma das mais importantes do mundo no que ao tráfego diz respeito (Shek, 2020).

Os aeroportos também são territórios de risco porque a circulação das aeronaves pode perturbar a segurança dos espaços geográficos e das populações de proximidade. Questões de diferente natureza como a potencial queda de uma aeronave ou problemas como o ruído, têm resultado numa tendência- o afastamento dos aeroportos relativamente aos centros urbanos. Ao mesmo tempo que se mitigam estes riscos, procuram-se solos mais baratos e localizações que permitem uma maior expansão dos perímetros aeroportuários e do número de voos anuais.

Nestas circunstâncias, pela sua complexidade, a construção de um aeroporto será sempre um caso de geopolítica local, tal como a entende Philippe Subra (2016). Para este geógrafo, a localização de um aeroporto está entre os exemplos de decisões que, ao nível do ordenamento do território, desencadeiam potenciais tensões e conflitos de interesses envolvendo uma constelação de atores e, também aqui, uma síntese complexa de escalas geográficas. A hipotética construção de um novo aeroporto em Lisboa e as dúvidas relativamente à sua localização servem de exemplo empírico ao referido por Subra (2016).

Por todas estas razões, os aeroportos não testemunham apenas o lado mais luminoso desta globalização que a pandemia pode agora reorientar, aumentando as barreiras, destacando as rugosidades e regionalizando um mundo que já revelava algumas tendências de retração. No que aos aeroportos diz respeito, os sinais de desconfiança eram já evidentes, sobretudo depois dos ataques terroristas ao *World Trade Center* e ao Pentágono, em setembro de 2001.

5. Os aeroportos como territórios vigiados de limites, fronteiras e muros

Na obra literária “Assimetria”, de Lisa Halliday (2018), Amar Jaafari é um cidadão de origem iraquiana com nacionalidade dos EUA e duplo passaporte. Na sequência da guerra do Iraque de 2003, Jaafari regressa ao país e viaja para Sulaimanyia. A partir de Los Angeles, o trajeto terá escala em Londres. Voará depois para Istambul e daqui para Diarbarquir (na Turquia) para, entretanto prosseguir, por automóvel, até ao destino final.

Na escala aérea em Heathrow, Jaafari é retido na fronteira. A interrupção do percurso justifica-se porque será preciso validar o passaporte e confirmar os documentos. Num ambiente fechado, deambulando entre salas escuras, é examinado, responde a questionários e aguarda, suspenso, o veredicto.

Naquele momento, não reúne condições para entrar em território inglês. Após os interrogatórios, a paragem e a conseqüente espera, a decisão está tomada: por razões de segurança, deve retornar a Los Angeles. Perante o regresso e a perda da ligação para Istambul, comprometendo a viagem, o Jaafari pede para aguardar esse voo numa sala de detenção, na qual fica pendente, sem atravessar a fronteira do Reino Unido.

Esta representação ficcionada da realidade remete-nos para uma mobilidade espacial seletiva e para as políticas securitárias que levantam barreiras ao movimento de alguns passageiros, sobretudo os mais vulneráveis ou os que levantam suspeitas. Neste caso, mostram-se as barreiras levantadas através dos espaços mais escondidos e discretos do aeroporto de Heathrow, em Londres.

Os aeroportos mais sofisticados são lugares de luminosidade e de uma arquitetura de vidros e fachadas transparentes. Tudo parece estar à superfície, sem segredos nem opacidades.

Contudo, como refere Ferrão (2021), a paisagem que se vê é apenas um sintoma. É preciso observar mais a fundo e entender as dinâmicas que parecem menos evidentes.

Desde logo, é importante notar os muros que se levantam entre os aeroportos e uma parte substantiva da população mundial.

Em 2019, segundo a Organização Mundial de Turismo (2021), contabilizaram-se 1500 milhões de chegadas de turistas internacionais. Se fizermos uma quantificação grosseira e imprecisa, considerando que cada uma dessas chegadas corresponde a um turista diferente e partindo também do princípio que todos estes turistas se deslocam de avião, apenas 20% da população mundial teria acesso a um aeroporto. É óbvio que, a este número, teríamos que acrescentar outros viajantes não turistas, ainda que muitos destes (por exemplo, na área dos negócios) sejam contabilizados no fluxo do turismo.

Nesse mesmo ano (2019), o total de passageiros transportados pelas companhias aéreas foi cerca de 4500 milhões (Statística, 2021). Pouco podemos avançar sobre a identidade de cada um desses viajantes para podermos aferir se esse número resulta da acumulação individual de deslocações ou se, num cenário utópico, metade da população mundial entrou num avião nesse ano.

Não será correto dividir a população global entre móveis e imóveis. A mobilidade é uma condição universal. No entanto, nem todos participam nas velozes mobilidades contemporâneas associadas aos aeroportos, incluindo quem reside nas proximidades destes nós de transporte aéreo.

Mais que a distância física, os aeroportos levantaram um conjunto de dispositivos que os protegem de populações indesejadas, mesmo considerando inovações institucionais como a criação de companhias aéreas *low cost*. Mais que de distâncias físicas e euclidianas, estamos perante distâncias sociais, económicas e até culturais e políticas.

Na verdade, o acesso aos aeroportos e às viagens aéreas continua a ser um privilégio de poucos. É também importante sinalizar os aeroportos internacionais como territórios que se ligam aos nós mundiais, mas que levantam barreiras e se confinam relativamente aos espaços geográficos de proximidade.

Como território de muros que fragmentam o espaço, devemos começar pelas fronteiras estatais que os aeroportos internacionais multiplicaram e deslocalizaram.

Em Portugal, as principais fronteiras internacionais já não são Elvas, Vilar Formoso ou Valença. São o aeroporto Humberto Delgado (Lisboa), de Faro e Sá Carneiro (no Porto).

A fronteira terrestre da União Europeia tem 12030 km. A marítima é de 32719 km. Em conjunto, segundo a Frontex (2019), perfazem 44752 km. A mesma União Europeia apresenta 1863 *Border Crossing Points* (BCP), abertos diariamente. Destes, 451 são terrestres, 782 marítimos e 630 aéreos.

Estes números têm uma implicação direta- a multiplicação das fronteiras internacionais, facto que aumenta vulnerabilidades, como o risco de circulação de estupefacientes. Veja-se, a este propósito, o exemplo do continente europeu e da União Europeia.

A Europa faz parte de um mundo complexo no qual a produção, circulação e tráfico de droga são hoje mais difíceis de regular. Os mercados aumentaram com a urbanização, existem sobreposições entre os mundos da legalidade e da ilegalidade, a tecnologia permite meios mais eficazes de alerta mas também facultou flexibilidade e plasticidade a redes complexas. Num mundo que, sob este ponto de vista, é global, mas também regionalizado, a União Europeia faz parte, com a Austrália e com o continente americano, da vasta região da cocaína.

Tal como ocorre com outros fluxos, como os refugiados, a estratégia securitária da União Europeia tem passado pela exteriorização do problema, isto é, pelo levantamento de barreiras à distância, longe do seu território. Em 2010 foi criada a Aircop, uma organização que, para além da Europa Comunitária, junta o Japão, o Canadá, a Noruega e os EUA.

Esta ação foi implementada pela UNODC, em parceria com a World Customs Organization (WCO) e a Interpol. Foca-se sobretudo nos aeroportos, promovendo algo difícil – a partilha de dados e informações e as estratégias comuns para deteção de fluxos do narcotráfico. A iniciativa, que visa detetar passageiros suspeitos, faz parte da *EU Cocaine Route Programme*, que se estruturou com uma rede de 37 aeroportos internacionais em África, na América Latina e nas regiões das Caraíbas e do Médio Oriente.

Neste âmbito, foram estabelecidas 19 JAITFs (*Inter-Service Joint Airport Interdiction Task Forces*), isto é, acordos especiais de cooperação, envolvendo autoridades policiais, aduaneiras e jurídicas. Uma delas está sediada em Punta Cana e, desde 2015, já intercetou 2 toneladas de cocaína, com 441 detenções.

Esta estratégia aliviou os aeroportos na Europa, sobretudo os mais vulneráveis: Barajas (Madrid) e Bruxelas. Por exemplo, 36% da droga apreendida no âmbito da JAITF sediada em Santo Domingo (República Dominicana) estava associada a passageiros que se deslocavam para Madrid. (UNODC, 2021).

A estratégia defensiva da União Europeia passa também pelo registo de uma lista de companhias áreas interditas no seu espaço aéreo. Numa lista de dezembro de 2020, eram 96 as companhias aéreas que, por várias razões de não obediência às normas de segurança, não podiam usar aeroportos europeus e estavam impedidas operar de e para este território.

Trata-se de um conjunto de companhias aéreas com origem em 16 Estados, quase todos do denominado Sul Global: Afeganistão; Angola (com a exceção de 2 companhias aéreas); Arménia; Congo (Brazzaville); República Democrática do Congo; Djibouti; Guiné Equatorial; Eritreia; Quirguistão; Libéria; Líbia; Moldávia (com a exceção de 3 companhias aéreas); Nepal; São Tomé e Príncipe; Serra Leoa e Sudão. Neste grupo estavam ainda mais 6 companhias consideradas individualmente: Avior Airlines (Venezuela); Blue Wing Airlines (Suriname); Iran Aseman Airlines (Irão); Iraqi Airways (Irão); Med-View Airlines (Nigéria) e Air Zimbabwe (Zimbabwe) (European Commission, 2020).

Para além disso, o aeroporto deve ser olhado com pormenor, no que tem de corredores seletivos; sistemas de vigilância e barreiras de controlo no percurso que os passageiros fazem entre o *landside*, o *airside* e o regresso ao *landside* (Fuller, 2009).

Com este escrutínio biopolítico, as fronteiras são seletivas, os passaportes não são todos iguais e o tempo de embarque depende, em muito, da nacionalidade dos passageiros (Pitchforth *et al*; 2015).

Mais a pormenor ainda, mesmo perante os viajantes que podem prosseguir viagem, são muitos os muros que separam grupos, por várias razões, a começar pela sua condição social. Os aeroportos são territórios de segregação. Em muitos casos, criaram-se *lounges* de espera mais confortáveis e exclusivos.

Noutros, confinam-se os fumadores em espaços de muros vidrados que têm por objetivo a higienização do ambiente exterior e a proteção dos restantes passageiros.

6. Notas finais

O mundo contemporâneo não pode ser visto numa única camada. As aparências iludem e escondem realidades mais complexas e contraditórias. Numa observação mais direta e menos atenta, os principais aeroportos internacionais, com os seus edifícios cristalinos e iluminados em permanência, simbolizam a globalização da transparência, da fluidez e das conectividades. Os aeroportos parecem concretizar as teses do mundo plano e da mobilidade expansiva, sem obstáculos.

O 9/11 marcou uma mudança de paradigma. Os aeroportos como territórios de trânsito desregulado fazem parte da ideia mítica e utópica de um mundo aberto e sem fronteiras. Nunca assim foi. No entanto, os ataques terroristas de 2001 em Nova Iorque, reforçaram e exacerbaram as teses do medo e da insegurança.

Os aeroportos, enquanto territórios otimistas do turismo e das viagens pelo mundo, reforçaram os respetivos sistemas de vigilância e escrutínio dos fluxos de passageiros, segregando, separando e travando os indesejados.

Estas manifestações de insegurança mostraram-nos que, afinal, os aeroportos eram territórios de risco, não apenas pelo terrorismo, mas também pelos tráficos ilícitos que poderiam aproveitar as vulnerabilidades do sistema.

No caso europeu, a cooperação internacional e a criação de muros e barreiras noutros aeroportos do Sul Global foi uma das soluções.

Considerando estas linhas avançadas de proteção; olhando para os muros que protegem e confinam os aeroportos relativamente ao contexto geográfico em que estão inseridos; relevando também as fragmentações internas que apresentam, podemos concluir que estes aeroportos, pelas suas contradições, constituem uma alegoria do mundo contemporâneo.

Bibliografia

- AUGÉ, M. (1998). Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da sobremodernidade. Venda Nova: Bertrand Editora.
- DOLLFUS, O. (1998). *A Mundialização*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- ELLERTSDOTTIR, E. (2014). Eyjafjallajökull and the 2010 closure of european airspace: crisis management, economic impact, and tackling future risks. *The Student Economic Review*, vol. XXVIII, pp.129-137.
- EUROPEAN COMMISSION (2020). Official Journal of the European Union. In <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020R0736&rid=3>
- FALUDI, A. (2015). The 'Blue Banana' revisited. *European Journal of Space Development*, nº 56, pp. 1-26.
- FERRÃO, J. (2021). Para uma Geografia brilhante. Conferência apresentada no II ENEG- Encontro Nacional de Estudantes de Geografia. Coimbra: FLUC.

- FRONTEX (2019). Technical and Operational Strategy for European Integrated Border Management. Varsóvia: Frontex.
- FULLER, Gillian (2009). Architectures of a future tense. In Saulo Cwerner, Sven Kesselring & John Urry (ed.), *Aeromobilities* (63-75). London: Routledge.
- HAESBAERT, R. (2004). O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand.
- HALLIDAY, L., 2018. *Assimetria*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- HARVEY, D. (2002). The condition of postmodernity. Cambridge: Blackwell.
- HARVEY, D. (2011). O Enigma do capital e as crises do capitalismo. Lisboa: Bizâncio.
- MUSSET, A. (2015). De los lugares de espera a los territorios de la espera. ¿Una nueva dimensión de la geografía social?. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, vol. 61/2, 305-324.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (2021). In <https://www.unwto.org/international-tourism-growth-continues-to-outpace-the-economy>.
- PITCHFORTH, J.; WU, P.; FOOKES, C. & MENDERSEN, K. (2015). Processing passengers efficiently: An analysis of airport processing times for international passengers. *Journal of Air Transport Management*, 49, 35-45.
- SHEK, D. (2020). Protests in Hong Kong (2019–2020): a Perspective Based on Quality of Life and Well-Being. Applied Research in Quality of Life, in https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7088818/pdf/11482_2020_Article_9825.pdf
- STATISTICA (2019). The world's busiest airports, in <https://www.statista.com/chart/19007/busiest-airports-by-passenger-traffic/>
- STATISTICA (2021). Number of scheduled passengers boarded by the global airline industry from 2004 to 2022, in <https://www.statista.com/statistics/564717/airline-industry-passenger-traffic-globally/>
- SUBRA, P. (2016). Géopolitique locale. Territoires, acteurs, conflits. Paris: Armand Colin.
- TOCARKCZUK, O. (2019). Viagens. Amadora: Cavalo de Ferro.
- UNODC- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (2021). In <https://www.unodc.org/unodc/en/urban-safety/airports.html>
- VIDAL, L.; MUSSET, A. (dir.) (2015). Les territoires de l'attente. Migrations et mobilités dans les Amériques (XIXe-XXIe siècle). Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- ZAKARIA, F. (2020). Dez lições para um mundo pós-pandemia. Lisboa: Gradiva.

LE PARTAGE JUDICIAIRE SUITE À UN PROCÈS DE PÉNALITÉS POUR LA NON-EXÉCUTION D'UNE DÉCISION CIVILE

JUDICIAL DIVISION FOLLOWING A PENALTY TRIAL FOR NON-EXECUTION OF A CIVIL DECISION

Ileana CONSTANTINESCU

Académie d'Études Économiques de Bucarest, Roumanie
ileanaconstantinescu2017@gmail.com

Adriana MOȚATU

Académie d'Études Économiques de Bucarest, Roumanie
lucian_motatu@yahoo.com

Résumé

En 2012 à Bucarest a eu lieu un procès entre deux personnes dont l'une ne voulait pas faire radier l'adresse de sa carte d'identité, adresse qui n'était pas valable depuis 20 ans et celle-ci utilisait sa carte d'identité avec cette adresse fautive qui appartenait en réalité à une autre personne, la propriétaire de l'appartement, qui avait ici sa résidence. La personne qui figurait sur la carte d'identité avec cette adresse n'avait jamais habité là, elle n'avait jamais payé d'entretien à cette adresse, elle n'était pas propriétaire, de plus le mariage entre elle et l'ex-propriétaire de l'appartement avait été annulé de façon irrévocable par des vices de forme et de fond. Donc elle n'avait pas le droit à cette adresse où personne ne l'avait prise en compte. Mais, pour cacher le fait que toute sa vie elle avait vécu avec un autre homme, à une autre adresse, et en espérant, après l'annulation du mariage avec le deuxième homme, l'obtention d'un mariage putatif avec celui-ci, en dépit de la mort de cet homme, elle ne voulait pas faire radier sa fautive adresse de sa carte d'identité. Alors, la propriétaire de l'appartement lui a dressé un procès pour l'obliger à faire radier l'adresse de sa carte d'identité. La personne avec l'adresse fautive a perdu le procès au fond, à l'appel et au recours et elle a perdu aussi la contestation en annulation par laquelle elle avait voulu faire annuler la décision du recours. Mais, elle n'est pas allée au Bureau d'évidence informatisée de la personne pour faire radier son adresse fautive de domicile de sa carte d'identité. Alors, l'autre partie lui a dressé un procès de pénalités pour chaque jour de retard pour la mise en exécution de la décision civile définitive de l'appel.

De plus, nous avons présenté un autre cas où même la Mairie de Bucarest a été obligée de payer des pénalités aux créanciers pour la non-exécution d'une sentence civile définitive et irrévocable.

Mots clés : décision civile, non-exécution, procès de pénalités, partage judiciaire, expertise.

Abstract

In 2012, in Bucharest, a litigation took place between two people, one of whom did not want to have his identity card address deregistered, an address that had not been valid for 20 years and that person was using her ID card with that false address that actually belonged to another person, the owner of the apartment, who was resident there. The person who appeared on the identity card with this address had never lived there, she had never paid any utility at this address, she was not the owner, moreover the marriage between her and the ex-owner of the apartment had been dissolved and the divorce was irrevocable due form and procedural error. Therefore, she was not entitled to this address where no one provided lodging for her. But, to conceal the fact that all her life she had lived with another man, at another address, and hoping, after the annulment of the marriage with the second man, to obtain a putative marriage with him, despite of the death of this man, she did not want to have her false address deregistered from her identity card. So, the owner of the apartment brought a lawsuit in court to force her to deregister the address of her identity card. The person with the wrong address lost the lawsuit on the merits, at the appeal and on the second appeal and also lost the appeal for annulment by which she wanted to annul the decision

of the second appeal. But, she did not go to the computerized personal register office to have her false home address removed from her identity card. Then, the other party brought a lawsuit in court for penalties for each day of delay for the implementation of the final civil decision of the second appeal. In addition, we have presented another case where even the Bucharest City Council has been obliged to pay penalties to the creditors for the non-execution of a final and irrevocable civil decision.

Keywords: civil decision, non-execution, penalty proceedings, judicial division, expertise.

1. Introduction

Pendant 20 ans entre deux parties se sont déroulé plusieurs procès à Bucarest devant les instances. L'une des parties s'est présentée tout le temps avec une carte d'identité avec une adresse fausse. En dépit du fait que l'autre partie a apporté des justificatifs aux procès qui montraient le fait que la personne qui avait une adresse fausse sur sa carte d'identité n'habitait pas à cette adresse, elle ne figurait pas sur les listes affichées avec les locataires de l'immeuble respectif et avec l'entretien mensuel à payer pour chaque appartement, mais elle figurait sur les listes affichées dans un autre immeuble, à une autre adresse où elle cohabitait depuis 1964 continuellement avec un homme dans un appartement pour lequel elle payait l'entretien et où elle était d'une chambre et de la moitié des espaces communs, l'autre partie de l'appartement étant la propriété de l'homme avec lequel elle cohabitait depuis 1964, les instances n'ont pas voulu prendre en considération cet aspect. Pourtant, l'identité de la personne est très importante dans un procès, c'est-à-dire le domicile, la profession, le code numérique personnel, selon le Code de procédure civile.

2. Le procès pour la radiation de l'adresse fausse sur la carte d'identité

En voyant dans quelques procès la réalité renversée y compris des solutions contraires à la réalité, la partie intéressée a dressé un procès pour la radiation de l'adresse fausse de la carte d'identité de la personne qui utilisait cette carte d'identité en indiquant son domicile réel à Bucarest. Elle a gagné au fond, à l'appel et au recours en apportant tous les justificatifs pour prouver la réalité. Elle a gagné aussi à la contestation en annulation faite par l'autre partie. Mais la personne avec l'adresse fausse sur sa carte d'identité n'est pas allée au Bureau d'évidence informatisée de la personne de Bucarest pour solliciter de lui radier son adresse fausse de sa carte d'identité et pour qu'on mentionne son adresse réelle où elle est aussi propriétaire.

3. Le procès de pénalités pour la non-exécution de la décision civile pour la radiation de l'adresse fausse sur la carte d'identité

Après avoir obtenu la décision civile définitive pour la radiation de l'adresse fausse sur la carte d'identité de la partie adverse, la réclamante de ce procès a dressé un procès pour que l'autre partie paye des pénalités pour chaque jour de retard de la mise en exécution de cette décision obtenue. La

réclamante a gagné de nouveau et l'instance a disposé que pour la non-exécution de la décision civile la personne avec une adresse fausse sur sa carte d'identité devait payer des pénalités, c'est-à-dire 100 lei pour chaque jour de retard, à partir du moment où la décision civile avait dû être mise en application.

4. La mise en exécution de la disposition concernant le paiement des pénalités

La disposition de l'instance concernant le paiement des pénalités a été mise en exécution par la partie intéressée à obtenir ces pénalités. Celles-ci ont été retirées chaque mois de la pension de la personne qui avait une adresse fausse sur sa carte d'identité. Mais, on ne pouvait retenir qu'un quart chaque mois de la pension de cette personne pour laquelle la dette augmentait considérablement chaque mois. Le temps s'est écoulé et la dette a dépassé 100.000 lei.

5. Le partage judiciaire suite à un procès de pénalités pour la non-exécution d'une décision civile

La solution pour récupérer la dette accumulée a été le partage judiciaire, car la personne avec l'adresse fausse sur sa carte d'identité était la propriétaire d'un appartement commun avec les héritiers de l'homme avec lequel elle avait vécu entre 1964 et 2013, quand celui-ci a décédé. Ils détenaient en commun deux chambres, une salle de bains, un couloir, une cuisine, une terrasse et un placard. Alors, on a sollicité par l'action le partage judiciaire par l'attribution de l'appartement et des dépendances dans le lot de la personne qui avait la dette de plus de 100.000 lei envers celle qui avait dressé le procès et qui voulait récupérer son argent. Comme preuves, on a sollicité celles avec des justificatifs et l'expertise en constructions. À la fin du procès, la décision civile va être mise en exécution, l'appartement sera vendu à la licitation et une moitié de la somme obtenue reviendra aux héritiers et l'autre moitié reviendra à la réclamante qui doit récupérer plus de 100.000 lei.

6. L'obligation de la Mairie de Bucarest de payer des pénalités aux crédateurs

Un autre cas est celui où la Mairie de Bucarest par le maire général a été obligée en 2019 par une action à payer aux crédateurs des pénalités entre 100 lei et 1.000 lei établies pour chaque jour de retard calculé à partir du 14 mai 2018 et jusqu'à l'exécution de l'obligation prévue dans le titre exécutoire – c'est-à-dire une sentence civile d'un dossier de 2007, prononcée par le Tribunal de Bucarest, – sentence définitive et irrévocable, dont l'objet a été la restitution en nature d'un terrain de Bucarest, du 1^{er} arrondissement, de 311 mètres carrés. Par l'action, la Mairie de Bucarest par le Maire général a été obligée aussi à payer aux réclamants crédateurs les dépenses de jugement.

Les motifs de l'action ont consisté dans le fait que par une sentence civile de 2007, prononcée par le Tribunal de Bucarest, sentence définitive et irrévocable, la Mairie de Bucarest par le Maire général a été obligée à restituer à l'ex-propiétaire un terrain de 311 mètres carrés de Bucarest, du 1^{er}

arrondissement, entré en 1950 abusivement dans la propriété de l'État roumain et qui n'a pas été restitué. De l'ex-proprétaire du terrain qui l'avait vendu, la qualité processuelle active a été transmise par le contrat d'achat-vente authentifié aux crédateurs.

L'instance a admis en 2018 la démarche d'exécution forcée de la débitrice, c'est-à-dire la Mairie de Bucarest par le Maire général, elle a montré que l'exécuteur peut procéder à l'exécution forcée établie par le titre exécutoire par n'importe quelle forme prévue par la loi, l'exécution forcée pouvant s'étendre aussi sur les titres exécutoires qui seront émis par l'exécuteur judiciaire au cadre de la procédure d'exécution forcée acceptée. Mais la débitrice ne s'est pas conformée au titre exécutoire qui lui avait été communiqué. De plus, la Mairie de Bucarest par le Maire général a émis une autorisation de construction à un voisin des crédateurs de construire un immeuble sur leur terrain, au lieu d'un autre terrain.

Ayant en vue le fait que la débitrice, c'est-à-dire la Mairie de Bucarest, représentée par le Maire général n'a pas accompli son obligation établie par le titre exécutoire, comme il résulte du procès-verbal émis par le Bureau de l'exécuteur judiciaire dans le dossier d'exécution fait, les crédateurs lui ont dressé un procès en invoquant l'article 905 du Nouveau Code de Procédure Civile. Ce procès a à sa base une sentence civile de 2007 du Tribunal de Bucarest, l'objet de l'action étant la revendication immobilière, c'est-à-dire le réclamant a sollicité en contradictoire avec la Mairie de Bucarest qu'on dispose par la sentence prononcée la restitution du terrain de 311 mètres carrés de Bucarest, situé sur le Boulevard Primăverii du 1^{er} arrondissement. Le réclamant a montré que si la restitution en nature est impossible, il sollicite que la Mairie de Bucarest soit obligée à lui payer des dédommagements en lei ou en euro en tenant compte du prix du marché.

Dans son action le réclamant a montré que par des notifications sur la Loi no. 10/2001, il avait sollicité à la Mairie de Bucarest de disposer la restitution en nature de deux immeubles.

La Mairie de Bucarest par la Direction juridique, le service de restitutions en nature, a répondu au réclamant que les dossiers constitués sur la base de la Loi 10/2001 avaient été envoyés pour être résolus par la Régie autonome de l'administration de la propriété privée de l'État (RAAPPS) en 2003.

Suite aux insistances du réclamant, la RAAPPS a émis une décision en 2005, par laquelle elle a repoussé les notifications de 2002 concernant la restitution en nature des immeubles qui étaient dans son administration.

La décision de 2005 a été contestée par le réclamant au Tribunal de Bucarest et par une sentence civile de 2006 prononcée par le Tribunal de Bucarest on a admis partiellement la contestation, on a annulé la décision de 2005 et on a obligé l'intimée à se prononcer par une disposition motivée sur les notifications de 2002 concernant le terrain de 213,40 mètres carrés, situé dans le premier arrondissement de Bucarest.

Le réclamant a montré que la Mairie de Bucarest n'a pas respecté les dispositions de l'article 23 de la Loi no. 10/2001 en lui apportant de graves préjudices et le Tribunal a apprécié que le réclamant a fait la preuve qu'il a le droit à la restitution, en tenant compte des prévisions de l'article 26 rapporté à l'article 1 de la Loi no. 10/2001 et a admis l'action en partie, c'est-à-dire il a admis que le terrain de 311 mètres carrés doit être restitué en nature au réclamant et l'autre immeuble de Bucarest du 2^{ème}

arrondissement, composé d'un terrain de 400 mètres carrés et d'une construction avec deux appartements et deux studios, à l'exception de l'appartement no. 1 et du garage qui sont dans la propriété de l'État et dans l'administration de la Régie autonome de l'administration de la propriété privée de l'État (RAAPPS). Cette sentence civile du Tribunal de Bucarest est de 2007.

La Mairie de Bucarest par le Maire général a fait appel contre la sentence du Tribunal de Bucarest. Le procès a été jugé à la Cour d'Appel de Bucarest, la III^e section civile où l'on n'a pas administré de preuves nouvelles et l'on n'a pas formulé de demandes préalables.

La sollicitation de l'intimé réclamant par son avocat a été de repousser l'appel comme non-fondé et de maintenir la sentence du Tribunal de Bucarest comme sentence fondée et légale ayant en vue que les immeubles en litige ont été pris par l'État sans titre valable et l'intimé n'a jamais perdu sa qualité de propriétaire. De plus, la disposition de l'article 21 (1) de la Loi no. 10/2001, modifiée et complétée par la Loi no. 247/2005 prévoit l'obligation de l'appelante de restituer en nature, par une décision, les immeubles revendiqués.

La Cour d'Appel a constaté que le Tribunal de Bucarest avait admis partiellement l'action du réclamant et il avait obligé la Mairie de Bucarest à restituer en nature au réclamant le terrain de 311 mètres carrés, situé à Bucarest dans le 1^{er} arrondissement et l'immeuble situé dans la rue Matei Voievod, du 2^{ième} arrondissement, composé d'un terrain de 400 mètres carrés et d'une construction ayant deux appartements et deux studios à l'exception de l'appartement no. 1 et du garage.

Dans les motifs de l'Appel, la Mairie de Bucarest par le Maire général a invoqué que l'action du réclamant était une action de revendication fondée sur les dispositions des articles 480 et 481 du Code Civil, une action après l'entrée en vigueur de la Loi no. 10/2001 pour les immeubles qui sont dans la procédure administrative obligatoire et préalable à l'action devant l'instance et que le réclamant n'avait pas attendu la fin de cette procédure.

La Cour d'Appel de Bucarest a considéré l'appel non-fondé car le réclamant intimé avait formulé deux notifications conformément à l'article 20 de la Loi no. 10/2001 pour les deux terrains en litige, des notifications qui n'ont pas été solutionnées. Or, même l'instance suprême de Roumanie avait qualifié le refus non-fondé de solutionner une notification par un détenteur d'un immeuble, la notification étant faite par une personne qui a ce droit, au rejet de la notification. Donc la Cour d'Appel de Bucarest a repoussé l'appel comme non-fondé.

La Mairie de Bucarest par le Maire général a déclaré recours contre la décision de la Cour d'Appel de Bucarest de 2008. La Mairie de Bucarest a été représentée par un conseiller juridique qui a sollicité l'admission du recours sans apporter de preuves nouvelles, tandis que l'avocat de l'intimé réclamant a montré que le recours n'était pas fondé et qu'il devait être repoussé et il a déposé des conclusions écrites. Le recours a été jugé en 2009 et il se basait sur les dispositions de l'article 304, le point 9 du Code de procédure civile, la critique visant le fait que les immeubles qui devaient être restitués ne se retrouvaient pas dans le patrimoine de la Mairie de Bucarest et que les instances n'ont pas eu un rôle actif pour établir le cadre processuel de la cause et que la Mairie de Bucarest ne détenait pas les immeubles en gestion.

La Haute Cour de Cassation et de Justice a apprécié que le recours n'était pas fondé. D'ailleurs les instances ont retenu qu'il fallait appliquer les dispositions de la Loi no. 10/2001, que le réclamant avait démarré la procédure administrative prévue par cette loi par la notification formulée par laquelle il sollicitait la restitution des immeubles en litige et la Mairie de Bucarest n'a donné aucune réponse ce qui a permis à l'instance de solutionner la notification par rapport à la décision no. XX du 19 mars 2007 prononcée dans l'intérêt de la loi par la Haute Cour de Cassation et de Justice.

La dernière instance a retenu que le recours n'était pas fondé et qu'il serait repoussé conformément aux prévisions de l'article 312, l'alinéat 1 du Code de procédure civile. Cette décision de janvier 2009 a été définitive et irrévocable.

7. L'application de pénalités – un moyen de contrainte indirecte du débiteur

Le Code de procédure civile actuel donne la possibilité en Roumanie d'appliquer des pénalités pour chaque jour de retard de la mise en exécution d'une décision juridique, des pénalités qui peuvent être entre 100 et 1.000 lei par jour, qui doivent être payées par le débiteur au créancier. L'action doit être formulée par le créancier. C'est une très grande différence par rapport au Code de procédure civile de 1865 qui par les dispositions de l'article 580³, il réglementait la possibilité de l'application de l'amende civile en faveur de l'État.

Conformément au Nouveau Code de procédure civile (Universul Juridic, 2016 Bucarest) en Roumanie il existe l'article 906 qui a sept alinéas et qui prévoit l'application de pénalités. Le premier alinéa prévoit que „si en 10 jours à partir de la communication de la conclusion d'acceptation de l'exécution, le débiteur n'exécute pas son obligation de faire ou de ne pas faire, qui ne peut pas être accomplie par une autre personne, celui-ci peut être contraint de l'accomplir par l'application de pénalités par l'instance d'exécution“. Le deuxième alinéa prévoit que „si l'obligation n'est pas évaluable en argent, l'instance saisie par le créancier pourra obliger le débiteur par une conclusion définitive donnée avec la citation des parties, de payer en faveur du créancier une pénalité 100 lei et 1000 lei, établie par jour de retard jusqu'à l'exécution de l'obligation prévue dans le titre exécutoire. Le troisième alinéa de l'article 906 du Nouveau Code de procédure civile précise que „lorsque l'obligation a un objet évaluable en argent, la pénalité prévue dans le deuxième alinéa peut être établie par l'instance entre 0,1% et 1% par jour de retard, pourcentage calculé de la valeur de l'objet de l'obligation“. Le quatrième alinéa prévoit que „si en 3 mois à partir de la date de la communication de la conclusion d'application de pénalités, le débiteur n'exécute pas son obligation prévue dans le titre exécutoire, l'instance d'exécution, à la demande du créancier, établira la somme définitive qui lui est due, par la conclusion définitive donnée avec la citation des parties“.

Le cinquième alinéa prévoit que „la pénalité peut être écartée ou réduite par la contestation à l'exécution, si le débiteur exécute l'obligation prévue dans le titre exécutoire et il prouve l'existence de motifs fondés qui ont justifié le retard de l'exécution“.

Le sixième alinéa montre que „la conclusion formulée dans les conditions du quatrième alinéa est exécutoire“. Le septième alinéa montre que „l'octroi de pénalités dans les conditions des alinéas (1) –

(4) n'exclut pas l'obligation du débiteur de payer des dédommagements, à la demande du créateur, dans les conditions de l'article 892 ou du droit commun". [Le nouveau, code de procédure civile, Universul Juridic, 2016, Bucarest, p. 247]

8. Le non-respect d'une décision judiciaire, une infraction dans le code pénal roumain

Le non-respect d'une décision judiciaire a été considéré une infraction en Roumanie dans le Code pénal ancien et à partir de 2014 cette infraction se retrouve aussi dans le Nouveau Code pénal. Une décision judiciaire doit être respectée car sinon on peut causer un préjudice financier ou moral à une autre personne qui n'est pas obligée à tolérer cette situation. De plus si une décision judiciaire n'est pas respectée, cela veut dire qu'on ne respecte pas la justice dans le pays respectif et alors on a actuellement en Roumanie deux voies : une voie civile par l'obtention de pénalités pour chaque jour de retard de la mise en exécution d'une décision judiciaire ou la voie pénale pour le non-respect d'une décision judiciaire (l'article 281, l'alinéa 1(g)) du Code pénal qui peut causer un préjudice financier ou moral à une autre personne physique ou un préjudice financier ou d'image à une personne morale ou qui peut engendrer une tromperie même en forme continue, en dépit du fait que celle-ci ne figure plus en Roumanie dans le Nouveau Code pénal, mais elle devrait être réintroduite.

Dans le Nouveau Code pénal roumain le non-respect d'une décision judiciaire devrait être une infraction avec un terme de prescription très long et une sanction très sévère car sinon celui ou celle qui ne respecte pas une décision judiciaire peut porter atteinte longtemps à la justice roumaine si la personne préjudiciée ne lui dresse pas vite un procès pénal. De plus, à notre avis, cette personne qui ne respecte pas une décision judiciaire elle devrait être condamnée à un ou deux ans de prison pour le non-respect d'une décision judiciaire, car elle porte atteinte à la justice du pays. La condamnation pourrait être différente d'un cas à l'autre en fonction du nombre de jours, de mois, d'années où la décision judiciaire n'a pas été respectée. En général, dans le Code pénal roumain les termes de prescription pour les infractions doivent être plus longs, et les sanctions en accord avec celles des pays de l'Union Européenne. De plus, à notre avis, la personne préjudiciée par le non-respect d'une décision judiciaire, elle peut se constituer aussi comme partie civile et solliciter une somme d'argent même si elle a déjà dressé un procès pour l'obtention de pénalités pour la non-exécution de la décision judiciaire.

9. Conclusions

Nous avons présenté un cas réel de Roumanie qui a engendré de nombreux procès, mais la personne avec l'adresse fautive sur sa carte d'identité elle continue à l'utiliser devant les instances, pour aller aux urnes, et parfois elle se présente devant les instances avec le certificat de naissance, donc

elle continue à se présenter avec une identité fausse, en espérant obtenir un mariage putatif avec une personne décédée il y a 20 ans, ce mariage étant déclaré en 2012 absolument nul par des vices de forme et de fond, la décision civile étant irrévocable.

La personne avec une adresse fausse sur sa carte d'identité et qui habite à Bucarest n'a pas été sanctionnée jusqu'à présent par la police, les instances ou par le Bureau d'évidence informatisée de la personne de Bucarest, du 1^{er} arrondissement en dépit du fait qu'on connaît cette situation. De plus, elle ne paie pas d'entretien dans l'immeuble où elle habite en montrant sa carte d'identité avec une autre adresse. Ce qui est surprenant c'est que le chef du Bureau d'évidence informatisée de la personne du 1^{er} arrondissement de Bucarest ne l'a pas sanctionnée en dépit du fait qu'il avait reçu toutes les décisions civiles concernant l'adresse fausse sur la carte d'identité de cette personne et le fait qu'elle devait être radiée et remplacée par son adresse réelle où elle est propriétaire et elle habite depuis 1964 continuellement dans le 1^{er} arrondissement de Bucarest. Donc le paiement de pénalités pour la non-exécution d'une décision civile ne suffit pas, dans ce cas s'impose aussi une sanction pénale pour un faux et l'usage de ce faux.

Le premier et le deuxième cas et leur complexité montrent qu'en Roumanie il y a des situations où des personnes physiques ou des personnes morales ne respectent pas les décisions judiciaires et alors elles peuvent être obligées à payer des pénalités pour chaque jour de retard de mise en exécution de la décision définitive prononcée par une instance.

Bibliographie

CONSTANTINESCU, I., DOBRE, E., MOȚATU, A. (2017). *Dicționar explicativ juridic și economic român-francez (Dictionnaire explicatif juridique et économique roumain-français)*, la Maison d'édition Milena Press, Bucarest, 2017.

CONSTANTINESCU, I., BUZAN, C., MOISEI, D., TOPOR, A., MAGHERUȘAN, V., DRĂGHICI, I., PREDA, M., ANGHEL, C., MOȚATU, A. (2010). *Dicționar juridic român-francez-englez (Dictionnaire juridique roumain-français-anglais)*, Maison d'édition Milena Press, Bucarest.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NA COMUNICAÇÃO E NA INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL E INTERCULTURAL: DESAFIOS GLOBAIS CONTEMPORÂNEOS

--

DIGITAL TECHNOLOGIES IN COMMUNICATION AND EDUCATIONAL AND INTERCULTURAL INTEGRATION: GLOBAL & CONTEMPORARY CHALLENGES

Maria Natália RAMOS

CEMRI, Universidade Aberta, Portugal

natalia@uab.pt

Ana Cristina LOPES

Universidade Aberta, Portugal

acd.lopes11@gmail.com

Resumo

Em 2020, com o surgimento da pandemia COVID-19, o mundo foi confrontado com mudanças drásticas que originaram desafios, transversais à sociedade. Evidenciaram-se desigualdades sociais existentes entre países e nos países, com maior reflexo nos grupos mais vulneráveis, em situação de pobreza ou migração. Estes desafios refletiram-se particularmente na área da educação, salientando-se as vulnerabilidades do modelo educativo existente. Face a uma crise sem precedentes, destacaram-se as potencialidades decorrentes do uso das tecnologias digitais, da adaptação da comunidade educativa, assim como, a resiliência de docentes e estudantes. Este texto acentua a importância do uso das tecnologias digitais, enquanto facilitadoras da integração educacional e intercultural. As tecnologias digitais no ensino permitem integrar alunos provenientes de diferentes países e culturas, preparando-os para a realidade de um mundo de trabalho global, plural e mutável. Este método, apesar de mais próximo da realidade social, tem as limitações, sendo mais adaptado a determinados públicos-alvo e exigindo que o aluno tenha uma capacidade de organização e automotivação elevada. O ensino tradicional, ao estimular a relação mais próxima entre o docente e o aluno, cria uma rede de segurança ao aluno, não o deixando tão dependente de si próprio, obrigando-o a manter uma rotina de aprendizagem constante. Ensinar e aprender, a distância ou presencialmente, são realidades distintas. O objetivo é identificar os pilares de cada modelo, os pontos fortes e os constrangimentos. Importa aproveitar os desafios que a pandemia impôs como oportunidades, implementando políticas adequadas, soluções inovadoras, apoiando os professores, capacitando-os e melhorando as suas competências, assim como a dos seus alunos, promovendo a formação no domínio tecnológico (Ramos, 2016; Ramos & Lopes, 2021). Numa era de globalização e crescente multi/interculturalidade assente numa evolução tecnológica sem precedentes, o in(sucesso) do ensino, da aprendizagem e da sociedade, dependem da definição de políticas, metodologias abertas, inclusivas e flexíveis, que integrem a diversidade social e cultural em que vivemos, e, sejam adaptáveis a situações adversas e atípicas. Aproveitar estes ensinamentos para desenvolver políticas sustentáveis pode não só ajudar a ultrapassar a crise atual, como a prepararmo-nos para novas adversidades futuras, diminuindo as desigualdades e tornando o ensino cada vez mais inclusivo e de qualidade.

Palavras-chave: Globalização, Interculturalidade, Educação, Tecnologias Digitais.

Abstract

In 2020, with the emergence of the COVID-19 pandemic, the world was confronted with drastic changes that led to challenges, transversal to society. Social inequalities between countries and countries were evidenced, with greater impact on the most vulnerable groups, in poverty or migration. These challenges were particularly reflected in the area of education, highlighting the vulnerabilities of the existing educational model. In the face of an unprecedented crisis, the potential arising from the use of digital technologies, the adaptation of the educational community, as well

as the resilience of teachers and students, stood out. This text emphasizes the importance of the use of digital technologies, as facilitators of educational and intercultural integration.

Digital technologies in education allow students from different countries and cultures to be integrated, preparing them for the reality of a global, plural and changing world of work. This method, although closer to the social reality, has the limitations, being more adapted to certain target audiences and requiring the student to have a high organization and automotive capacity. Traditional teaching, by stimulating the closer relationship between the teacher and the student, creates a safety net for the student, not leaving him so dependent on himself, forcing him to maintain a constant learning routine. Teaching and learning, at a distance or in person, are distinct realities. The objective is to identify the pillars of each model, strengths and constraints.

It is important to take advantage of the challenges that the pandemic has imposed as opportunities, implementing appropriate policies, innovative solutions, supporting teachers, empowering them and improving their skills, as well as that of their students, promoting training in the technological field (Ramos, 2016; Ramos & Lopes, 2021). In an era of globalization and increasing multi/interculturality based on unprecedented technological evolution, the in(success) of teaching, learning and society depend on the definition of policies, open, inclusive and flexible methodologies that integrate the social and cultural diversity in which we live, and are adaptable to adverse and atypical situations. Harnessing these lessons to develop sustainable policies can not only help overcome the current crisis, but also prepare for further future adversities, reducing inequalities and making education increasingly inclusive and quality.

Keywords: Globalization, Interculturality, Education, Digital Technologies.

1. Introdução

A crescente mobilidade da população mundial aliada a um avanço das tecnologias da informação e comunicação, tem criado um aumento da interação social, profissional e estudantil, que deixou de ser presencial e pontual para poder ser digital (através da internet) e constante, reduzindo distâncias e permitindo a criação das mais variadas redes pelo mundo. De forma a potenciar esta interação é importante adquirirmos novas competências académicas, profissionais, pedagógicas, tecnológicas, (inter)culturais e sociais. Esta necessidade é real e existe há décadas, não devendo ser vista como uma inevitabilidade pontual que decorreu da pandemia da COVID-19, mas como uma imprescindibilidade no desenvolvimento sociocultural futuro.

A importância da inclusão das tecnologias digitais nas mais variadas áreas da sociedade em particular na educação é assim, indispensável. A sua relevância vai além da integração cultural e deve ser feita de forma sustentada flexibilizando o acesso à educação, aspeto determinante para a inclusão social e conseqüente melhoria nas condições de vida e na redução da pobreza. As tecnologias digitais permitem a aproximação de alunos menos favorecidos a uma educação de qualidade, reduzindo as diferenças entre os países mais ricos e mais pobres e promovendo a equidade.

Em Portugal, o ensino a distância é preconizado desde 1988 pela Universidade Aberta, e tem ganho enfoque na sociedade pela sua capacidade de responder a necessidades de públicos-alvo diferenciados e transnacionais, sejam estudantes nacionais ou internacionais, residentes em Portugal ou noutros países e que são o reflexo da sociedade mutável, plural e tecnológica em que atualmente vivemos (Bates, 1995; Ramos, 2009 a, b, 2016; Sobral & Ramos, 2012, 2013; Ramos & Lopes, 2021).

No primeiro triénio de 2020, quando o mundo foi confrontado com a pandemia COVID-19, houve inevitáveis impactos na sociedade nas mais diversas áreas, de entre as quais na educação. Instituições

educativas, nomeadamente as de ensino superior, deixaram de poder lecionar de forma presencial. As desigualdades aos mais variados níveis acentuaram-se. Não foram apenas as desigualdades socioeconómicas, sanitárias e o risco de infeção que se agravaram. As diferenças não afetaram apenas os grupos mais frágeis, os mais vulneráveis como sejam os cidadãos em risco de pobreza ou imigrantes, mas impactaram também os cidadãos, profissionais e educadores com menos preparação tecnológica.

O reflexo da crise pandémica observou-se transversalmente na sociedade colocando em destaque as vulnerabilidades, quer na função pública, quer nas empresas, quer em particular na comunidade educativa, ao nível da formação docente em tecnologias de informação e comunicação, e, das práticas metodológicas de ensino. No entanto, a resiliência da comunidade educativa permitiu encarar este desafio como uma oportunidade de inovar, evoluindo para um ensino remoto em tempo de pandemia, assente nos princípios do ensino presencial, mas mediado pelas tecnologias digitais. Neste processo têm sido criadas novas oportunidades, e, adaptadas metodologias de forma a ultrapassar o desafio que se impôs com o encerramento das Instituições de Ensino Superior e criar novas possibilidades de manter a educação. Dado o sucesso e o impacto positivo de algumas alterações metodológicas impostas é expectável que as mesmas sejam integradas de forma inovadora e definitiva no processo educativo (Moreira *et al.*, 2020; Ramos & Lopes, 2021).

Neste texto, dá-se especial ênfase ao impacto positivo que as tecnologias de comunicação e informação tiveram na educação num período tão conturbado da história mundial. Destacam-se as mudanças no paradigma e praxis educacional aos mais variados níveis, ou seja, quer ao nível da formação, quer em termos de colaboração entre organizações e acima de tudo numa maior integração e valorização das tecnologias digitais no âmbito da educação, salientando-se as vantagens que as Instituições de Ensino Superior, digitalmente mais avançadas, tiveram para fazer face às alterações impostas, sobretudo as que já eram Universidades de Ensino a distância, como é o caso da Universidade Aberta em Portugal (Ramos & Lopes, 2021).

O texto termina com uma abordagem do que pode ser o futuro do ensino em Portugal. Para esta abordagem consideraram-se os dados recolhidos em entrevistas individuais, a docentes de Universidades e Institutos Politécnicos em Portugal. Através dos seus depoimentos foi possível concluir que, não foi apenas a Universidade Aberta que oferecia uma aprendizagem *online*, que foi um caso de sucesso educativo. Várias outras Instituições conseguiram em poucos dias, implementar alternativas para manter a qualidade do ensino, apesar dos desafios que essa evolução ditou, nomeadamente ao nível da falta de acesso dos alunos a computadores e a redes estáveis de internet.

O evoluir da educação presencial para um modelo híbrido já era uma realidade pré-pandemia, apesar de ainda estar numa fase embrionária (Caliari *et al.*, 2017). A pandemia acelerou um processo por si só inevitável ao impor uma necessidade de formação docente, e a aquisição de *hardware*, *software*, que permitiu adaptar as salas de aula com câmaras e sistemas de som, deixando as Instituições preparadas para manter a sua oferta educativa num período de crise e fazer face a situações adversas futuras.

2. Resposta da Comunidade Educativa aos Efeitos da Pandemia na Educação

O SARS-COV-2 (síndrome respiratória aguda grave – coronavírus 2) é um vírus de rápida disseminação, altamente mutável e que tem provocado desde o seu aparecimento grande preocupação, impondo restrições à sociedade em geral, nomeadamente ao nível da circulação e consequentemente com impactos inevitáveis na educação. O número de alunos em Portugal ao abrigo do programa ERASMUS diminuiu substancialmente no ano letivo de 2020/2021, tendo neste caso o ensino a distância, preconizado pela Universidade Aberta, sido essencial para a manutenção da inclusão e da diversidade cultural no ensino superior, que é fundamental para a futura integração e mobilidade profissional dos estudantes. No entanto, muitos alunos estrangeiros de ERASMUS que tradicionalmente escolhem Portugal para estudar não escolhem a Universidade Aberta, onde o ensino apesar de ser mais flexível e adaptável a qualquer circunstância é totalmente assíncrono, mais assente no aluno, na sua autonomia e automotivação. Este grupo de alunos prefere uma Instituição de Ensino Superior tradicional, onde interagem fisicamente com professores e colegas, conhecem o país e em particular a região onde estudam. As imposições à livre circulação das pessoas impactaram no número de alunos que aderiram ao programa ERASMUS, com efeitos na riqueza cultural dos alunos que frequentam as Instituições de Ensino Superior.

As imposições de distanciamento decorrentes da COVID-19, não deveriam, todavia, significar isolamento. Ao longo deste ano e meio os contactos sociais foram sendo redesenhados aos mais variados níveis. O contacto presencial, as redes foram transferidas para contactos digitais, quer ao nível das relações pessoais, quer em termos profissionais. Sobre este redesenho das redes importa referir dois aspetos essenciais, um positivo e um negativo. Em termos positivos, é preciso exaltar a colaboração intrínseca que se gerou, dentro e entre departamentos das Instituições de Ensino Superior, e, entre Instituições distintas, quer em Portugal, quer ao nível internacional (Sales, 2020).

“Desde o início do confinamento, têm sido organizadas múltiplas sessões de trabalho colaborativo, quer com outros países, entre os quais se destacam o Brasil e Angola, quer com organizações nacionais, com vista à valorização e partilha de práticas e experiências educacionais. A Universidade Aberta, a universidade pública portuguesa de ensino a distância, tem colaborado de várias formas nestas iniciativas, através de ações de formação, partilhando a sua experiência em ensino a distância e *e-learning*, ajudando a evidenciar os desafios e soluções possíveis para melhorar a qualidade do ensino, e facilitando uma transição realizada de uma forma mais inesperada e abrupta do que seria desejável, dado o contexto novo e de emergência em que as instituições e comunidades educativas se viram confrontadas” (Ramos & Lopes, 2021, 126).

Em termos negativos destaque para o *stress*, ansiedade e desgaste psicológico que o isolamento social criou quer nos docentes, quer nos próprios alunos que em muitos casos não tinham condições nas suas casas, nem tecnológicas, nem para a concentração necessária ao acompanhamento das aulas (Duan & Zhu, 2020; Han & Mosqueda, 2020).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, os impactos psicológicos negativos decorrentes das alterações impostas pela pandemia, levaram a um aumento do isolamento social que afetou a autonomia e a socialização, que nalguns casos teve como consequência o abandono escolar (UNESCO, 2020). De forma a minimizar os impactos tem sido fundamental apoiar os estudantes e professores face às mudanças e dificuldades que enfrentam aos níveis psicológico, pedagógico, tecnológico e social. A título de exemplo, na Universidade Aberta foram feitas conferências semanais para abordar os efeitos e os impactos na pandemia na vida estudantil, analisando-se a forma de ultrapassar as dificuldades que os estudantes enfrentavam, motivando-os a conseguir ultrapassar as dificuldades que lhes tinham sido impostas. As Instituições do Ensino Superior também desenvolveram estratégias de forma a apoiar os professores nos novos desafios que enfrentam nomeadamente a nível tecnológico. Tendo presente que a resposta para os problemas da sociedade atual multi/intercultural, digital, passa por uma educação de qualidade, transnacional e inclusiva a todos os segmentos da sociedade, conforme é reconhecido pela União Europeia e pela UNESCO (UNESCO, 2005, 2020; RAMOS, 2007, 2009, 2016; EC, 2011), importa estender estas ações a um nível mais sociocultural e psicossocial: através da criação de programas inclusivos dirigidos aos alunos mais vulneráveis, aos mais afetados por dificuldades sociais, económicas ou psicológicas, combatendo a discriminação, a estigmatização e a exclusão que esta situação pandémica pode criar entre os estudantes (UNESCO, 2020a,b,c; Ramos & Lopes, 2021).

Um dos pilares de sucesso em termos de resposta educativa assenta na resiliência e na vontade de Instituições, professores e estudantes dos diversos níveis de ensino. Foi a comunidade educativa com recurso às tecnologias digitais, que fez com que a educação fosse reestruturada e inovada, tentando que a equidade se mantivesse. Na Universidade Aberta, cujo ensino já era a distância, as alterações foram mínimas. Em concreto nas Instituições de Ensino Superior tradicionalmente presenciais foram implementadas aulas síncronas, com o paradigma das aulas presenciais, tentando que por esta via o contacto professor-aluno se mantivesse. Ao longo do período de crise que se tem vivido, as aulas totalmente síncronas foram nalguma Instituições de Ensino Superior alternando com um modelo misto, menos disruptivo em que as turmas foram divididas em dois grupos, intercalando os grupos entre aulas presenciais ou através de videoconferência. Apesar do modelo misto poder ser ainda um dos modelos que vai ser implementado neste ano que agora se inicia, tem várias desvantagens. Vários docentes entrevistados referiram que é mais difícil manter o acompanhamento da turma quando a mesma está repartida entre a sala de aula e a videoconferência. A preferência por aulas totalmente presenciais ou totalmente em videoconferência é manifestada pelos professores. No entanto, é importante realçar que algumas Instituições para flexibilizar este modelo misto passaram a ter dois docentes a acompanhar a

turma, garantindo assim equidade para os alunos em casa e na sala de aula. A aposta neste modelo misto tem sido uma tentativa de minimizar os impactos do isolamento que, como exposto, pode afetar notoriamente o desempenho dos estudantes, assim como minimizar as situações dos alunos que não têm instalações com qualidade para assistir às aulas síncronas, por falta de computador ou mesmo espaço físico adequado (Ramos & Lopes, 2021).

2.1. A importância da formação docente

O (in)sucesso do ensino baseia-se em três fatores: no aluno, no meio social e na instituição escolar, a partir da relação que este estabelece entre o professor e o aluno, o que implica que a aprendizagem deve ir além dos conteúdos predefinidos (SILVA, 2010). O modelo pedagógico deve tirar partido da sociedade de informação e do conhecimento global em que vivemos, valorizando-se o estabelecimento de relações entre o conhecimento e a sociedade, o que permite uma melhor integração social e favorece o estabelecimento de relações interculturais, assim como uma educação aberta, inclusiva, digital e em rede (AIRES, 2007; RAMOS, 2007, 2008, 2016; DIAS, 2013).

Com a evolução do modelo pedagógico, promove-se a qualidade e inclusão educacional. Um dos aspetos que dificulta esta evolução assenta na resistência à mudança, por parte dos responsáveis das Instituições e de professores, que impacta negativamente na qualidade do ensino superior. A pandemia decorrente do vírus da COVID-19, por força das circunstâncias, quebrou inevitavelmente essa resistência. Os professores tiveram que se adaptar a uma realidade tecnológica e digital. Gerou-se a oportunidade de desenvolver competências em profissionais resistentes à mudança, adaptando-os a novos contextos tecnológicos e digitais. Esta formação ocorreu de várias formas, numa primeira fase por intermédio dos colegas, e numa fase posterior em contexto formal organizada pelas instituições em que os docentes lecionavam. Paralelamente também foram implementadas várias ações de formação com o apoio da Universidade Aberta, que colaborou ativamente com os seus pares e com as Escolas, num momento de adaptação sem precedentes.

No entanto, a formação que os docentes precisam é contínua e vai além de uma formação ao nível das tecnologias digitais. Esta necessidade não é exclusiva de um modelo pedagógico, todos os docentes independentemente do tipo de ensino em que lecionam precisam de atualizar as suas competências. No mundo global em que vivemos, é importante que a formação além de direcionada para a evolução tecnológica, seja também vocacionada para o desenvolvimento de competências inter(culturais), pedagógicas e comunicacionais de modo a apoiar os professores na construção de soluções de aprendizagem dinâmicas, interativas e integrativas (Ramos, 2007, 2016; Ramos & Lopes, 2021). Apesar das aulas em videoconferência serem assentes no modelo pedagógico presencial, não deveriam limitar-se a uma transposição de conteúdos. Dever-se-ia tirar partido das novas tecnologias que permitem, por exemplo, criar salas paralelas de debates entre grupos de trabalho, que numa sala física se torna mais

complexo pelo espaço limitado para os separar. Outro aspeto importante é que os professores não foram formados para integrar alunos provenientes de outros países, culturalmente distintos, com uma língua e cultura diferentes. Apoiar os professores nesta integração é essencial para evitar a exclusão de grupos específicos ou social e culturalmente mais vulneráveis, como sejam os migrantes e refugiados.

Um maior domínio de novos instrumentos metodológicos ajuda os professores a melhorar o seu desempenho, com impacto positivo na aprendizagem dos alunos que orientam. O desenvolvimento de competências pedagógicas, inter(culturais) e tecnológicas é essencial para promover o ensino e a aprendizagem pluri/intercultural, respeitar a individualidade do aluno e consolidar o estabelecimento da relação entre o “eu” e o “outro” (Hall, 1978; Brislin & Yoshida, 1994; Morin, 2000, 2006, 2014; Ramos, 2007, 2008, 2009a, b; Nunes & Ramos, 2018). As tecnologias flexibilizam o estabelecimento de modelos alternativos para propiciar esta inclusão, mas é o acompanhamento dos professores que garante a qualidade do processo e da aprendizagem dos alunos.

2.2. O ensino pós-pandemia

As tecnologias de informação foram um enorme contributo, e, determinantes como base para ultrapassar a situação pandémica que se tem vivido, mantendo um ensino equitativo e de qualidade.

Não é objetivo da comunidade educativa que o ensino passe a ser a distância (EaD), o que se pretende realçar é que a emergência que se criou demonstrou que deve ser definido pelas Instituições de Ensino Superior um modelo educativo assente no modelo pedagógico tradicional, mas consubstanciado no recurso às tecnologias digitais.

Existe hoje ainda alguma incerteza sobre o novo ano letivo, as várias Instituições Superiores de Ensino definem abordagens distintas, no entanto, é notório entre a classe docente que as aulas presenciais são importantes, especialmente nos ciclos mais baixos. A figura e presença do professor é indispensável para os estudantes que recorrem ao modelo de ensino tradicional, sendo a mesma mais rica presencialmente, apesar de se conseguir através das aulas em videoconferência.

Contudo, é claro e notório que existem momentos em que as videoconferências são essenciais e serão para manter. O acesso a oradores espalhados pelo mundo tornou-se agora mais simples, menos custoso e agilizado através deste tipo de aulas. As sessões com *experts* das mais variadas áreas, podem agora ser mais constantes, melhorando o acesso à informação e ajudando a preparar melhor os alunos. Também as aulas teóricas, em algumas Instituições, podem passar a ser lecionadas em regime de *b-learning*. Esta solução permite o acesso a públicos-alvo que tradicionalmente não conseguiam estudar em algumas universidades portuguesas, por serem trabalhadores-estudantes e terem dificuldades em organizar o tempo ou pela distância entre a sua residência e a Instituição de Ensino Superior.

Outro aspeto que ficou patente e que foi realçado nas entrevistas aos docentes advém da avaliação dos alunos. Com vista a garantir a fiabilidade das avaliações foram tomadas várias medidas de segurança, quer através do uso de *browser* seguros, quer pelo desenho dos próprios instrumentos de

avaliação, entre outras. Um aspeto que ficou claro, também pela necessidade de competências tecnológicas dos próprios alunos, é que existem outros aspetos que devem ser avaliados. A avaliação deve ser mais aberta, colaborativa, diversificada e contínua, e, não tão dependente de um exame final. Um feedback mais contínuo ao aluno ajuda-o a compreender e a aprender melhor determinada matéria, tendo depois mais sucesso na sua aplicabilidade. Refletir sobre a aprendizagem permite ao aluno identificar os aspetos de menor sucesso tornando-os mais autónomos, facilitando a sua mudança de identidade e o seu sucesso individual (Nicol & MacFarlane-Dick, 2006; Boud & Molloy, 2013; Crisp, 2020).

É importante realçar que não existe um único modelo educativo, mas sim vários modelos que podem existir em paralelo de forma a dar resposta a todos os públicos-alvo. O importante é que a comunidade educativa saiba que vivemos numa sociedade em mudança, aberta, digital, transnacional, em que é importante acompanhar e produzir inovações, em particular no contexto de ensino que é fundamental para a evolução da sociedade (Dias, 2013; Sales, 2020).

3. Conclusão

Em Portugal existem vários tipos de estrangeiros que ascedem ao ensino tradicional, alunos de ERASMUS, alunos internacionais, alunos ao abrigo de programas de intercâmbio específicos entre Instituições de Ensino Superior e alunos imigrantes residentes em Portugal. Este número tem aumentado ao longo da última década e a maioria das instituições não tem adaptado os seus programas em função deste aumento, nem tem preparado os docentes para a sua integração. Num mundo cada vez mais plural, aberto e interdependente também ao nível do ensino é essencial que este acompanhamento prolifere. É um fato que a realidade de acompanhamento e integração dos mesmos nas Instituições de Ensino Superior é distinta, depende das suas condições sociais, das suas origens e motivações para integrarem o ensino superior português, no entanto, em ambos os casos os docentes que os acolhem fazem-no em geral de forma intuitiva, com entrega e altruísmo, mas sem nenhum tipo de formação cultural prévia, ou seja, existe uma necessidade de desenvolvimento e melhoria das competências interculturais que precisam de ser trabalhadas. Acolher estes estudantes provenientes de todo mundo é um desafio da geração atual. Os docentes são resilientes e com base na sua motivação e vontade individual, desenvolvem planos de ação próprios para a inclusão dos alunos culturalmente distintos, contudo uma ação coordenada poderia ser frutuosa e positiva para a melhoria crescente da educação. Revela-se importante debater soluções e estratégias e implementar políticas e práticas educativas transversais que integrem todos os alunos, fornecendo-lhes oportunidades de aprendizagem equitativas e que os preparem para o mundo profissional transnacional, digital e plural em que atualmente vivemos. A educação está perante desafios tecnológicos e interculturais que podem ser ultrapassados com sucesso, mas para isso devem-se dotar as instituições e os docentes de ferramentas e competências que

os ajudem a potenciar as características culturais e individuais dos alunos, salvaguardando a diversidade e valorizando-a enquanto forma de ensino transnacional e indispensável numa era global e digital.

Num momento de adaptação, de desenvolvimento de sociedades interculturais e em rede, vive-se a oportunidade de criar um modelo pedagógico adaptado às novas realidades com que nos deparamos. Uma realidade cada vez mais plural e complexa, em que as crises humanitárias existem, as crises pandémicas podem ocorrer limitando a nossa autonomia pessoal e liberdade individual. Neste contexto, a educação deve ser privilegiada, permanente, ser equitativa, transversal e fundamentalmente deve abranger todas as franjas da sociedade, não só a sociedade nacional, mas também todas as sociedades nos diferentes lugares do planeta.

E o que fazer relativamente ao futuro do ensino? Deverá esse modelo ser online?

As opiniões dos docentes não são unânimes apesar da maioria preferir voltar a um modelo tradicional e presencial. Ainda assim, alguns docentes referiram que preferiam que todas as aulas teóricas se mantivessem em regime online. No entanto, todos assumem que a tecnologia veio para ficar e todos eles terão, mesmo que não agrada a alguns, uma maior componente tecnológica no seu futuro.

Os alunos têm opiniões distintas de acordo com a sua idade, mas para os mais novos (faixa dos 18-24 anos) é indiscutível que as aulas devam ser presenciais. Esta faixa etária precisa do contacto e socialização que decorre destes momentos, e essa interação é fundamental para o seu sucesso.

Ainda é precoce pensar numa mudança de paradigma do ensino presencial para a distância, mas é possível pensar, em pequenas mudanças em ciclos mais avançados, para alunos mais velhos, mais autónomos e com mais maturidade.

Ainda assim o objetivo deste texto não é o de referir que é necessário manter o ensino com distância, com o recurso sistemático a aulas em videoconferência, como se fez ao longo dos últimos semestres, mas sim potenciar a possibilidade de criar modelos que podem ser específicos de alguns cursos numa Instituição, e, que contemplem as mutações que podem ocorrer na sociedade, potenciem o equilíbrio educativo e capacitem os estudantes para melhor desenvolverem as suas competências. Em resumo, a ideia não é fazer uma mudança drástica mas sim aproveitar a oportunidade que a pandemia criou, e incluir soluções híbridas que permitam a aproximação a alunos estrangeiros e a alunos nacionais que noutras circunstâncias não poderiam sequer sonhar com o seu desenvolvimento educacional e pessoal. Até agora esta oportunidade de acesso ao ensino superior por pessoas mais velhas residentes em qualquer lugar tem sido preconizada pela Universidade Aberta. Numa altura em que a educação é cada vez mais importante para diminuir desigualdades sociais e acabar com os estigmas e preconceitos existentes na sociedade, criar novas oportunidades de ensino, alargar a oferta a todos os públicos-alvo é melhorar o ensino e o futuro da sociedade.

Para isso, acima de tudo, deve-se começar por promover a formação, quer aos professores quer aos estudantes, potenciando a utilização de meios tecnológicos mais interativos, que permitam o desenvolvimento de competências específicas e interculturais mais abertas e integrativas. Um desenvolvimento sustentável e equitativo vai contribuir para se ultrapassarem: os réstios de crise

pandémica que ainda perduram; as desigualdades emergentes; e, serem um pilar para que numa futura crise pandémica, a base não seja a resiliência da comunidade educativa, mas sim as boas práticas educativas adequadamente desenvolvidas. A concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas é um desafio que pode ser superado, com o impulso de desenvolvimento que a própria crise impulsionou, através do desenvolvimento de instituições de forma efetiva, responsável e inclusiva a todos os níveis.

Bibliografia

- AIRES, L. (Coord.), (2007). *Comunidades virtuais de aprendizagem e identidades no ensino superior*. Lisboa: Universidade Aberta.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (2020). *Pandemics*. APA.
- BATES, A. (1995). *Technology, open learning and distance education*. London: Routledge.
- BOUD, D., & MOLLOY, E. (2013). Rethinking models of feedback for learning: the challenge of design. [Online] Disponível em: <https://www.researchgate.net> [Acedido em 23 de julho de 2021]
- BRISLIN, R.; YOSHIDA, T. (1994). *Intercultural communication training: An introduction*. Thousand Oaks: CA, Sage.
- BYRAM, M. (1997). *Teaching and assessing intercultural communicative competence*. Clevedon: Multilingual Matters.
- BROOKS, S., et al. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395 (10227), 912-920.
- CALIARI, K., ZILBER, M., PEREZ, G. (2017). Tecnologias da informação e comunicação como inovação no ensino superior presencial: uma análise das variáveis que influenciam na sua adoção. *REGE – Revista de Gestão* [Online] 24(3), 247-255. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com> [Acedido em 15 de setembro de 2021]
- CASTELLS, M. (2007). *Sociedade em Rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHOI, H., IRWIN, M., CHO, H. (2015). Impact of social isolation on behavioral health in elderly: Systematic review. *World J Psychiatry*, 5(4), 432-438.
- CRISP, E. (2020). Leveraging Feedback Experiences in Online Learning. *Educase*. [Online] Disponível em: <https://er.educause.edu> [Acedido em 23 de julho de 2021]
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2020). Resposta à pandemia de COVID-19 num contexto de desigualdades sociais em saúde: um estudo transversal na população nativa e imigrante da Amadora. Lisboa, 8, setembro.
- DIAS, P. (2013). Inovação pedagógica para a sustentabilidade da educação aberta e em rede. *Educação, Formação & Tecnologias*, 6(2), 4-14.
- EUROPEAN COMMISSION. (2011). *Key Data on Learning and Innovation through ICT at School in Europe 2011*. Brussels : EACEAP9 Eurydice.
- HALL, E. (1978). *Au-delà de la culture*. Paris: Seuil.
- HODGES, C., MOORE, S., LOCKEE, B., TORREY, T., BOND, A. (2020). The difference between emergency remote teaching and online learning. [Online] Disponível em: <https://er.educause.edu> [Acedido em 5 de julho de 2021]

- JIAO, W. et al. (2020). Behavioural and emotional disorders in children during the COVID-19 epidemic. *The Journal of Pediatrics*, 221, 264-266.
- MOREIRA, J., HENRIQUES, S., BARROS, D., GOULÃO, M., CAEIRO, D. (2020). Educação Digital em Rede: Princípios para o *design* pedagógico em tempos de pandemia. Lisboa: Universidade Aberta.
- MORIN, E. (2000). Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez.
- MORIN, E. (2006). Saberes Locais e Saberes Globais, o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- MORIN, E. (2014). Ciência Com Consciência. São Paulo: Bertrand Brasil.
- NICOL, D. & MACFARLANE-DICK, D. (2006). Formative assessment e self-regulated learning: a model e seven principles of good feedback practice. *Semantic Scholar*. [Online] Disponível em: <https://www.semanticscholar.org> [Acedido em 22 de Julho de 2021]
- NUNES, I., RAMOS, N. (2018). Formação docente e multi/interculturalismo: algumas reflexões. *Linguagens, Educação e Sociedade*, 23, 180-198.
- PEREIRA, A.; QUINTAS-MENDES, A.; MORGADO, L. (2012). Educação On-line no Ensino Superior: um programa de doutoramento em educação a distância e e-learning na Universidade Aberta (Portugal). *Revista Teias* 13(30), 313-333.
- RAMOS, N. (2007). Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(3), 223-244.
- RAMOS, N. (Coord.). (2008). Educação, Interculturalidade e Cidadania. Bucareste: Milena Press.
- RAMOS, N. (2009a) Diversidade cultural, educação e comunicação intercultural: políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural. *Revista Educação em Questão*, Natal, 34(20), 9-32.
- RAMOS, N. (2009b). Educar e formar na sociedade multi/intercultural – Contributos para a comunicação intercultural e cidadania. In: MACHADO, G.; SOBRAL, N. (Org.) *CONEXÕES – Educação, Comunicação, Inclusão e Interculturalidade*. Porto Alegre: Redes Editora, pp.15- 37.
- RAMOS, N. (2016). Tecnologias digitais de informação e comunicação, interculturalidade e formação docente. EDAPECI, *Revista de Educação a Distância, Práticas Educativas, Comunicacionais e Interculturais*. Aracaju, UFS, 16(1), 9-30.
- RAMOS, N.; LOPES, A. (2021). Desafios da Educação a distância em tempos de pandemia. In: OLIVEIRA, A.; SCHÜTZ, J.; AMARAL, M. (Org.) *Vozes da Educação*. Cruz Alta: Editora Ilustração, pp.117-138.
- SALES, J. (2020). Ensino a distância e Semi-presencial. IN: G4 (coord.). *Ciclo de 3 Simpósios sobre o Ensino Superior Presencial vs. Semi-Presencial e a Distância*, Angola, UAb.
- SANTOS, M., RAMOS, N. (2017). Práticas pedagógicas e escolhas tecnológicas na Universidade Aberta, Portugal. In PINA, H.; MARTINS, F. (Org.), *The overarching issues of the European space: society, economy and heritage in a scenario towards greater territorial cohesion*. Universidade do Porto. Faculdade de Letras, pp. 58-66.
- SILVA, S. (2011) Itinerários de Aprendizagem Colaborativa Cooperativa em Contexto *Online*. Lisboa: Universidade Aberta.
- SOBRAL, M. N.; RAMOS, N. (2012). Processo de Bolonha e internacionalização do ensino superior. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 8, 107-115.
- SOBRAL, N.; RAMOS, N. (2013). Integração das tecnologias da informação e comunicação na formação docente em Portugal (2005- 2010). *Revista Praxis Educacional*, 9(14), 103-122.
- UNESCO. (2005). Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles. Paris: UNESCO.

- UNESCO (2020a). COVID-19 Impact on Education.
- UNESCO (2020b). COVID-19: Unesco divulga 10 recomendações sobre ensino a distância devido ao novo coronavírus.
- UNESCO (2020c). Supporting teachers in back-to-school efforts: guidance for policy-makers.
- UNIVERSIA PORTUGAL. (2020a). COVID-19 e o seu Impacto no Ensino Superior em Portugal.
- UNIVERSIA PORTUGAL. (2020b) Modelos de aprendizagem em tempos de COVID-19: do presencial para o *online*.
- ZHOU, F., et al. (2020). Clinical course and risk factors for mortality of adult inpatients with COVID-19 in Wuhan, China: a retrospective cohort study. *The Lancet*, 395(10229), 1054-1062.
- WANG, C., PAN, R., WAN, X., TAN, Y., XU, L., HO, C. (2020). Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 Coronavirus Disease (COVID-19) epidemic among the general population in China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(5), 1729.
- WEISS, P., MURDOCH, D. (2020). Clinical course and mortality risk of severe COVID-19. *The Lancet*, 395(1022),1014-1015.
- WEAVER, H. (2008). Striving for cultural competence: Moving beyond potential and transforming the helping professions. In R. Dana; J. Allen (Eds.), *Cultural competency training in a global society*. New York: Springer, pp. 135-155.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (2020). Mental health and psychosocial considerations during the COVID-19 outbreak. Geneva: OMS.

DIDACTIC APPLICATION OF THE EDUCATIONAL TECHNOLOGY OF THE GEOGRAPHICAL LABYRINTH IN GEOGRAPHY AND ECONOMICS TRAINING

APLICAÇÃO DIDÁTICA DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL DO LABIRINTO GEOGRÁFICO NA FORMAÇÃO GEOGRÁFICA E ECONÓMICA

Stella DERMENDZHIEVA

Faculty of History, "St. Cyril and St. Methodius" University of Veliko Tarnovo, Bulgarie
stellamalcheva@abv.bg

Tamara DRAGANOVA

Faculty of History, "St. Cyril and St. Methodius" University of Veliko Tarnovo, Bulgarie
t.draganova@ts.uni-vt.bg

Abstract

The educational reforms in the Bulgarian school cover all systems, elements, processes and phenomena, as well as educational objects, which are aimed at achieving stability and effectiveness of the learning process, the application of didactic technologies, and innovative methods and techniques.

Educational technology is defined as a systematic method of reproduction of the training process with the following characteristic features: a diagnostically formulated goal; orientation towards all learning procedures to achieve the goal; operational feedback. The essential and meaningful characteristics of educational technologies and the possibilities for their application in geography and economics training are one of the current questions in the methodology of geography training.

We will try to expand the information in the sphere of assessment of learning achievement – which is now being established in the context of contemporary Bulgarian education, emerging as a trend in the near future.

The procedure for organizing and realizing educational technologies determines specific requirements for teachers regarding science-based pedagogical solutions for the application of the geographical labyrinth. The combination of trainers, educators, teaching, organizational and more functions of educational technology in the form of a geographical labyrinth is a sequence that allows for practical realization, a set of techniques and a common logic of activities.

The geographical labyrinth is related as an educational technology to the group of personality-oriented training, as a reflection of interactivity and a tool for testing students' knowledge, skills and competences. The didactic application of the geographical labyrinth in the training of geography and economics in new realities finds its place in all types of lessons, which are normatively regulated by the educational reform - for new knowledge, for activities, for summary, for negotiation and for control work.

Keywords: curriculum, geographical labyrinth, educational technology, assessment, personality-oriented training

Resumo

As reformas educacionais na escola búlgara cobrem todos os sistemas e elementos, processos e fenómenos, bem como os objetos educacionais, que visam alcançar a estabilidade e eficácia do processo de aprendizagem, a aplicação de tecnologias didáticas, métodos e técnicas inovadoras.

A tecnologia educacional é definida como um método sistemático de reprodução do processo formativo com as seguintes características: objetivo formulado diagnosticamente; orientação para todos os procedimentos de aprendizagem para atingir o objetivo; feedback operacional. As características essenciais e significativas das

tecnologias educacionais e as possibilidades de sua aplicação na formação em geografia e economia são uma das questões atuais na metodologia da formação em geografia.

Tentaremos expandir a informação na esfera da avaliação do desempenho da aprendizagem – o que se está a estabelecer atualmente no contexto da educação búlgara contemporânea, emergindo como uma tendência no nosso futuro próximo.

O procedimento para organizar e realizar a tecnologia educacional determina requisitos específicos para professores em termos de soluções pedagógicas baseadas na ciência para a aplicação do labirinto geográfico. A combinação de formadores, educadores, ensino, organização e mais funções da tecnologia educacional na forma de labirinto geográfico é uma sequência que permite a realização prática, um conjunto de técnicas e uma lógica comum de atividades.

O labirinto geográfico relaciona-se como tecnologia educacional ao conjunto de formação orientada para a personalidade, como reflexo da interatividade e ferramenta de teste de conhecimentos, aptidões e competências dos estudantes. A aplicação didática do labirinto geográfico na formação em geografia e economia em novas realidades encontra o seu lugar em todos os tipos de aulas, que se regem normativamente pela reforma educacional - para novos conhecimentos, para atividades, para resumos, para negociação e para controle do trabalho.

Palavras-chave: currículo, labirinto geográfico, tecnologia educacional, avaliação, formação orientada para a personalidade

1. Educational reform and transformations in the Bulgarian school

“Every nation has a certain intellectual potential and with the right investment policy it can be transformed into the intellectual capital of the country.”

A. Dermendzhiev (Dermendzhiev, 2018, 268)

Modern global society is in the process of many transformations - social, cultural, economic, political, strategic, educational, moral, and digital, among others. The social requirements of the educational system and its development in digital conditions and the pandemic situation are constantly increasing, educational multiplicity is deepening and the roles of the objects and subjects in the educational process at all levels are expanding.

Education in Bulgaria is a national priority, which is implemented in accordance with specific principles in the system of preschool and school education. (ZPUO, 2016, 2) The unified state educational policy is necessary and important because it is the basis for the formation of human capital, but at the same time, it is very criticized in terms of educational reform and many mini-reforms. In Bulgarian schools, the introduction of new and modified curricula in individual school subjects continues, including *Geography and Economics*. In the 2021/2022 school year the curricula comes into force for:

 **5th grade** - curriculum in Geography and Economics (general education);

 **12th grade** - curriculum in Geography and Economics (profiled training).

In the next school years, new program transformations are expected in the other grades of the Bulgarian school, which cover changes in the structure and content of the curricula: topics, learning content, new concepts, training methods, program design, among others. The new program's specifics and innovations follow the ideas of constructivism, as a vector movement from theory to practice, from abstract to concrete, from simple to complex, from traditional to modern, from reproductive to productive, from unconscious to conscious, from pattern to experience, from the stationary to the functional-active movement, from interaction in the classroom to interaction in space and real (virtual) reality, from the book to the interactive book and information technologies, from classical to innovative training technologies, from one-way to multidirectional communication, from passivity to activity in the educational process, and the dynamic learning environment.

Educational technologies are part of life and society, of the learning environment and global educational trends, graded against the background of the competence approach in the education of the modern commercial and technogenic society. The methodological, psychological, pedagogical and social bases of the innovative technologies in the training of geography presuppose following the basic requirements for their organization and application in the educational process. One of the educational technologies and didactic transformation that is applied in the Bulgarian school is the geographical labyrinth.

2. Geographical labyrinth

In pedagogy, different variants of training labyrinths are described and developed, which differ in terms of purpose, approach, content, functions, organization, direction of movement, among other characteristics. Training mazes became very popular in the twentieth century, and their didactic specificity is the complexity of the statements and the complexity of the design in the labyrinth. The training labyrinths are mainly applied in the teaching of logic, philosophy, psychology, social sciences, mathematics, geometry, art, among others (Draganova, Bardarova, 2020, 922; Dermendzhieva, Draganova, 2021, 83). The training labyrinths are applied in the school systems of, for example, Russia, Germany, Great Britain, Greece, and the USA.

For many scientific fields, the training labyrinth has specific characteristics, peculiarities in the subject areas and content differences, direction of movement, technological design and configurations, shape and rules for implementation.

The application of the geographical labyrinth in geography and economics training is an opportunity to increase the activity, independence and self-organization of students when solving it. The geographical labyrinth is the bearer of specific subject features, technologies, rules and design, content models and conceptual system.

In the Bulgarian methodological literature, the question of the nature and application of the geographical labyrinth has been neglected, which is the reason behind our scientific research.

2.1. Definitions, nature, technology, functions, features, design, configurations, instructions, duration

The geographical labyrinth is a game technology with rules and a creative approach to composing and constructing, created as a learning resource for checking, controlling and diagnosing the knowledge, skills and attitudes of the learners. (Dermendzhieva, Draganova, 2021, 83).

The geographical labyrinth is a verbal didactic game in which thought operations, synthesis and critical thinking are provoked. When organizing the labyrinth through subject materials - images, photos, labyrinth for spatial orientation, among others, the geographical labyrinth is also a subject-verbal didactic game for control.

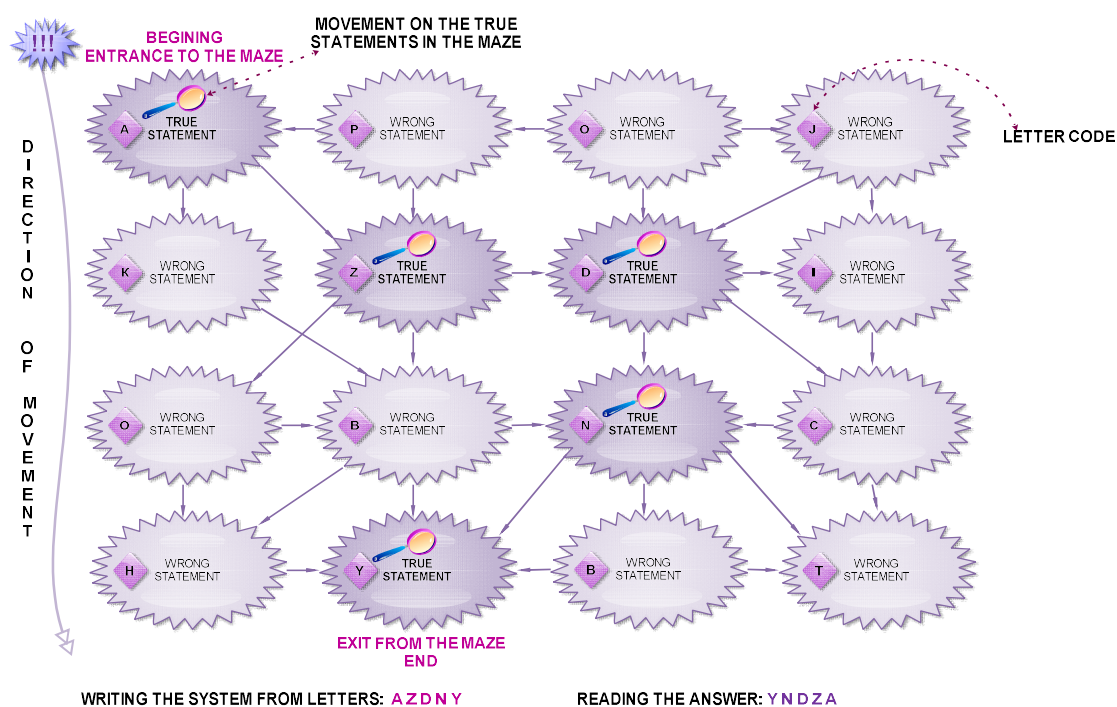


Figure 1 – Model of the technology for reading and crossing a geographical labyrinth.

The geographical labyrinth is an educational technology with a practice-oriented application, which has a start and an end point, an entrance and an exit from the labyrinth, but requires the approval of true statements, which to some extent determines the reproducibility of the technology.

The geographic labyrinth is an alternative and non-traditional version of a test that contains true and false statements that require confirmation in order to pass through the labyrinth and reach the exit. (Dermendzhieva, Draganova, 2021, 83)

The geographical labyrinth is the feedback for the teacher and their activities in the learning process, a modern didactic-diagnostic tool for control and self-control of students, a non-traditional type of test of statements to provoke interest in the school subjects of geography and economics and forming a positive emotional attitude to learning (Draganova, Bardarova, 2020, 929).

The essence of the geographical labyrinth encompasses a system of true and false statements, which are based on the geographical learning content, and the passage through the maze is based on movement only in the direction of the true statements (Figure 1). The movement in the geographical labyrinth starts from top to bottom, leaving the labyrinth at the lower end with the discovery of the last true statement and the corresponding letter code. After finding each true statement, you must follow the arrows that determine the possible directions of movement to the next cell in the labyrinth. Each cell contains one true or false statement, each with a letter code. The letter code of the correct statement is written below the labyrinth. The letter codes form a word that must be read from right to left (Figure 1).

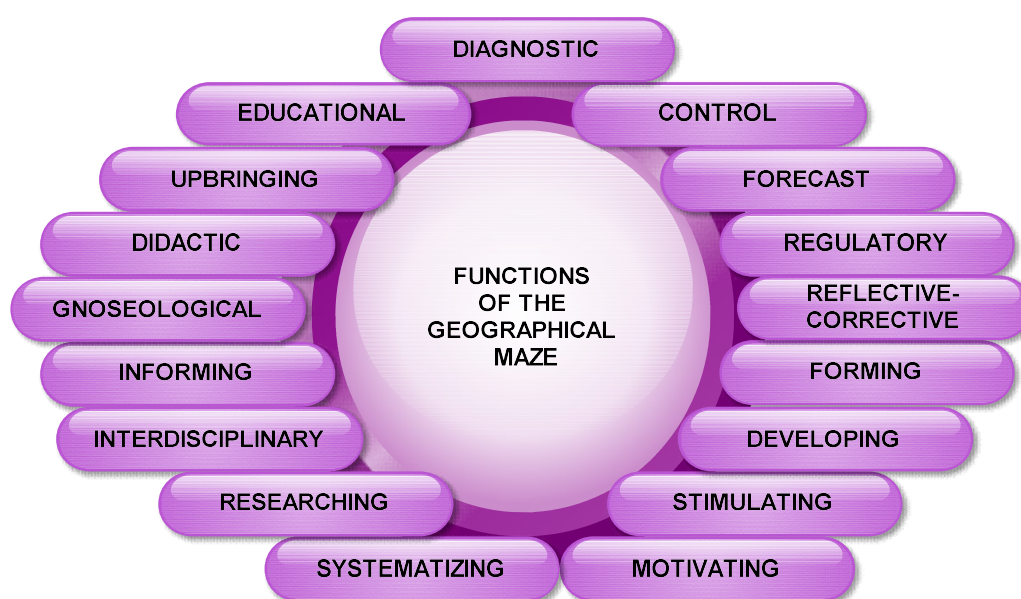


Figure 2 – Functions of the geographical labyrinth.

The main **functions** of the geographical labyrinth are control and diagnosis, but as a carrier of educational technology and functional synthesis, applicable to all types of lessons in geography and learning content, it also performs other functions (Figure 2).

The geographical labyrinth has certain **characteristics**, which are presented in Figure 3.

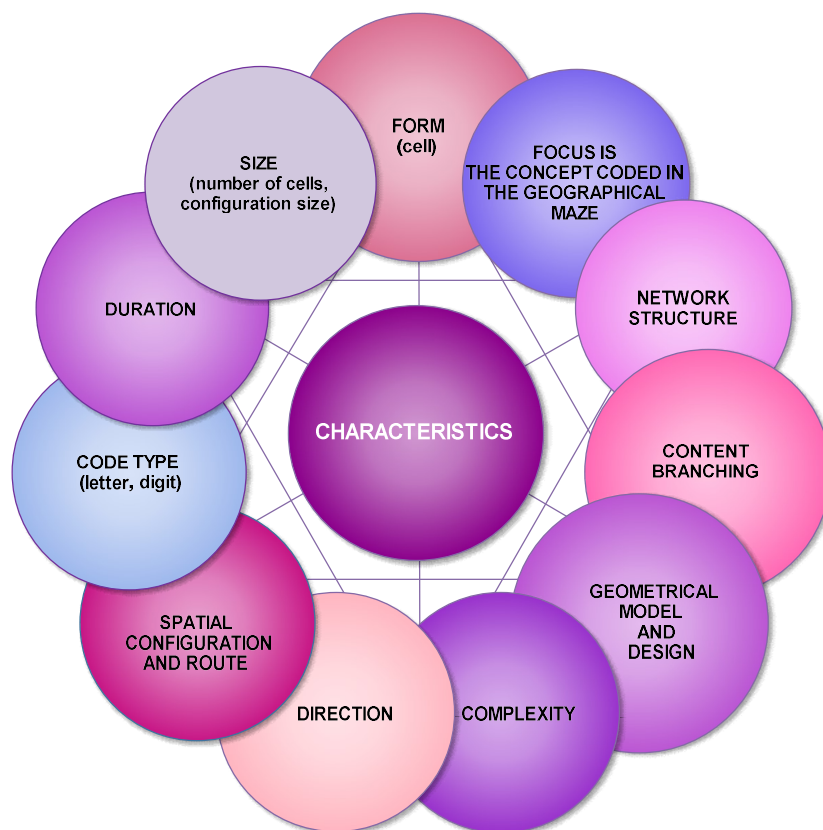


Figure 3 – Characteristics of the geographical labyrinth.

Peculiarities of the statements in the geographical labyrinth are:

- ↻ short statements, short sentences;
- ↻ accurate and clear statements, without the presence of parasitic words;
- ↻ the allegations are not misleading in nature;
- ↻ inaccuracy is not allowed in the statements;
- ↻ the statements should not have ambiguous content, which provokes variability of the answer;
- ↻ each cell or step in the labyrinth must contain one statement;
- ↻ the statements may be related to a topic, topics from a section or sections depending on the didactic purpose and the type of lesson;

- ↻ the allegations may not be related to the concept coded for detection in the geographical labyrinth when passing it;
- ↻ each statement in the cell or step of the labyrinth must be accompanied by a letter code (in learning labyrinths there are variants with numeric codes - the number corresponds to the letter's place in the alphabet);
- ↻ the statements may be from the learning content of the textual and non-textual components of the textbook, as well as contain statements from other sources of geographical information.

The direction of movement regarding the entrance and exit in the geographical labyrinth is from top to bottom, which is the most applied variant of movement. Other variants of the direction for the beginning and end of the labyrinth are also allowed: from bottom to top, from left to right, from right to left, as well as along the diagonals of the labyrinth - left and right upper corner to right and left lower corner and vice versa. Traditionally, the model is applied in the direction from the upper left corner to the lower right corner. Each teacher can apply their creative approach and creative vision according to the concept, the length of the letter code and the configuration of the labyrinth model. There is no moment of obligatory direction in the geographical labyrinth, but the most applied direction in geography and economics training and typical for the geographical labyrinth is from top to bottom.

The concept that must be discovered by successfully passing through the geographical labyrinth may be part of the new concepts in the curriculum of geography and economics, may be part of the geographical nomenclature or, by decision and choice of the teacher, of concept from the system of geographical knowledge and science.

Letter codes are traditional for geographical labyrinths. The arrangement of the letter code in the cell is the teacher's decision. The letter code is usually placed in the upper left corner of the cell, in the middle of the cell, or in the upper right corner. The letter code as a complete system of the concept of the correct statement is built into the labyrinth with an opposite direction of reading the concept - back to front. The geographical labyrinth can be made with numeric codes that correspond to the order of the letters in the alphabet.

The route in the geographical labyrinth is the author's decision, but it is important to have a beginning and an end or an entrance and an exit from the labyrinth. The route of the geographical labyrinth depends on the number of letters in the concept, on the choice of concept, on the spatial configuration, etc.

The shapes of the cells in the geographical labyrinth are mainly rectangles and squares, but ellipses and other geometric shapes can be applied. **The number of cells** is in accordance with the didactic purpose of the applied geographical labyrinth, the number of the letter code of the concept, the place of application in the course of the lesson, as well as the type of lesson in which it is applied or

whether it is set for homework. The number of cells can be 9, 12, 15, 16, 18, 20, 24, 25, 30, etc., again depending on the didactic goal for the application of the geographical labyrinth by the teacher, etc.

The form of organization of the educational activity in solving the geographical labyrinth reveals a variety of ways of application - individual and independent work, work in pairs, work in groups, class work, etc.

The duration of solving the geographical labyrinth depends on the number of cells, the complexity of the statements, the length of the system of letter codes, the network branching of possible directions of movement and spatial configuration, the didactic purpose of application and types of lessons in geography and economics.

The spatial configurations and geometric structural models are a matter of creativity by the author of the labyrinth, according to the characteristics of the labyrinth. In Figure 4, different spatial models are offered.

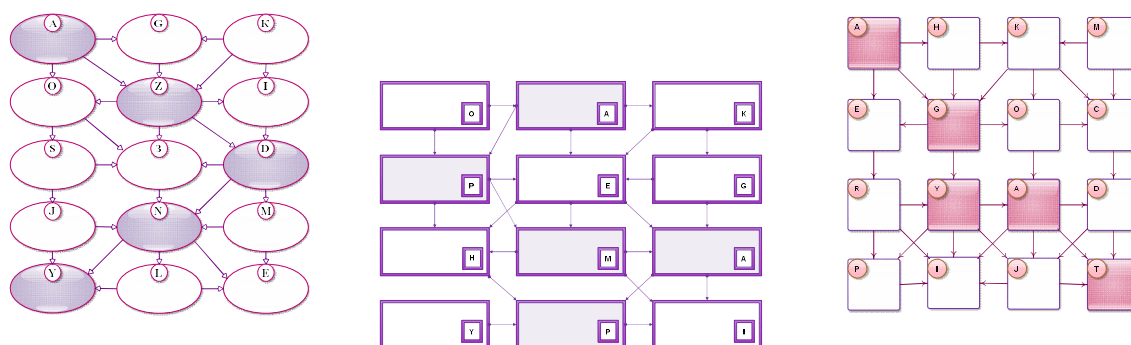


Figure 4 – Sample spatial configurations, geometric models and routes (Yangtze, Pampas, Taiga).

When solving the geographical labyrinth, it is necessary to explain in advance to the students about the methodology of working with the labyrinth. We offer a sample summary version of the **instructions for working with a geographical labyrinth** :

1. The geographical labyrinth is read from top to bottom.
2. The statements are read from the top row of the labyrinth.
3. Finding a true statement and writing down the letter code.
4. Following the arrows that determine the direction of movement to other cells.
5. The movement in the labyrinth is sequential to the lowest end and the exit when finding the last true statement and writing the letter code.
6. From the resulting system of letter codes, the concept is read and written from right to left.
7. The definition, specifics and territorial location of the geographical concept are presented.

The geographical labyrinth must have a **topic**, which may be formulated on the topic of the learning content, but may be formulated ideologically and provocatively, interrogatively or be a carrier of a macro-topic.

2.2. Application of the geographical labyrinth in the training of geography and economics - by types of lessons and didactic variants

The application of the geographical labyrinth is relevant and can be adapted to all types of lessons in geography and economics according to the didactic goal. The complexity of the geographical labyrinths can be deepened in the types of lessons for negotiation, summary and practical activities. Most study hours by curricula are recommended for lessons of new knowledge, followed by lessons for practical activities and exercises. The number of teaching hours in absolute values in the 6th grade from the 2022/2023 school year will be 68 teaching hours per year, and by types of lessons are: 41 hours for new knowledge; 11 hours for practical activities and exercises; 2 hours for negotiation; 6 hours for summary; 8 hours for control works (Uchebna programa, 2020, 9; Dermendzhieva, Draganova, 2021, 603-604). The content in the 6th grade is composed of the study of continents and oceans, building a complex system of single concepts for geographical objects on five continents and five oceans, which reveals the possibility of applying the geographical labyrinth to all conceptual circles of key ideas and messages (Dermendzhieva, 2021, 467).

The author's proposed variants of geographical labyrinths in this article cover the learning content in geography and economics for the 6th grade in textual and non-textual components of the textbook.

The geographical labyrinth can be applied in general education and profiled preparation. The content of the statements can be from the learning content of the textual and non-textual components, as well as from various sources of geographical information.

The didactic options for applying the geographical labyrinth in the training of geography and economics is multifaceted and multi-layered. In the course of the lesson, there are many didactic variations from organizing at the beginning of the lesson, introductions, increasing students' attention, checking knowledge from previous lessons, to transitions, conclusions, homework, and so on.

Geographic labyrinths can be presented for solving in stationary mode or through interactive platforms and programs in online mode.

The application of geographical labyrinths in the training of geography and economics develops intellectual and practical skills, diversifies the learning process, activates cognitive activity, motivates and provokes students' interest and curiosity, spatially orients in geographical information, develops visual-schematic thinking and memory, concentrates attention and observation, etc.

The application of a geographical labyrinth can be accompanied by mnemonic signs, symbols and images, as well as geographical and contour maps (Figure 5). In the Russian methodological literature, a methodology for solving geographical labyrinths is applied, in which Yes/No are written on the arrows with the direction of movement (Figure 5).

The application of the geographical labyrinth in the training of geography and economics is mainly a carrier of diagnostic and control functions, a type of procedural diagnostics and is a control tool, which obliges the authors of the labyrinth to present to the students the way of assessment in solving the labyrinth. Through the geographical labyrinth, a pedagogical-diagnostic value of control and evaluation is achieved. The control through the geographical labyrinth is a real check of the degree of mastering the knowledge, skills and competencies of the students. The results of the assessment of the geographical labyrinth assist the teachers in regulating the training process, identifying gaps in the acquired knowledge and identifying content difficulties.

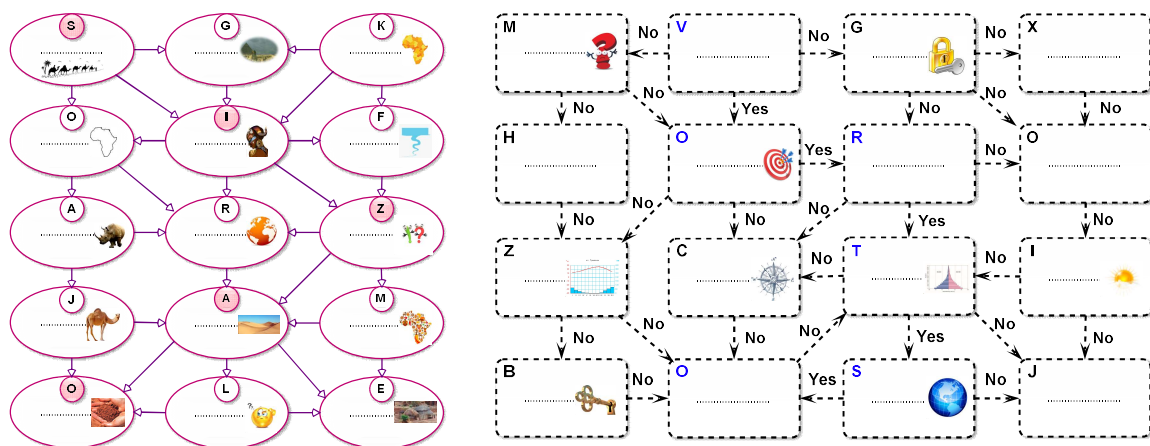


Figure 5 – Geographical labyrinth with text content, mnemonics signs and maps, as well as text approval of the direction of movement.

2.3. Author's geographical labyrinth

The author's variants of geographical labyrinths are made according to the learning content of the textual and non-textual components of a textbook in geography and economics for the 6th grade from the “Prosveta” Publishing House. The focus for making the content statements are from the learning content of the textbook and its textual and non-textual components. The author's labyrinths are intended to control what is learnt in class and to help geography teachers in their general preparation. Geographical

labyrinths present concepts only from the curricula in geography and economics for the 6th grade, which will be in force from the 2022/2023 school year: *monsoons* and *tsunamis* (Uchebna programa, 2020, 4, 6). The concept of monsoons is not part of the new concepts in the current curricula in geography and economics, but is part of the competencies as expected learning results – “knows the monsoon scheme” (Uchebna programa, 2016, 6).

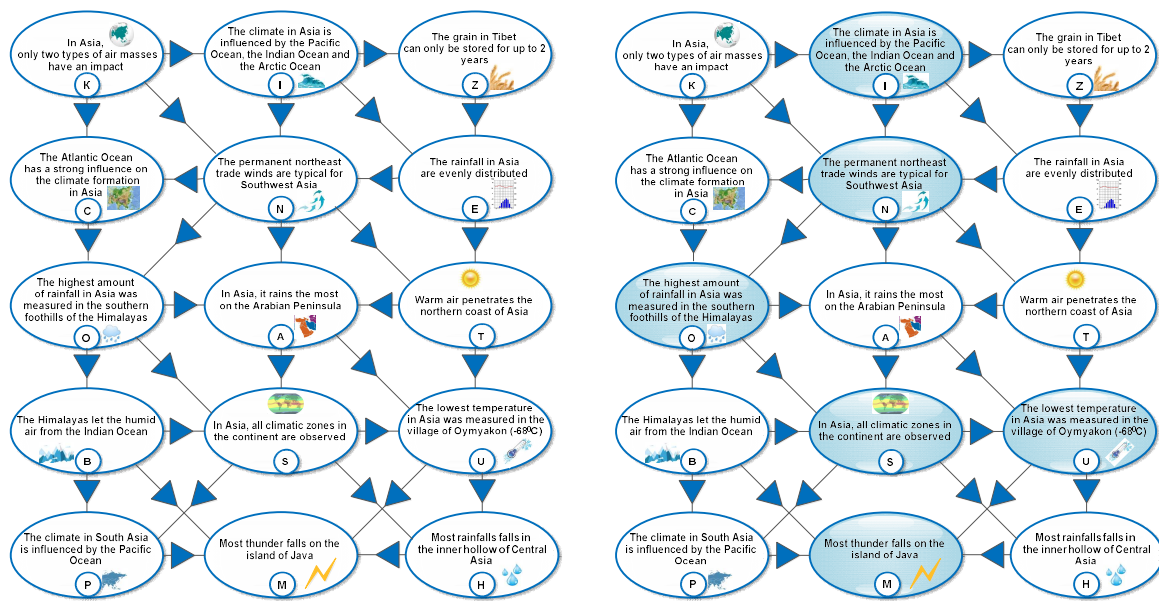


Figure 6 – Geographical labyrinth “Climate of Asia” – *monsoons*.

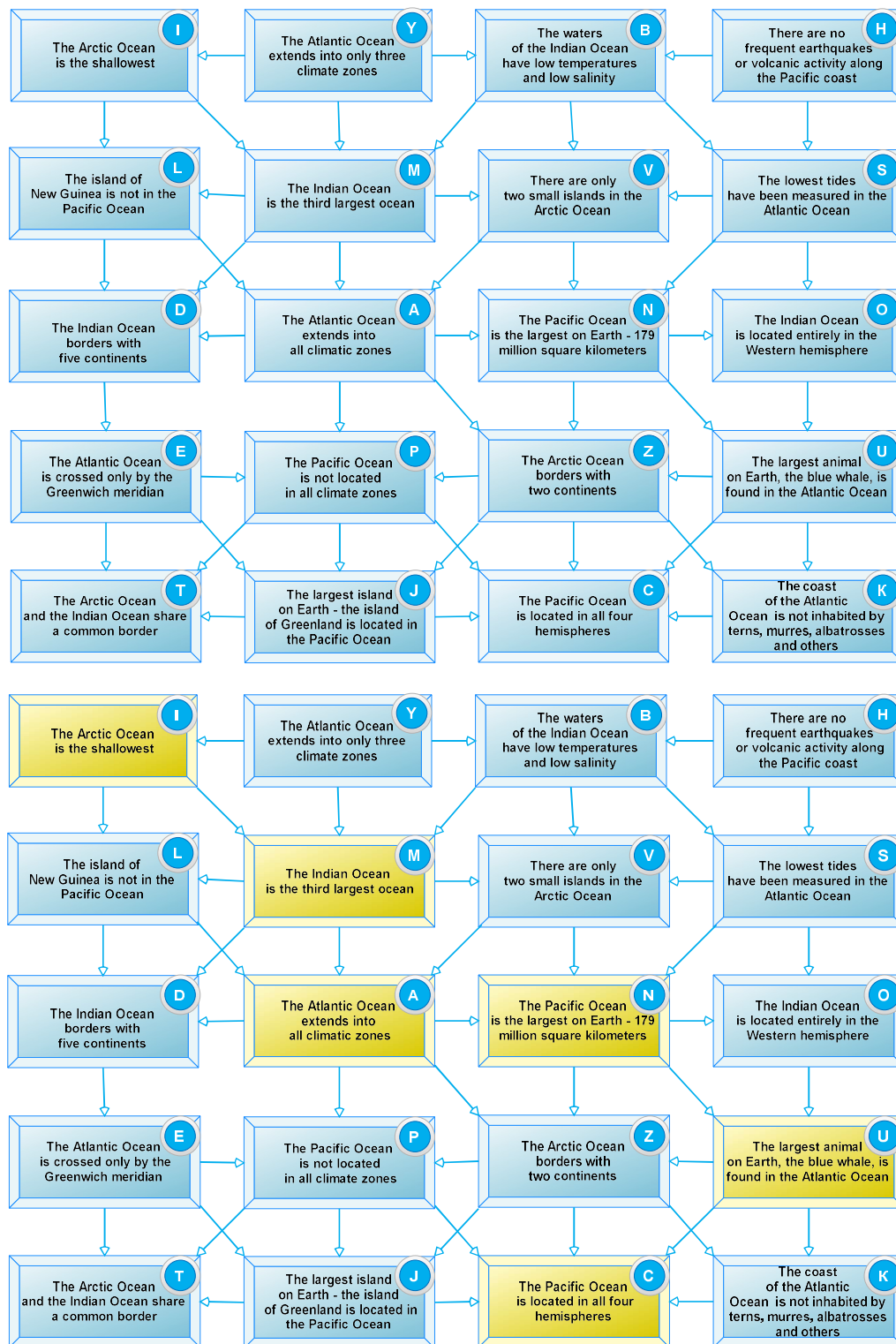


Figure 7 – The geographical labyrinth “Oceans of the Earth” – tsunami.

4. Conclusion

The new normative framework in the training of geography and economics requires the use of new training methods that facilitate the acquisition of learning content, develop students' intellectual and practical skills, stimulate thinking and reverse roles in the learning process, of which the student as an active participant must be at the centre. The geographical labyrinth is an educational technology that provokes the interest of the students, a modern technology for checking basic knowledge and an opportunity for creative unfolding of the learning content and self-assessment.

The geographical labyrinth provokes teachers to construct, modify and present the learning content as a complex and creative act of learning interaction. In the design and implementation of pedagogical interaction through the geographical labyrinth the main content features of the technology are displayed - conceptuality, systematicity, consistency, science, variability, manageability, efficiency, among others.

The role of the geographical labyrinth is a priority for the development of adequate self-assessment skills, connected to control and evaluation, as alternative solutions for achieving a more accurate and adequate assessment and resultant diagnostics.

On the basis of the same theoretical position, there is an opportunity for each teacher or school to create infinitely many different solutions of geographical labyrinths. Each teacher has the opportunity not only to find and apply, but also to adapt to their style of activity and create their own versions of geographical labyrinths according to their didactic goals, types of lessons in geography and economics, classes in which they teach, as well as the students' interests.

Bibliography

- DERMENDZHIEV, A. (2018). *Sotsialna i kulturna geografija – anali(za), kontekst(i), (s)misli.* Veliko Tarnovo, Izdatelstvo „IVIS“, 2018, p. 400.
- DERMENDZHIEVA, S. (2021) *Teoria i metodika na geografskoto obrazovanie.* Veliko Tarnovo, Izdatelstvo „ITI“, 2021, c. 886.
- DERMENDZHIEVA, S., SABEVA, N., NIKOLOVA, P., STOYANOV, T., PEYKOVA (2017). *Geografija i ikonomika za 6. klas.* Sofia, Prosveta, 2017.
- DERMENDZHIEVA, S., DRAGANOVA, T. (2021). *Didakticheskoto prilozhenie na „geografiskia labirint“ pri uchebnia predmet „Chovekat i obshtestvoto“ v 4 klas.* Sbornik dokladi ot Nauchna konferentsia. Veliko Tarnovo, UNI „Sv. sv. Kiril i Metosiy“, 2021.
- DERMENDZHIEVA, S., T. DRAGANOVA (2021). *Otnosno „promenite“ v novata programa po geografija i ikonomika za V klas.* Sbornik dokladi ot Godishna universitetska nauchna konferentsia 27 – 28 may 2021 g., Elektronno izdanie. Veliko Tarnovo, IK na NVU „Vasil Levski“, 2021, pp. 601 – 613.
- DRAGANOVA, T., BARDAROVA, V. (2020). *Varianti na geografiski labirint v obuchenieto po geografija i ikonomika i po uchebnik za V klas – zadalzhitelna podgotovka.* Sbornik dokladi ot Nauchna konferentsia „Aktualni problem na sigurnostta“ 22 – 23 oktombri 2020, Elektronno izdanie. Veliko Tarnovo, IK NVU „V. Levski“, 2020, pp. 921 – 930.

UCHEBNA PROGRAMA po geografija i ikonomika za VI klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2020 g.,
v sila ot uchebnata 2022/2023 g.

UCHEBNA PROGRAMA po geografija i ikonomika za VI klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2016 g.,
v sila ot uchebnata 2017/2018 g.

ZAKON za preduchilishtnoto i uchilishtnoto obrazovanie. (2016). ZPUO.

PERSPETIVAS SOBRE OS CAMINHOS DO (IN)SUCESSO ESCOLAR PERSPECTIVES ON THE PATHS OF SCHOOL (IN)SUCCESS

Sílvia OLIVEIRA

Faculdade de Letras, Universidade do Porto
up201306494@letras.up.pt

Diogo PINTO

Faculdade de Letras, Universidade do Porto, CEGOT
dspinto@letras.up.pt

Helena PINA

Faculdade e Letras, Universidade do Porto, CEGOT
mpina@letras.up.pt

Resumo

A educação do século XXI enfrenta inúmeros desafios, sendo um deles o Insucesso Escolar. Parece ser um conceito simples, mas, na verdade, existem diversas definições. O (In)Sucesso dos estudantes é avaliado, sobretudo, de forma quantitativa. Todavia, será justo analisarmos as capacidades dos estudantes através de testes/exames, que até podem “ter corrido mal naquele momento”, por circunstâncias alheias a aspetos cognitivos?

O Insucesso Escolar é, de facto, um desafio para o qual dificilmente encontrarão soluções aplicáveis a todas as escolas, pois estas diretrizes não contemplam a diversidade de estilos de aprendizagem, as diferentes motivações, as características socioeconómicas e culturais dos alunos, ou até mesmo as emoções dos estudantes. Nesta conjuntura, acrescenta-se ainda a comunidade científica, as instituições de ensino e os respetivos agentes educativos, bem como o sistema político. São, efetivamente, estes os atores que discutem e promovem a resolução deste problema.

Em pleno século XXI, perante a multiplicidade de recursos disponíveis, designadamente os tecnológicos, a Taxa de Insucesso Escolar, embora em declínio, continua a ser elevada. De facto, a Taxa de Insucesso Escolar em Portugal tem vindo a baixar desde os anos 80 do século passado, mas continua excessiva, razão pela qual é importante que a problemática seja bem analisada. A título de exemplo, temos um insucesso demasiado elevado quando confrontamos a situação portuguesa com a observada nos países nórdicos. Esta situação levou-nos a refletir sobre os fatores que condicionam o (In)Sucesso escolar e os agentes interventores, questionando-nos se será prevalente uma eventual débil preparação científica e pedagógica dos docentes, ou, pelo contrário, se sobressai o estatuto socioeconómico e cultural dos alunos. Por outro lado, predominarão as interferências associadas ao perfil dos alunos e dos seus progenitores? Há, pois, que aquilatar a responsabilidade do Insucesso Escolar abordando os distintos interventores, já que, inquestionavelmente, há uma desconexão entre todos os agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Para tentar abordar estas questões, optamos por uma metodologia de trabalho que se baseou na aplicação de um Inquérito por questionário com o objetivo de compreendermos as diferentes variáveis que se encontram na base do insucesso escolar, continuado por um segundo Inquérito através do qual interrogamos os alunos sobre o seu Projeto de Vida, mas conectando estes resultados escolares com os obtidos ao longo do ano letivo em questão.

Palavras-chave: (In)Sucesso Escolar; Estatuto Socioeconómico; Inteligência Emocional; Família; Projeto de Vida.

Abstract

Education in the 21st century faces numerous challenges, one of which is School Failure. It seems like a simple concept, but there are actually several definitions. The (In)Success of students is evaluated, mainly, in a quantitative

way. However, is it fair to analyze students' abilities through tests/examinations, which may even "have gone wrong at that moment", due to circumstances beyond cognitive aspects?

School Failure is, in fact, a challenge for which they will hardly find solutions applicable to all schools, as these guidelines do not contemplate the diversity of learning styles, the different motivations, socioeconomic and cultural characteristics of students, or even the emotions of students. At this juncture, the scientific community, educational institutions and their educational agents, as well as the political system, are also added. These are, in fact, the agents who discuss and promote the resolution of this problem.

In the 21st century, given the multiplicity of available resources, namely technological ones, the School Failure Rate, although declining, remains high. In fact, the School Failure Rate in Portugal has been falling since the 80s of the last century, but it remains excessive, which is why it is important that the problem is well analyzed. For example, we have too much failure when we compare the Portuguese situation with that in the Nordic countries. This situation led us to reflect on the factors that condition (In) School Success and the intervening agents, questioning whether a possible weak scientific and pedagogical preparation of the teachers will be prevalent, or, on the contrary, if the socioeconomic and cultural status of the students stands out. On the other hand, will the interference associated with the profile of students and their parents predominate? It is therefore necessary to evaluate the responsibility of School Failure by addressing the different interveners, since, unquestionably, there is a disconnect between all agents involved in the teaching-learning process.

To try to address these issues, we opted for a work methodology that was based on the application of a questionnaire survey in order to understand the different variables that are at the base of school failure, continued by a second survey through which we questioned students about their Life Project, but connecting these school results with those obtained throughout the school year in question.

Keywords: School (In)Success; Socioeconomic Statute; Emotional Intelligence; Family; Life Project.

1. Introdução

Portugal, um país rico em cultura, recheado de tradições e uma história secular, enfrenta na atualidade inúmeros desafios para os quais urge encontrar soluções. Um destes desafios prende-se com a área do ensino, que sofreu e continua a sofrer múltiplas transformações.

Numa breve introdução histórica, há que referir que, numa fase inicial (Idade Média), segundo Rosa (2013), o ensino era exercido por padres, filósofos ou professores, de forma individual e elitista, ou seja, existia um ensino individualista, direcionado à classe nobiliárquica e ao clero. Tal significa, que na Idade Média, o ensino era muito direcionado, já que enquanto um aluno ouvia e realizava as atividades que lhe eram propostas, os restantes que se encontravam na sala de aula não efetuavam nenhuma tarefa que lhes permitisse estar ativos intelectualmente. Segundo esta ótica, seria necessário ter mais do que um professor em sala, ou seja, quase um docente por aluno (Rosa, 2013).

Já no século XVIII, uma outra forma utilizada na transmissão dos conhecimentos, tal como afirma Rosa (2013), era o Ensino Mútuo. Segundo esta prática, dentro de uma sala de aula, encontrávamos alunos dos mais variados níveis de ensino, sendo que os mais velhos e mais qualificados é que monitorizavam os trabalhos dos restantes estudantes. Esta prática, porém, revelou-se pouco eficaz,

apesar de perdurar até aos nossos dias¹, sobretudo nas áreas mais despovoadas, e com um corpo estudantil exíguo, ao ponto de não se justificar, financeiramente, a colocação de um docente.

Na atualidade predomina o Ensino Coletivo, um modelo em que o docente encarregue por uma determinada disciplina, encontra-se numa sala de aula a lecionar os conteúdos para um conjunto de estudantes em simultâneo (Rosa, 2013). Nesta situação, não encontramos discentes de vários níveis de ensino, mas sim estudantes com uma idade consideravelmente homogénea, apesar de existir sempre um ou outro aluno com uma idade inferior ou superior à dos colegas.

Entretanto, surgiram alterações intercalares. Com efeito, na sequência da adesão à União Europeia, introduziram-se no país algumas mudanças a nível político, económico, social, cultural e ambiental, que proporcionaram o aumento da instrução e da qualificação da população ativa. Aliás, o ano de 1986 também foi marcado pela aprovação da “Lei de Bases do Sistema Educativo” (LBSE), fundada sobre dois grandes alicerces: a democratização do ensino e a igualdade de oportunidades. Tinha como principal objetivo a “construção de uma base de conhecimento sólido e o desenvolvimento das aquisições básicas em toda a população portuguesa.” (Rosa, 2013, 10).

É verdade que houve uma evolução positiva no modelo de ensino, mas o que predomina atualmente está longe de ser perfeito, já que existem vários dilemas associados ao modelo vigente, nomeadamente o Insucesso Escolar. Este é medido pelos resultados que os estudantes obtêm nas provas, pelo que, uma classificação negativa num dado momento de avaliação pode perfeitamente ditar a nota do final do período, indiciando uma futura retenção. Não obstante, existem outras abordagens (Mendonça, 2011). Na realidade, ao contrário do expectável, o insucesso não evoluiu positivamente, ao ritmo previsto nas últimas décadas. Efetivamente, após múltiplas transformações, inúmeras regras implementadas que instituíram a escolaridade obrigatória, acompanhadas ainda por investimentos incisivos concretizados no campo da educação e na formação de docentes mais qualificados para o cargo, Portugal continua com mais de 50 mil jovens em retenção na escolaridade obrigatória, segundo o relatório “Estado da Educação 2020” do Conselho Nacional de Educação.

Para conseguirmos corrigir este cenário, torna-se crucial compreender os fatores que condicionam o (In)Sucesso Escolar. Sendo diversos, surgem várias questões: a quem se deve imputar as responsabilidades? Exclusivamente aos alunos, ou o enfoque deve ser colocado nos professores? Refletirá sobretudo o ambiente familiar, ou prevalecerá a conjugação de todos estes atores? Por outro lado, correspondendo a escola e a família aos principais suportes da educação e da formação dos jovens, é imprescindível compreender a relação existente entre estas entidades e a sua influência sobre o (in)sucesso escolar.

Por seu turno, é inquestionável também que o contexto socioeconómico de cada família merece especial atenção, na medida em que pode constituir um forte impulso para que os jovens e os

¹ Nas últimas duas décadas, em muitos locais do interior, já foram encerradas as escolas primárias e o ensino concentrado em Centros Escolares, com melhores condições de infraestrutura e ensino, enquanto terminava gradualmente a prática do ensino mútuo.

adolescentes sejam bem-sucedidos, ou, pelo contrário, fundamente o seu fracasso académico. A questão basilar é a seguinte: se alguns estudantes têm sempre sucesso, por que motivo outros não o conseguem alcançar? A verdade é que o (In)Sucesso Escolar, assim como os motivos que o fundamentam, deixou de ter uma explicação linear (Oliveira, 2019). Desta forma, foram elaborados dois inquéritos por questionário, um primeiro sobre as características socioeconómicas dos alunos, com o objetivo de compreender as diferentes variáveis que se encontram na base do Insucesso, nomeadamente sociais, económicas, culturais e as decorrentes do seio familiar, e um segundo sobre os projetos de vida, onde se pretendeu descobrir se os discentes possuíam uma noção básica sobre este conceito, assim como perceber se detinham ou não um projeto de vida

Por esta razão, na segunda avaliação, com o segundo questionário, valorizamos o aluno como um indivíduo, um Ser Humano, que tem os seus próprios problemas psicológicos e emocionais, e não apenas um “número” que aparece na folha de cálculo, através da qual será classificado. Daí a crescente importância da aplicação de uma Educação Emocional nas escolas, isto é, tal como o nome indica, o estudo e valorização das emoções em todo este contexto. “A educação das emoções constitui um processo complexo de construção permanente, originado no seio familiar, passando pela escola e continuando por toda a vida” (Hilário, 2012, 3). É, pois, crucial que os adolescentes saibam que é normal expressarem as suas emoções, assim como é fundamental que as saibam exprimir no devido momento e que estejam habituados a fazê-lo. Deste modo, a família e a escola possuem um papel imperativo no que concerne à educação das emoções, uma vez que constituem dois dos grandes pilares na vida de qualquer jovem. Por outro lado, prevalece a necessidade de estruturar e implementar um “Projeto de Vida”, pela necessidade de os jovens e os adolescentes terem objetivos orientadores, para que sejam bem-sucedidos nos seus propósitos e, neste caso específico, nos seus estudos (Moran, s/d).

A fim de conseguirmos combater o Insucesso Escolar é decisivo que não existam tabus nem estereótipos, mas sim pessoas mais compreensivas, tolerantes e com uma “mente aberta”, deixando de observar o aluno como sendo o problema nesta grande equação cheia de incógnitas, mas sim como uma das soluções.

2. (In)Sucesso Escolar

Ao longo da história do nosso país ocorreram múltiplos acontecimentos, embora com realce para a queda da monarquia em 1910 e a implementação da primeira república, ou ainda o surgimento do Estado Novo e a revolução de 25 de abril de 1974, com a instauração da democracia. Nesta sequência, as alterações sucederam-se, como é visível na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE). Acresce a adesão de Portugal à então CEE (atual União Europeia) no ano de 1986, entre muitos outros acontecimentos com enormes repercussões na história do nosso país, nomeadamente na área da educação. Com efeito, como referem Almeida e Vieira (2006), citados por Moreira (2016,19), “de entre os

vários domínios da ação do Estado em Portugal, a educação é seguramente um daqueles em que mais intenções de reforma se sucedem no tempo de forma vertiginosa, sem muitas vezes uma correspondente concretização na prática.”

Apesar da evolução positiva, o sistema de ensino português enfrenta alguns obstáculos que alicerçam o Insucesso Escolar, um problema ao qual a sociedade, mas, sobretudo, a comunidade escolar, não pode ficar indiferente. Aliás, era incisivo nos estabelecimentos de ensino, sobretudo no século XX, apesar da obrigatoriedade do sistema educativo implementado no nosso país desde 1986, na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo. Instituíam-se que “todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República Portuguesa” (Decreto-lei nº 46/86, de 14 de outubro). Desde então, predomina um ensino de massas, que denuncia inúmeras dificuldades que antes eram camufladas, ignoradas.

Neste contexto, há que definir o Insucesso Escolar. Trata-se, porém, de uma tarefa muito complexa, dada a existência de um leque muito diversificado de definições. Por exemplo, segundo H. Martins, o Insucesso Escolar consiste num “termo que é utilizado no sistema educativo para caracterizar o fraco rendimento escolar. Assim, o Insucesso Escolar é a grande dificuldade que uma criança pode ter ao acompanhar a formação escolar e atingir objetivos propostos no tempo previsto de acordo com a sua idade” (Martins, 2017, 4). Tal significa que, segundo esta autora, os resultados obtidos pelas crianças e pelos jovens durante o processo de instrução, vão ditar se estes são bem-sucedidos academicamente ou não. Pelas palavras de A. Severino “O (In)Sucesso Escolar é um fenómeno complexo que afeta todos os sistemas educativos e coloca desafios a todas as sociedades, sobretudo, na atualidade, em que a aprendizagem e o conhecimento constituem a base de todo o desenvolvimento pessoal, social e económico” (Severino, 2019, 13). Esta autora, tal como H. Martins tinha referido, acredita que o Insucesso Escolar “diz respeito sobretudo a baixas qualificações escolares, retenções e abandonos” (Severino, 2019, 13), acrescentando que o “Insucesso Escolar também abarca outros aspetos relacionados com a transição e adaptação ao ensino superior, bem como variáveis relacionais e psicológicas” (Martins, 2017, 14). Deste modo, simbolicamente, associamos o Insucesso Escolar à ausência de bases e de competências adquiridas pelos alunos. No entanto, e tal como Severino refere, o Insucesso Escolar é um processo muito mais complexo, sendo necessário analisar criticamente não só os resultados obtidos no momento da avaliação, mas também o meio envolvente do jovem, os seus objetivos e as suas características.

Sendo o Insucesso Escolar uma problemática que pontua em quase todas as escolas portuguesas, torna-se, pois, imperativo compreender as causas deste fenómeno, assim como encontrar possíveis soluções que o permitam minorar.

Iniciemos por compreender que o Insucesso Escolar não depende apenas de um fator, mas de um conjunto e que, cada um, isoladamente, não justificaria o fracasso do aluno. Consequentemente, há que os analisar na sua globalidade, correlacionando-os. O importante, de facto, é compreendermos que, independentemente do motivo do Insucesso Escolar, “as crianças não estão destinadas a ser más ou

boas alunas, tudo depende do funcionamento da escola, da sua interação com o meio social e as características da própria criança” (Martins, 2006, 30). Em síntese, quando analisamos as causas que conduzem ao Insucesso Escolar, devemos ter em atenção três realidades: a instituição escolar, o aluno e o meio social em que este se insere, sendo, desta forma, tal como Severino (2019) refere, multifacetadas.

Por exemplo, a nível pessoal, podemos começar por enumerar a falta de interesse, de empenho e de motivação do aluno, comportamento que reflete um débil quadro no âmbito pessoal, ou seja, causas pessoais que conduzem ao Insucesso Escolar dos jovens. Contudo, tal como Martins afirma (2017), o principal motivo, pode estar associado a uma disfunção motora, cognitiva e/ou sensorial. A falta de atenção é também vista como um problema, uma vez que a criança possui dificuldades em captar as informações que estão a ser transmitidas pelo docente em contexto de sala de aula, pelo que se dispersa facilmente, pois tudo o que o rodeia é motivo de distração. “As crianças emocionalmente instáveis podem apresentar dificuldades de aprendizagem levando-as a obter resultados muito baixos” (Martins, 2017, 12), o que se reflete nos seus comportamentos e atitudes, prejudicando o seu potencial de aprendizagem. H. Martins (2017) concorda com o ponto de vista de C. Martins (2006) quando este afirma que “as suas características individuais e inerentes, nomeadamente a sua capacidade de assimilação, o seu grau de inteligência, o seu entusiasmo ou a sua empatia em relação aos colegas, professores ou aos materiais do ensino” (Martins, 2006, 32) são características que devemos ponderar quando discutimos as causas pessoais do Insucesso Escolar.

Por outro lado, é do conhecimento geral que as escolas têm um papel crucial no desenvolvimento cognitivo do Ser Humano, assim como na sua formação enquanto cidadãos. Neste contexto, a pergunta que se coloca é a seguinte: qual o papel da escola no Insucesso Escolar dos seus alunos? C. Martins afirma que, nestas circunstâncias, quando discutimos o papel da escola, é obrigatório ter em conta “o programa escolar, o currículo escolar, a metodologia de ensino, os materiais de ensino, o equipamento escolar, as modalidades gerais do sistema de avaliação, enfim, inclui-se toda a política traçada pelo ministério da educação e do governo.” (Martins, 2006, 32). Para além destes fatores, A. Severino acredita que “uma instituição de ensino tem que oferecer o melhor para os educandos a fim de torná-los futuros cidadãos críticos e autónomos que respeitem a diversidade e pluralidade cultural” (Severino, 2019, 23). Este ensino de qualidade reflete também, e muito, a qualificação dos professores, já que, o Insucesso Escolar nem sempre é causado pelo aluno, mas sim pelos docentes. Tal como H. Martins afirma “a má formação dos professores, as elevadas taxas de absentismo e o facto de o professor não respeitar o ritmo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, são fatores que provocam o Insucesso Escolar.” (Martins, 2017, 13).

No que concerne ao papel da família no percurso escolar dos seus educandos, começemos por referir a importância do nível financeiro do agregado familiar no rendimento escolar. De facto, as famílias possuem estilos de vida distintos, resultado de um nível financeiro também ele diferenciado. Na verdade, há famílias que possuem excelentes habitações, boa alimentação, bons cuidados de saúde e que podem pagar explicações ou a frequência de centros de estudo para os seus filhos, enquanto a maioria não tem

acesso a estes requisitos. Sabemos, efetivamente, que a falta de condições básicas (alimentação, saúde, luz, eletricidade, etc.) coloca em causa o rendimento escolar das crianças. Como H. Martins afirma, “o nível económico da família tem influência no rendimento escolar dos filhos, uma vez que uma criança que se encontre num meio familiar que não tem condições em casa, onde é mal alimentada e não tem cuidados de saúde, isto é, não tem acesso às condições básicas, acaba por não conseguir ter o mesmo rendimento escolar que as outras crianças.” (Martins, 2017, 13). Por fim, há que realçar também que, embora o quadro financeiro seja crucial, não é o único fator decisivo, já que é imperativo que no seio familiar haja também um ambiente harmonioso, uma atmosfera afetiva em que a criança se sinta desejada, onde predomine a comunicação e, sobretudo, muito amor. Desta forma, as crianças desenvolverão a sua autoestima, fulcral para superarem as suas dificuldades, obterem um bom rendimento escolar e combaterem o Insucesso Escolar.

3. Inteligência Emocional

O outro aspeto a ter em conta é a Inteligência Emocional. Na realidade, o choro e o sorriso são duas formas de transmitirmos aquilo que sentimos em determinados momentos das nossas vidas. Por exemplo, nos primeiros segundos de vida de cada indivíduo, o choro torna-se na principal forma de comunicação. Desta forma, as emoções, para além de constituírem uma forma de comunicação, são também um meio de transmitirmos tudo aquilo que sentimos, consciente ou inconscientemente. A partir do momento que um indivíduo se emociona, tem tendência a manifestar um comportamento que evidencia essa emoção, visível nas expressões faciais, nos movimentos corporais, nos risos e sorrisos, ou ainda no uso de timbres de voz díspares.

As emoções apresentam-se, também, como um conceito difícil de se explicar, pelo que, apesar de detetarmos alguns aspetos comuns, surgem múltiplas teorias que as tentam explicar, não existindo unanimidade. Segundo A. Hilário (2012, 5) as “emoções são reações a acontecimentos, que surgem inesperadamente, e têm uma duração breve, estando por isso relacionadas com o presente.”. Por seu lado, para Goleman (1995, 34) “as emoções são, em essência, impulsos, legados pela evolução, para uma imediata, para planeamentos instantâneos que visam lidar com a vida.”. Por seu turno, Woyciekoski e Hutz, afirmam que as emoções são uma “reação psicobiológica complexa, que [envolve] inteligência e motivação, impulso para ação, além de aspetos sociais e da personalidade, que acompanhados de mudanças fisiológicas, [expressam] um acontecimento significativo para o bem-estar subjetivo do sujeito no seu encontro com o ambiente.” (Woyciekoski e Hutz, 2009, 3). Podemos, assim, afirmar que, de uma forma resumida, as emoções são reações que o Ser Humano tem perante determinados acontecimentos.

Segundo vários autores, nomeadamente Damásio, A. (1998), Ekman, P. (1999) ou até Plutchik, R. (2001), citados por Silva (2010), as emoções podem ser divididas em dois ramos: as emoções primárias

e as emoções secundárias (Quadro I). Se as emoções primárias ou básicas, dizem respeito às emoções que o Ser Humano necessita para sobreviver, as secundárias, por seu lado, são bastante mais complexas, uma vez que resultam de um processo de aprendizagem, originado por acontecimentos que ocorrem ao longo da vida. Tal significa que as emoções primárias nascem com o Ser Humano, enquanto as secundárias se vão adquirindo e consolidando com o passar do tempo.

Quadro I - Exemplos de Emoções básicas e secundárias.

EMOÇÕES PRIMÁRIAS	EMOÇÕES SECUNDÁRIAS
Medo; Ira; Tristeza; Felicidade; Aversão; Surpresa.	Culpa; Orgulho; Inveja; Admiração; Gratidão; Vergonha.

Fonte: Elaborado com base em Silva, 2010.

Neste contexto, conseguirmos definir e compreender que o conceito de emoção é crucial para o estudo da Inteligência Emocional, uma vez que, “a inteligência emocional é a arte de usar de forma inteligente as emoções na vida diária.” (Seabra, 2013, 2). Conceito que se tem vindo a construir ao longo dos anos, o primeiro contributo foi dado por Thorndike que, na altura não a designava de “Inteligência Emocional”, mas sim de “Inteligência Social”, definindo-a como “a capacidade de compreender e dirigir homens e mulheres, rapazes e raparigas, por ações prudentes nas relações humanas” (Thorndike, 1920 citado por Marques, 2011, 30). Todavia, quando falamos deste conceito, é imperativo recordar Daniel Goleman, uma vez que foi o autor que mais contribuiu para a compreensão deste conceito. Para Goleman (1995), a Inteligência Emocional baseia-se num conjunto de habilidades ou de competências (autoconsciência, lidar com as emoções, motivar-se, reconhecer as emoções nos outros e lidar com relacionamentos) que são ensinadas ao indivíduo quando este é ainda criança. Estas cinco aptidões são encontradas em indivíduos considerados emocionalmente competentes, uma vez que é a Inteligência Emocional que delimita a nossa capacidade para as aprender. Estas encontram-se associadas às Inteligências Pessoais (Quadro II).

Quadro II - Inteligências Pessoais.

INTELIGÊNCIA INTERPESSOAL	INTELIGÊNCIA INTRAPESSOAL
Autoconsciência; Lidar com as emoções; Automotivação.	Reconhecer as emoções nos outros; Lidar com relacionamentos.

Fonte: Elaborado com base em Marques, 2011.

“A inteligência interpessoal denota a capacidade de uma pessoa entender as intenções, motivações e desejos de outras pessoas e, em consequência, trabalhar eficazmente com os demais.”

(Santos, 2014, 97), enquanto a inteligência intrapessoal “consiste na capacidade de compreender-se a si mesmo para ter um modelo efetivo de trabalho para si mesmo, incluindo os seus próprios desejos, medos e capacidades, e utilizar esta informação com eficácia na regulação da sua vida” (Gardner, 1999, citado por Santos, 2014, 97).

Estas vertentes são fulcrais, dado que para a carreira docente, assim como em muitas outras profissões, exige-se, de facto, um relacionamento interpessoal, isto é, o contato com outras pessoas, já que ser professor(a), nos dias de hoje, ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos, pois baseia-se também no relacionamento ‘emocional’ com os seus alunos. Tal como salienta Nunes-Valente e Monteiro (2016) citados por Medeiros e Moura “a Inteligência Emocional revela-se primordial na atividade dos professores, pois pode promover melhores resultados, aumentar a capacidade para lidar com as tensões vivenciadas na escola, assim como melhorar as competências de relacionamento interpessoal.” (Medeiros e Moura, s/d, 3). Aliás, diversos estudos comprovam que a Inteligência Emocional se encontra intimamente relacionada com o (In)Sucesso Escolar dos jovens. Sintetizando, os alunos que possuem uma Inteligência Emocional elevada tendem a ser bem-sucedidos em termos académicos, alcançando o sucesso escolar com notoriedade, enquanto os discentes que possuem uma Inteligência Emocional inferior, tendem a não ser bem-sucedidos em termos escolares.

Em suma, para que os jovens alcancem o êxito escolar, é imperativo que os professores ajudem os seus alunos a desenvolverem-se emocionalmente e a lidar com as suas emoções, uma vez que bem geridas, contribuem também para o Sucesso Escolar.

4. Projeto de Vida

Para se atingir o sucesso escolar, deve-se também destacar a existência de um Projeto de Vida, pois, embora perspetivar o futuro seja algo assustador, é necessário, já que é crucial ter objetivos de vida. Contudo, pensar nos nossos objetivos de vida não significa que tenhamos uma visão pormenorizada do nosso futuro, mas sim ponderar várias opções de vida, tendo sempre em mente o nosso bem-estar e a nossa felicidade. É então que surge o Projeto de Vida!

Ter um Projeto de Vida é, de facto, algo bastante importante, pois orienta-nos na projeção do nosso futuro, se bem que esteja intimamente relacionado com a nossa identidade. Tal como J. Ambrósio (2016, 68) afirma “o projeto de vida, pela dimensão constitutiva da própria vida, é determinante para o crescimento de cada ser humano, da sua identidade.”. Por norma, é no final da adolescência, ou seja, no fim do 3ºCiclo do Ensino Básico e início do Ensino Secundário, que se espera que os jovens comecem a refletir sobre o seu futuro, a delinear os seus objetivos. Trata-se de uma fase crucial, pois os jovens desprendem-se do irrealismo, transitando para um Projeto de Vida que se enquadre no mundo real, possível de se concretizar. Segundo a perspetiva de Moran, o Projeto de Vida tem de ser bem pensado e

criado, pois representa aquilo que o jovem será e aquilo que irá fazer em determinados momentos da sua vida.

“Projeto de Vida, num sentido amplo, é tornar conscientes e avaliar as nossas trilhas de aprendizagem, os nossos valores, competências e dificuldades e também os caminhos mais promissores para o desenvolvimento em todas as dimensões. É um exercício constante de tornar visível, na nossa linha do tempo, as nossas descobertas, valores, escolhas, perdas e também desafios futuros, aumentando a nossa percepção, aprendendo com os erros e projetando novos cenários de curto e médio prazo. É um roteiro aberto de autoaprendizagem, multidimensional, em contínua construção e revisão, que pode modificar-se, adaptar-se e transformar-se ao longo da nossa vida” (Moran, s/d, 1).

O Projeto de Vida pode sofrer alterações consoante os contextos em que os indivíduos se encontram, assim como o seu desenvolvimento pessoal, emocional e cognitivo. Desta forma, torna-se imperativo que os pais, os docentes ou mesmo os tutores que acompanham estes jovens diariamente, tenham em conta as diferentes etapas da vida, desde a infância, passando para a adolescência e a juventude, uma vez que cada uma delas ostenta características distintas.

Segundo Bastos (2014), existem, pelo menos, quatro fatores que influenciam a construção de um Projeto de Vida: a idade, o género, a família e a escola. Analise-se cada um deles:

A) Idade: À medida que vamos crescendo adquirimos mais informação que nos permitirá delinear os nossos objetivos com maior facilidade, compreender aquilo que nos motiva e, conseqüentemente, traçar o nosso futuro com mais eficácia e clareza.

B) Género: No que concerne ao género, por norma, as adolescentes do género feminino têm tendência a concetualizar “o seu futuro através de um conjunto de mudanças relacionais e profissionais mais ou menos imediatas” (Bastos, 2014, 37). Há que relembrar que as mudanças nas raparigas ocorrem mais cedo e num período de tempo mais curto, sendo que estas valorizam mais duas áreas específicas: a emocional e a profissional. Em contrapartida, nos rapazes, as mudanças dão-se mais tarde e num período de tempo mais extenso, sendo que estes valorizam sobretudo o campo profissional.

C) Família: Pelo que já foi dito anteriormente, sabemos que a família é um dos pilares fundamentais da vida de um jovem, correspondendo ao primeiro espaço de transmissão de regras, conhecimentos e valores, ou seja, o primeiro espaço de socialização. Tal como Ambrósio afirma, “(...) a família é fundamental na construção de um projeto de vida, pois é nela que se erguem os pilares principais: o da educação e o da socialização.” (Ambrósio, 2016, 71). Deste modo, é crucial que se consiga manter nas famílias um ambiente harmonioso e uma relação aberta, baseada no diálogo e na confiança. Só assim, os jovens conseguirão planear o seu futuro de forma responsável e autónoma, traçando um Projeto de Vida realista, ainda que seja diferente do caminho que os pais tinham imaginado.

D) Escola: Não podemos banalizar o contributo da escola para a construção do Projeto de Vida, uma vez que esta possui um papel crucial no processo de socialização dos jovens, assim como na sua formação como cidadãos ativos e na aquisição de valores. Apesar disso, hoje em dia, dada a existência

de inúmeras tecnologias e ferramentas de apoio psicológico e emocional, muitos jovens continuam sem saber como construir o seu Projeto de Vida. Mas, a verdade, é que existem inúmeros caminhos. Um dos modos mais simples e, ao mesmo tempo, mais eficaz, passa pela realização de ações pontuais, destinadas aos jovens (Figura 1), mas também aos docentes e aos pais, de modo a garantirem um melhor acompanhamento e uma ajuda mais eficiente dos seus alunos e filhos na construção de um Projeto de Vida sólido.

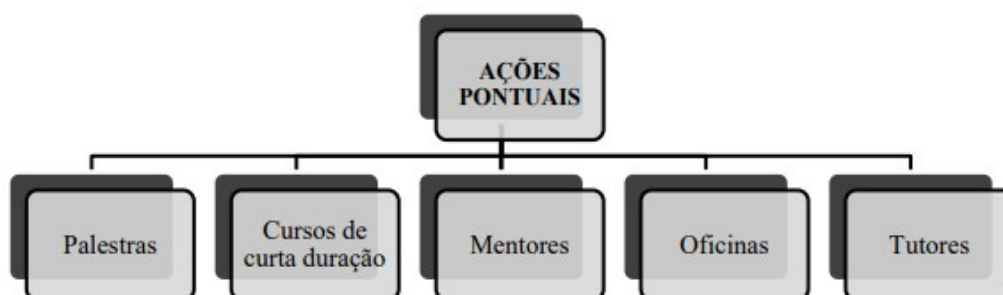


Figura 1 - Ações pontuais a realizar.

Fonte: Elaborado com base em Moran, s/d.

É importante salientar que estas ações pontuais são apenas uma ferramenta e que os jovens têm de aprender a trabalhar com elas, explorando-as. Tal significa que, apesar da sua importância, persistem a existir desafios à construção de um Projeto de Vida. Segundo Moran, o maior desafio consiste em como criar “uma visão integral, competências cognitivas e socioemocionais como pensamento crítico, criatividade, responsabilidade, colaboração, comunicação, autocontrole, a partir dos quatro pilares da Unesco – aprender a ser, fazer, a conhecer e a conviver – que podem agrupar-se em três dimensões” (Moran, s/d, 3) (Figura 2).

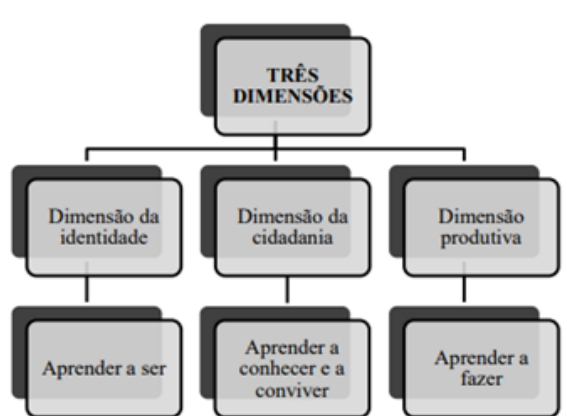


Figura 2 - Os quatro pilares da UNESCO e as respetivas dimensões.

Fonte - Elaborado com base em Moran, s/d.

Analisemos, então, cada uma dessas dimensões:

A. Dimensão da identidade: Esta dimensão está relacionada com o próprio indivíduo, ou seja, com o seu autodescobrimento. É importante que o indivíduo se aceite, se compreenda e conheça as suas competências, de forma a usá-las a seu favor, conseguindo, desta forma, alcançar o seu conforto e bem-estar.

B. Dimensão da cidadania: Esta dimensão explica-nos a importância em manter relações com os outros, podendo ser com os membros da própria família, da escola e/ou da comunidade em que se encontra inserido. No fundo, é uma dimensão que se encontra diretamente conectada com as relações interpessoais.

C. Dimensão produtiva: Dimensão que está intimamente ligada com as aptidões profissionais do indivíduo, de modo que, mais tarde, possa conseguir alcançar a sua realização profissional

Em jeito de conclusão, “definir um Projeto de Vida para uma criança ou adolescente implica planear o seu futuro, refletindo constantemente, efetuando um exercício mental de previsão, como forma de preparação para assumir autonomamente a direção do seu futuro e de criação de condições que promovam uma atitude e um comportamento pró-ativo face a esse tempo” (Bastos, 2014, 36). Foi neste contexto que inserimos estas componentes no segundo inquérito concretizado.

5. Análise dos resultados

Para a concretização deste capítulo recorreremos a uma mostra constituída por 408 alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico (3ºC.E.B.) e do Ensino Secundário (Ens. Sec.), a frequentar um colégio localizado nos arredores de Lisboa. Deste universo, cerca de 158 frequentavam o 3ºCEB (38,73%) enquanto os restantes 250 alunos frequentavam o Ensino Secundário (61,27%).

Através do primeiro questionário procuramos compreender quais as condições socioeconómicas dos estudantes e de que forma é que estas poderiam influenciar no sucesso/insucesso escolar. Assim, foram colocadas questões alusivas às características do agregado familiar, às condições da habitação onde residem os estudantes e, por fim, os seus hábitos e interesses. Uma das questões colocadas, e que optamos por analisar, pois consideramos ser muito relevante, prende-se precisamente com a profissão dos pais, uma vez que tal vai ditar o rendimento do agregado familiar e terá, conseqüentemente, impactos nos resultados obtidos pelos discentes, tanto nos diferentes momentos de avaliação, como nos resultados finais.

Numa breve análise, constatou-se que as atividades profissionais predominantes dos pais dos alunos eram maioritariamente trabalhadores qualificados, por conta de outrem (72%), seguindo-se os trabalhadores não qualificados, por conta de outrem (14%) e os profissionais liberais (11%). Sem atividade profissional registam-se 3% (Tabela I). Optamos por esta divisão generalista, de forma a manter o anonimato dos respondentes, uma vez que poderia ser possível identificá-los com base nas

profissões do país. Sabemos pela análise dos dados que aqueles que exerciam as profissões mais qualificadas, eram na maioria, os que apresentavam melhores remunerações e, conseqüentemente, correspondiam às famílias com maiores expectativas no que diz respeito ao percurso escolar dos seus educandos. Este aspeto vai ser fulcral nas respostas ao segundo questionário.

Tabela I - Atividades Profissionais dos Pais (2021).

Atividades Profissionais dos Pais	
Trabalhadores Qualificados, por conta de outrem	72%
Trabalhadores Não Qualificados, por conta de outrem	14%
Profissões Liberais	11%
Sem atividade profissional	3%

Fonte: Recolha e Tratamento da informação Próprio (2021).

Na realidade, para compreendermos os reflexos da existência/falta de um Projeto de Vida² (segundo inquérito) no (In)Sucesso Escolar dos estudantes, aplicamos um pequeno inquérito composto, simplesmente, por duas questões, às várias turmas que constituem a amostra. A primeira pergunta consistia em saber se os discentes possuíam ou não um Projeto de Vida, seguindo-se o seu parecer face ao número total de negativas com que tinham terminado o primeiro período.

Após a análise das diversas respostas, pudemos concluir que, no 3º C.E.B., cerca de 33,3% dos discentes não pensara num Projeto de Vida (53 alunos), enquanto 66,7% dos estudantes o possuía (105 alunos). Por outro lado, analisando as respostas obtidas entre os alunos do Ensino Secundário, denotamos que sobressaía um maior número de discentes já com um Projeto de Vida, o que podemos explicar pelo simples facto de serem alunos que se encontravam na última fase do Ensino Regular, perspetivando o seu acesso à faculdade, pelo que tinham uma noção mais clara daquilo que pretendiam para o seu futuro. Na realidade, analisadas as respostas ao inquérito, verificamos que destes, apenas 19,1% (48 alunos) não possuíam um Projeto de Vida, enquanto os restantes 80,9% (202 alunos) já tinham uma ideia do que pretendiam fazer no futuro próximo (Figura 3).

Por seu turno, ao correlacionarmos as informações alusivas à existência/falta de um Projeto de Vida com as classificações obtidas no final do primeiro período (Figura 4), concluiu-se que, tanto no 3º Ciclo do Ensino Básico como no Ensino Secundário, o número de resultados negativos era superior entre os jovens que não possuíam um Projeto de Vida. De facto, se analisarmos as respostas dos discentes do 3º C.E.B., constatamos que 89% dos alunos (141 alunos), aqueles que não possuíam um Projeto de Vida tiveram, pelo menos, uma avaliação negativa de uma unidade curricular, enquanto entre os restantes, apenas 11% (17 alunos), apesar de já terem traçado alguns objetivos para o seu futuro, possuíam, pelo menos, uma negativa. No Ensino Secundário observamos um cenário bastante idêntico,

² Os alunos sabiam em que consistia o Projeto de Vida, uma vez que já tinha sido abordado e explicado nas aulas de Cidadania e Desenvolvimento.

pois 87,5% dos alunos que não possuíam um Projeto de Vida (219 alunos), obtiveram, pelo menos, uma negativa, enquanto apenas 12,5% dos estudantes que tinham um Projeto de Vida (31 alunos), possuíam, pelo menos, uma negativa.

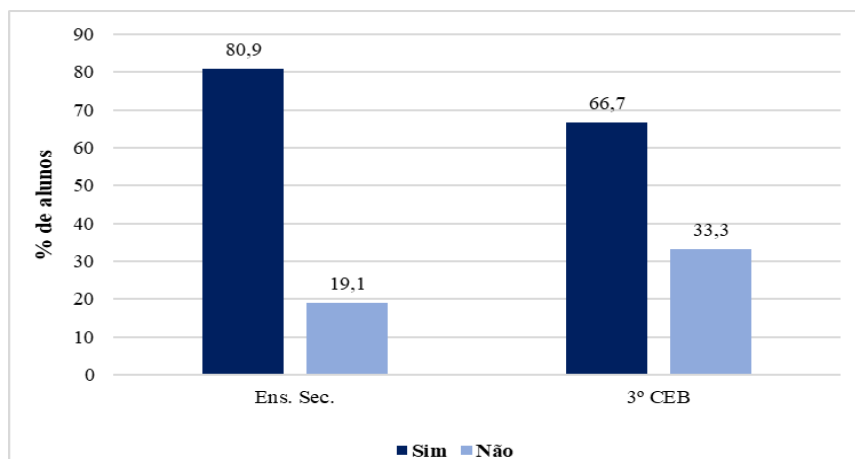


Figura 3 - Projetos de Vida.

Fonte - Recolha e tratamento próprio (2021).

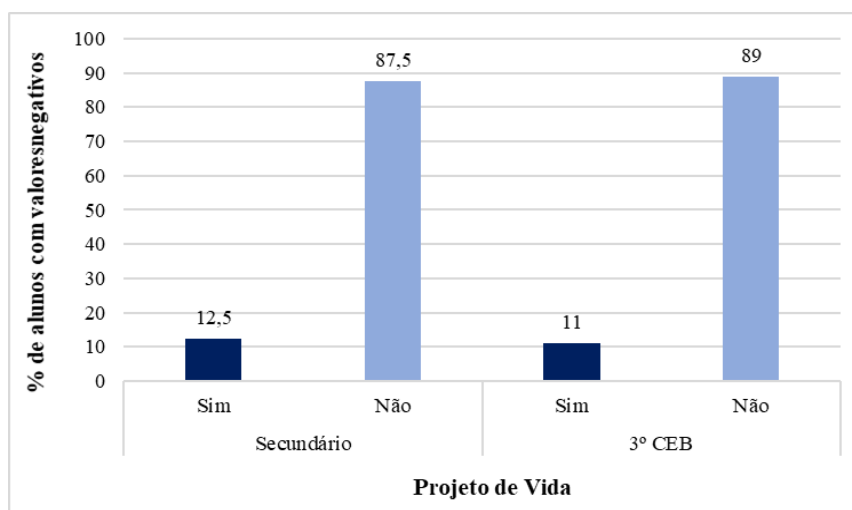


Figura 4 - Relação entre os Projetos de Vida e o número de negativas.

Fonte - Recolha e tratamento próprio (2021).

Em suma, com este estudo confirmou-se a importância de traçar um Projeto de Vida, uma vez que a falta de objetivos pode influenciar negativamente o percurso escolar de um jovem, traduzindo-se em algumas negativas e, conseqüentes reprovações, facto que o impedirá de ser bem-sucedido

academicamente. Em contrapartida, a partir do momento em que este possui metas, passa a ser um aluno mais focado e empenhado, o que irá contribuir e, talvez, até garantir o seu sucesso escolar.

Desta forma, uma vez mais, salientamos a importância em definir um Projeto de Vida em termos pessoais, mas também do ponto de vista académico, uma vez que contribui para a sua realização pessoal, assim como ajudará os alunos a alcançarem os seus objetivos escolares e, conseqüentemente, o sucesso escolar. Um aluno que tem traçado o seu Projeto de Vida, que possui objetivos e ambições, tem uma maior probabilidade em ser bem-sucedido na escola. Em contrapartida, um aluno que ainda não traçou o seu Projeto de Vida, que não tem objetivos delineados e tem poucas ou nenhuma ambições, é um aluno que se sente 'perdido', pelo que dificilmente será bem-sucedido em termos académicos.

Claro está que, tanto a família como a escola possuem papéis cruciais neste contexto, uma vez que são os dois principais meios de socialização dos indivíduos, de transmissão de conhecimentos e de valores fundamentais.

6. Considerações finais

O (In)Sucesso Escolar é conhecido como a carência/aquisição de determinadas competências conducentes à obtenção de um determinado nível de escolaridade. Assim, quando o aluno não alcança essas competências, falamos de Insucesso Escolar, mas quando as consegue alcançamos de Sucesso Escolar. Este é considerado um fenómeno multicausal e intemporal, apesar de os fundamentos variarem bastante com o passar dos anos. Um dos principais consiste nas transformações que vão ocorrendo na sociedade, quer no seio familiar (a família sofreu inúmeras alterações ao longo das últimas décadas que se refletem na estrutura, nos valores e crenças), mas também as associadas ao desenvolvimento das tecnologias (na sala de aula assistimos a uma luta constante entre o digital e o analógico, uma vez que as TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação - são cada vez mais valorizadas), ou ainda ao papel dos professores (cada vez mais complexo, uma vez que já não se limita à transmissão de conhecimentos, tendo de se adaptar às necessidades dos alunos), entre outras.

A família, porém, sendo o pilar fundamental na vida de um jovem, apresenta uma influência e responsabilidade acrescida no percurso académico, como sucede com um divórcio. Alteração visível, prolífica na sociedade atual, reflete-se na alteração da estrutura familiar. E se antes o divórcio era 'mal' visto pela comunidade, nos dias de hoje é algo banal, mas que deixa marcas profundas nos indivíduos. Estudos comprovam que os jovens que vivem com pais divorciados, ou que sofrem os reflexos de um divórcio recente, têm dificuldades em encontrar uma rotina, a viver o seu quotidiano com alguma normalidade, tendendo a isolar-se. Isto reflete-se no desempenho escolar, pois estes jovens têm tendência a obter resultados médios inferiores, ou mesmo negativos. Em contrapartida, os jovens cujo seio familiar permanece inalterado e com estabilidade emocional, obtêm resultados médios superiores e, apenas ocasionalmente, resultados negativos.

Tal como constatamos nesta investigação, o estatuto socioeconómico das famílias também interfere no desempenho escolar dos jovens, visto que as famílias de elevadas posses financeiras, conseguem satisfazer as necessidades dos seus filhos mais facilmente do que as famílias carenciadas. Neste cenário, as famílias mais abastadas são as que têm mais facilidade em disponibilizar os meios necessários (explicações e centros de estudo, por exemplo) para que os seus filhos alcancem o Sucesso Escolar. Em contrapartida, entre as famílias mais carenciadas que não possuem esta facilidade, caso os seus filhos demonstrem dificuldades no processo de aprendizagem, como não existem condições para os mitigar, tem maior relevância o Insucesso Escolar, assim como o sentimento de culpa e de impotência por parte dos pais.

Por fim, realçarmos a importância do Projeto de Vida, crucial para que os jovens criem os seus objetivos de vida. A existência de um, significa que os jovens perspetivam o seu futuro de forma racional, focando as suas energias no que é importante e apostando mais nos estudos, meio para alcançarem os seus sonhos.

Bibliografia

- AMBROSIO, J. (2016). *Família, um Projeto de Vida*. Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Teologia.
- BASTOS, R. (2014). *Projetos de Vida de jovens institucionalizados*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- CNE – Conselho Nacional de Educação. (2021). Estado da Educação 2020.
- EURYDICE – Rede de Informação sobre Educação na União Europeia. (1995). *A luta contra o Insucesso Escolar: um desafio para a construção europeia*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Programação e Gestão Financeira.
- GOLEMAN, D. (1995). *Inteligência Emocional: A teoria revolucionária que defende o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- HILÁRIO, A. (2012). *Práticas de Educação Emocional no 1º Ciclo do Ensino Básico*. Tese de Mestrado Beja: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja. (s/p).
- MARQUES, M. (2011). *Conceção de Inteligência Emocional em contexto Educativo e Profissional: Estudo sobre uma Universidade Angolana*. Tese de Mestrado. Lisboa: Instituto de Educação.
- MARTINS, C. (2006). *Factores e análise do Insucesso Escolar: Um estudo feito a partir da Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos no 3º Ciclo, ano Letivo 2005/2006*. Tese de licenciatura. Praia: Instituto Superior da Educação.
- MARTINS, H. (2017). *Insucesso Escolar: Prevenção e intervenção na educação Pré-escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico*. Dissertação de Mestrado. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

- MEDEIROS, K., MOURA, K. (s/d). *Contribuições da educação emocional para o desenvolvimento dos estudantes*. VI Congresso Nacional da Educação.
- MENDONÇA, A. (2011). *Insucesso Escolar: Etimologia e Definição*. Madeira: Universidade da Madeira.
- MORAN, J. (s/d). *A importância de construir Projetos de Vida na Educação*. Universidade de S. Paulo, Brasil
- MOREIRA, A. (2016). *Entre a educação e a formação: estratégias de combate ao abandono e insucesso escolar*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- OLIVEIRA, S. (2019). *Perspetivas sobre os caminhos do (In)Sucesso Escolar*. Relatório de Estágio. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ROSA, B. (2013). *Causas de abandono e insucesso escolar – Comparação entre a realidade açoriana e continental*. Dissertação de Mestrado. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- SANTOS, A. (2014). *Relação entre a afetividade e a inteligência emocional no desenvolvimento de condutas dos jovens adolescentes*. Dissertação de Mestrado. Elche: Universidad Miguel Hernández de Elche.
- SEABRA, D. (2013). *Inteligência Emocional – Estudo Exploratório*. Dissertação de Mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- SEVERINO, A. (2019). *Insucesso Escolar e estratégias pedagógicas inovadoras: Estudo de caso na escola Comandante Bula, Huambo*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Portucalense.
- SILVA, M. (2010). *A Inteligência Emocional como factor determinante nas relações interpessoais*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.
- WOYCIEKOSKI, C. HUTZ, C. (2009). *Inteligência Emocional: Teoria, Pesquisa, Medida, Aplicações e Controvérsias*. Rio Grande do Sul: Psicologia: Reflexão e Crítica, 22 (1), p1-11.

A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E A MOTIVAÇÃO DOS COLABORADORES NAS IPSS DO CONCELHO DA TROFA

THE PERFORMANCE EVALUATION AND MOTIVATION OF EMPLOYEES IN THE IPSS IN THE MUNICIPALITY OF TROFA

Sérgio MONTEIRO

ESTG, Politécnico do Porto, Portugal
dsilvamonteiro@sapo.pt

José António OLIVEIRA

CIICESI, Politécnico do Porto, Portugal
jao@estg.ipp.pt

Maria João POLIDORO

CEAUL, Politécnico do Porto, Portugal
mjp@estg.ipp.pt

Resumo

É conhecida a importância, bem como o impacto que a avaliação de desempenho pode ter nas organizações e no comportamento dos seus colaboradores. Embora não sendo uma ferramenta de fácil utilização, pois os seus impactos podem revelar-se não necessariamente positivos, tem-se vindo a constatar que, progressivamente, há uma tendência para aplicar esta ferramenta.

As organizações privadas sem fins lucrativos são cada vez mais importantes na sociedade portuguesa. Atualmente, há uma preocupação com o desenvolvimento social, a conservação do meio-ambiente, a defesa dos direitos humanos, entre outras causas que, por diversas razões, geram necessidades às quais o Estado não consegue dar resposta. Conhecidas como organizações do Terceiro Setor, também designadas de setor não lucrativo ou de economia social, elas atuam, promovendo iniciativas e programas para colmatar as necessidades das comunidades.

Não tendo como objetivo principal o lucro, estas organizações necessitam de gerar resultados internos e externos (para a comunidade), que podem ser obtidos, por exemplo, através de uma boa gestão estratégica, onde os recursos humanos têm papel fundamental.

É na intangibilidade dos recursos humanos que está a mais-valia do setor não lucrativo, promovendo respostas efetivas e objetivas aos inúmeros problemas sociais. Assim, o Terceiro Setor, pelas suas especificidades (organização, clientes, financiamento, estrutura e recursos humanos), requer colaboradores motivados e empenhados. E é neste sentido que se elaborou o presente trabalho, com o intuito de analisar a motivação dos colaboradores de Organizações Sem Fins Lucrativos, em particular as Instituições Particulares de Solidariedade Social, no concelho da Trofa - com e sem práticas de avaliação de desempenho.

Palavras chave: Terceiro Setor, Organizações Sem Fins Lucrativos, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Avaliação de Desempenho, Motivação.

Abstract

The importance as well as the impact that performance evaluation may have on organizations and on their employees' behavior is well known. Although not a user-friendly tool, as its impacts may not necessarily be positive, it is becoming increasingly apparent that there is a tendency to apply this tool.

Private non-profit organizations are increasingly important in Portuguese society. Currently, there is a concern with social development, environmental conservation, the defense of human rights, among other causes that, for various reasons, generate needs to which the State is unable to respond. Known as Third Sector organizations, also known as the non-profit sector or the social economy, they act by promoting initiatives and programs to meet the needs of communities.

Not having profit as their main objective, these organizations need to generate internal and external results (for the community), which may be obtained, for example, through good strategic management, where human resources play a fundamental role.

It is in the intangibility of human resources that the added value of the non-profit sector lies, promoting effective and objective responses to the countless social problems. Thus, the Third Sector, due to its specificities (organization, clients,

financing, structure and human resources), requires motivated and committed employees. And it is in this sense that the present work was developed, with the purpose of analyzing the motivation of employees of Non-Profit Organizations, in particular the Private Social Solidarity Institutions in the municipality of Trofa - with and without performance evaluation practices.

Keywords: Third Sector, Non-profit Organizations, Private Social Solidarity Institutions, Performance Evaluation, Motivation.

1. Introdução

As organizações privadas sem fins lucrativos têm relevância acrescida nas sociedades hodiernas. Não tendo como objetivo principal o lucro, necessitam de gerar resultados - internos e externos -, sendo crítico contar com colaboradores competentes e motivados, mas também com políticas e instrumentos de análise, medição e recompensas pelos resultados obtidos (Azevedo, C., Franco, R. e Mendes, J. 2010).

Este estudo tem como objetivo analisar a relevância da avaliação de desempenho (AD) nos colaboradores de organizações sem fins lucrativos (OSFL), em particular das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), procurando identificar se aquela prática será, por si só, um fator motivador dos recursos humanos. Pretendemos também analisar a motivação dos colaboradores em IPSS cujo sistema de AD já está implementado e a motivação dos colaboradores das IPSS sem AD. Da mesma forma, também se objetiva estudar o impacto dessa avaliação ou possível introdução de um sistema de AD nos níveis de motivação dos colaboradores.

Este estudo decorreu no concelho da Trofa, distrito do Porto, durante os meses de maio a julho de 2019 e foi realizado através de inquéritos por questionário aos trabalhadores de todas as IPSS desse concelho. Considerou-se como população todas as IPSS do concelho da Trofa, nove no total, que estavam inscritas na Base de Dados do Instituto da Segurança Social, em abril de 2019. Destas nove instituições, quatro são IPSS com sistema de AD e cinco são IPSS sem sistema de AD. O principal instrumento utilizado neste estudo para a recolha de dados foi o inquérito por questionário, maioritariamente com perguntas fechadas. Foram desenvolvidos dois questionários, um questionário destinado às IPSS com um sistema de AD implementado (CAD) e o outro questionário destinado às IPSS sem sistema de AD (SAD). Dos 193 questionários entregues, 109 para as IPSS CAD e 84 para as IPSS SAD, foram devolvidos 131 (68%) questionários preenchidos, 81 (75.3%) das IPSS CAD e 50 (60%) das IPSS SAD, constituindo assim a nossa amostra. A análise estatística foi realizada utilizando o *software* estatístico R.

O concelho da Trofa está integrado na região NUTS II – Norte e Sub-região NUTS III – Área Metropolitana do Porto, Distrito do Porto e Província Douro Litoral. Possuindo uma área com cerca de 72 Km², apresentava em 2018 um número total de 38287 habitantes e é constituído por cinco freguesias.

2. Terceiro sector – algumas especificidades

Em Portugal, as práticas remuneratórias do Terceiro Setor estão frequentemente abaixo dos outros setores, embora se exija uma maior atenção às motivações dos colaboradores, voluntários e remunerados (Andrade e Franco, 2007 citado por Duarte, 2014). Os colaboradores parecem ser suscetíveis a motivações intrínsecas, relacionadas com a missão da organização e ao reconhecimento e valorização do seu trabalho

(Nogueira, 2014). Esta motivação é, de acordo com Akingbola (2006), Bezboruah e Oyun (2008) e Schlosser e Zinni (2011), uma especificidade do Terceiro Setor que tem implicações na satisfação profissional.

Outra especificidade do setor é a proximidade existente entre gestores e colaboradores, resultando num relacionamento próximo e harmonioso, baseado em afeto e confiança. Ruwer e Canoas (2009), Schlosser e Zinni (2011), realçam a particularidade destas organizações exigirem que as suas direções sejam voluntárias e de incorporarem nos seus recursos humanos colaboradores e voluntários.

Para Parmenter (2012), existem determinadas características que distinguem as organizações do Terceiro Setor das que se incluem no setor público e no setor privado, nomeadamente no que concerne à forma de obtenção dos seus recursos, essencialmente por subsídios, donativos, receitas da venda de bens e prestação de serviços a preço inferior ao Mercado. O destino do excedente do seu rendimento, que deve ser reencaminhado para o autofinanciamento. Assim, a responsabilidade do sucesso cabe ao seu principal ativo, os recursos humanos, tendo a forma como cada instituição faz a gestão destes recursos, influência no seu desempenho (Lee, Y. e Wilkins, V. M., 2011).

2.1. Avaliação de Desempenho

Segundo Machado *et al.* (2014) citado por Mendonça (2017), as organizações devem estar preparadas para avaliar as qualificações e os méritos dos seus colaboradores, por forma a que, posteriormente, seja possível guiar as funções desses colaboradores em torno das suas competências. De acordo com Fernandes (2011), a AD é um instrumento que permite a evolução dos recursos humanos de uma organização, recompensando-os, ou não, consoante os seus resultados. O objetivo da AD passa, como nos realçam Dantas e Rocha (2007), por desenvolver ao máximo o potencial dos colaboradores, valorizando os recursos humanos como elementos fundamentais à organização.

De acordo com Mendes (2009), a AD é uma importante ferramenta na gestão de pessoas. Este processo, que envolve medir e avaliar o desempenho dos colaboradores, tem o intuito de os incentivar a cumprir, o melhor que lhes for possível, as suas funções e apoiá-los para atingir os seus objetivos e os objetivos das organizações, resultando em consequências para os próprios colaboradores. A AD deve ser uma ferramenta utilizada de forma cuidadosa, conscienciosa e positiva (Soares, D., 2015). O seu intuito não é, apenas, identificar pontos fracos de cada colaborador para o criticar, mas pretende destacar os seus pontos positivos e auxilia-los a extinguir ou a minimizar algumas das suas lacunas.

Mas, como em qualquer situação avaliativa, existem dois lados: quem é avaliado e quem avalia. Aos primeiros, impõe-se profissionalismo, empenho, compromisso e dedicação à organização e aos seus objetivos. Aos avaliadores são lhes impostas como características fundamentais o rigor, a imparcialidade e a competência para desempenhar a função.

Tal como Camara *et al.* (2013) nos referem, a AD deve basear-se em factos palpáveis, consistentes e mensuráveis, ficando a amizade ou simpatia fora dos parâmetros de avaliação. Esta deve resultar de uma análise equilibrada e sucinta do desempenho de cada colaborador, individualmente, ou inserido numa equipa. É indispensável, a quem avalia, saber, de facto, observar e escutar. Uma AD injusta, pode resultar num sentido antagónico ao pretendido, por ser um processo com consequências para todos (avaliado,

avaliador e organização). É, portanto, extremamente importante que o avaliador seja imparcial, fazendo uma avaliação equilibrada e objetiva, caso contrário, pode traduzir-se numa fonte de conflito e desmotivação do colaborador (Reis, 2015).

Pode-se então inferir que a AD tem um papel indiscutível na gestão dos recursos humanos, influenciando a motivação e a evolução do colaborador. Uma avaliação “justa” poderá conduzi-lo a um maior empenho, motivando-o no sentido do seu desenvolvimento. Por outro lado, tem também um papel pertinente na capacidade que a organização tem para manter o colaborador.

No que concerne ao Terceiro Setor e de acordo com a literatura, embora exista uma crescente preocupação por parte de quem gere o desempenho e a necessidade na implementação de sistemas de avaliação do mesmo (Pinto, A. 2016), a GD de recursos humanos não parece ser prática corrente. Além disso, e segundo Kaplan (2001), as organizações que integram este setor apresentam, ainda, dificuldades para definir estratégias e conseguir equilíbrio entre si e os seus colaboradores.

No entanto, a crescente competitividade e a exigência de padrões elevados de qualidade, implicam a aplicação de estratégias avaliativas na gestão dos seus recursos humanos. Ridder et al. (2012) defendem que essas estratégias devem ter como base as competências, mas também deve existir investimento nos seus colaboradores, ou seja, a sua motivação, o seu envolvimento participativo nas decisões e uma comunicação saudável e ativamente funcional entre as partes.

De acordo com Akingbola (2013), as relações e o seu valor, dentro e fora de uma organização, da mesma forma que os conhecimentos, os comportamentos e as capacidades dos recursos humanos, ganham maior destaque em organizações do Terceiro Setor sendo as competências, as atitudes e as aptidões, os seus recursos essenciais.

2.2. Recompensas

Segundo Ivancevich (2008), uma das funções de maior relevância da gestão de recursos humanos e, do ponto de vista da organização, é a compensação. É ela que permite atrair e reter colaboradores, promover a sua motivação para se envolver na cultura da organização e desenvolver com empenho e eficácia as suas funções. Tal, implica que um sistema de recompensas deve ter como sustentação a recompensa adaptada à realidade da organização e às expectativas dos colaboradores (Lunenburg, F., 2011). Incluir um sistema de recompensas na estratégia das organizações do Terceiro Setor torna-se crucial (Associates 2005). Para Fernandes (2011), são as compensações imateriais (não financeiras) que têm uma interferência direta na motivação, produtividade e satisfação dos colaboradores, já que envolvem contextos favoráveis à melhoria da autoestima e da participação.

Podemos interpretar que as OSFL oferecem, essencialmente, motivações intrínsecas aos seus colaboradores. No entanto, estes não apresentam carências discrepantes dos seus pares dos outros setores, simplesmente crescem com necessidades não monetárias, ficando, de acordo com Ridder e McCandless (2010), mais propensos a compensações imateriais. Alguns estudos evidenciam, ainda, que os colaboradores das OSFL aceitam um salário inferior ao praticado nos outros setores pois valorizam mais os benefícios pessoais que podem ter como retorno, pelo facto de desenvolverem tarefas que ajudam as

peçoas. Não obstante, Hallock (2000) realça que estas organizações exigem colaboradores motivados e, para tal, de modo a manter a motivação intrínseca, é elementar uma equidade salarial.

É imperioso compreender, entre fatores intrínsecos e extrínsecos, para onde pende a maior relevância, ou se algum invalida o outro ou se, pelo contrário, existe equilíbrio entre eles. Sabemos que as recompensas têm impacto positivo na motivação do indivíduo e na melhoria do seu desempenho, mas embora o colaborador o reconheça, tal não engrandece o prazer que pode obter durante a realização da tarefa (Reis, 2015).

2.3. Motivação e avaliação de desempenho

Da adequada implementação da avaliação de desempenho, incluindo a sua compreensão por parte dos colaboradores, poderá advir um acréscimo na motivação dos mesmos e, conseqüentemente, uma maior competitividade dessa organização (Dias, H., 2018). No entanto, o oposto também é passível de ocorrer. Se os colaboradores não a identificarem como justa, esta ferramenta poderá resultar em desconfiança, contribuindo, até, não para a união, mas para uma rivalidade entre pares (Araújo, 2007). Seguindo esta linha de pensamento, é relevante ponderar se todos os colaboradores serão motivados por este sistema, já que o mesmo recorre, maioritariamente, a recompensas extrínsecas por forma a induzir comportamentos competitivos (Reis, 2015).

De acordo com Oh e Lewis (2009), este sistema poderá mesmo ser ineficaz se considerarmos os colaboradores motivados intrinsecamente. Assim, parece pertinente ter noção se estes sistemas conseguem impulsionar a motivação, tanto em colaboradores motivados extrinsecamente como em colaboradores motivados intrinsecamente. Aliás, a avaliação de desempenho apenas será uma ferramenta incentivadora de bons desempenhos se for eficaz para os colaboradores. Num estudo dos mesmos autores, identifica-se pouca relevância na avaliação de desempenho como forma de motivar colaboradores que já são motivados intrinsecamente. Paralelamente, um estudo de Deci *et al.* (1999), permite-nos concluir que existe tendência para que as recompensas materiais atuem negativamente sobre as motivações intrínsecas.

As OTS, à semelhança das suas congéneres nos restantes setores, requerem recursos financeiros, materiais e recursos humanos. Por outro lado, também temos de ter em atenção que os colaboradores que se decidem por este setor têm normalmente motivações diferentes daqueles que atuam nos outros setores (Franco, Andrade, s/d).

No contexto português, a motivação no Terceiro Setor parece estar longe das razões económicas. Frequentemente abaixo dos outros setores, estes colaboradores mantêm-se nas OSFL por inexistência de alternativa de emprego ou porque as suas motivações se prendem com a causa da organização, ou com questões como a informalidade, fraca estrutura hierárquica e autonomia no desempenho das funções (Franco, Andrade, s/d).

Segundo Leete (2000), múltiplos estudos têm suportado a ideia de colaboradores com motivação intrínseca permitirem, nas OSFL, atingir objetivos organizacionais de forma mais plena. Estes evidenciam um forte compromisso com a filosofia da organização onde trabalham sendo que, de acordo com Schepers *et al.* (2005), têm maior interesse em satisfazer as necessidades públicas que obter recompensas extrínsecas. Nesse sentido, e de acordo com Darrington e Howell (2011), é de realçar que, embora as

recompensas financeiras sejam motivadoras no que respeita à maioria das funções, o TS português revela outra realidade. De facto, tal como Andrade e Franco (2007) referem, estes são colaboradores cuja remuneração se encontra frequentemente abaixo da média, comparativamente aos restantes setores, o que, inevitavelmente, nos induz a concluir que a motivação não será a económica (Ryan, R. e Deci, E. 2000).

Um estudo motivacional dos colaboradores das IPSS do Porto, desenvolvido por Cristina (2012) tendo por base a Teoria da Autodeterminação, indica a motivação intrínseca como a principal nos seus colaboradores. Na realidade portuguesa, as motivações de maior relevância são aquelas em que existe identificação da tarefa com os valores pessoais e com uma noção mais interiorizada com o desafio da própria tarefa, em detrimento das motivações financeiras. No entanto, a mesma investigação permitiu ainda afirmar que esta motivação (intrínseca) embora sendo a mais valorizada pelos colaboradores da OSFL, no que respeita ao seu empenho e satisfação, não justifica a sua permanência na organização, sendo, a regulação externa (motivação extrínseca) aquela que o justifica

3. Estudo empírico

Este trabalho tem como principal objetivo responder à seguinte questão de investigação:

“A avaliação de desempenho influencia a motivação dos colaboradores das IPSS do concelho da Trofa?”

A partir da questão de investigação, formularam-se as seguintes hipóteses:

H1: A avaliação de desempenho é uma ferramenta de motivação para os colaboradores das IPSS do concelho da Trofa.

H2: A avaliação de desempenho é uma ferramenta de motivação para os colaboradores das instituições com AD das IPSS do concelho da Trofa.

H3: A avaliação de desempenho é, na opinião dos colaboradores das instituições sem avaliação de desempenho, do concelho da Trofa, uma ferramenta de motivação.

Neste estudo considerou-se como população todas as IPSS do concelho da Trofa, nove no total, que estavam inscritas na Base de Dados do Instituto da Segurança Social, em abril de 2019. Quatro são IPSS com sistema de avaliação de desempenho (CAD) e cinco são IPSS sem sistema de avaliação de desempenho (SAD). O principal instrumento utilizado neste estudo para a recolha de dados foi o inquérito por questionário, maioritariamente com perguntas fechadas.

A parte 1 do questionário é constituída por 11 questões nas IPSS CAD, onde as 10 primeiras questões são as mesmas para as IPSS SAD. Esta parte visa caracterizar os colaboradores das referidas instituições, relativamente à: idade, género, nacionalidade, estado civil, nível de escolaridade, categoria profissional, número de anos de serviço na instituição, tipo de vínculo laboral e de contrato, salário mensal (bruto), e a última questão, apenas para os colaboradores das IPSS CAD, se já foi alvo de avaliação e se sim, quantas vezes foi avaliado.

A parte 2 do questionário para as IPSS CAD tem 6 questões, estas relacionadas com o sistema de AD que as respetivas instituições adotam e o desempenho dos colaboradores face a esse sistema de avaliação. Temos neste caso questões sobre: a periodicidade, a existência de ações de formação, o método de avaliação, os critérios de avaliação do desempenho, o grau de concordância relativamente a 23 afirmações sobre o sistema de AD adotado na instituição (utilizando a escala de *Likert* de 1-Discordo Totalmente a 5- Concordo Totalmente) e finalmente 3 afirmações sobre a opinião do colaborador em relação ao seu desempenho e aos resultados da sua avaliação (utilizando a escala de *Likert* onde 1-Foi abaixo do que esperava, 2- Foi dentro do que esperava e 3-Foi acima do que esperava).

A parte 2 do questionário para as IPSS SAD é constituída apenas por 13 afirmações, semelhantes às 13 primeiras afirmações das IPSS CAD da parte 2 questão 2.5, relativas a opinião dos colaboradores dessas instituições sobre uma possível introdução de um sistema de AD na sua instituição (utilizando a escala de 1-Discordo Totalmente a 5- Concordo Totalmente).

A parte 3 dos dois questionários é constituída por 15 afirmações relacionadas com a motivação, quer do seu local de trabalho quer sobre a AD (utilizando a escala 1 – Discordo Totalmente ; 2 – Discordo; 3 – Nem discordo nem concordo; 4 – Concordo e 5 – Concordo Totalmente).

Dos 193 questionários entregues, 109 nas IPSS CAD e 84 nas IPSS SAD, foram devolvidos 131 (68%) questionários preenchidos, 81 (75,3%) das IPSS CAD e 50 (60%) das IPSS SAD, constituindo assim a nossa amostra.

3.1. Apresentação, análise e discussão dos resultados

Do total de colaboradores inquiridos, verifica-se uma grande predominância do género feminino, 94,7% (124), correspondendo apenas 5,3% (7) ao género masculino, conforme mostra a Figura 1. Comparando separadamente o total de colaboradores, nas instituições SAD e CAD, não existem diferenças significativas em relação ao género.

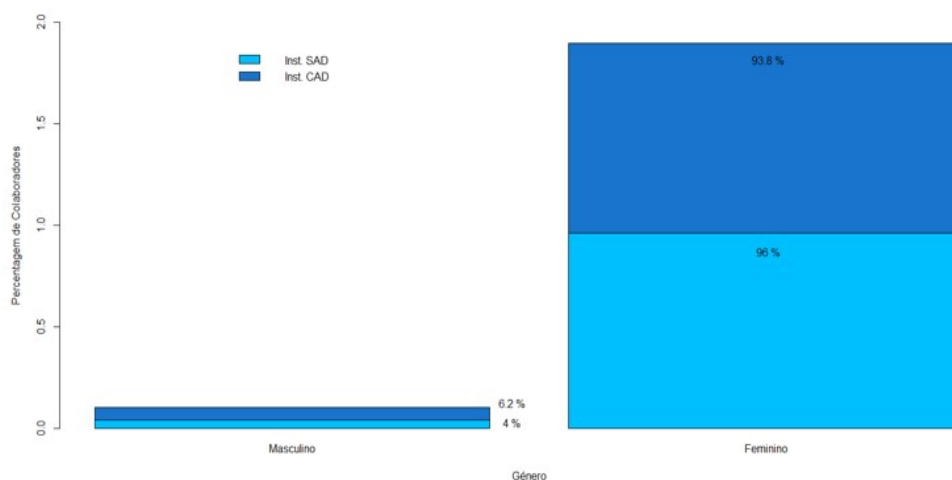


Figura 1 - Representação gráfica da percentagem de colaboradores por género e instituição.

Na Figura 2 apresenta-se a percentagem de colaboradores por intervalos de idades (em anos) e por instituição. Observa-se que a idade dos colaboradores mais frequentemente observada encontra-se no intervalo entre os 40 a 50 anos, seguem-se os colaboradores com idades compreendidas entre os 30 a 40 anos e os colaboradores com idades compreendidas entre os 50 a 60 anos.

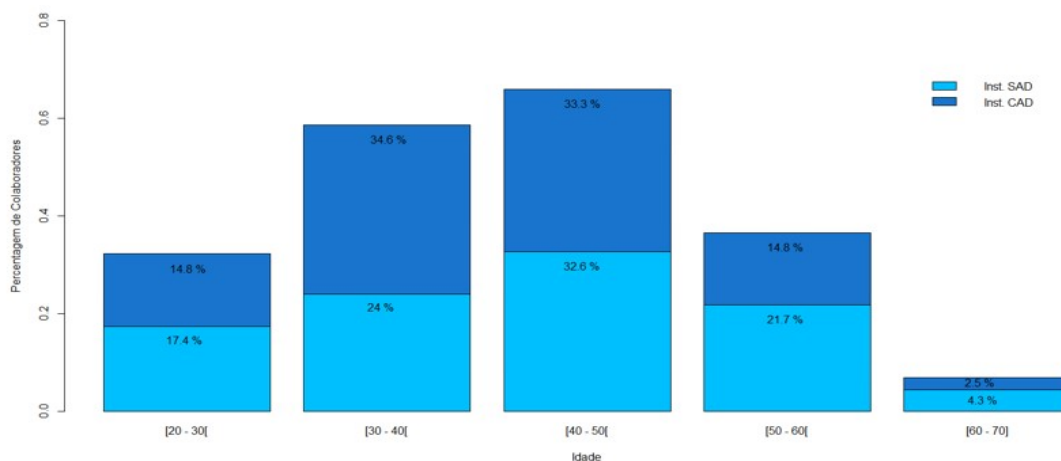


Figura 2 - Representação gráfica da percentagem de colaboradores por idade e instituição.

Por outro lado, verifica-se em menor número os colaboradores com idades compreendidas entre os 20 e 30 anos e entre os 60 a 70 anos. Relativamente às instituições SAD e CAD, verifica-se que as instituições SAD têm mais colaboradores com idades entre os 50 a 60 anos e menos colaboradores com idades entre os 20 e 30 anos, relativamente às instituições CAD.

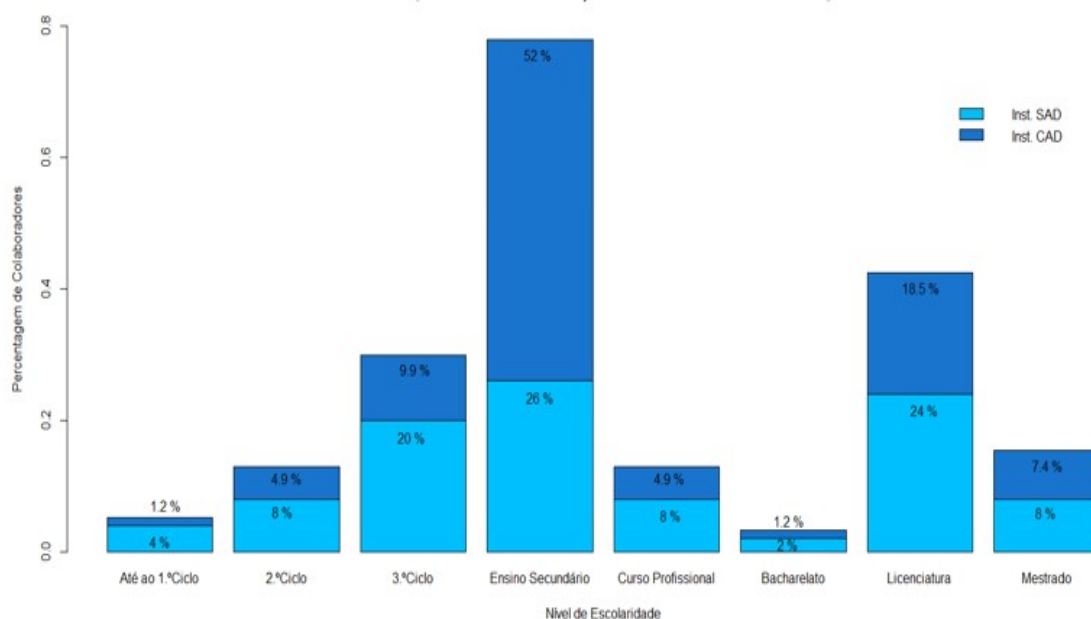


Figura 3 - Representação gráfica da percentagem de colaboradores, por nível de escolaridade e instituição.

Na Figura 3 apresenta-se a percentagem de colaboradores por nível de escolaridade e instituição. Pode-se constatar que a maioria dos colaboradores têm o nível de escolaridade Ensino Secundário (42%), sendo mais elevado nas instituições CAD (52%) do que nas instituições SAD (26%). No entanto, também se verifica que os níveis de escolaridade, Licenciatura (20.6%) e Mestrado (7,6%), estão entre as percentagens mais elevadas. Estes dados permitem concluir que aproximadamente 30% dos colaboradores das IPSS são indivíduos com uma formação superior.

3.2. Características, opiniões e perceções do sistema de avaliação de desempenho

Neste estudo, foram pedidas opiniões aos colaboradores das instituições, CAD e SAD, sobre o sistema de AD. Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos, foram definidos os seguintes pontos:

Ponto 1. Opinião dos Colaboradores relativamente ao sistema de AD adotado pelas instituições CAD

Ponto 2. Opinião dos Colaboradores sobre a possibilidade de introdução de um sistema de AD nas instituições SAD

A Tabela I, apresenta as respostas dos colaboradores das instituições CAD sobre o grau de concordância das afirmações A14 a A23. A negrito, e para cada afirmação, destaca-se a percentagem mais elevada de cada afirmação (1 – Discordo Totalmente ; 2 – Discordo; 3 – Nem discordo nem concordo; 4 – Concordo e 5 – Concordo Totalmente).

Tabela I - Respostas dos colaboradores sobre o grau de concordância ao sistema AD adotado nas instituições CAD, para cada uma das seguintes afirmações.

Afirmação	1	2	3	4	5
A14- É do conhecimento geral os procedimentos do sistema de AD.	6 (10.2%)	3 (5.1%)	10 (16.9%)	29 (49.2%)	11 (18.6%)
A15- O método de avaliação é de fácil compreensão.	0	1 (1.6%)	16 (25.4%)	29 (46.0%)	17 (27.0%)
A16- As competências avaliadas vão ao encontro do dia a dia organizacional.	1 (1.6%)	3 (4.8%)	16 (25.8%)	31 (50.0%)	11 (17.8%)
A17- O avaliador tem conhecimento suficiente das suas funções na instituição.	0	2 (3.2%)	16 (25.8%)	26 (42.0%)	18 (29.0%)
A18- As escalas no método de avaliação são adequadas.	6 (9.8%)	6 (9.8%)	8 (13.1%)	27 (44.3%)	14 (23.0%)
A19- As escalas de pontuação final do método de avaliação são adequadas.	6 (10.2%)	5 (8.5%)	15 (25.4%)	24 (40.7%)	9 (15.2%)
A20- Existe uma tendência para as classificações centrais, isto é, de nível intermédio.	0	6 (10.3%)	25 (43.1%)	20 (34.5%)	7 (12.1%)
A21- A periodicidade do sistema de AD é adequada.	2 (3.8%)	4 (7.5%)	15 (28.3%)	22 (41.5%)	10 (18.9%)
A22- A comunicação dos resultados da AD é adequada.	2 (3.6%)	3 (5.3%)	22 (39.3%)	21 (37.5%)	8 (14.3%)
A23- O processo de reclamação da AD é simples.	8 (16.7%)	2 (4.2%)	18 (37.5%)	13 (27.1%)	7 (14.5%)

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela II e a Tabela III, apresentam as respostas dos colaboradores das instituições CAD e SAD sobre o grau de concordância das afirmações A1 a A13 e sobre o grau de concordância das afirmações M1 a M15, respetivamente.

Tabela II: Respostas dos colaboradores sobre o grau de concordância ao sistema AD adotado/ a adotar nas instituições CAD/SAD, para cada uma das seguintes afirmações.

Afirmação	Inst.	1	2	3	4	5
A1- A existência de um sistema de AD na sua instituição é importante.	SAD	0	0	3 (7.0%)	20 (46.5%)	20 (46.5%)
	CAD	4 (6.1%)	5 (7.6%)	13 (19.7%)	24 (36.3%)	20 (30.3%)
A2- O(Um) sistema de AD é adequado à realidade organizacional da sua instituição.	SAD	0	0	5 (13.5%)	18 (48.7%)	14 (37.8%)
	CAD	2 (3.2%)	8 (12.9%)	19 (30.7%)	23 (37.1%)	10 (16.1%)
A3- O(Um) sistema de AD é adequado à sua valência ou serviço.	SAD	0	2 (4.9%)	9 (22.0%)	19 (46.3%)	11 (26.8%)
	CAD	1 (1.7%)	8 (13.1%)	18 (29.5%)	31 (50.8%)	6 (4.9%)
A4- O(Um) sistema de AD é adequado à sua categoria profissional.	SAD	0	2 (4.8%)	4 (9.5%)	24 (57.1%)	12 (28.6%)
	CAD	1 (1.6%)	6 (9.4%)	21 (32.8%)	28 (43.7%)	8 (12.5%)
A5- O(Um) sistema de AD é adequado às funções que desempenha na sua instituição.	SAD	0	2 (4.8%)	2 (4.8%)	26 (61.9%)	12 (28.5%)
	CAD	1 (1.6%)	7 (10.9%)	18 (28.1%)	30 (46.9%)	8 (12.5%)
A6- Considera relevante o(um) sistema de AD para a melhoria do trabalho na sua instituição.	SAD	0	0	6 (14.6%)	19 (46.3%)	16 (39.1%)
	CAD	1 (1.6%)	1 (1.6%)	18 (29.0%)	26 (42.0%)	16 (25.8%)
A7- O(Um) sistema de AD permite perceber que atitudes e competências tem que melhorar ou onde evoluir.	SAD	0	1 (2.3%)	5 (11.6%)	18 (41.9%)	19 (44.2%)
	CAD	0	4 (6.6%)	22 (36.1%)	21 (34.4%)	14 (22.9%)
A8- O(Um) sistema de AD tem trazido(trará) benefícios à sua instituição.	SAD	0	0	3 (7.5%)	19 (47.5%)	18 (45%)
	CAD	6 (11.1%)	4 (7.4%)	18 (33.3%)	15 (27.8%)	11 (20.4%)
A9- O(Um) sistema de AD reconhece(reconhecerá) o mérito dos colaboradores.	SAD	0	2 (4.9%)	5 (12.2%)	23 (56.1%)	11 (25.6%)
	CAD	3 (4.9%)	7 (11.5%)	26 (42.6%)	14 (23.0%)	11 (18.0%)
A10- O(Um) AD diferencia(diferenciará) os níveis de desempenho dos colaboradores.	SAD	0	0	7 (16.3%)	25 (58.1%)	11 (26.8%)
	CAD	0	8 (15.1%)	22 (41.5%)	13 (24.5%)	10 (18.9%)
A11- O(Um) sistema de AD dá (poderá dar) oportunidade de progressão profissional.	SAD	0	1 (2.3%)	10 (23.3%)	23 (53.5%)	9 (20.9%)
	CAD	7 (12.1%)	17 (29.3%)	17 (29.3%)	12 (20.7%)	5 (8.6%)
A12- O(Um) sistema de recompensas associado à AD, se existir, tem (poderá ter) impacto no seu desempenho profissional.	SAD	1 (2.1%)	5 (10.7%)	14 (29.8%)	15 (31.9%)	12 (25.5%)
	CAD	7 (14.6%)	10 (20.8%)	9 (18.8%)	11 (22.9%)	11 (22.9%)
A13- O(Um) sistema de AD é (poderá ser) uma ferramenta justa de avaliação.	SAD	0	1 (2.3%)	15 (34.1%)	19 (43.2%)	9 (20.4%)
	CAD	13 (22.0%)	8 (13.6%)	17 (28.8%)	11 (18.7%)	10 (16.9%)

Fonte: Elaboração própria.

Tabela III: Respostas dos colaboradores sobre o grau de concordância sobre a motivação no local de trabalho nas instituições CAD/SAD, para cada uma das seguintes afirmações.

	Inst.	1	2	3	4	5
M1- O seu local de trabalho reúne todas as condições para se sentir motivado(a).	SAD	4 (8.9%)	13 (28.9%)	13 (28.9%)	10 (22.2%)	5 (11.1%)
	CAD	3 (4.2%)	5 (7.0%)	33 (46.5%)	21 (29.6%)	9 (12.7%)
M2- As funções que desempenha no seu local de trabalho contribuem para aumentar a sua motivação.	SAD	1 (2.2%)	4 (8.7%)	9 (19.6%)	22 (47.8%)	10 (21.7%)
	CAD	0	3 (4.1%)	23 (31.1%)	36 (48.6%)	12 (16.2%)
M3- Ter mais responsabilidades no seu trabalho aumenta a sua motivação.	SAD	0	3 (6.5%)	11 (23.9%)	19 (41.3%)	13 (28.3%)
	CAD	0	6 (8.1%)	16 (21.6%)	36 (48.7%)	15 (21.6%)
M4- A possibilidade de ser mais autónomo no seu trabalho é um fator de motivação.	SAD	0	0	6 (13.6%)	24 (54.6%)	14 (31.8%)
	CAD	0	0	5 (6.9%)	46 (63.0%)	22 (30.1%)
M5- O relacionamento com os seus colegas influencia a sua motivação no trabalho.	SAD	0	0	3 (4.4%)	15 (32.6%)	29 (63.0%)
	CAD	0	3 (4.0%)	9 (12.0%)	35 (46.7%)	28 (37.3%)
M6- As chefias desempenham um papel importante no seu grau de motivação.	SAD	0	2 (4.4%)	3 (6.5%)	16 (34.8%)	25 (54.3%)
	CAD	2 (2.7%)	3 (4.0%)	15 (20.3%)	29 (39.2%)	25 (33.8%)
M7- A lealdade das chefias para com os colaboradores é fundamental para aumentar a sua motivação	SAD	0	0	4 (8.7%)	15 (32.6%)	27 (58.7%)
	CAD	0	0	5 (6.8%)	29 (39.2%)	40 (54.0%)
M8- O reconhecimento do seu trabalho por parte da chefia aumenta o seu grau de motivação.	SAD	0	3 (6.5%)	1 (2.2%)	11 (23.9%)	31 (67.4%)
	CAD	0	0	5 (6.8%)	31 (42.5%)	37 (50.7%)
M9- Tarefas diversificadas são importantes para se sentir motivado(a).	SAD	0	1 (2.2%)	3 (6.5%)	18 (39.1%)	24 (52.2%)
	CAD	0	1 (1.3%)	13 (17.6%)	39 (52.7%)	21 (28.4%)
M10- Um ambiente de trabalho onde existe confiança e respeito influencia a sua motivação no trabalho.	SAD	0	0	2 (4.4%)	11 (23.9%)	33 (71.7%)
	CAD	0	0	2 (2.7%)	33 (44.0%)	40 (53.3%)
M11- A remuneração adequada à sua função é um incentivo para se sentir motivado(a).	SAD	0	2 (4.5%)	1 (2.2%)	11 (24.4%)	31 (68.9%)
	CAD	10 (13.7%)	4 (5.5%)	12 (16.5%)	25 (34.2%)	22 (30.1%)
M12- A frequência de ações de formação para atualização de conhecimentos é uma mais valia na sua motivação.	SAD	0	0	2 (4.3%)	13 (28.3%)	31 (67.4%)
	CAD	0	0	15 (20.5%)	41 (56.2%)	17 (23.3%)
M13- - A participação num sistema de avaliação de desempenho será para si uma motivação.	SAD	0	0	5 (11.9%)	16 (38.1%)	21 (50.0%)
	CAD	11 (15.5%)	4 (5.6%)	27 (38.0%)	21 (29.6%)	8 (11.3%)
M14- Um sistema de avaliação de desempenho será importante para estimular a sua motivação no trabalho.	SAD	1 (2.2%)	0	11 (23.9%)	20 (43.5%)	14 (30.4%)
	CAD	11 (16.4%)	6 (9.0%)	20 (29.8%)	25 (37.3%)	5 (7.5%)
M15- Um sistema de recompensas na avaliação de desempenho é um fator de motivação.	SAD	1 (2.2%)	0	2 (4.4%)	16 (34.8%)	27 (58.7%)
	CAD	2 (2.9%)	3 (4.4%)	9 (13.0%)	37 (53.6%)	18 (26.1%)

Fonte: Elaboração própria.

4. Conclusão

Considerando todos os inquiridos neste estudo, é possível concluir que, para os colaboradores das IPSS do concelho da Trofa, ter um sistema de AD é um fator de motivação, sendo a AD considerada importante para estimular desempenhos superlativos. Dos colaboradores inquiridos, 50,4% considera que participar num sistema de AD será motivador e 48,9% concorda que um sistema de AD será importante para estimular desempenhos diferenciados.

Se especificarmos, 88,1% dos colaboradores das instituições SAD considera como motivador a participação num sistema de AD, enquanto apenas 40,9% dos colaboradores das instituições CAD o afirmam. Já no que refere a identificar que o sistema de AD é pertinente para estimular a motivação, 73,9% dos colaboradores das instituições SAD assim o consideram, mas apenas 44,8% dos colaboradores das instituições CAD partilham dessa opinião.

Para 44,8% dos colaboradores das instituições com o sistema de avaliação de desempenho já implementado, a AD é considerada uma ferramenta de motivação. A percentagem de colaboradores que, pelo contrário, não considera o sistema de AD importante para estimular a sua motivação é de 25,4%. Nas instituições analisadas, podemos concluir que o sistema de AD é uma ferramenta importante na motivação dos colaboradores.

Os dados obtidos no estudo permitem ainda afirmar que a participação num sistema de AD é, na opinião dos colaboradores das instituições sem sistema de avaliação de desempenho implementado, um fator de motivação. De igual forma, a AD é, na opinião destes colaboradores, uma ferramenta de motivação. De acordo com os resultados do estudo, 48,1% dos inquiridos considera que um sistema de AD pode beneficiar a instituição.

Para que um sistema de AD seja um fator de motivação para os colaboradores deve também ser considerado uma ferramenta de avaliação “justa”. Só assim, aumentando a motivação se conseguirá um melhor desempenho do colaborador e, conseqüentemente da instituição. Caso contrário, não considerando o sistema de AD como uma ferramenta “justa”, o resultado poderá ser a desmotivação. Apesar dos colaboradores das instituições CAD, considerarem o sistema de AD importante para a sua motivação existe uma percentagem considerável (35,6% dos colaboradores) que não o interpreta como uma ferramenta “justa”. Esta informação é um dado importante a ter em conta pelos responsáveis das instituições, que deverão, provavelmente, repensar o seu sistema de AD, de modo a manter os níveis de motivação nos colaboradores.

Podemos ainda inferir que o sistema de recompensas é um fator motivacional para 74,8% dos inquiridos, sendo que, no que respeita aos colaboradores das instituições sem AD, 93,5% defende essa opinião. Igualmente, para 77,9% dos inquiridos neste estudo, frequentar ações de formação para atualização de conhecimentos é considerada uma mais valia na motivação. Sendo esse o juízo de 95,7%

dos colaboradores das instituições sem AD e de 79,5% dos colaboradores das instituições com sistema de AD.

Parece-nos importante realçar as diferenças nas respostas às questões entre colaboradores de instituições sem sistema de avaliação de desempenho e colaboradores das instituições com sistema implementado. Analisando as Tabelas II e III, podemos observar que maioritariamente os colaboradores das instituições sem AD apresentam valores de concordância (relativamente às questões colocadas no questionário) superiores aos colaboradores das instituições com AD. E tal é aplicável a 89,1% das respostas.

Considera-se ainda relevante destacar esta diferença de valores no que concerne à pertinência de um sistema de AD para a motivação, sua participação nesse sistema, bem como a existência de um sistema de recompensas a ele associado. Assim sendo, é perceptível que os colaboradores das instituições SAD têm uma visão muito positiva quanto ao papel de um sistema de AD, enquanto os colaboradores cuja instituição já tem o sistema de AD implementado, não se revelam tão entusiastas.

Não existem dúvidas que o fator de sucesso de uma organização está assente no capital humano. Consequentemente, os recursos humanos (as pessoas), terão um papel fundamental na resposta aos múltiplos desafios sendo, a sua gestão, alvo de interesse crescente e com impacto na performance organizacional.

O objetivo deste estudo foi compreender se a AD influencia a motivação dos colaboradores das IPSS. Para tal, focamos o nosso estudo no concelho da Trofa e estudamos oito instituições, com e sem avaliação de desempenho.

De acordo com os dados já apresentados, o estudo realizado confirma as hipóteses colocadas, sendo claro que a avaliação de desempenho influencia a motivação dos colaboradores das IPSS do concelho da Trofa.

Esta investigação contribui, assim, para que as instituições participantes no estudo tenham informação que lhes permita motivar os seus colaboradores, adequar os sistemas de AD e, consequentemente, oferecer melhores serviços.

Face aos resultados, seria pertinente considerar um estudo incidindo num maior número de instituições e colaboradores, abrangendo realidades diferenciadas, possibilitando uma visão mais ampla da motivação dos recursos humanos do Terceiro Setor. A importância da avaliação de desempenho e da motivação dos colaboradores é fundamental para que estas instituições cumpram a missão para a qual foram criadas. A forte concorrência no setor e a exiguidade de recursos (essencialmente financeiros) a isso justifica.

Bibliografia

- AKINGBOLA, K. (2006). Strategy and HRM in Nonprofit Organizations: Evidence from Canada. *The International Journal of Human Resource Management*, 17, pp. 1707-1725.
- AKINGBOLA, K. (2013). A Model of Strategic Nonprofit Human Resource Management. *Voluntas*, 24, pp. 214-240.
- ARAÚJO, J. (2007). Avaliação da Gestão Pública: a Administração Pós Burocrática. Conferência da UNED, A Coruña, Espanha, 2007 – “Conferência da UNED”. [S.l. : s.n., 2007]. Consulta realizada na internet, em 10-10-2014, em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8309/3/ArtigoUNED.pdf>.
- ANDRADE, M. e FRANCO, R. (2007). *Economia do Conhecimento e Organizações Sem Fins Lucrativos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- ASSOCIATES, R. (2005). *The Jossey-Bass Handbook of Nonprofit Leadership and Management*. Wiley.
- AZEVEDO, C., FRANCO, R. e MENDES, J. (2010). *Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos: o desafio da inovação social*. Porto: Imoedições.
- CAMARA, P., GUERRA, P. e RODRIGUES, J. (2013). *Humanator XXI: recursos humanos e sucesso empresarial (6.ª ed.)*. Lisboa: Dom Quixote.
- CRISTINA, S. (2012). *Motivações no trabalho remunerado em Organizações Sem Fins Lucrativos: O caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto*. Tese de Mestrado em Gestão de Serviços, Faculdade de Economia, U. Porto. Disponível na WWW:URL:<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/74249/2/25397.pdf>.
- DECi, E., KOESTNER, R. e RYAN, R. (1999). A meta-analytic review of experiments examining the effects of extrinsic rewards on intrinsic motivation. *Psychological Bulletin*, 125(6), pp. 627–668.
- DIAS, H. (2018). *A gestão das IPSS do concelho de Guimarães - perfis e motivações*. Tese de Mestrado em Gestão de Organizações do Terceiro Setor. Universidade do Porto.
- FERNANDES, J. (2011). *A Gestão de Recursos Humanos nas Organizações Sem Fins Lucrativos: O Caso da APPACDM do Porto*. Tese de Mestrado em Economia e Gestão de Recursos Humanos. Porto, Faculdade de Economia.
- FRANCO, R. e Andrade, A. (s/d). *Economia do Conhecimento e Organizações sem Fins Lucrativos*. SPI-Sociedade Portuguesa de Informação. Porto.
- FRANCO, R., SOKOLOWSKI, S., HAIREL, E. e SALAMON, L. (2005). *O Setor Não Lucrativo Português numa Perspetiva Comparada*. Universidade Católica Portuguesa e John Hopkins University.
- FRANCO, R. et al. (2006). *O sector não lucrativo português numa perspetiva comparada*, Projeto CNP em Portugal, Porto, Universidade Católica do Porto e Johns Hopkins University.
- HALLOCK, K. (2000). *Compensation in Nonprofit Organizations*, in *Human Resource Studies – Faculty Publications* Cornell University ILR School.
- IVANCEVICH, J. (2007). *Human Resource Management*. New York: The McGrawHill Companies, Inc..
- KAPLAN, R. (2001). Strategic performance measurement and management in nonprofit organizations. *Nonprofit Management & Leadership*, 11(3) pp. 353-370.
- LEE, Y. e Wilkins, V. M. (2011). More Similarities or More Differences? Comparing Public and Nonprofit Managers’ Job Motivations, *Public Administration Review*, January 2011, pp. 45-56.
- LEETE, L. (2000). Wage Equity and Employee Motivation in Nonprofit and For-Profit Organizations. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 43(1) pp. 423-446.

- LUNENBURG, F. (2011). Expectancy Theory of Motivation: Motivating by Altering Expectations. *International Journal of Management, Business and Administration*, 15(1) pp.1-6.
- MACHADO, D., Portugal, M. e Machado A. (2014). *Organizações – introdução à gestão e desenvolvimento das pessoas*. Azeitão: Autonomia 27.
- MAGALHÃES, R. (2014). Avaliação de desempenho: uma ferramenta para o desenvolvimento profissional. Tese de Mestrado em Educação: Formação, Trabalho e Recursos Humanos. Braga, Universidade do Minho.
- NOGUEIRA, R. (2014). Gestão de Recursos Humanos no Terceiro Setor - O caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Tese de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional. Coimbra, Instituto Superior Miguel Torga.
- OH, S., LEWIS, G. (2009). Can Performance Appraisal Systems Inspire Intrinsically Motivated Employees? *Review of Public Personnel Administration*, 29 (2) pp. 158-167.
- PARMENTER, D. (2012). Key Performance Indicators for Government and Non Profit Agencies. John Wiley e Sons, Inc., Hoboken, New Jersey.
- PINTO, A. (2016). Proposta de um Sistema de Avaliação de Desempenho numa Associação sem Fins Lucrativos. Tese de Mestrado em Economia e Gestão de Recursos Humanos. Porto, Faculdade de Economia.
- R Core Team (2019). A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. Disponível na WWW:URL: <https://www.R-project.org/>.
- REIS, M. (2015). Avaliação de Desempenho e Motivação dos Recursos Humanos: caso da CIM Alto Minho. Tese de Mestrado em Administração Pública. Braga, Universidade do Minho.
- RIDDER, H. G., & MCCANDLESS, A. (2010). Influences on the Architecture of Human Resource Management. *Nonprofit Organizations in Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. Vol. 39, pp. 124-141.
- RIDDER, H., PIENING, E. e MCCANDLESS, A. (2012). The Third Way Reconfigured: How and Why Nonprofit Organizations are Shifting Their Human Resource Management. *Voluntas*, 23, pp. 605-635.
- RUWER, M. e CANOAS, J. (2009). Gestão de Pessoas em Organizações do Terceiro Setor: especificidade dos recursos humanos, perspetivas e desafios - notas introdutórias. *Serviço Social e Realidade*, pp. 107-132.
- RYAN, R., DECI, E. (2000). Intrinsic and Extrinsic Motivations: Classic Definitions and New Directions. *Contemporary Educational Psychology*, 25 pp. 54-67.
- SCHEPERS, C., GIETER, S., PEPERMANS, R., CAERS, R. e JEGERS, M. (2005). How are employers of the nonprofit sector motivated? A research need. *Nonprofit Management e Learship*, 16(2), pp. 191-208.
- SCHLOSSER, F., ZINNI, D. (2011). Transitioning ageing workers from paid to unpaid work in non-profits. *Human Resource Management Journal*, 21 (2), pp.156-170.

O CONTEXTO FILOSÓFICO DO PENSAMENTO DE BARNEY GLASER

--

THE PHILOSOPHICAL CONTEXT OF BARNEY GLASER'S THOUGHT

José Luís BRAGA
Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Portugal
josebraga@iesfafe.pt

Resumo

Esta obra fundacional da Grounded Theory (GT), intitulada *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, ainda que tenha constituído uma “pedrada no charco” do panorama sociológico da década de 1960, descurou o estabelecimento dos alicerces filosóficos em que se fundaria a nova metodologia. Barney Glaser, cofundador da GT, desvalorizou reiteradamente a argumentação relativa à perspetiva filosófica subjacente a esta abordagem metodológica. De facto, o sociólogo norte-americano considera que adotar uma perspetiva deste tipo reduz o amplo potencial da GT. Acresce que o teor da linguagem que emprega quando fala de emergência no processo simultâneo de recolha e análise de dados – tal como sucede em fases ulteriores de análise, quando refere que emerge uma categoria central – conduz a que determinados autores refiram que perfilha um paradigma pós-positivista. Este vazio filosófico concorreu para que se produzisse uma erosão e remodelação da GT por autores subsequentes, que aduziram explicações fragmentárias da ontologia, epistemologia e metodologia em que estaria radicada esta abordagem investigativa. A presente comunicação pretende fazer um mapeamento das principais influências filosóficas do pensamento de Barney Glaser. De facto, na esteira de Nathaniel, somos da opinião que é relevante identificar as bases filosóficas da GT porque o reconhecimento dos princípios, crenças e pressupostos filosóficos desta abordagem metodológica contribuirá para o robustecimento da estrutura, lógica e coesão da GT. Para Alvita Nathaniel, a GT Clássica é consentânea com a filosofia pragmatista de Charles Sanders Peirce, tanto com os seus pressupostos epistemológicos e ontológicos como com os princípios do método científico correspondentes. Julgamos, portanto, conveniente salientar as principais características desta perspetiva filosófica.

Palavras-chave: Grounded Theory, Pensamento Filosófico, História da Ciência, Pós-Positivismo

Abstract

This foundational work of Grounded Theory (GT), entitled *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, even though it was a breakthrough in the sociological panorama of the 1960s, neglected the establishment of the philosophical foundations on which the new methodology would be based. Barney Glaser, cofounder of GT, repeatedly devalued the argument concerning the philosophical perspective underlying this methodological approach. In fact, the American sociologist considers that adopting such a perspective reduces the broad potential of GT. Moreover, the content of the language he uses when he speaks of emergence in the simultaneous process of data collection and analysis - just as it happens in later stages of analysis, when he mentions that a central category emerges - leads some authors to claim that he adopts a post-positivist paradigm. This philosophical vacuum has contributed to the erosion and remodelling of GT by subsequent authors, who have offered fragmentary explanations of the ontology, epistemology and methodology in which this investigative approach is rooted. The present paper intends to map the main philosophical influences of Barney Glaser's thought. In fact, in the wake of Nathaniel, we are of the opinion that it is relevant to identify the philosophical foundations of GT because the recognition of the principles, beliefs and philosophical assumptions of this methodological approach will contribute to the robustness of the structure, logic and cohesion of GT. For Alvita Nathaniel, Classical GT is consonant with Charles Sanders Peirce's pragmatist philosophy, both its epistemological and ontological assumptions and the

corresponding principles of the scientific method. We therefore consider it appropriate to highlight the main characteristics of this philosophical perspective.

Keywords: Grounded Theory, Philosophical Thought, History of Science, Post-Positivism

1. Introdução

A obra fundacional da GT, intitulada *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research* ainda que tenha constituído uma “pedrada no charco” do panorama sociológico da década de 60 descuroou, porém, o estabelecimento dos alicerces filosóficos em que se escoraria a nova metodologia¹. Na realidade, de acordo com Mills e Birks (2011), tais preceitos influenciam o modo como o investigador se relaciona com os participantes, i.e., o posicionamento que ele adota no estudo.

Barney Glaser (1998), cofundador da metodologia, desvalorizou reiteradamente a argumentação relativa à perspetiva filosófica subjacente à GT. De facto, o sociólogo norte-americano considera que adotar uma perspetiva deste tipo reduz o amplo potencial da GT. Acresce que o teor da linguagem que emprega quando fala de emergência no processo simultâneo de recolha e análise de dados – tal como sucede em fases ulteriores de análise, quando refere que emerge uma categoria central – leva a que determinados autores refiram que perfilha um paradigma pós-positivista.

Este vazio filosófico concorreu para que se produzisse uma erosão e remodelação (Glaser, 2003) da GT por autores subsequentes, que aduziram explicações fragmentárias da ontologia, epistemologia e metodologia em que estaria radicada esta abordagem investigativa.

Todavia, por que razão é importante identificar as bases filosóficas de uma metodologia de pesquisa?. Nathaniel (2011, 187) oferece uma tentativa de resposta:

“If carefully attended, the first principles, assumptions and beliefs of a given philosophy contribute the ontology and epistemology to a *methodology* and hold it together. This provides structure, logic, and cohesion. Methodology carries through to the *method*, which includes practical steps or procedures such as data gathering, coding, and analysis and also language, images, relationships, and meanings. Thus, the philosophy’s assumptions and beliefs imbue the day-to-day practical application of the method and its eventual product. This engenders research that is ethical, logical, truthful, and cohesive – earmarks of good scholarship.”

A investigadora, de inspiração glaseriana, adiante refere que, quando carentes de bases filosóficas, tanto doutorandos como investigadores experimentados podem gerar teorias pouco coesas e desprovidas de lógica e serão mais suscetíveis de remodelar o método para que este se ajuste à sua mundividência.

¹ Concordamos com Birks e Mills (2011), quando estas autoras relevam a necessidade de entender a diferença entre uma metodologia e um conjunto de métodos. Uma metodologia decorre de uma filosofia congruente e é um conjunto de princípios e ideias que enformam um plano de investigação de determinado estudo. Os métodos, por seu turno, são procedimentos de índole prática utilizados para gerar e analisar os dados. Segundo as mesmas autoras, existe uma interação dinâmica que ocorre entre a metodologia e o método no processo de empreender uma pesquisa.

Posto isto, em seguida faremos uma breve incursão, sem pretensões de exaustividade, sobre a corrente filosófica que terá tido uma influência mais ou menos pronunciada na GT Clássica: o pragmatismo. O presente artigo está estruturado da seguinte forma: na seção 2 empreendemos uma revisão da literatura sobre o pragmatismo do filósofo norte-americano Charles Pierce e na seção 3 procedemos a uma reflexão sobre a influência do pragmatismo americano nos processos metodológicos da GT.

2. O pragmatismo de Charles Sanders Pierce

Nathaniel (2011) considera que a GT Clássica² é consentânea com a filosofia pragmatista de Charles Sanders Pierce, com os seus pressupostos epistemológicos e ontológicos e com os princípios do método científico correlativos³. Julgamos, portanto, conveniente salientar as principais características desta perspetiva filosófica.

2.1. As origens do pragmatismo

De todas as correntes filosóficas indígenas ou importadas, a mais afeita à cultura americana é o pragmatismo. Tal deve-se, desde logo, à sua génese – sem prejuízo de ser tributária do pensamento europeu – bem como aos princípios que regem as suas orientações fundamentais.

Não obstante, esta tendência conhecerá o seu ocaso com a Segunda Guerra Mundial. O declínio do pragmatismo será concomitante com a emergência do pensamento analítico no universo anglo-saxónico, consubstanciado pelo ascendente que as ideias de Frege, Moore, Russell e Wittgenstein ali exerceram, mormente a expansão do empirismo lógico, oriundo do Círculo de Viena, nos Estados Unidos (Cometti, 1995).

A história primitiva do pragmatismo confundiu-se com as ideias do seu fundador, Charles Sanders Pierce. Este filósofo nasceu em Cambridge, Massachusetts, em 1839. Por ser alheio ao mundo da academia, o pensador norte-americano foi secundarizado, em larga medida, pelos seus contemporâneos.

O pragmatismo foi, assim, cunhado por Pierce. O termo, de acordo com o seu autor, está intimamente ligado a um *experimentalismo* proveniente dos laboratórios científicos, que se acha, outrossim, na obra de filósofos como Kant, Berkeley e Spinoza.

² GT Clássica é a designação da metodologia GT na versão proposta por Barney Glaser.

³A autora defende esta conexão a despeito da afirmação de Glaser de que a GT Clássica é a-filosófica. Acresce que Gibson e Hartman (2014), embora congratulem a autora por ressaltar a necessidade de ser sensível aos sistemas filosóficos, alertam, igualmente, para os perigos das suas inferências, uma vez que nem Pierce nem o pragmatismo são invocados em *The Discovery of Grounded Theory*. Por outro lado, a mesma autora tenta encontrar uma posição filosófica que se ajuste a uma metodologia já existente, ao arrepio do que sói acontecer ao investigador comum que começa com um quadro filosófico (por exemplo, algumas considerações epistemológicas e ontológicas) sobre o qual, depois, erige a sua metodologia.

Pierce privilegia os ensinamentos que decorrem da ciência, «o pensamento racional concebe-se tendo por base os efeitos que estão ligados ao que uma *experiência* permite *observar*» (Cometi, 1995, 13).

2.2. A rejeição do cartesianismo

O termo cartesianismo é equívoco. Descartes fez uma tentativa audaz de reorganização do conhecimento humano, tendo sido esta empresa, ulteriormente, complementada pelos seus contemporâneos e sucessores em diversos sentidos.

O filósofo do *Discurso do Método* advogava que o conhecimento se alcançava através das ideias. Segundo Murphy (1995, 17), «as ideias adventícias, para Descartes, são imagens mentais, figurações mentais, isto é, figurações que estão em exibição num espaço interior chamado mente. Todo o pensamento tem ideias por objetos.» Possuir a ideia é crer que temos poder de introspeção – uma capacidade para deter o olho da mente nas ideias, no interior do nosso espaço mental, para determinar os conteúdos da mente; é assumir que somos depositários de uma aptidão intuitiva para discernir as ideias determinadas por outras ideias (Pierce designa-as “cognições mediatas” e distingue-as daquelas que o não são – “cognições intuitivas”, segundo o autor).

Pierce discorda de Descartes, argumentando, entre outras coisas, que não temos nenhuma destas apetências. Carecemos de poder de introspeção. Toda a nossa gnose do mundo interno é derivada da observação de factos externos. Igualmente, estamos desprovidos de poder de intuição para conhecermos a nossa própria existência.

O mesmo Pierce refere que Descartes – fundador da filosofia moderna e antagonista do pensamento escolástico anterior (que ele substituiu) – pode ser sumariamente enunciado da seguinte maneira:

- a) A filosofia deve ter início com a dúvida universal, ao passo que a escolástica nunca pôs em causa os fundamentos.
- b) O teste derradeiro da certeza deve ser achado na consciência individual. Por oposição, a escolástica jazeu sobre o testemunho das autoridades da Igreja Católica.
- c) O discurso multiforme medievo é comutado por uma cadeia única de inferência, dependendo, amiúde, de premissas inconspícuas.
- d) A escolástica admitia os mistérios da fé, mas procurou explicar todas as coisas criadas. Porém, existem muitos factos para os quais o cartesianismo não oferece qualquer explicação (Murphy, 1995, 19).

Pierce – que descobriu a abdução como terceiro modo essencial de inferência (a par da indução e dedução) – põe em contraste o espírito do cartesianismo com o que se poderia designar de espírito do experimentalismo, que é constituído pelos seguintes preceitos:

- a) Rejeição de que a filosofia deva ter início com a dúvida universal. Devemos começar com todos os nossos preconceitos; quando alguém tem uma dúvida autêntica, tem uma razão para duvidar. Está, então, em posição para indagar se essa razão é, ou não, uma boa razão para duvidar;
- b) Recusa de que o derradeiro teste de certeza deva ser descoberto na consciência individual. Pierce acrescenta que, nas ciências nas quais os homens chegam a acordo, quando se aduz uma teoria, ela é tomada como estando à experiência, até que esse acordo seja atingido. Depois de ser alcançado, a questão da certeza torna-se inútil, porque não quedaram dúvidas sobre ela na mente de ninguém. Prossegue Pierce: «nós, individualmente, não podemos, com razoabilidade, esperar atingir a filosofia última que perseguimos. Apenas a podemos procurar, portanto, para a *comunidade* dos filósofos» (Pierce cit. Murphy, 1995, 21). Murphy vislumbra neste postulado o gérmen da designada teoria limite da verdade, que Pierce consubstanciava num idealismo comunitário, que representa os pressupostos do método científico como, até um certo ponto, ditando a natureza da realidade.
- c) Contestação de que uma teoria filosófica deva ser uma única cadeia de inferência, como pretende Descartes. Para o pensador norte-americano, a filosofia devia emular as ciências bem-sucedidas nos seus métodos e, deste modo, «proceder apenas a partir de premissas tangíveis, que possam ser submetidas a escrutínio cuidadoso, e confiar mais na multiplicidade e variedade dos seus argumentos do que na conclusividade de qualquer um deles» (Murphy, 1995, 22).

2.3. O pragmatismo pierceano

A pedra-de-toque dos mais destacados ensaios de Pierce é atinente à *dúvida*: a dúvida enquanto fenómeno natural, a dúvida como estado que é comum a toda a gente. Prossequimos com Murphy (1995, 35): «a dúvida é um estado de preocupação, irritante, de insatisfação. Não dá orientação para a ação, forma de proceder. E, portanto, lutamos para nos libertarmos dela, para adquirirmos um hábito de ação, para atingirmos um estado de crença.»

Pierce denomina essa contenda para transformar a dúvida em crença (ou descrença) de *inquérito*. Defende que a irritação suscitada pela dúvida é o único móbil imediato para se forcejar por alcançar a crença, e a fixação desta (o estabelecimento da opinião) o único desiderato do inquirido.

Ainda segundo o mesmo pensador (Murphy, 1995, 36), «a produção de crença é a única função do pensamento». A dúvida emerge, geralmente, a partir de alguma indecisão, mesmo que temporária, nas nossas ações. Tudo isto gera tensão. Deste modo, mitigar a dúvida é elidir a tensão. E é a própria dúvida que nos instiga a fazê-lo.

Pierce conclui (Murphy, 1995, 38): «o pensamento em ação tem por único motivo possível alcançar o pensamento em repouso, e o que quer que seja que não se refira à crença não é parte do pensamento em si». A crença tem três especificidades:

1. É algo de que estamos conscientes;

2. Mitiga a irritação suscitada pela dúvida; e
3. Implica a instituição, na nossa natureza, de uma regra de ação, um hábito. Posto que a crença aplaque a irritação da dúvida, o que constitui o único motivo para pensar, o pensamento atinge o repouso, pelo menos temporariamente, quando a crença é lograda.

Porém, não se conserva em repouso longamente – visto que a crença é uma regra de ação, a sua vida é a sua aplicação, e cada aplicação pode franquear a passagem a uma nova dúvida e, logo, a novo pensamento para a aquietar.

Pierce acrescenta:

“A ausência da crença reside na instauração de um hábito, e crenças diferentes distinguem-se pelos diferentes modos de ação a que dão origem. Quando as crenças não diferem neste aspeto, quando acalmam a mesma dúvida produzindo a mesma regra de ação, então as simples diferenças no tipo de consciência que delas temos não chegam para as tornar crenças diferentes, tal como tocar uma ária em tons diferentes não é tocar árias diferentes.”

(Cometti, 1995, 18).

Toda a utilidade do pensamento é produzir hábitos de ação e o que quer que esteja relacionado com um pensamento, mas sendo inútil para o seu propósito, é um acréscimo a este, mas não parte dele.

A filosofia da crença de Pierce difere de uma filosofia da *ideia*. O elo que une a crença a uma *regra de ação* e a coloca sob o comando de um princípio de individuação baseado nos diversos modos de ação que gera está no âmago do que aparta pragmatismo de cartesianismo (e do paradigma da *representação* a ele inerente)

Pierce diverge do cartesianismo através de uma reelaboração do conhecimento escorada numa redefinição da dúvida e da pesquisa, que tem por fito o estabelecimento de uma opinião.

Para uma teoria que concebe a investigação de acordo com um modelo de representação, a verdade ou as origens da verdade precedem sempre as tentativas que se destinam a alcançá-la. Ao invés, uma filosofia da investigação entende a verdade na sua conexão essencial com a investigação. Destarte, «a verdade não é um dado nem uma condição prévia do conhecimento, é sempre um *resultado*» (Cometti, 1995, 33).

Pierce prenuncia o racionalismo crítico e, embora as suas teses não sejam inteiramente convergentes com as de Karl Popper, para ambos uma teoria que não contemple a falsificação não pode lograr um estatuto científico. Remata Cometti (1995, 33):

“Longe da infirmitade, o carácter falível dos nossos conhecimentos é uma garantia de cientificidade. A racionalidade é processual por natureza, e testa-se pela sua capacidade de acolher novas hipóteses e as revisões que elas exigem se for esse o caso. Em Pierce esta convicção está estreitamente ligada à teoria da *investigação*, bem como à sua crítica da indução e às concepções que desenvolve em torno da *dedução*, *indução* e *abdução*.”

Pierce comungou, também, do realismo dos pensadores medievos, nomeadamente Duns Escoto, na rejeição liminar de todas as formas de nominalismo. Distingue-se, comumente, o realismo metafísico como a postura que consagra uma existência autónoma dos universais. Inversamente, para o nominalismo, somente existem indivíduos, e os universais apenas se acham na linguagem. Com a querela dos universais, que antagonizou Duns Escoto e Guilherme de Ockham, como pano de fundo, Pierce opina que todo o conhecimento só pode revestir-se de um estatuto transitoriamente definitivo. O que Pierce designa de nominalismo concerne a inclinação para pensar, imaginar ou pretender, de qualquer coisa que seja, a existência, para lá do conhecimento, de uma realidade que para sempre se lhe furta (Cometti, 1995).

Para o pensador pragmatista, a realidade com a qual as características conferidas à pesquisa e aos conhecimentos que dela decorrem entram em consonância é a que se acha no *epílogo* da investigação, de maneira que as soluções parciais que a constituem, sem prejuízo de referência à realidade, mantêm, sem embargo, o pendor falível que a própria investigação exige.

É patente em Pierce a sua valorização do método experimental, o método da ciência, senão vejamos (Murphy, 1995, 45):

“Assim, é o método da ciência. A sua hipótese fundamental, reformulada em linguagem mais familiar, é esta: há coisas Reais, cujos caracteres são inteiramente independentes da nossa opinião a respeito deles; tais Realidades afetam os nossos sentidos de acordo com leis regulares e, apesar das nossas sensações serem tão diferentes entre si quanto o são as nossas relações com os objetos, apesar disso, tirando vantagem das leis da percepção, podemos certificar-nos, pelo raciocínio, a respeito de como as coisas são real e verdadeiramente; e qualquer homem, se tiver experiência suficiente e raciocinar o suficiente sobre tais coisas, será conduzido à mesma conclusão Verdadeira. A nova concepção [*sic*] aqui envolvida é a de Realidade.”

Visando assimilar nitidamente este conceito de realidade, Pierce exorta-nos a empregar a máxima pragmática, segundo a qual:

“A realidade, como qualquer outra qualidade, consiste nos efeitos sensíveis peculiares que as coisas que nela tomam parte produzem. O único efeito que as coisas reais têm é causar crença, pois todas as sensações que elas excitam emergem na consciência sob a forma de crenças. A questão, portanto, é distinguir a crença verdadeira (ou crença no real) da crença falsa (ou crença na ficção). Como vimos, no último ensaio, as ideias de verdade e falsidade, no seu desenvolvimento pleno, pertencem exclusivamente ao método experimental de estabelecimento da opinião [...]. Assim é com toda a investigação científica. Mentes diferentes podem partir com os pontos de vista mais antagónicos, mas o progresso da investigação condu-los, por uma força situada no seu exterior, a uma e mesma conclusão. Esta atividade do pensamento pela qual somos conduzidos, não para onde desejamos, mas para uma meta pré-ordenada [*sic*], é como a operação do destino. Nenhuma modificação do ponto de vista tomado, nenhuma seleção de outros factos para estudo, nem mesmo nenhuma inclinação natural da mente podem prover um homem da capacidade de escapar à opinião predestinada. Esta grande esperança está incorporada na conceção de verdade e realidade. A opinião que está destinada a merecer o acordo de todos os que

investigam é que chamamos de verdade. O objeto representado nesta opinião é o real. Eis como eu explicaria o real.”

(Pierce cit. Murphy, 1995, 45-46).

Do exposto se conclui que uma crença verdadeira é aquela fadada a ser digna do entendimento final de todos os que investigam cientificamente. Ademais, todo o objeto representado numa opinião verdadeira é real.

O pragmatismo e o positivismo lógico apresentam pontos em comum: uma postura favorável à ciência; um desprezo votado à metafísica e uma pretensa conceção afim da *verificação*, bem como da reflexão sobre a linguagem. Todavia, no entender de Cometti (1995), estas afinidades de pensamento entre as duas correntes são ténues.

3. Discussão e notas finais

Quando Barney Glaser e Anselm Strauss descobriram a metodologia da GT, as suas carreiras de investigadores estavam, já, consolidadas. Não obstante, desde o início aqueles sociólogos manifestaram a sua dívida para com os seus mestres; todavia, nenhum dos dois dissertou acerca dos fundamentos filosóficos da GT.

Os académicos norte-americanos escreveram amiúde sobre as influências que exerceu na metodologia o curso de matemática qualitativa e quantitativa que Glaser realizou na Universidade de Columbia sob a direção de Paul Lazarsfeld; a formação em *explication de texte* que Glaser frequentou na Universidade de Paris; a aprendizagem de construção de teoria que o mesmo sociólogo empreendeu sob a direção de Robert K. Merton e o estudo do interacionismo simbólico por Anselm Strauss, sob os auspícios de Herbert Blumer (Gibson & Hartman, 2014).

Muitos dos processos-chave da metodologia estão arraigados nas matérias acima mencionadas. Estas, todavia, não podem ser imputadas como referencial filosófico primordial da GT. Nathaniel (2011) sustenta que a metodologia, na sua versão clássica, é perfeitamente consentânea com a obra de Pierce.

Muito frequentemente, o interacionismo simbólico é conotado como alicerce filosófico da GT Clássica. Não obstante, Barney Glaser considera esta perspetiva ontológica como uma entre muitas possíveis.

A ontologia reveste-se de importância, uma vez que a conceção que o investigador tem da natureza da verdade e da realidade determinam a maneira como o mesmo recolhe, analisa e apresenta os dados da pesquisa. A ausência de um referencial filosófico no livro *The Discovery of Grounded Theory* (Glaser & Strauss, 2008[1967]) deu azo à emissão especulativa de posições ontológicas associadas à GT. Ainda segundo Nathaniel (2011), estas insinuações podem ter tido quota-parte nos ensaios inconsistentes de remodelação da metodologia que outros autores propuseram. Estas sugestões de

clarificação do método produziram uma erosão da metodologia em rótulos antagónicos: realista, construtivista, realista crítico, objetivista, relativista, interacionista, positivista, pós-positivista e outros.

De facto, a metodologia furta-se a uma classificação deste tipo em razão do vazio ontológico que perpassa pelas obras seminais da GT Clássica. Sem embargo, Glaser reconhece que:

1. Existe uma realidade objetiva que pode ser observada;
2. Mediante as suas possibilidades, o investigador reúne dados a partir da perspetiva do participante da pesquisa; e
3. A GT evidencia os padrões latentes nos dados.

Do exposto em 1, conclui-se que Barney Glaser reconhece a existência de uma realidade objetiva que se acha apartada do investigador. Por outro lado, a elaboração de hipóteses e teorias pressupõe que existem padrões previsíveis que podem ser observados.

De acordo com a metodologia em apreço, um conceito (categoria) denota um padrão que pode ser diligentemente descoberto através da comparação constante de dados decorrentes da amostragem teórica até à saturação concetual de índices permutáveis (Nathaniel, 2011).

A heurística advém da comparação de inúmeros incidentes entre si, e entre estes e o conceito gerado, o que revela o padrão designado pela categoria e os sub-padrões que são as propriedades da categoria. Deste modo, «*GT is a form of latent structure analysis, which reveals the fundamental patterns in a substantive or formal area.*» (Glaser cit. Nathaniel, 2011, 193)

A GT emenda eventuais erros ou vieses através da comparação constante e da abstração, que contribuem para a depuração dos padrões latentes subjacentes.

Embora Glaser negue que a GT lida com realidade co-construída, o mesmo autor reconhece a importância de dados fundados na perspetiva do participante da pesquisa. Acresce que a GT visa compreender a principal preocupação e a sua resolução, tomando em conta o ponto de vista dos participantes (evidenciado pelas suas palavras e comportamento). O sociólogo norte-americano assevera que o investigador procura entender, de maneira objetiva, «o que está a acontecer» e, depois, conceptualiza-o.

De acordo com Nathaniel (2011), a epistemologia do pragmatismo e a GT Clássica são análogas, pois ambas:

- a) Se escoram na classificação e agrupamento de símbolos (indicadores) para compreender os conceitos;
- b) Reconhecem que cada pessoa compreende e interpreta os símbolos a partir da sua perspetiva singular;
- c) Propõem que a realidade pode ser conhecida idealmente, através do uso de um processo científico autocorretor;
- d) Utilizam a dedução, indução e abdução como um meio heurístico.

A semiótica de Pierce é, ainda de acordo com Nathaniel (2011), afim da GT – onde os índices são os pedaços empíricos com os quais os investigadores operam enquanto organizam, categorizam,

concretizam e conjecturam. Quando coerentemente agrupados, os índices definem e descrevem cada conceito e distinguem-no de outros. Através deles, compreendemos o conceito.

Tanto Barney Glaser como Charles Pierce integraram os três tipos de lógica (indução, dedução e abdução) para estabelecerem uma metodologia científica. Pierce definiu indução como a generalização a partir de um certo número de casos, dos quais algo é verdade e inferência de que essa mesma coisa é válida para uma classe inteira (Pierce cit. Nathaniel, 2011). A metodologia desenvolvida por Glaser começa com a indução. Na GT, a explicação é fundada em dados empíricos e aclarada por intermédio de um processo de comparação constante.

Glaser denominou este processo de método comparativo constante e designou-o como uma estratégia intelectual basilar da análise da GT. Tanto Glaser, quanto Pierce postulam que, no cerne da metodologia científica, está a capacidade de agrupar itens por similaridade. Esta agregação pode resultar em conceitos formais e pode ser utilizada para gerar hipóteses.

Ainda segundo a mesma autora (Nathaniel, 2011), na metodologia em questão, a teoria emerge à medida que o analista avança e recua, num processo reiterado de comparação constante dos dados empíricos. Este método promove a abstração formal e corrige dados de fraca qualidade, uma vez que aperfeiçoa a fundamentação de cada conceito.

Na GT, a indução sucede quando as observações empíricas conduzem à generalização e concretização como fulcro da elaboração de teoria.

De acordo com Pierce, a abdução é motivada pela sensação de que é necessária uma teoria para explicar factos inusitados. A abdução persegue uma teoria, neste caso, o exame dos factos sugere as hipóteses (Nathaniel, 2011). Na GT, à medida que os conceitos e processos emergem, o investigador avança hipóteses putativas; este processo designa-se de abdução. Este tipo de raciocínio lógico é essencial para a GT, uma vez que se conjugam hipóteses correlacionadas para estabelecer uma teoria.

No entender de Alvita Nathaniel, ambos, Glaser e Pierce, privilegiam a abdução como a única maneira de desvelar novo conhecimento. As ideias do primeiro acerca da emergência são semelhantes à seguinte afirmação de Pierce (cit. Nathaniel, 2011, 196): «*Abduction makes its start from facts, without, at the outset, having any particular theory in view, though it is motivated by the feeling that a theory is needed to explain the surprising facts*». Para ambos os autores, os conceitos emergem a partir dos dados empíricos, que sugerem hipóteses e, ulteriormente, têm como corolário a teoria.

Dedução é o processo pelo qual se extraem conclusões relativas aos fenómenos observáveis que devem ser esperados se as hipóteses aventadas estiverem corretas. Glaser serve-se da dedução para completar a teoria. À medida que a teoria começa a emergir (através de um processo de abdução), o investigador pode surpreender lacunas na teoria. Por via de um raciocínio dedutivo, o teorizador pode fazer inferências atinentes à direção que a recolha de dados subsequente deve tomar. Portanto, para Glaser, a dedução orienta o investigador na direção mais correta para complementar a sua pesquisa e, posteriormente, rematar a teoria, dotando-a dos factos relevantes.

À guisa de conclusão, tanto Pierce como Glaser entendiam que, independentemente de onde as diversas pesquisas começassem, se observassem escrupulosamente a metodologia, os resultados que obteriam iriam estar em linha, e que investigações suplementares tenderiam a corrigir os resultados.

Bibliografia

- BIRKS, M., & MILLS, J. (2011). *Grounded Theory: A practical guide*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications Inc.
- COMETTI, J. (1995). *A Filosofia sem privilégios: Desafios do pragmatismo*. Porto: Edições Asa.
- GIBSON, B., & HARTMAN, J. (2014). *Rediscovering Grounded Theory*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- GLASER, B. (1998). *Doing Grounded Theory: Issues and discussions*. Mill Valley: Sociology Press, 1998a.
- GLASER, B. (2003). *The Grounded Theory perspective II: Description's remodeling of Grounded Theory methodology*. Mill Valley: Sociology Press.
- GLASER, B., & STRAUSS, A. (2008 [1967]). *The discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*. New Brunswick: Aldine Transaction. 3ª Reimp.
- MURPHY, J. (1995). *O pragmatismo: De Pierce a Davidson*. Porto: Edições Asa.
- NATHANIEL, A. (2011). *An integrated philosophical framework that fits Grounded Theory*. In: V. Martin, & Gynnild, A. (Eds.), *Grounded Theory: The philosophy, method and work of Barney Glaser*. Boca Raton, FL: Brown Walker Press, pp. 187-200.

A GEOGRAFIA DE MILTON SANTOS: NOTAS SOBRE A ATUALIDADE DE SEU PENSAMENTO EM TEMPOS PANDÊMICOS

--

THE GEOGRAPHY OF MILTON SANTOS: NOTES ON THE ACTUALITY OF YOUR THOUGHT IN PANDEMIC TIMES

Ariane Melchior Nunes da HORTA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ETSC, Brasil
arianehorta.geo@gmail.com

Guilherme CHALO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, IPPUR, Brasil
guilhermechalo@gmail.com

Resumo

Milton Santos exerceu um papel central na renovação crítica que a ciência geográfica tem atravessado ao longo dos últimos cinquenta anos. Produziu obras que são referências para a construção de um método e de uma outra razão de ser do pensamento geográfico. Podemos delimitar dois polos na sua obra que se entrelaçam ao longo da sua produção, mas que de alguma forma nos ajudam a pensar todo o seu corpo teórico. De um lado temos uma obra sobre urbanização e economia urbana e de outro, uma obra mais ensaística, que força a fronteira do pensamento geográfico para outros lugares e que propõe um método, uma meta-geografia que culmina na sua obra "A natureza do espaço" (1996) e que segue se desdobrando até à sua reflexão sobre a globalização. Esses dois momentos estão intimamente conectados, visto que a pesquisa temática do autor é que anima as reflexões teóricas, ao mesmo tempo em que ele revê processos sociais à luz da sua teoria. Os textos de caráter epistemológico do geógrafo captam um momento de profunda transformação da sociedade, pós a crise do capitalismo da década de 1970 e acompanham o que se convencionou chamar de "globalização". Ou seja, um momento de profunda reestruturação produtiva e política ao redor do globo: onde a razão neoliberal se torna pensamento único, a terceira revolução industrial altera as cadeias produtivas, a precarização se espalha e a metrópole se transforma na face do capitalismo, como Henri Lefebvre antecipou com o conceito de sociedade urbana (1970). Milton Santos chama esse momento de Meio Técnico Científico Informacional, e produz um arcabouço teórico para a interpretação deste momento que nos ajuda a pensar a atualidade do capitalismo pandêmico que se descortinou à nossa volta nos últimos tempos.

Palavras chave: Milton Santos; Globalização; Dois Circuitos da Economia; Pandemia

Abstract

Milton Santos played a central role in the critical renewal that science has undergone over the past fifty years. He produced works that are references for the construction of a method and another reason for being geographical thought. We can delimit two poles in his work that intertwine throughout his production, but that somehow help us to think his entire theoretical body. On the one hand we have a work on urbanization and urban economy and on the other, a more ensaistic work, which forces the frontier of geographical thought to other places and proposes a method, a meta-geography that culminates in his work "The nature of space" (1996) and that continues to unfold until his reflection on globalization. These two moments are closely connected, since the author's thematic research animates theoretical reflections, while he reviews social processes in the light of his theory. The geographer's epistemological texts capture a moment of profound transformation of society, after the crisis of capitalism of the 1970s and accompany what has been called "globalization". That is, a moment of profound productive and political restructuring around the globe: where neoliberal reason becomes unique thought, the third industrial revolution alters production chains, precariousness spreads and the metropolis become the face of capitalism, as Henri Lefebvre anticipated with the concept of urban society (1970). Milton Santos calls this moment the Informational Scientific Technical Environment and produces a

theoretical framework for the interpretation of this moment that helps us to think about the actuality of pandemic capitalism that has been presented around us in recent times

keywords: Milton Santos; Globalization; Two Circuits of Economics; Pandemic.

1. Introdução

Antes de refletirmos sobre a obra de Milton Santos propriamente, buscamos uma definição de geografia crítica e os seus representantes. Para situar o papel da geografia na modernidade e posteriormente, elencar um momento de virada importante no pensamento social onde a geografia tem um papel central e o pensamento de Milton Santos um lugar de destaque.

A geografia é uma ciência tardia, mesmo que os primeiros relatos de textos geográficos datem da Grécia antiga, é só no século XIX que vamos ver uma ciência com um corpo metodológico próprio. E o pensamento geográfico acompanha o espírito do tempo no sentido lato do termo, ou seja, o discurso geográfico é fundamental para a justificação da expansão da razão moderna do capital. Em última instância, o pensamento geográfico serviu como ideologia do poder no processo de expansão colonial do imperialismo do século XIX.

Edward Said em seu livro *Cultura e imperialismo* apresenta um sentido básico deste processo, segundo o autor,

“Tudo na história humana tem suas raízes na terra, o que significa que devemos pensar sobre habitação, mas significa também que as pessoas pensaram em ter mais territórios, e, portanto, precisam fazer algo em relação aos habitantes nativos. Num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar, terras que não são nossas, que estão possuídas e habitadas por outros.” (Said, 2011. p.39).

Portanto, produzir um discurso sobre o território era ao mesmo tempo produzir uma justificativa para a expansão do território (capital mundial), como por exemplo aconteceu com o pensamento alemão principalmente com a geografia de F. Ratzel, o mesmo com outras escolas de pensamento, processo que não vamos nos alongar. Mas podemos refletir como ainda hoje o pensamento e as tecnologias (toda estatística, mapeamento etc.) espaciais têm um papel central na gestão e controle dos territórios.

Na década de 1960 no pós-guerra, o geógrafo francês Yves Lacoste escreveu um trabalho fundamental de crítica ao pensamento geográfico intitulado “A geografia ser antes de mais nada para fazer a guerra” (1988). Um texto de crítica a esse comportamento que o pensamento geográfico exerceu desde a sua formação, um papel de gestão dos territórios e de formação do mercado mundial e de suas violências sob múltiplas escalas.

Esta obra em conjunto com outros textos do momento vai marcar uma conjuntura de crítica interna no pensamento geográfico, e hoje podemos reconhecer esse momento como um ponto chave na construção do que chamamos hoje de geografia crítica. Milton Santos exerce um papel central na

renovação crítica que a ciência geográfica passa ao longo dos últimos cinquenta anos, ele produz obras que são referências para a construção de um método e de uma outra razão de ser do pensamento geográfico. Sem dúvida sua obra ecoa em toda a produção da geografia brasileira hoje e ainda iluminará tantas outras reflexões que virão.

Com o perigo da redução podemos delimitar dois polos em sua obra que se entrelaçam ao longo de sua produção, mas que de alguma forma nos ajudam a pensar todo seu corpo teórico. De um lado temos uma obra sobre urbanização e economia urbana e de outro temos uma obra mais ensaística, que força a fronteira do pensamento geográfico para outros lugares e que propõe um método que culmina em sua obra “A natureza do espaço” (1996) e que segue se desdobrando até a sua reflexão sobre a globalização. Esses dois momentos estão intimamente conectados, visto que a pesquisa temática do nosso autor é que anima as reflexões mais teóricas, ao mesmo tempo em que ele revê vários processos sociais à luz de suas reflexões teóricas.

O que motiva esse segundo polo da obra de Milton Santos? Quais são as questões que o geógrafo brasileiro quer responder? Que momento do capitalismo, que espírito do tempo é esse onde Milton Santos produz?

Os textos de caráter epistemológico do geógrafo acompanham um momento de profunda transformação da sociedade, pós crise do capitalismo da década de 1970 e acompanham o que se convencionou chamar de “globalização”. Ou seja, momento de profunda reestruturação produtiva e política ao redor do globo, onde a razão neoliberal se transforma em pensamento único, a terceira revolução industrial transforma as cadeias produtivas, a precarização se espalha e a metrópole se transforma na face do capitalismo, como Henri Lefebvre antecipou com o “conceito” de sociedade urbana.

Portanto, Milton Santos chama esse momento de Meio Técnico Científico informacional, e produz um arcabouço teórico para a interpretação deste momento que ao nosso ver nos ajuda a pensar a atualidade do capitalismo pandêmico que se descortinou à nossa volta nos últimos tempos. Isto posto, o objetivo deste texto, a partir de uma revisão bibliográfica, é propor uma leitura da obra de Milton Santos e seus dois polos constitutivos e pensar a atualidade de sua obra como uma importante voz interpretativa para o momento pandêmico que estamos vivendo.

Na primeira parte do texto, traçamos a teoria dos dois circuitos da economia urbana e a sua importância para pensar a vida urbana na metrópole capitalista contemporânea. Na segunda parte do texto, pensamos a teoria miltoniana do processo de globalização, para pôr fim, pensar a atualidade desses dois momentos da obra do geógrafo brasileiro para pensar a atual pandemia de coronavírus.

2. Urbanização e os circuitos da economia urbana

Proposta por Milton Santos, a teoria dos dois circuitos da economia urbana capitalista busca explicar como as cidades dos países periféricos funcionam a partir de dois sistemas urbanos, o circuito superior no qual engloba os bancos e grandes corporações, entre outros e o circuito inferior no qual os empregos informais são contemplados, como o dos vendedores ambulantes. Ambos os circuitos estão presentes no cotidiano brasileiro e na paisagem urbana das cidades onde se expressam de diferentes formas.

Milton Santos acreditava que a teoria deveria ser compreendida de acordo com a realidade e o cotidiano de seu país e não em conceitos pensados para os países desenvolvidos e para isso, a obra estudada em questão se fez tão importante à compreensão da realidade brasileira. Milton inicia seu livro mostrando que a tendência de se comparar fatos e especificidades do mundo desenvolvido com o mundo subdesenvolvidos é errônea e atrapalha a análise dos fatos. Ele argumenta que há aproximações entre a Europa do século XIX com os países subdesenvolvidos do século XX, mas que não há como compará-los com igualdade por existirem em contextos diferentes.

A importância do circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos é marcada pelos processos de êxodo rural e ocupação urbana, com pouca oferta de emprego nas cidades. Muitas pessoas vivendo nas cidades, sem opções de trabalho, precisavam contar com o setor terciário da economia para sua sobrevivência, como apontou Oliveira (2013).

Refletindo sobre moradia e mais especificamente sobre as favelas, Santos é claro quando observa que não há uma assimilação direta entre favela e circuito inferior pois nem todos os trabalhadores pobres moram em favelas e nem todos que moram nas favelas, são pobres na mesma proporção. A favela tem dinâmicas próprias e que sem entender o processo histórico de sua formação, não se pode criar linhas diretas entre um circuito econômico e a questão da moradia. “Portanto, não há oposição entre favela e centro, mas oposição entre circuito inferior e circuito superior.” Santos (2008: 76)

Milton traz teorias acerca da favela e de seus trabalhadores, como a de Frankenhoff que diz que “a principal função da “periferia”, aqui a favela, seria de fornecer mão-de-obra ao “centro” e que este dado comanda as relações existentes entre os dois conjuntos” (Santos apud Frankenhoff, 1967). Porém para o autor, os dois segmentos da cidade exercem funções e atividades mútuas, que ambas as partes utilizam, ou seja, há uma dependência que é dinâmica.

O fenômeno dos dois circuitos da economia urbana não é um fenômeno contemporâneo, mas da época da industrialização periférica. No início da industrialização nos países subdesenvolvidos, ocorreu um grande êxodo rural, muitas famílias deixaram o campo em busca de emprego nas cidades e nessas cidades, a oferta de emprego era relativamente segura tanto na indústria, como no comércio e construção civil.

“Com a ausência de um comércio integrado ou especializado, como se encontra agora mesmo nas cidades médias e pequenas, com relações indispensáveis e diretas entre indústrias e comércio atacadista, não é possível falar da existência de dois circuitos econômicos nas cidades dos países subdesenvolvidos dessa época. “ (Santos, 2008: 82)

Com a industrialização, o processo de exportação de matérias primas e alimentos entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos foi reforçado. Conforme os países subdesenvolvidos se especializam em determinados tipos de produtos agrícolas a serem exportados, mais eles deixam de produzir alimentos para consumo interno e aumentam a taxa de importação destes produtos, dos países desenvolvidos. Além de que não se exporta o produto bruto: é mais rentável que a primeira transformação deste produto aconteça no país de origem, antes da viagem. Segundo Milton (2008: 88), “o comércio do circuito superior depende estreitamente dos fornecimentos que vem tanto das importações como da produção nacional”.

Santos (2008) acreditava que o período tecnológico em que vivenciamos conta com duas fases, a primeira seria a internalização da divisão do trabalho e a segunda a justaposição do mercado interno, diminuindo a necessidade de exportar. Nos países subdesenvolvidos a primeira fase continua com algumas diferenças, como a instalação de grandes indústrias em países subdesenvolvidos, que claramente não comportariam a produção, pois nestes locais se encontraria incentivos fiscais e mão de obra barata. Segundo Santos (2008: 94) “o comércio de exportação e a indústria de exportação são uma fonte de extração do excedente dos países subdesenvolvidos, particularmente em detrimento dos produtores e principalmente em benefício das firmas multinacionais.”.

Na literatura compreendia-se os processos ocorridos nos países periféricos em relação à industrialização e urbanização em padrões internacionais, que não abarcavam todas as nuances e diferenças que ocorrem aqui. “De resto, o trabalho é o fator essencial no circuito inferior, quando no circuito superior é o capital”. (Santos, 2008: 203)

Segundo Santos (2008:200) a terciarização foi muito utilizada na literatura para se referir “as atividades e as situações de emprego resultantes de uma urbanização sem industrialização.”. Para Milton, pensar essas realidades a partir do conceito de circuito inferior, enriquece e traz uma carga maior de familiaridade com as questões encontradas nos países do terceiro mundo. Segundo ele,

“... o circuito inferior é o resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que tem uma filiação em comum”. (Santos, 2008: 201)

Pensar no circuito inferior, é pensar na população pobre e migrante que ali encontra uma única saída à exclusão. Essas populações vulneráveis que se encontram sem emprego, mas que não estão desempregadas como o termo diz. O problema da terminologia sobre o emprego nos países do terceiro mundo ocorre quanto aos dados sobre emprego e desemprego que são normalmente utilizados.

O problema da nomenclatura utilizada é que ela não foi pensada para a realidade dos países do terceiro mundo, deixando muitas pessoas à margem do “emprego, desemprego e não emprego” (Santos, 2008). Não há como definir com precisão as pessoas que se enquadram nestes padrões sobre emprego, pois não há dados suficientes referentes as pessoas que se ocupam com empregos temporários, de rua,

domésticos e informais. Os padrões internacionais não se encaixam à realidade de sobrevivência destes países que é dinâmico.

O circuito inferior abarca muitas pessoas que se encontram sem emprego oficial de uma forma mais fácil e rápida e enquadra também os que não conseguiriam um lugar no comércio moderno. A ocupação é definida rapidamente, de acordo com a necessidade do sujeito, pois para entrar no circuito inferior é mais necessário o esforço físico, sua mão de obra, do que capital para se investir. Com muito pouco ou nada, muitos conseguem uma ocupação. Domésticas, distribuidores de panfletos, pedreiros e vendedores ambulantes são alguns dos empregos encontrados quando estes se encontram em necessidade e sem perspectivas de um emprego formalizado.

Uma das características observadas por Milton (2008) é que quanto menor é o grau de escolaridade do sujeito, mais fácil ele encontrará emprego, pois a mão de obra barata e volátil é uma das características principais do trabalho no circuito inferior, pois mão de obra especializada custa mais. Outra característica importante é a do armazenamento: ter trabalho rápido e sem grandes investimentos financeiros é crucial à obtenção de lucro, então estes novos comerciantes dependem do crédito à pequenos e médios varejistas, para dar o pontapé inicial em seus negócios.

Com isso, o estoque destes vendedores é sempre pequeno, podendo então transitar entre ruas e bairros, trens e rodovias, conforme a demanda exigir. Estas são algumas das especificidades do trabalhador do circuito inferior e principalmente dos vendedores ambulantes que, com pouco estoque de mercadorias e pouco investimento, constroem seu trabalho no dia a dia do comércio.

“O vendedor de rua é menos dependente da clientela que os outros. Ele vai à sua procura, ele tenta essa clientela; ou pode aproveitar ao máximo uma ocasião: nos dias de chuva, as ruas e os escritórios são percorridos por vendedores de capas e guarda-chuvas. Sua situação também lhe permite escapar dos impostos. Mas, sobretudo, o comércio ambulante permite que se mobilize um mínimo de capital.”
(Santos, 2008: 218)

O circuito inferior é marcado também pelo grande número de mulheres que muitas vezes trabalham em casa cuidando de crianças, fazendo faxina, cozinhando, sendo manicures ou abrindo uma portinha em sua própria casa onde vendem alimentos caseiros e comprados. Seja o vendedor ambulante ou a mulher que trabalha em sua garagem, seu tempo no trabalho é muito elevado, pois quanto mais se trabalha, mais chances de ganhar dinheiro se tem.

O que ocorre como pensado anteriormente, é que uma significativa parcela de trabalhadores do circuito superior pode ficar desempregada. Estes trabalhadores que podem ter mão de obra especializada ou não, buscam no circuito inferior da economia empregos rápidos e que supram suas necessidades financeiras, mesmo que emergencialmente.

O circuito inferior movimenta e dinamiza as relações de produção e reprodução do capital ampliado na cidade, é um setor chave para se entender o desenvolvimento do modo de produção e acumulação no Brasil, por estar presente desde a industrialização na realidade econômica e social deste país, como

também é essencial para se formar um panorama do trabalho no Brasil. Milton escreveu seu livro na década de 1970 e desde então, o capitalismo continua seu processo de valorização do valor, com mudanças mais expressivas no trabalho e, com trabalhos cada vez mais precarizados e informais.

3. Globalização

Na análise do professor Milton Santos, ele entende que o processo de globalização tem três características centrais: a globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade. Essas etapas de análise são estratégias para entender um mundo “confuso e confusamente percebido”. Um mundo onde

[...] de um lado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são as novas matérias artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. (Santos, 2009. p. 17)

Para Milton Santos as percepções sobre o fenômeno da globalização, são vistas de maneiras bastante confusas, criando alguns mitos sobre o atual sistema. Essa fabulação se dá por um motivo principal, qual seja a forma como a informação é transmitida à humanidade. Atualmente essa informação é feita por conglomerados internacionais que defendem um projeto de sociedade, uma classe, e massificam esse projeto nos meios em que são proprietários. Para Milton Santos vivemos em um momento de “Tirania da informação” onde a mesma é usada por aqueles que Milton chamou de “atores hegemônicos”. E são esses atores que retêm o modelo de produção e as técnicas, transmitindo

“... uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às empresas e instituições hegemônicas, é, já o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia. (Santos, 2009, p. 39)

Um mito que essa nova conjuntura do neoliberalismo nos traz, é a ideia de estado mínimo ou o “mito da morte do estado”. A teoria político-econômica do neoliberalismo traduz um estado mínimo, um estado que não intervém na economia. Mas sabemos que o Estado contemporâneo está cada vez mais entrelaçado ao sistema capitalista, os governos atuam cada vez mais para os sistemas de produção funcionarem, de várias maneiras, com reduções fiscais, criação de parques industriais, redes técnicas para escoamento de produção, até entregando as suas universidades para o sistema de inovação tecnológica que movimenta o modelo de competitividade em que vivemos; ou seja, o Estado está cada vez mais nas mãos das grandes corporações transnacionais, está cada vez mais a serviço do capital, nacional e internacional.

O capitalismo contemporâneo tem bases técnicas sólidas para uma ampla mundialização do seu processo de produção, ou seja, o processo de (re)estruturação produtiva iniciado na década de 1970. E esse novo processo de produção baseado na informação e na financeirização, produz uma nova racionalidade, um novo *ethos* que influencia diretamente o modo como os cidadãos vêem o papel do estado, negando a política e temas centrais em suas vidas, dividindo a sociedade e massacrando os movimentos sociais (Santos, 2009).

Portanto trataremos deste novo comportamento e de como este processo estabelece prejuízos para muitos e lucro para poucos. Assim devemos entender que os momentos que Milton Santos descreveu como formadores do processo de globalização não se excluem, portanto, a globalização vista como fábula já é o resultado de várias perversidades que o sistema capitalista nos proporciona e a globalização como possibilidade é uma necessidade a partir de toda essa perversidade.

Essa fabulação é proporcionada pelo uso da informação por atores hegemônicos, esses que concentram capitais, assim as técnicas e a própria informação só são usadas por aqueles que possuem o capital. Portanto vivemos em um momento histórico que a informação junto com o dinheiro tem centralidade na produção do espaço (Santos, 2009).

Aqueles que possuem capitais e meios técnicos querem manter o sistema, e a informação que é vinculada e dominada por atores hegemônicos que têm um papel de transmitir um “encantamento do mundo” como um modo de manter o sistema pelas mesmas bases históricas que ele foi criado. Portanto esse poder que é vinculado por atores hegemônicos, faz com que esse novo *ethos* seja tomado como caminho único para vida e assim conceitos como a competitividade surgem e tomam conta do espaço público em escala global.

Para entendermos o processo perverso do capitalismo contemporâneo, devemos compreender alguns pontos que se formaram historicamente. Um ponto de grande importância para esta análise é a cognoscibilidade do planeta: os conhecimentos técnicos evoluíram consideravelmente nos últimos anos, assim os meios de produção se alimentaram cada vez com mais tecnologia e informação, possibilitando uma maior eficiência para a circulação de capitais na escala global.

Em convergência há a uma financeirização do sistema que faz com que as empresas tenham uma maior capacidade de mobilidade, permitindo com que os capitais se fundem, criando grandes monopólios e concentração de capitais. Essa mobilidade possibilita que grandes territórios criem uma dependência financeira sobre os grandes monopólios e assim cada vez mais os governos cedem incentivos fiscais e territoriais para que essas empresas se instalem em seus territórios. Com isso, as populações destes territórios ficam completamente à mercê destes grandes capitais; assim os territórios são lugares onde as problemáticas do sistema se apresentam (Monken et al, 2008).

O capitalismo contemporâneo é um sistema produtor de desigualdade sociais e assimetrias territoriais como nunca observados na história moderna, o que o professor Milton Santos discorre sobre este período é a possibilidade, de um momento em que os conceitos deixarão de ser tomados como

mercadoria, e que a cultura de massa imposta pelo processo de globalização seja transposta por uma cultura de solidariedade.

4. Conclusões: a atualidade do pensamento de Milton Santos em tempos pandêmicos

A pandemia de coronavírus que a humanidade enfrenta ao longo dos anos de 2020 e 2021, nos chama para uma reflexão urgente sobre as raízes geo-históricas da emergência global, mas também as possibilidades de construção de uma agenda de saúde pública que nos permita compreender e agir, de forma radical, nos determinantes sociais em saúde.

O coronavírus não é a primeira doença de alcance global que experimentamos em nossa história. O cólera, a febre amarela e a malária deixaram marcas profundas ao longo século XIX. A gripe espanhola, que inaugurou “a era dos extremos”, e mais recentemente a gripe aviária nos contam uma história de integração dos mercados em um mundo em corrida para a globalização (Hobsbawn, 2013; Barry, 2020). Toda a história de enfrentamento sanitário marcado pela morte nos ensinou muito sobre como a produção do espaço determina o comportamento, a evolução e o combate destes agravos (Ujavari, 2011; Johnson, 2008).

É também verdade que os acontecimentos recentes nos mostram que estamos diante de um evento de saúde pública nunca visto, dado o nível de integração dos mercados globais--o desenvolvimento geográfico do capitalismo produziu uma sociedade com níveis de integração sem precedentes em nossa história (Smith, 1988).

O véu da hipótese lefebvriana de uma sociedade urbana (Lefebvre, 2008) se descortina em nossa frente e as consequências da crise do capitalismo, que se arrasta desde a década de 1970, são cada vez mais urgentes. Urbanização sem precedentes que observamos nos últimos anos já mostra seus limites e a atual pandemia de coronavírus é um resultado drástico desse longo processo de crise.

A irrupção que vimos ao longo dos últimos meses não se apresentou sem vozes de aviso. A obra de Mike Davis *O mostro bate a nossa porta* (2006) foi um alerta para os impactos do mercado global de alimentos, da desregulamentação neoliberal e da lucratividade sem freios da grande indústria farmacêutica. Ao mesmo tempo, foi um chamado global para um sistema de solidariedade nunca visto na história da humanidade.

Mesmo que Milton Santos não seja um autor oriundo das reflexões em saúde pública; suas reflexões podem nos ensinar e apresentar “ferramentas” explicativas para o nosso momento? A obra do geógrafo brasileiro é profícua no entendimento do processo de globalização - como demonstramos até aqui. Não só pela construção de uma teoria para pensar o processo, mas também por demonstrar as consequências urbanas da evolução do capitalismo contemporâneo.

Não podemos pensar o atual momento pandêmico, sem reconhecer que as redes técnicas do processo de globalização são as mesmas redes que difundem o vírus em escala global. Como apontamos, não é a primeira emergência de saúde pública que enfrentamos, porém, nunca enfrentamos uma doença com o atual nível de integração dos mercados e das cadeias produtivas.

A ideia de Milton Santos de convergência dos momentos, é importante para explicar como em tão pouco tempo um vírus consegue se espalhar em uma escala global, e ao mesmo tempo os diferentes sistemas de saúde ao redor do globo tiveram tanta dificuldade para impor barreiras sanitárias. Porque o sistema global é construído para a circulação dos atores hegemônicos, de seus capitais e de suas mercadorias.

Mesmo Milton Santos tendo nos deixado antes do atual momento, sua obra também nos oferece uma interpretação sobre as informações mentirosas e anticientíficas veiculadas nas redes sociais, comumente chamadas de “fake News”. Esse contexto de fabulação sobre o contexto pandêmico surge exatamente como uma “defesa” dos atores hegemônicos sobre a circulação de capital, visto que a principal medida sanitária nos momentos mais graves da pandemia foi o isolamento social¹ e a paralisação de várias redes técnicas² (Lima et al, 2020).

Portanto, a obra de Milton Santos sobre o processo de globalização nos apresenta hipóteses explicativas para o nosso momento, mas não só. Ela nos ajuda a compreender os impactos nos territórios, fundamentalmente na escala das grandes cidades com suas lógicas metropolitanas.

São nas grandes metrópoles do capitalismo contemporâneo, com seus dois circuitos da economia, que observamos os impactos sociais e econômicos da pandemia. A nossa conjuntura pandêmica nos mostrou uma metrópole cindida entre aqueles que puderam se proteger e aqueles que não. Entre aqueles com cobertura dos sistemas de saúde e os desamparados pela proteção do Estado. Na realidade brasileira, a perversidade se faz presente e observamos como a pandemia impactou de forma diferente territórios excluídos da metrópole; expressão do circuito inferior da economia³. Onde a tríade raça, gênero e classe são marcadores de desigualdade social e territorial.

Foi também nesse contexto pandêmico que nos observamos redes de solidariedade e de informação entre territórios excluídos, observamos uma repactuação por todo o mundo da importância dos sistemas universais de proteção social, como o SUS brasileiro e uma revalorização da crítica sobre os

1 “Medidas de isolamento social salvaram ao menos três milhões de vidas na Europa”, disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2020-06-08/medidas-de-isolamento-salvaram-ao-menos-tres-milhoes-de-vidas-na-europa.html>. Acesso em 18/10/2021.

2 “Voos cancelados pelo coronavírus: a situação das companhias aéreas que voam no Brasil”, disponível em: <https://economia.uol.com.br/todos-a-bordo/2020/03/16/situacao-das-companhias-aereas-que-voam-para-o-brasil.htm>. Acesso em 18/10/2021.

3 “Danos da COVID-19 a longo prazo: recuperação lenta do emprego e risco de aumento da desigualdade”, disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_797490/lang-pt/index.htm . Acesso em: 18/10/2021.

arranjos neoliberais do Estado no processo de globalização. São por essas mesmas frestas que Milton Santos estava propondo uma outra globalização.

Bibliografia

- BARRY, J. (2020). *A grande gripe: a história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos*. 1ª ed. Rio de Janeiro. Intrínseca.
- DAVIS, M. (2006). *O monstro bate à nossa porta: a ameaça global da gripe aviária*, São Paulo, Record.
- DAVIS, M. (2020). *O coronavírus e a luta de classes: o monstro bate à nossa porta*. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/16/mike-davis-o-coronavirus-e-a-luta-de-classes-o-monstro-bate-a-nossa-porta> /Acesso em 31 de março de 2020.
- JOHNSON, S. (2008). *O mapa fantasma: como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.
- HOBSBAWN, E. (2013). *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª edição. Companhia das Letras.
- LACOSTE, Yves. *A geografia- isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra*. Tradução de Maria Cecília França. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- LEFEBVRE, H. (2008). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- LIMA, C., SÁNCHEZ-TARRAGÓ, N., MORAES, D., GRINGS, L., MAIA, M. (2020). *Emergência de saúde pública global por pandemia de Covid-19: desinformação, assimetria de informação e validação discursiva*. Revista Folha de Rosto, v. 6, p. 5-21.
- OLIVEIRA, F. (2003). *Crítica da razão dualista*. 1ª edição, São Paulo: Boitempo.
- SAID, E. (2011). *Cultura e imperialismo*. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras.
- SMITH, N. (1988). *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SANTOS, M.. (2008). *O Espaço: sistema de objetos, sistemas de ações*. In: Técnica, Espaço, Tempo. 5. Ed. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.
- SANTOS, M... (2012). *Território e cidadania*. In: *O espaço do cidadão*. 7. Ed. São Paulo: Edusp. p. 139-151.
- UJVARI, S. (2020). *Pandemias: a humanidade em risco*. São Paulo: Contexto, 2011.

HORTA, A. M. N. H.; CHALO, G. (2021). *A geografia de Milton Santos: notas sobre a atualidade de seu pensamento em tempos pandêmicos*.
The Overarching Issues of the European Space - From Sustainable Development to Sustainability.
Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 355-366.
DOI:10.21747/978-989-9082-08-3/overa25

PARTE V

Ambiente e Sustentabilidade

.....

Environment and Sustainability

IS THE LANDSCAPE HALF EMPTY OR HALF FULL OF FOREST? BIOCENTRIC CONSERVATION VERSUS SOCIO-ECOLOGICAL LAND USE IN THE BRAZILIAN ATLANTIC FOREST

A PAISAGEM ESTÁ MEIO VAZIA OU MEIO CHEIA DE FLORESTA? CONSERVAÇÃO BIOCÊNTRICA VERSUS USO SOCIOECOLÓGICO DO TERRITÓRIO NA FLORESTA ATLÂNTICA BRASILEIRA

Scott William HOEFLE

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

scotthoefle@acd.ufrj.br

Abstract

US-style biocentric conservation policy which discriminates against poor farmers of the Brazilian Atlantic Forest is questioned using radical environmental history, critical political ecology and relational ontology perspectives. On-going field research undertaken in the mountains of central Rio de Janeiro state over the last three decades has detected the gradual marginalization and substitution of small farms by conservation units, rural weekend homes and hobby farms. Ecological GOs and NGOs hail the forest re-growth that has occurred as an example of how new environmental service and recreational functions can replace previous agrarian functions. In practice this involved erasing poor farmers from the landscape. It is argued that the main beneficiaries of this forced afforestation approach to conservation have been middle- and upper-class urbanites of Brazil as well as indirectly post-industrial countries so that the whole process borders on carbon colonialism with a distinctly urban bias. Against biocentric conservation another kind of land use is proposed which involves going beyond reinvented nature with socio-ecological land use which addresses environmental injustice and underwrites dignified rural livelihoods.

Keywords: forced afforestation, environmental justice, sustainable rural livelihoods, Atlantic Forest, Brazil.

Resumo

Com base em abordagens da história ambiental radical, da ecologia política crítica e da ontologia relacional, a adoção de políticas de conservação biocêntrica do tipo norteamericano no Brasil é questionada aqui porque discrimina contra agricultores pobres da Mata Atlântica. Em pesquisa em curso há décadas em zona montanhosa no centro do estado do Rio de Janeiro foi detectada a marginalização e a substituição de pequenas propriedades rurais por unidades de conservação, casas de veraneio e fazendas "hobby". Isso provocou um processo de regeneração de florestas que é exaltado por organizações governamentais e não-governamentais como exemplo de novas funções de serviços ambientais e de recreação que substituíram funções agrárias anteriores. Na prática, contudo, apagaram o pequeno produtor pobre da paisagem. Argumenta-se aqui que os principais beneficiários da regeneração florestal forçada são membros das classes médias e altas urbanas do Brasil e, indiretamente, os países pós-industriais, exprimindo um imperialismo carbônico que privilegia o urbano. Contra este tipo de conservação que se

baseia na natureza reinventada, sugere aqui outro – o uso da terra sócio-ecológico – que corrige a injustiça ambiental e contribui para modos de vida rural dignos.

Palavras chave: regeneração florestal forçada, injustiça ambiental, modos de vida rural sustentáveis, Mata Atlântica, Brasil.

1. Introduction

The inspiration for this critique of biocentric conservation in the Brazilian Atlantic Forest stems from participation in applied research projects on sustainable rural development in mountainous areas of the biome undertaken by the federal GO EMBRAPA, the research arm of the Ministry of Agriculture. In discussions with colleagues, who were agronomists, soil scientists and environmental engineers, I was surprised by their positive reactions to my findings that over time substantial areas of crop land had been replaced by forest on researched farms. This reaction was understandable given the advanced stage of deforestation of the biome: the local landscapes were now half empty of forest instead of almost completely empty in 1980.

I argued in vain that the process of forest regeneration involved environmental injustice toward poor farmers. Farms were small and the amount of forest now present on them was well above the mandatory 20% required by conservation legislation for the Atlantic Forest biome. From my political ecology reading of the landscape the amount of forest in the landscape was now half full, not half empty. In prime farming areas of the biome where medium and large holders have prevailed historically, only 20% is preserved, if that, because it is possible to buy marginal land elsewhere and count it toward the mandatory minimal limit. My colleagues' misreading of the landscape also can be questioned from a relational perspective because it projected an imaginary pristine nature into the distant past that existed before humans arrived in South America.

A number of key concepts from the recent Environmental History, Political Ecology and Relational Ontology literature are used here to understand the environmental injustice involved with forced afforestation policies in the Brazilian Atlantic Forest. These perspectives are discussed in detail and then illustrated in a mountainous area of Rio de Janeiro state, which has a disproportionate number of conservation units and is exposed to socio-ecological threats from the nearby metropolitan region.

2. Environmental History, Political Ecology and Relational Ontology arguments against biocentric conservation

The concepts of *conservation refugees*, *environmental dispossession* and *environmental ethics* from Radical Environmental History and Studies are combined with the concepts of *nature enclosures*, *green*

washing and *urban-rural exploitation* from Political Ecology to critically evaluate biocentric conservation policy. A relational approach of *hybrid society-nature*, *actor-network reassembly* and *connectivity* is also applied to socio-ecological land use to philosophically go beyond rationalist concepts of essentialized nature on which biocentric conservation is rooted.

In a global context of environmental backsliding, geopolitical wars over energy sources, violent counter-imperial movements and increasing social and regional inequality after 2000 Environmental History took a radical turn. A new generation of historians started to castigate past iconic actors of biocentric conservation, such as Marsh, Yellowstone and the Grand Canyon, that only took the good of the ecosystem into consideration and so justified ethnic and class cleansing of the landscape. In the hundred-year conflict between Western conservation and native peoples and poor peasants, the latter have been criminalized, dispossessed and turned into conservation refugees in order to produce pristine Nature to be visited in the comfort of a Sport Utility Vehicle or luxury mobile home by well-to-do urbanites from rich regions. Starting in colonial times and continuing into the present, biocentric Western worldviews of an essentialized Nature without (rural) human presence have been imposed on the rest of the world in order to create distilled nature reserves free from *anthropic action*. Local populations were removed from their ancestral territories and their productive systems deformed (Adams & Mulligan, 2003; Dowie, 2009; Griffin et al., 2019; Jacoby, 2014/2001).

This history of environmental injustice has its roots in a dualistic scientific worldview that arose in the late 19th Century in which researchers who study natural phenomena were radically separated from those who investigate human phenomena. On the biophysical side of this divide, scientists use reductionist explanatory frameworks in which interaction between analyzed parts of one phenomenal level are thought to cause what is observed at the level immediately above it (Merchant, 2004 Simmons & Cox, 1985). As a result, biophysical researchers receive little or no training in the human and agronomic sciences and this completely distorts the attitude that they bring to conservation. Biophysical scientists also tend to hold a naïve view of an idealized nature which existed before humans on the planet, the remnants of which must be set aside and protected. Consequently, park rangers and administrators with this worldview come to their work with a default negative attitude toward any human resident present in or near “nature areas”.

Against this view of rationalist science and biocentric conservation, Radical Ecologists and Environmental Historians developed a holistic view of science and conservation which mobilizes disciplinary knowledge across phenomenal scales and in the case of deep ecology and spiritual ecology even embraces a supernatural dimension inadmissible to secular materialism. Instead of separating nature from society, in the holistic view culture and environment are seen to be entangled entities and conservation policy needs to be decolonized. Instead of US-style national parks, European-style conservation/heritage units with sustainable human use are promoted. In the place of elitist biocentric environmental ethics, *homo-ecocentric environmental ethnics* are advocated in order to attend to both human and ecosystem value and moral status (Merchant, 2004; Pepper, 1996; Simmons, 1993).

Contemporary Political Ecology also presents critical views contrary to biocentric conservation. Political ecologists focus on how poor vulnerable rural and urban social groups suffer disproportionate risk from environmental degradation, carbon emissions and global climate change at the same time that they can lose their livelihoods to make way for essentialized nature (Huber, 2017; Holifield, 2015; Peet et al., 2011; Taylor, 2015). Political ecologists also increasingly criticize policies of mitigation of climate change based on carbon trade-offs because these green wash unsustainable agricultural, industrial and services activities, occult the destructive nature of capitalism and permit postindustrial and recently industrialized countries to continue polluting if they compensate this with state and private grants for conservation in poor countries. Adding insult to injury, carbon colonialism places the blame for rising global emissions on deforestation in the developing countries and not on industry and post-industrial life styles, which produce most of the emissions. This in turn validates nature enclosures and green wars that are perpetrated against tribal peoples and poor peasants who resist leaving areas set aside for conservation (Bumpus & Liverman, 2011; Büscher & Fletcher, 2014, 2018; Forsythe, 2003; Hoefle, 2013; Peet et al., 2011).

As most nature reserves are created in essentially rural areas, Kelly-Reif & Wing (2016) consider this to be *urban-rural exploitation*. Land is cheaper there and no one ever suggested leveling Wall Street and replacing the skyscrapers with forest. Class conflict becomes even more apparent when critical views of rural and eco-tourism are included in the evaluation of environmental policies. These leisure activities are often the only public use permitted by national park administrators and the main beneficiaries are urban middle- and upper-class individuals, i.e. people with a similar social background as the park administrators, and this accentuates bias against poor rural folk (Bicalho, Hoefle & Araujo, 2002; Hoefle, 2016).

Finally, these two approaches can be enhanced philosophically and ethnologically with 21st Century relational perspectives in the social sciences, which go beyond just studying conflict over natural resources and propose an integrated view of natural and social networks composed of humans, animals, plants, landscapes and objects, all of which are considered to be actors in their own right (Cresswell, 2013; Descola, 2013; Holbraa Pederson, 2017; Latour, 2004, 2005, 2013; Whatmore, 2002).

Latour (1994, 2004, 2013) and Descola (2013) are perhaps the greatest critics of the separation of human society from biological nature, which they empirically show to exist only in modern Western science. Against this view of a single ontologically independent Nature, whose secrets are revealed by objective Western science, relationalist social scientists show that there are as many natures as there are cultures, each of which groups people and other beings in different ways. Scientific concepts of Nature and Society/Culture are considered to be incomplete ontological amalgamations that occult at least fourteen different inter-relational modes of existence identified in Western thought which span the divide between humans and non-humans. Humans have ten specific modes and share another four with non-human entities. As a result, instead of splitting up phenomena for separate study by human and biophysical scientists, who due to different epistemologies and methodologies do not understand one another, a relational perspective proposes the holistic study of human and non-human networks.

Relational ontology also takes the interdisciplinarity of Environmental Studies a step further by turning phenomenal scales on their side and so flattening relationships between humans and other beings in an attempt to go beyond anthropocentric Western science, which has historically exalted human superiority. Against the extremes of rationalist Nature and socially constructed Nature, relational radical empiricism occupies the middle ground: other beings are considered to have their own modes of existence outside of our own, which can converge or cross paths with “us” and so enter into relationships of dependence, interdependence or maintain their independence vis-à-vis humans. Relational theorists also further develop the metaphysical dimension in environmental ethics and ideological worldview by including beings of metamorphosis (divinities of transformation) and beings of religion (gods of salvation and the end of times) in their investigations (cf. Latour, 2013).

Consequently, starting out from very different theoretical perspectives Environmental History, Political Ecology and Relational Ontology arrive at the same conclusion: biocentric conservation is unjust and so cannot be considered to be sustainable in any socio-ecological sense of the word. Indeed, it is bad faith to promote environmental conservation at the cost of poor rural people in some parts of a national territory in order to validate unfettered development in the vast majority of the urban and rural landscapes present in the rest of that country. Rickard (2007) is more to the point when he contrasts the US national parks ringed by gaudy motor lodges, fast-food establishments and souvenir shops and productivist landscapes further afield to the European model of conservation units within larger governance regions promoting overall sustainable development.

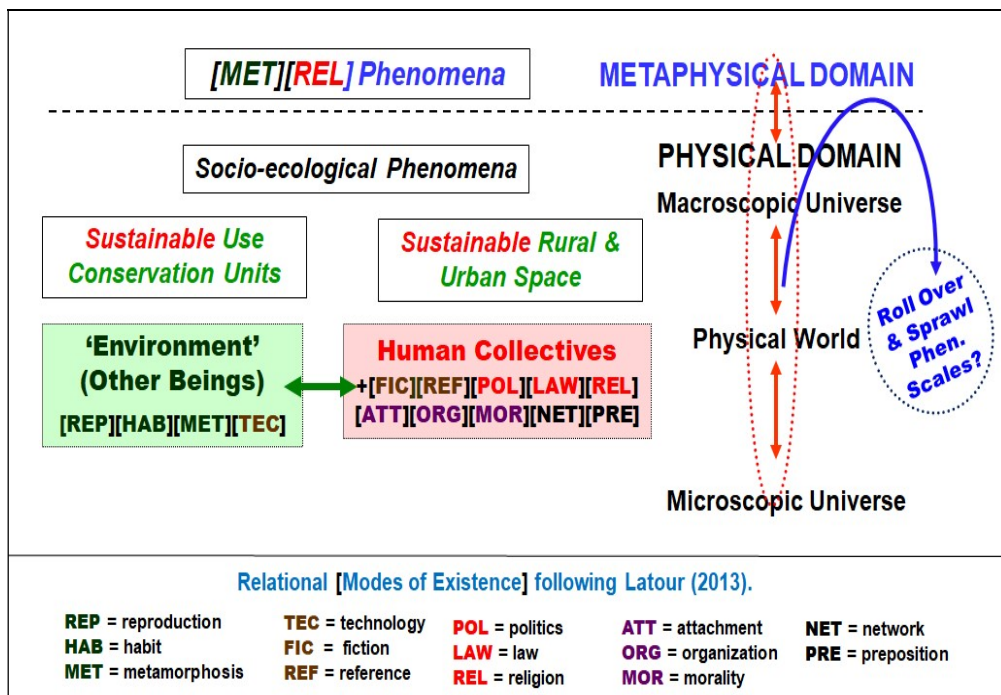


Figure 1 - Holistic science and socio-ecological ontology. Adapted from: Hoefle (2020).

Thus informed by these three theoretical perspectives, what would socio-ecological land use look like? First of all, there would be no sharp separation between human spaces and natural spaces so that while a gradient from less to more domesticated space would be recognized there would be sustainable use throughout all of it (Figure 1). All living and non-living actors are considered to have intertwined modes of existence, some specific and others held in common. Similarly, the interaction of metaphysical and physical entities, like that present in animist worldviews, is included in investigations. Finally, to avoid anthropocentrism and disciplinary chauvinism, real interdisciplinary science would flatten, or better, roll over phenomenal scales, turning them into so many tangled paths of existence coursing side-by-side on a level ontological playing field.

3. Brazilian conservation policy over time

Today both biocentric full preservation national parks and conservation units which permit sustainable use are present in Brazilian environmental policy but are skewed spatially. During much of the 20th Century conservation policy in Brazil mimicked the US model of biocentric national parks. Inspired by Yellowstone, the Brazilian Forest Code of 1934 enabled the creation of two of the first three full-preservation National Parks in a mountainous region of Atlantic Forest located between Rio de Janeiro and São Paulo. In addition to these, a large conservation area already existed within the city of Rio de Janeiro since the 1860s. Ideally only nature tourism could be practiced within the limits of the parks but in fact some farmers who had been living in the area for centuries were allowed to stay (but as we will see below their farming systems were completely deformed by restrictions). The Forest Code of 1965 in turn created new kinds of conservation of units: full-preservation Biological Reserves where only research can be undertaken and National Forests where economic use can occur. In the 1990s in a context of neo-liberalism, the federal government enacted legislation permitting Private Natural Reserves, which made class-based, urban-rural conflict even more explicit (Bicalho & Hoefle, 2020).

In 2000 the National System of Conservation Units (SNUC) was implemented in Brazil, which made an important distinction between full-preservation units on one side and on the other nature reserves with multiple sustainable uses. National Forests, Extractive Reserves, Sustainable Development Reserves and Indigenous Lands fall in this latter group, which allow low-impact land use and permit prior residents to stay, particularly if they are “traditional populations”, such as Amerindians and historic riverine peasants of the Amazon, who are numerous in that region. Consequently, the second kind of conservation units is concentrated in the Amazon while biocentric National Parks and *de facto* biocentric Private Nature Reserves are the norm elsewhere in Brazil. Land use in the Amazon is also more restrictive. Outside of conservation units 80% of the land on private farms should remain in forest while this drops to 20% to 35% in other

Brazilian biomes. In addition to these limits twenty meters of gallery forest must be protected in either side of water courses in all biomes.

4. From deforestation to forced afforestation in the Brazilian Atlantic Forest

In environmentalist discourse and older kinds of environmental history, the Brazilian Atlantic Forest is considered to be the most threatened biome in the country. Dean (1995) in a historical study of deforestation of the Atlantic Forest since Portuguese colonization in 1500 up to 1990 details how over the centuries successive export cycles provoked extensive forest clearing until only 7% to 8% of the original forest cover remained in the late 20th Century. This occurred because the biome was the first to be occupied by European colonists and today most of the Brazilian population live in teeming cities located on the coast or just inland.

The Atlantic Forest occupies an area of 1,315,460 km² situated along the east coast of Brazil, stretching from Rio Grande do Norte state in the north to Rio Grande do Sul state in the south (Figure 2). With altitudes ranging from sea level up to nearly 2,800 meters in the highest peaks, the Atlantic Forest presents a huge variety of tropical and sub-tropical micro-environments and has one of the greatest biodiversities on the planet, being home to about 15% of the world's species (Dean, 1995; Lino, 1992; SOS Mata Atlântica, 2019). This state of affairs no doubt justified conservation efforts but not achieving this through the perpetration of environmental injustice to poor farmers of the biome.

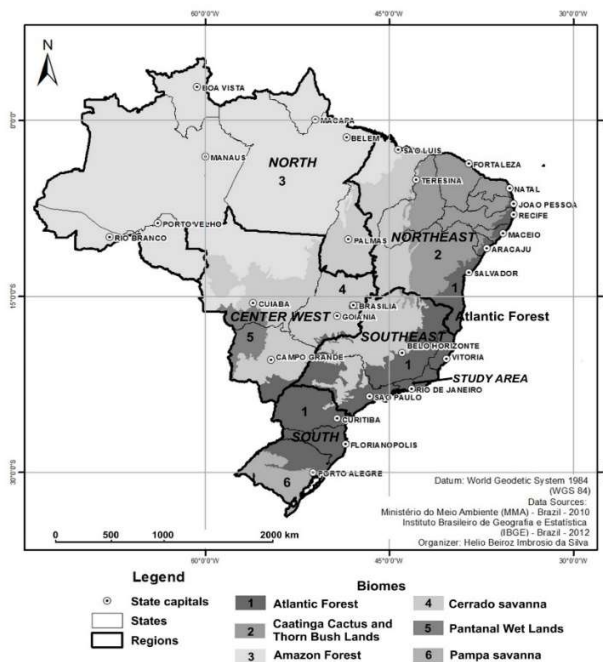


Figure 2 - Brazilian biomes and the study area near Rio de Janeiro.

During the 1980s regional trends were set in course which changed the long-term dynamics of deforestation to forest regeneration in the Atlantic Forest. One could almost call this a process of forest transition (cf. Mather and Needles, 1998). Highly competitive export commodity production arose in the Central-West region of Brazil. This development did not affect flatter lands of the Atlantic Forest which not only remained competitive in commodity production but also adopted what Wilson and Barton (2015) call super-productivist systems. Both trends caused farm redundancy and forest regeneration in agriculturally marginal parts of the Atlantic Forest, much like what occurred in the U.S. Atlantic Forest during the 19th and 20th Centuries (Hoefle, 2019). In the mountains located behind the industrial cities of the South and Southeast regions, farming remained dynamic in valley bottoms where vegetables and fruit are produced for the metro market but became redundant on the upper slopes where forest re-growth has been concentrated. In a classic push-pull migration pattern, the farm sector lost population to the industrializing cities during the latter part of the 20th Century, which restricted planting labor-intensive crops and caused problems with farm succession. At the same time, from the 1990s onward, numerous conservation units were set up in the mountains where most of the remaining forest of the biome was located. Poor farmers bore the burden of this policy because in the past the higher slopes were not appropriate for export crops and historically were left to smallholders whose farming systems have now been deformed by unjust conservation measures.

Consequently, these developments transformed deforestation to afforestation in the Atlantic Forest, particularly if one counts robust secondary growth as forest like Araujo et al. (2007) do. These researchers reported 20.8% of the biome in forest at the date of their publication as opposed to only 12% today by the NGO SOS Mata Atlântica (2021). Current figures reported by the IBGE (2022) put forest cover at 27%, even if this is qualified as “only 27%”. Based on this, one could argue that the Amazon biome of the North and particularly the Cerrado savanna biome of the Central-West are currently under greater pressure from agribusiness and mining than the Atlantic Forest. The World Wildlife Fund (2021) recently revised its figures for the Cerrado to only 19.8% of the savanna lands remaining in pristine conditions. The current right-wing federal government sabotaged environmental restrictions after 2018 and the Amazon is once again under onslaught by illegal loggers, gold prospectors and ranchers.

The negative effects of forced afforestation on poor farmers are illustrated in a case study in the mountains of Rio de Janeiro. Brazilian conservation efforts first arose in this area during the 1930s and it is where extensive ecological corridors and mosaics were implemented after 1990 (CNRBMA, 2004; ITPA, 2011). Rio de Janeiro state is situated in the Southeast region where the most dynamic metropolitan and industrial areas are located in Brazil. The nearby mountainous areas are considered to be important sources of clean water, carbon sinks, second homes in the country and recreational areas which are thought to compensate the polluted air, fouled rivers and stressful violent lifestyle of the sprawling coastal cities. Indeed, when treating increasing emissions produced by cities the automatic solution is always planting

more trees in rural areas of the Atlantic Forest, as Moreira (2011) suggested in an article on the environmental impact of the growing fleet of vehicles in Brazil.

Farmers in the Atlantic Forest suffer further restrictions than those applied to other biomes. In 2006 the implementation of Law no. 11.428/2006 prohibited cutting primary forest and cutting secondary growth with a diameter of more than 3 cm, i.e. the equivalent of a hoe shaft. These restrictions barely affect commodity farmers in long-deforested flatter land of the biome who can even compensate using all of their land if they invest in private or public conservation elsewhere in the biome, ideally in the same river valley. Most small holders are situated in steep terrain with numerous water courses that is located in two parallel mountain ranges which roughly run north to south down the lower half of the biome: the Serra do Mar (the Coastal Mountains) and the Serra da Mantiqueira located further inland. In the study area these farmers were directly impacted by both the expansion of existing conservation units and creation of new ones in the attempt to form a continuous mosaic of forest as well as by the specific restrictions to farming in mountainous areas.

The Brazilian NGO SOS Mata Atlântica is the most important environmental group working in the Atlantic Forest. This organization was created in 1986 by a group of scientists, business people, journalists and environmental activists who pressured for the government measures cited above and was responsible for lobbying for the establishment of a number of conservation units, particularly in the mountains of the Southeast and South (SOS Atlântica, 2021). The marginality of the mountains for Brazilian agribusiness producing for global commodity markets also made the task of SOS Atlantic Forest far easier than promoting conservation in other regions (for more details see Hoefle, 2019).

5. Nature enclosures near metro Rio de Janeiro

The study area of central Rio de Janeiro state is situated at the point of transition from essentially rural space inland to the metropolitan region of Greater Rio de Janeiro located on the coastal plains. Three different kinds of rural landscape are encountered in this area: 1) deforested landscapes which stretch from the lower leeward slopes of the Coastal Mountains, across the Paraíba River Valley and up the windward slopes of the Mantigueira Mountains, 2) mixed field and forested landscapes situated in the high inter-mountain valleys of the Coastal Mountains and 3) forested landscapes on the high windward slopes of the same mountains (Figure 3). Productivist tomato production and dairy farming predominates in the first landscape while dynamic productivist and post-productivist vegetable and fruit farming is undertaken in the inter-mountain valleys (details concerning these landscapes are available in Bicalho & Hoefle, 2002; Hoefle, 2009, 2019). This chapter will focus on the third kind of more forested landscape where historically undercapitalized farmers suffered a process of nature enclosures from conservation units and restrictive

legislation as well as pressure from the expansion of weekend homes whose owners of metro origin want to consume “nature”.

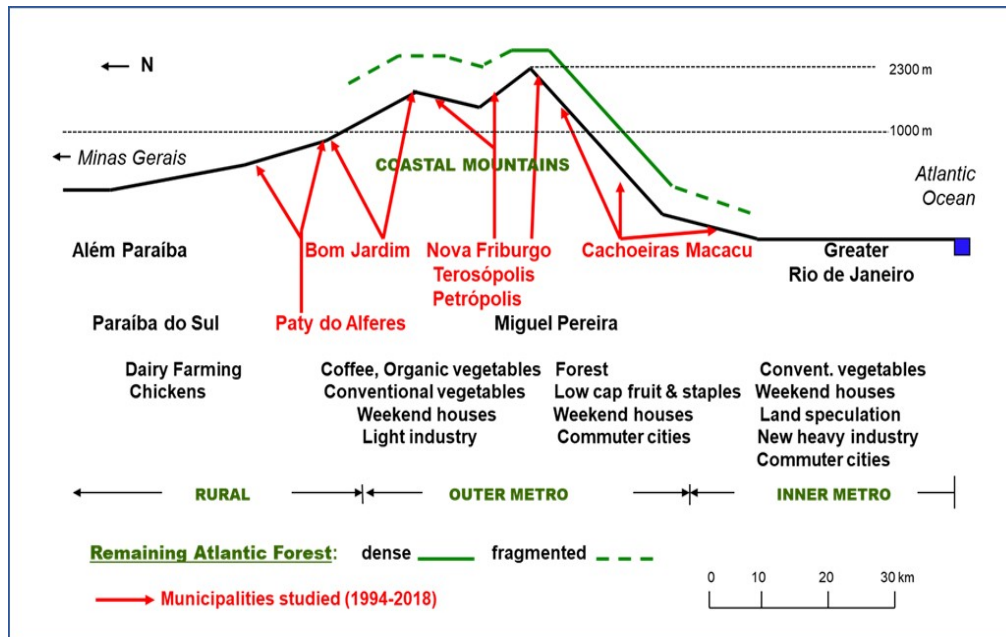


Figure 3 - Cross section of land use in metro Rio and beyond.

In contrast to the dynamic farming of the inter-mountainous valleys, until 2000 one could still encounter slash-and-burn agriculture in steeper upper valleys of Bom Jardim, Nova Friburgo and Cachoeiras de Macacu municipalities. Little or no bottomlands are present in these places and fully modern agriculture never developed there. The lower hillsides were cultivated with shifting agriculture and the hilltops were covered by 50- to 100-year old secondary forest. Food crops, such as maize and sweet potatoes as well as a large number of vegetables were planted for self-provisioning on the middle and lower part of the slopes together with yams, manioc and bananas for the market. A system of shifting agriculture with six-year fallows was used so that fertiliser was seldom necessary. The great variety of rustic crops planted also reduced the need for pesticides, which were rarely employed (Figure 4).

As these areas are located near the conservation units set up from the 1990s onward, farmers were pressured by environmental agencies to curb rotating fields and to stop the practice of slash-and-burning. This represented the final blow to farming in the upper valleys because during the 1980s farmers had been changing crops and methods to adjust to the loss of children and workers who left for other types of

employment in urban areas. Farmers ceased producing low-price staples on the drier convex part of slopes and concentrated on bananas planted in concave depressions located along small creeks flowing down the slopes. Bananas are permanent crops which involve little work, do not need expensive agro-chemical products and generate reasonable income. This change in itself caused considerable forest regeneration on slopes (Figure 5, 6).

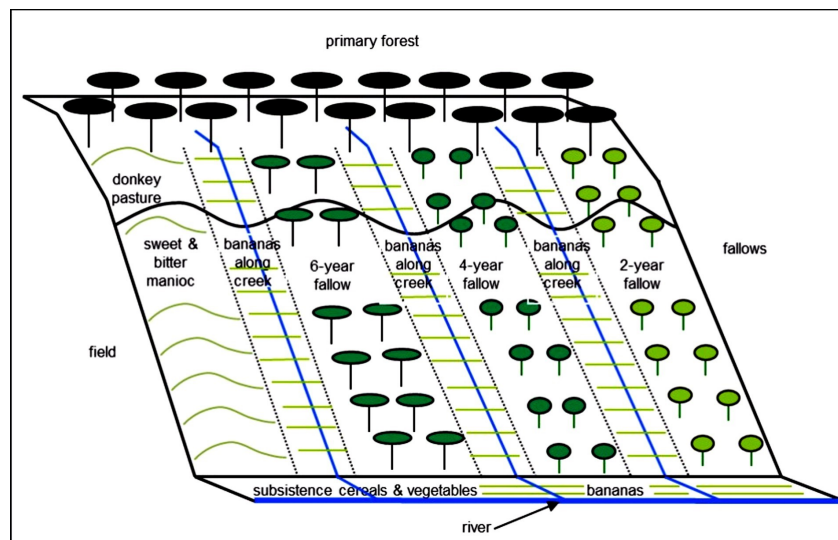


Figure 4 - Shifting agriculture with medium fallowing in the upper valleys of the windward slopes of the Coastal Mountains, c. 1960.

Source: Field research (2011).

Where farmers tried to continue cropping old fallows, the federal environmental protection agency IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) forced them to stop or be fined. Today farmers become anxious when a helicopter flies nearby for fear that it may be the IBAMA checking for illegal fields. Recent legislation requiring farmers to geo-reference their land will make IBAMA's work easier. The agency now has access to satellite imagery in real time which has been used effectively to combat deforestation on the Amazonian frontier (before the current anti-environmentalist federal government).

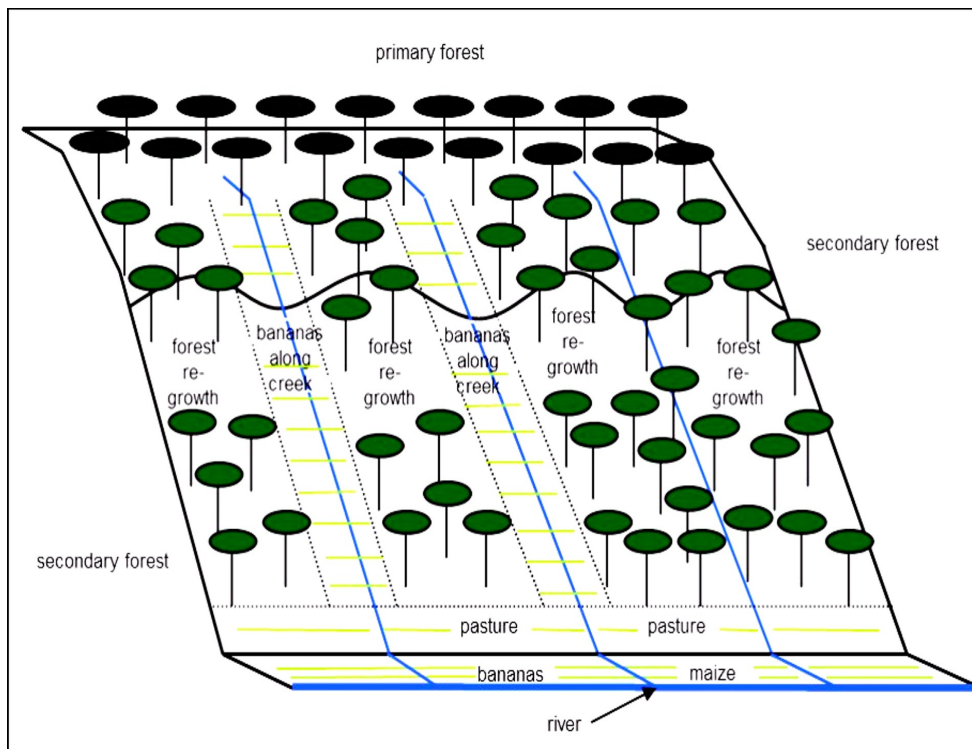


Figure 5 - Permanent banana cropping and afforestation in the upper valleys of the windward slopes of the Coastal Mountains, 2011.

Source: Field research (2011).

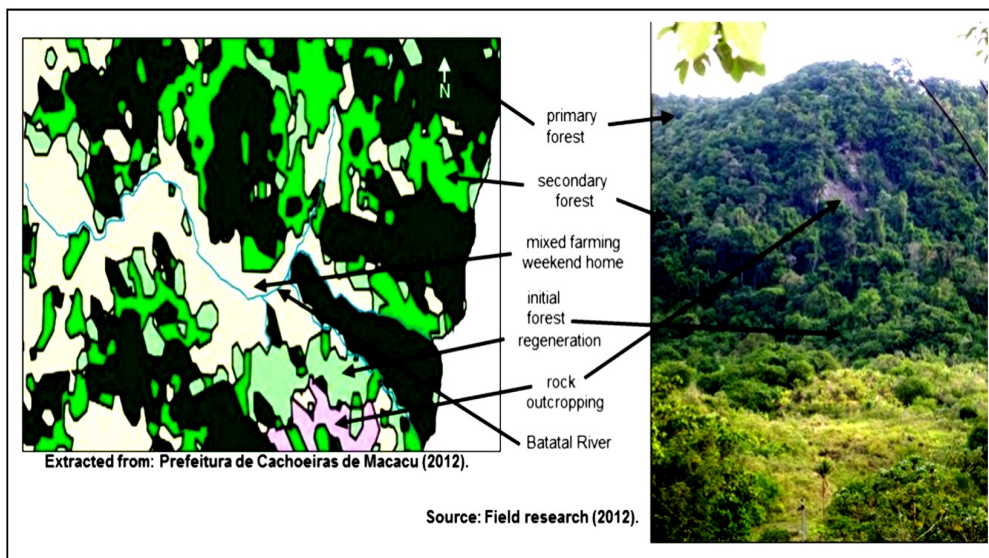


Figure 6 - Different phases of forest regeneration in the Batatal valley, Cachoeiras de Macacu Municipality.

However, as fields are no longer rotated, land degradation occurred. Local farm extension agents in vain tried to show that the fallowing system was sustainable as did more enlightened EMBRAPA researchers like the late Heitor Coutinho who argued that in addition to promoting recovery of soil fertility the practice of fallowing also resulted in better soil structure than that found in permanently cultivated fields. These arguments fell on deaf ears because the IBAMA officials are usually biologists with little or no training in the human and agricultural sciences so that they often consider people to be a menace.

As a result, rural population has not been renewed and elderly farmers now predominate. Of interviewed farmers (n = 32) in Cachoeiras de Macacu, 22% are between 50 and 59 years of age and 58% 60 years and over. Farming now makes up a smaller part of their income, most of which comes from monthly government social transfer payments. No income is received for environmental services and farmers resent this fact. Some family members manage to find work as caretakers on nearby weekend homes, work weekends in a local rural hotel or full-time in a small mineral water factory in which they earn the minimum wage (Table I).

Similar trends were encountered in the upper reaches of the Pitu Aceso valley, situated on the high leeward side of the Coastal Mountains in Bom Jardim municipality. This area is not part of a buffer zone of a conservation unit but has significant forest reserves present so that the valley has suffered the same restrictions to cutting fallows, has an aging rural population and has lost population since 1980. Over the last three decades all workers and most farmer children left the countryside so that of the 61 families previously present only 19 remain today. Closed houses and homes in ruins are a common sight. Farmers between 50-59 years of age now constitute 39% of the total and 28% are 60 or over. Elderly couples try to till their land but they are no longer in physical conditions to do so and the only temporary labor available is that of neighbors who also lack labor.

Table I - Average annual income for interviewed small farmer families in Cachoeiras de Macacu.

<i>Source of Income</i>	<i>US\$2011*</i>
Farming	246.56
Non-farming	374.47
Retirement	381.71
Other transfer payments	21.81
TOTAL	1,024.55

Source: Field research (2011). * US\$1.00 = R\$2.40

All of these contrary pressures to farming resulted in forest cover increasing significantly, particularly in the upper part of the valleys. Before 1980 in the Batatal Valley of Cachoeiras de Macacu, interviewed farmers only had about 10% to 20% of their land in forest while today farms located in the upper valley have 65% of their land in forest and farms of the middle valley 38%. This is well above the mandatory 20% of farms that must be maintained in forest. To make matters worse farmers who still plant bananas along

creeks located on the slopes in the upper valley are infringing environmental legislation which protects water courses and if enforced could exclude what little land that they still till. As one moves down the valley it widens so that more bottomland is present in the middle part. Farmers there no longer farm on slopes and concentrate their activities in the bottomlands. That is if they have not sold their prime farm land to weekend tourists and land speculators. Concerning this, Figure 7 only shows “half of the truth” (cf. Clifford, 1986). The photograph does not include a weekend house sub-division just off to the right and to the left land being bought up by a crime lord to raise horses for money laundering purposes. Consequently, the bucolic rural setting in between is being hemmed in and farms are sold off one-by-one.

In this context of the penetration of urban capital, local extension agents complain that the IBAMA never fines the “new” rural actors. A local rural hotel which serves as a Protestant religious retreat cut a swath of primary forest down to the river in order to install a slide for the guests to use. There is hardly a tree in sight on the grounds. Similarly, environmental agents would never dare to fine the crime lord for fear of losing their lives. As the IBAMA has to bureaucratically show results the only ones left for enforcing the ban on cutting forest are the politically-weak poor farmers.

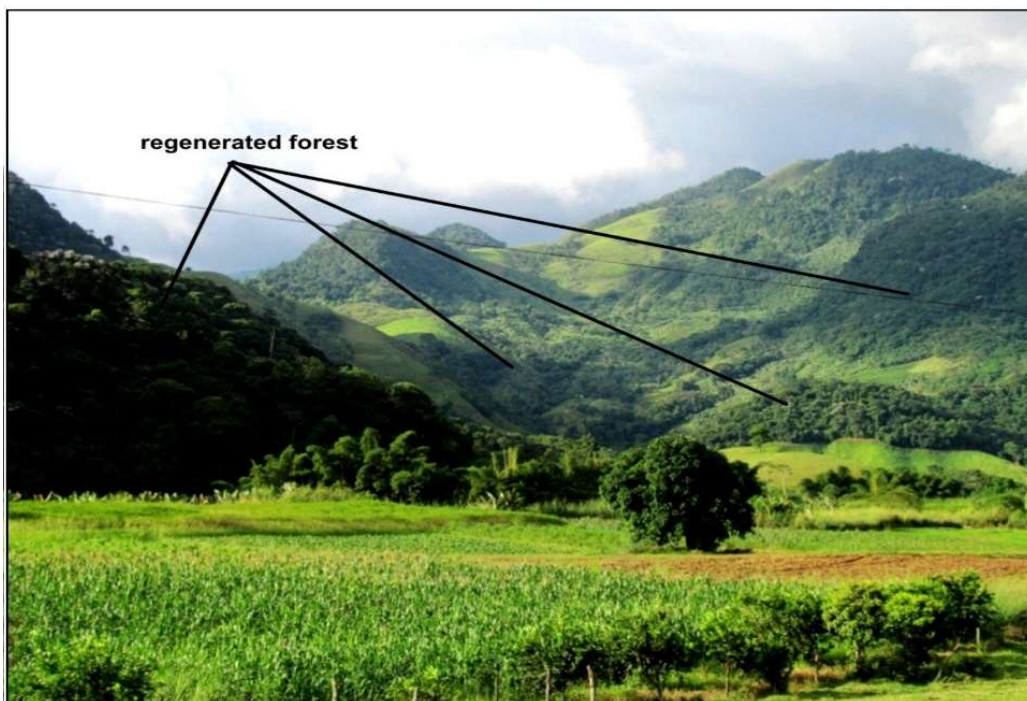


Figure 7. Farming in bottomlands and regenerated forest on slopes in the middle Batatal Valley.

Source: Field research (2011).

It has thus been a long time since farming provoked deforestation in the Coastal Mountains of Rio de Janeiro. On one hand, the mountain cities of Petrópolis, Teresópolis and Nova Friburgo have grown over time, shanty towns have expanded up the surrounding slopes and forest was removed so creating a

dangerous situation for mud slides when heavy rainfall occurs. Outside urban areas sub-divisions have been built with second homes for city people to consume “the rural and nature” which were literally carved out of the forest (Figure 8). Farmers, on the other hand, suffered forced reforestation without just compensation. In 1980 22.9% of their land was in forest, which increased to 27.5% in 1985, 30.4% in 1996, 35.4% in 2006 and 36.8% in 2017 (IBGE 1980-2017).

Sadly, the zeal of the IBAMA and the SOS Mata Atlântica to persecute poor farmers may still prove to have been in vain. The conservation units of the Coastal Mountains of Rio de Janeiro state contain some of the best preserved Atlantic Forest in the country but it is under assault from emissions from new and old heavy industries in the nearby metro region. Southwesterly prevailing winds from the sea carry air pollution from the metro area inland to the mountains which form a barrier and precipitation falls in the form of acid rain. Local people on the windward side of the mountains note that the color of the forest is a lighter green today and that it appears to be “tired” or “sick”, which could be the beginning of a process of high altitude deforestation caused by acid rain.



Figure 8. Who is responsible for deforestation in the mountains?

Source: advertisement in *Revista Programa* 15(19), 06/08/1999.

The polluting industries are fined and ironically the proceeds go to supporting the same conservation units which are being affected by their emissions. This gives rise to a contradictory situation in which the Rio de Janeiro state environmental agency INEA (Instituto Estadual do Ambiente) has become dependent on these funds for maintaining its conservation units and is reluctant to enforce environmental measures to reduce emissions. This is particularly evident in the case of the CSA mega steel mill. Fines are green washed in the form of financial support for the Três Picos State Park in Cachoeiras de Macacu and trees were planted for the 2014 Olympics. Similarly, the huge state petroleum consortium Petrobras runs an old refinery in Duque de Caxias and is trying to finish a new one in Itaboraí which will spew out even more air pollution. Petrobras is ironically also a major partner for financing projects of a number of environmental GOs and NGOs which work in the Atlantic Forest. Green washing these industrial emissions not only affects forests negatively but also local low-income people living in the metro area who suffer from ill-smelling toxic air and soot falling on their homes as well as on the crops of urban and periurban farmers.

One last result of the net gain in forest in the biome has been greater connectivity between people, flora and fauna (cf. Hodgetts, 2018), but for good and for bad. Rural people report more frequent sighting of birds, monkeys and other wildlife close to their houses because forest is now nearby and not just on hill tops like in the past. However, not all of this wildlife is welcome. In August, 2018 a grey jaguar was filmed on a cell phone in a person's backyard in a village in Cachoeiras de Macacu municipality. Biologists welcomed this as a sign that the jaguar population was recuperating. This notwithstanding, the appearance of the jaguar caused an uproar because it was dangerously "out of place" as animal geographers would put it (cf. Cresswell, 2013; Philo & Wilbert, 2000). The resurgence of yellow fever was another distinctly negative kind of connectivity. The creation of a mosaic of conservation units facilitated the spread of yellow fever down the ecological corridor in 2017 causing the first major outbreak of the disease in Southeast Brazil in over fifty years. The primate population was decimated by the disease as well as by rural people shooting any monkeys which appeared near their homes. This is not exactly the kind of "connectivity" that animal geographers have in mind.

6. Rethinking Urban Exploitation of the Rural

Philo (1992) once complained about the distorted research done by older generations of rural geographers who were white, male, middle-aged, married, middle-class, sound of mind and body and city dwellers who preferred to study successful farmers with many of the same social attributes. To this we may add class and scientific prejudice, environmental bias and recreational aesthetics. Many environmental researchers perceive poor farmers as country bumpkins who want to deforest the landscape, much in the same way that Nugent (2002) complained about similar perceptions in the Amazon of "pathological peasants with chainsaws". Accustomed to hearing the usual narrative of linear deforestation of the Atlantic Forest, when presented with a landscape which is now half full of forest, researchers see it as half empty and in

need of further environmental protection from ignorant farmers. Similar perceptions of African landscapes have been made by Western environmentalists who “misread the landscape” (Fairhead and Leach 1996) and create a “lie of the land” (Leach and Mearns 1996).

With this in mind, maybe we should be more critical of the concepts of “counter-urbanisation” and “multi-functionality”. Fielding thought that counter-urbanization could be just as much of a threat as a blessing to poor rural people and only five of the thirty-six changes he listed for this process benefit rural people and many of these are cancelled out by the other changes (1990: 234-238). This echoes Lipton’s (1979) critique of “urban bias” in development practice in less developed countries which provides well-paid jobs for urban planners, bureaucrats and consultants at the same time that the rural poor stay poor. Lipton’s work provoked considerable debate at the time which resulted in a revised view that the whole urban sector was not set against the whole rural sector but rather certain middle- and upper-class urban people against lower-class rural people (Moore, 1984). This conflict takes the specific form of the penetration of urban capital mobilized by liberal professionals, high-ranking civil servants, crime lords and politicians to buy second homes and hobby farms or simply to engage in land speculation in parts of the countryside located up to two hours relative distance from urban areas (Bicalho & Hoefle, 1989; Janvry, 1981).

Framed this way, research on counter-urbanization, migration into the country and multi-functionality can be seen as a theoretical extension of taking the peri-urban and metropolitan studies further afield. In these views, the countryside is not just a place for agricultural production but also for an array of non-agricultural production and consumption activities which are called new functions: industrial and office relocation, rural tourism, nature areas, eco-tourism, holiday homes, land speculation and money laundering, refuse dumps, etc. If one looks at who benefits from the new activities which sprang up in the city’s countryside in the second half of the 20th Century (cf. Bryant & Johnston 1992, Bryant et al., 1982) and then in the accessible countryside further out (Boyle & Halfacree, 1998; Marsden, 1998, 2006; Murdoch, 2006) almost all of the beneficiaries are people of middle- and upper-class urban origin, both those who periodically go out into the country to consume it or ex-urbanites who want to live in (Woods, 2011).

The case treated here exemplifies the dark side of environmental policy and rural/nature tourism as new functions of the countryside, which negatively impact the historic poor farmers of the Coastal Mountains of Rio de Janeiro. This area is not exceptional in Brazil and indeed is part of a general trend that has been observed in forty years of rural research throughout the Southeast, Northeast, Central West and North regions (Bicalho and Hoefle, 1989, 2015, 2020; Hoefle, 2013, 2016, 2020). This does not mean that we must throw the baby out with the dirty bath water. As an investigative strategy, multi-functionality is a fine heuristic device for envisioning all of the different activities which can contribute to rural livelihoods and even as a tool for regional sustainable governance like in the European Union (cf. Muirhead and Almas, 2012, Rennington et al., 2012).

However, it is another thing all together to be seduced by self-serving pseudo-environmentalist propaganda espoused by “new” social actors at work in the countryside. A researcher must enter a study

with a critical attitude concerning the policy implications of multi-functionality and networks, open to seeing negative conflict between social actors or just the neutral juxtaposition of activities, in addition to genuine positive multi-functional combinations of activities and for *all* social actors. It is impossible to remain theoretically impassive to situations like that described by Murdoch (2006) in the “preserved countrysides” of the United Kingdom where the farmers still present have been reduced to being mere spectators to the political struggle between the affluent new actors of urban origin. One researcher’s “post-structuralist” networking is another’s penetration of urban capital causing proletarianization of poor farmers and rural exodus. Leslie Symons was an older generation rural geographer who long ago expressed concern that English farmers were being turned into mere caretakers of country estates and second homes (Symons, 1967). All the subsequent research on migration into the English countryside confirmed his worst fears.

Bibliography

- ADAMS, W. M. & MULLIGAN, M. (Eds.). (2003). *Decolonizing nature*. London: Earthscan, pp. 1-15.
- ARAUJO, M. H., CRUZ, C. B. & VICENS, R. (2007). Levantamento da cobertura vegetal nativa do bioma Mata Atlântica. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia.
- BICALHO, A.. & HOEFLE, S. (1989). Urban capital and the pseudo-modernization of agriculture in the rural hinterland of Northeast Brazil. In R.B. Kent & V.P. Harnapp (Eds.), *1989 yearbook of the conference of Latin American geographers*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, pp. 35-48.
- BICALHO, A. & HOEFLE, S. (2002). Environment perception and sustainable development in the Atlantic Forest of Southeast Brazil. Montréal: Union Géographique Internationale/Université de Montréal.
- BICALHO, A. & HOEFLE, S. (2015). Conservation units, environmental services and frontier peasants in the Central Amazon: multi-functionality, juxtaposition or conflict? In D. C. Wood (Ed.), *Climate change, culture, and economics*. Bradford: Emerald Scientific, pp. 67-105.
- BICALHO, A. HOEFLE, S. & ARAUJO, A. (2020). Ribeirinhos em resistência à gestão biocêntrica de unidades de conservação pública e privada no Pantanal. *Espaço Aberto*, 10 (2), 206-235.
- BOYLE, P. & HALFACREE, K. (Eds.). (1998). *Migration into rural areas*. London: Wiley, 1998.
- BÜSCHER, B. & FLETCHER, R. (2014). Accumulation by conservation. *New Political Economy*, 20 (2), 273 - 298
- BÜSCHER, B. & FLETCHER, R. (2018). Under pressure: conceptualising political ecologies of green wars. *Conservation and Society*, 16 (2), 105-113.
- BRYANT, C., RUSSWURM, L. & McLELLAN, A. (1982). *The city’s countryside*. London: Longman.
- BRYANT, C. & JOHNSTON, T. (1992). *Agriculture in the city’s countryside*. London: Belhaven.
- BUMPUS, A. & LIVERMAN, D. (2011). Carbon colonialism? In R. Peet, P. Robbins & M. J. Watts (Orgs.), *Global political ecology*. Milton Park: Routledge, pp. 203-224.
- CLIFFORD, J. (1986), Introduction: partial truths, in, Clifford, J. & Marcus, G. E. (eds.), *Writing culture*. Berkeley: Univ. of California Press, pp. 1-26.

- CNRBMA (Conselho Nacional Reserva da Biosfera da Mata Atlântica). (2004). Serra do Mar – Corredor de Biodiversidade. Available in: http://www.rbma.org.br/anuario/mata_06_smar_varias_cor_bio.asp. [Accessed: 16/03/2018].
- CRESSWELL, T. (2013). *Geographical thought*. Chichester: Wiley Blackwell.
- DEAN, W. (1995). *With broadaxe and firebrand*. Berkeley: Univ. of California Press.
- DESCOLA, Ph. (2013/2005). *Beyond nature and culture*. Chicago: Chicago Univ. Press.
- DOWIE, M. (2009). *Conservation refugees*. Cambridge: MIT Press.
- FAIRHEAD, J. & LEACH, M. (1996). *Misreading the African landscape*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- FIELDING, A. J. (1990). Counterurbanisation. In A. Pinder (Ed.), *Western Europe*. London: Wiley, pp. 226-239.
- FORSYTH, T. (2003). *Critical political ecology*. Milton Park: Routledge.
- GRIFFIN, C., JONES, R., & ROBERTSON, I. (Eds.). (2019). *Moral ecologies*. Cham: Palgrave-Macmillan-Springer.
- HOLBRAAD, M & PEDERSEN, M.A. (2017). *The ontological turn. an anthropological exposition*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- HODGETTS, T. (2018). Connectivity as a multiple: in, with and as 'nature'. *Area*, 50, 83-90.
- HOEFLE, S. (2009). Ética ambiental, sistema agrícola e paisagem cultural na Mata Atlântica no Sudeste. *Ateliê Geográfico*, 3 (8), 22-52.
- HOEFLE, S. (2013). Beyond carbon colonialism. *Critique of Anthropology*, (33), 193-213.
- HOEFLE, S. (2014) Fishing livelihoods, seashore tourism and industrial development in coastal Rio de Janeiro. *Geographical Research*, vol. 52, no. 2, 198-211.
- HOEFLE, S. (2016), Multi-functionality, juxtaposition and conflict in the Central Amazon. *Journal of Rural Studies*, 44: 24-36.
- HOEFLE, S. (2019). Ghosts in the forest. In C. Griffin, R. Jones & I. Robertson (Eds.), *Moral ecologies*. Cham: Palgrave-Macmillan-Springer, pp 99-125.
- HOEFLE, S. (2020). Conservation refugees and environmental dispossession in 21st century critical geography. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 84 (2895), 1-33.
- HOLBRAAD, M & PEDERSEN, M. (2017). *The ontological turn: an anthropological exposition*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- HUBER, M. (2017). Industrializing political ecology. *Annals of the American Association of Geographers*, 107, 151-166.
- HOLIFIELD, R. (2015). Environmental justice and political ecology. In T. Perreault, G. Bridge, G. & J. McCarthy (Eds.), *Routledge handbook of political ecology*. Milton Park: Routledge, pp. 585-597.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (1980-2017). Censo agropecuário. Rio de Janeiro.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2022). *Biomass brasileiros*. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomass-brasileiros.html>. [Accessed: 24/11/2022].
- ITPA (Instituto Terra de Preservação Ambiental). (2011). Onde atuamos. Available in: http://www.itpa.org.br/?page_id=24. [Accessed: 16/03/2018].
- JACOBY, K. (2014/2001), *Crimes against Nature*. Berkeley: Univ. of California Press.

- JANVRY, A. (1981). *The agrarian question and reformism in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins Press.
- KELLY-REIF, K. & WING, S. (2016). Urban-rural exploitation: an underappreciated dimension of environmental injustice. *Journal of Rural Studies*, 47, 350-358.
- LATOUR, B. (2004). *Politics of nature*. Cambridge: Harvard Univ. Press.
- LATOUR, B. (2005). *Reassembling the social*. Oxford: Oxford Univ. Press.
- LATOUR, B. (2013). *An inquiry into modes of existence*. Cambridge: Harvard Univ. Press.
- LEACH, M. & MEARNS, R. (eds.). (1996). *The lie of the land*. London: IAI.
- LIPTON, M. (1979). *Why poor people stay poor*. London: Temple Smith.
- LINO, C. (1992). *Reserva da biosfera da mata atlântica*. Campinas: UNICAMP.
- MARSDEN, T. (1998). Economic perspectives. In B. Ilbery (Ed.), *The geography of rural change*. Harlow: Pearson, pp. 13-30.
- MARSDEN, T. (2006). Pathways in the sociology rural knowledge. In P. Cloke, T. Marsden & P. Mooney (Eds.), *Handbook of rural studies*. London: Sage, pp. 3-17.
- MATHER, A. & NEEDLE, C. (1998). The forest transition. *Area*, 30 (2), 117-124.
- MERCHANT, C. (2004). *Radical ecology*. 2nd Edition. London: Routledge.
- MOORE, M. (1984). Political economy and the rural-urban divide, 1767–1981. *Journal of Development Studies*, 20 (3), 5-27.
- MOREIRA, A. (2011). Frota de veículos cresce 119% em dez anos no Brasil, aponta Denatran. G1 Auto Esporte. Available in : <http://g1.globo.com/carros/noticia/2011/02/frota-de-veiculos-cresce-119-3m-dez-anos-no-brasil-aponta-denatram.html>. [Accessed in: 17/06/2018].
- MURDOCH, J. (2006), Networking rurality. In P. Cloke, T. Marsden & P. Mooney (Eds.), *Handbook of rural studies*. London: Sage, pp. 171-184.
- MUIRHEAD, B., ALMAS, R. (2012). The evolution of Western agricultural policy since 1945. In R. Almas & H. Campbell (Eds.), *Rethinking agricultural policy regimes*. Bingley: Emerald, pp. 23-49.
- NUGENT, S. (2002). Whither o campesinato? *Journal of Peasant Studies*, 29, 162-189.
- PEET, R., ROBBINS, P. & WATTS, M. (Eds.). (2011). *Global political ecology*. London: Routledge.
- PEPPER, D. (1996). *A history of environmental thought*. London: Routledge.
- PHILO, C. (1992). Neglected rural geographies. *Journal of Rural Studies*, 8 (2), 193-207.
- PHILO, C. & WILBERT, C (Eds.). (2000). *Animal spaces, beastly places*. New York: Routledge.
- PREFEITURA DE CACHOEIRAS DE MACACU. (2012). *Uso da terra no município de Cachoeiras de Macacu (map)*. Cachoeiras de Macacu: Secretaria do Meio Ambiente.
- RENNINGTON, K., RENWICK, A. & BURTON, R. (2012). Western European approaches to and interpretations of multi-functional agriculture and some implications of a possible neo-productivist turn. In R. Almas & H. Campbell (Eds.), *Rethinking agricultural policy regimes*. Bingley: Emerald, pp. 73-97.
- RICKARD, T. (2007). Rural sustainability issues for national parks. In T. Sorensen (Ed.), *Progress in sustainable rural development*. Cairns: IGU-CSRS, pp. 191-198.
- SIMMONS, I. (1993). *Interpreting nature*. London: Routledge.
- SIMMONS, I. & COX, N. (1985). Holistic and reductionistic approaches to geography. In R. J. Johnston (Ed.). *The future of geography*. London: Methuen, pp. 43-58.

- SOS MATA ATLÂNTICA. (2019). Área de cobertura da Mata Atlântica. Available in: <https://www.sosma.org.br/artigos/qual-e-area-de-cobertura-da-mata-atlantica>. [Accessed in: 27/02/2020].
- SOS MATA ATLÂNTICA. (2021), SOS Mata Atlântica: história, parceiros e nossa causa. Available in: <https://www.sosma.org.br>. [Accessed in: 13/04/2021].
- SYMONS, L. (1967). *Agricultural geography*. London: Bell.
- TAYLOR, M. (2015). *The political ecology of climate change adaptation*. London: Earthscan.
- WHATMORE, S. (2002). *Hybrid geographies*. London: Sage.
- WILSON, G. & BURTON, R. J. (2015). Neo-productivist agriculture. *Journal of Rural Studies*, 38, 52-64.
- WOODS, M. (2011). *Rural*. Milton Park: Routledge.
- WWF (World Wildlife Fund). (2021). Ameaças ao cerrado. Available in: www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biomas/bioma_cerrado/bioma_cerrado_ameacas. [Accessed in: 13/04/2021].

Acknowledgements

From 1994 to 2022 successive research projects have been funded by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Brazil), the Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA - Brazil) and the Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

SPATIAL EVOLUTION AND ARCHAEOLOGICAL CONTEXTUALIZATION THROUGH HOLOCENE EDAPHO-SEDIMENTARY DEPOSITS: AREOSO ISLAND (NW SPAIN)

EVOLUCIÓN ESPACIAL Y CONTEXTUALIZACIÓN ARQUEOLÓGICA A TRAVÉS DE DEPÓSITOS EDAPOSEDIMENTARIOS HOLOCENOS: ISLA AREOSO (NW ESPAÑA)

Daniel CAJADE-PASCUAL

GEMAP, Faculty of Geography and History, Univ Santiago de Compostela, Spain
danielcajade.pascual@usc.es

Manuela COSTA-CASAIS

GEMAP, Faculty of Geography and History, Univ Santiago de Compostela, Spain
manuela.costa@usc.es

Ramón BLANCO-CHAO

GEMAP, Faculty of Geography and History, Univ Santiago de Compostela, Spain
ramon.blanco@usc.es

Abstract

Areoso Island is located in the inner part of the Ría de Arousa, located on the Atlantic coast of northwestern Spain. With an area of 8 ha, it has a high density of Neolithic burial mounds. The island has a varied geomorphological heritage, highlighting the granite geofoms or the presence of edapho-sedimentary deposits. These coastal deposits are quaternary formations made up of unconsolidated material, which appear discontinuously throughout the Galician coastline. The analysis of its facies allows to detect past environmental changes, the study of which is of great interest in the field of Earth Sciences and of great use for other disciplines such as Archeology. the island has a high archaeological interest, highlighting the documented presence of five Neolithic funerary tumuli. At present, these constructions are threatened by marine erosion, derived from unique morphodynamic conditions.

The deposits were sampled in different sectors and environments of the island, obtaining an almost continuous chronological sequence of the edapho-sedimentary formation during the last 6000 years. This allowed reconstructing the palaeoenvironmental evolution, differentiating several stages, where the Holocene transgression played a fundamental role in its formation. 6000 years ago, with a sea level lower than today, the emerged surface was much higher than in the present, and could even be connected to the continent. These facts are relevant to archaeological interpretation, as they suggest that the burial mounds were not built in a coastal setting. The study of the ancient deposits of Areoso allows obtaining different proxies (sedimentary, geochemical, biological, archaeological), which are of great help to interpret the archaeological context, since anthropic activities are reflected in the resulting deposits. The high scientific and didactic interest of the ancient edapho-sedimentary formations makes it necessary to put them in value. This palaeoenvironmental information means that they should be considered natural heritage. In the current context of rising sea levels, many of them are seriously threatened, so it is necessary to promote their management and geoconservation, to the extent that natural processes allow. The objective of this work is to value them and proclaim their importance as environmental records.

Keywords: Edapho-sedimentary deposits, Archaeological sites, Holocene transgression, Natural heritage, Areoso Island (NW Spain)

Resumen

El islote Areoso se encuentra en la parte interna de la Ría de Arousa, situada en la costa atlántica del noroeste de España. Con una superficie de 8 ha, tiene una alta densidad de túmulos funerarios neolíticos. La isla tiene un patrimonio geomorfológico variado, destacando las geoformas graníticas o la presencia de depósitos edafo-sedimentarios. Estos depósitos costeros son formaciones cuaternarias conformadas por material no consolidado, que aparecen de forma discontinua por todo el litoral gallego. El análisis de sus facies permite detectar los cambios ambientales pasados, cuyo estudio es de gran interés en el campo de las Ciencias de la Tierra y de gran utilidad para otras disciplinas como la Arqueología. Este islote tiene un elevado interés arqueológico, destacando la presencia documentada de cinco túmulos funerarios neolíticos. En la actualidad, estas construcciones se encuentran amenazadas por la erosión marina, derivada de unas condiciones morfodinámicas singulares.

Los depósitos fueron muestreados en diferentes sectores y ambientes de la isla, obteniendo una secuencia cronológica casi continua de la formación edafo-sedimentaria durante los últimos 6000 años. Esto permitió reconstruir la evolución paleoambiental, diferenciando varias etapas, donde la transgresión del Holoceno ha jugado un papel fundamental en su formación. Hace 6000 años, con un nivel del mar más bajo que el actual, la superficie emergida era mucho más alta que la actual, e incluso podría estar conectada al continente. Estos hechos son relevantes para la interpretación arqueológica, ya que sugieren que los montículos funerarios no fueron construidos en un entorno costero. El estudio de los depósitos antiguos de Areoso permite obtener diferentes proxies (sedimentarios, geoquímicos, biológicos, arqueológicos), que son de gran ayuda para interpretar el contexto arqueológico, pues las actividades antrópicas se reflejan en los depósitos resultantes. El alto interés científico y didáctico de las formaciones edafo-sedimentarias antiguas hace necesario ponerlas en valor. Esta información paleoambiental hace que se deban considerar patrimonio natural. En el contexto actual de subida del nivel del mar, muchos de ellos se encuentran seriamente amenazados, por lo que es necesario promover su gestión y geoconservación, en la medida que los procesos naturales lo permitan. El objetivo de este trabajo es ponerlos en valor y proclamar su importancia como registros ambientales.

Palabras clave: Depósitos edafosedimentarios, Yacimientos arqueológicos, Transgresión holocena, Patrimonio natural, Islote Areoso (NO de España)

1. Introduction

The increasing scientific advance in recent times is mainly based on the constant development and implementation of technological innovations. However, the multidisciplinary approach of science has allowed the creation of synergies between different disciplines, optimizing the multiple approaches and the results obtained. An example of this collaboration is Geoarchaeology, which represents the collaboration between Geosciences and Archaeology. In this sense, Siart, Forbriger & Bubbenzer (2018) suggest that the application of geosciences has become an indispensable part of archaeological investigations, especially with regard to the geographical approach and field methods (e.g., analysis and dating of sediments and soils, geomorphological interpretation or geophysical surveys). The collaboration of Earth sciences can be very useful in archaeological contexts, helping in the interpretation of stratigraphy, the formation and conservation of the archaeological site, the evolution of the surrounding landscape and the potential influence of environmental conditions on the behaviour of prehistoric societies.

In the case of NW Spain, there are numerous examples of collaboration between Earth Sciences and Archeology, especially in relation to the study of the edapho-sedimentary deposits located next to archaeological sites. In the NW of Spain there are a number these types of deposits along the present

coastline, formed during the Late Pleistocene and the Early Holocene. These deposits have been studied in coastal (Costa-Casais et al., 2012a; Tallón-Armada et al., 2018; Cajade-Pascual et al., 2019; Mañana-Borrazás et al., 2020) and continental environments (Ameijenda Iglesias et al., 2010; Costa-Casais et al., 2012b; 2016; Fábregas Valcarce, 2003; Kaal et al., 2013; Barbeito Pose et al., 2015). The NW peninsular coast has a great density of these formations, which appear spared along the entire coast. The rarity of this high presence on the coast, gives these formations a high interest for the interpretation of environmental changes from the late Pleistocene to the middle Holocene (Costa-Casais et al., 2008; Costa-Casais & Caetano Alves, 2016). This uniqueness, together with the fact that they are formations threatened by erosion and anthropic activity, makes it necessary for them to be considered natural heritage and therefore, their protection and conservation must be implemented. (Costa-Casais & Domínguez-Almansa, 2018; Domínguez-Almansa et al., 2019, 2021)

2. Study area

The island of Areoso is located in the central part of Ría de Arousa, in NW Spain (Figure 1). The island is 8 ha in surface area, and is divided into two different sectors. The north sector is basically a lobe of sandy sediment with dunes partially phytostabilized, while the south is a granitic substrate covered by an aeolian mantle. Due to the topography of the area, the sediment that we find has a strictly local origin, since there are no nearby sources that can make new contributions of matter, except for material of biogenic origin. Areoso contains numerous traces of prehistoric activity, including five cataloged Neolithic funerary tumuli. The island also has an important and varied geomorphological heritage, highlighting the presence of edapho-sedimentary deposits and granite exhumation geofoms (gnammas, castle-kopje, balancing rock, tafoni, etc.). However, this natural and cultural heritage is threatened by high erosion rates, which particularly affect the western sector. Despite the fact that the island is in an area with low wave energy, since the 1980s, the dune front has receded by about 60 meters. This erosive dynamic is a consequence of the unique morphodynamics of Areoso, characterized by a process of rotation of the northern sandy lobe (Blanco-Chao et al., 2020). In recent years, erosive rates have decreased, but remain being important.

The dune sector contains some endemic plant species from NW Iberia (e.g., *Alyssum loiseleurii* subsp. *Gallaecicum*, *Angelica pachycarpa*). In addition, it is a dune habitat that acts as a breeding place for different species of seabirds. The island is uninhabited, but it is not free of anthropic pressure, as it is an excellent tourist place that is highly visited in the summer season. The arrival of large number of visitors makes it difficult to preserve the natural and cultural heritage, and is one of the factors in the destabilization of the dune front.

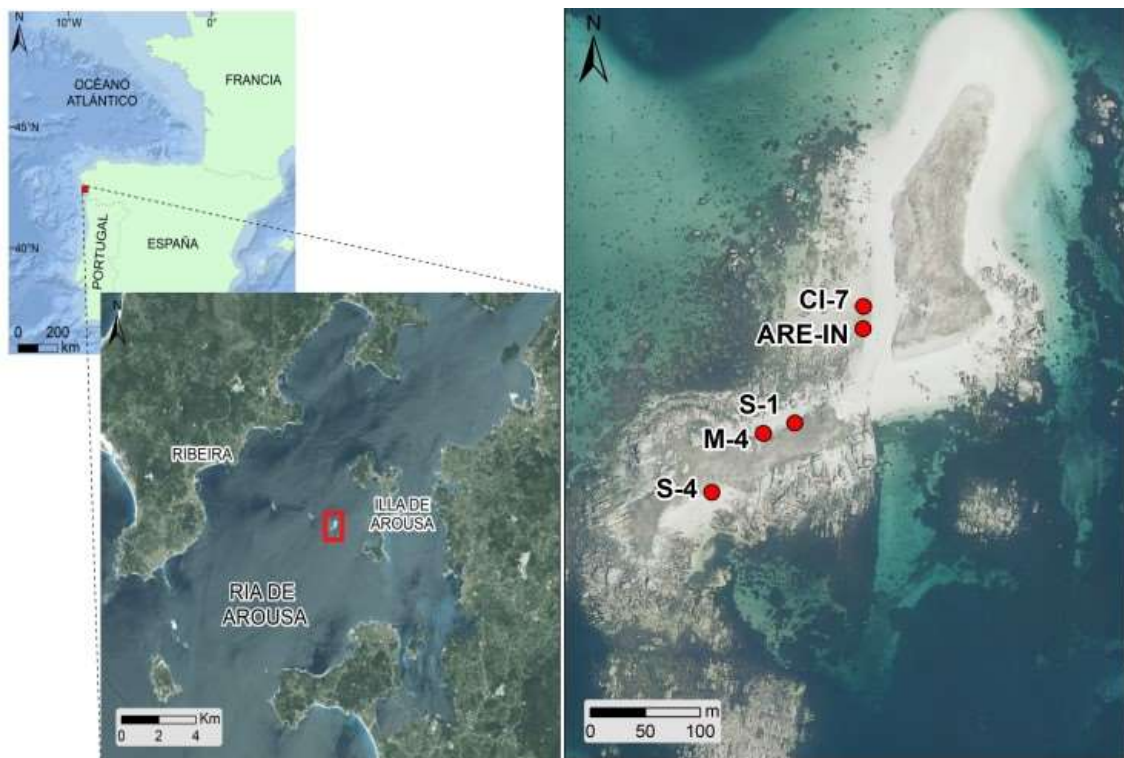


Figure 1 – Location of Areoso island and sampling positions (Sequences: S-1, S-4, M-4, ARE-IN, CI-7).

3. Material and methods

For the study of the edapho-sedimentary levels present on the island, five sampling points have been selected (Figure 1). The S-4 and S-1 sequences have been obtained below the current level of the beach, but on different flanks of the southern sector. Both sequences present a basal level of coarse material and a fine matrix with a high content of organic matter, and a lighter upper level composed of sand-sized sediment. The M-4 sequence was obtained during the excavation of one of the funerary tumuli, and ranges from the basal level to the current dune surface (Figure 2). The CI-7 and ARE-IN sequences were taken at the intertidal level that outcrops in the central sector. They present sandy levels and other more cohesive ones. In CI-7 we find a level of accumulation of biogenic material. In all sequences, samples have been taken every 5 cm of depth and a description was made in the field.

In the laboratory, different procedures have been carried out (granulometric and morphometric study, biogenic carbonate content, content of organic matter by Loss on Ignition (LOI), pH, elemental analysis and radiocarbon dating) to obtain the necessary data for the interpretation of the different physical and chemical properties of the sedimentary facies.



Figure 2 – Sequence sampling on Areoso Island. *Left*: sequence S-1; *Right*: sequence M-4.

4. Areoso: a threatened archaeological context

Despite its small size, Areoso is an important prehistoric site buried by sand in which, until now, five megalithic funerary monuments from the Late Neolithic (≈ 6000 BP) have been documented. There is also evidence of later occupations, during the Bronze Age and the Iron Age. The archaeological studies (López-Romero et al., 2015, 2017; Mañana-Borrazás et al., 2020) have defined Areoso as an exceptional archaeological site since it is not usual to find prehistoric funerary monuments from the Neolithic and Bronze Age in the low-lying coastal areas of northwestern Iberia. The special sedimentation conditions have facilitated better conservation of the complex until the last decades, but the erosive dynamics have led to the destruction of part of the prehistoric structures and seriously threaten those that are still preserved (Figure 3).

The imminent threat of destruction by marine erosion, led to Tumulus 4 being excavated between 2016 and 2017. The removal of the aeolian material that buried the tumular structure was used to take the M-4 sequence and to study the stratigraphy levels developed since the construction of the mound to the present. The tumulus was built on a basal level, formed by coarse-grained angular material in a fine matrix with abundant organic matter. It is a material resulting from the weathering of the granitic rock substrate and with evidence of having undergone edafization processes. This fact suggests that the construction of the tumulus took place directly on a continental surface of little thickness.



Figure 3 – Effects of marine erosion on archaeological elements. *Right*: State of Tumulus 4 before the archaeological intervention. *Left*: Destruction of tumulus 5 by the sea.

Source: (Mañana-Borrazás et al., 2020)

During the Bronze Age (≈ 4000 BP), the inhabitants of this territory altered the monument and accumulated a large amount of shell remains (*Ostrea*, *Mytilus*, *Patella* etc.) on one side of the tumulus (Mañana-Borrazás et al., 2020). Evidence of a later occupation in the Iron Age was also found. Around 2000 years ago, the formation of the dunes began to cover the burials, facilitating their conservation, until the action of the sea has left them exposed again.

5. Edapho-Sedimentary deposits as archives of the past

The study of the five edapho-sedimentary sequences analyzed in Areoso has made it possible to establish different stages in the configuration of the island (Cajade-Pascual et al., 2019). The oldest levels dated (≈ 6500 BP) correspond to continental facies, formed by weathering of granitic bedrock. The Neolithic burial mounds are built on this material and it was used to cover the outer structure in the case of tumulus 4. This continental level was truncated, and beach facies develop over it (4000-3500 BP), indicating a change in the nature of sedimentation with a sea level close to the present one. Around 2000 BP aeolian sedimentation begins, which will eventually form the dunes that fossilize the tumulus (Figure 4).

The information obtained indicates that the current island would have been different at the time of prehistoric occupation. Around 6000 years ago, during the construction of the tumulus, the island had a much larger area and could have been connected to the mainland, or be very easily accessible to Neolithic

inhabitants. The continental characteristics of the sediment on which is located the funerary mound and the existing bibliography in relation to sea level during the Holocene (Alonso & Pagés, 2010; González-Villanueva et al., 2015), suggest it was not built in a shore environment. The archaeological site would have been located on the top of a small hill, much more separated from the sea than the present (Cajade-Pascual et al., 2019; Mañana-Borrazás et al., 2020)



Figure 4 – Edapho-sedimentary deposit opened during the archaeological excavation of Tumulus 4 (2016-2017) Changes are observed from the basal levels (with remains of the stone breastplate from the tumulus) and the dune levels that cover them.

The palaeoenvironmental information obtained from the coastal deposits allows a better interpretation of the past environmental changes. These quaternary forms of sedimentary accumulation, which fossilise a large part of the Galician Atlantic Coast offer valuable information in terms of geomorphological, stratigraphical, sedimentological and pedological characteristics. Although in the case of Areoso we only have a record from the middle Holocene, in other deposits on the Galician coast they offer a more extensive chronological record. They are environmental archives of the past and therefore contain scientific information that is of great assistance in attempting to understand the evolution of the coast and archaeological sites (Costa-Casais & Caetano Alves, 2013; 2016) as in the case of Areoso.

It should be emphasised that the Galician Atlantic coast is unique on a national level due to the scientific and educational value offered by these landforms. They are one of the best exponents of the environmental changes that have occurred in the past, and therefore can help to interpret future changes.

However, marine erosion in a global context of rising sea levels, together with anthropic impacts, put its conservation at risk. The destruction of these geomorphs means losing their scientific and educational values, which should be preserved for future generations. (Costa-Casais & Domínguez-Almansa, 2018; Domínguez-Almansa et al., 2021). For this reason, its value as a natural heritage must be the first step to guarantee its conservation and protection.

6. Conclusions

Areoso is a small island located on the Atlantic coast of Galicia (NW of Spain), which has a great density of archaeological records, highlighting the Neolithic tumuli. Today, this site is threatened by marine erosion, which has led to an urgent need for its study, from multiple disciplines and from an interdisciplinary perspective. The edapho-sedimentary deposits offer valuable information to interpret the environmental changes in the territory. In addition, this information can be very useful for the study and contextualization of archaeological sites. In the case of Areoso, it allows us to interpret how the environmental conditions were in the Late Neolithic (6000 years ago). The island would have a much larger size, and the tumuli would have been built on a small elevation on the ground, far from the sea. These facts are relevant for archaeological interpretation, as they suggest that the funerary mounds were not built in a shore environment.

Their importance as environmental records, together with their scientific and educational interest, urges the enhancement of these sedimentary formations, which are threatened by the current context of sea levels rising. The destruction of these quaternary formations means the loss of the environmental archive that they offer which provides valuable information to interpret the evolution of the territory and the landscape, the climatic variations or even to contextualize an archaeological site. For these reasons, it is necessary to promote their management and geoconservation, to the extent that natural processes allow.

Bibliography

- ALONSO, A., & PAGÉS, J. (2010). Evolución del nivel del mar durante el Holoceno en el noroeste de la Península Ibérica. *Revista de la Sociedad Geológica de España*. 23, 157–167.
- AMEIJENDA IGLESIAS, A., LOMBERA HERMIDA, A., PÉREZ ALBERTI, A., RODRÍGUEZ-ÁLVAREZ, X. P., & FÁBREGAS VALCARCE, R. (2010). Geomorphological and Geoarchaeological evolution of the Monforte de Lemos Basin (Galicia, Spain) Erosion phases and post-depositional processes in NW Iberia. *Estudos do Quaternario*, 6, 5–22.
- BARBEITO POSE, V., FÁBREGAS VALCARCE, R., RODRÍGUEZ RELLÁN, C., BLANCO-CHAO, R., COSTA-CASAI, M., MARTÍN SEIJO, M., PAZ CAMAÑO, A., FARIÑA COSTA, A., & GORGOSO LÓPEZ, L. (2015). Ocupacións domésticas na serra do Barbanza: Resultados preliminares. *Gallaecia: revista de arqueoloxía e antigüidade*. 34, 125–128.

- BLANCO-CHAO, R., CAJADE-PASCUAL, D., & COSTA-CASAI, M. (2020). Rotation, sedimentary deficit and erosion of a trailing spit inside ria of Arousa (NW Spain). *Science of The Total Environment*, 749, 141480.
- CAJADE-PASCUAL, D., COSTA-CASAI, M., & BLANCO-CHAO, R. (2019). Ascenso del nivel del mar y cambios ambientales costeros durante el Holoceno Final. Islote Areoso, Ría de Arousa. En: Durán, R., Guillén, L., Simarro, G. (Eds.), *X Jornadas de Geomorfología Litoral. Libro de ponencias*. Castelldefels: CSIC, pp. 261-264.
- COSTA-CASAI, M., BLANCO CHAO, R., MARTÍNEZ CORTIZAS, A., & PÉREZ ALBERTI, A. (2008). Los episodios Heinrich en la costa de Galicia (NW de la Península Ibérica). Un análisis a través de los sedimentos continentales. *Revista Territoris*, 7, 39-53.
- COSTA-CASAI, M., MARTÍNEZ CORTIZAS, A., PONTEVEDRA-POMBAL, X., BERASATEGUI VINAGRE, I., FERRO-VÁZQUEZ, C., RODRÍGUEZ RACEDO, J. (2012a). Evolución holocena do sector costeiro de Punta dos Pericos (Ribeira, A Coruña). In R. FÁBREGAS VALCARCE & C. RODRÍGUEZ RELLÁN (eds.), *A Arte Rupestre no Norte do Barbanza*. Santiago de Compostela, Andavira, pp. 152-172.
- COSTA-CASAI, M., MARTÍNEZ CORTIZAS, A., KAAL, J. CAETANO ALVES, M.I., & CRIADO BOADO F. (2012b). Reconstructing Holocene evolution in the archaeological Site of Campo Lameiro (NW Spain): An interdisciplinary approach to Geoarchaeology. In: Campar Almeida, A., Bettencourt, A.M.S, Moura, D., Monteiro-Rodrigues, S., Caetano Alves, M.I (Eds); *Environmental changes and human. Interaction along the Western Atlantic edge*. APEQ, Universidade do Porto e do Minho, pp: 51-70.
- COSTA-CASAI, M., CAETANO ALVES, M. I. (2013). Geological heritage at risk in NW Spain. Quaternary deposits and landforms of "Southern Coast" (Baiona-A Garda). *Geoheritage*, 5, 227–248.
- COSTA-CASAI, M., CAETANO ALVES, M. I. (2016). Towards a European heritage diversity: Geosites on the Galician coast (NW Spain). In: Pina, H., Remoaldo, P., Ramos, C. (Eds.) *The overarching issues of the European Space. Rethinking Socioeconomic and Environmental Problems, Repositioning Territorial Development Policies*. Porto: Universidade do Porto, pp. 221-236.
- COSTA-CASAI, M., BLANCO-CHAO, R., GÓMEZ-REY, G., FÁBREGAS VALCARCE, R., RODRÍGUEZ RELLÁN, C., & BARBEITO POSE, V. (2016). Caracterización geomorfológica y edafo-sedimentaria de un yacimiento arqueológico en la Sierra de O Barbanza (A Coruña). In J. Durán Valsero et al. (Eds.), *Comprendiendo el relieve: del pasado al futuro: actas de la XIV Reunión Nacional de Geomorfología Málaga*. Instituto Geológico y Minero de España. pp. 179-186.
- COSTA-CASAI, M., & DOMÍNGUEZ-ALMANSA, A. (2018). Posta en valor dos depósitos edafo-sedimentarios cuaternarios do litoral galego (NE Península Ibérica): unha perspectiva dende a educación patrimonial. In R. Blanco-Chao et al. (Eds.), *Xeomorfloxía e paisaxes xeográficas, catro décadas de investigación e ensino: homenaxe a Augusto Pérez Alberti*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 115-138.
- DOMÍNGUEZ-ALMANSA, A., COSTA-CASAI, M. & LÓPEZ-FACAL, R. (2019). Educar para reconocer: apropiación patrimonial de los depósitos cuaternarios del litoral gallego por estudiantes de Magisterio. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 22(1), 57-70.
- DOMÍNGUEZ-ALMANSA, A., COSTA-CASAI, M & RIVEIRO-RODRÍGUEZ, T. (2021). Cliffs with memory: historical and social teacher training via climatic and environmental transformations. In C.J. Gómez-Carrasco et al. (Eds.), *Handbook of Research on Teacher Education in History and Geography*. Berlin: Peter Lang publishing group, pp. 331-354.
- FÁBREGAS VALCARCE, R., MARTÍNEZ-CORTIZAS, A., BLANCO-CHAO, R., & CHESWORTH, W. (2003). Environmental change and social dynamics in the 2nd–3rd millennium BC in NW Iberia. *Journal of Archaeological Sciences*, 30, 859-871.

- GONZÁLEZ-VILLANUEVA, R., PÉREZ-ARLUCEA, M., COSTAS, S., BAO, R., OTERO, X. L., & GOBLE, R. (2015). 8000 years of environmental evolution of barrier-lagoon systems emplaced in coastal embayments (NW Iberia). *The Holocene*. 25,1786-1801
- KAAL, J., CRIADO-BOADO, F., COSTA-CASAI, M., LÓPEZ-SÁEZ, J. A., LÓPEZ-MERINO, L., MIGHALL, T., ... & MARTÍNEZ-CORTIZAS, A. (2013). Prehistoric land use at an archaeological hot-spot (the rock art park of Campo Lameiro NW Spain) inferred from charcoal, synanthropic pollen and nopen pollen proxies. *Journal of Archeological Sciences*. 40(3), 1518-1518.
- LÓPEZ-ROMERO, E., GÜMIL-FARIÑA, A., MAÑANA-BORRAZÁS, P., OTERO VILARIÑO, C., PRIETO MARTÍNEZ., REY GARCÍA, J., & VILASECO-VÁZQUEZ, X. (2015). Ocupación humana y monumentalidad durante la Prehistoria Reciente en el islote de Guidoiro Areoso (Ría de Arousa, Pontevedra): investigaciones en el marco de las dinámicas litorales atlánticas actuales. *Trabajos de Prehistoria*, n.º 72 (2), pp. 353-371.
- LÓPEZ-ROMERO, E., VILASECO-VÁZQUEZ, X. I., MAÑANA-BORRAZÁS, P., & GÜMIL-FARIÑA, A. (2017). Recovering information from eroding and destroyed coastal archaeological sites: a crowdsourcing initiative in NW Iberia. In: T. Dawson et al. (Eds), *Public Archaeology and Climate Change*. Oxford and Filadelfia: Oxbow Books, pp. 72-80.
- MAÑANA-BORRAZÁS, P., BLANCO-CHAO, R., BÓVEDA, M. J., CAJADE-PASCUAL, D., COSTA-CASAI, M., GÜMIL-FARIÑA, A., LÓPEZ-ROMERO, E., VÁZQUEZ-COLLAZO, S. & VILASECO VÁZQUEZ, X. I. (2020). Lo que nos cuenta la marea. Prehistoria en el islote de Guidoiro Areoso (A Illa de Arousa, Galicia) a la luz de las últimas intervenciones. In *Actualidad de la Investigación Arqueológica en España I* (2018-2019). Madrid: Museo Arqueológico Nacional, pp. 159-176.
- SIART, C., FORBRIGER, M., & BUBENZER, O. (2018). Digital geoarchaeology: bridging the gap between archaeology, geosciences and computer sciences. In C. Siart, M. Forbriger, & O. Bubenzler (Eds.), *Digital Geoarchaeology*. Springer, pp. 1-7.
- TALLÓN-ARMADA, R., COSTA-CASAI, M., BLANCO-CHAO, R., TABOADA RODRIGUEZ, T., & MARTÍNEZ-CORTIZAS, A. (2018). Paleoenvironmental reconstruction of an urban archaeological site: The Roman Salt mines of Vigo, northwest Iberia. *Geoarchaeology*, 33(1), 112-126.

Acknowledgements

This work was supported by the Research Projects CSO2014-55816-P, funded by the Spanish Ministry of Economy and Business, and R2014/ 001, funded by the Galician Regional Government. The work of D. Cajade-Pascual was supported by the Phd student grant of Galician Government ED481A-2019/015.

RISCO E PERCEPÇÃO: O CASO DE BOM JARDIM E O “MEGA DESASTRE DA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO” EM 2011

RISK AND PERCEPTION: THE CASE OF BOM JARDIM AND THE “MEGA DISASTER IN THE SERRANA REGION OF RIO DE JANEIRO” IN 2011

Andréa Carmo SAMPAIO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
andrea.c.sampaio@gmail.com

Gabrielle dos Santos COSTA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
gabriellecosta96@hotmail.com

Resumo

Os desastres naturais ocorrem em todo o mundo. No Brasil os movimentos de massa e inundações são os mais frequentes, afetando dramaticamente as populações a eles sujeitas. Na medida em que a urbanização avança sobre áreas de risco, o entendimento dos processos desencadeantes dos fenômenos, bem como a compreensão da percepção das pessoas que a eles ficam expostos, tornam-se cada vez mais importantes para prevenção ou diminuição dos seus efeitos. Este trabalho aponta para a urgência que deve ser dada aos estudos sobre a vulnerabilidade a que populações se expõem ao permanecerem em locais de reconhecido risco, e a compreensão dos motivos dessa exposição. Parte do princípio de que o risco não existe somente quando há suscetibilidade à ocorrência de fenômenos da “natureza”, mas envolve o quanto a sociedade pode ser afetada e, conseqüentemente, uma determinada vulnerabilidade característica desta sociedade. O município de Bom Jardim, no estado do Rio de Janeiro, foi drasticamente afetado pelo que foi reconhecido como o “Mega Desastre da Região Serrana”; quando chuvas intensas levaram a decretação de “estado de calamidade” frente a quantidade e gravidade dos deslizamentos e inundações, com perdas humanas e econômicas incalculáveis. A magnitude dos eventos motivou a análise do comportamento de moradores afetados que permaneceram morando nos mesmos locais. Buscou compreender a vulnerabilidade a partir do estudo da percepção, entendendo-se como uma condição na qual uma sociedade encontra-se exposta à possibilidade de um evento danoso, podendo ser avaliada pelo modo como percebem o seu ambiente, e o grau de consciência sobre o risco ao qual se expõem. Em Bom Jardim, o bairro Jardim Ornellas insere-se num contexto em que o potencial de deslizamentos e inundações é reconhecido pelas ocorrências recorrentes já registradas, tendo sido fortemente atingido em 2011. Verificou-se que os moradores afetados permaneceram em suas casas (ou retornaram), recolocando-se em risco. Evidenciou-se que afetividade e conexão com o lugar estavam entre os principais motivos dessa atitude. O diagnóstico foi obtido por entrevistas, e constatou-se que os entrevistados reconhecem o risco, mas preferem ignorá-lo, entendendo ser mais vantajoso permanecer. Concluiu-se que entender e trabalhar essa percepção e conexão com o lugar é relevante para o planejamento e promoção de tomada de consciência e de atitudes efetivas e cooperativas entre os diversos atores (sociedade e setores governamentais).

Palavras chave: percepção de risco; afetividade; lugar; vulnerabilidade; desastres naturais.

Abstract

Natural disasters occur around all the world. In Brazil, mass movements and floods are the most frequent, dramatically affecting the populations subject to them. As urbanization advances in risk areas, understanding the processes that trigger these phenomena, as well as understanding the perception of people who are exposed to them, become increasingly important to prevent or reduce their effects. This work points to the urgency that should be given to studies on the vulnerability that populations are exposed staying in risky places, and the understanding of the

reasons for this exposure. It assumes that risk does not exist only when there is susceptibility to the occurrence of the phenomenon of “nature” but involves how society can be affected by it and, consequently, a certain vulnerability that is characteristic of this society. The municipality of Bom Jardim, in the state of Rio de Janeiro, was drastically affected by what was recognized as the “Mega Disaster of the Mountain Region”; when intense rains led to the decree of “state of calamity” due to the number and severity of landslides and floods, with incalculable human and economic losses. The magnitude of the event motivated the analysis of the behavior of affected residents who remained living in the same places. It focused to understand vulnerability based on perception, understanding it as a condition in which a society is exposed to the possibility of a harmful event, which can be evaluated by the way they perceive their environment, and the degree of awareness about the risk to which they are exposed. Located in Bom Jardim, the Jardim Ornellas neighborhood is in a context in which the potential for landslides and floods is recognized by the occurrences already registered, having been hardind hit in 2011. It was found that the affected residents stayed in their homes (or returned), putting itself at risk again. It was evident that affection and connection with the place were among the main reasons for this attitude. The diagnosis was obtained through interviews, noting that respondents recognize the risk, but prefer to ignore it, understanding that it is more advantageous to remain. It was concluded that understanding and working on this perception and connection with the place is relevant for planning and promoting awareness and effective and cooperative attitudes among the various actors (society and government sectors).

Key words: risk perception; affectivity; place; vulnerability; natural disasters

1. Introdução

Em janeiro de 2011, a região Serrana do Estado do Rio de Janeiro foi afetada por um dos maiores desastres ocorridos no Brasil, denominado pelo Banco Mundial como “Mega Desastre da Região Serrana¹” (Banco Mundial, 2011). Dos 16 municípios que compõem esta Região (Figura 1), 7 foram quase totalmente arrasados (Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim, Sumidouro e Areal), decretaram estado de calamidade frente a quantidade e gravidade dos deslizamentos e inundações, com perdas humanas e econômicas incalculáveis (Figura 2). Dentre os municípios afetados estava Bom Jardim (Figura 3).

Este trabalho enfoca o bairro de Jardim Ornellas, situado no município de Bom Jardim, às margens do Rio Grande, que sofreu alagamentos dramáticos com a enchente do rio, além de deslizamentos nas encostas que limitam o seu vale. Seu principal objetivo foi entender como e porque moradores permanecem em áreas de reconhecido risco.

Vizinho ao município serrano de Nova Friburgo, de características urbano-industriais, Bom Jardim é um município de características de transição rural-urbana, entrincheirado entre serras e escarpas, e

¹ **Região Serrana** é uma das cinco regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro, marcada pela sua localização nas vertentes e no topo da Serra dos Órgãos (nome local da Serra do Mar) com altitudes que variam de 300 a 2.000m, e alta pluviosidade relacionada à sua proximidade com o Oceano Atlântico e a convergência de massas de ar que geram uma grande instabilidade e altos índices pluviométricos (chuvas orogênicas) sobretudo nos meses de outono e verão. É composta por 13 municípios (Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São José do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes); mas cujas características também podem ser estendidas aos municípios de Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Petrópolis (agora integrantes da região Metropolitana) (CEPERJ, 2019).

dividido pelo Rio Grande, cujas nascentes localizam-se em Nova Friburgo, município que registrou nas 24 horas entre os dias 11 e 12 de janeiro de 2011 um acumulado pluviométrico de 182,8mm, comportamento semelhante ao verificado em municípios adjacentes, levando à uma catástrofe que atingiu áreas urbanas, industriais e rurais, destruídas por deslizamentos e enchentes. Bom Jardim foi um desses municípios.

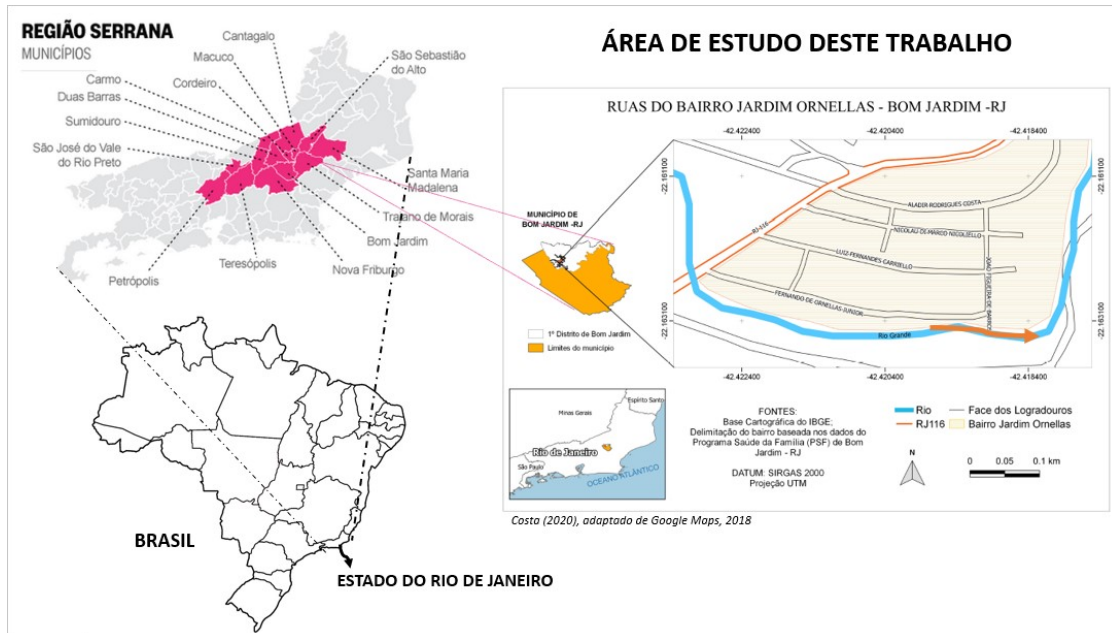


Figura 1 – Localização da região Serrana, do município de Bom Jardim e do Bairro Jardim Ornellas.
Fonte: Costa, 2019.



Figura 2 - imagens dos impactos das chuvas de janeiro de 2011 na região Serrana do Rio de Janeiro.
Fonte: Sampaio e Costa, 2021.



Figura 3 - Estragos da chuva de 2011, destacando o arraste de uma das pontes que ligam os dois lados da cidade, separados pelo Rio Grande, no bairro Jardim Ornellas, Bom Jardim, RJ.

Fonte: Sampaio e Costa, 2021.

Segundo as estimativas, a quantidade de pessoas diretamente afetadas nos sete municípios seria de 304.562 (Banco Mundial, 2011). O número de mortes até hoje é desconhecido, mas calcula-se que mais de mil seres humanos perderam ali suas vidas, ressaltando-se que esses números são incertos e bastante subestimados, pois muitos corpos soterrados e jamais encontrados ou procurados, e ainda jazem sob espessos pacotes de sedimentos.

Em Bom Jardim, a contagem oficial de afetados chegou a 12.380, cerca de 49% da população residente naquela época, que somava 25.333 cidadãos (IBGE, 2010), com 632 pessoas desabrigadas, 1.186 desalojados e 423 de feridos. 5,38% dos domicílios da cidade foram destruídos pelas inundações e deslizamentos e outros 12,18% sofreram algum nível de dano (Banco Mundial, 2011).

2. O município de Bom Jardim

Bom Jardim é um pequeno município da região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, com uma população estimada, em 2020, de 27.616 habitantes.

Sua densidade demográfica é de 65,86 hab/km², e tinha, em 2010, um IDH de 0,660 e Índice de GINI de 0,4951, caracterizando-se como uma cidade mediana, cujas principais atividades estão voltadas para agricultura (com destaque para o café), pecuária, produção de flores de corte e pequenas indústrias de confecção (Figuras 4 a 8) e (Figuras 9 a 10).

Panorâmica do centro do município



<https://www.facebook.com/visitebomjardim/>



https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotos-g2349820-Bom_Jardim_State_of_Rio_de_Janeiro.html#last

Pecuária em Bom Jardim

https://www.jerimoveis.com.br/immobiles/detalhes/immobile_id/840671/Fazenda-Pecuaria-para-Venda



Cultivo de flores em Bom Jardim, 2015

<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/09/festa-da-flor-e-cafe-movimento-bom-jardim-rj-no-fim-de-semana.html>



Casa na zona rural

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Bom_Jardim_\(Rio_de_Janeiro\)#Economia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bom_Jardim_(Rio_de_Janeiro)#Economia)



Figuras de 4 a 8 – Panorâmicas e atividades características de Bom Jardim.



<https://www.guiadoturismobrasil.com/cidade/RJ/750/bom-jardim>



<http://oadbrasil.com.br/revista-ide-e-anuncial-9-os-agostinianos-descalcos-em-bom-jardim-rj/>

Plantação de Café em Bom Jardim



<https://asfoltoemato.wordpress.com/2015/06/27/cafezais-de-bom-jardim-rj/>

Figuras 9 a 10 – Paisagens de Bom Jardim.

Apesar de sua paisagem amena e cotidiano aprazível, Bom Jardim insere-se num contexto geológico-geomorfológico de risco potencial de deslizamentos e inundações, reconhecido tanto pelas ocorrências já registradas, como por levantamentos feitos por órgãos especializados (DRM-RJ; 2011a; DRM-RJ, 2011b, CPRM, 2014).

A “Carta de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundação”, na escala 1:50.000, feita pelo CPRM (2014), revela que o município possui muitas áreas de média e alta suscetibilidade a movimentos de massa, com percentagens equivalentes a, respectivamente, 47,95% e 39,05% da área do território do município (Quadro I).

A carta também mostra que 45% da área urbanizada está incluída na classe de média suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa; e 5% da área urbanizada situa-se na classe de alta suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa.

O município foi fortemente afetado pelas chuvas de 2011, e um dos bairros mais atingidos foi o Bairro Jardim Ornellas (Figura 12), situado às margens do Rio Grande, que teve suas ruas e casas invadidas pelas águas que desceram como cabeças de água pelo Rio Grande, que extravasou como

torrentes por toda sua várzea, arrastando edificações, pontes e tudo o que estivesse em seu vale, ora controlado ora semi-controlado pelas vertentes das serras que escava, e onde se encaixa, formando, aqui e ali, pequenas e médias várzeas. Nas laterais de seu eixo, de Friburgo até Bom Jardim o Rio é ladeado de estradas, destacando-se a BR492 e a RJ116, e, na medida em que se estão próximas dos centros urbanos, as várzeas são densamente ocupadas por casas e estabelecimentos, sobretudo comerciais e industriais (estes sobretudo em Nova Friburgo).

Quadro I - Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundação em Bom Jardim – RJ.

	Classe	Área total em km ²	% da área do município	Extensão em km ² sobre a área urbanizada/edificada	% Sobre a área urbanizada/edificada
Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa	Alta	149,77	39,05	0,20	5,00
	Média	183,92	47,95	1,80	45,00
	Baixa	49,83	12,99	2,00	50,00
Suscetibilidade a Inundações	Alta	19,66	5,12	1,20	30,00
	Média	7,21	1,88	0,30	7,50

Fonte: CPRM, 2014. Adaptado da legenda por Costa, 2019.

3. O Bairro Jardim Ornellas

O bairro situa-se na margem esquerda do Rio Grande, que ali corre semi-controlado pelo relevo escarpado da Serra dos Órgãos, formando uma pequena várzea que das vertentes se projeta rio adentro (Figuras 11, 12 e 13).



Figura 11 - Bairro Jardim Ornellas, situado às margens do Rio Grande, em imagem de 2021, já com as pontes que ligam a cidade, através das as rodovias Presidente João Goulart (BR492/RJ116) e a RJ116.

Fonte: Adaptado de GoogleEarth, 2021.



Figura 12 - O Rio Grande, Bom Jardim e o bairro Jardim Ornellas, em imagem de 2021, com exagero vertical.

Fonte: Adaptado de GoogleEarth, 2021.

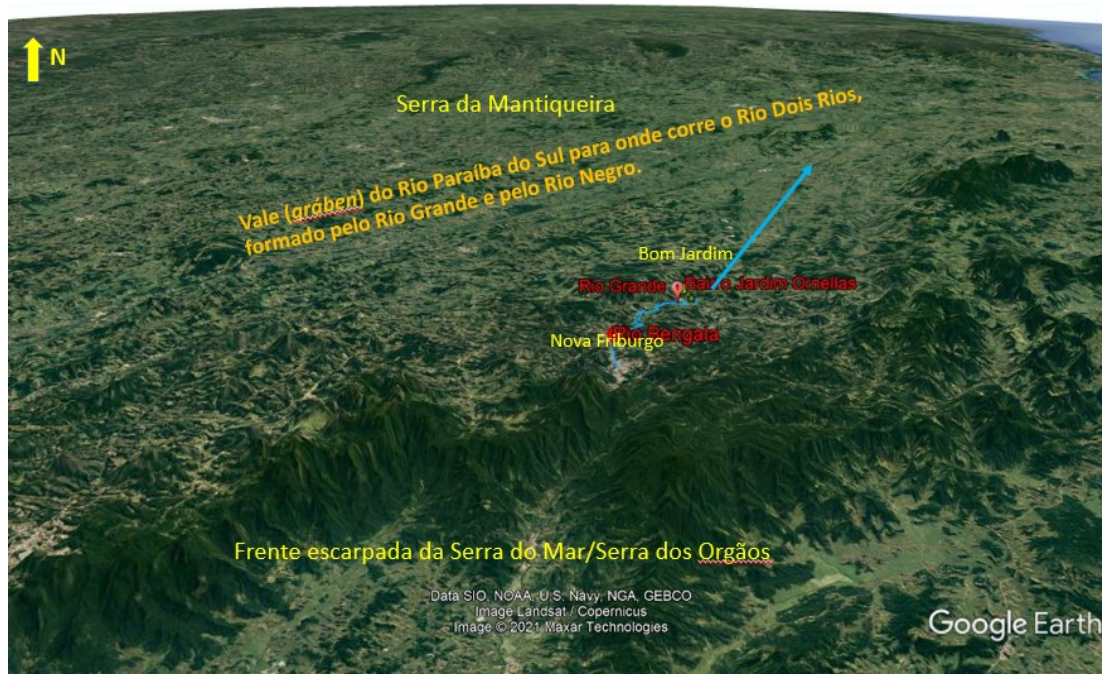


Figura 13 - Panorâmica em perspectiva das Serrarias dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com destaque para os municípios de Nova Friburgo e Bom Jardim e o sentido da caída das serras e do Rio Grande, em direção ao vale do Rio Paraíba do Sul

Fonte: Adaptado de GoogleEarth, em imagem de 2021, com exagero vertical de 3x.

Segundo os dados mais atuais, o bairro tem apenas cinco ruas, com um total de 279 residências e 775 moradores (Tabela II). Todas as residências foram afetadas por alagamentos ou deslizamentos (Figura 14).

Tabela II - Ruas do bairro Jardim Ornellas, número de residências e moradores

Nome da rua/avenida	Número de residências (casas, apartamentos, etc.)	Quantidade de moradores (valor aproximado)
Avenida Aladyr Rodrigues Costa	36 residências	85 pessoas
Rua João Figueira de Barros	13 residências	27 pessoas
Rua Nicolau Di Marco Nicolliello	82 residências	230 pessoas
Rua Luiz Fernandes Cariello	71 residências	202 pessoas
Rua José Fernandes de Ornellas Jr.	77 residências	231 pessoas

Fonte: dados do Posto de Saúde da Família de São Miguel, Bom Jardim, RJ por Costa, 2020.



Figura 14 - Uma das residências atingidas pela inundação de 2011, em fotografia de 2019

Fonte: Costa, 2020.

4. A Pesquisa

A pesquisa realizada no ano de 2019, 8 anos após o evento, tinha como interesse entender o comportamento daqueles moradores afetados em 2011, realizando um estudo da vulnerabilidade e da percepção destes, numa abordagem de matizes fenomenológicos, com auxílio de conceitos da Geografia como: *paisagem e lugar*; que estão relacionados principalmente aos aspectos sociais e subjetivos, e que podem refletir no modo como cada pessoa percebe o risco ao qual pode estar submetida, tais como deslizamentos e inundações. Buscou-se compreender a vulnerabilidade, com a (re)exposição ao risco de inundações e deslizamentos, através da análise da percepção desses atores sociais.

Entendendo-se, aqui, vulnerabilidade como uma condição na qual uma sociedade encontra-se exposta à possibilidade de um evento danoso lhe ocorrer, e que pode ser avaliada pelo modo como as pessoas percebem e entendem o seu ambiente e o risco a que estão expostas e pelo seu grau de consciência (Riffel, Guasselli & Bressani, 2016).

Nesse sentido, este trabalho toma a análise da percepção de risco como uma via de estudo muito importante, pois a vulnerabilidade frente aos deslizamentos e inundações pode ser intensificada ou minimizada de acordo com o conhecimento a respeito do risco, e conseqüentemente com as atitudes, que os diversos atores sociais podem ter frente ao risco (Quadro III).

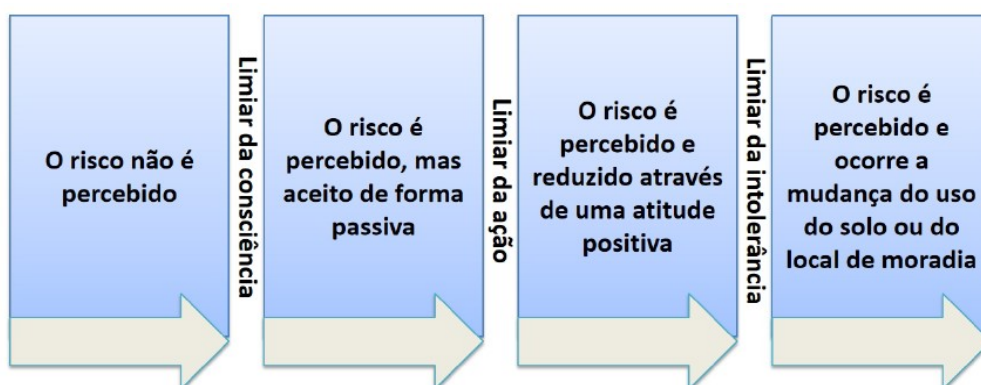
O estudo sobre a percepção torna-se um importante método de avaliação da vulnerabilidade, pois revela a escala individual do fenômeno (Marandola JR.; Hogan, 2006); embora deva ser analisada levando-se em conta também a escala coletiva e o contexto cultural e social, que influenciam na formação de conhecimento, nas características psicológicas e afetivas, e, conseqüentemente, na tomada de decisão frente ao perigo (Marandola JR.; Hogan, 2006). É também importante, pois permite conectar os elementos sociais do espaço à sua dinâmica física, num olhar integrador e desafiador da relação sociedade-natureza.

A paisagem, como forma, é expressão histórica da relação homem-natureza no espaço, segundo Santos (1999 apud Vieira, 2004); e lhe são atribuídos significados por aqueles que a observam e interagem com ela (Vieira, 2004), sendo preenchida de valores, podendo apresentar diferentes significados para cada sujeito-ator no espaço.

Da mesma forma, o lugar, como espaço vivido (Tuan, 1983 apud Vieira, 2004) também é revestido de valores e significados.

A pesquisa de abordagem qualitativa foi desenvolvida em 2019, numa amostragem aleatória em 18 residências, sendo os entrevistados maiores de idade, preferencialmente responsáveis pela residência. As respostas foram analisadas e depois sintetizadas como forma de agrupar por similitude as qualidades/afetividades que ligavam os moradores ao seu bairro, mesmo diante dos riscos conhecidos.

Quadro III - Fluxograma representativo dos quatro tipos de atitudes que podem ser tomadas diante do risco, relacionadas às diferentes percepções que os indivíduos podem ter.



Fonte: Costa (2020) adaptado de Souza e Zanella (2009).

5. Síntese dos resultados da pesquisa:

- **Todos vivenciaram o desastre de 2011** e se lembram dos impactos causados em toda a região.

- A **afetividade e a conexão** com o lugar estavam entre os principais motivos para a permanência, influenciados pelo tempo de moradia, aspectos financeiros, apreciação da paisagem e proximidade aos amigos e familiares.
- Todos já **moravam no bairro há bastante tempo** (entre 8 até 50 anos de residência no local, na época da entrevista).
- Todos moravam em **casa própria**, o que pode influenciar no apego (principalmente por questões financeiras).
- **Todos reconheciam o risco a que estão expostos, mas, na maioria dos casos, preferiam ignorá-lo**, avaliando através de suas concepções e valores ser mais vantajoso permanecer no local.
- Destacaram apego e apreço ao lugar: **todos gostavam do bairro onde viviam, citando a boa convivência com os vizinhos, a tranquilidade e a proximidade de parentes e amigos como os principais fatores positivos**.

6. Conclusão

Na escala de Souza e Zanella (2009), a maioria dos moradores estariam na **fase dois**, em que **conhecem os riscos, mas preferem ignorá-los**, tomando uma **atitude passiva** diante dele; e **alguns na fase três**, em que **conhecem o risco e promovem alguma atitude para redução**, assim como descrito por Souza e Zanella (2009).

Um dos entrevistados relatou que apenas uma das vizinhas, que residia na Rua José Fernandes de Ornellas Júnior, ficou com medo e acabou se mudando, o que caracteriza o alcance do **limiar da intolerância**, assim descrito por Souza e Zanella (2009).

No entanto, pôde ser observado que **todos os moradores entrevistados têm o apego ao lugar**, seja por aspectos sociais, afetivos, familiares, tempo de moradia, aspectos financeiros ou até mesmo religiosos, o que faz com que permaneçam residindo no bairro.

A afetividade ao lugar, assim, torna-se **fator preponderante**, promovendo uma maior tolerância ao risco, impedindo que se alcance o **limiar da intolerância e da tomada de decisão, qual seja: a mudança**.

Percebe-se, assim, que “o risco não existe somente quando há suscetibilidade à ocorrência do fenômeno da “natureza”, mas envolve o quanto a sociedade pode ser afetada por ele e, conseqüentemente, uma determinada vulnerabilidade característica desta sociedade” (COSTA, 2020)

Observa-se aqui, como fato muito importante, que em dezembro de 2020 uma forte tempestade desabou sobre Nova Friburgo e adjacências, inclusive Bom Jardim, onde choveu, entre os dias 7 e 8 de dezembro, quase 120ml em 24h, resultando em mais enchentes e deslizamentos, que embora não tão graves como os de 2011, afetaram mais uma vez o bairro de Jardim Ornellas (Figura 15). Em função do *lockdown* imposto pela COVID19 tornou-se impossível a volta ao bairro para atualização da pesquisa, o

que foi feito, através de noticiários e internet. Através do Google Maps foi feito um “passeio” virtual pelas ruas no mês de maio deste ano de 2021, onde foi possível observar que as ruas e residências já foram recuperadas, e a vida segue normal (Figura 16).



Figura 15 - Estragos dos temporais de dezembro de 2020 no município de Bom Jardim.

Fonte: <https://sfnoticias.com.br/chuva-na-regiao-rio-grande-transborda-em-pontos-de-bom-jardim-e-corrego-em-barra-alegre>



Figura 16 - Ruas do bairro Jardim Ornellas em maio de 2021, no canto inferior direito está a ponte reconstruída da Rodovia João Goulart (BR492 e RJ116) que atravessa o Rio Grande, ligando dois lados da cidade.

Fonte: Google Maps em *prints* de maio de 2021.

“Eu pretendo, se Deus quiser, sair daqui só para o cemitério.
Porque eu vim pra cá nova, aí casei, tive duas filhas,
elas também moram aqui desde que nasceram.
Mas pra mim é um lugar bom, os vizinhos também...
Não tenho nada que reclamar”.

Depoimento de uma moradora de 63 anos cuja casa foi inundada nas cheias de 2011

Assim, mesmo possuindo consciência do risco, os moradores preferem ignorá-lo ou diminuí-lo diante da afetividade que possuem com o lugar, por sua história construída ali, ou até mesmo por causa da intensidade dos eventos e tempo de recorrência – a maioria considera que um evento tão desastroso quanto o que ocorreu em 2011 não ocorrerá novamente, apesar das constantes inundações e deslizamentos, em menor escala –, considerando mais vantajoso permanecer morando ali do que tomar uma atitude de mudança, o que intensifica a sua vulnerabilidade diante dos fenômenos.

Destaca-se, então, a importância dos estudos de percepção de risco na avaliação do risco a que uma determinada população está exposta, pois sua percepção está intrinsecamente conectada a sua vulnerabilidade diante dos eventos.

Bibliografia

- BANCO MUNDIAL (2012). Avaliação de Perdas e Danos: Inundações e Deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro - Janeiro de 2011. Brasília. 61 p. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/260891468222895493/pdf/NonAsciiFileName0.pdf> (acesso dezembro de 2019).
- CEPER, (2019). Mapa das Regiões de Governo e Municípios do Estado do Rio de Janeiro – 2019. Rio de Janeiro: Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/> (acesso em dezembro de 2019).
- COSTA, G. (2019). Percepção de risco e vulnerabilidade social: um estudo sobre o Risco a deslizamentos e inundações no bairro Jardim Ornellas – Bom Jardim – RJ. Monografia de graduação em bacharel em Geografia – Seropédica: UFRRJ.
- DERECZYNSKI, C., CALADO, R., BARROS, A. (2017). Chuvas Extremas no Município do Rio de Janeiro: Histórico a partir do Século XIX. Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ Vol. 40 - 2 / 2017 p. 17-30. Disponível em <http://ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/view/11422/10871> (acesso dezembro de 2019).
- DRM-RJ. (2011a). Diagnóstico sobre o Risco a Escorregamentos no Estado do Rio de Janeiro e Plano de Contingência para Atuação do NADE/DRM-RJ no período de dezembro de 2011 a abril de 2012. Rio de Janeiro: Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.drm.rj.gov.br/index.php/downloads/category/28-relatrios.html?download=213%3Adiagnostico-sobre-o-risco-a-escorregamentos-no-estado-do-rio-de-janeiro-e-plano-de-contingencia-para-atuao-do-nade-drm-rj-no-perodo-de-dezembro-de-2011-a-abril-de-2012> (acesso outubro de 2018).
- DRM-RJ. (2011b). Mapa de localização dos setores de risco iminente a escorregamentos no Município de Bom Jardim – RJ. Rio de Janeiro: Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.drm.rj.gov.br/index.php/downloads/category/24-contedo-carta-de-risco?download=174%3Abom-jardim> (acesso em agosto de 2018).
- FERNANDES, N., AMARAL, C. (1996). Movimentos de massa: uma abordagem geológico-geomorfológica. In: Guerra, A., Cunha, S. (Org.). *Geomorfologia e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 123-194
- SOUZA, L., ZANELLA, M. (2009). Percepção dos riscos e prevenção de acidentes. In: Souza, L., ZANELLA, M. *Percepção de riscos ambientais: Teorias e aplicações*. Fortaleza: Edições UFC,. p. 29-70.
- TOMINAGA, L., SANTORO, J., AMARAL, R. (Org.). (2009). Desastres Naturais: Conhecer para Prevenir. São Paulo: Instituto Geológico. 160 p. Disponível em https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/233/2017/05/Conhecer_para_Prevenir_3ed_2016.pdf (acesso dezembro de 2019).
- VIEIRA, R. (2004). Um olhar sobre a paisagem e o lugar como expressão do comportamento frente ao risco de deslizamento. Tese de Doutorado em Geografia. Florianópolis/ SC: Universidade Federal de Santa Catarina.

PERFIL GEOECOLÓGICO: INTERRELAÇÕES FÍSICO GEOGRÁFICAS PRESENTES NA FLORESTA NACIONAL MÁRIO XAVIER – SEROPÉDICA (RJ)

--

GEOECOLOGICAL PROFILE: PHYSICAL GEOGRAPHICAL INTERRELATIONS PRESENT IN THE MÁRIO XAVIER NATIONAL FOREST – SEROPÉDICA (RJ)

Luanna de Oliveira MOREIRA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
luannageografia04@gmail.com

Karine Bueno VARGAS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
karinevargas@ufrj.br

Claudio Lucas CAPECHE

Embrapa Solos, Brasil
claudio.capeche@embrapa.br

Enio Fraga da SILVA

Embrapa Solos, Brasil
enio.fraga@embrapa.br

José Ronaldo de MACEDO

Embrapa Solos, Brasil
jose.ronaldo@embrapa.br

Regina Cohen BARROS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
reginacohendego@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa tem como área de estudo a Floresta Nacional Mário Xavier (Flona MX), localizada no município de Seropédica, região metropolitana do Rio de Janeiro, no sudeste do Brasil. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, 2000), a Flona MX tem como categoria o uso sustentável e está sob domínio do Bioma Mata Atlântica. Numa área de 496 hectares, possui aproximadamente 16% de vegetação nativa secundária, havendo maior predomínio de vegetações exóticas, oriundas de sua função inicial como horto florestal, criado em 1945. O objetivo principal desta pesquisa é caracterizar os aspectos físico geográficos na estruturação da paisagem da Flona MX, a fim de compreender as interrelações entre solo e vegetação, e as dinâmicas geoecológicas existentes em um transecto, além de compreender as variáveis físicas e químicas dos solos. Foram realizados trabalhos de campo na área de estudo, sendo definidos oito pontos de coleta de solo em topossequência, desdobrando-se em dezoito amostras, conjuntamente com a análise fisiográfica da paisagem, com auxílio de fichas biogeográficas de campo, em um transecto de aproximadamente 900 metros. A partir das coletas foi possível fazer as análises de fertilidade de rotina e granulometria em laboratório. Com o cruzamento dessas informações pode-se verificar três classes de solos ao longo do transecto. Na parte mais baixa da topossequência apresenta-se a classe Gleissolo, característica da baixa declividade e do acúmulo de água no solo, neste setor predominam o capim navalha (*Hypolytrum pungens*), o capim rabo de burro (*Andropogon condensatus*) e a Aroeira vermelha (*Schinus terebinthifolius*), com alguns exemplares de Ipê (*Tabebuia* sp), Angico (*Anadenanthera macrocarpa*) e Arco de pipa

(*Erythroxylum pulchrum*). Após o Talhão das Sapucaias, na média vertente, ao longo do transecto, observa-se terreno mais plano, com solo mais arenoso, ocorrendo a classe do Planossolo. É, uma área onde no passado predominavam eucaliptos, os quais, apresentam-se atualmente de forma isolada. Neste local atualmente ocorre um recobrimento com sucessão ecológica (vegetação secundária espontânea). No topo da topossequência, a textura do solo revela maior quantidade de argila, predominando a Classe Argissolo, havendo domínio da espécie arbórea Arco de Pipa (*Erythroxylum pulchrum*).

Palavras-chave: Geoecologia da Paisagem; Fisiografia; Pedologia, Unidade de Conservação, Floresta Nacional, Topossequência.

Abstract

This research covers the study area of the Floresta Nacional Mario Xavier (Flona MX), located in the city of Seropédica, metropolitan area of Rio de Janeiro, in the Southeast Region of Brazil. According to the Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 200), Flona MX is classified as sustainable usage and it is within the Atlantic Forest biome. In an area of 496 hectares, near 16% of its vegetation are classified as native secondary, while most of its vegetation is composed of exotic species, which derive from its initial usage as a forest garden, created in 1945. The main objective of this research is to characterize the physical and geographical aspects in the landscape structuring of the Flona MX, in order to understand the interrelationships between soil and vegetation and the geoecological dynamics that exist in a transect, and also to understand the physical and chemical variables of the soils. Fieldworks were carried out in the study area and eight collection points of soil in toposequence were defined, which unfolded in eighteen samples, in combination with physiographic analysis of the landscape, supported by field biogeographical forms, along an approximately 900 meters long transect. From the field collections, it was possible to do laboratorial fertility and granulometric analysis. Crossing these information, three soil classes were identified along the transect. In the lowest part of the toposequence, the soil was classified as Gleissolo, characteristic of the low slope and the soil water retention, and in this sector predominate the capim navalha (*Hypolytrum pungens*), the capim rabo de burro (*Andropogon condensatus*) and the Aroeira vermelha (*Schinus terebinthifolius*), with also some specimens of the Ipê (*Tabebuia* sp), the Angico (*Anadenanthera macrocarpa*) and the Arco de pipa (*Erythroxylum pulchrum*). After the plot of Sapucaias, in the intermediate river side, along the transect, the ground is flatter, with sandier soil, classified as Planossolo. There, in the past, eucalyptus used to predominate, but nowadays there are only isolated specimens. Currently, an overlay with ecological succession (secondary spontaneous vegetation) is occurring in this place. On the top of the toposequence, the soil texture reveals a higher presence of clay, and the soil is mostly classified as Argissolo, with the preponderance of the tree species Arco de Pipa (*Erythroxylum pulchrum*).

Keywords: Landscape Geoecology; Physiography; Pedology, Conservation Unit, National Forest, Toposequence.

1. Introdução

O conceito de paisagem na geografia representa uma categoria de análise, ou seja, um espaço geográfico constituído de elementos e formas. Para Bertrand (1968), a paisagem pode ser entendida como um resultado de combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos que reagem uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em constante evolução e integrando todas as implicações da ação antrópica.

Segundo Rodriguez (2017) a pesquisa em geoecologia que se inicia nos anos 80 e se estende até hoje, tem sua atenção principal para a interrelação dos aspectos estruturais, espaciais e dinâmico-funcionais das paisagens, além da integração em uma mesma direção científica das concepções biológicas e geográficas sobre as paisagens (visão sistêmica).

A paisagem do município de Seropédica, localizado na Baixada Fluminense, região metropolitana

do Rio de Janeiro, sudeste do Brasil (Figura 1), é constituída por uma planície de deposição flúviomarinha, formada pela Bacia Sedimentar de Sepetiba. A área é recoberta predominantemente por fragmentos de vegetação secundária, havendo pequenos fragmentos de vegetação nativa sobre a Serra do Mar e maciços, remanescente do Bioma Mata Atlântica.

Para Lepsch (2010), nas áreas mais declivosas, os solos são menos desenvolvidos do que nas áreas mais planas, onde o perfil é avermelhado e nas áreas mais baixas, próximas a rede fluvial, os solos são mais acinzentados. De acordo com autor supracitado, a distribuição espacial dos solos em todas as escalas da paisagem, tem influência do relevo e da posição do lençol freático, ou seja, ao longo da topossequência a posição e a flutuação estacional do lençol freático influenciam diferentemente nos solos.

O histórico de uso e ocupação da área da Flona MX nos remete a década de 1940, em que o presidente Getúlio Vargas decidiu a alavancar o desenvolvimento econômico para a região, e criou vários assentamentos rurais em terras que pertenciam à Fazenda Nacional de Santa Cruz, entre eles o

Núcleo Colonial de Santa Cruz, almejando o desenvolvimento da agricultura e pecuária na região. Essas atividades permitiram a instalação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, subordinado à Escola Nacional de Agronomia e à Escola Nacional de Veterinária, precursoras da atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Souza, 2017).

De acordo com o autor supracitado, em 1945 ocorreu a Inauguração do Horto Florestal de Santa Cruz sob administração do engenheiro agrônomo Mário de Figueiredo Xavier, que devido à localização do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas contribuiu para a sua criação, tendo como objetivo a produção de mudas de espécies nativas e exóticas, transformando-se nos anos 70 em Estação Florestal de Experimentação Engenheiro Agrônomo Mário Xavier. Mas foi somente com o Decreto Federal n.º 93.693 de 08/10/86 que a Estação Florestal se transformou em Floresta Nacional Mário Xavier, com finalidades econômicas e sociais, possibilitando sua utilização alinhada com o equilíbrio ecológico, enquadrando-se a conservação de habitats.

A ecologia da paisagem procura entender as modificações estruturais e funcionais ocorridas a partir da ocupação humana no espaço geográfico, incorporando toda a complexidade das interações espaciais de seus componentes, tanto naturais quanto culturais. O presente trabalho pretende caracterizar os aspectos físicos geográficos na estruturação da paisagem da Floresta Nacional Mário Xavier, a fim de compreender as relações geoecológicas existentes.

2. Matérias e Métodos

A pesquisa seguiu as seguintes etapas: 1 – Revisão bibliográfica; 2 – Reconhecimento preliminar da área de estudo em visita de campo para um diagnóstico visual da área potencial de estudo; 3 - Trabalho de campo para observação das características de solo, relevo e vegetação de acordo com um

transecto de aproximadamente 900 metros seguindo uma topossequência pré-determinada; 4 – Coleta de amostras de solos para caracterização da fertilidade e granulometria; 5 – Análises química e física das amostras de solos coletadas; 6 – Interpretações das informações coletadas; 7 - Discussões dos resultados obtidos; 8 – Conclusões.

O trabalho de campo foi realizado em duas épocas distintas. Na primeira etapa que aconteceu no dia 30 de abril de 2019 foi reconhecida a área de estudo, sendo definido o local a se fazer o transecto, o qual deu suporte para a produção do perfil geoecológico. O transecto (figura 1) possui, aproximadamente, 900 metros de extensão, iniciando na parte inferior da topossequência conhecida como Valão do Drago, ou, ainda, Valão da Louça (área central da Flona MX), fazendo limite com o bairro Boa Esperança (ponto 1). Em sua parte central, o transecto compreende a uma área de reflorestamento e um local denominado “Talhão das Sapucaias” (pontos 5 e 6). Ao final, isto é, na parte superior, o transecto termina na via principal asfaltada da Flona MX (ponto 8), que conduz até a sua Sede. Foram selecionados 8 pontos de amostragem e observação ambiental (características da paisagem – vegetação e declividade/relevo).

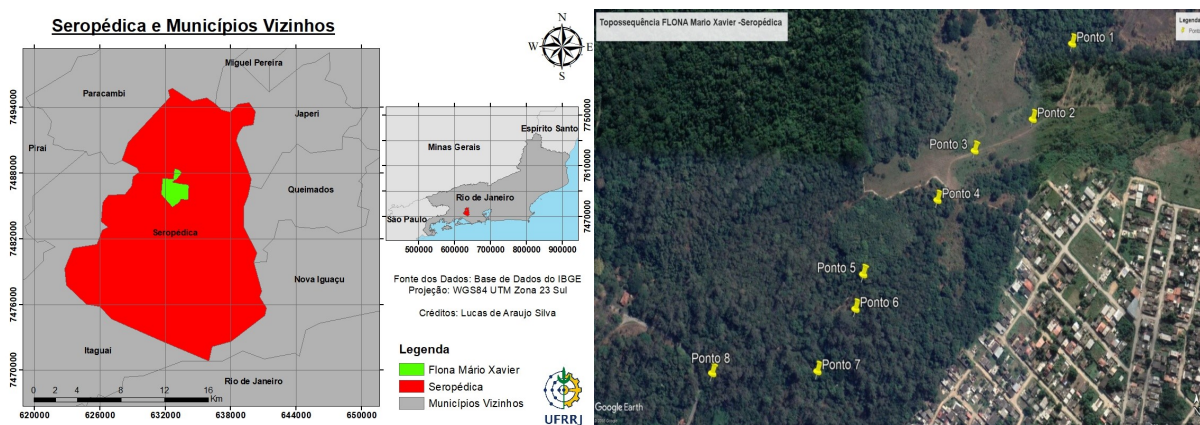


Figura 1 - Área de Estudo e Transecto com os pontos georreferenciados no *Google Earth*

Fonte: Moreira (2019)

Na segunda etapa da pesquisa, no dia 4 de junho de 2019, foi respondida a ficha biogeográfica, adaptada de Bertrand, 1968, para dar suporte a caracterização geoecológica, indicando os estratos florestais e sociabilidade entre os indivíduos. Como ferramenta utilizou o aplicativo de celular *android Google Maps* para marcar os pontos em campo e estes foram transferidos para o *Google Earth em gabinete*. Em cada um dos 8 pontos foram retiradas amostras de solo em duas profundidades (0 a 20cm e 20 a 40cm) com o uso do trado e da faca pedológica, sendo anotadas numa ficha de descrição de perfil de solo as informações de profundidade, relevo local, uso e cobertura do solo.

O Laboratório de Análise de Solo, Planta e Resíduos localizado na UFRRJ, vinculado ao Departamento de Fitotecnia foi o responsável pelas análises químicas, e estas seguiram a metodologia do Manual de Métodos de Análises de Solo (EMBRAPA, 1997). Após serem secas ao ar, as amostras foram destorroadas e passadas por peneira de 2 mm, obtendo-se a terra fina seca ao ar (TFSA). A partir dessa fase, foram separadas para a realização da avaliação da fertilidade do solo (análise química), que consiste em quantificar os seguintes parâmetros pedológicos: teores de carbono orgânico, fósforo (P), potássio (K), cálcio+magnésio (Ca+Mg), sódio (Na), alumínio (Al), alumínio+hidrogênio (Al+H) e o de pH. Foram calculados a soma de bases (S), a CTC (T) e a saturação de bases (Valor V).

A avaliação da fertilidade do solo consiste em quantificar os elementos essenciais para o crescimento e desenvolvimento das plantas e direcionar correções solo x planta. Posteriormente as análises granulométricas por sedimentação foram realizadas no Laboratório de Física de Solos da UFRRJ, vinculado ao Departamento de Solos. De acordo com a ABNT, a granulometria consiste na quantificação das partículas com valores de diâmetro para areia (2mm a 0,05mm), silte (0,05 a 0,002mm) e argila (<0,002mm).

Os dados obtidos em campo foram analisados e correlacionados com a paisagem da Flona Mário Xavier, com apoio a bibliografia específica da área, resultando em um trabalho de conclusão de curso, defendido no ano de 2019, realizado pela primeira autora deste artigo, com apoio dos demais autores.

3. Resultados

3.1. Ponto 1: Mata ciliar do Valão do Drago (22°43'47.1"S 43°42'01.0"W.)

A caracterização geral deste ponto consiste numa vegetação típica de mata ciliar, com o predomínio de espécies invasoras, próximo a uma área de reflorestamento (figura 2). O ponto 1 está a aproximadamente 20 metros do Valão do Drago, a 35 metros de altitude. O material originário (geologia) se dá pela Formação de Piranema, assim como nos demais pontos. O relevo apresenta-se plano a suave ondulado, e encontra-se sobre uma área de fundo de vale.

O ponto 1 apresenta em suas análises uma maior quantidade de argila (Tabela I), resultante da sua localização na baixa vertente (fundo de vale), o que facilita o carreamento e depósito, vindos por influência da drenagem ou trazidos do topo da vertente por efeito da gravidade associada as precipitações. O solo possui alta capacidade de troca catiônica (CTC) e são distróficos (pouco férteis, com V%<50%) e com a concentração de argila aumentando do horizonte superficial para o horizonte subsuperficial.

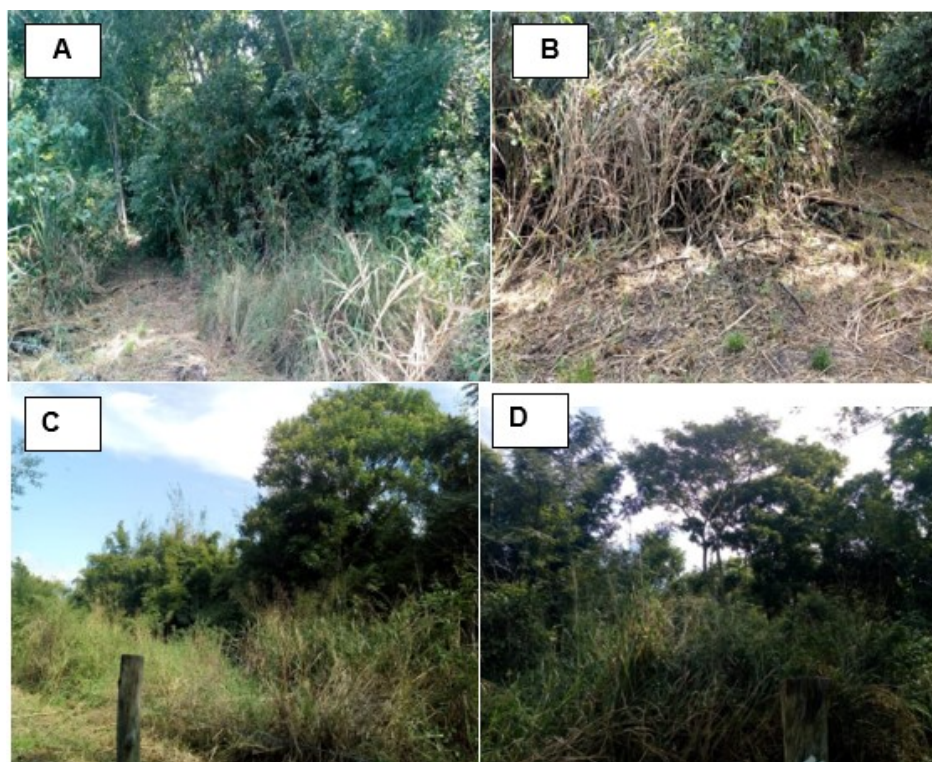


Figura 2 - Composição da paisagem do ponto 1.

Fonte: Moreira (2019).

	Profund. (cm)	Classif. textural	Na	Ca	Mg	K	H+Al	Al	S	T	V	m	n	pH _{água}	Corg	P	K
			Cmol _c / dm ³							%			1:2,5	%	mg/L		
Ponto 1 amostra 1	0-0,8	média / argilosa	0,059	6,5	6,3	0,28	17,4	0,2	13,14	30,57	43	1,5	0	5,3	1,43	27	109
Ponto 1 amostra 2	0,8-20	argilosa	0,102	5,1	4,7	0,21	12,7	1,4	10,11	22,85	44	11,78	0	4,9	0,82	23	81
Ponto 1 amostra 3	20-40	argilosa	0,305	2,7	6,4	0,08	10,7	1,9	9,48	20,17	47	16,69	2	4,9	0,37	22	30

Tabela I - Análises químicas e físicas das amostras do Ponto 1.

Fonte: Moreira (2019)

O potássio se encontra elevado nos horizontes superficiais, advindos principalmente de ciclos de queimadas natural ou antrópica (aumento das bases), relacionado com a granulometria argilosa das camadas. O fósforo em superfície e subsuperfície apresenta teores alto e médio respectivamente. Na análise granulométrica verificou-se um aumento de argila em subsuperfície e diminuição da fração areia. O pH é considerado fortemente ácido (4,9 e 5,3) para as três amostras sendo a primeira amostra menos ácida, e há um aumento do alumínio (Al) em subsuperfície (amostras 2 e 3). O carbono orgânico foi mais

alto em superfície (mais elevado da topossequência) resultante da camada orgânica e da vegetação sobre o solo.

3.2. Ponto 2: Reflorestamento de FURNAS 1 (22°43'50.9"S 43°42'03.6"W.)

A caracterização geral da área consiste em reflorestamento (figura 3) a montante do Valão do Drago, a aproximadamente a 165 m de distância do ponto 1, a 33 metros de altitude. A cobertura vegetal se dá pelo reflorestamento de espécies nativas da Mata Atlântica por compensação florestal da empresa FURNAS, sobre um relevo suave ondulado recoberto por capim.



Figura 3 - Composição da paisagem do ponto 2.

Legenda: A) População contínua de estrato arbustivo de rabo de burro (*Andropogon Condensatus*). B) Amostra de solo no trado; C) Vista do transecto em direção aos pontos seguintes. D) Vista lateral do ponto de coleta com a presença de indivíduos isolados do estrato arborescente ao fundo.

Fonte: Moreira (2019).

Neste ponto 2 (Tabela II), observa-se em superfície uma composição bastante arenosa, a qual vai diminuindo em subsuperfície, havendo translocação de argila em profundidade, modificando a

classificação textural, com isso temos o aumento da CTC, e aumento da concentração de alumínio e saturação por alumínio. Ainda se observa que a saturação de bases é maior na superfície e decresce em subsuperfície. O pH na amostra 1 é moderadamente ácido com $\text{pH} < 5,5$, 0 de alumínio e $\text{V}\% \geq 50\%$, equivalendo a solos eutróficos (férteis) e nas amostras subsequentes são fortemente ácidos e distróficos. Foi verificado uma redução do pH relacionado ao aumento em subsuperfície da saturação por alumínio (m).

Tabela II - Análises químicas das amostras.

	Profund. (cm)	Classif. textural	Na	Ca	Mg	K	H+Al	Al	S	T	V	m	n	pH _{água}	Corg	P	K
			----- Cmol _c / dm ³ -----							----- % -----			1:2,5	%	----- mg/L -----		
Ponto 2 amostra 1	0-20	arenosa / média	0,034	2,1	1,1	0,05	3,0	0,0	3,29	6,29	52	0	1	5,6	0,34	23	21
Ponto 2 amostra 2	20-40	média	0,083	0,9	0,6	0,03	1,9	0,4	1,62	3,49	46	19,84	2	4,7	0,13	19	13
Ponto 2 amostra 3	40-60	Argilosa	0,554	1,0	1,9	0,04	10,1	3,0	3,49	13,61	26	46,22	4	4,4	0,33	18	14

Fonte: Moreira (2019).

3.3. Ponto 3: Reflorestamento de FURNA 2 (22°43'52.5"S 43°42'07.5"W)

O Ponto 3 localiza-se a aproximadamente 100 m de distância do ponto 2, no terço inferior da encosta, apresentando características similares ao ponto 2 no contexto paisagístico, também estando numa área de reflorestamento, relevo suave ondulado e 31 metros de altitude (Figura 4). Em relação ao solo, é identificado que este encontra-se mal drenado (lençol freático próximo a superfície).



Figura 4 - Composição da Paisagem do ponto 3.
Legenda: A) indivíduos isolados do estrato arborescente Aroeira vermelha (*Schinus terebinthifolius*); B) *Contínua* predominância do estrato arbustivo Rabo de burro (*Andropogon condensatus*) e vista geral do ponto de coleta.

Fonte: Moreira (2019)

Este ponto apresenta-se como o mais baixo da topossequência, com solo de textura média em superfície e subsuperfície (Tabela III), baixa capacidade de troca catiônica (T), distróficos (pouco férteis), com V%<50%, sendo maior a saturação em subsuperfície. Verifica-se que o pH é considerado fortemente ácido nas duas amostras de solos. A saturação por ácidos aumenta em subsuperfície decorrente do aumento do alumínio e diminuição do pH. Nos pontos 2 e 3, observa-se uma condição de saturação permanente, ou na maior parte do tempo, com água, por conta da topografia, havendo preferência de percolação de água, características específicas decorrentes do processo de gleização chamado de hidromorfismo (SILVA NETO, 2010).

Tabela III - Análises químicas das amostras.

Profund (cm)	Classif. textural	Na	Ca	Mg	K	H+Al	Al	S	T	V	m	n	pH _{água}	Corg	P	K	
		----- Cmol _c / dm ³ -----							----- % -----			1:2,5	%	-----	mg/L -		
Ponto 3 amostra 1	0-20	média	0,052	2,3	1,9	0,17	9,6	0,3	4,42	13,98	32	6,356	0	4,5	0,58	28	65
Ponto 3 amostra 2	20-40	média	0,089	2,0	2,0	0,05	6,6	0,7	4,14	10,70	39	14,47	1	4,2	0,28	20	19

Fonte: Moreira (2019).

3.4. Ponto 4: Vegetação Arbórea acima da área de Reflorestamento (22°43'55.0"S 43°42'10.0"W)

A caracterização geral da área consiste no embasamento geológico pela Formação de Piranema, com relevo local plano a suave ondulado. Sua vegetação tem característica mista e baixa densidade (figura 5), provavelmente devido à influência de efeito de borda e por estar próximo ao limite do remanescente de reflorestamento. Está a 38 metros de altitude e a, aproximadamente, 100 m de distância do ponto 3, no terço médio da encosta.

Neste ponto observa-se mudança na composição granulométrica em relação aos pontos anteriores, prevalecendo a fração areia (> 90%) (Tabela IV), indicando a possibilidade de baixa retenção de água. Possui baixos teores de matéria orgânica mesmo na camada superficial. Estas características tornam o solo mais susceptível ao processo de lixiviação, quando ocorre a remoção de bases solúveis. Os resultados da análise do solo indicam solos distróficos (pouco férteis), com V%<50%, e baixa concentração de Na, Ca, Mg e K, implicando em baixa saturação por bases (S). O Al está alto e o pH de ambas as amostras é classificado como fortemente ácido.



Figura 5 - Composição da paisagem do ponto 4.
Legenda: A) No estrato arbustivo temos alguns exemplares de Abacaxi (Ananás comosus); B Arco de pipa (Erythroxylum pulchrum)

Fonte: Moreira (2019).

Tabela IV – Resultados das análises físicas e químicas das amostras de solos no ponto 4.

Profund. (cm)	Classif. textural	Na	Ca	Mg	K	H+Al	Al	S	T	V	m	n	pH _{água}	Corg	P	K	
		Cmol _c / dm ³							%			1:2,5	%	mg/L			
Ponto 4 amostra 1	0-20	arenosa	0,018	0,5	1,0	0,05	5,8	0,3	1,57	7,38	21	16,04	0	4,4	0,28	23	20
Ponto 4 amostra 2	20-60	arenosa	0,015	0,2	0,3	0,02	3,0	0,4	0,54	3,54	15	42,66	0	4,4	0,12	19	9

Fonte: Moreira (2019).

3.5. PONTO 5 - Talhão de Vegetação Mista (22°43'58.7"S 43°42'14.9"W)

A caracterização geral da área consiste em vegetação mista, a aproximadamente 100 m de distância do ponto 4, na transição do terço médio para o terço superior da encosta. A cobertura sobre o perfil é um talhão misto (figura 6), estando a 52 metros de altitude, com relevo local plano a suave ondulado.

Como ocorre no ponto anterior a textura é classificada como arenosa e tanto a soma das bases (S) como a capacidade de troca catiônica (T) são baixas. Prevalece a condição de baixa fertilidade como mostrado pelo valor V <50% (distrófico). O pH se encontra na classificação de fortemente ácido para ambas as profundidades (Tabela V).

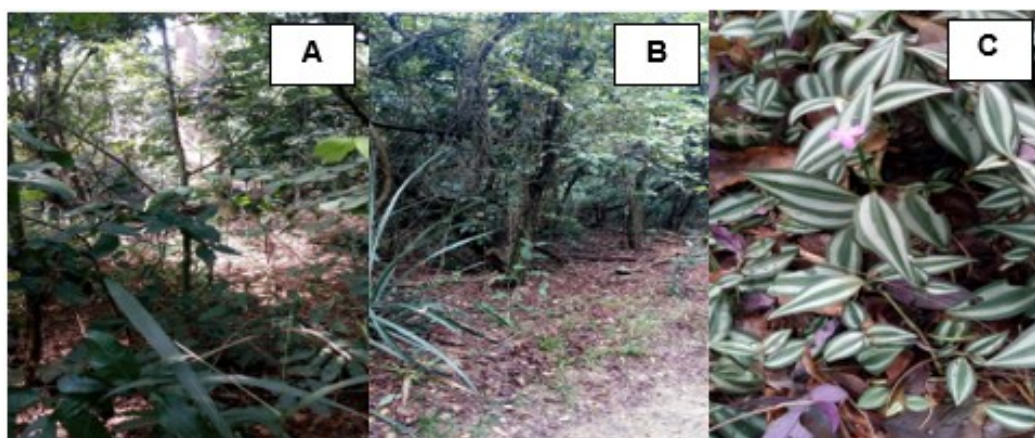


Figura 6 – Composição da paisagem do ponto 5.

Legenda: A) Presença de Eucaliptos (*Eucalyptus*) isolado ao fundo e Arco de pipa (*Erythroxylum pulchrum*), Sábia (*Mimosa caesalpiniaefolia*) em maior quantidade do estrato arbóreo a frente; B) Vista frontal do ponto de coleta; C) Indivíduos espalhados por todo estrato herbáceo, com predomínio do Lambari (*Tradescantia zebrina*).

Fonte: Moreira (2019).

Tabela V - Resultados das análises físicas e químicas das amostras de solos no ponto 5

Profund. (cm)	Classif. textural	Na	Ca	Mg	K	H+Al	Al	S	T	V	m	n	pH _{água}	Corg	P	K	
		----- Cmol _c / dm ³ -----							----- % -----		----- % -----		----- mg/L -----				
Ponto 5 amostra 1	0-20	arenosa	0,009	0,7	0,7	0,08	5,6	0,2	1,49	7,11	21	9,174	0	5,1	0,32	21	30
Ponto 5 amostra 2	20-40	arenosa	0,0123	0,9	0,5	0,03	3,0	0,4	1,44	4,44	32	19,51	0	4,7	0,11	20	12

Fonte: Moreira (2019).

3.6. Ponto 6 - Talhão de Eucalipto Antigo (22°44'00.4"S 43°42'15.4"W)

O ponto 6 localiza-se, aproximadamente 90 m de distância do ponto 5, no terço superior da encosta, a 55 metros de altitude, sob relevo plano a suave ondulado. A cobertura vegetal sobre o perfil é formada por um talhão antigo de eucaliptos (figura 7), ocorrendo no seu entorno a presença de espécies de sucessão ecológica secundária natural.

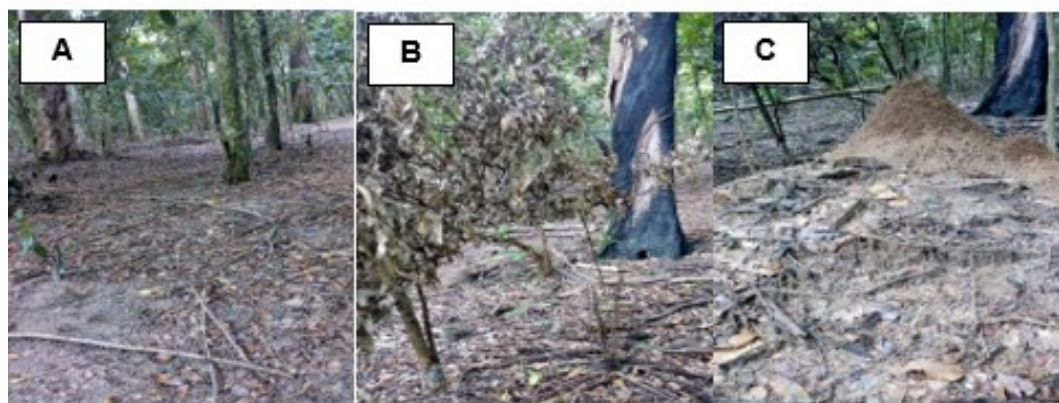


Figura 7 - Composição da paisagem do ponto 6.

Legenda: A) Presença predominante no estrato arbóreo por Eucaliptos (*Eucalyptus*) e indivíduos espaçados de Arco de pipa (*Erythroxylum pulchrum*) e sábia (*Mimosa caesalpiniaefolia*), ambos arborescentes. B) Vestígios de queimadas sobre a vegetação; C) Presença de formigueiros.

Fonte: Moreira (2019).

Para Tricart (1977) reflorestamentos com eucalipto e pinus, impedem o crescimento do estrato herbáceo e permite uma intensa transmissão de energia a superfície do solo e, com isso, maior escoamento superficial na área e, conseqüentemente, maiores chances de erosão hídrica. Índícios de queimadas na área do talhão de eucalipto podem ser observados nas imagens (Figura 7 B e C).

Foi verificada neste ponto que a classificação textural mantém-se arenosa (Tabela VI). O pH é considerado moderadamente ácido, sendo maior na superfície (profundidade de 0 a 20cm). O teor de alumínio é 0 em ambas as profundidades com valor zero de saturação por ácidos. É possível que as queimadas, com interferência antrópica, por meio de suas cinzas tenham contribuído para elevar os teores de cálcio, magnésio e potássio aumentando assim a saturação de bases no horizonte superficial.

Tabela VI - Resultados das análises físicas e químicas das amostras de solos no ponto 6.

	Profund. (cm)	Classif. textural	Na	Ca	Mg	K	H+Al	Al	S	T	V	m	n	pH _{água}	Corg	P	K
			Cmol _c / dm ³								%			1:2,5	%	mg/L	
Ponto 6 amostra 1	0-20	arenosa	0,0185	1,9	1,6	0,07	2,8	0,0	3,59	6,40	56	0	0	6,1	0,31	24	29
Ponto 6 amostra 2	20-40	arenosa	0,015	0,5	0,5	0,08	2,4	0,0	1,09	3,53	31	0	0	5,5	0,25	21	30

Fonte: Moreira (2019).

3.7. Ponto 7 – Próximo a edificações de antigos funcionários (22°44'03.5"S 43°42'17.9"W)

A caracterização geral da área consiste em dominância de espécies exóticas, oriunda do uso e ocupação por antigos moradores que ali residiam (figura 8). A vegetação é mista com inserção de plantas ornamentais e comestíveis. O ponto 7 localiza-se a aproximadamente 70 m de distância do ponto 6, a 54 metros de altitude, no terço superior da encosta, com relevo plano a suave ondulado.

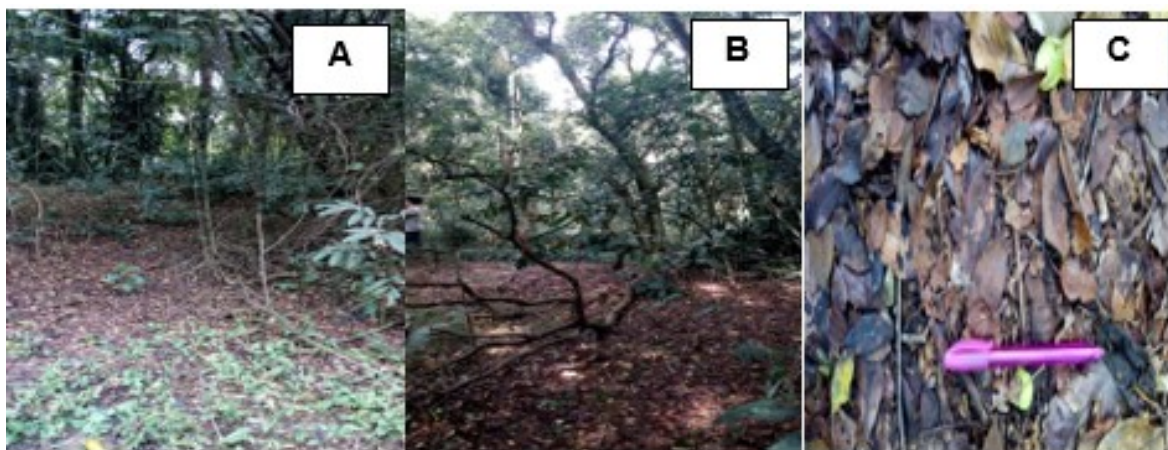


Figura 8 – Composição da paisagem do ponto 7.

Legenda: (A) Clareira em meio a mata (B) Neste ponto temos a predominância de espécies exóticas com indivíduos isolados de Eucalipto (Eucalyptus); (C) Presença de serrapilheira espessa

Fonte: Moreira (2019).

Na Tabela VII observa-se as características físicas e químicas do solo no ponto 7, onde prevalecem teores de areia elevados imprimindo a textura arenosa em ambas as profundidades. A soma das bases (S) e porcentagem pela saturação (T) são baixas caracterizando o solo como distrófico (pouco fértil), com $V < 50\%$, O pH se encontra na classificação de fortemente ácido em ambas as amostras.

Tabela VII - Resultados das análises físicas e químicas das amostras de solo no ponto 7.

	Profund. (cm)	Classif. textural	Na	Ca	Mg	K	H+Al	Al	S	T	V	m	n	pH _{água}	Corg	P	K
			----- Cmol _c / dm ³ -----								----- % -----			----- mg/L -----			
Ponto 7 amostra 1	0-20	arenosa	0,012	0,6	0,2	0,05	3,9	0,3	0,86	4,80	18	25,88	0	4,5	0,74	27	18
Ponto 7 amostra 2	20-40	arenosa	0,009	0,3	0,4	0,02	1,9	0,3	0,73	2,61	28	29,02	0	4,8	0,29	24	10

Fonte: Moreira (2019).

3.8. Ponto 8 – Próximo a estrada principal de acesso a Flona (22°44'03.5"S 43°42'17.9"W)

O ponto 8 está a aproximadamente 250 m de distância do ponto 7, a 55 metros de altitude, no terço superior da topossequência. A cobertura sobre o perfil corresponde a vegetação mista com a presença predominante da espécie Arco de Pipa (*Erythroxylum pulchrum*) (Figura 9).

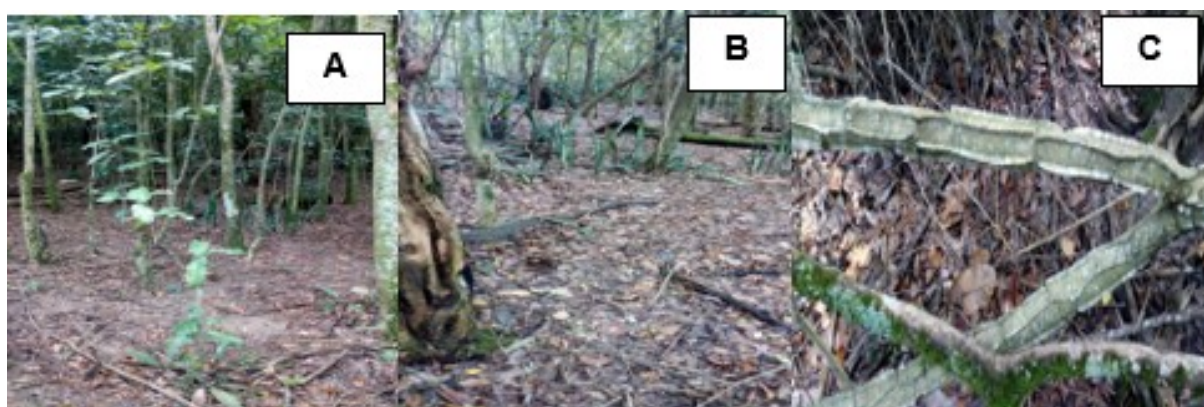


Figura 9 - Composição da paisagem do ponto 8.

Legenda: (A e B) Indivíduos do estrato arbóreo: Eucalipto (*Eucalyptus*) isolados, agrupamento de indivíduos de Arco de pipa (*Erythroxylum pulchrum*) e sábia (*Mimosa caesalpiniaefolia*); (C) Indivíduos isolados de Pau de jacaré (*Piptadenia gonoacantha*);

Fonte: Moreira (2019).

Na Tabela VIII verifica-se uma maior quantidade de argila com relação ao ponto anterior, caracterizando o solo como de textura média. Possui baixa saturação de bases e CTC imprimindo um caráter distrófico ao solo. O pH se encontra na classificação de fortemente ácido em ambas as amostras. O alumínio tem seus valores maiores em subsuperfície e a saturação por ácidos também é elevada. Uma peculiaridade deste ponto é o valor do carbono orgânico, que é maior em subsuperfície.

Tabela VIII - Resultados das análises químicas das amostras de solos no ponto 8.

	Profund. (cm)	Classif. textural	Na	Ca	Mg	K	H+Al	Al	S	T	V	m	n	pH _{água}	Corg	P	K
			Cmol _c / dm ³										%	%	mg/L		
Ponto 8 amostra 1	0-10	média	0,025	1,2	1,0	0,14	5,6	0,8	2,36	7,99	30	24,09	0	4,5	0,84	24	54
Ponto 8 amostra 2	10--30	média	0,022	0,5	0,6	0,08	5,6	1,4	1,20	6,83	18	52,86	0	4,5	1,04	22	32

Fonte: Moreira (2019).

4. Análise da Topossequência

A figura 10 mostra de forma esquemática o perfil geoecológico do transecto analisado e a representação da ocorrência de diferentes tipos de solos e vegetação ao longo da topossequência.

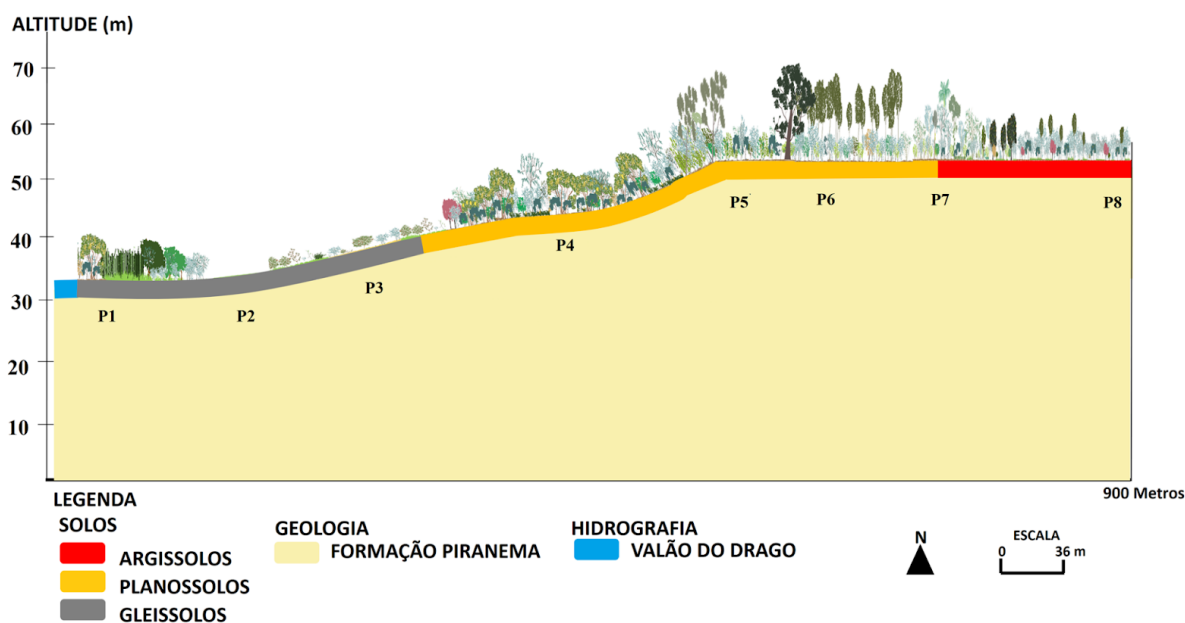


Figura 10 - Perfil geoecológico do transecto analisado na Flona Mário Xavier.

Fonte: Rodrigues (2020).

As observações de campo e a interpretação dos resultados analíticos mostraram a ocorrência e a identificação de 3 classes de solos. Os primeiros três pontos (1, 2 e 3), ocorrem em posição de relevo que privilegia o acúmulo de sedimentos das áreas de entorno a montante e o excesso de umidade (lençol freático elevado) ocasionando condições favoráveis à ocorrência dos Gleissolos. Nas partes mais baixas (ponto 2 e 3) ocorre vegetação menos densa, estando numa zona prioritária para reflorestamento, onde a empresa FURNAS S.A. recupera a área por compensação ambiental.

Os pontos 4, 5, 6 e 7 localizam-se a uma maior altitude e condição topográfica mais elevada (terço médio e superior da encosta). Neles prevalecem a textura arenosa nos horizontes superficiais, analisados, e textura argilosa em maior profundidade, a baixa CTC, e solos distróficos (com exceção do ponto 6 que tem intervenção antrópica por conta das queimadas). Nestas condições se encontra a classe do Planossolo. A vegetação predominante desta área é representada por um talhão de Sapucaias (*Lecythis pisonis*) próximo ao ponto 4 e 5, havendo cobertura vegetal mista no seu entorno. Os

pontos 6 e 7 situam-se nos antigos talhões de eucaliptos (*Eucalyptus*), havendo muitos indivíduos de Arco de pipa (*Erythroxylum pulchrum*), Sábida (*Mimosa caesalpiniaefolia*) entre as arbóreas. O estrato arbustivo apresenta-se muito adensado na área, formando aglomerados de Espada de São Jorge (*Sansevieria trifasciata*).

No ponto 8, a diferença textural abrupta entre os horizontes superficial e subsuperficial caracteriza a classe Argissolo. Ocorre no local a predominância da espécie arbórea Arco de Pipa (*Erythroxylum pulchrum*) entre outras secundárias, no entanto essa área sofre maior efeito de borda por estar próximo a via principal da unidade.

5. Considerações Finais

Ao longo da topossequência, observa-se as diferentes composições de paisagens e conseqüentemente unidades de paisagem segmentadas pelo histórico de uso e ocupação da terra, associado a impactos ambientais, oriundos de queimadas e desmatamento. A vegetação que recobre a área é oriunda não só do plantio para experimentos florestais antigos e exploração da madeira enquanto horto florestal como, também, elementos culturais, pois observa-se ao longo da topossequência ruínas que, no passado, foram residências dos antigos funcionários do horto. É notória a introdução de plantas ornamentais e frutíferas.

A manutenção da área de reflorestamento de espécies nativas ao longo do transecto estudado é extremamente importante, a fim de melhorar a biodiversidade, atraindo animais para esta unidade de conservação, visando melhorar suas condições ecológicas ao longo dos anos.

Com relação a metodologia adotada observou-se que as análises pedológicas de campo e laboratoriais foram fundamentais para a caracterização e identificação das classes de solos ao longo da topossequência, sendo possível reconhecer e segmentar três classes de solos diferentes: Gleissolo, Planossolo e Argissolo.

O perfil geoecológico se mostrou eficiente para a representação gráfica da paisagem, podendo ser utilizado como produto didático para o ensino de geografia física, demonstrando que em pequenas escalas da paisagem muitas variações físico geográficas podem ocorrer.

Bibliografia

- ABNT- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. (1984). NBR 7181: Solo-Análise granulométrica – método de ensaio. Rio de Janeiro, 13p.
- BERTRAND, G. (1968). Paysage et géographie physique globales: esquisse methodologique. *Révue de Géographie des Pyrenées et Sud-Ouest*, v.39, p.249-72.

- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (1997). Manual de Métodos de Análises de Solo. EMBRAPA/CNPS. Rio de Janeiro, RJ, 1997.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (1998). Métodos de análises químicas para avaliação da fertilidade do solo. EMBRAPA/CNPS. Rio de Janeiro, RJ, 56p.
- EMBRAPA - Centro Nacional de Pesquisa de Solos. (2006). Sistema brasileiro de classificação de solos. 2. ed. – Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 306 p.
- EMBRAPA (2019). Pesquisas comprovam efeitos danosos das cinzas de queimadas no solo e na água. Publicado em 29/01/19. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/40809567/pesquisas-comprovam-efeitos-danosos-das-cinzas-de-queimadas-no-solo-e-na-agua>. Acesso em 05 de dezembro de 2019.
- EMBRAPA SOLOS. (2002). Formação do solo. Disponível em: <https://www.embrapa.br/solos/sibcs/formacao-do-solo>. Acesso em 21 de novembro de 2019.
- LEPSCH, I. (2010). Formação e Conservação Dos Solos. 2 ed. Oficina De Textos.
- SILVA NETO, F. (2010). Pedogênese matéria orgânica em solos hidromórficos da região metropolitana de Porto Alegre. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- RODRIGUES, J. P. (2020). Representações gráficas de fragmentos vegetacionais da Floresta Nacional Mário Xavier – Seropédica/RJ. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de Geografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- RODRIGUEZ, J. (2017). Geoecologia das paisagens, uma visão geossistêmica da análise ambiental. 5 ed. Edições UFC, Fortaleza.
- SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - SNUC. Ministério do Meio-Ambiente - Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Departamento de Áreas Protegidas - Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.
- SOUZA, R. (2017). Restauração da Mata Atlântica: Potencialidades, Fragilidades, e os Conflitos Ambientais na Floresta Nacional Mario Xavier, Seropédica/RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia UFRRJ Seropédica, 90 p.

RISCO À LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA NA BAIXADA VERDE: A VULNERABILIDADE AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA, RIO DE JANEIRO, BRASIL

--

RISK TO AMERICAN TEGUMENTARY LEISHMANIASIS IN THE GREEN BAIXADA: ENVIRONMENTAL VULNERABILITY OF THE MUNICIPALITY OF SEROPÉDICA, RIO DE JANEIRO, BRAZIL

Fernanda Karla Bezerra da SILVA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

fernandakbs@yahoo.com.br

Heitor Soares de FARIAS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

profheitor79@gmail.com

Resumo

A Leishmaniose faz parte de um grupo de doenças tropicais negligenciadas que estão associadas à pobreza e se desenvolvem em lugares com moradias precárias, com falta de acesso ao saneamento básico, principalmente água limpa, abundância de insetos e ambientes degradados. Para a ocorrência da doença é necessária a presença dos protozoários e vetores, que são os flebotomíneos. Há numerosos registros de animais domésticos infectados, como cães e várias espécies de animais silvestres, sendo uma interação reservatório-parasito bastante complexa. Assim, ainda que se pense em controlar a doença em áreas urbanas, a ocorrência de Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) pode continuar acontecendo em áreas de contato rural-urbano. Esse é o perfil de boa parte da Baixada Fluminense, conjunto de municípios que formam a periferia metropolitana do Rio de Janeiro, como é o caso do município de Seropédica, área de estudo desta pesquisa. Refletimos sobre os dados apresentados pela Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro que demonstram que o território da região metropolitana tem 36,27% de áreas verdes e cerca de um terço desse percentual está na Baixada Fluminense, em unidades de conservação que apresentam um forte potencial turístico, o que pode originar uma nova proposta de região turística, a Baixada Verde. Esta iniciativa, tem o objetivo de proporcionar maior visibilidade e oportunidade no cenário turístico regional, mas pode vir a colocar turistas em contato com áreas endêmicas para Leishmaniose, já descritas em literaturas desde os anos de 1950. Assim, o presente trabalho objetivou identificar os espaços de risco sob ameaça de infecção por LTA no município de Seropédica, comparando-os com as áreas indicadas com potencial turístico no Projeto Baixada Verde. Em campo, foi observado que o município tem as características descritas na literatura para ocorrência da doença, nos bairros de Campo Lindo, que mesmo sendo mais urbanizado apresentou mais casos, e o bairro Santa Sofia, mais rural e com muitos vetores capturados. Esses bairros não se incluem no projeto Baixada Verde, mas a Flona Mário Xavier, que será um dos pontos turísticos, é muito favorável para a contaminação da doença, sendo necessário que existam ações de prevenções, combate e capacitação para profissionais que atuam na atenção básica da saúde e um contínuo trabalho de educação e saúde.

Palavras-chave: Leishmaniose, Turismo, Epidemiologia e Geografia da Saúde.

Abstract

Leishmaniasis is part of a group of neglected tropical diseases that are associated with poverty and develop in places with precarious housing, lack of access to basic sanitation and clean water, abundance of insects and degraded environments. The presence of protozoa and vectors is necessary for the occurrence of the disease, which in this case are sandflies. A high incidence of infected domestic animals, such as dogs and several species of wild animals, occurs which involves very complex reservoir-parasite interaction. Thus, even if action is taken to control the disease in urban areas, the occurrence of American Tegumentary Leishmaniasis (ATL) may continue to take place in rural-urban contact areas. This situation is common most of the Baixada Fluminense region, a group

of municipalities that form the metropolitan periphery of Rio de Janeiro, of which the municipality of Seropédica studied here is a part. We analyze data presented by the Secretary of Tourism of the State of Rio de Janeiro that demonstrate that 36.27% of the metro region is covered by green areas. About a third of this area is in conservation units located in the Baixada Fluminense and could have considerable potential for tourism to the point of constituting a new tourist region, the Green Baixada. This initiative has the aim to providing greater visibility and opportunity for regional tourism, but may put tourists in contact with long-standing endemic areas of Leishmaniasis. Thus, this study will identify the areas of risk to contracting ATL in the municipality of Seropédica and compare them with proposed tourism areas in the Green Baixada Verde. We observed in the field that the municipality has the typical characteristics described in the literature for the occurrence of the disease, particularly in Campo Lindo borough, which, despite being more urbanized, had more cases, and Santa Sofia borough, which is more rural and where many vectors captured in the field. These boroughs are not included in the Green Baixada Project, but Mário Xavier National Forest, which is a recommended tourist stop was found to be very favorable for catching the disease for that it would require preventive action in order to combat the disease and train primary health care professionals as well as continuous educational measures.

Keywords: Leishmaniasis, Tourism, Epidemiology, Geography of Health.

1. Introdução

A Organização Mundial de Saúde vem atuando incessantemente com pesquisas, levantamentos e assessorias de trabalhos técnicos com as doenças tropicais negligenciadas. Em seu primeiro relatório “Trabalhando para superar os impactos das doenças negligenciadas”, mostra que essas enfermidades estão muito ligadas às condições de moradias precárias, falta de acesso a água limpa e saneamento básico, juntamente aos ambientes degradados ou devastados e com muitas quantidades de insetos e vetores que contribuem para a transmissão. São doenças muito antigas que já apresentaram elevada prevalência, mas desapareceram gradualmente à medida que as sociedades se desenvolveram e as condições de vida e de higiene melhoraram (OMS, 2010).

Nesse contexto, a geografia se apresenta como ciência do estudo das relações entre a sociedade/natureza desempenhando um papel fundamental nas análises ambientais e estudos do espaço, sendo seus conhecimentos utilizados pela epidemiologia (Faria & Bortolozzi, 2009), auxiliando a mesma a integrar e entender os fatores econômicos, sociais, políticos e culturais responsáveis pela produção das doenças epidêmicas e endêmicas (Santos, 2003).

Existem dois tipos de Leishmaniose: a Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA), que acomete a pele e as membranas mucosas do nariz, da boca e da garganta, deixando cicatrizes profundas e permanentes e; a Leishmaniose Visceral, que acomete os órgãos internos e, se não for tratada, torna-se uma doença crônica e pode levar à morte (Brasil, 2009).

Segundo o Ministério da Saúde (2019) há numerosos registros de animais domésticos infectados, como cães, por exemplo; entretanto, não há evidências científicas que comprovem o papel desses animais como reservatórios das espécies de LTA, sendo considerados hospedeiros acidentais da doença. Trata-se de uma interação reservatório-parasito bastante complexa, pois já foram descritas infecções por leishmanias que causam a LTA em várias espécies de animais silvestres, inclusive, algumas espécies de roedores, marsupiais, edentados e canídeos silvestres, servindo como hospedeiros e possíveis reservatórios naturais.

Assim, ainda que se pense em controlar a doença sobre os animais domésticos em áreas urbanas, a infecção por LTA pode continuar acontecendo em áreas mais afastadas, de contato rural-urbano, já que os flebotomíneos se adaptam bem aos ambientes modificados, os quais propiciam abrigo e alimento em maior abundância que nos ambientes naturais (Marzochi e Marzochi, 1994).

Esse é o perfil de boa parte do território da Baixada Fluminense, conjunto de municípios que formam a periferia metropolitana do Rio de Janeiro, em especial aqueles localizados nas bordas da região metropolitana, como é o caso do município de Seropédica, área de estudo desta pesquisa, que está situado no extremo oeste metropolitano.

Recentemente, no ano de 2017, em uma proposta de alternativa econômica para a Baixada Fluminense, a partir do Turismo Ecológico, formulada pela Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, foram apresentados dados que mostraram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro com um território de 36,27% de área verde conservada, sendo que cerca de um terço desse percentual está na Baixada Fluminense. O levantamento indica que nesses locais estão as unidades de conservação que apresentam um forte potencial turístico. Com isso diversos setores públicos e privados, além da Secretaria de Turismo do Rio de Janeiro e o Sebrae/RJ, elaboraram o projeto “Baixada Verde”. Este inclui dez municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

Essa iniciativa tem o objetivo de proporcionar maior visibilidade e oportunidade no cenário do turismo regional à Baixada Fluminense, em uma tentativa de mudança da realidade de uma população que há décadas sofre com a pobreza, falta de emprego e renda. Ainda, nesses municípios integrantes da proposta, há inúmeros problemas de ordem social, política, econômica, ambiental e de saúde.

Desde os anos de 1950, existem referências de focos da Leishmaniose na Região denominada Baixada Fluminense (Nery-Guimarães, 1955), quando houve um surto no estado do Rio de Janeiro. Trabalhos mais recentes apontaram em Seropédica, um dos municípios pertencentes a esta região, vários casos da doença (Cardoso et al., 2009; Senne, 2018).

Diante das informações, questionou-se: as áreas definidas como atrativos turísticos para o projeto Baixada Verde em Seropédica, estão próximas daquelas apontadas como sendo de potencial ocorrência de Leishmaniose Tegumentar Americana-LTA? Assim, o presente trabalho objetivou identificar os espaços de risco sob ameaça de ocorrência de LTA no município de Seropédica, ou seja, as áreas que apresentam características ambientais e sociais para a infecção por *Leishmania* sp.

2. O município de Seropédica e o Projeto Baixada Verde

O município de Seropédica está situado na região metropolitana do Rio de Janeiro e tem população estimada de 83.092 pessoas (IBGE, 2020), com uma unidade territorial de 265.189km² (2019) e está a 75 km de distância da capital do Estado do Rio de Janeiro.

Seropédica (Figura 1) é um município da Baixada Fluminense, região com inúmeros déficits sociais e de infraestrutura que faz divisa com os municípios do Rio de Janeiro, Japeri, Queimados,

Itaguaí, Paracambi e Nova Iguaçu e com eles compõe a borda oeste (Oliveira, 2015) da região metropolitana do Rio de Janeiro.

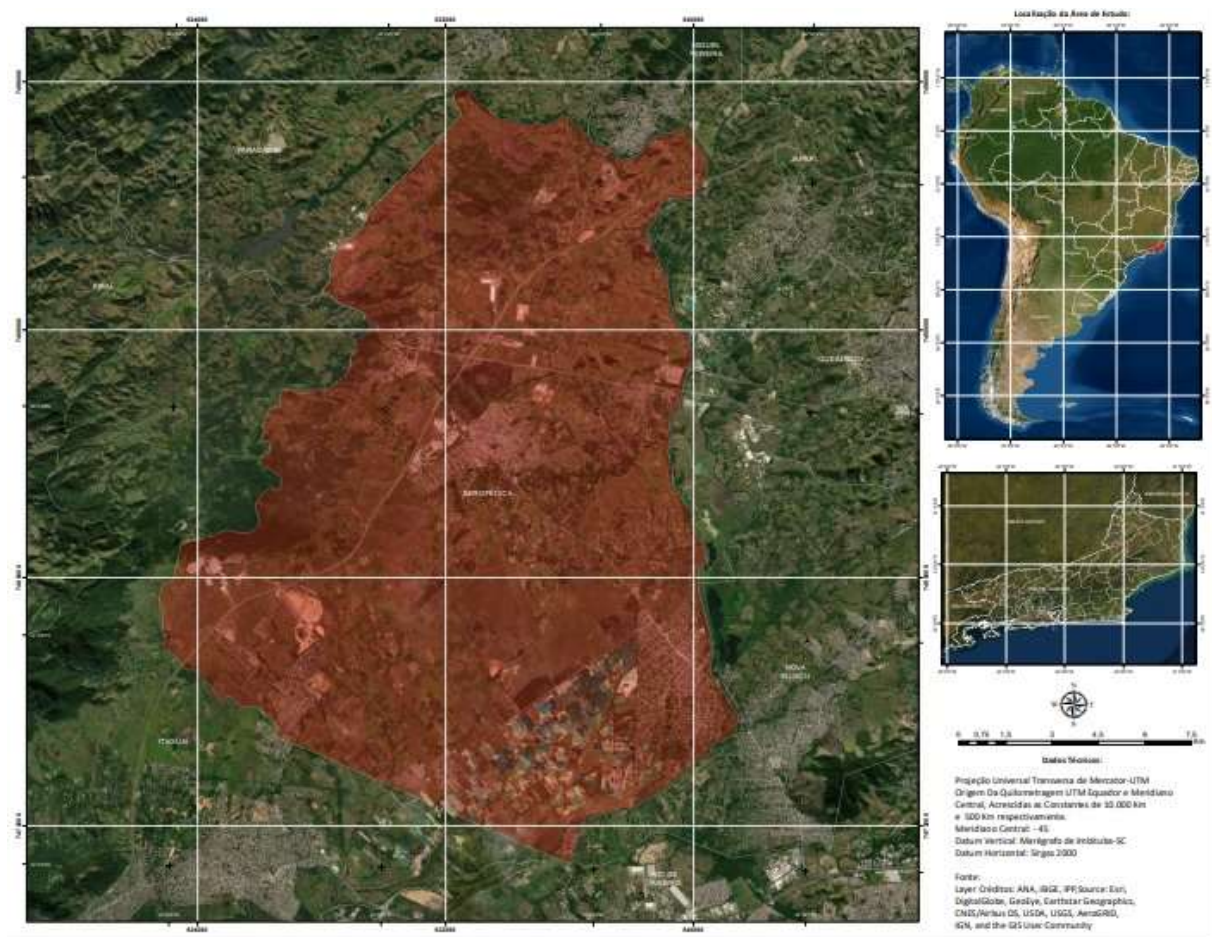


Figura 1 - Município de Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.

Fonte: IBGE (2020).

Por ser um município de borda, ainda é possível perceber na paisagem o contato entre o rural e o urbano. Prova disso são suas atividades econômicas que estão concentradas no comércio, extração mineral, indústria, mas também em atividades de pecuária e agrícolas (lavouras de bananas) com, cerca de 6.022 hectares dedicados à produção familiar (IBGE, 2017). Boa parte desta área é fruto de desapropriações de fazenda improdutivas através da reforma agrária da década de 1950, que deu origem a nove assentamentos, que se dedicam a fruticultura e produção de olerícolas (Golinski, 2008).

De acordo com o IBGE (2010), o município tem 37,4% da população com um rendimento mensal de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, e a população ocupada é de apenas 17,5% com uma renda média mensal de até 4 salários-mínimos, números que são inflados pela presença de instituições públicas de ensino e pesquisa como a Embrapa e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que tem muitos de seus funcionários residindo no município. Em relação a infraestrutura, a urbanização de vias públicas

(bueiros, calçadas, pavimentação e meio fio) é de 19,7% e apresenta 64,1% de esgotamento sanitário adequado.

A cidade tem sua economia baseada na mineração de areia e argila gerando grande impacto social e ambiental em vários bairros e que desagrega a agricultura familiar do município (Guimarães et al., 2009), para fornecer estes minérios aos diversos municípios da Baixada Fluminense e principalmente a capital, além de ter desde 2011 instalado em seu território o Centro de Tratamento de Resíduos, o que agravou a degradação ambiental. No entanto, para a Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, a região da Baixada Fluminense é fundamental para o Estado por ser cortada por importantes rodovias do País, e pela pouca distância que tem em relação à capital fluminense. Essas características fazem com que seja uma importante porta de entrada de turistas, o que facilita o acesso dos visitantes; além da região contar com uma rede hoteleira.

Assim, foi criado o Plano Estratégico da Região Turística Baixada Verde com a função de antecipar o que a gestão dos municípios deverá fazer e quais são os objetivos que deverão ser cumpridos. Um dos objetivos do desenvolvimento e planejamento do setor é criar produtos turísticos e serviços com maior valor agregado para os atuais e potenciais turistas, de modo que os destinos e as suas comunidades recebam benefícios econômicos e sociais.

O Plano Estratégico da Região Turística Baixada Verde (2017) busca minimizar os potenciais impactos negativos, maximizar os retornos econômicos da atividade nos municípios e encorajar uma resposta mais positiva da comunidade local quanto ao turismo, inclusive em longo prazo. O plano incorpora outros aspectos inovadores tais como: a definição das políticas, a capacidade de provocar transformações institucionais, a competência de definir as prioridades e as condições necessárias para o desenvolvimento eficiente, sustentável e contínuo do serviço e da oferta turística em consonância com duas de suas bases estratégicas, a riqueza histórico-cultural e natural, e a visão de futuro de ser reconhecida como uma região turística acolhedora, gerando desenvolvimento sustentável.

O município de Seropédica é um dos territórios que fará parte do Projeto Baixada Verde e, no entanto, figura entre um dos municípios que tem mais casos notificados da Leishmaniose Tegumentar Americana, doença que se manifesta, sobretudo, em áreas verdes de contato rural urbano. Já acontece algum tipo de turismo na cidade e há o estímulo para o seu aumento incorporando novas áreas, contudo é uma região periférica, carente e com necessidades evidentes em relação ao planejamento e à saúde pública.

3. Risco à Leishmaniose Tegumentar Americana

Para Monteiro (1991, p.10), a definição de risco “considera os componentes antropogênicos e a noção de possibilidade de perigo”. Risco e Perigo são duas palavras que se confundem, pois muitas

vezes são usadas como sinônimas, embora não sejam. Perigo pode ser entendido como uma situação que gera consequências indesejáveis. Risco é a possibilidade de o perigo materializar-se. É a possibilidade de que ocorra algo indesejado (Sánchez, 2013).

Os riscos são, em grande parte, consequência da industrialização e dos processos de modernização (Riscos Tecnológicos) e das desigualdades sociais, relacionados à insegurança (Riscos Sociais), mas sem ignorar os Riscos Naturais, os fenômenos da natureza que têm na figura do homem a razão de existir o perigo, neste caso um desastre natural (Sánchez, 2013). Dessa maneira podemos compreender que o risco é um objeto social. O risco só existe onde estiver um indivíduo ou população que possa sofrer seus efeitos (Veyret, 2007). O risco é o efeito colateral de nossa vitória nessa incessante luta pelo controle sobre os recursos naturais (Beck, 1998).

Para Zanirato et al. (2008), a expansão da ocupação humana representa também a expansão dos riscos. A produção e reprodução do espaço ocorre de maneira diferenciada, refletindo as distintas vulnerabilidades desses grupos. Assim, os impactos serão sentidos de maneira diferenciada, pois os espaços mais suscetíveis a eventos danosos, e por isso com menor valor de mercado, são ocupados por grupos socialmente mais vulneráveis. São esses os Espaços de Risco, definidos por Farias (2012) como sendo as áreas que concentram tanto características físicas quanto sociais que intensificam os riscos, e por isso são muito vulneráveis.

A vulnerabilidade é entendida como uma condição individual ou coletiva dos seres humanos, a exposição de riscos, mas que esta pode ser transitória. Sendo incorporada a aspectos sociais, pois existem grupos sociais que sofrem diante da estrutura desigual de concentração de poder na sociedade, sendo expulsos para as áreas periféricas onde são expostos a maiores riscos. (Farias, 2019) Esses grupos tornam-se mais vulneráveis as doenças advindas de zoonoses ou epidemias, muitas ligadas ao clima e ao espaço utilizado.

A LTA, antes considerada endemia rural, hoje, com a adaptação dos vetores a ambientes e hospedeiros se encontra em franca expansão em áreas urbanizadas no Brasil. No estado do Rio de Janeiro o padrão de transmissão está intimamente ligado ao processo de urbanização e é classificado como “*peridomiciliar*”. A ocupação desordenada, o maior adensamento humano, o contínuo desmatamento e as construções em áreas a biótopo possibilitou a adaptação da *Leishmania braziliensis* a ciclos que se completam em microambientes próximos a domicílios.

A Leishmaniose é uma doença infecciosa, não contagiosa, causada por protozoário do gênero *Leishmania*, de transmissão vetorial (flebotomíneos geralmente medem de 2 a 5mm de comprimento, com pernas longas e delgadas, e o corpo amarelado densamente piloso) uma fêmea pode colocar de 40 a 100 ovos ao longo do dia, acomete pele e mucosas (Figuras 2 e 3), sendo também conhecida como leishmaniose mucocutânea, úlcera de Bauru, ferida brava, entre outras.

Os vetores são insetos flebotomíneos (Figura 4), pertencentes à ordem diptera, Família Psychodidae, Subfamília Phelebotominae, Gênero *Lutzomyia*, conhecidos popularmente dependendo da região como mosquito-palha, tatuquira, birigui e etc. (BRASIL, 2017).



Figura 2 - Formas concomitantes e contíguas mucocutâneas. Fonte: Telessaude Mato Grosso (2016).



Figura 3 - Lesão ulcerada franca única; forma cutânea difusa. Fonte: Manual de Vigilância da LTA – MS (Brasil, 2017).

No Brasil, várias espécies de *Leishmania* estão envolvidas em casos de LTA. Entretanto, *Leishmania (Viannia) braziliensis* é apontada com mais frequência como responsável pelos casos humanos, caninos e equinos de LTA no estado do Rio de Janeiro, onde a enfermidade é considerada endêmica. Nas Américas, o gênero *Lutzomyia* é o responsável pela transmissão das leishmanioses.



Figura 4 - Foto ampliada da fêmea do flebotômíneo.

Fonte: <https://cgab.yale.edu/projects/evolutionary-genetics-vector-and-parasite-populations/new-world-sand-fly-phylogenetics-and>

Os flebotômíneos têm grande importância epidemiológica pois são capazes de transmitir diversas patologias como bartoneloses, arboviroses, e principalmente a leishmaniose (Galvis-Ovallos et al., 2017). Estes podem se abrigar em diversos locais da natureza, sendo a grande maioria silvestre, porém devido às mudanças ambientais resultantes dos processos de urbanização e desmatamento, foi observado que algumas espécies de flebotômíneos se adaptaram muito bem, em torno de habitações humanas e abrigos de animais (Agra et al., 2016). São insetos de atividade crepuscular ou noturna encontrados com frequência em biótipos naturais e costumam abrigarem-se tocas de animais, troncos de árvores, folhas caídas no solo, arbustos, frestas de rochas e em cavernas (Galati et al., 2003). Eles se alimentam de matéria orgânica depositada no solo, enquanto os adultos de ambos os sexos se alimentam de açúcares de plantas, somente as fêmeas adultas são hematófagas (Forattini, 1973, *apud* Senne, 2018).

No Brasil tem sido verificada em todos os estados, sendo uma das afecções dermatológicas que merecem atenção, pois tem um risco elevado de deformidades, além do estado psicológico e social de estigma e preconceito, pois muitos acreditam ser contagiosas. Para a transmissão, é necessário que haja a picada do flebotômíneo fêmea, pois não existe transmissão direta de homem para homem. O período de incubação é em média de dois meses, ou duas semanas no período mais curto, ou dois anos num período mais longo (Brasil, 2017).

Percebe-se claramente que essa mobilidade da população do campo para a cidade, e sem espaço para se manter, acabam por se fixar em locais mais próximos às áreas urbanas, ao lado de encostas, valões, sem saneamento nem infraestrutura, devastando matas para construção de habitações, com produção agrícola principalmente de bananeiras tradicional na região e criação de animais para subsistência, essas áreas periurbanas carentes, cria as condições necessárias para

significativa modificação na ecologia dos flebotomos, modificando seus hábitos e manutenção do vetor (Senne, 2018).

4. Metodologia

Foi calculada a prevalência da LTA de toda região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, utilizando os dados do site DATASUS do período de 2001 a 2019. Sendo feito, o somatório dos registros nesse período e calculada a Taxa de Prevalência, usando o número de indivíduos infectados no período determinado, dividido pelo número total de habitantes por município (IBGE, 2020). A Taxa de Prevalência mede a proporção da população que já tem a doença, permitindo uma melhor comparação entre os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Para correlacionar características espaciais das áreas de estudo nos seus determinantes socioambientais descritos na literatura médica, tendo como principal referência a pesquisa sobre Ecologia e epidemiologia de flebotomíneos circulantes em áreas endêmicas para Leishmaniose Tegumentar no município de Seropédica, Rio de Janeiro, desenvolvida por Senne (2018), foram realizadas duas visitas a campo. Foram escolhidas áreas onde há ocorrência da LTA e onde estão localizadas armadilhas para captura dos flebotomos, sendo realizados registros fotográficos para caracterização dos espaços para posterior correlação com a descrição dos determinantes socioambientais com respaldo na bibliografia em estudo e a realidade atual. Foram visitadas as localidades Valão das Louças, Santa Sofia, São Miguel e Campo Lindo.

Posteriormente foram realizados mapeamentos para identificar as áreas com potencial para infecção por LTA, áreas dos bairros com casos confirmados para comparação com os destinos turísticos do Projeto Baixada Verde.

5. Resultados e discussão

A figura 5 mostra a região metropolitana do Rio de Janeiro. As maiores prevalências estão no Oeste Metropolitano, nos municípios de Paracambi, Seropédica, Itaguaí e Japeri; e no Leste Metropolitano, nos municípios de Magé e Guapimirim, áreas de expansão metropolitana onde há o contato rural-urbano.

Ao georreferenciar os dados de LTA de Seropédica por bairros (Figura 6), percebe-se que o maior número de casos está no bairro de Campo Lindo (30 casos), o que demonstra o avanço do vetor em uma área considerada plana, periurbana com grandes extensões de desmatamento, seguindo por Fazenda Caxias (14 casos), região mais urbanizada, com poucos remanescentes de vegetação em domicílios e São Miguel (9 casos) região com características mais rurais e com boa preservação da vegetação.

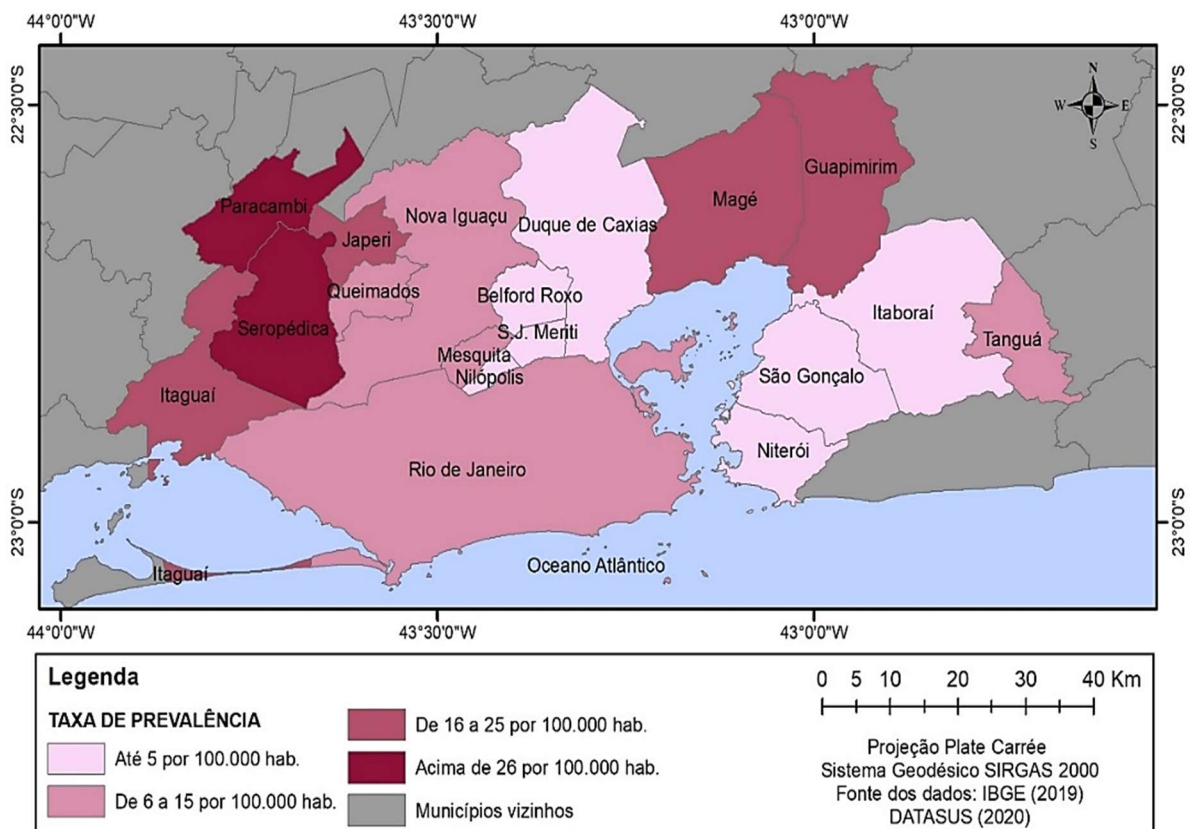


Figura 5 - Taxa de prevalência de LTA na região metropolitana do Rio de Janeiro – 2001 a 2019. Fonte: Heitor Soares de Farias.

Os bairros São Miguel e Santa Sofia se desenvolveram na planície em contato com áreas de encostas com vegetação preservada, com a presença de animais silvestres, em contato com áreas rurais onde são cultivadas predominantemente banana e horticultura (Guimarães et al, 2009). A produção da banana tem elevado consumo de água, e para seu cultivo, diante da necessidade de controle do número de “filhos”, indica-se o desbaste (Borges e Souza, 2004), o que acarreta grande acúmulo de matéria em decomposição que, em meio a umidade, tem se mostrado como um fator fundamental para a manutenção de flebotomíneos na região (Senne, 2018). É exatamente o quadro do contato rural-urbano descrito como fundamental ao desenvolvimento da LTA.

A figura 7 ilustra muito bem as características do espaço construído presentes nesses bairros onde há foco de LTA. Moradias bem precárias, esgoto a céu aberto, presença de animais e canil improvisado ao lado da residência, plantações de bananeiras bem próximas com bastante matéria orgânica ao chão. Essas características colocam os moradores e seus animais domésticos como potenciais reservatórios acidentais da LTA.

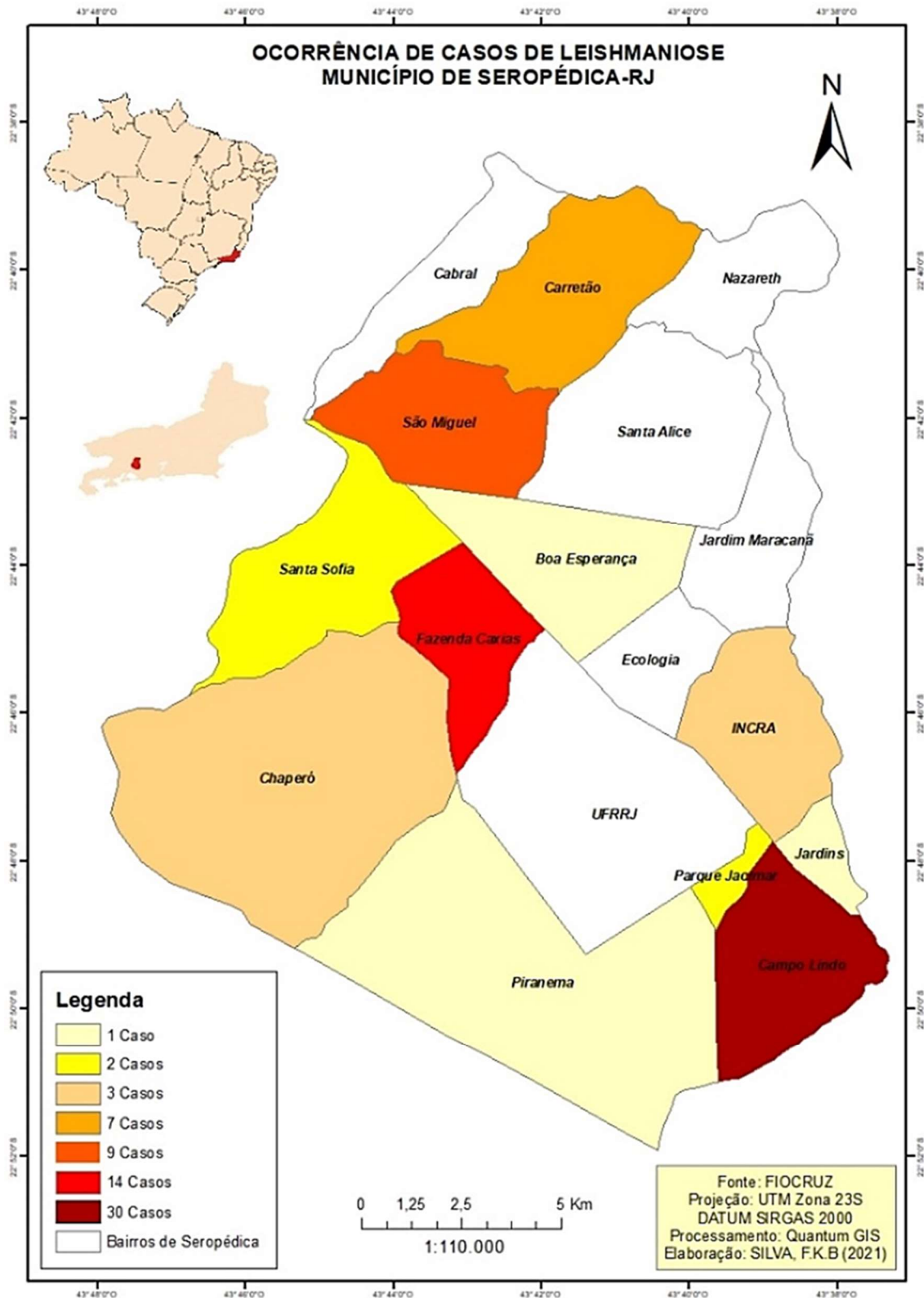


Figura 6 - Número de casos de Leishmaniose Tegumentar Americana distribuídos nos bairros de Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.

Fonte: Dados da Fiocruz.

No entanto, essa não é uma característica presente no bairro Campo Lindo. Um bairro com características de uma periferia empobrecida dentro de um contexto mais urbano. Ao fazer um aprofundamento bibliográfico mais amplo, verificou-se que o padrão de transmissão urbana tem ocorrido em áreas com distintas características: áreas de expansão da cidade atingindo o contato com ambientes florestais (Andrade, 1998); áreas florestadas preservadas em espaços intraurbanos (Gomes e Neves, 1998) e, áreas em que o próprio processo de urbanização criou as condições favoráveis à produção de focos, onde persiste a reprodução ampliada da LTA (Kawa, 1998).



Figura 7 – Peridomicílio nos bairros de Santa Sofia e Campo Lindo.

Fonte: Fernanda Karla Bezerra da Silva.

Através do levantamento do Observatório da Baixada Verde para o município de Seropédica, as áreas com potencial turístico em destaque é o campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Floresta Mário Xavier (FLONA), Serra do Catumbi e Serra da Cambraia (Figura 8). De acordo com Oliveira (2012), em seu estudo: “Análise Espacial das áreas de Favorabilidade para Ocorrência de Leishmaniose Tegumentar Americana no Município de Seropédica-RJ”, as áreas de

expansão urbana, sítios rurais e a Flona Mário Xavier são classificadas como muitíssimo favorável para ocorrências da LTA. Nesse contexto, cabe destacar que a Flona já faz parte do cotidiano das pessoas como atrativo lazer/turístico por ser uma área de conservação ambiental aberta ao público, onde há prática de caminhada vespertina e prática de atividades religiosas, horário em que os flebotômíneos aumentam suas atividades (Condino et al., 1998).

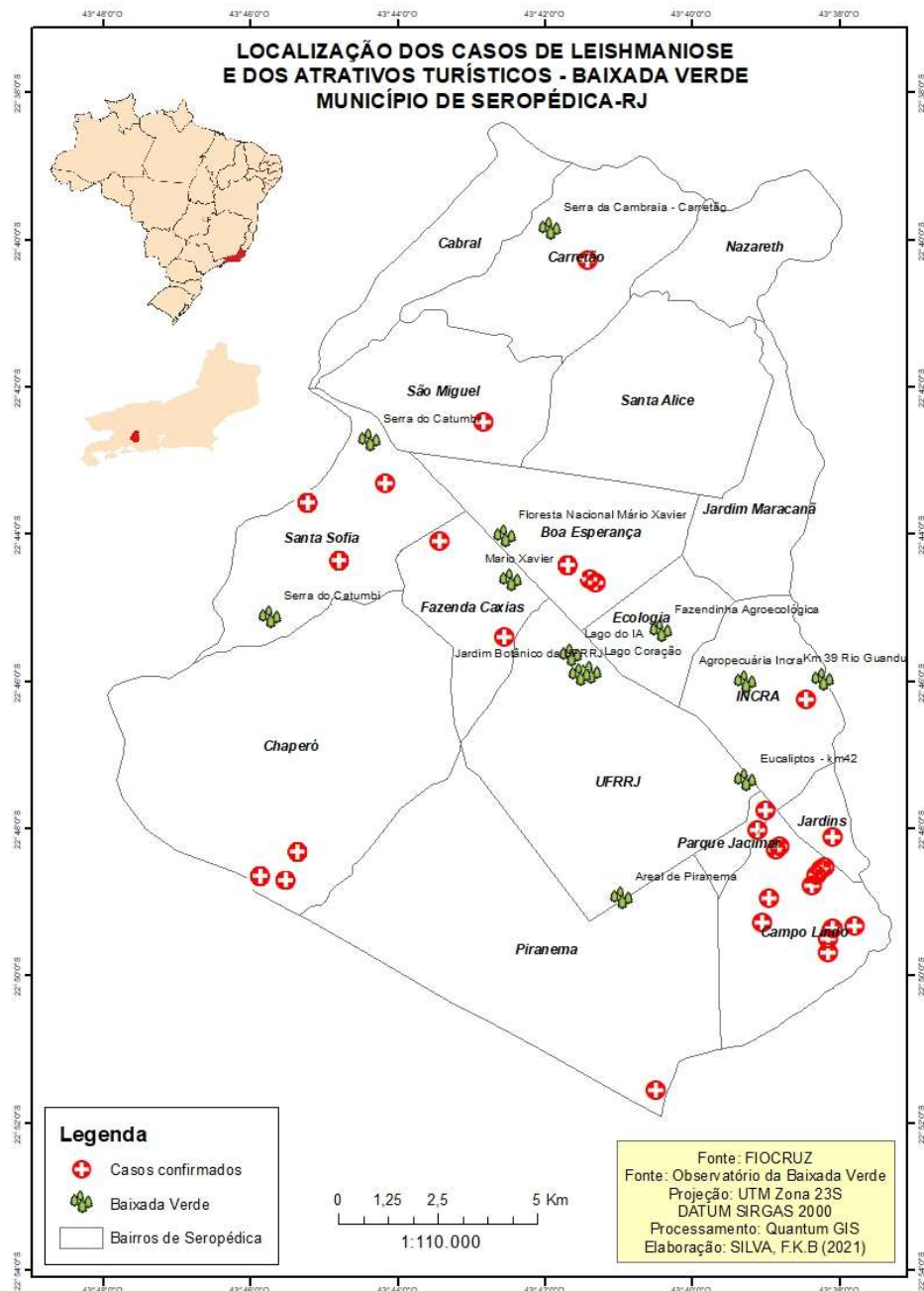


Figura 8 - Bairros que tiveram casos de Leishmaniose Tegumentar e possíveis áreas com atrativos turísticos para o Projeto Baixada Verde em Seropédica.

Fonte: Fernanda Karla Bezerra da Silva.

5. Conclusão

A vulnerabilidade socioespacial é condição indispensável para a existência do risco e dos espaços de risco, que podem ser de distintas naturezas, historicamente desenvolvido na vanguarda da expansão urbana, se deslocando e se ampliando sempre que um novo vetor econômico surge. Ainda assim são negligenciados por atingirem grupos sociais pouco numerosos, localizados nas periferias mais distantes onde se encontram invisibilizados mesmo estando em uma grande metrópole como o Rio de Janeiro.

A Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) é um exemplo de endemia silvestre-rural, transformada em enfermidade urbana devido às condições de vida e saúde muito fragilizada da população que reside na área do estudo, considerada periferia e distante da metrópole do Rio de Janeiro. A doença está presente onde houve redução ou ausência dos investimentos públicos de infraestrutura básica de saúde e educação. Não são observadas ações de controle de pragas, o que permite a adaptação do vetor aos ambientes produzidos pelo homem, com ausência de saneamento básico, de condições mínimas de higiene e moradia adequada.

A literatura tem mostrado e foi constatado no trabalho de campo, que no município de Seropédica a doença se desenvolve tanto pela presença dos elementos biológicos necessários ao ciclo de transmissão - do vetor e dos reservatórios silvestres ou domésticos - como também, e principalmente, pela produção de um espaço de alta vulnerabilidade, observado no processo de periferização das periferias, no contato entre o urbano e o rural nas bordas das metrópoles. Assim, nos bairros onde foram identificados maiores números de casos da doença não há atrativos turísticos da Baixada Verde, pois estes estão em outras áreas, menos frequentadas e com menores ocorrências.

Assim, é de fundamental importância que na criação e desenvolvimento de projetos que visem o contato de pessoas com áreas periurbanas, matas, rios, cachoeiras, animais, principalmente ao estimular o uso para lazer e turismo destes espaços, mas que os órgãos públicos e privados de planejamento e saúde/saúde pública se atentem que os locais que foram escolhidos como atrativos turísticos, podem ser áreas com potencial para contaminação da LTA.

Enfim, que existam ações práticas, preocupação e união de todas as partes envolvidas, para traçar e executar trabalho de levantamento, prevenção, socorro e educação das pessoas residentes e de passagem nestas áreas, assim como, o treinamento e especializações dos profissionais que trabalham no atendimento direto da população, entidades de Turismo e nos órgãos de saúde, principalmente os Programas de Saúde da Família, que trabalham com o atendimento primário, que os trabalhos de educação e saúde dos municípios, sejam mais atuantes e que permitam ter estratégias, de controle e prevenção, sendo crucial para o sucesso do projeto e proteção à vida das pessoas.

Bibliografia

- AGRA, M., COSTA, P., DUQUE, A., SOARES, E., ALVES, L., RAMOS, R., CARVALHO, G. (2016). Sandflies (Diptera: Psychodidae) in an urban area of Northeastern Brazil. *Revista Sociedade Brasileira Medicina Tropical*, v.49, n.6, p.698-702.
- BECK, U. (1998). *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. Madrid: Paidós.
- BORGES, A., SOUZA, L. (2004). *O cultivo da bananeira*. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura, 279 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. (2009). *Guia de vigilância epidemiológica / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica*. – 7. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 816 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
- CARDOSO, P., SOUZA, M., SANAVRIA, A., MEIRA, A., MERÓDIO, J. (2009). Flebotomos de áreas com ocorrências de casos humanos de leishmaniose tegumentar americana no Município de Seropédica, Estado do Rio de Janeiro. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical* 42(2):146-150, mar-abr, 2009.
- CONDINO, N., SAMPAIO, S., HENRIQUES, L., GALATI, E., WANDERLEY, D., CORRÊA, F. (1998). Leishmaniose Tegumentar Americana: flebotomíneos de área de transmissão no Município de Teodoro Sampaio, região sudoeste do Estado de São Paulo, Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 31, n. 4, p.355-360.
- FARIA, R. BORTOLOZZI, A. (2009). Espaço, Território E Saúde: Contribuições De Milton Santos Para O Tema Da Geografia Da Saúde No Brasil. *R.Ra'ega*, Curitiba, Nº 17, P. 31-41, Ed. UFPR.
- FARIAS, H. (2019). *Espaços De Risco À Saúde Humana Em Consequência Da Má Qualidade Do Ar No Oeste Metropolitano Do Rio De Janeiro*. Universidade Do Porto. Portugal.
- FARIAS, H. (2015). Indicadores Sintéticos de Qualidade de Vida Aplicados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: uma análise dos últimos censos demográficos 2000/2010. *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 4, n.6.
- FORATTINI, O. (1954). Algumas observações sobre a biologia de flebotomos (Diptera, Psychodidae), em região da bacia do Rio Paraná, (Brasil). *Arq. Fac. Hig. S. Paulo*, v.8, p.15-136.
- GALATI, E.; NUNES, L., BOGIONI, P., DORVAL, M., CRISTALDO, C., ROCHA, H. (2003). (Diptera, Psychodidae) in caves of the Serra Bodoquena, Mato Grosso do Sul state, Brasil. *Revista Brasileira de Entomologia*, v. 47 n.2, p.283-96.
- GALVIS-OVALLOS, F., CASANOVA, C., SEVÁ, A., GALATI, E. (2017). Ecological parameters of the (S)-9-methylgermacrene-B population of the *Lutzomyia longipalpis* complex in a visceral leishmaniasis area in São Paulo state, Brazil. *Parasites & Vectors*. v. 10, p. 10-269.
- GOLINSKI, J. (2008). *Análise do desenvolvimento econômico e tecnológico dos assentamentos rurais do município de Seropédica-RJ, sob uma concepção de territorialidade*. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, L., SANCHEZ, S., ARAÚJO, S. (2009). Agroecologia como Alternativa de Produção Sustentável para Agricultura Familiar no Município de Seropédica. In: *III Encontro Internacional em Educação Agrícola da UFRRJ*, 2009, Seropédica. Resumos, Seropédica: UFRRJ, 2009. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/EIEA/versao/conteudo/resumos/R72.pdf>> Acesso em: 12 dezembro 2020.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. (2010). *Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: [URL:https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/seropedica/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/seropedica/panorama). Acesso em 22 de outubro de 2019.
- MARZOCHI, M., MARZOCHI, K. (1994). Tegumentary and Visceral Leishmaniasis in Brazil – Emerging Anthroozoonosis and Possibilities for Their Control. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.359-375.

- SANTOS, M. (2003). Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, nº 08, pg. 309 – 314, USP.
- NERY-GUIMARÃES, F. (1955). Estudo de um foco de leishmaniose mucocutânea na Baixada Fluminense (Estado do Rio de Janeiro). *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* 53:1-11.
- OLIVEIRA, I. (2012). Análise espacial das áreas de favorabilidade para ocorrência de leishmaniose tegumentar americana no município de Seropédica-RJ. 55 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias) – Instituto de Veterinária, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, L. (2015). A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. *Espaço e Economia* [Online], 7. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/1814>> Acessado em: 26/11/2020;
- OMS. Organização Mundial de Saúde (2019). - Leishmaniose - Informes Epidemiológicos das Américas. n. 7, março/2019.
- OPAS. Organización Panamericana de la Salud. (2019). Manual de procedimientos para vigilancia y control de las leishmaniasis en las Americas. Washington, D.C.: OPS.
- OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde (2017). Programa Regional de Leishmanioses. Américas 2010-2017.
- Plano Estratégico da Região Turística Baixada Verde, (2017). Rio de Janeiro.
- SÁNCHEZ, L. (2013). Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 496 p.
- SENNE, N. (2018). Ecologia e epidemiologia de flebotômíneos circulantes em áreas endêmicas para leishmaniose tegumentar no município de Seropédica, Rio de Janeiro. 2018. 61 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias) – Instituto de Veterinária, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- SOUZA, K., Lourenço, L. (2015). A evolução do conceito risco à luz das ciências naturais e sociais. *Revista Territorium*. Universidade de Coimbra, v. 22, pp. 31-44.
- VEYRET, Y. (2007). Os Riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Editora Contexto.
- ZANIRATO, S., RAMIRES, J., AMICCI, A., RIBEIRO, Z., RIBEIRO, W. (2008). Sentidos do risco: interpretações teóricas. Biblio 3W, *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XIII, nº 785, 25 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-785.htm>>. [ISSN 1138-9796].

CAUSSES DU QUERCY: CONSTRUCCIÓN DE UNA IDENTIDAD LIGADA A LA PROTECCIÓN DE LA NATURZA

--

CAUSSES DU QUERCY: CONSTRUCTION OF AN IDENTITY LINKED TO THE PROTECTION OF NATURE

Daniel del RÍO FRANQUEIRA

Facultade de Xeografía da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Daniel.dr.fr@gmail.com

Jose Antonio ALDREY VÁZQUEZ

Facultade de Xeografía da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha
Joseantonio.aldrey@usc.es

Resumen

Los espacios protegidos han sido la estrategia por excelencia para luchar contra los problemas derivados de la actividad humana. Tradicionalmente fueron tratados como elementos externos a los territorios en los que se implanta. No se realizaban procesos participativos con la población que en ellos residía, generando una fuerte oposición. El resultado fue una gran desconexión entre lo que el territorio era y lo que el parque representa, dando lugar a un proceso de desappropriación por parte de los habitantes, que lo ven como algo impuesto desde la administración.

Con las nuevas políticas de protección esta idea cambia. Procesos participativos y habitantes pasan a ser un eje central en la construcción del relato sobre el que se asienta la protección, fomentando que los habitantes formen parte de la planificación y gestión de las nuevas estructuras. El modelo de parque natural regional francés es una de las figuras de mayor renombre internacional, pues consigue compatibilizar la protección de la naturaleza y el desarrollo sostenible, a través de la implicación en su gestión, construyendo una nueva identidad alrededor del mismo.

En esta aportación se muestra como se ha realizado este proceso en Causses du Quercy, parque regional natural francés situado en el departamento del Lot, creado en 1998. En él se ha logrado la construcción de esa identidad vinculada a su implantación a través de procesos participativos. Este parque tiene una extensión de 185000 hectáreas y en su interior viven 32000 habitantes.

Palabras clave: espacios protegidos, identidad, participación, categoría V.

Abstract

Protected areas have been the quintessential strategy for protecting nature from problems arising from human activities, such as pollution or biodiversity loss. Traditionally they were treated as external elements to the territories where they were implanted. Participatory processes were not carried out with the population, generating strong opposition. The result was a great disconnect between what the territory it was and what the park represents, leading to a process of misappropriation. They saw the park as something imposed by the government.

With new protection policies, this idea changes. The participatory processes of their inhabitants becomes a central axis. Encouraging inhabitants to participate in the planning and management of the new structure. French natural parks model is one of the main figures of international renown. They have managed to reconcile nature protection

and sustainable development through the involvement of the population in its management. And the construction of a new identity at the same time.

This contribution shows how this process has been carried out in Causses du Quercy, a French natural regional park located in Lot department, created in 1998. In it, the construction of that identity linked to its implementation has been achieved through participatory processes. This park has an area of 185,000 hectares and 32,000 inhabitants live inside.

Keywords: Protected areas, identity, participation, category V.

1. Historia reciente de la protección de la naturaleza

La preocupación por la protección de la naturaleza no es reciente. Esta preocupación del ser humano por la utilización sostenible del medio natural hizo que desde bien antiguo se estableciesen medidas para no agotar los recursos. Ejemplos de esto lo observamos antes de la revolución neolítica, cuando la población era nómada, implicando un desplazamiento de un lugar a otro en función de la abundancia de recursos. Otro ejemplo lo encontramos en los cotos de caza medievales, como *Fontainebleau* (Francia), donde su explotación estaba reglada por las autoridades. Aun así, tenemos que esperar a la declaración de Yellowstone como parque nacional para comenzar a hablar de espacios protegidos tal y como los conocemos ahora. La definición más extendida es la que entiende un espacio protegido como “*un área terrestre o marina especialmente dedicada a la protección y al mantenimiento de la diversidad biológica, y de los recursos naturales y culturales asociados, gestionada mediante medios legales o efectivos de cualquier tipo*” (Dudley, 2008, 4). Pero para llegar a esa definición moderna, tanto la base filosófica como las políticas activas llevadas a cabo tuvieron que cambiar enormemente.

1.1 . Debates filosóficos detrás de las políticas de protección de la naturaleza

La forma en la que la sociedad actúa sobre la naturaleza depende de cómo los seres humanos conciben el medio ambiente y su relación con él, teniendo una clara repercusión en las políticas públicas de protección. Para Rodríguez Luna (2012) la naturaleza es un constructo social, por lo que cada cultura establece una relación con ella en función del significado que le otorguen. De ahí que a mayor diversidad cultural, más heterogeneidad de relaciones entre población y entorno.

Depraz (2008) establece una clasificación agrupando las distintas relaciones ser humano – naturaleza alrededor de tres corrientes filosóficas: ética antropocéntrica, biocéntrica y ecocéntrica. Cada una de ellas originará distintas políticas y modelos de protección de la naturaleza. Aunque debemos señalar que otros autores como Phillips (2003), distinguen únicamente entre dos modelos, uno viejo y uno nuevo.

Esas distintas corrientes formulan lo que se conoce como ética ambiental, esencial para comprender como las distintas figuras son vistas por la sociedad, y lo más importante, los objetivos con los

que se crean, los medios para lograrlos, la fórmula de implantarse y el modelo de gobernanza para conseguirlos.

La primera corriente se denomina antropocentrismo. Defiende que la naturaleza es un elemento al servicio de la sociedad, y que ésta puede ser empleada sin límites. Gutiérrez (2013) expone que su valor (el de la naturaleza) va asociado a lo que ésta pueda aportar al ser humano. Tiene, por lo tanto, un valor instrumental, frente al intrínseco de los seres humanos, que son moralmente superiores. A su vez se subdivide en dos corrientes, una que considera los recursos como algo ilimitado, por lo que hay que limitar su uso, y otra que considera que son inagotables.

Esta ética conecta directamente con el paradigma llamado sensible o modelo americano, dominante hasta la segunda mitad del siglo XX. Se caracteriza por una visión romántica de la naturaleza, pues establece que los espacios protegidos deben ser creados para el disfrute de la población, pero al mismo tiempo aislados de la misma. No podrá participar de su gestión. Está muy ligada a corrientes artísticas como el naturalismo, el romanticismo, y a nivel político con el auge de los nacionalismos. Se busca proteger lo pintoresco, lo representativo, aquello que tiene un valor político e identitario para el Estado. Yellowstone (1872) es un claro ejemplo, por lo que representa para EEUU la conquista hacia el oeste, una forma de mantener intacto lo que los primeros colonizadores encontraron. Y lo mismo ocurre con Covadonga (ahora Picos de Europa) en 1918, por lo que supone la supuesta batalla de Covadonga para la construcción de la identidad española.

En segundo lugar, encontramos la ética biocéntrica. Establece que la naturaleza tiene valor intrínseco, por ella misma, con independencia de que pueda ser o no utilizada por la sociedad, en conexión con la ecología profunda de Arne Naess. Las especies, por el hecho de existir tienen valor, lo que obliga moralmente a su conservación (González Oreja, 2008). Esta corriente defiende su no utilización y la mínima intervención sobre ella, incluso para la protección.

Origina lo que se conoce como *Fortress Conservation* (el segundo paradigma). Considera que el ser humano y sus actividades son la causa de todos sus males, por lo que se defiende su protección a través de restricciones y prohibiciones que los mantengan aislados. Se protege, por lo tanto, contra el ser humano. Este modelo aislacionista pronto se reconoce obsoleto, pues numerosos científicos observaron los efectos negativos que implicaba una gestión ajena al propio espacio protegido, y lo que es peor, contra su propia población.

Son precisamente esas preocupaciones las que originan el actual paradigma, conocido como integrador, y la ética ecocéntrica. Sugiere que los seres humanos son un elemento más de la naturaleza en igualdad con otras especies. Habla de un valor conjunto (ecosistema) y no de sus elementos por separado. Por eso se apuesta por su protección a través de la intervención. De la protección para el ser

humano y contra el ser humano, se pasa ahora a la protección con el ser humano. Los espacios modificados por la sociedad tienen valor, pues es conocido que, por ejemplo, territorios con agricultura extensiva tienen mayor biodiversidad que otros completamente “naturales”. Supone un cambio fundamental al reconocer a la población y comunidades locales el derecho de gestionar su propio territorio (una vez protegido), pero también en el propio proceso de planificación.

1.2 . Sin habitantes no hay protección

El paradigma actual de la conservación de la naturaleza marca, como hemos visto en el punto anterior, la necesidad de colocar a la población local en el centro de la protección. Hasta llegar a este punto, muchas habían sido las críticas forjadas entorno a la estricta conservación previa (Bishop *et al.*, 1995). Algunas de ellas hacen referencia al establecimiento de sus límites sin ningún tipo de criterio científico, siendo únicamente político, o la agresividad de las políticas a través de una legislación que pretende actuar contra la población y no a favor de la protección. Esto genera lo que se conoce como una visión museística, definida como aquella que se realiza de forma aislada de su entorno y se centra únicamente en los aspectos naturales. Aunque sin duda no debemos obviar el que para nosotros es el problema central, su creación de espaldas a la población local, generando fuerte oposición y conflictos

El nuevo paradigma establece múltiples objetivos, siendo el más importante el que hace referencia a la compatibilidad con las actividades humanas, pues muchas veces, como ocurre en las figuras parque natural o reservas de la biosfera, lo que se protege es precisamente el resultado de esa interacción entre medio físico y población. Destaca también por su visión integradora frente a la anterior más sectorial, así como su concepción real como herramienta de ordenación del territorio.

Es aquí donde introducimos el enfoque central de nuestra investigación. Esta nueva visión coloca a los habitantes como un actor fundamental en la gestión del espacio, siendo su máxima expresión el modelo de áreas protegidas gestionado por población indígena en países como Australia, Namibia o Botsuana (Del Río, Aldrey y Nakanyete, 2017). Implica un paso enorme en su papel como gestores del territorio, pues no solo se les reconoce su derecho a aprovecharse económicamente del parque como recurso.

La categoría V de la UICN viene a mostrar la materialización de esa nueva preocupación por la interrelación entre sociedad y medio ambiente. Protege un espacio donde la población dejó sus huellas a través de las actividades que ha realizado a lo largo del tiempo, dotándolo de valores culturales y paisajísticos, pero también de riqueza biológica y ecológica. Para proteger esa riqueza es necesario que esa interacción perdure en el tiempo, es decir, que se mantengan las actividades que han dado como resultado esos valores a proteger. Se podría entender, pues, como un espacio que protege a las personas, o al menos en la teoría.

Implica un aprovechamiento económico, a través del turismo, un sector primario sostenible, o del sector educativo y científico, siempre y cuando no se alteren los valores a proteger. Por sus características, muchos son utilizados como zonas de amortiguación alrededor de otras figuras de protección más estrictas o como corredor entre otros dos de similares características.

Significa el tránsito de una conservación pasiva a otra en la que hay mayor preocupación por la población y por el desarrollo sostenible.

2. Más apropiación: menos resistencia

La superación de esa visión museística y aislada del medio social en la que se circunscriben los espacios protegidos ha generado cambios en las políticas de planificación y gestión, integrando conceptos que hasta el momento eran divergentes, como desarrollo sostenible y medio ambiente (Toro Sánchez, 2007). Sea cual sea el tipo de espacio protegido, éste siempre debe contar con los procedimientos adecuados de toma de decisiones, con los preceptivos documentos donde se plasmen las acciones a desarrollar, y con procesos de evaluación donde se analice si lo plasmado en el papel se está a cumplir o no.

2.1. Planificar y gestionar con y no contra la población

La planificación hace referencia al proceso previo a la creación de un espacio protegido sobre el territorio, siendo fundamental en cualquier estrategia de ordenación del territorio. Es en esa etapa donde se materializan los objetivos, la fórmula de gestión, la zonificación o las delimitaciones. Son muchos los científicos que señalan esta fase como la más importante (EUROPARC – España, 2008). Y planificar no implica únicamente informar, pedir opinión o consultar a la población. El objetivo final es compartir la toma de decisiones entre administración y la población que reside en el territorio sobre el que se instalará la figura de protección.

Siguiendo las directrices de Phillips (2002) es fundamental, y esto enlaza con nuestro discurso, que la planificación se base en leyes, costumbre y valores de la sociedad involucrada. De ahí que sea necesario conocerlas. Y para tal fin, debe haber un fuerte proceso de análisis de ese territorio y de cómo la población se relaciona con él. Por ello es necesario involucrar a todos los actores, desde los locales a los nacionales, pasando por los regionales, ya que tienen intereses heterogéneos y diversos. Será necesario establecer fórmulas para que llegue a todos los grupos de población, lo que implica analizar su lugar de residencia, edad, género, formación, actitudes frente al medio ambiente, etc. Solo conociéndolos y obteniendo su apoyo, el espacio protegido tendrá futuro, pues como señala García Alonso (2009) únicamente gracias a sus actividades previas tenemos algo que proteger.

Esa información se puede obtener a través de entrevistas, debates, juegos de simulación o con eventos informales, como jornadas de senderismo, fiestas gastronómicas, etc., donde es posible identificar actitudes y valores más fácilmente, al desarrollarse en un contexto menos rígido.

El segundo punto importante es la gestión, pues hace referencia al proceso por el cual tanto las políticas de protección de la naturaleza como los objetivos del área protegida se acuerdan, fijan, vigilan y aplican en un territorio concreto. Si la población local no forma parte de esa gestión, hay un gran riesgo de que se tomen decisiones contrarias a la consecución de los objetivos fijados, pues hay numerosas relaciones ocultas entre población y el territorio. A simple vista no se observan, pero están ahí, y pueden generar conflictos con la población.

Es por ello que Phillips (2002) afirma que la gestión debe centrarse siempre en el punto de interacción entre la naturaleza y la población, en el vínculo entre territorio y espacio protegido. Los habitantes son considerados gestores del paisaje, son parte activa de las estrategias para la consecución de los objetivos fijados. La gestión no recae tanto en la naturaleza “en sí misma” sino en la relación de ésta con la población que dio lugar a lo que está protegiendo.

Además, esa gestión debe repercutir de forma positiva en los beneficios de los habitantes, lo que implica involucrarlos en estrategias de desarrollo. Esto enlaza con la diversidad de intereses de los distintos actores, ya mencionado en la planificación.

Finalmente, debemos señalar que, aunque estas ideas son ampliamente aceptadas y están integradas en las diferentes categorías y áreas protegidas, lo cierto es que no en pocas ocasiones tanto la planificación como la gestión son ajenas a la población. En el mejor de los casos es efectiva cuando se crea la figura, y únicamente se trata de actividades informativas. Por lo que al final, aun tratándose de figuras cuya base filosófica bebe del ecocentrismo y de la protección “con la población”, en realidad se desarrolla bajo premisas de una protección “contra o para la población”.

2.2. Identidad y territorio

Si hay una idea que repetimos a lo largo de estas líneas es el creciente reconocimiento al papel que la población juega en el éxito o fracaso de los espacios protegidos. El éxito se traduce en una apropiación del parque natural en cuestión, generando una identidad común que transforme esa nueva figura en un territorio en el que la población se sienta partícipe. Como señala Alburquerque (2017), esa legitimación solo se consigue desde una aproximación *bottom – up*, desde abajo. Pero ¿cuál es la razón?

La respuesta se encuentra en la identificación de las figuras de protección como espacios socializados. Un parque natural construido por la población local contará con lo que Durand y Giménez (2010) denomina capital social (conjunto de valores éticos y sociales, así como conocimientos de un territorio sobre los que se articulan las relaciones entre sus actores y el exterior). Y esos valores y conocimientos solo se consiguen a través de profundos procesos de participativos.

Por ese motivo es primordial conocer las dinámicas internas del territorio sobre el que se localiza previamente a incorporar la nueva figura de protección. El fin será no romper el equilibrio existente, e incorporar los valores de la protección a las estructuras ya creadas. Si el territorio se reordena (por la introducción de una nueva figura) sin la conciliación necesaria, se pierde esa estabilidad. Cambian los marcadores, la imagen externa y la idea de sentirse participe de ese proyecto (el territorio anterior, y la nueva figura). Se conoce como confianza cognitiva y hace referencia a las estructuras construidas y legitimadas socialmente sobre un territorio.

Cuando se obvia su construcción social previa, se generan conflictos. Lo que el nuevo territorio es y significa, no guarda relación con lo que éste era y significaba previamente. Es semejante a los efectos que sobre la población del continente africano tuvo la repartición en la conferencia de Berlín en 1885, creando sociedades desestructuradas por no respetar los límites previos.

Como señala Troitiño (1995), el territorio es un producto social. Esto es, tiene una identidad propia, refiriéndose al sentimiento de pertenencia del sistema cultural del territorio, construido a través del tiempo sobre el medio físico, historia y sociedad. Generar esa identidad implica tiempo y participación. La construcción de una identidad conduce a la apropiación del territorio, que se traduce en relaciones de posesión y pertenencia al mismo (Fischer, 2011). Esa apropiación puede ser material (uso) pero también subjetiva (afectiva, cognitiva, de identidad). Esta última es la que nos interesa, pues como señalan Roux et al. (2003), el parque solo se vuelve territorio cuando durante el proceso de participación emergen todas las ideas no visibles. La construcción de un espacio protegido supone la construcción de una nueva imagen común hacia el exterior. Se produce una reestructuración de marcadores de percepción para la población local en ese territorio. Es decir, cambia la percepción porque cambian los símbolos e ideas mentales que previamente tenían atribuidos.

Si no se produce ese profundo proceso de participación y comunicación, lo más probable es que el territorio previo no incorpore el nuevo elemento institucional “el parque” a sus valores, percibiéndolo como algo impuesto con lo que tienen que convivir, generando contestación. Y es en este sentido donde Francia parece haberlo hecho mejor (Gómez Mendoza, 1995) a través de los parques regionales, donde ha sabido generar una nueva identidad a través de sus espacios protegidos.

3. Metodología y área de estudio

La metodología empleada es la del método mixto, combinación de métodos cuantitativos y cualitativos. Los primeros, a través de encuestas para conocer la percepción de la población y una visión global sobre el territorio, mientras que los cualitativos nos permiten, a través de las entrevistas, abordar y explicar en profundidad el discurso sobre el cual se construye ese nuevo territorio.

Entendemos que es el método más ajustado a nuestro interés de estudio, ya que nos proporciona datos numéricos para establecer estadísticas y una visión global de la población. Y las entrevistas nos permiten conocer el porqué de esos datos.

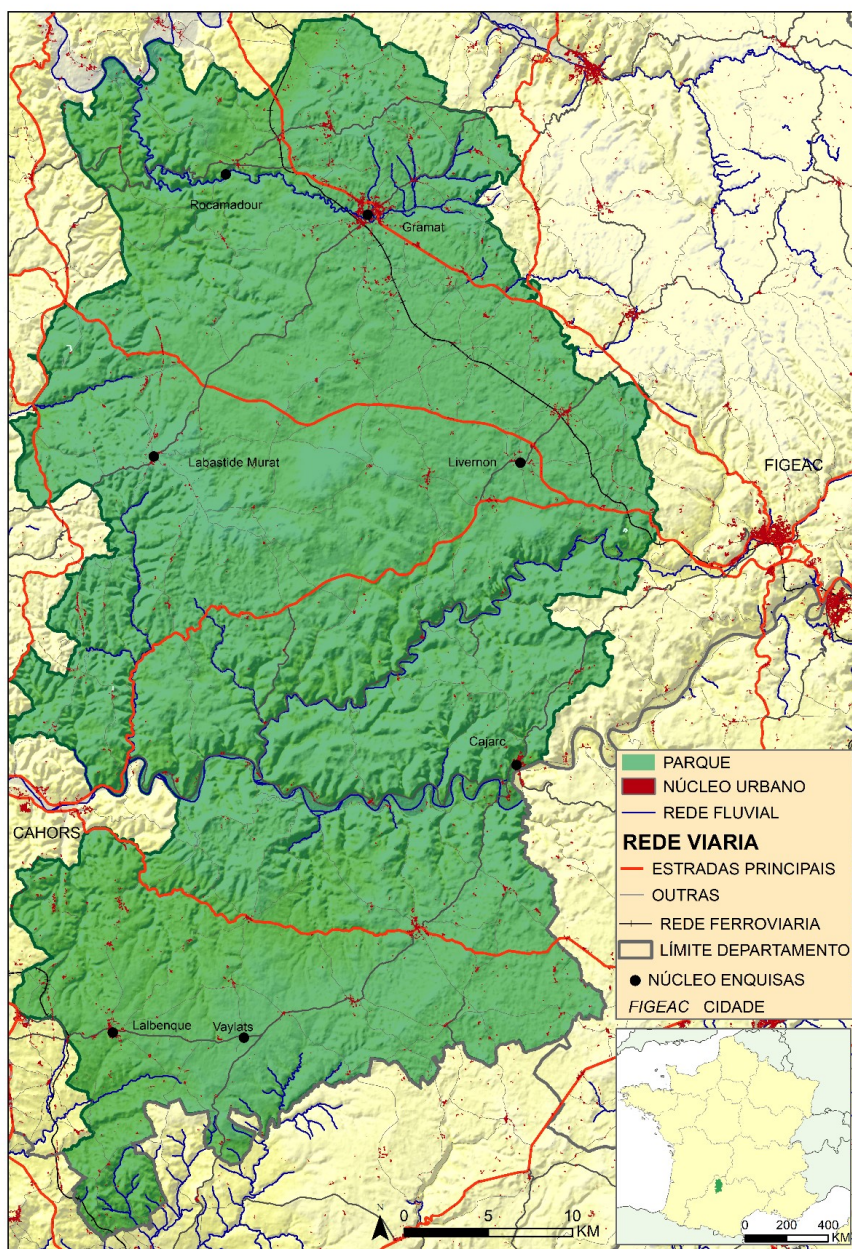


Figura 1 – Localización Causes du Quercy.

Fuente: Elaboración propia

El modelo de entrevistas es el semidirigido y en profundidad. Permiten conocer al detalle la visión del entrevistado sobre la temática, aunque se requiere una mayor cantidad de tiempo. Y es semidirigida porque se establecen bloques a tratar, aunque no de forma férrea, pues la persona entrevistada tiene a ofrecer más información cuanto menos rígido es el proceso.

El parque natural regional des *Causses du Quercy* es el elegido para comprobar si se ha creado una identidad ligada a su implantación a través de procesos participativos. Con una superficie de 185000 hectáreas y 32000 habitantes, fue creado en 1998. Situado en el departamento francés del Lot (Figura 1), se encuentra 100 kms al norte de Toulouse.

Presenta un gran valor paisajístico y cultural, donde destaca su patrimonio geomorfológico donde destaca el complejo kárstico de la *Gouffre de Padirac* y los profundos cañones excavados por ríos. También el patrimonio cultural, especialmente el ligado al sector agrícola y ganadero (vallas de piedra seca y molinos) o conjuntos históricos como *Rocamadour* (Figura 2) o pinturas rupestres como en *Pech Merle*.



Figura 2 – Rocamadour.

Fuente: Foto de Daniel del Río Franqueira

El paisaje predominante es resultado de una fuerte actividad agrícola y ganadera. Está compuesto por diferentes superficies atravesadas por profundos cañones excavados a lo largo del tiempo por la red

fluvial (como en la figura 2). También destacan los bosques caducifolios en los espacios menos aptos para la agricultura.

La población se distribuye a lo largo del 102 municipios. Con una tasa de natalidad del 7 por mil en 2018 y una mortalidad del 13 por mil, es un territorio con crecimiento natural negativo, aunque el crecimiento real sea positivo por la llegada de jubilados que se instalan en su territorio. Destacamos también que un 16% de su población trabaja en el sector primario (un porcentaje muy elevado), frente al 21% del sector secundario y el 63% del terciario.

4. Análisis de resultados

En primer lugar, abordaremos los resultados de las encuestas realizadas a los habitantes del parque. Los datos muestran que el grado de conocimiento sobre la protección del parque es general. Un 90% de la población conoce que el territorio en el que habita está bajo uno o más tipos de figuras de protección. De hecho, un 60% de los que afirman vivir en un espacio protegido conocen que se trata de un parque natural regional (Figura 3).

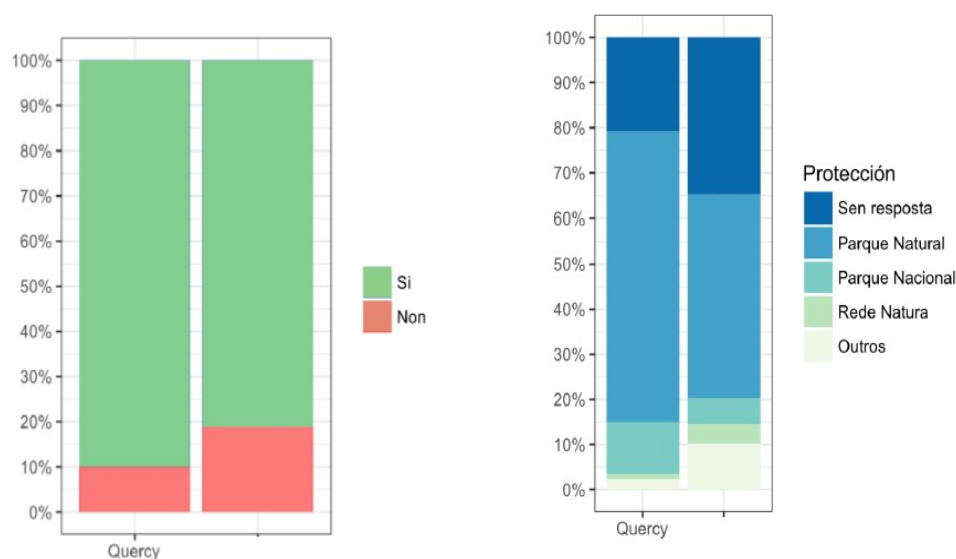


Figura 3 – Conocimiento del parque

Fuente: Del Río, D (2018)

El nuevo paradigma de protección tiene como fin abandonar la protección estricta y posibilitar el desarrollo sostenible de la población que vive dentro, a través de múltiples objetivos. Por eso analizamos los efectos en las distintas actividades. Como se observa en la Figura 4, hay algunos sectores que se ven

más favorecidos que otros, pero generalmente todos tienen un respaldo positivo atendiendo a los efectos del parque en las actividades. El 43% piensa que los efectos en la agricultura son positivos o el 47% en el ganadero o 84% en el turismo. Los porcentajes más bajos los encontramos en la educación (28%) y científico (29%) quizás por la dificultad de medirlos, así como infraestructuras (38%).

Si analizamos la gestión del parque en profundidad, los resultados parecen positivos. El 58% de los habitantes afirman que el parque gestiona bien los recursos, y que el objetivo más importante es el desarrollo socioeconómico del territorio (48%), aunque es superior el porcentaje que piensa que el objetivo principal es la protección de la flora y la fauna (55%).

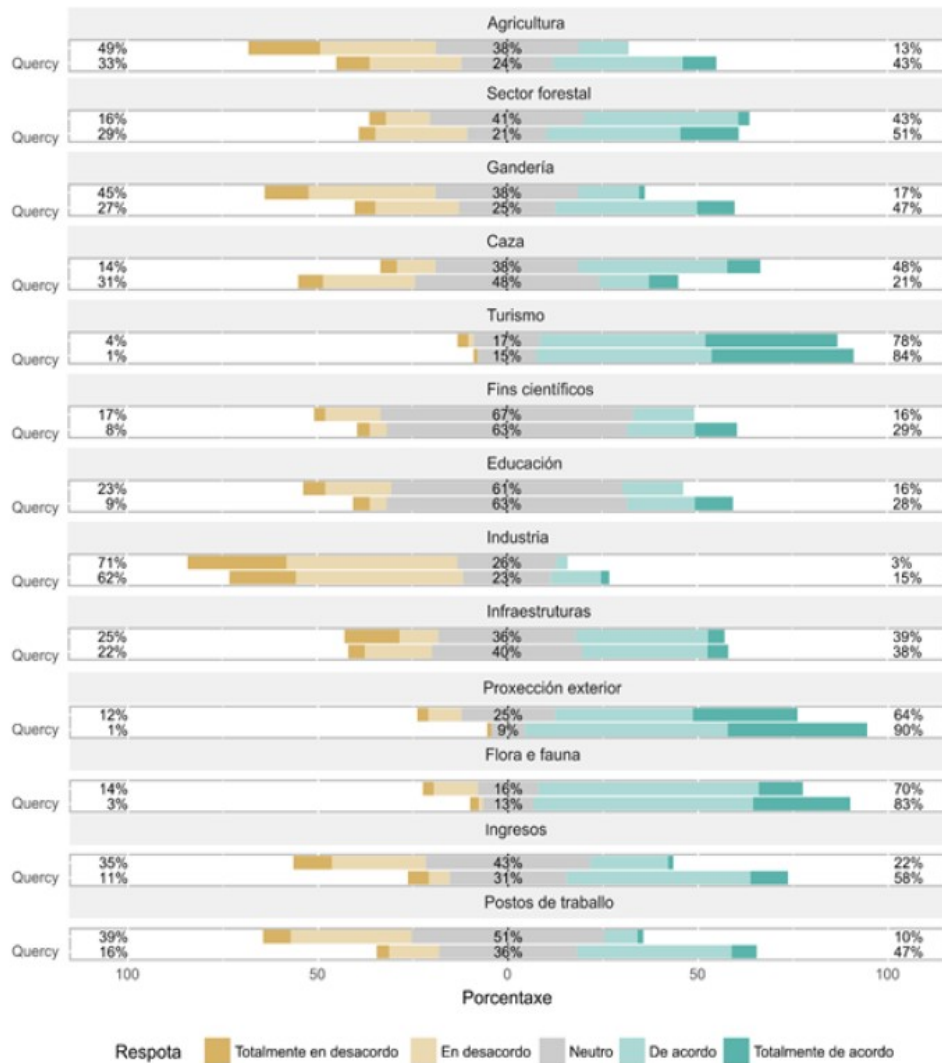


Figura 4 – Conocimiento del parque.

Fuente: Del Río, D (2018)

El 52% se considera parte de la gestión, el 41% se siente bien informado por el equipo del parque u con un lenguaje comprensible (69%), si bien es cierto que un 78% sigue considerando que debería tenérseles más en cuenta. El 69% dice que es fácil acceder a la información y el 53% que hay actividades para intercambiarla (Figura 5).

Como vemos, tanto la percepción sobre los efectos de la protección en el día a día de las actividades del parque, como sobre su papel en la gestión del parque es positiva.

A través del análisis de las entrevistas, abordaremos las causas del alto grado de conocimiento de la figura, la visión positiva sobre sus efectos, así como los procesos participativos tanto en la planificación como en la gestión del espacio.

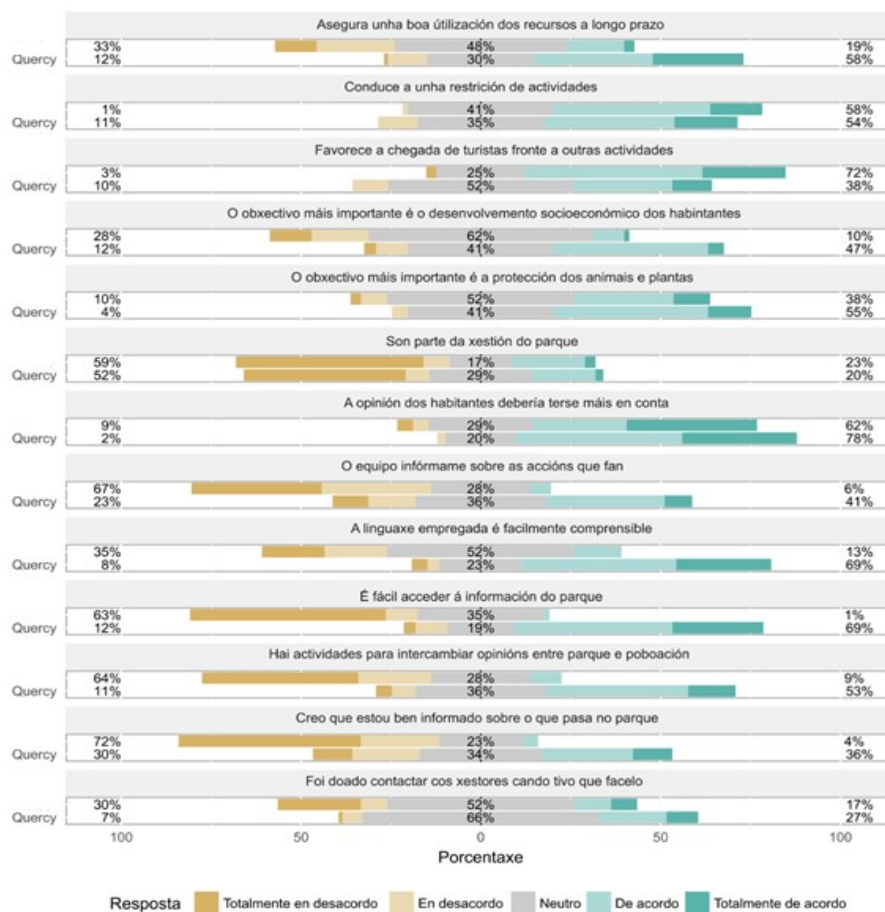


Figura 5 – Percepción sobre la gestión.

Fuente: Del Río, D (2018).

A través de R elaboramos una nube de palabras. El tamaño de las palabras es mayor cuantas más veces se reproducen en las distintas entrevistas. Destaca la palabra *parque* al ser el objeto de estudio del trabajo (Figura 6).

En primer lugar, destacan las palabras *ayuntamiento* y “*elegidos*”, traducción literal de concejales, pudiendo conectarla con la fuerte relación forjada entre la estructura del parque y las administraciones locales. En segundo lugar, encontramos *patrimonio* y *territorio*, elementos tanto materiales como inmateriales que son objeto de protección del parque natural des *Causses du Quercy*. Señalamos también *proyecto* y *carta (plan)*, entrando de lleno en la gestión y planificación. El parque es un proyecto, con un documento en el que se fijan los objetivos. Y, por último, *reuniones*, *protección* y *población local*, lo que evidencian al menos en la teoría, determinados mecanismos de consulta o intercambio de información entre la figura del parque y los habitantes.

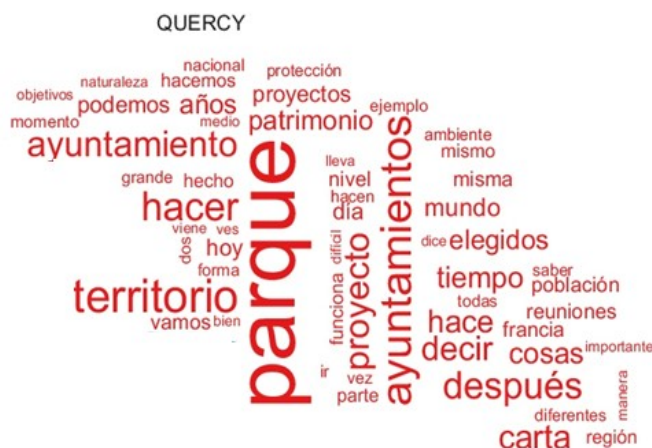


Figura 6 – Nube de palabras.

Fuente: Del Río, D (2018).

El mapa de conexiones (Figura 7) nos permite contextualizar esos términos que sobresalen en el discurso y ahondar en sus causas. La palabra *parque* se une con *regional* y *natural* (parte de la nomenclatura), pero también con *educación*. Esta conexión nos parece especialmente interesante, pues una de las ideas que sobresale en el nuevo paradigma de gestión es la utilización de la educación como herramienta para construir nueva identidad. Que la población, joven y no tan joven, se empape de las nuevas ideas de ese territorio en construcción (Del Río Franqueira, 2018).

Se une también *desarrollo con sostenible, local y población*. Estos conceptos hacen referencia a esa nueva visión. Los espacios protegidos son herramientas de desarrollo. Los recursos locales, gestionados por la población que habita esos territorios, deben conducir al desarrollo sostenible. Implica pues, una visión amplia de los objetivos de la protección.

También se unen *sindicato mixto, reuniones públicas y políticos locales*. Esto aborda la estructura del espacio protegido y su relación con el territorio. Como se indicaba en el segundo punto, la comunicación es fundamental para construir un espacio común de valores compartidos. Durante el proceso de planificación como de gestión. Y por último destacamos los términos *territorio y rural*, que, a nuestro parecer, hacen referencia a las ideas sobre las que se construye esa nueva identidad. Paisaje y patrimonio rural son la base del parque natural de las *Causses du Quercy*.

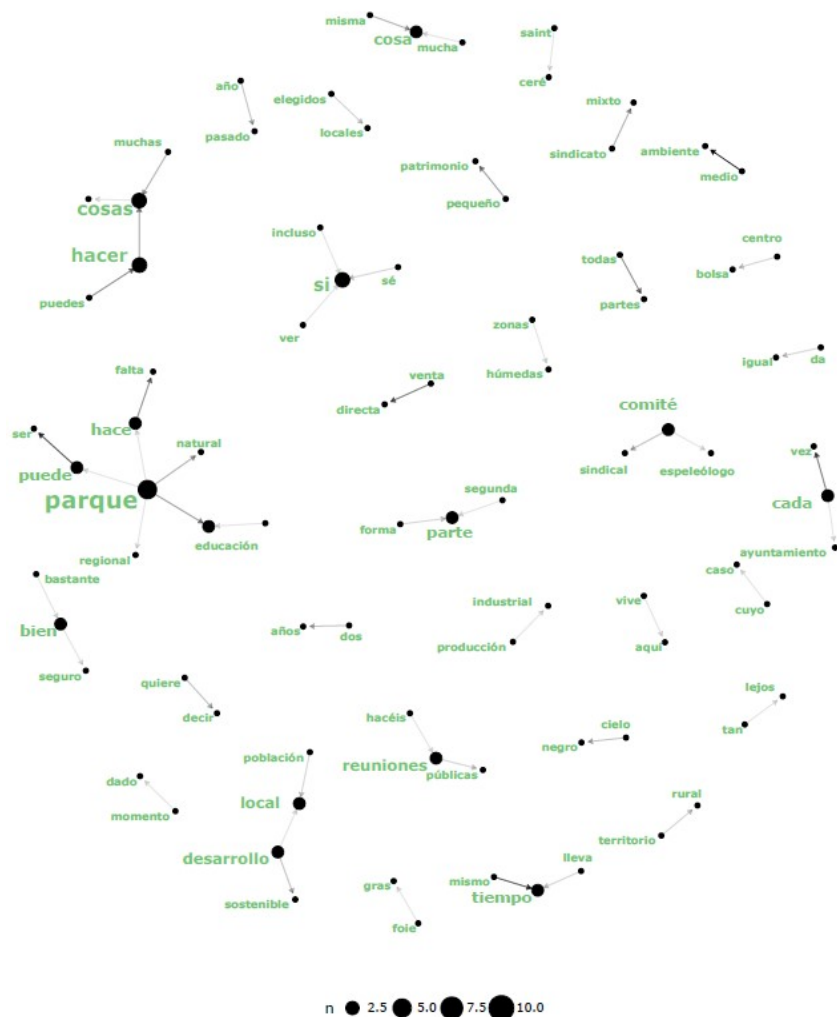


Figura 7 – Mapa de conexiones.
Fuente: Del Río, D (2018)

Son, las propias respuestas de los entrevistados y analizadas de forma tradicional, las que nos permiten entender esas conexiones, pero también los resultados estadísticos. En las *Causses du Quercy* destaca el papel central que se le da a la **población**, como dice la entrevista 14 *“de manera pragmática, razonada, (intentamos) hacer comprender a la gente que el interés general pasa por la preservación del patrimonio”*. Es, por lo tanto, un proceso **concertado** *“La creación del parque es una iniciativa regional. Es un territorio. Los municipios se agrupan y dicen, somos un territorio rural, tenemos patrimonio, hay fragilidades, pensamos que el parque puede ser bueno para nosotros”* (Entrevista 1). No es algo impuesto, sino desde abajo hacia arriba.

Se indica además la importancia de ese **plan** que se menciona en el punto anterior *“Es un plan y está ligado al territorio. Es el territorio quien va a elaborar ese plan”* (entrevista 5). Pero más importante que su existencia, es el hecho de que sea la población del territorio quien lo elabora. Esto implica conocer las relaciones y percepciones tratadas en la teoría. La población conocerá los objetivos, las razones de protección, y podrá incorporar esas ideas a su propia visión del territorio. Y es aquí donde el intercambio y acceso a la **información** es fundamental *“hicimos educación, y cuando decimos educación es pedagogía, para todas las edades”* (entrevista 1).

Las consecuencias de esa concertación entre espacio protegido, población y administración son la creación de un proyecto compartido, generando una **visión homogénea y positiva** que reduce la hostilidad por parte de los habitantes *“El parque de todas formas es una cosa buena. Permite tener coherencia y una mentalidad común (...) y así da una identidad común”*. Una identidad, pues, construida entre los diferentes actores e ideas compartidas.

5. Conclusión

Podemos concluir afirmando que el éxito de los parques naturales regionales franceses, y en concreto del parque des *Causses du Quercy* tiene su origen en su adscripción tanto teórica como práctica al nuevo paradigma de conservación de la naturaleza. Pero, ¿cómo se entiende esto?

En primer lugar, se crea un espacio protegido con la población, y no contra ella. Esta idea parte de que los habitantes suponen el 50% de la protección. Contar con ellos es fundamental para conocer el territorio y su gestión, y sobre todo, para conseguir los objetivos de protección.

Reducir su oposición es fundamental. Para lograr esto es necesario que de un modo u otro todos los habitantes se beneficien del mismo, lo que pasa por establecer una clara estrategia de desarrollo sostenible, como reflejan los datos estadísticos obtenidos para los distintos sectores económicos.

Pero limitar la visión negativa sobre el mismo también hace necesario un profundo proceso participativo, a través de la colaboración entre las diferentes administraciones. Solo con una población, administraciones y parque remando en la misma dirección se conseguirá lo que para nosotros es fundamental, la construcción de una identidad común. En el caso de estudio, centrado en el patrimonio

rural. Esa identidad común permite transformar el parque en un territorio, lo que implica relaciones no visibles con el mismo y que conducen a su apropiación.

Bibliografía

- ALBURQUERQUE, F. (2007). Desarrollo rural, desarrollo local y desarrollo sostenible. En, *El futuro del mundo rural: sostenibilidad, innovación y puesta en valor de los recursos locales*. Madrid: Síntesis, pp. 25-52.
- BISHOP, K., PHILLIPS, A. y WARREN, L. (1995). Protected for ever? Factors shaping the future of protected areas policy. *Land Use Policy*, 13 (4), 291 – 305.
- DEL RÍO FRANQUEIRA, D. (2018). Espazos protexidos e desenvolvemento territorial: unha análise comparativa de estudos de caso galegos e internacionais. Tesis doctoral. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- DEL RÍO FRANQUEIRA, D., ALDREY VÁZQUEZ, J.A. y NAKANYETE, N.F. (2017). Poboación local e áreas protexidas en Namibia. Percepción sobre os efectos na Conservancy de Salambala. En Pina y Martins (Ed.), *The overarching Issues of the European Space. Society, Economy and Heritage in a Scenario Towards Greather Territorial Cohesión*. Porto: Faculdade de Letras, pp. 360-373.
- DEPRAZ, S. (2008). Géographie des espaces naturels protégés: genèse, principes et enjeux territoriaux. Paris: Armand Colin.
- DUDLEY, N. (2008). Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas, Gland: UICN.
- DURAND, L. y GIMÉNEZ, J. (2010). Sobre áreas protegidas y la construcción de no – lugares. Notas para México. *Revista Líder*, 16 (12), 59-72.
- EUROPARC-España (2008). Anuario EUROPARC-España del estado de los espacios naturales protegidos 2007. Madrid: Fundación Fernando González Bernáldez.
- FISCHER, G. N. (2011). Psychologie sociale de l'environnement. Paris: Dunod.
- GARCÍA ALONSO, O (2009). La contribución de los espacios protegidos al desarrollo socioeconómico de las comunidades rurales. Aplicación al parque rural de Iziki. Tesis doctoral. Bilbao: Euskal Herriko Unibertsitatea.
- GÓMEZ MENDOZA, J. (1995). Desarrollo rural y espacios naturales protegidos. En Ramos y Cruz (Ed.), *Hacia un nuevo sistema rural*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y alimentación, pp. 381 – 410.
- GONZÁLEZ OREJA, J. (2008). La ética del medio ambiente. *Ciencias*, 6 – 15.
- GUTIÉRREZ, C. (2013). Relación industria y medio ambiente: las éticas antropocéntricas y ecocéntrica. *Elementos*, 91, 51 – 55.
- PHILLIPS, A. (2002). Directrices de gestión para áreas protegidas de la Categoría V de la UICN: paisajes terrestres y marinos protegidos. Gland: UICN.
- PHILLIPS, A. (2003). Development on their head – The new paradigm for protected areas. *The George Wrigth Forum*, 20 (2), 8 – 32.
- RODRÍGUEZ LUNA, E. (2012). Conservación de la naturaleza. Crítica a la estrategia contemporánea de conservación de las especies. Tesis doctoral. Valencia. Universidad de Valencia.
- ROUX, E., GUMUCHIAN, J., GRASSET, E. y LAJARGE, R. (2003). Les acteurs, ces oubliés du territoire. Paris: Economica.

TORO SÁNCHEZ, F. (2017). El desarrollo sostenible: un concepto de interés para la geografía. *Cuadernos Geográficos*, 40, 149 – 181.

TROITIÑO VINUESA, M. et al. (2005). Los espacios protegidos en España: significación e incidencia socioterritorial. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 39, 227 – 265.